



Balanço Geral do Estado

Livro V • Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO
CONTADORIA E AUDITORIA-GERAL DO ESTADO

20
24

Eduardo Leite

Governador do Estado

Pricilla Maria Santana

Secretária da Fazenda

Carlos Geminiano Rocha Rodrigues

Contador e Auditor-Geral do Estado

SUMÁRIO

Banco do Estado do RS S.A. – Banrisul	07
Banrisul S.A. – Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	135
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	169
Banrisul Soluções em Pagamentos S.A.	207
Banrisul Armazéns Gerais S.A. – Bagergs	265
Banrisul Seguridade Participações S.A.	329
Banrisul Corretora de Seguros S.A.	361
Centrais de Abastecimento do RS S/A – Ceasa/RS	393
Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do RS S.A. – Procergs	425
Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. – Cadip	463
Badesul Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS	477
Autoridade Portuária dos Portos do Rio Grande do Sul S.A. – Portos RS.....	489
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE.....	523
Companhia Riograndense de Mineração - CRM.....	593

**Banco do Estado do Rio
Grande do Sul, S.A.
BANRISUL**

Demonstrações Financeiras

Dezembro de 2024



Ao

Banco Central do Brasil

9010 – Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Seguem as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, bem como demais documentos abaixo relacionados, conforme determina o artigo 45 da Resolução BCB nº 2/20, referentes à data-base 31 de dezembro de 2024:

- I. Relatório da Administração
- II. Balanço Patrimonial
- III. Demonstração do Resultado
- IV. Demonstração do Resultado Abrangente
- V. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- VI. Demonstração dos Fluxos de Caixa
- VII. Notas Explicativas
- VIII. Relatório da Auditoria Independente

As demonstrações financeiras e demais documentos acima foram divulgados ao mercado em 12 de fevereiro de 2025, no site www.banrisul.com.br/ri.

A Alta Administração declara que é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo.

Assinado de forma digital
por LUIZ GONZAGA
VERAS
MOTA:28731964087
Dados: 2025.02.12
14:39:56 -03'00'

Luiz Gonzaga Veras Mota

Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Urban Schmitt, 2025 13:03

Coordenador do Comitê de Auditoria

WERNER
KOHLER:42160227072

Assinado de forma digital por
WERNER KOHLER:42160227072
Dados: 2025.02.12 14:30:50
-03'00'

Werner Köhler

CRCRS 38.534

SUMÁRIO

MENSAGEM DO PRESIDENTE.....	3
PRESS RELEASE.....	5
ANÁLISE DE DESEMPENHO	12
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	30
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	44
BALANÇO PATRIMONIAL	44
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	45
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	46
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	47
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	48
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	49
NOTAS EXPLICATIVAS	50
NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL	50
NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	50
NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	53
NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA	59
NOTA 05 – APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ.....	59
NOTA 06 – DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL	60
NOTA 07 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	60
NOTA 08 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	63
NOTA 09 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO.....	65
NOTA 10 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS.....	71
NOTA 11 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDAS	72
NOTA 12 – OUTROS ATIVOS	73
NOTA 13 – INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS.....	73
NOTA 14 – IMOBILIZADO DE USO.....	74
NOTA 15 – INTANGÍVEL	75
NOTA 16 – CAPTAÇÃO DE RECURSOS	76
NOTA 17 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES.....	78
NOTA 18 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	78
NOTA 19 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES	79
NOTA 20 – OUTROS PASSIVOS.....	81
NOTA 21 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	82
NOTA 22 – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS.....	84
NOTA 23 – OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS.....	85
NOTA 24 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	86
NOTA 25 – LUCRO POR AÇÃO	86
NOTA 26 – COMPROMISSOS, GARANTIAS E OUTROS	86
NOTA 27 – OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO PÓS-EMPREGO A EMPREGADOS	87
NOTA 28 – GERENCIAMENTO DE CAPITAL E DE RISCOS CORPORATIVOS	100
NOTA 29 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	110
NOTA 30 – OUTRAS INFORMAÇÕES	112
RELATÓRIOS	117
RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA.....	117
PARECER DO CONSELHO FISCAL	119
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	120

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O desempenho do Banrisul em 2024 refletiu a essência do que é a instituição: sólida, rentável e cada vez mais competitiva. Diante das transformações que o mercado financeiro passa atualmente, o Banrisul segue seu caminho de sucesso, aberto às novas tendências e construindo soluções inteligentes com o uso da TI, gestão de dados, inovação e sustentabilidade. Todo esse empenho e dedicação para oferecer uma melhor experiência aos nossos clientes indo ao encontro de suas necessidades.

Encerramos o ano de 2024 com bons números. O lucro líquido alcançou R\$ 916,1 milhões, crescimento de 5,2% frente ao resultado de 2023, mesmo diante dos inúmeros desafios impostos pelo evento climático extremo ocorrido no Rio Grande do Sul no primeiro semestre de 2024. Com foco e determinação, agimos com celeridade para manter a solidez das nossas operações e assegurar a saúde financeira dos clientes. Como resultado dessas ações, obtivemos significativo crescimento da carteira de crédito que alcançou saldo de R\$ 62,0 bilhões, alta de 15,6% no ano. Esse desempenho reflete nosso posicionamento comercial e compromisso com a retomada econômica do Estado.

Permanecemos ao lado dos gaúchos contribuindo na reconstrução do Estado com a imensa responsabilidade de carregar a importância de ser um essencial vetor da economia e sem perder o foco da nossa vocação de dar suporte e fomentar o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Dentre as diversas iniciativas que promovemos, destaco o apoio aos microempreendedores individuais (MEIs), microempresas e negócios de pequeno porte atingidos pela enchente, que foram beneficiados com a criação de uma linha de crédito especial, com juros subsidiados pelo governo do Estado. Apoiamos, ainda, o setor cultural, que foi muito prejudicado tanto nos seus espaços físicos como na atividade de artistas e trabalhadores do setor. Como forma de apoiar essa área, de incalculável relevância para toda a sociedade, o Banrisul destinou mais de R\$ 25 milhões para a recuperação de prédios culturais, abriu um edital complementar de patrocínio para projetos e apoiou eventos culturais estratégicos.

O Banrisul, além de participar ativamente no fomento aos setores produtivos da economia, fez o lançamento de novos produtos e serviços para estreitar ainda mais o relacionamento com os clientes, diversificando o portfólio de produtos. Durante o último ano, foram lançadas novas comodidades para os correntistas, como a Conta Única Banrisul, com dotação de R\$ 7 bilhões para o capital de giro das empresas; e a Conta Digital Banrisul, que passou a oferecer uma nova experiência à pessoa física na abertura de contas, de forma totalmente digital, pelo app, que está sendo disponibilizada para clientes de todo o Brasil, em linha com a estratégia de ampliar a base de clientes. Outra novidade foi a Banri Global Account, conta digital em moeda estrangeira disponível a clientes pessoas físicas para atender suas necessidades em viagens, compras em sites internacionais e negócios em mercados do exterior. Também estamos preparando uma conta empresarial 100% digital, integrada com soluções de pagamentos da Vero, que estimulará a retomada do protagonismo do Banrisul no segmento da pessoa jurídica.

Mais do que nunca os desafios serão focados em tecnologia e o Banrisul, sendo uma das referências no mercado bancário na área de TI, apresenta soluções inovadoras que trazem mais segurança às operações, bem como aprimoram a experiência dos usuários. Já implantamos a biometria facial, posicionando o Banrisul na atualização de tecnologias de ponta na proteção das transações. A assinatura digital implantada pelo Banco é um avanço importante na eficiência e na gestão de custos. E, para o cliente ter mais autonomia e liberdade sobre seus dados bancários, facilitando a gestão financeira no seu dia a dia, lançamos no app a facilidade do Minhas Finanças, onde o cliente pode trazer seus recursos de outras instituições para contas do Banrisul, utilizando informações compartilhadas no *Open Finance*.

Agora, o Banricompras, produto único que só o cliente do Banrisul tem, conta com tecnologia *contactless* para facilitar o uso do cartão. Em uma única área do app, o cliente encontra várias funcionalidades para verificar o extrato, as compras realizadas, controlar a gestão de limites e configurar o cartão.

E para 2025 teremos um lançamento inédito no mercado brasileiro. O Banrisul será o primeiro banco a abrir sua rede de autoatendimento, com ATMs instalados em pontos externos e nas agências para clientes que mantêm relacionamento com outros bancos ligados ao Banco24Horas. Os clientes de mais de 150 bancos, financeiras e bancos digitais terão no Banrisul um parceiro próximo para maximizar o acesso aos serviços bancários. E as novidades não param por aí. Em 2025, vamos inaugurar um novo modelo de relacionamento

com agências modernas e acolhedoras para pessoa física e jurídica. O novo atendimento foi pensado para incentivar conexões, proporcionar bem-estar e um ambiente mais personalizado e eficiente.

Essas iniciativas demonstram o novo momento que a instituição se encontra, com o avanço para um mundo mais digital e, ao mesmo tempo, mais humano. Estamos atentos às novas oportunidades, sempre em busca de inovações para atender os nossos clientes com soluções condizentes às demandas de consumidores cada dia mais exigentes.

Iniciamos o ano de 2025 com otimismo e boas perspectivas para a economia gaúcha, à despeito do desafiador cenário macroeconômico. A expectativa de uma boa safra agrícola de verão e de vultosos investimentos estratégicos previstos pelo governo do Estado no âmbito do Plano Rio Grande, deverão movimentar a economia local e contribuir para o desenvolvimento econômico e sustentável do Estado.

Somos um banco aberto para conquistar novos mercados e continuar sendo um dos grandes protagonistas para os próximos 100 anos. Com dinamismo e visão de futuro, reforçamos nosso compromisso com a excelência, consolidando a estratégia de ser um banco único, inteligente e em permanente evolução.

Fernando Guerreiro de Lemos
Presidente do Banrisul



PRESS RELEASE

Apresentamos a seguir, de forma sintética, o desempenho do Banrisul no quarto trimestre e exercício de 2024.

Ambiente de Negócios

Os dados do PIB do Rio Grande do Sul - RS dão conta de uma atividade firme, apesar da queda tímida na passagem do segundo para o terceiro trimestre do ano, período caracterizado pela menor representatividade da agropecuária dentro das culturas desenvolvidas no RS. Contudo, parte da surpresa positiva ficou a cargo da indústria de transformação e do comércio. Este último permaneceu resiliente, apesar da elevada taxa básica de juros praticada pela autoridade monetária para desacelerar a atividade econômica no Brasil.

Ainda segundo os dados oficiais sobre a atividade gaúcha, nos primeiros nove meses de 2024, a agropecuária avançou na comparação com o mesmo período do ano passado, assim como o setor de serviços, segmento mais representativo dentro da atividade econômica do Estado; já o setor da indústria registrou estabilidade. Os setores econômicos do Rio Grande do Sul foram impactados, em maior ou menor grau, pelos eventos climáticos ocorridos no primeiro semestre de 2024.

Neste contexto, o mercado de crédito no RS voltou a exibir um ritmo de expansão mais intenso do que o observado no País, quando considerados os dados acumulados até outubro – os mais recentes disponíveis. No Estado, o saldo de crédito total cresceu 13,4% ante os dez primeiros meses do ano anterior, com destaque vindo do crescimento do saldo de crédito às famílias, que atingiu variação positiva de 14,3%, enquanto o crédito às pessoas jurídicas cresceu 11,9%. A taxa média de inadimplência de janeiro a outubro de 2024 no Rio Grande do Sul recuou para 2,3%, marginalmente abaixo do notado no mesmo período do ano passado, e também abaixo do registrado no Brasil (3,1%).

Nossa carteira de crédito alcançou R\$62.058,9 milhões em dezembro de 2024, alta de 15,6% frente a dezembro de 2023, refletindo, especialmente, a ampliação no saldo em crédito comercial, crédito rural, financiamentos de longo prazo e câmbio. O crédito comercial, nossa maior carteira, totalizou R\$37.817,0 milhões, e corresponde a 60,9% do total de operações de crédito.

Buscando melhorar a experiência do cliente, aprimoramos e disponibilizamos novos produtos e serviços. Dentre os destaques do ano de 2024, citamos a Nova Conta Digital, que possibilita que o cliente abra sua conta em poucos minutos, pelo celular, utilizando documento de identificação e biometria facial. Lançamos, para o segmento pessoa jurídica, a Conta Única Banrisul, um limite de crédito empresarial, rotativo e recorrente com flexibilidade de garantias. Outro produto lançado em 2024 é a conta global, que representa um componente estratégico em nosso portfólio de produtos, podendo contribuir para o aumento da base de clientes internacionais e da receita de operações cambiais, além de nos posicionar como um *player* competitivo no mercado global, atendendo às demandas crescentes por soluções financeiras flexíveis e seguras.

Indicadores Econômico-Financeiros

Principais Itens de Resultado - R\$ Milhões	2024	2023	4T2024	3T2024	4T2023	2024/ 2023	4T2024/ 4T2023	4T2024/ 3T2024
Margem Financeira	6.375,6	5.488,7	1.689,0	1.536,5	1.476,6	16,2%	14,4%	9,9%
Despesas de Provisão para Perdas de Crédito	(1.334,9)	(1.330,5)	(324,9)	(299,5)	(216,8)	0,3%	49,9%	8,5%
Receitas de Prestação de Serviços	2.096,4	1.931,8	543,0	528,5	518,3	8,5%	4,8%	2,7%
Despesas Administrativas	(4.445,8)	(4.145,9)	(1.156,1)	(1.156,1)	(1.070,3)	7,2%	8,0%	0,0%
Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	(584,9)	(463,3)	(199,6)	(120,6)	(133,1)	26,2%	49,9%	65,6%
Outras Receitas / (Despesas operacionais)	(268,2)	142,3	(82,9)	(50,5)	52,8	-288,5%	-257,1%	64,0%
Lucro Líquido	916,1	871,1	284,0	197,3	304,0	5,2%	-6,6%	44,0%
Principais Itens Patrimoniais - R\$ Milhões	Dez 2024	Dez 2023	Set 2024				Dez2024/ Dez2023	Dez2024/ Set2024
Ativos Totais	147.417,9	125.063,7	141.976,5				17,9%	3,8%
Títulos e Valores Mobiliários ⁽¹⁾	40.126,1	33.567,9	41.801,5				19,5%	-4,0%
Carteira de Crédito Total	62.058,9	53.669,3	57.669,9				15,6%	7,6%
Provisão para Perdas de Crédito	(2.600,5)	(2.572,2)	(2.577,9)				1,1%	0,9%
Créditos em Atraso > 90 dias	1.072,0	1.047,1	1.197,4				2,4%	-10,5%
Recursos Captados e Administrados	116.129,2	101.568,8	111.954,0				14,3%	3,7%
Patrimônio Líquido	10.413,7	9.668,9	10.257,5				7,7%	1,5%
Patrimônio de Referência Conglomerado Prudencial	11.564,6	9.609,3	11.113,7				20,3%	4,1%
Principais Inf. do Mercado Acionário - R\$ Milhões	2024	2023	4T2024	3T2024	4T2023	2024/ 2023	4T2024/ 4T2023	4T2024/ 3T2024
Juros sobre Capital Próprio / Dividendos ⁽²⁾	368,0	434,9	146,9	50,0	74,9	-15,4%	96,1%	193,8%
Valor de Mercado	4.171,5	5.459,8	4.171,5	4.731,8	5.459,8	-23,6%	-23,6%	-11,8%
Valor Patrimonial por Ação	25,46	23,64	25,46	25,08	23,64	7,7%	7,7%	1,5%
Preço Médio da Ação (R\$)	11,51	11,65	10,46	11,86	11,78	-1,2%	-11,2%	-11,8%
Lucro Líquido por Ação (R\$)	2,24	2,13	0,69	0,48	0,74	5,2%	-6,6%	44,0%
Índices Financeiros	2024	2023	4T2024	3T2024	4T2023			
ROAA Ajustado Anualizado ⁽³⁾	0,7%	0,7%	0,8%	0,6%	1,0%			
ROAE Ajustado Anualizado ⁽⁴⁾	9,1%	9,1%	11,0%	7,8%	12,7%			
Índice de Eficiência Ajustado ⁽⁵⁾	58,4%	58,4%	58,4%	57,5%	58,4%			
Margem Financeira sobre Ativos Rentáveis	5,27%	5,31%	5,24%	4,95%	5,42%			
Índice de Inadimplência > 90 dias ⁽⁶⁾	1,73%	1,95%	1,73%	2,08%	1,95%			
Índice de Cobertura 90 dias ⁽⁷⁾	242,6%	245,6%	242,6%	215,3%	245,6%			
Índice de Provisionamento ⁽⁸⁾	4,2%	4,8%	4,2%	4,5%	4,8%			
Índice de Basileia Conglomerado Prudencial	17,2%	16,8%	17,2%	17,9%	16,8%			
Indicadores Estruturais	Dez 2024	Dez 2023	Set 2024					
Agências	492	492	492					
Postos de Atendimento	118	127	120					
Pontos de Atendimento Eletrônico	360	413	379					
Colaboradores	9.462	9.089	9.346					
Indicadores Econômicos	2024	2023	4T2024	3T2024	4T2023			
Selic Efetiva Acumulada	10,88%	13,04%	2,68%	2,63%	2,83%			
Variação Cambial (%)	24,50%	-7,21%	10,02%	2,83%	-3,32%			
IGP-M	6,54%	-3,18%	3,81%	1,53%	1,84%			
IPCA	4,83%	4,62%	1,48%	0,80%	1,08%			

(1) Inclui instrumentos financeiros derivativos, aplicações interfinanceiras de liquidez e disponibilidades e deduz as obrigações compromissadas.

(2) Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos, creditados e/ou provisionados (antes da retenção do Imposto de Renda).

(3) Lucro líquido sobre ativo total médio.

(4) Lucro líquido sobre patrimônio líquido médio.

(5) (Despesas de pessoal + outras despesas administrativas) / (margem financeira + renda de prestação de serviços + (outras receitas operacionais - outras despesas operacionais - despesas cíveis, fiscais e trabalhistas)). Considera receitas e despesas realizadas nos últimos 12 meses.

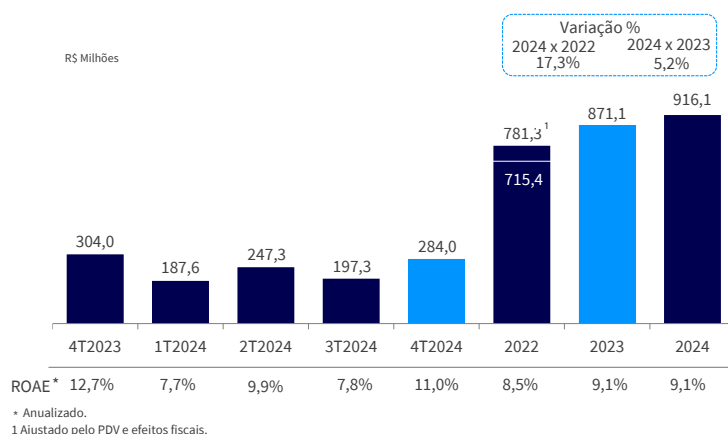
(6) Atrasos > 90 dias / carteira de crédito.

(7) Provisão para perdas de crédito / atrasos > 90 dias.

(8) Provisão para perdas de crédito / carteira de crédito.



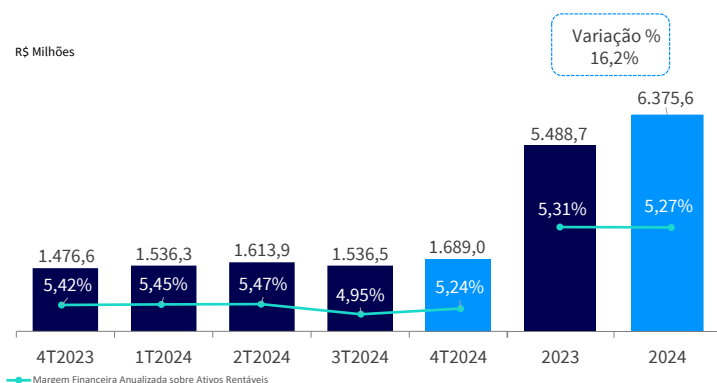
Destaques Financeiros



O **lucro líquido** alcançou **R\$916,1 milhões** no ano de 2024, um aumento de 5,2% ou R\$45,0 milhões frente ao lucro líquido do ano de 2023, refletindo especialmente (i) aumento da margem financeira, (ii) relativa estabilidade das despesas de provisão para perdas de crédito, (iii) aumento das receitas de prestação de serviços, (iv) ligeiro aumento das despesas administrativas, (v) resultado desfavorável das outras receitas operacionais, líquidas de outras despesas operacionais, (vi) maior fluxo

das despesas com provisões trabalhistas, fiscais e cíveis e (vii) consequente efeito tributário e Programa de Participação nos Resultados (PPR).

Frente ao 3T2024, o lucro líquido do 4T2024 apresentou aumento de 44,0% ou R\$86,7 milhões, desempenho que reflete especialmente (i) crescimento da margem financeira, (ii) maior fluxo das despesas de provisão para perdas de crédito, (iii) aumento das receitas de prestação de serviços, (iv) relativa estabilidade das despesas administrativas, (v) resultado desfavorável de outras receitas operacionais, líquidas de outras despesas operacionais, (vi) maior fluxo das despesas com provisões trabalhistas, fiscais e cíveis, e (vii) consequente efeito tributário e PPR.



A **margem financeira** do ano de 2024 totalizou **R\$6.375,6 milhões**, com aumento de 16,2% ou R\$886,9 milhões frente ao ano de 2023, trajetória que reflete, em especial, o crescimento das receitas com juros mais expressivo que o aumento das despesas com juros, em um contexto de redução da Taxa Selic efetiva. Frente ao 3T2024, a margem financeira do 4T2024 apresentou elevação de 9,9% ou R\$152,6 milhões, trajetória que reflete uma expansão

mais expressiva das receitas com juros frente ao crescimento das despesas com juros.

A **margem financeira sobre ativos rentáveis** do ano de 2024, 5,27%, apresentou redução de 0,04 pp. em relação ao ano de 2023 e aumento de 0,29 pp. na comparação entre o 4T2024 e 3T2024.

As **despesas de provisão para perdas de crédito** do ano de 2024, R\$1.334,9 milhões, apresentaram relativa estabilidade com o ano anterior. Em relação ao 3T2024, as despesas de provisão para perdas de crédito do 4T2024 cresceram 8,5% ou R\$25,5 milhões, refletindo, especialmente, à rolagem da carteira por níveis de *rating*, provisão adicional para o crédito consignado e elevação da carteira de crédito, num contexto de redução das operações em atraso.

As **receitas de prestação de serviços** do ano de 2024 apresentaram aumento de 8,5% ou R\$164,6 milhões frente ao ano de 2023, refletindo, especialmente, o crescimento das rendas de cartão de crédito, face a reclassificação das receitas de intercâmbio, em linha com a IN BCB 343/2023, receitas anteriormente contabilizadas em outras receitas operacionais, e das receitas com a Banrisul Pagamentos. No comparativo entre o 4T2024 e o 3T2024, demonstraram crescimento de 2,7% ou R\$14,5 milhões face, especialmente, a elevação das receitas de serviços da Banrisul Pagamentos e das rendas de cartão de crédito.



Composição das Receitas de Prestação de Serviços - R\$ Milhões

	2024	2023	4T2024	3T2024	4T2023	2024/ 2023	4T2024/ 4T2023	4T2024/ 3T2024
Receitas de Serviços Banrisul Pagamentos	578,0	516,2	153,5	147,0	134,6	12,0%	14,0%	4,4%
Comissões de Corretagem de Seguros	293,8	287,9	78,4	73,0	74,2	2,1%	5,7%	7,5%
Serviços de Conta Corrente	602,7	619,2	152,3	150,5	158,1	-2,7%	-3,7%	1,2%
Administração de Consórcio	135,1	131,4	29,6	34,4	35,1	2,8%	-15,7%	-13,8%
Demais Receitas ⁽¹⁾	486,8	377,0	129,2	123,7	116,3	29,1%	11,1%	4,4%
Total	2.096,4	1.931,8	543,0	528,5	518,3	8,5%	4,8%	2,7%

(1) Inclui, principalmente, serviços de arrecadação, cartão de crédito, administração de fundos, cobrança e serviços de custódia.

As **despesas administrativas**, constituídas por despesas de pessoal e outras despesas administrativas, do ano de 2024, apresentaram aumento de 7,2% ou R\$299,9 milhões frente as despesas administrativas do ano de 2023 e estabilidade na comparação entre o 4T2024 e 3T2024. As despesas de pessoal apresentaram aumento de 5,2% ou R\$113,4 milhões na comparação entre o ano de 2024 e o ano de 2023, influenciado, principalmente, pelos acordos coletivos da categoria e pelo aumento do quadro de funcionários. Enquanto as outras despesas administrativas do ano de 2024 cresceram 9,5% ou R\$186,5 milhões frente ao ano de 2023, influenciadas, especialmente, pelo aumento nas despesas com processamento de dados, com amortização e depreciação, com propaganda, promoções e publicidade e contribuições ao setor cultural no âmbito do programa Reconstruir RS. Na comparação entre 4T2024 e 3T2024, as despesas de pessoal e as outras despesas administrativas demonstraram relativa estabilidade.

Composição das Despesas Administrativas - R\$ Milhões

	2024	2023	4T2024	3T2024	4T2023	2024/ 2023	4T2024/ 4T2023	4T2024/ 3T2024
Despesas de Pessoal	2.294,8	2.181,4	590,8	589,1	558,4	5,2%	5,8%	0,3%
Outras Despesas Administrativas	2.151,0	1.964,5	565,3	567,1	512,0	9,5%	10,4%	-0,3%
Amortização e Depreciação	316,4	276,0	79,3	81,2	72,5	14,7%	9,4%	-2,4%
Água, Energia e Gás	28,7	29,9	6,7	7,0	6,6	-3,8%	0,9%	-4,9%
Aluguéis e Condomínios	165,4	160,6	42,6	42,8	40,8	3,0%	4,4%	-0,4%
Processamento de Dados	255,3	177,2	61,9	59,9	49,3	44,1%	25,6%	3,4%
Propaganda, Promoções e Publicidade	176,1	139,4	50,3	45,1	37,6	26,4%	33,8%	11,4%
Serviços de Terceiros	522,2	545,4	135,1	133,3	134,1	-4,3%	0,7%	1,4%
Serviços Técnicos Especializados	217,6	223,7	60,8	60,2	59,8	-2,8%	1,8%	1,1%
Serviço Vigilância, Segurança e Transp. Valores	137,5	137,2	36,3	35,5	35,4	0,2%	2,7%	2,4%
Outras ⁽¹⁾	331,9	275,2	92,2	102,0	75,9	20,6%	21,5%	-9,6%
Total	4.445,8	4.145,9	1.156,1	1.156,1	1.070,3	7,2%	8,0%	0,0%

(1) Inclui, principalmente, comunicações, materiais, manutenção e conservação de bens e serviços do sistema financeiro.

O **índice de eficiência** alcançou 58,4% no ano de 2024, estável frente ao índice do ano de 2023, refletindo o aumento de 16,2% na margem financeira, crescimento de 8,5% nas receitas de prestação de serviços, evolução desfavorável de outras despesas operacionais, líquidas de outras receitas operacionais e crescimento de 26,2% nas despesas com provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, frente ao aumento de 7,2% nas despesas administrativas.

Destaques Operacionais

Os **ativos totais** alcançaram R\$147.417,9 milhões em dezembro de 2024, com incremento de 17,9% frente ao mês de dezembro de 2023 e de 3,8% na comparação com setembro de 2024. Os principais componentes de ativo e passivo serão comentados na sequência.

As **aplicações em tesouraria** (títulos e valores mobiliários - TVM, instrumentos financeiros derivativos, aplicações interfinanceiras de liquidez e disponibilidades) totalizaram R\$62.365,1 milhões em dezembro de 2024; subtraídas das operações compromissadas, as aplicações em tesouraria apresentaram incremento de R\$6.558,2 milhões frente a dezembro de 2023, refletindo, especialmente, o crescimento na captação de depósitos, em um contexto de direcionamento dos recursos para a carteira de crédito e crescimento dos depósitos compulsórios no Bacen. Em comparação com setembro de 2024, houve redução de R\$1.675,4 milhões, refletindo, principalmente, o direcionamento dos recursos para a carteira de crédito e crescimento dos depósitos compulsórios no Bacen, num contexto de aumento nos depósitos e nas obrigações por empréstimos e repasses.

As **operações de crédito** alcançaram R\$62.058,9 milhões em dezembro de 2024, com aumento de 15,6% ou R\$8.389,6 milhões frente a dezembro de 2023 e de 7,6% ou R\$4.389,0 milhões na comparação com setembro de 2024, trajetórias influenciadas, especialmente, pelo crescimento do crédito comercial, rural, financiamento de longo prazo e câmbio.

Demonstrativo da Carteira de Crédito - R\$ Milhões

	Dez 2024	% Total Crédito	Set 2024	Dez 2023	Dez 2024/ Dez 2023	Dez 2024/ Set 2024
Câmbio	1.811,1	2,9%	1.379,5	886,2	104,4%	31,3%
Comercial	37.817,0	60,9%	35.424,0	34.832,8	8,6%	6,8%
Pessoa Física	28.579,1	46,1%	26.798,3	26.127,2	9,4%	6,6%
Consignado ⁽¹⁾	20.882,8	33,6%	19.819,0	19.783,7	5,6%	5,4%
Outros	7.696,3	12,4%	6.979,3	6.343,5	21,3%	10,3%
Pessoa Jurídica	9.237,9	14,9%	8.625,7	8.705,6	6,1%	7,1%
Capital de Giro	5.999,0	9,7%	6.119,3	6.824,2	-12,1%	-2,0%
Outros	3.238,9	5,2%	2.506,4	1.881,4	72,2%	29,2%
Financiamento de Longo Prazo	2.014,7	3,2%	854,3	486,5	314,2%	135,8%
Imobiliário	6.549,1	10,6%	6.370,3	5.961,4	9,9%	2,8%
Rural	13.701,2	22,1%	13.479,2	11.359,1	20,6%	1,6%
Outros ⁽²⁾	165,9	0,3%	162,6	143,4	15,7%	2,0%
Total	62.058,9	100,0%	57.669,9	53.669,3	15,6%	7,6%

(1) Inclui os créditos vinculados a operações adquiridas em cessão.

(2) Inclui arrendamento mercantil e setor público.

O volume concedido em ativos de crédito no ano de 2024, R\$56.029,2 milhões, apresentou crescimento de 17,4% ou R\$8.307,7 milhões frente ao volume concedido no ano de 2023, refletindo, especialmente, o crescimento do volume concedido na carteira de crédito comercial e câmbio. Na comparação entre o 4T2024 e o 3T2024, apresentou aumento de 14,1% ou R\$2.120,0 milhões, influenciado, especialmente, pelo crescimento do volume concedido na carteira de crédito comercial, crédito rural e câmbio.

Composição dos Volumes Concedidos de Crédito por Linhas de Financiamento – R\$ Milhões

	2024	2023	4T2024	3T2024	4T2023	2024/ 2023	4T2024/ 4T2023	4T2024/ 3T2024
Câmbio	2.606,1	1.413,8	836,7	570,9	275,2	84,3%	204,0%	46,6%
Comercial ⁽¹⁾	42.468,7	35.616,8	12.386,8	11.285,9	10.384,4	19,2%	19,3%	9,8%
Pessoa Física	28.245,1	24.162,8	7.891,0	7.730,3	7.171,5	16,9%	10,0%	2,1%
Pessoa Jurídica	14.223,6	11.454,0	4.495,9	3.555,6	3.212,9	24,2%	39,9%	26,4%
Financiamento de Longo Prazo	849,9	250,4	431,6	300,5	59,3	239,4%	628,4%	43,7%
Imobiliário	1.349,7	1.553,9	376,1	361,7	440,9	-13,1%	-14,7%	4,0%
Rural	8.754,7	8.886,6	3.174,9	2.567,3	1.776,8	-1,5%	78,7%	23,7%
Total	56.029,2	47.721,5	17.206,1	15.086,2	12.936,6	17,4%	33,0%	14,1%

(1) O volume concedido não inclui valores a faturar/debitar de cartões de crédito e débito.

O **índice de inadimplência de 90 dias**, 1,73% em dezembro de 2024, apresentou redução de 0,22 pp. em doze meses e de 0,35 pp. em três meses. O saldo de operações de crédito vencidas há mais de 90 dias apresentou aumento de 2,4% em doze meses e redução de 10,5% em três meses. O saldo de provisão para perdas de crédito apresentou crescimento de 1,1% em doze meses, refletindo, em especial, a rolagem da carteira por níveis de *rating*, a provisão adicional para o crédito consignado, incremento das operações em atraso e da carteira de crédito. Frente a setembro de 2024, apresentou aumento de 0,9% ou R\$22,6 milhões, refletindo, em especial, a rolagem da carteira por níveis de *rating*, a provisão adicional para o crédito consignado e incremento da carteira de crédito num contexto de redução das operações em atraso.

Indicadores de Qualidade do Crédito – %

	Dez 2024	Set 2024	Dez 2023
Carteira de Crédito Risco Normal / Carteira Total	93,2%	93,9%	93,5%
Carteira de Crédito Risco 1 e 2 / Carteira Total	6,8%	6,1%	6,5%
Índice de Inadimplência > 90 dias	1,73%	2,08%	1,95%
Índice de Cobertura 90 dias ⁽¹⁾	242,6%	215,3%	245,6%
Índice de Provisionamento ⁽²⁾	4,2%	4,5%	4,8%

(1) Provisão para perdas de crédito / atrasos > 90 dias.

(2) Provisão para perdas de crédito / carteira de crédito.

Os **recursos captados e administrados**, constituídos por depósitos, recursos em letras, dívida subordinada e recursos de terceiros administrados, totalizaram R\$116.129,2 milhões em dezembro de 2024, com aumento de R\$14.560,4 milhões em comparação com dezembro de 2023, influenciado, principalmente, pelo



incremento dos depósitos e dos recursos administrados. No comparativo com setembro de 2024, houve um aumento de R\$4.175,2 milhões, face, especialmente, ao crescimento dos depósitos e dos recursos em letras.

Recursos Captados e Administrados - R\$ Milhões

	Dez 2024	Set 2024	Dez 2023	Dez 2024/ Dez 2023	Dez 2024/ Set 2024
Depósitos	88.194,9	85.041,9	76.761,1	14,9%	3,7%
Recursos em Letras ⁽¹⁾	7.358,3	6.878,5	6.581,7	11,8%	7,0%
Dívida Subordinada ⁽²⁾	1.880,7	1.645,2	1.450,7	29,6%	14,3%
Total Recursos Captados	97.433,9	93.565,6	84.793,5	14,9%	4,1%
Recursos Administrados	18.695,4	18.388,4	16.775,3	11,4%	1,7%
Total Recursos Captados e Administrados	116.129,2	111.954,0	101.568,8	14,3%	3,7%

(1) Letras Financeiras, Letras Financeiras Subordinadas, Letras de Crédito Imobiliário e do Agronegócio.

(2) Refere-se à captação externa subordinada.

O **patrimônio líquido** alcançou R\$10.413,7 milhões em dezembro de 2024, com aumento de 7,7% ou R\$744,8 milhões frente a dezembro de 2023, refletindo, especialmente, incorporação de resultados gerados, pagamentos de juros sobre o capital próprio e provisionamento de dividendos, bem como o remensuramento do passivo atuarial, referente aos benefícios pós-emprego (CPC33(R1)). Frente a setembro de 2024, o PL apresentou crescimento de 1,5% ou R\$156,2 milhões refletindo, principalmente, a incorporação dos resultados gerados, o pagamento de juros sobre o capital próprio, provisionamento de dividendos e o remensuramento do passivo atuarial, referente aos benefícios pós-emprego (CPC33(R1)).

Em **impostos e contribuições próprios**, o Banrisul recolheu e provisionou R\$1.091,0 milhões no ano de 2024. Os tributos retidos e repassados, incidentes diretamente sobre a intermediação financeira e demais pagamentos, somaram R\$1.127,9 milhões no período.

Guidance

O Banrisul participou ativamente da reconstrução do Estado do Rio Grande do Sul após o evento climático severo ocorrido ao final do primeiro semestre de 2024. O desempenho apresentado no ano ainda reafirmou a solidez e rentabilidade da instituição mesmo diante dos desafios enfrentados.

A carteira de crédito total apresentou forte incremento, superando a marca de R\$62,0 bilhões em saldo, desempenho superior ao intervalo de crescimento previsto. Os esforços empregados pela instituição para mitigar os efeitos adversos locais contribuíram para esse crescimento, que teve como vetor o Banrisul Reconstruir RS. O programa foi implementado para auxiliar famílias e empresas, ofertando refinanciamentos e prorrogações de operações de crédito, além do lançamento de novos produtos, como a Conta Única Banrisul, que ampliou o acesso a capital de giro para o segmento empresarial. Para 2025, apesar do maior nível de taxas de juros esperado, o Banrisul segue confiante em relação ao volume de concessões de crédito, amparado na expectativa de retomada dos negócios e investimentos, nas ações de reconstrução da infraestrutura do Estado e nas projeções otimistas para as safras agrícolas.

Em 2024, o desempenho da margem financeira foi bastante expressivo, resultante das ações implementadas para melhoria da rentabilidade. No entanto, a margem financeira se manteve levemente abaixo do intervalo esperado como consequência das medidas emergenciais que ocasionaram aumento na liquidez imediata dos clientes. A projeção para 2025 reflete o patamar mais elevado do ano anterior, com a continuidade da estratégia focada em resultado, combinada com o crescimento da carteira. As receitas de recuperação de créditos baixados a prejuízo deixam de compor a margem financeira a partir de 2025.

A despesa com provisão para perdas em relação à carteira de crédito realizou dentro do intervalo esperado, o que demonstra a manutenção da qualidade dos créditos concedidos. Para 2025, o indicador foi renomeado para custo de crédito devido à inclusão da receita de recuperação de créditos baixados a prejuízo no seu cálculo, alinhada à implementação da Resolução nº 4.966/21. Essa mudança é o que baliza o menor patamar de intervalo.

Em relação às despesas administrativas, o Banrisul manteve os gastos sob controle, registrando indicadores dentro do esperado para o ano, ainda que tenham sido direcionados recursos para a reconstrução de agências em localidades atingidas pelas enchentes e aportados recursos para a recuperação do setor cultural do Estado. Para 2025, as perspectivas contemplam maiores investimentos em tecnologia, voltados ao crescimento dos negócios, à melhoria dos processos e ao reposicionamento comercial da instituição.



Perspectivas Banrisul

	Projetado ⁽²⁾	Revisado ⁽³⁾	Ano 2024 Realizado
Carteira de Crédito Total	2% a 7%	3% a 8%	15,6%
Margem Financeira	25% a 30%	18% a 23%	16,2%
Despesa Provisão Crédito / Carteira Crédito	2,5% a 3,5%	2% a 3%	2,2%
Despesas Administrativas ⁽¹⁾	6% a 10%	5% a 9%	7,6%

(1) Despesas Administrativas excluídas as comissões de correspondentes bancários.

(2) Divulgado no 4T23 e mantido no 1T24.

(3) Divulgado no 1S24.

	Ano 2025 Projetado
Carteira de Crédito Total	6% a 10%
Margem Financeira ⁽¹⁾	7% a 12%
Custo de Crédito ⁽²⁾	1,2% a 2,2%
Despesas Administrativas ⁽³⁾	7% a 11%

(1) Excluídas as Receitas de Recuperação de Créditos Baixados para Prejuízo.

(2) Despesas de Provisão para Perdas de Crédito líquidas das Receitas de Recuperação de Créditos Baixados a Prejuízo.

(3) Despesas Administrativas excluídas as comissões de correspondentes bancários.

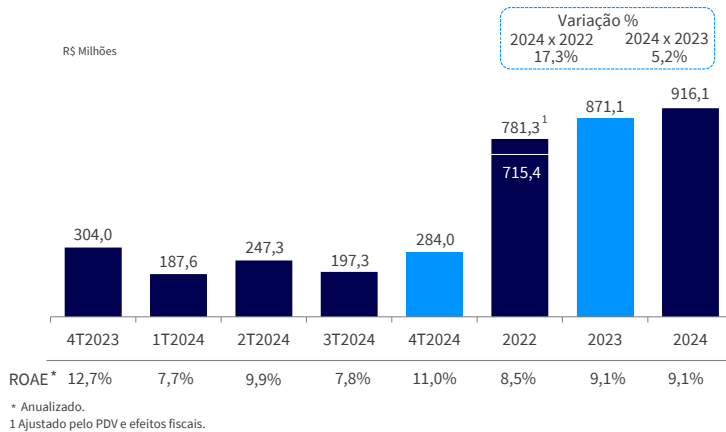
Porto Alegre, 12 de fevereiro de 2025.



ANÁLISE DE DESEMPENHO

Apresentamos a Análise de Desempenho do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., relativa ao quarto trimestre e exercício de 2024.

Lucro Líquido



O lucro líquido do ano de 2024 totalizou R\$916,1 milhões e apresentou elevação de 5,2% ou R\$45,0 milhões frente ao ano de 2023, refletindo especialmente (i) aumento da margem financeira, em R\$886,9 milhões; (ii) estabilidade das despesas de provisão de provisão para perdas de crédito; (iii) aumento das receitas de prestação de serviços, em R\$164,6 milhões; (iv) ligeiro aumento das despesas administrativas em R\$299,9 milhões; (v) resultado desfavorável das outras receitas operacionais, líquidas

de outras despesas operacionais, em R\$410,4 milhões; (vi) maior fluxo das despesas com provisões trabalhistas, fiscais e cíveis em R\$121,6 milhões, e (vi) consequente efeito tributário e Programa de Participação nos Resultados (PPR).

O lucro líquido do 4T2024 totalizou R\$284,0 milhões e apresentou redução de 6,6% ou R\$20,0 milhões frente ao 4T2023, refletindo especialmente (i) aumento da margem financeira em R\$212,4 milhões, (ii) maior fluxo das despesas de provisão para perdas de crédito em R\$108,1 milhões, (iii) aumento das receitas de prestação de serviços em R\$24,7 milhões, (iv) aumento das despesas administrativas em R\$85,8 milhões, (v) resultado desfavorável das outras receitas operacionais líquidas de outras despesas operacionais, em R\$135,7 milhões, (vi) maior fluxo das despesas com provisões trabalhistas, fiscais e cíveis em R\$66,4 milhões, e (vii) consequente efeito tributário e PPR.

Frente ao 3T2024, o lucro líquido do 4T2024 apresentou aumento de 44,0% ou R\$86,7 milhões, refletindo especialmente (i) crescimento da margem financeira em R\$152,6 milhões, (ii) maior fluxo das despesas de provisão para perdas de crédito em R\$25,5 milhões, (iii) elevação das receitas de prestação de serviços em R\$14,5 milhões, (iv) relativa estabilidade das despesas administrativas, (v) resultado desfavorável das outras despesas operacionais líquidas de outras receitas operacionais em R\$32,4 milhões, (vi) maior fluxo das despesas com provisões trabalhistas, fiscais e cíveis em R\$79,0 milhões; e (vii) consequente efeito tributário e PPR.

Margem Financeira Analítica

A margem analítica apresentada foi apurada com base nos saldos médios de ativos e passivos, calculados a partir dos saldos finais dos meses que compõem os respectivos períodos analisados. A tabela a seguir apresenta os ativos geradores de receitas e os passivos onerosos, os correspondentes valores de receitas de intermediação financeira sobre ativos e despesas de intermediação financeira sobre passivos, bem como as taxas médias efetivas geradas. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receitas quando efetivamente recebidas. Os saldos médios das aplicações interfinanceiras de liquidez e os recursos aplicados ou captados no mercado interbancário correspondem ao valor de resgate, deduzidos das receitas ou despesas a apropriar equivalentes a períodos futuros. Os saldos médios dos depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses incluem os encargos exigíveis até a data de encerramento das Demonstrações Financeiras, reconhecidos em base *pro rata die*. No que se refere às despesas vinculadas a essas rubricas, àquelas relativas a depósitos incluem as despesas pelas contribuições ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

A margem sobre ativos rentáveis diminuiu 0,04 pp. na comparação entre os anos de 2024 e 2023, alcançando 5,27% no ano de 2024. Os ativos médios rentáveis aumentaram 17,0% enquanto os passivos onerosos apresentaram crescimento de 19,1%.

A variação cambial, especialmente em operações de crédito (câmbio e financiamentos em moeda estrangeira), instrumentos financeiros derivativos, dívida subordinada e repasses no exterior, e a redução da Taxa Selic impactaram as taxas dos ativos rentáveis e dos passivos onerosos no período. Além dos juros básicos da economia, que referenciam as operações no setor financeiro, a estrutura de ativos e passivos, bem como os prazos e as condições de juros pactuadas são fatores determinantes na formação da margem auferida a cada período.

No que se refere à estrutura, dentre os ativos rentáveis, destacam-se: a) operações de TVM, totalizando 47,4% desses ativos, com aumento de 3,7 pp. entre os anos de 2024 e 2023; b) operações de crédito, representando 42,9% desses ativos, com redução de 3,2 pp. no ano. Em relação aos passivos onerosos, destacam-se: a) depósitos a prazo, representando 51,7% desses passivos no ano de 2024, com redução de 0,5 pp. frente a 2023; b) captação no mercado aberto, representando 18,2% dos passivos onerosos, com aumento de 2,0 pp. no ano; e c) depósitos de poupança, representando 10,2% dos passivos onerosos, com diminuição de 1,8 pp. no ano.

Margem Financeira Analítica – R\$ Milhões e %

	2024			2023			2022		
	Balanco Médio	Receita Despesa	Taxa Média	Balanco Médio	Receita Despesa	Taxa Média	Balanco Médio	Receita Despesa	Taxa Média
Ativos Rentáveis	121.005,9	17.272,0	14,27%	103.429,5	15.734,1	15,21%	96.247,3	12.992,5	13,50%
Operações de Crédito ⁽¹⁾	51.921,0	9.882,9	19,03%	47.644,7	8.949,8	18,78%	41.657,3	7.381,3	17,72%
Títulos e Valores Mobiliários ⁽²⁾	57.337,8	5.796,2	10,11%	45.205,4	5.602,7	12,39%	43.872,1	5.182,0	11,81%
Instrumentos Financeiros Derivativos ⁽³⁾	114,7	396,1	345,44%	(566,7)	(113,4)	20,01%	13,2	(725,2)	5.494,09%
Compulsórios	10.618,7	1.138,5	10,72%	10.124,6	1.223,5	12,08%	9.514,8	1.075,5	11,30%
Outros	1.013,7	58,2	5,74%	1.021,5	71,5	7,00%	1.190,0	78,9	6,63%
Ativos Não Rentáveis	15.458,7	-	-	14.307,0	-	-	13.620,7	-	-
Ativos Totais	136.464,7	17.272,0	12,66%	117.736,5	15.734,1	13,36%	109.867,9	12.992,5	11,83%
Passivos Onerosos	110.547,7	(10.896,4)	9,86%	92.830,6	(10.245,3)	11,04%	85.282,6	(8.323,7)	9,76%
Depósitos Interfinanceiros	1.771,2	(120,8)	6,82%	2.620,0	(202,5)	7,73%	1.284,9	(76,2)	5,93%
Depósitos de Poupança	11.315,4	(757,4)	6,69%	11.144,2	(840,5)	7,54%	11.494,7	(854,6)	7,43%
Depósitos a Prazo	57.115,5	(5.194,6)	9,09%	48.474,3	(5.306,1)	10,95%	46.420,9	(4.901,7)	10,56%
Depósitos Judiciais e Administrativos	8.012,4	(825,2)	10,30%	6.644,7	(873,5)	13,15%	5.434,6	(697,1)	12,83%
Captações no Mercado Aberto	20.165,6	(2.121,7)	10,52%	15.053,3	(1.927,1)	12,80%	13.734,7	(1.723,2)	12,55%
Recursos em Letras ⁽⁴⁾	6.934,1	(691,8)	9,98%	4.439,7	(511,7)	11,53%	2.348,2	(266,8)	11,36%
Dívida Subordinada	1.625,3	(531,2)	32,68%	1.163,0	(375,3)	32,27%	1.713,5	447,7	-26,12%
Obrigações por Empréstimos e Repasses no País	2.013,8	(109,3)	5,43%	2.384,3	(133,9)	5,61%	1.747,1	(82,4)	4,72%
Obrigações por Empréstimos e Repasses no Exterior	1.594,4	(544,4)	34,14%	907,3	(74,9)	8,25%	1.104,0	(169,3)	15,34%
Passivos Não Onerosos	15.859,2	-	-	15.385,8	-	-	15.505,1	-	-
Patrimônio Líquido	10.057,8	-	-	9.520,2	-	-	9.080,3	-	-
Passivos e PL	136.464,7	(10.896,4)	7,98%	117.736,5	(10.245,3)	8,70%	109.867,9	(8.323,7)	7,58%
Spread			4,67%			4,66%			4,25%
Margem Financeira		6.375,6	5,27%		5.488,7	5,31%		4.668,8	4,85%

(1) Inclui adiantamentos de contratos de câmbio, operações de arrendamento mercantil e outros créditos com característica de concessão de crédito. As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo valor presente líquido dos contratos de arrendamento.

(2) Inclui as aplicações interfinanceiras de liquidez.

(3) Inclui posições na modalidade de swap e de contratos futuros de DI.

(4) Inclui letras financeiras, letras financeiras subordinadas, letras de crédito imobiliário e do agronegócio.

Variações nas receitas e despesas de juros: volumes e taxas

A margem financeira do ano de 2024, R\$6.375,6 milhões, apresentou crescimento de 16,2% ou R\$886,9 milhões em relação ao ano anterior, refletindo o aumento das receitas com juros em volume mais expressivo que o aumento das despesas com juros. O crescimento das receitas está relacionado, especialmente, à ampliação do volume médio dos ativos rentáveis, com destaque para as operações de crédito e para as aplicações em tesouraria. A elevação das despesas está relacionada ao crescimento do volume médio dos passivos onerosos, em especial, dos depósitos, da captação no mercado aberto e dos recursos em letras, trajetória minimizada pela diminuição das taxas médias dos passivos onerosos, com destaque para os depósitos, cujas taxas foram influenciadas pela queda da Taxa Selic efetiva.

As variações no volume e na taxa de juros foram calculadas com base nas movimentações dos saldos médios durante o período e nas variações das taxas médias de juros, incluídas as variações no câmbio, sobre os ativos geradores de receitas e passivos onerosos. A variação de taxa foi calculada pela oscilação na taxa de juros no período multiplicada pela média dos ativos geradores de receitas ou pela média dos passivos onerosos no



segundo período. A variação de volume foi computada como a diferença entre o volume de juros do período mais recente e o anterior.

A tabela a seguir apresenta a alocação das variações nas receitas e despesas de juros pela mudança no volume médio dos ativos rentáveis e dos passivos onerosos e pela variação da taxa média de juros sobre esses ativos e passivos: (i) 2024 vs 2023 e (ii) 2023 vs 2022.

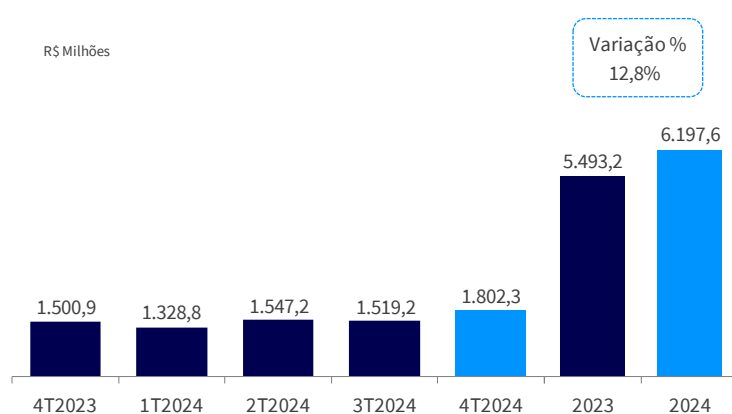
Variações nas Receitas e Despesas de Juros: Volumes e Taxas - R\$ Milhões

	2024/2023			2023/2022		
	Aumento / Redução			Aumento / Redução		
	Devido à Variação em:			Devido à Variação em:		
	Volume Médio	Taxa Juros	Variação Líquida	Volume Médio	Taxa Juros	Variação Líquida
Ativos Rentáveis						
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos	812,6	120,5	933,1	1.105,9	462,6	1.568,5
Títulos e Valores Mobiliários	618,1	(424,7)	193,5	160,5	260,2	420,6
Instrumentos Financeiros Derivativos ⁽¹⁾	(40,7)	550,3	509,6	598,2	13,7	611,8
Compulsórios	57,7	(142,7)	(85,0)	71,2	76,8	148,1
Outros	(0,5)	(12,7)	(13,2)	(11,6)	4,1	(7,5)
Total (a)	1.447,2	90,7	1.537,9	1.924,1	817,4	2.741,5
Passivos Onerosos						
Depósitos Interfinanceiros	53,5	28,1	81,6	(97,8)	(28,5)	(126,3)
Depósitos de Poupança	(12,7)	95,8	83,0	26,3	(12,2)	14,2
Depósitos a Prazo	(863,8)	975,2	111,4	(221,2)	(183,3)	(404,4)
Depósitos Judiciais e Administrativos	(160,8)	209,2	48,3	(158,7)	(17,7)	(176,4)
Captações no Mercado Aberto	(409,2)	214,7	(194,5)	(168,2)	(35,8)	(204,0)
Recursos em Letras ⁽²⁾	(236,7)	56,7	(180,1)	(241,0)	(3,9)	(244,8)
Dívida Subordinada	(150,8)	(5,1)	(155,9)	(103,4)	(719,5)	(822,9)
Obrigações por Empréstimos e Repasses no País	19,9	4,6	24,6	(33,8)	(17,6)	(51,4)
Obrigações por Empréstimos e Repasses no Exterior	(91,3)	(378,2)	(469,5)	38,9	55,6	94,5
Total (b)	(1.851,9)	1.200,9	(651,0)	(958,8)	(962,8)	(1.921,6)
Margem Financeira (a + b)	(404,7)	1.291,6	886,9	965,3	(145,4)	819,9

(1) Inclui posições na modalidade de swap e de contratos futuros de DI. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados pelo Banrisul para mitigar os riscos de oscilações cambiais da captação no mercado externo e de variações na taxa CDI para operações casadas com Título Públicos Federais prefixados. Nesse sentido, as variações apresentadas podem ser analisadas em conjunto com os ativos e passivos aos quais estão vinculados.

(2) Inclui letras financeiras, letras financeiras subordinadas, letras de crédito imobiliário e do agronegócio.

Resultado de Tesouraria



O resultado de aplicações em tesouraria (resultado de títulos e valores mobiliários (TVM) somado ao resultado de instrumentos financeiros derivativos) do ano de 2024 apresentou crescimento de 12,8% ou R\$704,4 milhões frente ao ano de 2023, refletindo a evolução favorável do resultado com instrumentos financeiros derivativos, face à variação cambial e marcação a mercado nas condições previstas no novo swap contratado em fevereiro/2024, e o aumento no resultado de TVM, face

especialmente ao aumento no saldo, em um contexto de redução da Taxa Selic efetiva.

Na comparação com o 4T2023, o resultado de aplicações em tesouraria do 4T2024 demonstrou crescimento de 20,1% ou R\$301,4 milhões, impactado pelo incremento do resultado de TVM, refletindo, em especial, a elevação no saldo, num ambiente de menor Taxa Selic efetiva, e pelo resultado favorável de instrumentos financeiros derivativos, face à variação cambial e à marcação a mercado nas condições previstas no novo swap.

Frente ao 3T2024, o resultado de aplicações em tesouraria do 4T2024 apresentou aumento de 18,6% ou R\$283,1 milhões, que reflete, especialmente, o resultado favorável de instrumentos financeiros derivativos, face à variação cambial e à marcação a mercado.

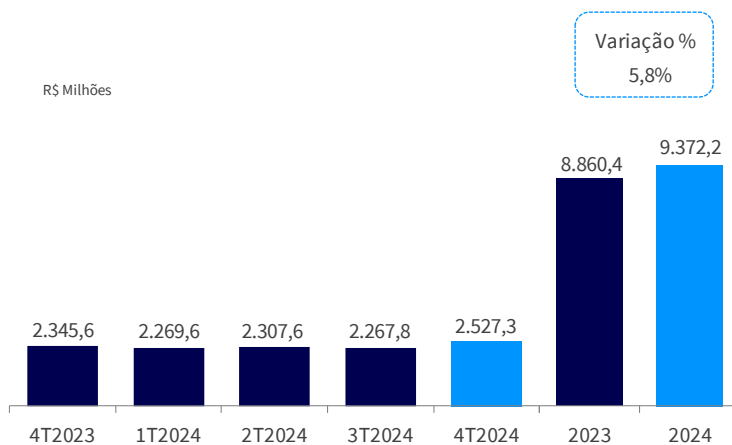


Resultado de Aplicações Compulsórias

O resultado de aplicações compulsórias do ano de 2024 somou R\$1.191,5 milhões, com redução de 7,7% ou R\$99,5 milhões frente ao ano anterior, refletindo, especialmente, a retração nas receitas de depósitos compulsórios vinculados aos recursos de poupança, em função da liberação dos depósitos compulsórios de poupança, trajetória parcialmente compensada pela elevação das rendas de depósitos compulsórios vinculados aos recursos a prazo.

No 4T2024, o resultado de aplicações compulsórias somou R\$314,3 milhões, com relativa estabilidade frente ao 4T2023. Em relação ao 3T2024, o resultado de aplicações compulsórias do 4T2024 apresentou elevação de 5,9% ou R\$17,5 milhões, influenciada, em especial, pelo incremento nas rendas de depósitos compulsórios vinculados aos recursos a prazo, face ao aumento do saldo e elevação da Taxa Selic efetiva.

Receitas de Operações de Crédito



As receitas de operações de crédito do ano de 2024, que incluem as receitas de arrendamento mercantil e de outros créditos, apresentaram crescimento de 5,8% ou R\$511,8 milhões frente ao ano de 2023, influenciado, em especial, pelo aumento nas rendas do crédito rural, crédito comercial e financiamento de longo prazo.

Na comparação com o 4T2023, as receitas de operações de crédito do 4T2024 demonstraram crescimento de

7,7% ou R\$181,6 milhões, face, especialmente, ao crescimento das receitas do crédito rural, crédito comercial e financiamento de longo prazo.

Frente ao 3T2024, as receitas de operações de crédito do 4T2024 apresentaram aumento de 11,4% ou R\$259,5 milhões, refletindo, principalmente, o aumento das receitas do crédito comercial, crédito rural, recuperação de créditos baixados para prejuízo e financiamento de longo prazo.

Receitas do Crédito Comercial Pessoa Física e Jurídica

As receitas do crédito comercial no ano de 2024 apresentaram aumento de 1,9% ou R\$128,8 milhões frente ao ano de 2023, de 3,5% ou R\$59,3 milhões na comparação entre o 4T2024 e o 4T2023 e de 5,1% ou R\$86,4 milhões em relação ao 3T2024.

As receitas do crédito comercial pessoa física (PF) representam 77,2% do total de receitas do crédito comercial no ano de 2024 e apresentaram aumento de 5,1% ou R\$259,6 milhões na comparação com o ano de 2023, influenciado, especialmente, pelo incremento nas receitas do crédito pessoal e do crédito consignado, impactado pelo aumento nas taxas médias do consignado e incremento nos saldos. As receitas do crédito comercial PF do 4T2024 demonstraram crescimento de 5,4% ou R\$70,5 milhões na comparação com o 4T2023 e de 5,9% ou R\$76,5 milhões frente ao 3T2024, trajetórias influenciadas, principalmente, pelo aumento das rendas do crédito pessoal, cheque especial e crédito consignado, face em especial ao incremento nos saldos.

As receitas do crédito comercial pessoa jurídica (PJ) representam 22,8% do total de receitas do crédito comercial no ano de 2024 e apresentaram redução de 7,7% ou R\$130,8 milhões frente ao ano de 2023 e de 2,7% ou R\$11,2 milhões na comparação entre o 4T2024 e o 4T2023, trajetórias influenciadas, especialmente, pela diminuição nas receitas das linhas de capital de giro, motivada, especialmente, pela redução nas taxas médias e no saldo do produto, compensada, em parte, pelo aumento nas receitas da conta devedora, com destaque para as operações da Conta Única. Frente ao 3T2024, as receitas de crédito comercial PJ do 4T2024 demonstraram aumento de 2,5% ou R\$9,9 milhões, face, em especial, ao crescimento das rendas da conta devedora, com destaque para as operações de Conta Única, motivada, especialmente pelo aumento no saldo,

trajetória compensada parcialmente pela redução das receitas das linhas de capital de giro e renegociação, face especialmente à redução nos saldos.

Receitas do Crédito Comercial – Pessoa Física e Jurídica – R\$ Milhões

	2024	2023	4T2024	3T2024	4T2023	2024/ 2023	4T2024/ 4T2023	4T2024/ 3T2024
Pessoa Física	5.305,1	5.045,5	1.377,3	1.300,8	1.306,7	5,1%	5,4%	5,9%
Aquisição de Bens - Não Consignado	55,6	62,1	14,2	13,8	14,5	-10,5%	-2,6%	2,7%
Cartão de Crédito ⁽¹⁾	328,3	338,9	98,4	97,4	93,1	-3,1%	5,7%	1,1%
Cheque Especial	526,4	508,8	138,8	121,1	126,6	3,4%	9,6%	14,7%
Crédito Consignado	3.525,1	3.413,7	891,3	852,4	884,5	3,3%	0,8%	4,6%
Crédito Pessoal - Não Consignado	706,9	585,7	193,1	177,6	150,8	20,7%	28,0%	8,7%
Outros	162,8	136,2	41,6	38,5	37,1	19,5%	12,0%	8,1%
Pessoa Jurídica	1.565,9	1.696,7	400,2	390,2	411,4	-7,7%	-2,7%	2,5%
Aquisição de Bens	41,7	53,4	10,0	10,3	12,0	-21,8%	-16,4%	-2,2%
Cartão de Crédito ⁽¹⁾	18,9	14,1	4,8	6,0	4,4	33,9%	8,7%	-19,4%
Capital de Giro	1.022,1	1.222,1	233,7	247,9	293,3	-16,4%	-20,3%	-5,7%
Contas Devedoras	367,6	300,8	123,8	86,5	74,7	22,2%	65,7%	43,1%
Outros	115,6	106,3	27,9	39,6	26,9	12,5%	4,7%	-29,7%
Total	6.871,0	6.742,2	1.777,4	1.691,0	1.718,1	1,9%	3,5%	5,1%

(1) Refere-se ao cartão de crédito - rotativo.

As taxas médias mensais do crédito comercial no ano de 2024 apresentaram aumento frente ao ano de 2023 e na comparação do 4T2024 com o 4T2023, com destaque para o aumento nas taxas médias dos produtos cartão de crédito e crédito consignado na carteira comercial PF e do cartão de crédito na carteira comercial PJ. Na comparação com o 3T2024, as taxas médias mensais da carteira de crédito comercial do 4T2024 apresentaram elevação, com destaque para o aumento nas taxas médias do produto cartão de crédito das carteiras comercial PF e PJ.

Na carteira comercial PF, o principal produto, crédito consignado, apresentou aumento das taxas médias mensais no comparativo do ano de 2024 com o ano de 2023 e do 4T2024 com o 4T2023, e estabilidade no último trimestre. As taxas médias mensais da carteira comercial PF carregam o efeito do estoque de operações pré-fixadas, bem como são afetadas pelas condições de competitividade.

O principal produto da carteira comercial PJ, capital de giro, apresentou redução nas taxas médias mensais no comparativo do ano de 2024 com o ano de 2023 e do 4T2024 com o 4T2023, em linha com a trajetória da taxa básica de juros, impactadas também pelas condições de competitividade no mercado de crédito.

Taxas Médias Mensais do Crédito Comercial - Pessoa Física e Jurídica - % e pp.

	2024	2023	4T2024	3T2024	4T2023	2024/ 2023	4T2024/ 4T2023	4T2024/ 3T2024
Pessoa Física	1,93%	1,90%	1,96%	1,94%	1,92%	0,03	0,04	0,02
Aquisição de Bens - Não Consignado	1,40%	1,44%	1,42%	1,42%	1,42%	(0,04)	-	-
Cartão de Crédito ⁽¹⁾	10,23%	9,98%	11,42%	11,07%	10,07%	0,25	1,35	0,35
Cheque Especial	7,83%	7,95%	7,41%	7,94%	7,97%	(0,12)	(0,56)	(0,53)
Crédito Consignado	1,54%	1,48%	1,54%	1,54%	1,52%	0,06	0,02	-
Crédito Pessoal - Não Consignado	2,67%	3,35%	2,70%	2,64%	3,01%	(0,68)	(0,31)	0,06
Outros	1,30%	1,30%	1,26%	1,28%	1,33%	-	(0,07)	(0,02)
Pessoa Jurídica	1,59%	1,67%	1,59%	1,55%	1,64%	(0,08)	(0,05)	0,04
Aquisição de Bens	1,33%	1,40%	1,35%	1,35%	1,37%	(0,07)	(0,02)	-
Cartão de Crédito ⁽¹⁾	13,59%	12,05%	15,33%	15,26%	12,23%	1,54	3,10	0,07
Capital de Giro	1,38%	1,53%	1,36%	1,38%	1,49%	(0,15)	(0,13)	(0,02)
Contas Devedoras	4,74%	6,35%	2,96%	3,80%	6,33%	(1,61)	(3,37)	(0,84)
Outros	0,67%	0,67%	0,74%	0,67%	0,66%	-	0,08	0,07
Total	1,85%	1,84%	1,87%	1,84%	1,85%	0,01	0,02	0,03

(1) Refere-se à taxa média mensal do cartão de crédito - rotativo.

Resultado de Operações de Câmbio

O resultado de operações de câmbio no ano de 2024, R\$510,6 milhões, apresentou crescimento de R\$421,3 milhões frente ao ano de 2023, refletindo, especialmente, o aumento no saldo da carteira e a variação cambial. Nas comparações trimestrais, o resultado de operações de câmbio do 4T2024 demonstrou aumento de R\$277,8 milhões frente ao 4T2023 e de R\$240,4 milhões na comparação com o 3T2024, refletindo o aumento no saldo da carteira e a variação da moeda brasileira frente ao dólar, que apresentou desvalorização de 10,02% no 4T2024, valorização de 3,32% no 4T2023 e desvalorização de 2,83% no 3T2024. As operações de



câmbio no Banrisul são casadas com *funding* em moeda estrangeira, logo, a variação nas receitas é compensada, proporcionalmente, por variação nas despesas com obrigações de empréstimos e repasses em moeda estrangeira.

Despesas de Captação no Mercado

As despesas de captação no mercado no ano de 2024 apresentaram aumento de 2,1% ou R\$206,1 em relação ao ano de 2023, refletindo o aumento das despesas com operações compromissadas, recursos em letras e dívida subordinada, minimizado pela diminuição das despesas com depósitos.

Na comparação entre o 4T2024 e o 4T2023, as despesas de captação demonstraram crescimento de 9,0% ou R\$238,9 milhões, refletindo, especialmente, o aumento das despesas com depósitos, impactado, em especial, pelo incremento no saldo, ainda que a Taxa Selic efetiva, que referencia maior parte da captação, tenha apresentado redução no período. A partir do 4T2023 houve o lançamento de produto de CDB vinculado a conta corrente, com taxa de remuneração prefixada.

Frente ao 3T2024, as despesas de captação no mercado do 4T2024 apresentaram crescimento de 14,5% ou R\$365,2 milhões, influenciado, em especial, pelo aumento das despesas com a dívida subordinada, face à variação cambial e marcação a mercado da obrigação, e pelo aumento das despesas com depósitos e operações compromissadas, impactadas pelo aumento nos saldos e na Taxa Selic efetiva.

Despesas de Captação no Mercado – R\$ Milhões

	2024	2023	4T2024	3T2024	4T2023	2024/ 2023	4T2024/ 4T2023	4T2024/ 3T2024
Depósitos ⁽¹⁾	6.898,1	7.222,5	1.867,4	1.793,5	1.656,3	-4,5%	12,7%	4,1%
Operações Compromissadas	2.121,7	1.927,1	609,1	546,4	495,9	10,1%	22,8%	11,5%
Recursos em Letras ⁽²⁾	691,8	511,7	180,7	171,8	155,5	35,2%	16,2%	5,2%
Resultado da Dívida Subordinada	531,2	375,3	235,5	15,7	346,1	41,6%	-31,9%	1.402,7%
Total	10.242,7	10.036,6	2.892,7	2.527,4	2.653,8	2,1%	9,0%	14,5%

(1) Inclui as despesas do FGC.
(2) Inclui Letras Financeiras Subordinadas.

Custo de Captação

O custo de captação foi apurado com base nos saldos médios dos recursos captados, vinculados aos correspondentes valores das despesas efetivas de captação, gerando as taxas médias. Entre os passivos, foram agrupados como produtos de captação, os depósitos e os recursos de aceites e emissão de títulos.

O preço médio da captação no 4T2024, 2,19%, diminuiu 0,06 pp. em relação ao 4T2023 e aumentou 0,02 pp. frente ao 3T2024, em linha com a trajetória da Taxa Selic efetiva. O indicador de custo médio em relação à Taxa Selic efetiva, 81,87% no 4T2024, apresentou crescimento de 2,50 pp. frente ao 4T2023 e redução de 0,74 pp. na comparação com o 3T2024.

O custo médio dos depósitos a prazo, cujo saldo representa 65,6% do conjunto de rubricas demonstradas na tabela a seguir, em relação à Taxa Selic efetiva, alcançou 85,44% no 4T2024, com elevação de 0,09 pp. frente ao 4T2023 e retração de 0,81 pp. em relação ao 3T2024.



Custo de Captação – R\$ Milhões e %

	4T2024			3T2024			4T2023		
	Saldo Médio ⁽¹⁾	Despesa Acum.	Custo Médio	Saldo Médio ⁽¹⁾	Despesa Acum.	Custo Médio	Saldo Médio ⁽¹⁾	Despesa Acum.	Custo Médio
Depósitos a Prazo	61.314,7	(1.401,7)	2,29%	58.862,2	(1.336,5)	2,27%	50.218,7	(1.214,9)	2,42%
Depósitos Judiciais e Adm.	8.430,5	(219,6)	2,60%	8.224,9	(213,7)	2,60%	6.993,4	(194,0)	2,77%
Depósitos de Poupança	11.458,2	(194,2)	1,70%	11.466,6	(197,4)	1,72%	11.079,3	(189,8)	1,71%
Depósitos à Vista	3.464,7	-	0,00%	3.458,2	-	0,00%	4.018,0	-	0,00%
Depósitos Interfinanceiros	1.457,1	(26,8)	1,84%	1.252,6	(21,5)	1,72%	2.257,4	(36,2)	1,60%
Outros Depósitos	271,4	(0,0)	0,00%	258,6	(0,0)	0,00%	218,2	(0,0)	0,01%
Letras Financeiras ⁽²⁾	1.421,1	(41,8)	2,94%	1.314,4	(38,9)	2,96%	1.285,4	(41,2)	3,21%
Letras de Crédito Imobiliário	2.373,8	(57,1)	2,40%	2.113,7	(51,4)	2,43%	963,1	(24,3)	2,52%
Letras de Crédito do Agronegócio	3.297,2	(81,8)	2,48%	3.415,4	(81,6)	2,39%	3.010,5	(79,4)	2,64%
Despesas de Contribuição FGC	-	(24,9)	-	-	(24,3)	-	-	(21,1)	-
Saldo Médio Total / Despesa									
Total	93.488,6	(2.048,1)	2,19%	90.366,7	(1.965,3)	2,17%	80.044,0	(1.800,8)	2,25%
Selic			2,68%			2,63%			2,83%
Custo Médio / Selic			81,87%			82,61%			79,37%
Custo Depósito a Prazo / Selic			85,44%			86,25%			85,35%

(1) Saldos médios obtidos a partir dos saldos finais dos meses que compõem os períodos analisados.

(2) Inclui Letras Financeiras Subordinadas.

Despesas de Empréstimos, Cessões e Repasses

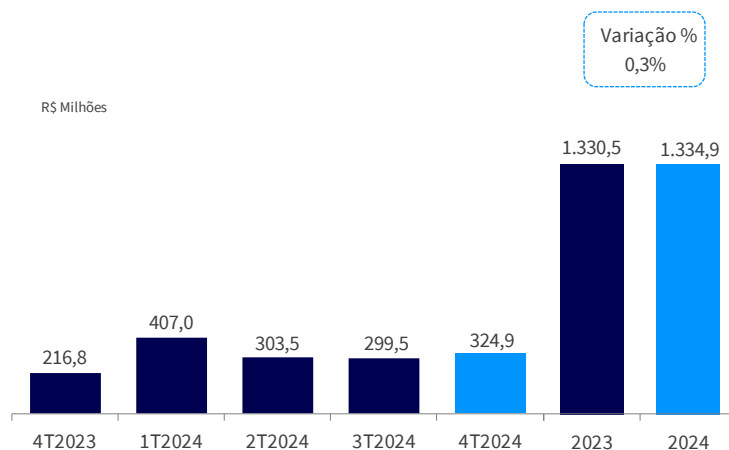
As despesas de empréstimos, cessões e repasses no ano de 2024 apresentaram aumento de R\$444,9 milhões frente às despesas do ano de 2023, de R\$311,6 milhões no comparativo entre o 4T2024 e o 4T2023 e de R\$282,7 milhões em relação ao 3T2024, trajetórias influenciadas, especialmente, pelo aumento nas despesas de repasses em moeda estrangeira, impactadas pela variação cambial do período.

Despesas de Empréstimos e Repasses – R\$ Milhões

	2024	2023	4T2024	3T2024	4T2023	2024/ 2023	4T2024/ 4T2023	4T2024/ 3T2024
Repasses em Moeda Estrangeira	544,4	74,9	302,3	24,3	(12,4)	627,3%	-2.535,5%	1.143,5%
Outros ⁽¹⁾	109,3	133,9	28,3	23,5	31,4	-18,3%	-10,1%	20,0%
Total	653,7	208,7	330,6	47,8	19,0	213,2%	1.640,2%	590,9%

(1) Inclui, especialmente, repasses do BNDES e FINAME.

Despesas de Provisão para Perdas de Crédito



As despesas de provisão para perdas de crédito somaram R\$1.334,9 milhões no ano de 2024 e apresentaram relativa estabilidade com o ano anterior.

No 4T2024, totalizaram R\$324,9 milhões, com aumento de 49,9% ou R\$108,1 milhões frente ao 4T2023, refletindo especialmente, a rolagem da carteira por níveis de *rating*, a constituição de provisão adicional para o crédito consignado, ao efeito base de comparação pela liquidação

de operações de crédito que estavam 100% provisionadas e revisão na política de provisionamento para operações de crédito rural ocorridas no 4T2023, bem como a elevação do saldo das operações de crédito e dos atrasos.

Frente ao 3T2024, as despesas de provisão para perdas de crédito do 4T2024 cresceram 8,5% ou R\$25,5 milhões, face, principalmente, à rolagem da carteira por níveis de *rating*, provisão adicional para o crédito consignado, e elevação da carteira de crédito, num contexto de redução das operações em atraso.



Receitas de Prestação de Serviços

As receitas de prestação de serviços do ano de 2024 apresentaram crescimento de 8,5% ou R\$164,6 milhões em relação às receitas do ano de 2023, com destaque para o aumento das rendas de cartão de crédito, face a reclassificação das receitas de intercâmbio, em linha com a IN BCB 343/2023, receitas anteriormente contabilizadas em outras receitas operacionais, e incremento das receitas de serviços da Banrisul Pagamentos.

As receitas de prestação de serviços do 4T2024 apresentaram crescimento de 4,8% ou R\$24,7 milhões frente ao 4T2023 e de 2,7% ou R\$14,5 milhões no comparativo entre o 4T2024 e 3T2024, trajetórias influenciadas, especialmente, pelo crescimento das receitas de serviços da Banrisul Pagamentos e das rendas de cartão de crédito.

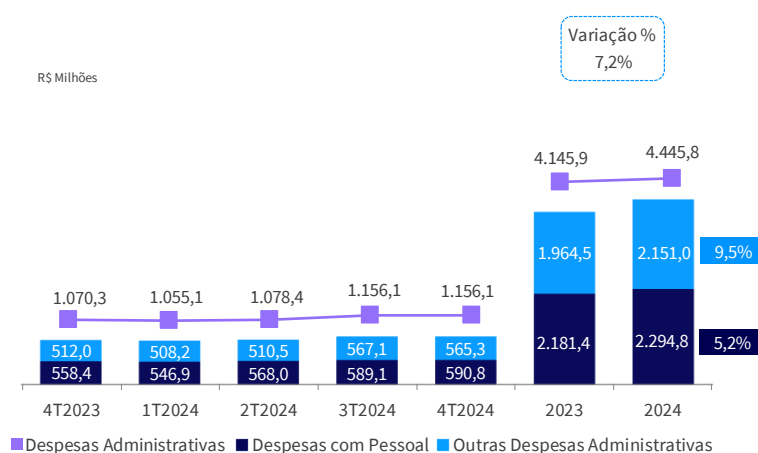
Composição das Receitas de Prestação de Serviços – R\$ Milhões

	2024	2023	4T2024	3T2024	4T2023	2024/ 2023	4T2024/ 4T2023	4T2024/ 3T2024
Administração de Fundos	112,4	85,8	28,5	29,4	25,7	31,0%	10,7%	-3,2%
Receitas de Serviços Banrisul Pagamentos	578,0	516,2	153,5	147,0	134,6	12,0%	14,0%	4,4%
Cartão de Crédito	220,3	127,3	60,5	55,0	52,5	73,1%	15,1%	10,0%
Cobrança e Serviços de Custódia	55,4	54,6	15,1	14,5	12,4	1,6%	22,1%	4,5%
Comissões de Corretagem de Seguros	293,8	287,9	78,4	73,0	74,2	2,1%	5,7%	7,5%
Serviços de Conta Corrente	602,7	619,2	152,3	150,5	158,1	-2,7%	-3,7%	1,2%
Administração de Consórcio	135,1	131,4	29,6	34,4	35,1	2,8%	-15,7%	-13,8%
Demais Receitas ⁽¹⁾	98,7	109,3	25,1	24,9	25,6	-9,7%	-2,1%	0,9%
Total	2.096,4	1.931,8	543,0	528,5	518,3	8,5%	4,8%	2,7%

(1) Inclui, principalmente, rendas de garantias prestadas, receitas de serviço de arrecadação e rendas de tarifas de saque.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas do ano de 2024 apresentaram crescimento de 7,2% ou R\$299,9 milhões frente ao ano de 2023. As despesas administrativas do 4T2024 cresceram 8,0% ou R\$85,8 milhões em relação ao 4T2023 e apresentaram estabilidade na comparação com o 3T2024.



As despesas de pessoal do ano de 2024 apresentaram aumento de 5,2% ou R\$113,4 milhões frente às despesas de pessoal do ano 2023 e 5,8% ou R\$32,4 milhões na comparação entre o 4T2024 e 4T2023, trajetórias influenciadas, especialmente, pelos acordos coletivos da categoria e contratação de novos empregados. Frente ao 3T2024, as despesas de pessoal do 4T2024 demonstraram relativa estabilidade.

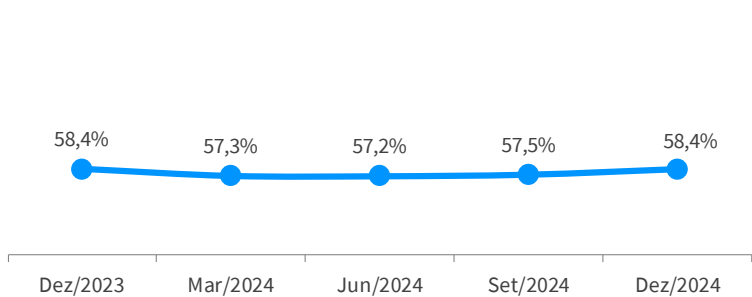
As outras despesas administrativas do ano de 2024 apresentaram crescimento de 9,5% ou R\$186,5 milhões frente ao ano de 2023, e na comparação entre o 4T2024 e o 4T2023 demonstraram aumento de 10,4% ou R\$53,3 milhões, trajetórias influenciadas, especialmente, pelo aumento nas despesas com processamento de dados, com amortização e depreciação, com propaganda, promoções e publicidade e contribuições ao setor cultural no âmbito do programa Reconstruir RS. Frente ao 3T2024, as outras despesas administrativas do 4T2024 apresentaram relativa estabilidade.



Composição das Despesas Administrativas – R\$ Milhões

	2024	2023	4T2024	3T2024	4T2023	2024/ 2023	4T2024/ 4T2023	4T2024/ 3T2024
Despesas de Pessoal	2.294,8	2.181,4	590,8	589,1	558,4	5,2%	5,8%	0,3%
Remuneração Direta, Benefícios e Encargos Sociais	2.288,5	2.176,2	588,3	588,1	557,1	5,2%	5,6%	0,0%
Treinamentos	6,3	5,3	2,5	0,9	1,3	19,8%	89,5%	170,4%
Outras Despesas Administrativas	2.151,0	1.964,5	565,3	567,1	512,0	9,5%	10,4%	-0,3%
Amortização e Depreciação	316,4	276,0	79,3	81,2	72,5	14,7%	9,4%	-2,4%
Água, Energia e Gás	28,7	29,9	6,7	7,0	6,6	-3,8%	0,9%	-4,9%
Aluguéis e Condomínios	165,4	160,6	42,6	42,8	40,8	3,0%	4,4%	-0,4%
Comunicações	58,4	50,5	15,0	16,3	13,4	15,7%	12,2%	-7,5%
Manutenção e Conservação de Bens	84,5	68,1	21,9	24,3	18,3	24,2%	19,7%	-9,7%
Materiais	9,9	12,4	2,3	2,7	2,2	-19,6%	2,5%	-15,7%
Processamento de Dados	255,3	177,2	61,9	59,9	49,3	44,1%	25,6%	3,4%
Propaganda, Promoções e Publicidade	176,1	139,4	50,3	45,1	37,6	26,4%	33,8%	11,4%
Serviços de Terceiros	522,2	545,4	135,1	133,3	134,1	-4,3%	0,7%	1,4%
Serviços Técnicos Especializados	217,6	223,7	60,8	60,2	59,8	-2,8%	1,8%	1,1%
Serviço Vigilância, Segurança e Transp. Valores	137,5	137,2	36,3	35,5	35,4	0,2%	2,7%	2,4%
Serviços do Sistema Financeiro	48,4	46,6	14,2	12,2	12,9	3,8%	9,6%	16,6%
Demais Despesas	130,7	97,7	38,8	46,6	29,0	33,7%	33,7%	-16,7%
Total	4.445,8	4.145,9	1.156,1	1.156,1	1.070,3	7,2%	8,0%	0,0%

Índice de Eficiência



O índice de eficiência do ano de 2024 alcançou 58,4%, estável frente ao índice do ano de 2023, refletindo o aumento de 16,2% da margem financeira e de 8,5% nas receitas de prestação de serviços, a evolução desfavorável de outras despesas operacionais, líquidas de outras receitas operacionais, e o aumento de 26,2% das despesas com provisões

cíveis, fiscais e trabalhistas, frente ao crescimento de 7,2% nas despesas administrativas.

Outras Receitas e Despesas Operacionais

As outras receitas operacionais, R\$658,4 milhões no ano de 2024, apresentaram retração de 22,6% ou R\$192,4 milhões frente ao ano de 2023, influenciada, principalmente, pela reclassificação contábil das receitas diversas com cartões, diminuição das receitas de locação de equipamentos da adquirência e pela baixa de investimento no exterior, que gerou receita no 4T2023, trajetória minimizada pelo aumento nas receitas com portabilidade de operações de crédito. As outras receitas do 4T2024, R\$196,0 milhões, reduziram 27,0% ou R\$72,7 milhões na comparação com o 4T2023, refletindo, especialmente, a baixa de investimento no exterior, que gerou receita no 4T2023. Frente ao 3T2024, as outras receitas operacionais do 4T2024 apresentaram incremento de 13,2% ou R\$22,8 milhões, face, em especial, às receitas de atualização das obrigações atuariais de benefícios pós-emprego (CPC 33).

As outras despesas operacionais, R\$926,6 milhões no ano de 2024, apresentaram crescimento de 30,8% ou R\$218,0 milhões em relação ao ano de 2023, refletindo, em especial, o aumento das despesas com descontos concedidos em renegociações, com serviços associados a transações de pagamento e com tarifas de convênio INSS. As outras despesas do 4T2024, R\$278,9 milhões, apresentaram incremento de 29,2% ou R\$63,0 milhões frente ao 4T2023 e de 24,7% ou R\$55,2 milhões na comparação com o 3T2024, influenciado, especialmente, pelo aumento das despesas com descontos concedidos em renegociações.

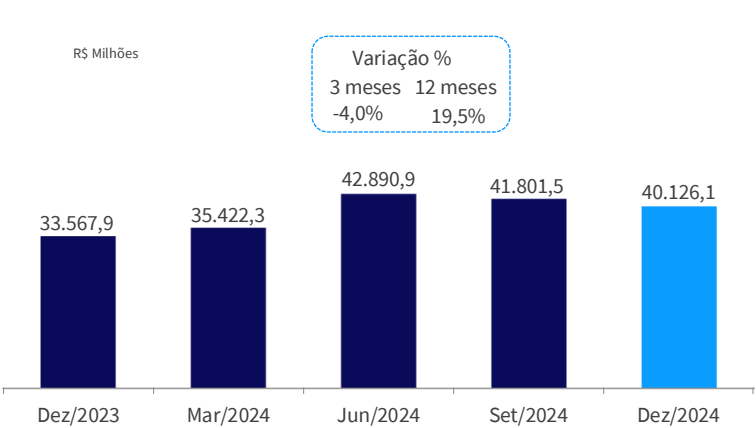
EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Tesouraria

As aplicações em tesouraria (TVM, instrumentos financeiros derivativos, aplicações interfinanceiras de liquidez e disponibilidades) totalizaram R\$62.365,1 milhões em dezembro de 2024. Quanto aos emissores dos títulos, são, em sua maioria, papéis públicos federais, que, somados, representam 90,0% do total. Os títulos e



valores mobiliários totalizaram R\$58.309,9 milhões em dezembro de 2024 e são compostos, especialmente, por 60,2% em títulos mantidos até o vencimento e 31,5% em títulos disponíveis para venda.



As aplicações em tesouraria deduzidas as obrigações por operações compromissadas totalizaram R\$40.126,1 milhões em dezembro de 2024, apresentando crescimento de 19,5% ou R\$6.558,2 milhões na comparação com dezembro de 2023, refletindo, especialmente, o crescimento na captação de depósitos, em um contexto de direcionamento dos recursos para a carteira de crédito e crescimento dos depósitos compulsórios no Bacen.

Frente a setembro de 2024, as aplicações em tesouraria deduzidas as obrigações por operações compromissadas apresentaram redução de 4,0% ou R\$1.675,4 milhões, face, principalmente, ao direcionamento dos recursos para a carteira de crédito e crescimento dos depósitos compulsórios no Bacen, num contexto de aumento nos depósitos e nas obrigações por empréstimos e repasses.

Depósitos Compulsórios no Bacen

O saldo dos depósitos compulsórios no Bacen, R\$11.716,9 milhões em dezembro de 2024, apresentou crescimento de 3,5% ou R\$396,9 milhões frente a dezembro de 2023, face, principalmente, ao aumento dos depósitos compulsórios sobre recursos a prazo e dos depósitos voluntários no Bacen, nos termos da Resolução BCB nº 129/21, compensado, em parte, pela redução dos depósitos de poupança, em virtude da liberação dos compulsórios sobre os depósitos de poupança (Resolução Bacen Nº 379/2024), e diminuição dos depósitos compulsórios sobre moeda eletrônica. Na comparação com setembro de 2024, houve um aumento de 12,9% ou R\$1.336,2 milhões, face, especialmente, ao aumento dos depósitos voluntários no Bacen, nos termos da Resolução BCB nº 129/21, do aumento dos depósitos compulsórios sobre recursos a prazo e à vista.

Operações de Crédito

A carteira de crédito alcançou R\$62.058,9 milhões em dezembro de 2024, com crescimento de 15,6% ou R\$8.389,6 milhões frente a dezembro de 2023 e de 7,6% ou R\$4.389,0 milhões na comparação com setembro de 2024, trajetórias influenciadas, especialmente, pelo crescimento do crédito comercial, rural, financiamento de longo prazo e câmbio.

Composição das Operações de Crédito – R\$ Milhões

	Dez 2024	Set 2024	Dez 2023	Dez 2024/ Dez 2023	Dez 2024/ Set 2024
Setor Privado	61.898,2	57.512,9	53.533,1	15,6%	7,6%
Comercial	37.817,0	35.424,0	34.832,8	8,6%	6,8%
Imobiliário	6.549,1	6.370,3	5.961,4	9,9%	2,8%
Rural	13.701,2	13.479,2	11.359,1	20,6%	1,6%
Financiamento de Longo Prazo	2.014,7	854,3	486,5	314,2%	135,8%
Câmbio	1.811,1	1.379,5	886,2	104,4%	31,3%
Arrendamento Mercantil	5,2	5,6	7,1	-27,7%	-7,6%
Setor Público	160,7	157,0	136,2	18,0%	2,4%
Total Oper. com Caract. Concessão de Crédito	62.058,9	57.669,9	53.669,3	15,6%	7,6%
Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas	388,3	147,0	156,1	148,7%	164,1%
Total	62.447,2	57.816,9	53.825,4	16,0%	8,0%

Crédito Comercial

A carteira comercial totalizou R\$37.817,0 milhões em dezembro de 2024, compondo 60,9% do saldo total de operações de crédito. Em relação à composição do crédito comercial, a pessoa física (PF) correspondeu a 75,6% e a pessoa jurídica (PJ) representou 24,4% do saldo em dezembro de 2024.

Composição do Crédito Comercial Pessoa Física e Pessoa Jurídica - R\$ Milhões

	Dez 2024	Set 2024	Dez2023	Dez 2024/ Dez 2023	Dez 2024/ Set 2024
Pessoa Física	28.579,1	26.798,3	26.127,2	9,4%	6,6%
Aquisição de Bens - Não Consignado ⁽¹⁾	325,2	332,5	335,5	-3,1%	-2,2%
Cartão de Crédito e Débito ⁽²⁾	3.270,8	2.981,7	2.958,3	10,6%	9,7%
Cheque Especial	696,2	520,2	485,1	43,5%	33,8%
Crédito Consignado	20.882,8	19.819,0	19.783,7	5,6%	5,4%
Crédito Pessoal - Não Consignado	2.605,9	2.431,9	1.889,6	37,9%	7,2%
Outros	798,3	713,1	675,0	18,3%	11,9%
Pessoa Jurídica	9.237,9	8.625,7	8.705,6	6,1%	7,1%
Aquisição de Bens ⁽¹⁾	244,8	253,8	291,4	-16,0%	-3,6%
Cartão de Crédito e Débito ⁽²⁾	237,0	213,2	194,8	21,6%	11,1%
Capital de Giro	5.999,0	6.119,3	6.824,2	-12,1%	-2,0%
Contas Devedoras	1.818,8	1.121,1	371,9	389,0%	62,2%
Outros	938,4	918,3	1.023,2	-1,7%	2,6%
Total	37.817,0	35.424,0	34.832,8	8,6%	6,8%

(1) Inclui CDC Sustentabilidade.

(2) saldo de R\$3.507,8 milhões, R\$588,0 milhões referem-se ao cartão de crédito - rotativo.

O crédito comercial PF, composto por linhas de menor risco, alcançou R\$28.579,1 milhões em dezembro de 2024, apresentando crescimento de 9,4% ou R\$2.451,9 milhões em comparação com dezembro de 2023 e de 6,6% ou R\$1.780,8 milhões frente a setembro de 2024, face especialmente, em ambas trajetórias, ao aumento do crédito consignado, crédito pessoal, cartão de crédito e débito e cheque especial.

Composição do Crédito Consignado - R\$ Milhões

	Dez 2024	Set 2024	Dez 2023	Dez 2024/ Dez 2023	Dez 2024/ Set 2024
Rede de Agências	14.169,1	13.156,6	12.390,8	14,4%	7,7%
Correspondentes	6.713,7	6.662,4	7.392,9	-9,2%	0,8%
Total	20.882,8	19.819,0	19.783,7	5,6%	5,4%

O crédito comercial PJ totalizou R\$9.237,9 milhões em dezembro de 2024, apresentando elevação de 6,1% ou R\$532,3 milhões em relação a dezembro de 2023, face, principalmente, ao aumento das contas devedoras, em especial nas operações de Conta Única, com característica de rotativo e recorrente; trajetória minimizada, em parte, pela diminuição nas linhas de capital de giro, face a redução nas linhas de crédito com fundos garantidores, e na aquisição de bens. Na comparação com setembro de 2024, apresentou aumento de 7,1% ou R\$612,2 milhões, refletindo, em especial, o aumento das contas devedoras, compensada em parte pela redução nas linhas de capital de giro.

Créditos Especializados

O saldo em crédito rural, R\$13.701,2 milhões em dezembro de 2024, que representava 22,1% do total de ativos de crédito, apresentou expansão de 20,6% ou R\$2.342,2 milhões na comparação com dezembro de 2023 e de 1,6% ou R\$222,0 milhões em relação a setembro de 2024.

O crédito imobiliário, R\$6.549,1 milhões em dezembro de 2024, apresentou aumento de 9,9% ou R\$587,7 milhões em relação a dezembro de 2023 e de 2,8% ou R\$178,8 milhões frente a setembro de 2024. A carteira de crédito imobiliário representava 10,6% do total de operações de crédito em dezembro de 2024.

A carteira de câmbio alcançou R\$1.811,1 milhões em dezembro de 2024, com crescimento de 104,4% ou R\$924,8 milhões na comparação com dezembro de 2023 e de 31,3% ou R\$431,6 milhões em relação a setembro de 2024.

O saldo de financiamentos de longo prazo atingiu R\$2.014,7 milhões em dezembro de 2024, com aumento de 314,2% ou R\$1.528,2 milhões na comparação com dezembro de 2023 e de 135,8% ou R\$1.160,4 milhões frente a setembro de 2024, em especial no aumento das linhas de repasse do BNDES.



Composição do Crédito por Porte de Empresa

As operações de crédito à pessoa jurídica totalizaram R\$13.656,4 milhões em dezembro de 2024, compondo 22,0% da carteira total de crédito. Do montante de crédito aplicado na pessoa jurídica, 57,6% estão alocados em crédito às médias, pequenas e microempresas.

As operações de crédito aplicadas na PJ apresentaram elevação de R\$2.314,7 milhões na comparação com dezembro de 2023 e de R\$1.479,4 milhões frente a setembro de 2024, trajetórias influenciadas, especialmente, pelo crescimento do crédito às grandes, médias empresas e microempresas.

Composição do Crédito por Porte de Empresas – R\$ Milhões

	Dez 2024			Set 2024			Dez 2023			Variação Saldo	
	Saldo	% PJ	% Cart. Total	Saldo	% PJ	% Cart. Total	Saldo	% PJ	% Cart. Total	Dez2024/ Dez2023	Dez2024/ Set2024
Grandes Empresas	5.788,5	42,4%	9,3%	4.935,0	40,5%	8,6%	4.316,5	38,1%	8,0%	34,1%	17,3%
Médias/Pequena/Micro	7.867,9	57,6%	12,7%	7.242,0	59,5%	12,6%	7.025,2	61,9%	13,1%	12,0%	8,6%
Médias Empresas	4.559,0	33,4%	7,3%	4.054,8	33,3%	7,0%	3.908,9	34,5%	7,3%	16,6%	12,4%
Pequenas Empresas	2.745,5	20,1%	4,4%	2.669,2	21,9%	4,6%	2.672,9	23,6%	5,0%	2,7%	2,9%
Microempresas	563,4	4,1%	0,9%	517,9	4,3%	0,9%	443,3	3,9%	0,8%	27,1%	8,8%
Total	13.656,4	100,0%	22,0%	12.177,0	100,0%	21,1%	11.341,7	100,0%	21,1%	20,4%	12,1%

Porte segregado segundo faturamento médio mensal: Microempresas até R\$30 mil, Pequenas empresas até R\$400 mil, Médias empresas até R\$25 milhões, Grandes empresas: faturamento médio mensal acima de R\$25 milhões ou Ativo Total acima de R\$240 milhões.

Composição da Concessão por Linhas de Financiamento

O volume concedido em ativos de crédito no ano de 2024, R\$56.029,2 milhões, apresentou crescimento de 17,4% ou R\$8.307,7 milhões frente ao volume concedido no ano de 2023, refletindo, especialmente, o crescimento do volume concedido na carteira de crédito comercial e câmbio.

Na comparação entre o 4T2024 e o 4T2023, demonstrou crescimento de 33,0% ou R\$4.269,6 milhões e frente ao 3T2024, o 4T2024 apresentou aumento de 14,1% ou R\$2.120,0 milhões, trajetórias influenciadas, especialmente, pelo crescimento do volume concedido na carteira de crédito comercial, na carteira de crédito rural e câmbio.

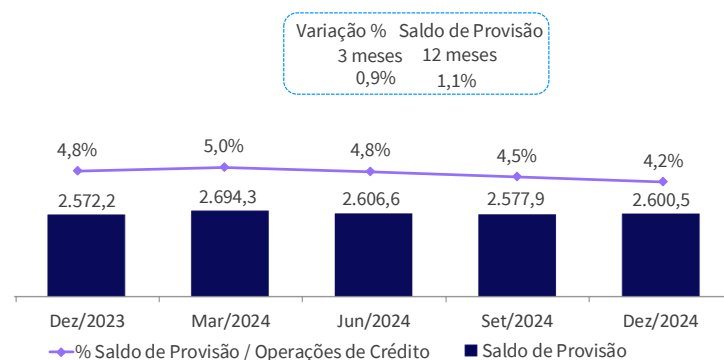
Composição dos Volumes Concedidos de Crédito por Linhas de Financiamento – R\$ Milhões

	2024	2023	4T2024	3T2024	4T2023	2024/ 2023	4T2024/ 4T2023	4T2024/ 3T2024
Câmbio	2.606,1	1.413,8	836,7	570,9	275,2	84,3%	204,0%	46,6%
Comercial ⁽¹⁾	42.468,7	35.616,8	12.386,8	11.285,9	10.384,4	19,2%	19,3%	9,8%
Pessoa Física	28.245,1	24.162,8	7.891,0	7.730,3	7.171,5	16,9%	10,0%	2,1%
Pessoa Jurídica	14.223,6	11.454,0	4.495,9	3.555,6	3.212,9	24,2%	39,9%	26,4%
Financiamento de Longo Prazo	849,9	250,4	431,6	300,5	59,3	239,4%	628,4%	43,7%
Imobiliário	1.349,7	1.553,9	376,1	361,7	440,9	-13,1%	-14,7%	4,0%
Rural	8.754,7	8.886,6	3.174,9	2.567,3	1.776,8	-1,5%	78,7%	23,7%
Total	56.029,2	47.721,5	17.206,1	15.086,2	12.936,6	17,4%	33,0%	14,1%

(1) O volume concedido não inclui valores a faturar/debitar de cartões de crédito e débito.

Qualidade da Carteira de Crédito

Provisão para Perdas de Crédito



crédito consignado, incremento das operações em atraso e da carteira de crédito. Frente a setembro de 2024,

A provisão para perdas de crédito, que inclui provisão para créditos de arrendamento mercantil e provisão para outros créditos com característica de concessão de crédito, alcançou R\$2.600,5 milhões em dezembro de 2024, apresentando aumento de 1,1% ou R\$28,3 milhões na comparação com dezembro de 2023, refletindo, em especial, a rolagem da carteira por níveis de *rating*, a provisão adicional para o



apresentou aumento de 0,9% ou R\$22,6 milhões, refletindo, em especial, a rolagem da carteira por níveis de *rating* e a provisão adicional para o crédito consignado e incremento da carteira de crédito num contexto de redução das operações em atraso.

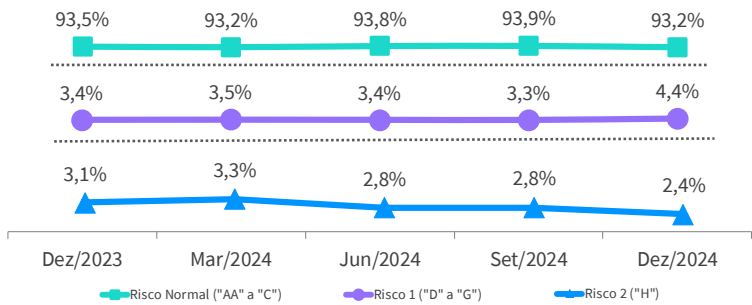
A provisão para perdas de crédito apresentava a seguinte composição em dezembro de 2024, segundo critérios da Resolução nº 2.682/99 do CMN, e complementos: (i) R\$959,3 milhões para operações com parcelas vencidas há mais de 60 dias; (ii) R\$1.562,9 milhões para contratos vincendos ou que apresentam parcelas vencidas há menos de 60 dias.

Saldo de Provisão para Perdas de Crédito – R\$ Milhões

Níveis de Risco	Provisão Requerida %	Carteira Total	Participação Relativa Acumulada %	Créditos Vencidos	Créditos a Vencer	Provisão Mínima		Provisão Adicional ⁽¹⁾	Provisão Total	Provisão sobre a Carteira %
						Vencidos	A Vencer			
AA	-	8.801,3	14,18%	-	8.801,3	-	-	-	-	0,00%
A	0,5%	44.771,0	72,14%	-	44.771,0	-	223,9	78,2	302,1	0,67%
B	1,0%	3.096,3	4,99%	0,9	3.095,4	-	31,0	-	31,0	1,00%
C	3,0%	1.169,0	1,88%	86,7	1.082,3	2,6	32,5	-	35,1	3,00%
D	10,0%	1.624,8	2,62%	194,3	1.430,5	19,4	143,1	-	162,5	10,00%
E	30,0%	352,6	0,57%	115,0	237,7	34,5	71,3	-	105,8	30,00%
F	50,0%	305,6	0,49%	117,8	187,8	58,9	93,9	-	152,8	50,00%
G	70,0%	423,3	0,68%	178,8	244,4	125,2	171,1	-	296,3	70,00%
H	100,0%	1.515,0	2,44%	718,7	796,3	718,7	796,3	-	1.515,0	100,00%
Total		62.058,9		1.412,2	60.646,7	959,3	1.562,9	78,3	2.600,5	4,2%

(1) Provisão adicional decorrente de alongamento de prazos de operações de crédito consignado dos servidores públicos estaduais, em virtude de eventos climáticos severos ocorridos no Estado do Rio Grande do Sul. Essa provisão adicional levou em consideração o volume de provisionamento existente para estes clientes anteriormente ao referido alongamento.

Composição do Crédito por Rating

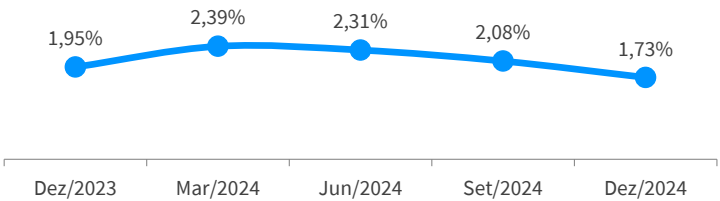


As operações de crédito de risco normal, classificadas de AA a C, segundo normas estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, representam 93,2% da carteira de crédito em dezembro de 2024. O indicador apresentou redução de 0,3 pp. em relação a dezembro de 2023 e 0,7 pp. frente a setembro de 2024.

Índice de Inadimplência

O índice de inadimplência representa o volume de operações de crédito vencidas há mais de 90 dias em relação ao volume total de operações de crédito ativas. A inadimplência acima de 90 dias, 1,73% das

90 dias



operações de crédito em dezembro de 2024, apresentou redução de 0,22 pp. em doze meses e de 0,35 pp. frente a setembro de 2024. O saldo de operações de crédito vencidas há mais de 90 dias alcançou R\$1.072,0 milhões em dezembro de 2024, com crescimento de 2,4% ou R\$24,9 milhões na comparação com

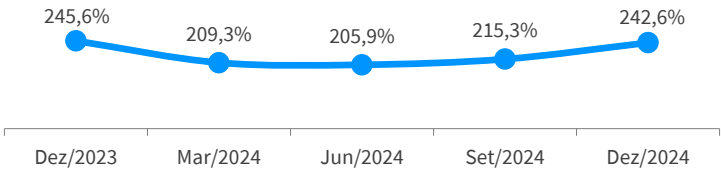
dezembro de 2023 e redução de 10,5% ou R\$125,4 milhões frente a setembro de 2024.



Índice de Cobertura

O índice de cobertura representa a relação entre provisão para perdas de crédito e o saldo das operações vencidas acima de 90 dias, evidenciando a capacidade das provisões em cobrir a inadimplência. O índice de cobertura das operações em atraso acima de 90 dias de dezembro de 2024, 242,6%, apresentou retração de

90 dias



3,0 pp. em relação a dezembro de 2023, refletindo, em especial, o aumento de operações de crédito em atraso e aumento do saldo de provisão para perdas de crédito. Frente a setembro de 2024, demonstrou aumento de 27,3 pp. face, principalmente, a redução de operações de crédito em atraso.

Captação e Administração de Recursos

Os recursos captados, constituídos por depósitos, recursos em letras e dívida subordinada, e os recursos administrados alcançaram R\$116.129,2 milhões em dezembro de 2024, com aumento de 14,3% ou R\$14.560,4 milhões em doze meses, influenciado, em especial, pelo incremento dos depósitos e dos recursos administrados. Frente a setembro de 2024, os recursos captados e administrados apresentaram incremento de 3,7% ou R\$4.175,2 milhões, face, especialmente, ao crescimento dos depósitos e dos recursos em letras.

Composição de Recursos Captados e Administrados por Produto – R\$ Milhões

	Dez 2024	Set 2024	Dez 2023	Dez 2024/ Dez 2023	Dez 2024/ Set 2024
Depósitos	88.194,9	85.041,9	76.761,1	14,9%	3,7%
Depósitos à Vista	4.387,0	3.175,1	5.235,7	-16,2%	38,2%
Depósitos de Poupança	11.402,3	11.509,9	11.085,0	2,9%	-0,9%
Depósitos Interfinanceiros	1.697,1	975,6	2.224,8	-23,7%	74,0%
Depósitos a Prazo	62.213,9	60.620,7	50.870,5	22,3%	2,6%
Depósitos Judiciais e Administrativos ⁽¹⁾	8.221,1	8.525,5	7.132,6	15,3%	-3,6%
Outros Depósitos ⁽²⁾	273,4	235,2	212,4	28,7%	16,3%
Recursos em Letras	7.358,3	6.878,5	6.581,7	11,8%	7,0%
Letras Financeiras ⁽³⁾	1.547,8	1.307,2	1.331,6	16,2%	18,4%
Letras de Crédito Imobiliário	2.580,6	2.237,8	1.050,7	145,6%	15,3%
Letras de Crédito do Agronegócio	3.229,8	3.333,6	4.199,4	-23,1%	-3,1%
Dívida Subordinada ⁽⁴⁾	1.880,7	1.645,2	1.450,7	29,6%	14,3%
Total Recursos Captados	97.433,9	93.565,6	84.793,5	14,9%	4,1%
Recursos Administrados	18.695,4	18.388,4	16.775,3	11,4%	1,7%
Total Recursos Captados e Administrados	116.129,2	111.954,0	101.568,8	14,3%	3,7%

(1) Incluído conforme Instrução Normativa BCB nº 459/24.
(2) Inclui valores de cargas dos cartões de benefícios e empresariais, pré-pagos, da controlada Banrisul Pagamentos, autorizada como emissor de moeda eletrônica em julho/2023.
(3) Inclui Letras Financeiras Subordinadas.
(4) Refere-se à captação externa subordinada.

Depósitos - os depósitos apresentaram aumento de 14,9% ou R\$11.433,8 milhões frente a dezembro de 2023, influenciado, principalmente, pela ampliação do depósito a prazo. Frente a setembro de 2024, houve incremento nos depósitos de 3,7% ou R\$3.153,0 milhões, influenciado, principalmente, pela ampliação dos depósitos a prazo e à vista.

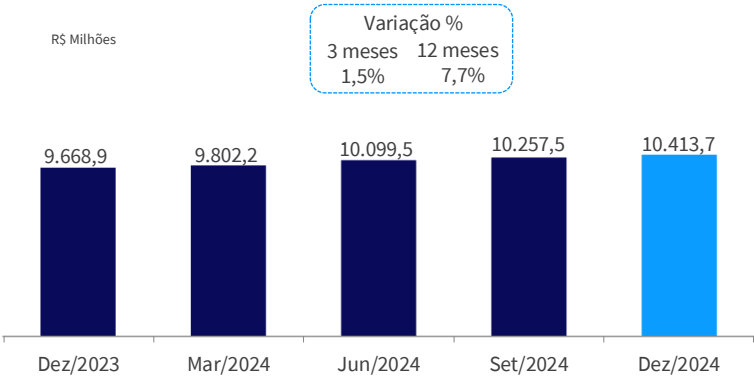
Recursos em Letras – os recursos em letras de dezembro de 2024 apresentaram aumento de 11,8% ou R\$776,5 milhões em doze meses e aumento de 7,0% ou R\$479,8 milhões em três meses, trajetórias influenciadas, principalmente, pelo incremento do saldo das letras de crédito imobiliário e das letras financeiras, minimizado pela redução do saldo das letras de crédito do agronegócio.

Dívida Subordinada - a dívida subordinada de dezembro de 2024 apresentou aumento de 29,6% ou R\$430,0 milhões em doze meses e de 14,3% ou R\$235,5 milhões em relação a setembro de 2024, refletindo, principalmente, a variação cambial e marcação a mercado ocorrida nos períodos.



Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido (PL) do Banrisul totalizou R\$10.413,7 milhões ao final de dezembro de 2024, com crescimento de 7,7% ou R\$744,8 milhões em relação a dezembro de 2023, influenciado, especialmente, pela incorporação de resultados gerados, pagamentos de juros sobre o capital próprio e provisionamento de dividendos, bem como remensuramento do passivo atuarial, referente aos benefícios pós-emprego (CPC33(R1)).



Na comparação com setembro de 2024, o PL de dezembro de 2024 apresentou aumento de 1,5% ou R\$156,2 milhões refletindo, principalmente, a incorporação dos resultados gerados, o pagamento de juros sobre o capital próprio, o provisionamento de dividendos e o remensuramento do passivo atuarial, referente aos benefícios pós-emprego (CPC33(R1)).

Índice de Basileia

As Resoluções nº 4.955/21 e 4.958/21 do Bacen determinam que a apuração do capital regulamentar e dos ativos ponderados pelo risco tenha como base o Conglomerado Prudencial. O Índice de Basileia mede a relação entre a soma do Capital de Nível I (CNI) e do Capital de Nível II (CNII) e o total dos ativos ponderados pelo risco calculados para a data-base. A manutenção dos Índices de Capital acima dos níveis definidos pelo regulador busca proteger o Banrisul em caso de eventos de estresse.

A Gestão de Capital busca potencializar a aplicação dos recursos disponíveis, além de garantir a solvência da Instituição. O Patrimônio de Referência (PR) encerrou dezembro de 2024 em R\$11.564,6 milhões, contra R\$11.113,7 milhões em setembro de 2024 e R\$9.609,3 milhões em dezembro de 2023. Para este período de apuração, o PR é composto pela soma do Capital de Nível I, R\$9.262,1 milhões, e do Capital de Nível II, R\$2.302,5 milhões. A variação do PR foi de R\$450,8 milhões e R\$1.955,3 milhões, no comparativo com setembro de 2024 e dezembro de 2023, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2024, o Índice de Basileia atingiu 17,2%, 6,7 pp. acima do nível mínimo regulatório considerando o adicional de capital principal (10,5%). Para este mesmo período, o Índice de Capital Principal e o Índice de Nível I são iguais e encerraram o período em 13,8%, sendo, respectivamente, 6,8 pp. e 5,3 pp. acima do mínimo regulatório. Em relação a setembro de 2024, o IB diminuiu 0,7 pp. e 0,5 pp. na comparação com dezembro de 2023. A seguir são apresentadas as variações do PR.

Variações do Patrimônio de Referência – R\$ Milhões

Variação PR Dez2024 x Dez2023	Resultado após JSCP	Avaliação Patrimonial e TVM	Ajuste Derivativos	Ajustes Prudenciais	Nível II	Outras Variações
1.955,3	583,6	197,7	(1,1)	724,1	484,1	(33,0)

Variação PR Dez2024 x Set2024	Resultado após JSCP	Avaliação Patrimonial e TVM	Ajuste Derivativos	Ajustes Prudenciais	Nível II	Outras Variações
450,8	101,9	88,6	-	44,8	250,0	(34,5)

MERCADO COMPETITIVO

No mercado competitivo, a Instituição ocupava em setembro de 2024 (última data base divulgada pelo Bacen) a 14ª posição em ativos totais entre os bancos que compõem o Sistema Financeiro Nacional (SFN), 13ª posição em patrimônio líquido, 12ª posição em captações (depósitos totais, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses) e 5ª em número de agências, conforme *ranking* divulgado pelo Bacen, excluído o BNDES.



Em termos de representação no mercado, a tabela a seguir indica a proporção de participação do Banrisul em relação à captação de recursos, operações de crédito e número de agências, na esfera nacional e estadual.

Mercado Competitivo

	Brasil		Rio Grande do Sul	
	Dez 2024	Dez 2023	Set 2024	Set 2023
Depósitos à Vista	1,0818%	1,4854%	19,7571%	27,1468%
Depósitos de Poupança	1,1025%	1,1238%	12,0610%	12,5454%
Depósitos a Prazo ⁽¹⁾	2,3316%	2,0506%	43,3622%	37,9615%
Operações de Crédito	0,9653%	0,9263%	19,7473%	20,5174%
Nº de Agências	3,1043%	2,9396%	34,0810%	32,7994%

(1) Data base: setembro 2024 e setembro 2023; última informação divulgada pelo Bacen.



Balanço Patrimonial Consolidado Resumido

(Valores em Milhares de Reais)

Ativo	Dez 2024	Set 2024	Jun 2024	Dez 2023	Dez 2024/ Dez 2023	Dez 2024/ Set 2024
Disponibilidades	1.126.982	1.207.860	1.174.369	1.123.167	0,3%	-6,7%
Ativos Financeiros	143.296.100	137.505.357	132.984.151	120.953.140	18,5%	4,2%
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.603.917	4.392.092	4.074.999	6.167.235	-57,8%	-40,7%
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	11.716.930	10.380.769	10.740.133	11.320.017	3,5%	12,9%
Títulos e Valores Mobiliários	58.309.904	57.437.184	55.866.621	43.050.879	35,4%	1,5%
Instrumentos Financeiros Derivativos	324.298	134.769	138.553	-	-100,0%	140,6%
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	62.058.943	57.669.895	54.716.962	53.669.311	15,6%	7,6%
Outros Ativos Financeiros	8.282.108	7.490.648	7.446.883	6.745.698	22,8%	10,6%
(Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito)	(2.651.713)	(2.629.224)	(2.659.128)	(2.623.917)	1,1%	0,9%
Ativos Fiscais	3.726.655	3.855.649	3.704.870	3.677.620	1,3%	-3,3%
Outros Ativos	615.460	692.662	767.569	535.002	15,0%	-11,1%
Investimentos	175.824	155.556	177.151	175.584	0,1%	13,0%
Imobilizado de Uso	662.574	670.394	645.241	601.354	10,2%	-1,2%
Intangível	466.066	518.273	551.022	621.734	-25,0%	-10,1%
Total do Ativo	147.417.948	141.976.527	137.345.245	125.063.684	17,9%	3,8%
Passivo	Dez 2024	Set 2024	Jun 2024	Dez 2023	Dez 2024/ Dez 2023	Dez 2024/ Set 2024
Passivos Financeiros	131.616.061	125.301.297	121.779.638	110.328.201	19,3%	5,0%
Depósitos	88.194.890	85.041.911	85.066.882	76.761.083	14,9%	3,7%
Captação no Mercado Aberto	22.238.994	21.370.422	18.363.594	16.773.360	32,6%	4,1%
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	6.936.464	6.471.198	6.433.062	6.213.993	11,6%	7,2%
Dívidas Subordinadas	2.302.526	2.052.497	2.076.864	1.818.423	26,6%	12,2%
Obrigações por Empréstimos	2.262.234	1.680.728	1.539.837	828.917	172,9%	34,6%
Obrigações por Repasses	3.065.190	1.895.931	1.784.564	2.207.349	38,9%	61,7%
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	17.236	-100,0%	-
Outros Passivos Financeiros	6.615.763	6.788.610	6.514.835	5.707.840	15,9%	-2,5%
Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	2.902.896	2.796.895	2.784.340	2.668.103	8,8%	3,8%
Obrigações Fiscais	554.540	718.063	795.718	586.806	-5,5%	-22,8%
Outros Passivos	1.930.743	2.902.797	1.886.061	1.811.683	6,6%	-33,5%
Patrimônio Líquido	10.413.708	10.257.475	10.099.488	9.668.891	7,7%	1,5%
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	147.417.948	141.976.527	137.345.245	125.063.684	17,9%	3,8%



Demonstração do Resultado Consolidado Resumido

(Valores em Milhares de Reais)

	2024	2023	4T2024	3T2024	4T2023	2024/ 2023	4T2024/ 4T2023	4T2024/ 3T2024
Receitas de Intermediação Financeira	17.271.975	15.734.051	4.912.254	4.111.743	4.149.362	9,8%	18,4%	19,5%
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos	9.372.231	8.860.400	2.527.259	2.267.792	2.345.614	5,8%	7,7%	11,4%
Resultado de Operações com TVM	5.801.425	5.606.587	1.586.819	1.544.346	1.358.520	3,5%	16,8%	2,8%
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	396.143	(113.391)	215.514	(25.163)	142.369	-449,4%	51,4%	-956,5%
Resultado de Operações de Câmbio	510.645	89.382	268.411	28.021	(9.362)	471,3%	-2.967,0%	857,9%
Resultado das Aplicações Compulsórias	1.191.531	1.291.073	314.251	296.747	312.221	-7,7%	0,7%	5,9%
Despesas de Intermediação Financeira	(10.896.364)	(10.245.338)	(3.223.234)	(2.575.286)	(2.672.786)	6,4%	20,6%	25,2%
Operações de Captação no Mercado	(10.242.701)	(10.036.619)	(2.892.663)	(2.527.437)	(2.653.790)	2,1%	9,0%	14,5%
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(653.663)	(208.719)	(330.571)	(47.849)	(18.996)	213,2%	1.640,2%	590,9%
Resultado de Intermediação Financeira	6.375.611	5.488.713	1.689.020	1.536.457	1.476.576	16,2%	14,4%	9,9%
Provisão Perdas Esperadas de Ativos Financeiros	(1.334.928)	(1.330.489)	(324.930)	(299.478)	(216.829)	0,3%	49,9%	8,5%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(3.672.779)	(2.946.765)	(1.020.439)	(913.802)	(744.955)	24,6%	37,0%	11,7%
Receitas de Prestação de Serviços	2.096.375	1.931.825	542.999	528.515	518.291	8,5%	4,8%	2,7%
Despesas de Pessoal	(2.294.795)	(2.181.429)	(590.804)	(589.060)	(558.358)	5,2%	5,8%	0,3%
Outras Despesas Administrativas	(2.151.030)	(1.964.503)	(565.329)	(567.052)	(511.980)	9,5%	10,4%	-0,3%
Despesas Tributárias	(558.988)	(514.055)	(148.729)	(134.745)	(137.244)	8,7%	8,4%	10,4%
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	88.726	102.409	23.897	19.639	24.712	-13,4%	-3,3%	21,7%
Outras Receitas Operacionais	658.382	850.796	195.966	173.120	268.626	-22,6%	-27,0%	13,2%
Outras Despesas Operacionais	(926.568)	(708.534)	(278.863)	(223.666)	(215.854)	30,8%	29,2%	24,7%
Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	(584.881)	(463.274)	(199.576)	(120.553)	(133.148)	26,2%	49,9%	65,6%
Resultado Operacional	1.367.904	1.211.459	343.651	323.177	514.792	12,9%	-33,2%	6,3%
Resultado Antes da Tributação e Participação dos Empregados sobre o Lucro	1.367.904	1.211.459	343.651	323.177	514.792	12,9%	-33,2%	6,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(207.465)	(88.194)	2.251	(65.186)	(143.214)	135,2%	-101,6%	-103,5%
Participações dos Empregados no Resultado	(244.318)	(252.181)	(61.916)	(60.734)	(67.547)	-3,1%	-8,3%	1,9%
Lucro Líquido	916.121	871.084	283.986	197.257	304.031	5,2%	-6,6%	44,0%
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	915.576	870.104	283.863	197.103	303.706	5,2%	-6,5%	44,0%
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Não Controladores	545	980	123	154	325	-44,4%	-62,2%	-20,6%

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., relativos ao ano de 2024, elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Cenário Econômico

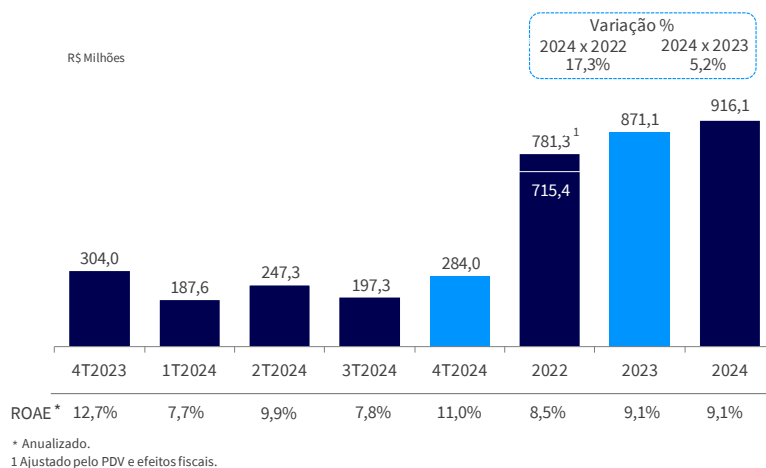
O ambiente econômico internacional em 2024 esteve influenciado sobremaneira pela maior resiliência da atividade na maior economia do mundo – os Estados Unidos (EUA) –, enquanto a China e a zona do euro mostraram sinais crescentes de desaceleração no ritmo de expansão econômica. Ainda assim, a moderação dos índices de preços ao consumidor em direção às metas, tanto na Europa quanto nos EUA, proporcionou a oportunidade de iniciar, de forma praticamente sincronizada, ciclos de afrouxamento monetário em ambas as regiões. Entretanto, à medida em que o ano se aproximava do final, a diluição dos efeitos da normalização das cadeias globais de suprimento, os reflexos econômicos dos conflitos geopolíticos regionais e o maior ritmo de expansão nos EUA colaboraram para um repique das medidas de inflação em economias avançadas, pressionando para cima as taxas de juros dos títulos públicos americanos de longo prazo e também a cotação do dólar ante moedas pares.

No Brasil, a atividade surpreendeu ao longo de praticamente todo o ano, com o crescimento se mostrando bastante disseminado entre os setores da economia, que acabou sendo retroalimentado pelo reflexo positivo no mercado de trabalho. Contudo, esse aquecimento da economia local refletiu em uma maior pressão no nível de preços, medido pelo IPCA, que tende a encerrar o ano de 2024 ainda bem distante do centro da meta perseguido pela autoridade monetária (3% ao ano), conforme projeções do mercado e do próprio Banrisul. A taxa Selic, que encerrou o ano na casa dos 12,25%, deverá encerrar o ano de 2025 no patamar de 14,75%, para ancorar as estimativas de inflação que já miram o ano de 2026, posteriormente, e de forma gradativa, podendo então ser reduzida.

Apesar da queda tímida na passagem do segundo para o terceiro trimestre do ano, os dados do PIB do Rio Grande do Sul - RS dão conta de uma atividade firme. O período que engloba o terceiro trimestre – julho, agosto e setembro – é caracterizado pela menor representatividade da agropecuária dentro das culturas desenvolvidas no RS. Desse modo, esperava-se que os efeitos positivos das colheitas para o setor de serviços e para a indústria interna fossem menores nesse período. Contudo, parte da surpresa positiva ficou a cargo da indústria de transformação e do comércio. Este último permaneceu resiliente, apesar da elevada taxa básica de juros praticada pela autoridade monetária para desacelerar a atividade econômica no Brasil. Ainda segundo os dados oficiais sobre a atividade gaúcha, nos primeiros nove meses de 2024, a agropecuária avançou 37,1% na comparação com o mesmo período do ano passado. Já no setor de serviços, segmento mais representativo dentro da atividade econômica do Estado, o avanço foi de 3,2% no mesmo período, enquanto a indústria teve variação negativa de 0,2%. Com relação ao setor externo, as exportações do Estado somaram US\$19,8 bilhões entre janeiro e dezembro de 2024, uma queda de 11,2% em relação ao ano anterior. Apesar de ter registrado comportamento distinto ao que fora visto nas exportações do País, que cresceram em relação ao ano anterior, a redução notada no RS pode ser explicada, ao menos em parte, pelos eventos climáticos que ocorreram ainda no primeiro semestre do ano.

Neste contexto, o mercado de crédito no RS voltou a exibir um ritmo de expansão mais intenso do que o observado no País, quando considerados os dados acumulados até outubro – os mais recentes disponíveis. No Estado, o saldo de crédito total cresceu 13,4% ante os dez primeiros meses do ano anterior, com destaque vindo do crescimento do saldo de crédito às famílias, que atingiu variação positiva de 14,3%, enquanto o crédito às pessoas jurídicas cresceu 11,9%. A taxa média de inadimplência de janeiro a outubro de 2024 no Rio Grande do Sul recuou para 2,3%, marginalmente abaixo do notado no mesmo período do ano passado, e também abaixo do registrado no Brasil (3,1%).

Desempenho Consolidado



O lucro líquido do ano de 2024 totalizou R\$916,1 milhões, 5,2% ou R\$45,0 milhões maior que o resultado de 2023. A variação no exercício reflete especialmente: (i) o crescimento da margem financeira, (ii) relativa estabilidade da despesa de provisão para perdas de crédito, (iii) o crescimento das receitas de prestação de serviços, (iv) o ligeiro aumento das despesas administrativas, (v) o resultado desfavorável de outras receitas e

despesas operacionais, (vi) o maior fluxo de despesas com provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e (vi) o consequente efeito tributário e PPR.

A riqueza gerada pelo Banrisul no ano de 2024, medida pelo conceito de valor adicionado, totalizou R\$4.372,4 milhões, dos quais 50,6% foram destinados ao pagamento de pessoal, 25,0% ao pagamento de impostos, taxas e contribuições, 21,0% à remuneração de capitais próprios e 3,4% à remuneração de capitais de terceiros.

O patrimônio líquido alcançou R\$10.413,7 milhões no final de dezembro de 2024, aumento de 7,7% frente a dezembro de 2023, devido à incorporação dos resultados gerados, ao pagamento de juros sobre o capital próprio, ao provisionamento de dividendos e ao remensuramento do passivo atuarial, referente aos benefícios pós-emprego (CPC33(R1)). O total em ativos alcançou R\$147.417,9 milhões em dezembro de 2024, crescimento de 17,9% frente a dezembro de 2023. Na composição dos ativos, as aplicações em tesouraria (títulos e valores mobiliários somados às aplicações interfinanceiras de liquidez, às disponibilidades e aos instrumentos financeiros derivativos) representam 42,3% do total, as operações de crédito 42,1%, os depósitos compulsórios no Bacen 7,9% e os demais ativos 7,7%. As aplicações em tesouraria totalizaram R\$62.365,1 milhões em dezembro de 2024, incremento de 23,9% frente a dezembro de 2023. O Banrisul tem capacidade financeira comprovada por meio de estudos técnicos desenvolvidos internamente e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”, conforme disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen.

Produtos e Serviços

Carteira de Crédito

Nossa carteira de crédito alcançou R\$62.058,9 milhões em dezembro de 2024, alta de 15,6% frente a dezembro de 2023, refletindo, especialmente, a ampliação no saldo em crédito comercial, crédito rural, financiamentos de longo prazo e câmbio. O crédito comercial, nossa maior carteira, totalizou R\$37.817,0 milhões, e corresponde a 60,9% do total de operações de crédito. Em relação à Conta Única Banrisul, produto lançado no 2T2024, até 31 de dezembro de 2024, foi contratado o limite de R\$2,45 bilhões, dos quais R\$1,50 bilhão foi utilizado.

Os destaques do ano foram o lançamento de novos produtos de crédito e a execução de um grande plano de contingência em resposta ao evento climático ocorrido no 2T2024 no Rio Grande do Sul.

Lançamos, para o segmento pessoa jurídica, a Conta Única Banrisul, um limite de crédito empresarial, rotativo e recorrente com flexibilidade de garantias. O produto lançado em maio foi reafirmado como solução às empresas durante o evento climático, e seguiu sendo lapidado ao longo do ano com melhorias constantes, como por exemplo a vinculação do Pix, que passou a ser incluído como garantia de acordo com a movimentação recebida nas empresas. O desconto de duplicatas digital e o Contrato Guarda-Chuva, que facilita o processo de contratação de crédito na medida em que as garantias são registradas em cartório uma

única vez, quando da constituição do contrato de limite, cobrindo diversas operações derivadas, são outros produtos oferecidos às empresas a partir deste ano.

No último trimestre, reabrimos as linhas de capital de giro destinadas às pessoas jurídicas para o pagamento do 13º salário dos empregados, bem como as linhas de antecipação de 13º salário dos funcionários estaduais, municipais e pensionistas e aposentados do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) com contratação via *App*; para este último público com folha de pagamento no Banco, disponibilizamos a linha de Crédito Fidelidade Especial INSS, com contratação no *App* e na rede de agências, linha pré-aprovada, não consignada e com pagamentos mensais. Os produtores rurais passaram a contar com a Conta Única Rural, que confere praticidade na contratação e gestão via canais digitais, contrato único para concessão de capital de giro, agilidade na tomada dos recursos, renovação automática e flexibilidade para a amortização do saldo devedor.

No âmbito do plano de contingência, adotamos uma série de medidas para pessoa física e jurídica, que buscaram auxiliar as famílias e empresas na reconstrução das cidades. Dentre as medidas estão a criação do programa Pronampe Gaúcho Banrisul Reconstruir com subsídio do Governo Estadual de 40% sobre o valor tomado, que disponibilizou R\$215 milhões em recursos aos Microempreendedores individuais (MEIs), Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedades simples, inclusive cooperativas. Para as pessoas físicas disponibilizamos a adesão ao Programa Reconstruir-RS, que ofereceu a prorrogação das parcelas das operações de empréstimos, com prazos de carência e adequações de parcelas.

Após os eventos climáticos do 2T2024 no Estado, o setor agropecuário do RS atravessou um período de grande mobilização, com esforços direcionados à retomada das atividades no campo e reestruturação da capacidade produtiva das propriedades rurais. Diversas medidas de apoio financeiro aos produtores foram anunciadas pelos governos nos meses seguintes às enchentes, inicialmente tratando de disposições preliminares focadas principalmente no adiamento dos vencimentos das operações de crédito, enquanto as alternativas de reestruturação dos financiamentos foram sendo constituídas ao longo dos meses seguintes, face à complexa estruturação legal e, notadamente, ao impacto fiscal dado o volume de crédito exigido. No 4T2024 passou a ser operacionalizada linha de crédito emergencial disponibilizada através do BNDES com recursos do Fundo Social, que permitiu a produtores rurais e cooperativas de produção do RS a tomada de crédito para capital de giro e restabelecimento do fluxo de caixa.

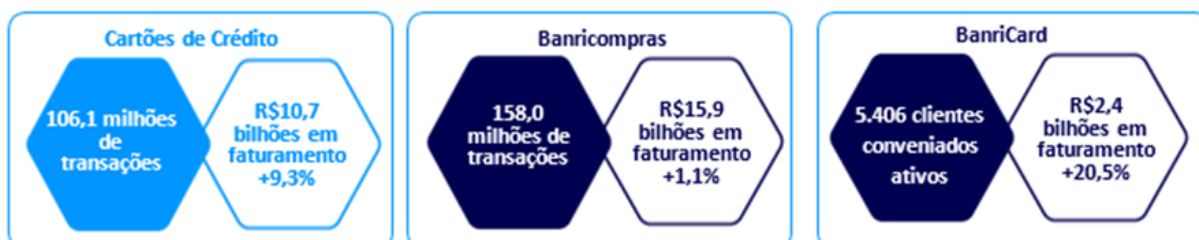
Para outras informações sobre a nossa carteira de crédito, acesse o relatório Análise de Desempenho.

Recursos Captados e Administrados

A captação e administração de recursos alcançou o saldo de R\$116.129,2 milhões em dezembro de 2024, alta de 14,3% na comparação com dezembro de 2023, com destaque para o crescimento do depósito a prazo, de 22,3% no ano. Para outras informações sobre a nossa captação de recursos, acesse o relatório Análise de Desempenho.

Cartões de Crédito e de Débito

Contamos com uma base de 1,25 milhão de cartões de crédito nas bandeiras Mastercard e Visa ao final de dezembro de 2024. As receitas de crédito e de tarifas com cartões de crédito e com cartões BNDES somaram R\$684,2 milhões no ano de 2024.



Em 2024, o cartão Banricompras passou a ser emitido com tecnologia que permite pagamento por aproximação e, gradativamente, os cartões estão sendo substituídos. Também intensificamos a divulgação do produto Pagar com Banricompras, disponível no *App* para celulares android, e lançado em 2023. Em relação aos cartões de crédito, passamos a notificar os clientes portadores de cartões nas bandeiras Mastercard e Visa, via PUSH e SMS, de situações como vencimento de fatura, não identificação do pagamento

e adesão ao parcelamento, em linha com a Resolução nº 365/23 do Bacen. Além disso, disponibilizamos a solicitação da TAG Banrisul no menu de cartão de crédito no App Banrisul.

No último trimestre, na área Banricompras do App disponibilizamos novas funcionalidades: transações do dia, novo histórico de transações que possibilita customizar a visualização e a visão das transações futuras, buscando facilitar a gestão do fluxo de caixa. Lançamos a “Promoção Banricompras Premiável”, para clientes pessoa física maiores de 18 anos e lojistas credenciados à Vero, válida até 31/01/2025 e com a distribuição de mais de R\$2,0 milhões em prêmios, creditados diretamente na conta corrente dos clientes. Até dezembro de 2024 tivemos 1.106 clientes premiados e um total distribuído em prêmios no valor de R\$1,3 milhão (líquido do imposto de renda). E mantivemos a parceria para o festival Planeta Atlântida, para o qual os portadores dos cartões de crédito Banrisul Mastercard e Visa tiveram acesso à pré-venda exclusiva de ingressos e condições diferenciadas de pagamento.

Para apoiar nossos clientes de cartões, após o Evento Climático do 2T2024 no Estado, prorrogamos o vencimento das faturas de cartão de crédito nos meses de maio e junho e disponibilizamos aos clientes com cartões elegíveis ao Banriclub e a possibilidade de doar valores, utilizando pontos do programa de recompensas, para a conta SOS Rio Grande do Sul, e participamos devolvendo aos clientes 50% dos pontos doados.

Rede de Adquirência Vero

A Vero encerrou o ano de 2024 com 142,1 mil estabelecimentos credenciados ativos, com transações nos últimos 12 meses. No período, foram capturadas 559,8 milhões de transações, incremento de 9,8% em relação ao ano de 2023, sendo 395,8 milhões com cartões de débito e 163,9 milhões de transações com cartões de crédito. O volume financeiro transacionado totalizou R\$51,1 bilhões, refletindo crescimento de 9,9% frente ao ano anterior, sendo R\$28,3 bilhões com cartões de débito e R\$22,8 bilhões com cartões de crédito.

A antecipação do recebimento de vendas alcançou R\$9,4 bilhões no ano de 2024, representando 38% do volume passível de antecipação, volume este 11,7% superior ao computado em 2023.

Seguridade

Os produtos de seguridade, dentre eles seguros de pessoas, patrimoniais, rurais, planos de previdência e títulos de capitalização, são disponibilizados em nossa rede de agências e também em nossos canais digitais. Em 2024, destacamos o lançamento do BanriCap Sonhos, título de capitalização exclusivo para venda digital; do seguro AP Smart, que combina um formato híbrido de comercialização - venda no canal agência com a confirmação da compra via Aplicativo Banrisul; e do Seguro Paramétrico, voltado a atender necessidades do segmento rural. Entre as melhorias, em Previdência criamos o fundo BanrisulPrev Invest, com estratégia de investimento multimercado, e disponibilizamos a modalidade de pagamento de aportes esporádicos via Pix; no seguro Vida Digital possibilitamos que os segurados alterem seus beneficiários e/ou percentuais da cobertura diretamente no Aplicativo e ampliamos a cobertura do seguro de acidentes pessoais AP Premiável Mais. A arrecadação de prêmios de seguros, contribuições de previdência e títulos de capitalização alcançou R\$2,9 bilhões no ano de 2024. As receitas totais atingiram R\$372,0 milhões; destas, as receitas de comissões de corretagem corresponderam a R\$293,8 milhões. Em dezembro de 2024, as operações ativas de seguridade totalizaram 2,5 milhões de contratos.

Relacionamento com o Cliente

Durante o ano de 2024, otimizamos nossas estruturas físicas e modernizamos os pontos físicos de atendimento, além das diversas ações para o pronto reestabelecimento do funcionamento das agências afetadas pelo evento climático do 2T2024 no estado do Rio Grande do Sul.

Iniciaremos em breve a substituição dos equipamentos de autoatendimento (ATMs) para ampliar a agilidade e eficiência nas transações, trazendo uma tecnologia que permite depósitos em tempo real na conta dos nossos clientes e também transações para clientes de todas as instituições financeiras ligadas ao Banco24horas, em máquinas localizadas nas agências e estabelecimentos comerciais como shoppings, supermercados, postos de combustíveis e rodoviárias. Essa etapa nos torna o 1º banco no Brasil a abrir sua rede de ATMs de Agências e pontos externos para clientes de mais de 150 instituições financeiras ligadas ao Banco24horas.

Os BanriPontos, presentes em 66% das cidades do Rio Grande do Sul, seguem como opção com produtos e serviços oferecidos em horário de atendimento diferenciado e em localidades desassistidas ou auxiliando no fluxo diário das grandes cidades. Em 2024, ampliamos a atuação dos correspondentes, disponibilizando produtos e serviços, como o crédito consignado INSS e Estadual-RS, consórcio, abertura de contas para pessoa física e serviços exclusivos para o credenciamento dos escritórios de contabilidade. No último trimestre nasceu o Banriponto Digital, viabilizando a entrada das grandes redes de atendimento como correspondentes bancários.



Contamos com a Ouvidoria para analisar e buscar a solução das demandas de clientes/usuários como atendimento complementar aos canais primários de atendimento.

Canais Digitais

Os canais de *Internet Banking* (Home e Office Banking) e *Mobile Banking* (Minha Conta, Afinidade e Office Mobile), acessados por meio de nossa App tiveram, em 2024, 681,5 milhões de acessos, 12,4% superior a 2023, uma média de 1,86 milhão de acessos diários. O total de operações realizadas através desses canais cresceu 11,7%, enquanto a quantidade de transações financeiras foi 15,2% maior e o volume transacionado cresceu 10,1%, na comparação com o ano anterior.

86,2% das operações em 2024
ocorreram nos canais digitais

Em 2024, lançamos a Nova Conta Digital, processo que simplifica a abertura de conta digital para novos clientes do Rio Grande do Sul e algumas regiões de Santa Catarina, através do qual foram abertas 74,3 mil contas até 31 de dezembro de 2024. Também disponibilizamos a Banrisul Global Account, conta que permite transações multimoedas, cuja ação de coleta de interesse teve adesão de 30,9 mil clientes durante a pré-venda do produto e, em dezembro, 2,5 mil contas foram abertas.

Seguimos aprimorando a experiência dos usuários dos nossos canais disponibilizando novas soluções, incluindo modalidades de empréstimos para assinatura nos canais digitais, e a Conta Única, para o segmento empresarial. Implementamos o cadastramento de biometria facial no App Banrisul, um avanço na segurança digital, a solução Trazer Meu Dinheiro, que possibilita ao cliente, através do *Open Finance*, trazer recursos de outras instituições para o Banrisul, e publicamos o Termo de Uso do nosso App.

Governança Corporativa

Possuímos uma Governança Corporativa estabelecida, com atribuições bem definidas, que busca constantemente aprimorar os métodos, políticas e processos decisórios, alinhado às melhores práticas de mercado. Listado no Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão desde 2007, o Banrisul atende integralmente aos requisitos desse nível de listagem e aspectos adicionais que são exigências para companhias com ações listadas no Novo Mercado, conferindo-lhe maior transparência, equidade e adequada prestação de contas, buscando gerar valor aos acionistas e reforçar a credibilidade junto aos investidores e clientes.

Informações adicionais sobre Governança Corporativa estão disponíveis no site de Relações com Investidores (ri.banrisul.com.br – [Seção Governança Corporativa](#)).

Estrutura Acionária



Nossas ações são negociadas sob os *tickers* BRSR3, BRSR5 e BRSR6, esta última a ação mais líquida, presente em oito índices da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. O Estado do Rio Grande do Sul, acionista controlador, possui 98,1% das ações

ordinárias com direito a voto e 49,4% do capital total do Banrisul.

Pela primeira vez, nossas ações foram incluídas no Índice Carbono Eficiente B3, ICO2 B3, na carteira de janeiro a abril de 2025

Nossa base acionária conta ainda com outros 170 mil acionistas e possui dispersão superior ao mínimo de ações em livre circulação (*free float*) exigido pelo Nível 1 de Governança Corporativa da B3, sendo 50,6% frente a 25%,

respectivamente. A seguir apresentamos alguns indicadores de mercado:



Ratings Banrisul

O *rating* corporativo é uma avaliação da solidez financeira da instituição e de sua capacidade de cumprir suas obrigações financeiras. O Banrisul tem sua saúde financeira monitorada pelas três principais agências de classificação de risco de crédito do mercado: Moody's, Standard & Poor's e Fitch Ratings.

Apresentamos a seguir uma tabela com as notas de longo prazo atribuídas à Instituição:

	Banrisul (Escala Nacional)	Banrisul (Escala Global)	Brasil – Risco Soberano (Escala Global)
S&P	brAA+	BB-	BB
Fitch	AA+(BRA)	BB-	BB
Moody's	A+.br	Ba3	Ba1

Todas as informações sobre *Ratings* podem ser encontradas no site de Relações com Investidores (ri.banrisul.com.br – Seção Informações ao Mercado/ Ratings).

Distribuição de Juros Sobre o Capital Próprio e Dividendos

Desde o início de 2008 mantemos uma política de pagamento trimestral de Juros Sobre o Capital Próprio (JSCP) e, historicamente, remuneramos os acionistas com pagamento de JSCP e dividendos superiores ao mínimo legalmente exigido. No ano de 2024 foram pagos e/ou provisionados JSCP e dividendos, antes da retenção do imposto de renda, no montante de R\$368,0 milhões.

Relações com Investidores

Nossa área de Relações com Investidores está em permanente interação com os diversos agentes de mercado, comunicando informações financeiras da Companhia, realizando apresentações sobre resultados e perspectivas do Banrisul, atualizando documentos regulatórios obrigatórios, bem como divulgando tempestiva e oportunamente fatos relevantes, comunicados ao mercado e demais avisos aos acionistas e investidores.

Entre em contato conosco pelo canal [Fale com o RI](#) e [Cadastre-se no Mailling](#) para receber as informações por e-mail quando ocorrer evento corporativo ou qualquer comunicação.

Gestão de Capital e de Risco

A Estrutura Institucional de Gestão de Capital e de Riscos Corporativos é revisada anualmente, e está disponível no site de Relações com Investidores, (ri.banrisul.com.br - Seção Governança Corporativa/Gerenciamento de Riscos), em conjunto com o Relatório de Pilar 3 que apresenta informações de acesso público relativas à gestão de riscos e à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), do patrimônio de referência e da razão de alavancagem.

Neste contexto, tratamos o gerenciamento de capital como um processo contínuo de monitoramento, controle, avaliação e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos e riscos aos quais o Banco está sujeito.

Visando a adequada gestão do risco de crédito, realizamos melhorias sistêmicas no cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada - RWA_{CPAD} .

Para o risco de mercado, durante o ano de 2024, os processos de monitoramento não sinalizaram nenhuma ocorrência de eventos ou crises que culminassem em aumento desse risco. Os indicadores permaneceram em níveis adequados à Política Institucional de Gerenciamento de Riscos e aos limites estabelecidos na Declaração de Appetite por Riscos - RAS. Neste período, o Bacen implementou a Resolução BCB nº 313/2023 que definiu os procedimentos para a mensuração diária da parcela das exposições ao risco de crédito dos instrumentos financeiros classificados na carteira de negociação - RWA_{DRC} . Destacamos ainda a continuidade da agenda de adoção do novo arcabouço regulatório de risco de mercado, também conhecido como *Fundamental Review of the Trading Book* (FRTB).

No que se refere ao risco de liquidez, os processos de monitoramento também não sinalizaram nenhuma ocorrência de eventos ou crises que levassem a um aumento desse risco. Os indicadores de risco permanecem em níveis adequados à política de gerenciamento de risco e aos limites estabelecidos na RAS. Os cenários utilizados nas projeções de resultados dos fluxos de caixa das operações não sinalizaram riscos relevantes de liquidez, e nenhum cenário projetado de estresse nas posições se materializou.

Continuamos a revisão periódica das matrizes de risco operacional da Instituição, que abrange todas as Unidades e Empresas do Grupo Banrisul, objetivando identificar os riscos aos quais estamos expostos, possibilitando gerenciá-los a fim de manter a exposição em níveis adequados. Além disso, iniciamos a revisão das Análises de Impacto nos Negócios dos processos institucionais, objetivando a compreensão das suas criticidades, permitindo assim o direcionamento dos esforços para os processos mais críticos.

A partir da revisão da metodologia de classificação de riscos sociais, ambientais e climáticos, foram definidos limites de exposição a esses riscos, em linha com as melhores práticas e diretrizes regulatórias.

Em relação ao Índice de Basileia, Patrimônio de Referência e Ativos Ponderados pelo Risco, cabe destacar que em janeiro de 2024 as instituições financeiras passaram a calcular o RWA_{SP} (referente às exposições a riscos associados a serviços de pagamento), e estes valores passaram a fazer parte do total dos ativos ponderados pelo risco, base de cálculo para o capital mínimo regulamentar. O índice de Basileia atingiu 17,2% em 31 de dezembro de 2024, 6,7 pp. acima do nível mínimo regulatório considerando o adicional de capital principal (10,5%).

Investimento e Inovação

A transformação digital, inovação tecnológica, aprimoramento da infraestrutura, atualização do parque de equipamentos das agências e áreas administrativas, além da contínua busca por qualidade e segurança da informação seguem sendo nossas prioridades. Em 2024 os investimentos em modernização tecnológica, que contempla todos os investimentos em TI, autoatendimento, Datacenter, transformação digital, atendimento e relacionamento com clientes, sistemas de informação e segurança patrimonial, bem como em reformas e ampliações, totalizaram R\$474,4 milhões.

O evento climático do 2T2024 no Rio Grande do Sul exigiu uma resposta rápida e eficaz em diversas frentes. Agimos tempestivamente para garantir a continuidade dos serviços, atuando em áreas como servidores, virtualização, *mainframe*, redes, comunicação e no datacenter. Mantivemos a infraestrutura física em operação, com destaque para a ação preventiva de ativação do datacenter zona sul, mantendo os sistemas e aplicações funcionais e sob monitoramento constante. A sincronização de dados com o datacenter da Caldas Júnior, garantida pela utilização de geradores e comunicação robusta, foi fundamental, e a virtualização de 57 servidores de agência e o acesso remoto às estações de trabalho permitiu que os colaboradores continuassem atendendo aos clientes mesmo diante da calamidade.

Ações e Iniciativas

Buscando melhorar a experiência do cliente, aprimoramos e disponibilizamos novos produtos e serviços. Dentre os destaques do ano de 2024, citamos a Nova Conta Digital, que possibilita que o cliente abra sua conta em poucos minutos, pelo celular, utilizando documento de identificação e biometria facial. Para atender a demanda, expandimos a área de cobertura, incluindo municípios de Santa Catarina que possuam agência do Banrisul ou sejam limítrofes a esses municípios. No ano de 2024 foram 74,3 mil contas abertas, mais de 24,2 mil limites de cheque especial e em torno de 23 mil solicitações de cartões de crédito. E, ao longo do ano, passamos a disponibilizar também a abertura de conta para pessoa jurídica e Microempreendedor Individual (MEI) no App.

Nova Conta Digital

Outro produto lançado em 2024 é a conta global, que representa um componente estratégico em nosso portfólio de produtos, podendo contribuir para o aumento da base de clientes internacionais e da receita de operações cambiais, além de nos posicionar como um *player* competitivo no mercado global, atendendo às demandas crescentes por soluções financeiras flexíveis e seguras. O Banri Global Account é uma conta multimoeda que, em cooperação com uma instituição parceira, oferece aos clientes a flexibilidade de realizar transações em diversas moedas, simplificando operações no exterior, mantendo saldos e realizando transações, facilitando as operações globais sem a necessidade de contas separadas para cada moeda, com segurança e confiabilidade baseada em avançadas tecnologias de proteção de dados.

Banri Global Account

Implantamos no Aplicativo Banrisul novas funcionalidades para o Banricompras, que incluem consulta das últimas três transações do cliente, histórico de transações dos últimos 12 meses com informações detalhadas, "Dúvidas Frequentes", informações de limites, a opção de ativar/desativar a tecnologia do *Contactless* (transação por aproximação) do cartão e a inclusão de avisos promocionais como o Banricompras Premiável.

Nova Home Banricompras

Desenvolvemos e implementamos o Pix Parcelado, linha de crédito inovadora que oferece flexibilidade na escolha da origem dos recursos para transações Pix. Outra novidade é o Pix Garantia, que complementa os recebíveis em garantia, especialmente na Conta Única Banrisul, limite de crédito empresarial rotativo e recorrente, gerenciado pelo próprio cliente, lançado no 2T2024. Complementando os serviços Pix aos nossos clientes, foi antecipada a entrega do produto Pix Automático entre os clientes Banrisul, possibilitando autorizar débitos recorrentes via Pix.

Realizamos diversas melhorias em nossos sistemas no âmbito do *Open Finance*, dentre as quais a simplificação do processo de renovação de consentimentos e disponibilização aos nossos colaboradores de ferramentas para a atualização de dados dos clientes em tempo real, agilizando o atendimento nas agências. Ainda, iniciamos uma parceria com uma empresa especializada em *Open Finance* para explorar novas oportunidades de negócios. Dentre as novidades, a funcionalidade "Trazer meu dinheiro", que permite que os clientes movimentem recursos de outras instituições para suas contas no Banrisul de forma simples e segura, via Pix.

No que se refere ao Piloto Drex (moeda digital) do Bacen, estamos nos preparando para a segunda fase, na qual foram selecionados 13 temas. Destes, dois foram construídos e propostos pelo Consórcio ABBC, que integramos. No último trimestre, o Bacen admitiu propostas de novos casos de uso a complementarem os 13 já apresentados e selecionados. O Banrisul e o Serpro propuseram a formação de mais dois consórcios para a

implementação de dois novos casos de uso: um sobre *cashback* de tributos, com a participação da Receita Federal, Caixa Econômica Federal e Microsoft; e outro sobre escritura eletrônica de imóveis (*Smart Escritura*), com a participação do Colégio Notarial do Brasil e Microsoft. Nesta segunda fase, a expectativa é testar a implementação de serviços financeiros, disponibilizados por meio de contratos inteligentes, criados e geridos por terceiros participantes da plataforma.

No contexto de BaaS (Banco como Serviço) lançamos a API Pix Banrisul, solução que permite às empresas integrarem os serviços e funcionalidades do Pix Banrisul aos seus sistemas. Podemos citar como exemplo, soluções de Transferência Eletrônica de Fundos (TEF), automações comerciais, plataformas de *e-commerce*, entre outros. Além disso, acrescentamos os serviços de Pagamentos de Boletos no qual nossos parceiros e correspondentes digitais podem operacionalizar o pagamento de boletos diretamente nos seus canais.

Disponibilizamos aos clientes pessoa jurídica, no produto Contas a Pagar, a funcionalidade de pagamentos de contas através de QR Code Pix, e um portal web com a funcionalidade de geração de contas a pagar via Banrisul, através de uma interface moderna e intuitiva, em que o cliente gera e encaminha as suas operações financeiras para efetivação.

Para o Agronegócio, a solução Agrofácil Conecta passou a permitir o preenchimento do projeto técnico na interface do sistema, em substituição ao envio de arquivo. Ainda nesse segmento, implantamos o MVP Agrofácil Investimento, esteira para prospecção e condução de propostas de investimento de aquisição de máquinas e equipamentos para o agronegócio.

Desenvolvemos, também, o MVP da Modal Personalizada, nova ferramenta de comunicação com nossos clientes por meio do aplicativo do Banco, e realizamos entregas relacionadas ao produto Visão 360: novo módulo de atendimento, visão do giro de carteira, inclusão das informações de *Open Finance* e implantação do MVP Visão 360 para pessoa jurídica.

Em Transformação Digital, o modelo projetual baseado em *Design Thinking*, metodologias ágeis e desenvolvimento orientado a resultados, conta atualmente com 23 *Squads* multidisciplinares, atuando no equilíbrio entre necessidades de negócio, experiência das pessoas e viabilidade tecnológica. As equipes estão distribuídas em núcleos focados no Aplicativo Banrisul, nas soluções Vero, em sistemas voltados para o atendimento na rede de agências e em outras iniciativas específicas. Em 2024, mantivemos ciclos curtos de desenvolvimento, apresentando atualizações constantes.

Entregamos o Link de Pagamento do *squad* Vero Fidelização, um conjunto abrangente de ferramentas para gestão de pagamentos, que inclui o cancelamento de transações (D0 e D+1), notificação *push* de vendas e bloqueio e um *dashboard* para acompanhamento de transações.

Em segurança da informação, concentramos esforços em assegurar a conformidade com normas internacionais e aumentar a conscientização dos colaboradores e clientes, diante da rápida evolução dos ataques de engenharia social, com o uso de inteligência artificial pelos golpistas, assim como a manutenção da conformidade com a Resolução nº 4.893 do Bacen. Dentre as campanhas realizadas destacamos o Dia da Internet Segura e a Semana da Segurança Digital, em parceria com a Febraban.

Também renovamos a Certificação de Segurança para operação com cartões de pagamento, (*Payment Card Industry Data Security Standard* (PCI – DSS) em conformidade com a norma internacional PCI DSS 4.0.1, que assegura a nossa permanência no mercado de captura de transações de meios de pagamento na rede Vero, garantindo a privacidade e a segurança de dados sensíveis.

Seguimos expandindo a atualização do Ambiente de VDI (*Virtual Desktop Infrastructure*) contemplando a modernização da infraestrutura de hardware do VDI atual e o incremento da capacidade da solução, objetivando o atendimento a diversos projetos. Com a expansão implementada, obtivemos um acréscimo de 55% na capacidade computacional desse ambiente, alinhado às demandas de nossas áreas de negócio. Dentre os diferenciais desta tecnologia estão a mobilidade e a disponibilidade das estações de trabalho com toda a segurança necessária, uma vez que o processamento das estações virtuais ocorre dentro de nossos datacenters.

Visando melhorar a infraestrutura para atendimento, finalizamos o Projeto de Contingência de Comunicação em Postos de Atendimento (PAs), alcançando 113 PAs contemplados, e concluímos mais de 92% da etapa civil da obra referente ao Projeto da terceira rota de fibra óptica entre nossos datacenters.

Do mesmo modo efetivamos a contratação e implantação da solução de *Artificial Intelligence for IT Operations* (AIOPS) para qualificar ainda mais a operação em tecnologia que, unida à contratação de Painéis de Vídeo Wall, atende as equipes responsáveis pelo acompanhamento da disponibilidade e da performance dos serviços de TI para os nossos negócios.

Banritech

O Banritech é o Programa de Inovação Aberta do Banrisul, que conduz diversas iniciativas e projetos junto ao ecossistema regional e nacional de inovação, além do público interno do Banco.

Em 2024, avançamos com a estruturação dos ciclos de aceleração, ainda que adaptando os programas em função do evento climático do 2T2024, e buscamos validar as diretrizes estabelecidas para a Comunidade de Inovação do Banritech, norteadas pelas esferas: responsabilidade nas relações, sustentabilidade da comunidade e promoção da cultura de inovação. Em apoio ao empreendedorismo e ao ecossistema de inovação no Estado, participamos e patrocinamos o Pacto Alegre, movimento de articulação e eficiência na realização de projetos transformadores e com amplo impacto para a cidade.

No último trimestre, realizamos o primeiro ciclo do Programa de Intraempreendedorismo denominado “E Se!?”, com o objetivo de impulsionar o Intraempreendedorismo e a inovação interna focada na resolução de problemas e na identificação de oportunidades. Também promovemos a “Pescaria de Ideias”, reunindo colaboradores da área de inovação com jovens do Projeto Pescar para, através de metodologias ágeis de *design thinking*, cocriar soluções inovadoras para desafios reais das comunidades atendidas pelo projeto.

Para o Banritech Fly, o nosso programa de aceleração de *startups* com abrangência nacional, realizamos o planejamento do terceiro ciclo para 2025, com a previsão de lançamento do edital ainda no primeiro semestre e o Pitch Day (encerramento com as finalistas) em outubro.

O Banrisul foi finalista do segundo prêmio de Inovação de Porto Alegre, realizado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre através da Secretaria de Inovação de Porto Alegre, com o *case* Banritech, reforçando a importância que o programa tem para o ecossistema de inovação.

Ações de Apoio à Recuperação do Setor Cultural do Rio Grande do Sul

Em decorrência da situação de calamidade no estado do Rio Grande do Sul, anunciamos uma série de medidas com o objetivo de apoiar os atingidos pelas enchentes do 2T2024. Dentre elas, o Grupo Banrisul realizou a doação de R\$15,9 milhões para a recuperação de instituições vinculadas à Secretaria de Cultura. Entre as entidades beneficiadas estavam: Associação de Amigos da Casa de Cultura Mario Quintana, Associação de Amigos da Cinemateca Paulo Amorim, Associação de Amigos do Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli, Associação dos Amigos do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa, Fundação Cultural Pablo Komlós, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Além das doações, publicamos Edital Extraordinário para seleção e patrocínio de projetos culturais. O Edital destinou R\$5,0 milhões para ações culturais que ocorreriam no Estado com o intuito de retomada do setor. Ao todo, 64 projetos foram selecionados e, até final de dezembro de 2024, 58 foram beneficiados, com R\$4,4 milhões de recursos destinados. Ainda, foram destinados mais R\$5,0 milhões em patrocínios para a retomada de projetos tradicionais do Estado e também projetos solidários, que proporcionaram e ainda proporcionam ajuda à população gaúcha em um momento especialmente delicado.

Sustentabilidade

Em 2024, conquistamos pelo terceiro ano consecutivo, o Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol, reconhecimento que considera a elaboração do inventário completo de emissões de gases de efeito estufa (GEE) na Instituição, referente às emissões de 2023. A elaboração do inventário de GEE nos permite entender a pegada de carbono em relação às nossas atividades diretas e de consumo de energia. Dentre nossas iniciativas para redução de emissões está a migração do consumo de energia para fontes 100% renováveis e

a compensação é realizada através da aquisição de créditos de carbono e certificados de energia renovável de projetos localizados no estado do Rio Grande do Sul.

Para reduzir o impacto ambiental e o risco social reaproveitamos os equipamentos, quando adequados, e realizamos o descarte responsável dos materiais eletrônicos obsoletos, em linha com o Projeto Sustentare, do Governo do Estado do RS. Em 2024, passamos pelo processo de modernização de nosso parque tecnológico, adquirindo novos computadores, e doamos 9.486 computadores usados a entidades públicas, em sua maioria escolas estaduais e municipais.

Como forma de apoiar as estratégias para o desenvolvimento rural sustentável nas comunidades onde estamos inseridos, o Programa Sementes atua desde 2008 no incentivo à produção e consumo de produtos orgânicos, distribuindo sementes agroecológicas a grupos de pequenos agricultores familiares, indígenas, quilombolas, escolas e/ou Universidades. Em 2024 distribuímos 10,4 milhões de sementes crioulas e de diversas espécies para 2,4 mil beneficiados.

Pessoas

No ano de 2024, ingressaram em nosso quadro 637 empregados, dos quais 47 do quadro de carreira de Técnico de TI. Divulgamos o plano de abertura de novo concurso, em 2025, para o quadro de TI, com 100 vagas.

A educação corporativa é um de nossos recursos estratégicos para alcançar nosso propósito e objetivos, promover a cultura e reforçar os valores organizacionais. Realizamos diversos treinamentos voltados à capacitação e desenvolvimento profissional dos colaboradores. No ano de 2024 investimos R\$6,3 milhões em programas de incentivo ao ensino superior e na capacitação dos empregados.



Lançamos a plataforma externa Banrieduca, um espaço dedicado à oferta de cursos para a Comunidade Banrisul, inicialmente com 5 cursos sobre educação financeira. Intensificamos a oferta de Tradutores e Intérprete de Libras em promoção de eventos, reuniões e treinamentos que promovemos.

Ações e Programas Culturais e Sociais

Destacamos as iniciativas: Projeto Pescar Banrisul, que capacita jovens em situação de vulnerabilidade social; o Programa Jovem Aprendiz Legal, voltado à inserção de jovens no mercado de trabalho e viabilizado através de parcerias com instituições formadoras; as ações de Diversidade, Equidade e Inclusão, dentre as quais o desenvolvimento de um curso em EAD sobre DE&I; e a Banrieduca: Educação Financeira, com diversas estratégias que potencializaram as práticas de Educação Financeira do Banrisul junto à comunidade e a publicação da nossa Política de Educação Financeira.

O Museu Banrisul que, além de preservar a história do Banco, busca valorizar as memórias profissionais de empregados, bem como as vivências de clientes que possuem laços afetivos com a nossa Instituição, passou por um mapeamento de necessidades, para contratar profissionais museólogos e conservadores especializados na recuperação de patrimônio cultural atingido por sinistros e iniciamos a tramitação dos procedimentos para a contratação de empresa de Museologia, bem como a instalação de uma estrutura de trabalho no Banritech.

Reconhecimentos

Fevereiro/2024.

[Banrisul alcança nível de referência em gestão de sustentabilidade.](#)

O Banrisul alcançou, pela primeira vez, uma nota B no reporte de Mudanças Climáticas no ciclo 2023, do CDP.

Março/2024.**Banrisul recebe reconhecimento pela valorização de mulheres em cargos de liderança.**

O Banrisul foi agraciado com o selo *Mais Mulheres na Liderança* entregue pela Associação Brasileira de Bancos (ABBC), prêmio concedido às instituições que possuem duas ou mais mulheres em cargos de direção.

Banrisul conquista reconhecimento em quatro categorias no Marcas de Quem Decide.

O Banrisul conquistou o reconhecimento nas categorias Grande Marca Gaúcha do Ano, Banco, Empresa Pública Gaúcha e Consórcio na 26ª edição do Marcas de Quem Decide, promovido pelo Jornal do Comércio em parceria com o Instituto Pesquisas de Opinião (IPO).

Banrisul é destaque no Relatório Focus – Ranking Top 5 do Banco Central.

O Banrisul obteve posição de destaque no *Ranking Top 5* do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central do Brasil. Na edição de março de 2024, aparece em primeiro lugar na projeção de curto prazo para a Taxa Selic. Com nota máxima que demonstra nossa capacidade analítica e preditiva sobre o cenário macroeconômico brasileiro.

Banrisul recebe Selo Verde em energia renovável.

O Banrisul recebeu o Selo Verde 2W, concedido pela 2W *Ecobank*, uma das principais empresas do mercado de energia renovável no Brasil, devido à migração, em 2023, de 90% das unidades para o Ambiente de Contratação Livre (ACL), que passaram a consumir energia limpa e renovável.

Ouvidoria Banrisul recebe distinção nacional.

A Ouvidoria Banrisul foi contemplada, pela quarta vez, com o Prêmio Ouvidorias Brasil, promovido pela Associação Brasileira das Relações Empresa Cliente. O trabalho *Pesquisa de satisfação como agente indutor de melhoria no atendimento da Ouvidoria e na experiência do cliente* foi agraciado com um selo na categoria *Melhores Cases*.

Abril/2024.**Banrisul é o banco mais lembrado e amado pelos gaúchos.**

O Banrisul é destaque da 34ª edição do *Top of Mind 2024*, pesquisa realizada pelo Grupo Amanhã para distinguir as marcas mais lembradas pelos gaúchos, na categoria *Grande Empresa/Marca do RS*, considerada a principal do *ranking*. Também conquistamos o primeiro lugar como o banco mais lembrado e o banco mais amado - *Love Brands*, e distinção nas categorias *Empresa Pública Eficiente* e *Previdência Privada*.

Junho/2024.**Banrisul está entre as empresas mais lembradas no futebol do País.**

O Banrisul figurou no *ranking* das empresas ligadas aos clubes do futebol brasileiro que foram mais lembradas pelo público. A maioria dos torcedores mantém na memória as marcas que patrocinam os seus clubes de coração, de acordo com o *15º Relatório Convocados* elaborado pela Outfield, em parceria com a Galapagos Capital, que utilizaram dados divulgados pela Sport Track.

Agosto/2024.**Banrisul recebe troféu Empresa Destaque em Inovação na Educação Corporativa.**

Fomos reconhecidos com o troféu Empresa Destaque em Inovação na Educação Corporativa, durante o THINK OUT INNOVATION RH (THOiRH 2024), evento promovido pela RB LEARNING que reuniu profissionais da área e destacou a importância de universidades corporativas e o papel das inovações tecnológicas e metodológicas. A Universidade Corporativa do Banrisul foi um dos grandes destaques do evento.

Banrisul recebe Selo Ouro por inventário de gases de efeito estufa.

Pelo terceiro ano consecutivo, o Banrisul conquistou o Selo Ouro no Programa Brasileiro *GHG Protocol*, conforme detalhado no capítulo [Sustentabilidade](#) acima.

Setembro/2024.**Banrisul é destaque em anuário nacional.**

O Banrisul foi destaque no *ranking* dos maiores bancos do Brasil, de acordo com o anuário Melhores e Maiores 2024, da Revista Exame. No *ranking* das 1.000 maiores empresas do Brasil, foram destaque o Banrisul e as empresas do Grupo Banrisul: Rio Grande Seguros, Banrisul Corretora de Seguros, Banrisul Administradora de Consórcios, Banrisul Seguridade Participações e Bem Promotora.

Outubro/2024.

Banrisul é a segunda maior empresa do Estado.

No *ranking* 500 Maiores do Sul, elaborado pelo Grupo Amanhã e a consultoria PricewaterhouseCoopers (PwC Brasil), conquistamos a segunda posição entre as 100 maiores empresas do Rio Grande do Sul, um avanço de três posições em relação ao levantamento do ano anterior. Também expandimos nosso Valor Ponderado de Grandeza (VPG), que nos deu a vice-liderança no *ranking*. A *holding* Banrisul Icatu Participações (Rio Grande Seguros e Previdência) também figura no Top-100 do Rio Grande do Sul.

Novembro/2024.

Banrisul é o 12º maior banco do Brasil.

O Banrisul é o 12º maior banco do Brasil de acordo com o *ranking* Valor 1000 de 2024, elaborado pelo jornal Valor Econômico, e é destaque na lista do Top 100, *ranking* dos 100 maiores bancos do País.

Fundo Banrisul Premium FI RF LP ganha reconhecimento no Guia de Fundos da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O fundo de investimentos Banrisul Premium FI RF LP, gerido pela Banrisul Corretora de Valores, conquistou reconhecimento no mercado financeiro brasileiro ao receber classificação de cinco estrelas no Novo Guia de Fundos de Investimentos da FGV - edição 2024.

Banrisul e Vero recebem certificação internacional de segurança em transações nos cartões de pagamento.

O Banrisul e a Vero receberam a certificação PCI DSS, que reconhece o compromisso do Grupo Banrisul em proteger a privacidade e a confidencialidade dos seus clientes durante as transações com o cartão Banricompras e todos os demais cartões de débito e crédito aceitos pela Vero.

Banrisul recebe o prêmio Top Ser Humano 2024.

O Banrisul recebeu o prêmio Top Ser Humano 2024, na categoria: Organização, Modalidade Desenvolvimento, promovido pela Associação Brasileira de Recursos Humanos – seccional Rio Grande do Sul (ABRH-RS). O projeto premiado - Programa de Integração Banrisul: Experiência de coprodução para acolher, orientar e inovar - tem como foco integrar novos colaboradores concursados, acolhendo e orientando sobre os valores, estratégias e negócios do Banco, além de promover a diversidade e a inclusão nos processos seletivos.

Banrisul conquista premiação de Empresa Gaúcha que Mais Impulsionou a Cultura em 2024.

O Banrisul recebeu o Prêmio Ayrton Patinetti dos Anjos na categoria Empresa Gaúcha que Mais Impulsionou a Cultura em 2024, durante a 10ª edição do evento O Grande Encontro - Música dos Gaúchos.

Banrisul recebe troféu Gaúchos do Pampa e reforça seu compromisso com a cultura regional.

O Banrisul foi agraciado com o troféu Gaúchos do Pampa durante a cerimônia de encerramento do Festival de Arte e Cultura do Pampa Gaúcho. O troféu concedido ao Banrisul reconhece sua atuação como incentivador das manifestações culturais e das raízes locais.

Banrisul está entre as melhores empresas do mundo no quesito Crescimento Sustentável.

Figuramos no *ranking* Melhores Empresas do Mundo em Crescimento Sustentável 2025, elaborado pela revista TIME em conjunto com o instituto de dados Statista, classificados em 281º lugar. Na esfera financeira conquistamos a 6ª colocação entre as instituições nacionais e a 39ª posição no comparativo global, levantamento que elencou 500 companhias. Apenas empresas que divulgam seus dados ambientais de forma transparente foram avaliadas – no Brasil, 45 corporações integram o *ranking*.

Banrisul integra grupo de empresas de capital aberto que mais crescem no País.

Fomos destaque no *ranking* Elite InfoMoney 2024, grupo de empresas brasileiras de capital aberto que mais crescem em receita, consistência dos resultados e o valor da marca. O levantamento também apontou os CEOs que se destacaram nas melhores empresas do País, onde o presidente do Banco, Fernando Lemos, recebeu distinção como um dos executivos que antecipam tendências e propõem uma nova visão de negócios para promover a companhia ao topo do cenário empresarial nacional.

Dezembro/2024.

Banrisul é a Marca do Ano no Salão ARP 2024.

O Banrisul foi agraciado com o prêmio de Marca do Ano durante o Salão ARP, promovido pela Associação Riograndense de Propaganda (ARP). Nossa superintendente de marketing, Vannice Arrais Ramos, foi reconhecida com o prêmio de Profissional de Marketing do Ano.

Banrisul é reconhecido com Troféu Eva Sopher por incentivo à cultura.

Recebemos o Troféu Eva Sopher 2024, na categoria Destaque Institucional, distinção criada pela Secretaria de Estado da Cultura e pela Fundação Theatro São Pedro. Nosso reconhecimento foi pela atuação constante em prol da arte e da cultura do Rio Grande do Sul, tendo sido protagonista de um importante festival de retomada aos artistas após a enchente de maio de 2024 em nosso Estado.

Banrisul agraciado como o anunciante mais antigo do portal de notícias Coletiva.net.

O portal de notícias Coletiva.net, do Rio Grande do Sul, celebrou, em 2024, a marca de 25 anos de existência, e fomos agraciados com uma placa de agradecimento como o anunciante mais antigo de Coletiva.net.

Superintendente de Arquitetura Computacional do Banrisul recebe medalha Edmond Locard do IGP-RS.

O superintendente de Arquitetura Computacional do Banrisul, José Luis Andrade, foi homenageado com a medalha Edmond Locard, entregue pelo Instituto Geral de Perícias do Rio Grande do Sul (IGP-RS), que reconhece personalidades que contribuem significativamente para a causa criminal, para a integração e o fortalecimento das instituições ligadas à justiça e à segurança pública.

Agradecimentos

O desempenho positivo do Banrisul no ano é resultado do trabalho árduo e do comprometimento de nossos funcionários, com a confiança dos nossos clientes, acionistas, investidores e fornecedores em nossa Instituição. A solidez e o êxito do Banco são alcançados devido ao suporte e engajamento de todos que impulsionam a nossa missão e nos permitem superar os desafios, oferecendo serviços de qualidade e inovadores que garantam um resultado consistente e sustentável.

A Diretoria

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL

(Valores em Milhares de Reais)

ATIVO	Nota	Banrisul		Banrisul Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades	4	1.126.979	1.123.159	1.126.982	1.123.167
Ativos Financeiros		139.669.659	117.447.030	143.296.100	120.953.140
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	2.603.917	6.167.235	2.603.917	6.167.235
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	6	11.716.930	11.072.389	11.716.930	11.320.017
Títulos e Valores Mobiliários	7	57.685.558	42.847.264	58.309.904	43.050.879
Instrumentos Financeiros Derivativos	8	324.298	-	324.298	-
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	9	62.045.229	53.669.311	62.058.943	53.669.311
Outros Ativos Financeiros	10	5.293.727	3.690.831	8.282.108	6.745.698
(Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito)		(2.650.553)	(2.621.754)	(2.651.713)	(2.623.917)
(Operações de Crédito)	9e	(2.600.094)	(2.572.207)	(2.600.487)	(2.572.207)
(Outros Ativos Financeiros)		(50.459)	(49.547)	(51.226)	(51.710)
Ativos Fiscais		3.644.538	3.526.390	3.726.655	3.677.620
Correntes		143.649	52.374	158.520	170.219
Diferidos	11a	3.500.889	3.474.016	3.568.135	3.507.401
Outros Ativos	12	545.642	539.503	615.460	535.002
Investimentos		3.663.411	3.291.731	175.824	175.584
Investimentos em Participações em Coligadas e Controladas	13	3.663.411	3.291.731	175.824	175.584
Imobilizado de Uso	14	481.248	413.104	662.574	601.354
Imobilizações de Uso		1.152.022	1.056.767	1.462.657	1.345.167
(Depreciação Acumulada)		(670.774)	(643.663)	(800.083)	(743.813)
Intangível	15	466.066	621.720	466.066	621.734
Ativos Intangíveis		1.891.692	2.047.531	1.893.179	2.049.018
(Amortização Acumulada)		(1.425.626)	(1.425.811)	(1.427.113)	(1.427.284)
TOTAL DO ATIVO		146.946.990	124.340.883	147.417.948	125.063.684
PASSIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivos Financeiros		131.508.923	109.910.139	131.616.061	110.328.201
Depósitos	16	88.646.235	77.041.733	88.194.890	76.761.083
Captação no Mercado Aberto	16	22.336.231	16.854.251	22.238.994	16.773.360
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	16	7.694.618	6.932.553	6.936.464	6.213.993
Dívidas Subordinadas	16	2.302.526	1.818.423	2.302.526	1.818.423
Obrigações por Empréstimos	17	2.262.234	828.917	2.262.234	828.917
Obrigações por Repasses	17	3.065.190	2.207.349	3.065.190	2.207.349
Instrumentos Financeiros Derivativos	8	-	17.236	-	17.236
Outros Passivos Financeiros	18	5.201.889	4.209.677	6.615.763	5.707.840
Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	19	2.895.167	2.661.653	2.902.896	2.668.103
Obrigações Fiscais		420.391	443.436	554.540	586.806
Correntes		132.452	121.020	252.765	262.728
Diferidas	11b	287.939	322.416	301.775	324.078
Outros Passivos	20	1.712.507	1.663.567	1.930.743	1.811.683
TOTAL DO PASSIVO		136.536.988	114.678.795	137.004.240	115.394.793
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21	10.410.002	9.662.088	10.413.708	9.668.891
Capital Social		8.000.000	5.200.000	8.000.000	5.200.000
Reservas de Capital		5.098	5.098	5.098	5.098
Reservas de Lucros		2.511.118	4.760.864	2.511.118	4.760.864
Outros Resultados Abrangentes		(106.214)	(303.874)	(106.214)	(303.874)
Participação de Não Controladores		-	-	3.706	6.803
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		146.946.990	124.340.883	147.417.948	125.063.684

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Valores em Milhares de Reais)

Nota	Banrisul			Banrisul Consolidado		
	01/07 a	01/01 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a	01/01 a
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Receitas de Intermediação Financeira	8.993.771	17.216.802	15.701.728	9.023.997	17.271.975	15.734.051
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos	4.795.051	9.372.231	8.860.400	4.795.051	9.372.231	8.860.400
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	3.100.939	5.746.252	5.574.264	3.131.165	5.801.425	5.606.587
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	190.351	396.143	(113.391)	190.351	396.143	(113.391)
Resultado de Operações de Câmbio	296.432	510.645	89.382	296.432	510.645	89.382
Resultado das Aplicações Compulsórias	610.998	1.191.531	1.291.073	610.998	1.191.531	1.291.073
Despesas de Intermediação Financeira	(5.881.984)	(11.059.544)	(10.459.511)	(5.798.520)	(10.896.364)	(10.245.338)
Operações de Captação no Mercado	(5.503.565)	(10.405.883)	(10.250.792)	(5.420.100)	(10.242.701)	(10.036.619)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(378.419)	(653.661)	(208.719)	(378.420)	(653.663)	(208.719)
Resultado de Intermediação Financeira	3.111.787	6.157.258	5.242.217	3.225.477	6.375.611	5.488.713
Provisão para Perdas Esperadas de Ativos Financeiros	(624.497)	(1.334.949)	(1.330.741)	(624.408)	(1.334.928)	(1.330.489)
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	(624.372)	(1.334.037)	(1.329.608)	(624.764)	(1.334.429)	(1.329.608)
Outros Ativos Financeiros	(125)	(912)	(1.133)	356	(499)	(881)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(1.961.080)	(3.723.710)	(2.929.055)	(1.934.241)	(3.672.779)	(2.946.765)
Receitas de Prestação de Serviços	22a 509.461	1.003.355	924.304	1.071.514	2.096.375	1.931.825
Despesas de Pessoal	23a (1.168.981)	(2.271.944)	(2.156.262)	(1.179.864)	(2.294.795)	(2.181.429)
Outras Despesas Administrativas	23b (1.065.681)	(2.020.086)	(1.833.893)	(1.132.381)	(2.151.030)	(1.964.503)
Despesas Tributárias	(197.397)	(397.366)	(343.410)	(283.474)	(558.988)	(514.055)
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	13 416.823	810.882	902.187	43.536	88.726	102.409
Outras Receitas Operacionais	22b 285.426	520.594	653.156	369.086	658.382	850.796
Outras Despesas Operacionais	23c (421.233)	(785.684)	(612.901)	(502.529)	(926.568)	(708.534)
Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	19 (319.498)	(583.461)	(462.236)	(320.129)	(584.881)	(463.274)
Resultado Operacional	526.210	1.098.599	982.421	666.828	1.367.904	1.211.459
Resultado Antes da Tributação e Participação dos Empregados Sobre o Lucro	526.210	1.098.599	982.421	666.828	1.367.904	1.211.459
Imposto de Renda e Contribuição Social	24 77.405	61.064	139.673	(62.935)	(207.465)	(88.194)
Corrente	(34.150)	(172.142)	(2.841)	(193.747)	(460.439)	(246.232)
Diferido	111.555	233.206	142.514	130.812	252.974	158.038
Participações dos Empregados no Resultado	(122.649)	(244.087)	(251.990)	(122.650)	(244.318)	(252.181)
Lucro Líquido do Semestre/Exercício	480.966	915.576	870.104	481.243	916.121	871.084
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	480.966	915.576	870.104	480.966	915.576	870.104
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Não Controladores	-	-	-	277	545	980
Lucro por Ação	25					
Lucro Básico e Diluído por Ação (em Reais – R\$)						
Ação Ordinária	1,18	2,24	2,13	1,18	2,24	2,13
Ação Preferencial A	1,18	2,34	2,27	1,18	2,34	2,27
Ação Preferencial B	1,18	2,24	2,13	1,18	2,24	2,13

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

(Valores em Milhares de Reais)

	Banrisul			Banrisul Consolidado		
	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	480.966	915.576	870.104	480.966	915.576	870.104
Participações de Não Controladores	-	-	-	277	545	980
Lucro Líquido do Período Atribuível aos Acionistas	480.966	915.576	870.104	481.243	916.121	871.084
Itens que podem ser Reclassificados para a Demonstração do Resultado	14.722	10.369	(75.401)	14.722	10.369	(75.401)
Títulos Disponíveis para Venda	14.722	10.369	8.044	14.722	10.369	8.044
Variação de Valor de Mercado	27.418	20.059	13.872	27.418	20.059	13.872
Efeito Fiscal	(12.696)	(9.690)	(5.828)	(12.696)	(9.690)	(5.828)
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior	-	-	(83.445)	-	-	(83.445)
Itens que não podem ser Reclassificados para a Demonstração do Resultado	86.477	187.291	(117.296)	86.477	187.291	(117.296)
Remensuração de Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	86.477	187.291	(117.296)	86.477	187.291	(117.296)
Ganhos/(Perdas) Atuariais	157.052	340.081	(213.010)	157.052	340.081	(213.010)
Efeito Fiscal	(70.575)	(152.790)	95.714	(70.575)	(152.790)	95.714
Total dos Ajustes Não Incluídos no Lucro Líquido do Período	101.199	197.660	(192.697)	101.199	197.660	(192.697)
Total do Resultado Abrangente do Período, Líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social	582.165	1.113.236	677.407	582.442	1.113.781	678.387
Resultado Abrangente Atribuível aos Controladores	582.165	1.113.236	677.407	582.165	1.113.236	677.407
Resultado Abrangente Atribuível aos Não Controladores	-	-	-	277	545	980

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores em Milhares de Reais)

		Atribuível aos Acionistas da Controladora											
		Reserva de		Reservas de Lucros				Outros Resultados Abrangentes		Lucros Acumulados	Total Banrisul	Participação de Não Controladores	Total Banrisul Consolidado
	Nota	Capital Social	Capital	Legal	Estatutária	Para Expansão	Especial de Lucros						
Saldo em 01 de janeiro de 2023		5.200.000	4.511	715.823	2.666.811	937.925	-	(111.177)	-	9.413.893	6.234	9.420.127	
Outros Resultados Abrangentes													
Variação MTM – Títulos Disponíveis para Venda		-	-	-	-	-	-	8.044	-	8.044	-	8.044	
Ajustes de Avaliação Atuarial		-	-	-	-	-	-	(117.296)	-	(117.296)	-	(117.296)	
Variação Cambial de Investimento no Exterior		-	-	-	-	-	-	(83.445)	-	(83.445)	-	(83.445)	
Variação na Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(411)	(411)	
Realização Diferimento Contrato de Exclusividade		-	-	-	-	-	-	-	5.802	5.802	-	5.802	
Ganhos/(Perdas) na Recolocação no Mercado de Ações em Tesouraria		-	587	-	-	(675)	-	-	-	(88)	-	(88)	
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	-	-	-	870.104	870.104	980	871.084	
Destinação do Lucro Líquido		21d											
Constituição de Reservas		-	-	43.505	217.526	179.949	-	-	(440.980)	-	-	-	
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	-	(360.000)	(360.000)	-	(360.000)	
Dividendos		-	-	-	-	-	-	-	(74.926)	(74.926)	-	(74.926)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023		5.200.000	5.098	759.328	2.884.337	1.117.199	-	(303.874)	-	9.662.088	6.803	9.668.891	
Saldo em 01 de janeiro de 2024		5.200.000	5.098	759.328	2.884.337	1.117.199	-	(303.874)	-	9.662.088	6.803	9.668.891	
Aumento de Capital		2.800.000	-	-	(1.682.801)	(1.117.199)	-	-	-	-	-	-	
Outros Resultados Abrangentes													
Variação MTM – Títulos Disponíveis para Venda		-	-	-	-	-	-	10.369	-	10.369	-	10.369	
Ajustes de Avaliação Atuarial		-	-	-	-	-	-	187.291	-	187.291	-	187.291	
Variação na Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.642)	(3.642)	
Realização Diferimento Contrato de Exclusividade		-	-	-	-	-	-	-	5.802	5.802	-	5.802	
Ajuste de Períodos Anteriores		-	-	-	-	(3.146)	-	-	-	(3.146)	-	(3.146)	
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	-	-	-	915.576	915.576	545	916.121	
Destinação do Lucro Líquido		21d											
Constituição de Reservas		-	-	45.779	228.894	278.727	-	-	(553.400)	-	-	-	
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	-	(332.000)	(332.000)	-	(332.000)	
Dividendos		-	-	-	-	-	-	-	(35.978)	(35.978)	-	(35.978)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024		8.000.000	5.098	805.107	1.430.430	275.581	-	(106.214)	-	10.410.002	3.706	10.413.708	
Saldo em 01 de julho de 2024		8.000.000	5.098	781.059	1.310.188	136.009	71.119	(207.413)	-	10.096.060	3.428	10.099.488	
Outros Resultados Abrangentes													
Variação MTM – Títulos Disponíveis para Venda		-	-	-	-	-	-	14.722	-	14.722	-	14.722	
Ajustes de Avaliação Atuarial		-	-	-	-	-	-	86.477	-	86.477	-	86.477	
Variação na Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	
Realização Diferimento Contrato de Exclusividade		-	-	-	-	-	-	-	2.901	2.901	-	2.901	
Ajuste de Períodos Anteriores		-	-	-	-	(3.146)	-	-	-	(3.146)	-	(3.146)	
Lucro Líquido do Semestre		-	-	-	-	-	-	-	480.966	480.966	277	481.243	
Destinação do Lucro Líquido		21d											
Constituição de Reservas		-	-	24.048	120.242	142.718	-	-	(287.008)	-	-	-	
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	-	(232.000)	(232.000)	-	(232.000)	
Dividendos		-	-	-	-	-	(71.119)	-	35.141	(35.978)	-	(35.978)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024		8.000.000	5.098	805.107	1.430.430	275.581	-	(106.214)	-	10.410.002	3.706	10.413.708	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Valores em Milhares de Reais)

	Banrisul				Banrisul Consolidado	
	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais						
Lucro antes da Tributação e Participação dos Empregados	526.210	1.098.599	982.421	666.828	1.367.904	1.211.459
Ajustes ao Lucro antes da Tributação e Participação dos Empregados						
Depreciação e Amortização	138.123	271.896	241.038	160.545	316.441	275.970
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(416.823)	(810.882)	(902.187)	(43.536)	(88.726)	(102.409)
Resultado de Atualização da Dívida Subordinada	279.499	585.285	428.552	279.499	585.285	428.552
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	624.497	1.334.949	1.330.741	624.408	1.334.928	1.330.489
Provisões para Riscos Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	319.498	583.461	462.236	320.129	584.881	463.274
Efeito da Variação das Taxas de Câmbio sobre o Caixa e Equivalentes a Caixa	-	-	13.681	-	-	13.681
Lucro Ajustado antes da Tributação e Participação dos Empregados	1.471.004	3.063.308	2.556.482	2.007.873	4.100.713	3.621.016
Variações Patrimoniais	(1.011.736)	13.032.039	2.933.328	(1.424.037)	12.441.499	2.444.533
(Aumento) em Aplicações de Depósitos Interfinanceiros	(1.385.943)	(353.164)	(546.970)	(1.385.943)	(353.164)	(546.970)
(Aumento) em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(976.797)	(644.541)	(273.863)	(976.797)	(396.913)	(521.491)
(Aumento) Redução em Títulos para Negociação	851.402	4.914.553	(487.009)	747.784	4.551.142	(455.478)
(Aumento) em Instrumentos Financeiros Derivativos	(185.745)	(341.534)	(653.062)	(185.745)	(341.534)	(653.062)
(Aumento) em Operações de Crédito	(7.959.104)	(9.682.068)	(5.838.830)	(7.972.817)	(9.695.781)	(5.838.830)
(Aumento) em Outros Ativos Financeiros	(713.446)	(1.601.026)	(135.151)	(868.705)	(1.537.393)	(658.202)
Redução em Ativos Fiscais	19.896	115.058	219.567	109.027	203.939	114.108
(Aumento) Redução em Outros Ativos	184.629	(6.139)	144.841	152.109	(80.458)	151.843
Aumento em Depósitos	3.068.733	11.604.502	4.090.976	3.128.008	11.433.807	4.883.226
Aumento em Captação no Mercado Aberto	3.884.376	5.481.980	4.352.556	3.875.400	5.465.634	4.352.325
Aumento em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	541.629	762.065	3.462.958	503.402	722.471	3.256.910
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	2.003.023	2.291.158	(478.606)	2.003.023	2.291.158	(478.606)
Aumento em Outros Passivos Financeiros (Redução) em Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	201.422	992.212	75.392	100.928	907.923	169.968
Aumento (Redução) em Obrigações Fiscais	(201.468)	(349.947)	(426.595)	(201.573)	(350.088)	(426.969)
Aumento (Redução) em Outros Passivos	(141.717)	(21.391)	(376.673)	(110.905)	92.845	32.350
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(2.672)	105.181	(196.203)	(80.557)	(94.004)	(525.108)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(199.954)	(234.860)	-	(260.676)	(378.085)	(411.481)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	459.268	16.095.347	5.489.810	583.836	16.542.212	6.065.549
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento						
Dividendos Recebidos de Controladas e Coligadas	73.474	230.637	244.531	73.474	80.660	94.848
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos de Controladas	104.340	201.753	350.760	-	-	-
(Aumento) em Títulos Disponíveis para Venda	(974.134)	(18.272.807)	(3.743)	(976.251)	(18.296.050)	(1.019)
(Aumento) em Títulos Mantidos até o Vencimento	(2.206.962)	(1.480.040)	(3.130.029)	(2.200.877)	(1.474.650)	(3.131.566)
Alienação de Investimentos em Controladas e Coligadas	12.121	12.121	4.400	8.670	8.670	3.251
Alienação de Imobilizado de Uso	5.544	5.634	582	14.614	18.334	6.135
Alienação de Intangível	1.050	1.138	-	1.050	1.138	-
Aquisição de Investimentos em Controladas e Coligadas	(7.179)	(7.179)	(8.480)	(844)	(844)	(8.125)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(59.943)	(125.823)	(81.612)	(82.477)	(176.130)	(155.422)
Aquisição de Intangível	(26.109)	(65.335)	(165.081)	(26.109)	(65.335)	(165.081)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Investimento	(3.077.798)	(19.499.901)	(2.788.672)	(3.188.750)	(19.904.207)	(3.356.979)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento						
Pagamento de Juros da Dívida Subordinada	(53.837)	(101.182)	(94.957)	(53.837)	(101.182)	(94.957)
Dividendos Pagos	-	(74.926)	(14.827)	-	(74.926)	(14.827)
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(232.000)	(332.000)	(360.000)	(232.000)	(332.000)	(360.000)
Variação na Participação de Não Controladores	-	-	-	278	(3.097)	569
Caixa Líquido (Utilizado) nas Atividades de Financiamento	(285.837)	(508.108)	(469.784)	(285.559)	(511.205)	(469.215)
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes a Caixa	(2.904.367)	(3.912.662)	2.231.354	(2.890.473)	(3.873.200)	2.239.355
Caixa e Equivalentes a Caixa no Início do Semestre/Exercício	4.638.784	5.647.079	3.429.406	4.682.751	5.665.478	3.439.804
Efeito da Variação das Taxas de Câmbio sobre o Caixa e Equivalentes a Caixa	-	-	(13.681)	-	-	(13.681)
Caixa e Equivalentes a Caixa no Final do Semestre/Exercício	1.734.417	1.734.417	5.647.079	1.792.278	1.792.278	5.665.478

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

(Valores em Milhares de Reais)

	Banrisul				Banrisul Consolidado	
	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Receitas (a)	9.164.161	17.405.802	15.948.447	9.840.189	18.691.804	17.186.183
Intermediação Financeira	8.993.771	17.216.802	15.701.728	9.023.997	17.271.975	15.734.051
Prestação de Serviços	509.461	1.003.355	924.304	1.071.514	2.096.375	1.931.825
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(624.497)	(1.334.949)	(1.330.741)	(624.408)	(1.334.928)	(1.330.489)
Outras	285.426	520.594	653.156	369.086	658.382	850.796
Despesas de Intermediação Financeira (b)	(5.881.984)	(11.059.544)	(10.459.511)	(5.798.520)	(10.896.364)	(10.245.338)
Insumos Adquiridos de Terceiros (c)	(1.591.083)	(2.966.247)	(2.525.188)	(1.717.480)	(3.195.339)	(2.717.980)
Materiais, Energia e Outros	(1.213.906)	(2.253.782)	(1.787.358)	(1.328.114)	(2.455.618)	(1.948.854)
Serviços de Terceiros	(377.177)	(712.465)	(737.830)	(389.366)	(739.721)	(769.126)
Valor Adicionado Bruto (d=a-b-c)	1.691.094	3.380.011	2.963.748	2.324.189	4.600.101	4.222.865
Depreciação e Amortização (e)	(138.123)	(271.896)	(241.038)	(160.545)	(316.441)	(275.970)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (f=d-e)	1.552.971	3.108.115	2.722.710	2.163.644	4.283.660	3.946.895
Valor Adicionado Recebido em Transferência (g)	416.823	810.882	902.187	43.536	88.726	102.409
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	416.823	810.882	902.187	43.536	88.726	102.409
Valor Adicionado a Distribuir (h=f+g)	1.969.794	3.918.997	3.624.897	2.207.180	4.372.386	4.049.304
Distribuição do Valor Adicionado	1.969.794	3.918.997	3.624.897	2.207.180	4.372.386	4.049.304
Pessoal	1.124.171	2.192.825	2.094.975	1.134.453	2.214.543	2.118.313
Remuneração Direta	784.168	1.524.691	1.479.141	792.144	1.542.018	1.497.641
Benefícios	288.682	570.257	523.091	290.229	573.137	525.988
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	51.321	97.877	92.743	52.080	99.388	94.684
Impostos, Taxas e Contribuições	287.451	659.508	517.014	514.471	1.091.023	917.546
Federais	264.386	607.300	463.760	474.397	1.005.933	818.446
Estaduais	11	19	22	75	161	93
Municipais	23.054	52.189	53.232	39.999	84.929	99.007
Remuneração de Capitais de Terceiros	77.206	151.088	142.804	77.014	150.699	142.361
Aluguéis	77.206	151.088	142.804	77.014	150.699	142.361
Remuneração de Capitais Próprios	480.966	915.576	870.104	481.243	916.121	871.084
Juros sobre o Capital Próprio	232.000	332.000	360.000	232.000	332.000	360.000
Dividendos	(35.141)	35.978	74.926	(35.141)	35.978	74.926
Lucros Retidos no Semestre/Exercício	284.107	547.598	435.178	284.107	547.598	435.178
Participação de Não Controladores nos Lucros Retidos	-	-	-	277	545	980

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentamos a seguir as Notas Explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul), com os valores expressos em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma) e distribuídas da seguinte forma:

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (“Banrisul”, “Instituição”), principal empresa do Grupo Banrisul, controlada pelo Estado do Rio Grande do Sul, é uma sociedade anônima de capital aberto que atua sob a forma de banco múltiplo, com sede no Brasil, domiciliado na Rua Capitão Montanha, 177 – 4º andar, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e opera nas carteiras comercial, de crédito, de financiamento e de investimento, de crédito imobiliário, de desenvolvimento, de arrendamento mercantil, e de operações de câmbio. Por intermédio de suas controladas e coligadas, atua em diversas outras atividades, com destaque para corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de consórcios, meios de pagamentos, seguros e previdência. As operações são conduzidas por um conjunto de instituições que agem de forma integrada no mercado financeiro. O Banrisul atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Rio Grande do Sul, em consonância com os planos e programas do Estado.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(a) Base de Preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas (demonstrações financeiras) foram elaboradas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), com observância à Lei das Sociedades por Ações, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), às normas e instruções do Bacen e às normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demonstrações financeiras incluem práticas e estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões e determinação de determinados valores dos ativos integrantes de sua carteira de títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e imposto diferido. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos, os resultados auferidos podem ser diferentes dos estimados.

As demonstrações financeiras do Banrisul estão apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/20 e Resolução CMN nº 4.818/20. As contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade. Os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas.

A Administração do Banrisul (Administração) declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações financeiras do Banrisul incluem as operações realizadas no país, bem como a consolidação de sua dependência no exterior no exercício de 2023(Grand Cayman). Os efeitos da variação cambial sobre as operações na dependência no exterior estão distribuídos nas linhas da demonstração do resultado conforme a natureza das contas patrimoniais correspondentes e os ajustes de variação cambial decorrentes do processo de conversão estão registrados como componente do patrimônio líquido.

Em 08 de maio de 2023 o Conselho de Administração aprovou o encerramento voluntário das atividades da dependência em Grand Cayman, tendo os trabalhos iniciados a partir de junho de 2023. No quarto trimestre de 2023, seguindo o processo de encerramento de atividades, foi baixado o capital da dependência com devolução do montante de US\$49,5 milhões para a sede no Brasil.

As demonstrações financeiras incluem as operações do Banrisul, da dependência no exterior, das empresas controladas e coligadas e das cotas de fundos de investimento em que o Banrisul assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios. Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados, bem como foram destacadas as parcelas do resultado do período e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários. As mudanças na participação do Banrisul em uma subsidiária que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações patrimoniais.

A tabela a seguir apresenta as empresas controladas e as cotas de fundos de investimento, incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas:

		Participação Total	
	Atividade	31/12/2024	31/12/2023
Banrisul Armazéns Gerais S.A.	Prestação de Serviços	99,50%	99,50%
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	Corretora	98,98%	98,98%
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	Administração de Consórcios	99,68%	99,68%
Banrisul Soluções em Pagamentos S.A.	Meios de Pagamentos	100,00%	99,82%
Banrisul Seguridade Participações S.A. ⁽¹⁾	Seguridade	100,00%	100,00%
Cotas de Fundos de Investimento	Fundo de Investimento	72,16%	69,80 a 96,30%

(1) A Controlada Banrisul Seguridade Participações S.A controla integralmente a Banrisul Corretora de Seguros S.A.

As Operações de Arrendamento Mercantil e Arrendamento Financeiro são apresentadas a valor presente dos contratos no Balanço Patrimonial e as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas de forma agrupada na rubrica Operações de Arrendamento Mercantil, na Demonstração do Resultado.

Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2024 houve reclassificação de grupos do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado, e consequentemente na Demonstração dos Fluxos de Caixa. Esse procedimento deve-se à Instrução Normativa BCB nº 459/24, que cria e altera rubricas do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (COSIF). Dessa forma, os saldos comparativos relativos a 31 de dezembro de 2023 foram reclassificados conforme demonstrado a seguir:

Balanço Patrimonial – Passivo		Banrisul		
DE	PARA	Publicado em 31/12/2023	Reclassificações	31/12/2023 (Reapresentação)
Outros Passivos Financeiros		9.839.628	(5.629.951)	4.209.677
	Depósitos	71.411.782	5.629.951	77.041.733

Balanço Patrimonial – Passivo		Banrisul Consolidado		
DE	PARA	Publicado em 31/12/2023	Reclassificações	31/12/2023 (Reapresentação)
Outros Passivos Financeiros		11.337.791	(5.629.951)	5.707.840
	Depósitos	71.131.132	5.629.951	76.761.083

Demonstração do Resultado		Banrisul		
DE	PARA	Publicado em 31/12/2023	Reclassificações	31/12/2023 (Reapresentação)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses		(910.198)	701.479	(208.719)
	Operações de Captação no Mercado	(9.549.313)	(701.479)	(10.250.792)

Demonstração do Resultado		Banrisul Consolidado		
DE	PARA	Publicado em 31/12/2023	Reclassificações	31/12/2023 (Reapresentação)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses		(910.198)	701.479	(208.719)
	Operações de Captação no Mercado	(9.335.140)	(701.479)	(10.036.619)
Receitas de Prestação de Serviços		2.232.921	(301.096)	1.931.825
	Outras Receitas Operacionais	549.700	301.096	850.796

Demonstração dos Fluxos de Caixa		Banrisul		
DE	PARA	Publicado em 31/12/2023	Reclassificações	31/12/2023 (Reapresentação)
Outros Passivos Financeiros		1.432.217	(1.356.825)	75.392
	Depósitos	2.734.151	1.356.825	4.090.976

Demonstração dos Fluxos de Caixa		Banrisul Consolidado		
DE	PARA	Publicado em 31/12/2023	Reclassificações	31/12/2023 (Reapresentação)
Outros Passivos Financeiros		1.526.793	(1.356.825)	169.968
	Depósitos	3.526.401	1.356.825	4.883.226

Demonstração do Valor Adicionado		Banrisul Consolidado		
DE	PARA	Publicado em 31/12/2023	Reclassificações	31/12/2023 (Reapresentação)
Prestação de Serviços		2.232.921	(301.096)	1.931.825
	Outras	549.700	301.096	850.796

As demonstrações financeiras elaboradas para o período apresentado foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração do Banrisul em 07 de fevereiro de 2025.

(b) Normas Recentemente Emitidas a serem Aplicadas em Períodos Futuros

Resolução CMN nº 4.966/21 e Lei nº 14.467/22, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025: a Resolução CMN nº 4.966/21 dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, buscando reduzir as assimetrias entre as normas contábeis previstas no COSIF e os padrões internacionais.

O Banrisul elaborou plano para a implementação da regulamentação contábil (plano), conforme requerido pelo artigo 76º da Resolução, o qual foi divulgado nas demonstrações financeiras do Exercício de 2022.

A Lei nº 14.467/22 dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. Essa lei altera o momento do reconhecimento da perda na operação de crédito, permitindo a dedução das provisões mínimas determinadas pelo Bacen para as operações vencidas acima de 90 dias.

A Lei determina que sejam tratadas de forma diferenciada as perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025 relativas aos créditos que se encontrarem inadimplidos em 31 de dezembro de 2024 e que não tenham sido deduzidas até essa data e que não tenham sido recuperadas, somente podendo excluí-las do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026.

Os impactos relativos à aplicação desses normativos são apresentados na Nota Explicativa 30c.

Resolução CMN nº 4.975/21, aplicável a partir de 1º de janeiro de 2025: a norma estabelece os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil realizadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen na condição de arrendadora e de arrendatária, devendo essas instituições observar o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, conforme regulamentação específica.

Os impactos relativos à aplicação desses normativos são apresentados na Nota Explicativa 30c.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Apuração do Resultado

De acordo com o princípio contábil da competência, as receitas e despesas são registradas no período em que ocorrem, mesmo que não tenham sido recebidas ou pagas. Quando as receitas e despesas são correlacionadas, elas são reconhecidas simultaneamente. As transações financeiras pós-fixadas são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, enquanto as transações financeiras prefixadas são registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de receitas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As transações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas na data do Balanço Patrimonial, de acordo com as taxas de câmbio da mesma data.

(b) Caixa e Equivalentes a Caixa

Caixa e equivalentes a caixa são representados pelas disponibilidades (dinheiro em caixa e depósitos bancários), aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

(c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam os recursos aplicados no mercado interbancário. São apresentadas pelo valor presente, calculadas *pro rata die* com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuadas.

(d) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, de acordo com a Circular Bacen nº 3.068/01 e regulamentação complementar, são classificados e avaliados em três categorias específicas, atendendo os critérios de contabilização:

Títulos para Negociação: incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado (*mark to market* – MTM), sendo os ganhos e as perdas sobre esses títulos reconhecidos na Demonstração do Resultado.

Títulos Disponíveis para Venda: incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros e podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são ajustados pelo valor de mercado (MTM), deduzida perda de caráter permanente, quando aplicável, sendo os rendimentos auferidos reconhecidos no resultado. Os ganhos e as perdas, decorrentes das variações do valor de mercado e ainda não realizados, são reconhecidos no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes, deduzidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável, até a sua realização por venda.

Os ganhos e as perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data da negociação na Demonstração do Resultado, em contrapartida da mesma conta específica do patrimônio líquido, deduzidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.

Títulos Mantidos até o Vencimento: incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo registrados ao custo de aquisição, desde que não haja perdas de caráter permanente, atualizados *pro rata temporis* em contrapartida ao resultado do período. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de venda desses títulos.

(e.1) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme Circular Bacen nº 3.082/02. Esses instrumentos são avaliados pelo valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros na Demonstração do Resultado.

O Banrisul realiza operações com títulos públicos prefixados de forma casada com contratos derivativos (Contrato Futuro de DI1), que têm como ativo subjacente a taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros (DI), calculada e divulgada pela Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (B3). Estes contratos são utilizados para proteção e gerenciamento de risco de taxa de juro de ativos e/ou passivos de forma a compensar o risco da oscilação da taxa DI.

Os ajustes das operações de futuros são realizados diariamente com base no valor justo utilizando preços de mercado praticados na data de referência, sendo contabilizados em contas de ativo ou de passivo, dependendo da natureza do ajuste, e liquidados em D+1.

O Banrisul possui instrumentos financeiros derivativos do tipo *swap*, cuja determinação do valor justo dessas operações é realizada por meio de técnicas de modelagem, como o fluxo de caixa descontado. As operações de derivativos são baseadas em contratos de balcão registrados na B3 e têm como contrapartes instituições financeiras classificadas como de primeira linha.

(e.2) Contabilidade de Hedge (*Hedge Accounting*)

O Banrisul adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), na categoria *hedge* de risco de mercado, para contabilização de operações de *swap*. Estes instrumentos, assim como os ativos e os passivos financeiros que são objetos de proteção, são contabilizados pelo valor justo, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração do Resultado.

O *hedge* de risco de mercado foi estabelecido por meio de uma designação documentada no início da operação. Esta designação descreve a relação entre os objetos e os instrumentos de derivativos utilizados para proteção, bem como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para mitigar os efeitos decorrentes da exposição à variação no valor justo.

Na gestão de risco, o Banrisul realiza e documenta periodicamente testes para apurar o nível de efetividade das operações de *hedge accounting* na compensação de variações do valor justo dos itens protegidos durante o período de vigência desta proteção.

O Banrisul não adota a contabilização de instrumentos financeiros nas categorias *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento líquido em operação no exterior.

(f) Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Característica de Concessão de Crédito

Todas as operações de crédito e arrendamento mercantil têm seus riscos classificados de acordo com julgamento da Administração, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e às garantias, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, de AA até H, conforme apresentado na Nota 9.

As operações de crédito e arrendamento mercantil são registradas a valor presente, calculadas *pro rata die* com base no indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o quinquagésimo nono dia de atraso. A partir do sexagésimo dia, o reconhecimento de receita ao resultado ocorre quando efetivamente recebidas as operações.

Os riscos das operações ativas renegociadas são definidos conforme critério da Resolução CMN nº 2.682/99, permanecendo no *rating* que se encontravam antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra sua provisão, que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível H, podendo ser reclassificadas para categoria de menor risco quando houver

amortização significativa das operações. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente serão reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos (Nota 9h).

(g) Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A provisão para perdas em operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com característica de concessão de crédito é constituída a partir de modelos internos de risco que classificam as operações de acordo com os *ratings* previstos na Resolução CMN nº 2.682/99. Historicamente a provisão mantém-se em níveis considerados suficientes para cobertura de eventuais perdas.

O valor total da provisão para perdas em operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com característica de concessão de crédito está demonstrado na Nota 9e.

(h) Outros Valores e Bens

Compostos, basicamente, por bens não destinados a uso – imóveis disponíveis para venda, próprios desativados e/ou recebidos em dação de pagamento, os quais são ajustados a valor de mercado por meio da constituição de provisão de acordo com as normas vigentes – e despesas antecipadas – aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

(i) Investimentos

Os investimentos em coligadas e controladas são, inicialmente, reconhecidos pelo valor de custo e, subsequentemente, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no valor do patrimônio líquido da controlada ou coligada.

(j) Imobilizado de Uso

Imóveis de uso compreendem principalmente terrenos e edifícios. Conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.535/16, os imóveis de uso estão demonstrados pelo custo histórico deduzidos da depreciação, assim como todos os demais itens do ativo imobilizado. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o seu custo possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são reconhecidos no resultado do período como despesas operacionais desde que não resultem, efetivamente, no aumento do prazo de vida útil do ativo, de sua eficiência ou produtividade quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros bens é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme apresentada a seguir:

Imobilizado	Estimativa Média da Vida Útil em Anos
Imóveis de Uso	60,00
Instalações	25,00
Equipamentos em Uso	16,60
Outros	13,30

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Anualmente, é realizada a revisão de vida útil e emissão de laudo correspondente. Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais na Demonstração do Resultado.

(k) Intangível

Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade (Nota 15). A Resolução CMN nº 4.534/16, estabelece o reconhecimento do ativo intangível pelo valor de custo, e a amortização dos bens com vida útil definida reconhecida ao longo da vida útil estimada pelo método linear.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor contábil de um ativo intangível é imediatamente baixado para seu valor recuperável caso o valor contábil seja maior do que o valor recuperável estimado.

O intangível está representado por contratos de prestação de serviços bancários de folha de pagamento e de aquisição de softwares conforme descrito a seguir:

Intangível	Estimativa Média da Vida Útil em Anos
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	5 a 10
Software	8

Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento: compreende contratos firmados relativos à cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento com entidades públicas e privadas:

- Setor Público: direitos adquiridos por meio de outorga onerosa de direito de exclusividade com o Estado do Rio Grande do Sul, prefeituras e órgãos públicos. Foram realizados estudos internos e de especialistas, não sendo identificados indícios de *impairment* relacionado a esses ativos.
- Setor Privado: possuem vigência de cinco anos, sendo amortizados pelo prazo contratual decorrido. Não foram identificadas perdas no valor recuperável destes ativos.

Softwares: as licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares:

- Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento, que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, são reconhecidos como ativos intangíveis;
- Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis;
- Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software; e
- Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativos em período subsequente.

(l) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

O Banrisul revisa, anualmente, se há indícios de *impairment*. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado do período.

(m) Conversão de Moeda Estrangeira

As demonstrações financeiras do Banrisul são apresentadas em reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. Para as dependências no exterior o Banrisul definiu moeda funcional conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.817/20.

As demonstrações de entidades domiciliadas no exterior (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação de acordo com os seguintes critérios:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do Balanço Patrimonial; e



- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.

Os ajustes de variação cambial decorrentes do processo de conversão são registrados nas demonstrações financeiras convertidas da investida no exterior como componente do patrimônio líquido na rubrica outros resultados abrangentes.

(n) Captação de Recursos, Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades considerando os encargos exigíveis até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata die*. Os valores e prazos estão demonstrados nas Notas 16 e 17.

(o) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, recepcionado pela Resolução CMN nº 3.823/09.

Provisões e Passivos Contingentes: a provisão para passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião da área jurídica do Banrisul, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação da obrigação e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os de perdas remotas não requerem provisão e divulgação.

Ativos Contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando existem evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.

(p) Imposto de Renda e Contribuição Social

O crédito tributário ou obrigação fiscal de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes na data das demonstrações financeiras, na perspectiva de realização estimada para estes créditos no período de vigência destas alíquotas, e, para os ativos e passivos registrados na rubrica créditos tributários, em contrapartida do resultado do período. Havendo alteração da legislação tributária que modifique critérios e alíquotas a serem adotados em períodos futuros, os efeitos são reconhecidos imediatamente com base nos critérios e alíquotas aplicáveis ao período em que cada parcela do ativo será realizada ou do passivo liquidada. A realização destes créditos tributários ocorrerá quando da realização dos fatos geradores e respectivas provisões constituídas.

A provisão para IR é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A alíquota da CSLL para o Banrisul é de 20%, para a Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio é de 15%, e para as demais empresas do Grupo Banrisul não financeiras é de 9%.

A composição dos valores do IR e CSLL e a demonstração dos seus cálculos, origem e previsão de realização dos créditos tributários, estão apresentados nas Notas 11 e 24.

(q) Obrigações com Benefícios de Longo Prazo Pós-Emprego a Empregados

Obrigações de Aposentadoria: o Banrisul é patrocinador da Fundação Banrisul de Seguridade Social (FBSS) e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Cabergs), que asseguram a complementação dos benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários, respectivamente.

Planos de Previdência: o Banrisul é patrocinador de planos dos tipos benefício definido, contribuição variável e contribuição definida.

Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente depende de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.



Já os planos de contribuição definida estabelecem contribuições fixas a serem pagas pelo patrocinador, assemelhando-se a um plano financeiro.

A obrigação reconhecida no Balanço Patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada periodicamente por atuários independentes, usando o Método do Crédito Unitário Projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, efeito de qualquer limite sobre a parcela do empregador no custo dos benefícios futuros, contribuições de empregados ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para a entidade, entre outros. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais, quando ocorrerem, são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido, separadamente, para cada plano, utilizando o Método do Crédito Unitário Projetado. Os custos de serviços passados, quando ocorrem, são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os planos de contribuição variável abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, a aposentadoria antecipada e o auxílio funeral. Neste caso, o Banrisul não tem qualquer obrigação adicional de pagamento além da contribuição que é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

Além destes, há benefícios com características de benefício definido, que são aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

O plano de contribuição definida tem apenas os benefícios de aposentadoria, aposentadoria por invalidez e pensão por morte. O abono anual é opcional, necessitando de formalização da opção pelo participante.

Planos de Saúde: são benefícios assegurados pela Cabergs e oferecem benefícios de assistência médica em geral cujo custeio é estabelecido por meio de convênio de adesão. O Banrisul oferece ainda benefício de assistência médica pós-emprego a seus empregados. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em ajustes de avaliação patrimonial. Estas obrigações são avaliadas, periodicamente, por atuários independentes e qualificados.

Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores do Banrisul e não podem ser pagos diretamente ao Banrisul. O valor justo baseia-se em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras ao plano.

Prêmio Aposentadoria: para os empregados que se aposentam, é concedido um prêmio aposentadoria proporcional à remuneração mensal fixa do funcionário vigente na época da aposentadoria.

Os compromissos com esses três tipos de benefícios pós-emprego são avaliados e revisados, periodicamente, por atuários independentes e qualificados.

O resultado da avaliação atuarial pode gerar um ativo a ser reconhecido. Esse ativo é registrado somente quando o Banrisul:

- Controla o recurso: capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros;
- Esse controle é o resultado de acontecimentos passados: contribuições pagas pelo Banrisul e serviço prestado pelo funcionário; e
- Estão disponíveis benefícios econômicos futuros para o Banrisul na forma de redução em contribuições futuras ou de restituição de dinheiro, diretamente ou indiretamente, para compensar a insuficiência de outro plano de benefício pós-emprego, obedecida a legislação pertinente.

(r) Lucro por Ação

O Lucro por Ação (LPA) pode ser calculado em sua forma básica e em sua forma diluída.

Na forma básica, não são considerados os efeitos dos instrumentos financeiros potencialmente dilutivos, como: ações preferenciais conversíveis, debêntures conversíveis e bônus de subscrição – que podem ser convertidos em ações ordinárias, assim caracterizando o potencial dilutivo desses instrumentos. No cálculo do LPA diluído são considerados os efeitos dos instrumentos financeiros potencialmente dilutivos.

O Banrisul não dispõe de instrumentos que devessem ser incluídos no cálculo do lucro por ação diluído, dessa forma, o lucro por ação básico e o diluído é semelhante.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades	1.126.979	1.123.159	1.126.982	1.123.167
Disponibilidades em Moeda Nacional	948.144	856.811	948.147	856.819
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	178.835	266.348	178.835	266.348
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	607.438	4.523.920	607.438	4.523.920
Aplicações no Mercado Aberto	599.996	4.500.977	599.996	4.500.977
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	7.442	22.943	7.442	22.943
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	57.858	18.391
Cotas de Fundos de Investimento	-	-	57.858	18.391
Total	1.734.417	5.647.079	1.792.278	5.665.478

(1) Composto pelos títulos discriminados na Nota 5 com prazo original igual ou inferior a 90 dias e que apresentam risco insignificante de mudança no valor justo.

NOTA 05 – APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Banrisul e Banrisul Consolidado				
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 1 Ano	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações no Mercado Aberto	599.996	-	-	599.996	4.500.977
Re vendas a Liquidar – Posição Bancada					
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	599.996	-	-	599.996	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	-	-	-	-	4.500.977
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	7.442	1.362.085	634.394	2.003.921	1.666.258
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	7.442	1.362.085	634.394	2.003.921	1.666.258
Total em 31/12/2024	607.438	1.362.085	634.394	2.603.917	
Total em 31/12/2023	4.523.920	1.643.315			6.167.235

NOTA 06 – DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL

Forma de Remuneração		Banrisul		Banrisul Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos à Vista	Não Remunerado	679.939	746.308	679.939	746.308
Depósitos de Poupança ⁽¹⁾	Índice da Poupança	-	2.225.146	-	2.225.146
Depósitos a Prazo	Taxa Selic	9.970.513	7.859.578	9.970.513	7.859.578
Conta de Pagamento Instantâneo	Taxa Selic	460.204	234.859	460.204	234.859
Depósitos de Moeda Eletrônica	Taxa Selic	6.274	6.498	6.274	254.126
Outros Depósitos	Taxa Selic	600.000	-	600.000	-
Total		11.716.930	11.072.389	11.716.930	11.320.017

(1) Depósito liberado conforme Resolução BCB nº 379/24.

NOTA 07 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Carteira de Títulos e Valores Mobiliários tem a seguinte composição:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Títulos para Negociação	4.246.558	9.161.111	4.861.110	9.372.785
Títulos Disponíveis para Venda	18.348.164	75.357	18.350.048	53.998
Títulos Mantidos até o Vencimento	35.090.836	33.610.796	35.098.746	33.624.096
Total	57.685.558	42.847.264	58.309.904	43.050.879

O valor de mercado, apresentado nas tabelas a seguir, foi apurado da seguinte forma:

- Títulos Públicos Federais que possuem negociações ativas são apurados com base nos preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA);
- Ações de companhias abertas é utilizado o preço de fechamento do último dia;
- Cotas de Fundo de Investimento são atualizadas, diariamente, pelo respectivo valor da cota divulgada pelo Administrador; e
- Para os títulos que não possuem preços divulgados o Banrisul adota metodologia de apuração de valor de mercado por modelo de precificação, que utiliza as Curvas Futuras divulgadas pela B3.

(a) Títulos para Negociação

Composição da Carteira de Títulos para Negociação por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado e por prazo de vencimento:

	Valor de Mercado				31/12/2024		31/12/2023	
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	1.553.321	1.265.078	2.818.399	2.818.706	5.986.356	5.986.436
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	562.466	865.693	1.428.159	1.461.499	3.166.137	3.103.066
Ações de Companhias Abertas	-	-	-	-	-	-	8.618	6.709
Total em 31/12/2024	-	-	2.115.787	2.130.771	4.246.558	4.280.205		
Total em 31/12/2023	8.618	485.410	3.105.122	5.561.961			9.161.111	9.096.211

	Valor de Mercado					31/12/2024		31/12/2023	
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 5 Anos	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	1.935.370	1.265.078	18.843	3.219.291	3.219.705	5.997.001	5.997.081
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	562.466	865.693	-	1.428.159	1.461.499	3.166.137	3.103.066
Ações de Companhias Abertas	-	-	-	-	-	-	-	8.618	6.709
Cotas de Fundo de Investimento	213.660	-	-	-	-	213.660	213.660	201.029	201.029
Total em 31/12/2024	213.660	-	2.497.836	2.130.771	18.843	4.861.110	4.894.864		
Total em 31/12/2023	209.647	485.410	3.115.767	5.561.961	-			9.372.785	9.307.885

(b) Títulos Disponíveis para Venda

Composição da Carteira de Títulos Disponíveis para Venda por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado e por prazo de vencimento:

	Valor de Mercado			31/12/2024		31/12/2023	
	Sem Vencimento	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) ⁽¹⁾	-	4.801.342	13.490.165	18.291.507	18.257.580	-	-
Cotas de Fundos de Investimento	34.688	-	-	34.688	26.132	50.591	41.614
Outros	21.969	-	-	21.969	21.969	24.766	24.766
Total em 31/12/2024	56.657	4.801.342	13.490.165	18.348.164	18.305.681		
Total em 31/12/2023	75.357	-	-			75.357	66.380

	Banrisul Consolidado						
	Valor de Mercado			31/12/2024		31/12/2023	
	Sem Vencimento	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) ⁽¹⁾	-	4.801.342	13.490.165	18.291.507	18.257.580	-	-
Cotas de Fundos de Investimento	36.572	-	-	36.572	27.696	29.218	19.576
Certificados de Privatização	-	-	-	-	-	14	14
Outros	21.969	-	-	21.969	21.969	24.766	24.766
Total em 31/12/2024	58.541	4.801.342	13.490.165	18.350.048	18.307.245		
Total em 31/12/2023	53.998	-	-			53.998	44.356

(1) Tratam-se de títulos adquiridos com recursos de captação bancária e de vencimento de títulos públicos da carteira mantido até o vencimento e para negociação, cujo objetivo de aquisição é a rentabilização dos recursos disponíveis e flexibilidade de negociação antes do prazo de vencimento em caso de eventual mudança nas condições de mercado, oportunidades de investimento ou necessidade de caixa.

(c) Títulos Mantidos até o Vencimento

Composição da Carteira de Títulos Mantidos até o Vencimento por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado e por prazo de vencimento:

	Valor de Custo Atualizado					Banrisul			
						31/12/2024		31/12/2023	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Valor de Custo Atualizado	Valor de Mercado	Valor de Custo Atualizado	Valor de Mercado
Títulos Públicos Federais									
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	2.689.431	4.271.054	14.210.326	6.238.670	5.125.059	32.534.540	32.599.096	32.115.497	32.164.450
Títulos Públicos Federais (CVS)	-	-	45.832	-	-	45.832	40.297	61.670	55.374
Letras Financeiras (LF)	-	1.503.153	186.023	126.690	-	1.815.866	1.650.262	1.370.249	1.231.694
Debêntures	5.005	56.588	65.424	276.944	286.931	690.892	698.641	61.472	60.745
Títulos de Capitalização	2.179	-	-	-	-	2.179	2.173	-	-
Certificados Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	-	-	1.527	1.527	1.425	1.908	1.843
Total em 31/12/2024	2.696.615	5.830.795	14.507.605	6.642.304	5.413.517	35.090.836	34.991.894		
Total em 31/12/2023	3.849.319	4.425.239	13.944.570	10.824.427	567.241			33.610.796	33.514.106

	Valor de Custo Atualizado					Banrisul Consolidado			
						31/12/2024		31/12/2023	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Valor de Custo Atualizado	Valor de Mercado	Valor de Custo Atualizado	Valor de Mercado
Títulos Públicos Federais									
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	2.689.431	4.271.054	14.218.236	6.238.670	5.125.059	32.542.450	32.606.995	32.128.797	32.177.723
Títulos Públicos Federais (CVS)	-	-	45.832	-	-	45.832	40.297	61.670	55.374
Letras Financeiras (LF)	-	1.503.153	186.023	126.690	-	1.815.866	1.650.262	1.370.249	1.231.694
Debêntures	5.005	56.588	65.424	276.944	286.931	690.892	698.641	61.472	60.745
Títulos de Capitalização	2.179	-	-	-	-	2.179	2.173	-	-
Certificados Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	-	-	1.527	1.527	1.425	1.908	1.843
Total em 31/12/2024	2.696.615	5.830.795	14.515.515	6.642.304	5.413.517	35.098.746	34.999.793		
Total em 31/12/2023	3.849.319	4.425.239	13.944.570	10.837.727	567.241			33.624.096	33.527.379

A Administração declara que dispõe de capacidade financeira e intenção de manter esses títulos até o vencimento.

NOTA 08 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banrisul participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap* e de contratos futuros de DI1, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar sua exposição global em moeda estrangeira.

A utilização dos instrumentos financeiros derivativos tem por objetivo, predominantemente, mitigar os riscos decorrentes das variações de taxa de juros e de oscilações cambiais da operação de captação no mercado externo efetuada pelo Banrisul, citada na Nota 16, que resultam na conversão dessas taxas para a variação da taxa CDI.

Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se ajustados contabilmente ao seu valor justo, conforme demonstra a tabela a seguir:

Instrumentos Derivativos	Valor de Referência	Valor de Curva	Ajuste ao Valor Justo	Banrisul e Banrisul Consolidado	
				31/12/2024	31/12/2023
Swap		339.539	(15.241)	324.298	(17.236)
Ativo	1.493.020	406.829	(14.628)	392.201	(262.333)
Passivo	(1.493.020)	(67.290)	(613)	(67.903)	245.097
Futuros de DI ⁽¹⁾	1.427.442	1.131.426	296.016	1.427.442	3.164.350

(1) Os valores referenciais dos Futuros de DI estão registrados em contas de compensação.

A tabela a seguir apresenta as informações dos instrumentos financeiros derivativos segregados por prazo de vencimento:

Instrumentos Derivativos	Valor de Referência	Valor Justo	Até 3 Meses	Banrisul e Banrisul Consolidado	
				De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos
Swap		324.298	6.808	5.858	311.632
Ativo	1.493.020	392.201	10.328	10.039	371.834
Passivo	(1.493.020)	(67.903)	(3.520)	(4.181)	(60.202)
Futuros de DI	1.427.442	1.427.442	562.049	865.393	-
Ajuste Líquido Swap 31/12/2024		324.298	6.808	5.858	311.632
Ajuste Líquido Swap 31/12/2023 ⁽¹⁾		(17.236)	(1.336)	(3.744)	(12.156)

(1) Valor reapresentado devido a alteração na forma de apuração dos valores, passando a ser apresentado com a inclusão do *nocional* e não somente os ajustes.

O Banrisul opera com contratos de DI Futuro, de forma “casada” com aplicações efetuadas em títulos públicos federais que possuem taxa prefixada, de forma a compensar o risco da oscilação da taxa DI, sendo que os ajustes dos preços destes derivativos são contabilizados diariamente no resultado.

O Banrisul também se utiliza da estrutura de *hedge accounting* (contabilidade de *hedge*) prevista nas normas do Bacen. A efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Bacen.

Na categoria de *hedge* de risco de mercado, o Banrisul incluiu os instrumentos financeiros derivativos contratados com o objetivo de proteger a variação da moeda estrangeira oriunda das notas subordinadas emitidas no mercado externo no montante de US\$300 milhões, conforme condições previamente acordadas pelo *Offering Memorandum*, descritas na Nota 16.

O Banrisul realiza avaliação quantitativa de efetividade prospectiva do *hedge*, que é determinada por meio do método *Dollar Offset*, também denominado como DV01 (Sensibilidade de 1 *basis point*), que consiste na métrica que mede a variação no valor de um título em relação a uma variação na taxa de juros do mercado.

Também é utilizado o método quantitativo *Dollar Offset (ratio analysis)* para avaliação da efetividade retrospectiva, ou teste de ineficácia, que compara a variação do valor justo do instrumento de *hedge* com a variação do valor justo do objeto de *hedge*. A avaliação da efetividade do *hedge* é realizada de forma direta, sendo que o *forward points* do instrumento de *hedge* e do fluxo de caixa do passivo estão incluídos nos testes.

A tabela a seguir demonstra a estrutura de contabilidade de *hedge (hedge accounting)* e a relação entre os instrumentos de proteção e os itens protegidos, evidenciando a efetividade:



Banrisul e Banrisul Consolidado						
31/12/2024						
Hedge e Risco de Mercado	Valor de Referência (USD)	Index Ativo	Index Passivo	MTM	MTM DV1	Efeito MTM
Instrumento de Hedge						
Swap	200.000	USD + 5,375%	100% do CDI	215.798	215.704	94
Swap	100.000	USD + 5,375%	100% do CDI	108.500	108.453	47
Total				324.298	324.157	141
Objeto de Hedge						
Tier 2	300.000		USD + 5,375%	(1.877.718)	(1.877.576)	(142)
DV01						-99,89%

Destaca-se que a relação também é evidenciada na Nota 28, referente ao Gerenciamento de Capital e de Riscos Corporativos, que descreve a análise de sensibilidade de instrumentos financeiros derivativos.

As operações de derivativos na modalidade *swap* são baseadas em contratos de balcão registrados na B3 e têm como contrapartes instituições financeiras classificadas como de primeira linha.

O Banrisul e as contrapartes estão sujeitas à prestação de garantias reais, reciprocamente, caso os instrumentos financeiros derivativos superem os limites de valor de mercado estipulados contratualmente. A margem recebida em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos pelo Banrisul é composta por Depósitos Interfinanceiros, no valor de R\$37.217 (31/12/2023 – R\$22.943).

NOTA 09 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

(a) Composição por Tipo de Operação e Níveis de Risco

										Banrisul	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e Títulos Descontados	1.091.543	27.320.835	1.748.809	755.400	1.252.158	298.600	240.491	353.058	1.271.352	34.332.246	31.549.877
Financiamentos	618.256	1.431.200	258.979	148.177	61.187	11.119	11.601	15.159	54.413	2.610.091	1.136.817
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.257.576	11.445.319	438.263	117.539	190.715	30.004	24.480	44.093	153.199	13.701.188	11.358.894
Financiamentos Imobiliários	4.838.070	1.389.668	229.929	72.553	7.653	1.558	1.513	927	3.084	6.544.955	5.956.024
Créditos Vinculados a Cessão ⁽¹⁾	1.469	2.637	33	34	-	-	-	-	-	4.173	5.397
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	84.137	44.320	-	-	-	-	-	-	-	128.457	103.846
Total de Operações de Crédito	7.891.051	41.633.979	2.676.013	1.093.703	1.511.713	341.281	278.085	413.237	1.482.048	57.321.110	50.110.855
Operações de Arrendamento Mercantil	-	5.062	1.785	63	-	9	-	-	-	6.919	8.077
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽²⁾	743.659	893.839	52.833	548	76.656	1.422	21.251	5.316	12.382	1.807.906	882.124
Outros Créditos ⁽³⁾	159.263	2.233.942	364.617	74.008	36.396	9.899	6.184	4.704	20.281	2.909.294	2.668.182
Créditos Vinculados a Operações Adquiridas em Cessão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	73
Total de Operações com Características de Crédito	8.793.973	44.766.822	3.095.248	1.168.322	1.624.765	352.611	305.520	423.257	1.514.711	62.045.229	53.669.311
Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas ⁽⁴⁾	167.363	140.900	-	80.000	-	-	-	-	-	388.263	156.125
Total Geral	8.961.336	44.907.722	3.095.248	1.248.322	1.624.765	352.611	305.520	423.257	1.514.711	62.433.492	53.825.436
Total de Operações com Características de Crédito em 31/12/2023	7.245.511	39.726.660	2.414.726	794.280	595.403	502.578	253.810	493.209	1.643.134		53.669.311

	Banrisul Consolidado											
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H		31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e Títulos Descontados	1.091.543	27.320.835	1.748.809	755.400	1.252.158	298.600	240.491	353.058	1.271.352		34.332.246	31.549.877
Financiamentos	618.256	1.431.200	258.979	148.177	61.187	11.119	11.601	15.159	54.413		2.610.091	1.136.817
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.257.576	11.445.319	438.263	117.539	190.715	30.004	24.480	44.093	153.199		13.701.188	11.358.894
Financiamentos Imobiliários	4.838.070	1.389.668	229.929	72.553	7.653	1.558	1.513	927	3.084		6.544.955	5.956.024
Créditos Vinculados a Cessão ⁽¹⁾	1.469	2.637	33	34	-	-	-	-	-		4.173	5.397
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	84.137	44.320	-	-	-	-	-	-	-		128.457	103.846
Total de Operações de Crédito	7.891.051	41.633.979	2.676.013	1.093.703	1.511.713	341.281	278.085	413.237	1.482.048		57.321.110	50.110.855
Operações de Arrendamento Mercantil	-	5.062	1.785	63	-	9	-	-	-		6.919	8.077
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽²⁾	743.659	893.839	52.833	548	76.656	1.422	21.251	5.316	12.382		1.807.906	882.124
Outros Créditos ⁽³⁾	166.632	2.238.154	365.643	74.682	36.467	9.930	6.249	4.709	20.542		2.923.008	2.668.182
Créditos Vinculados a Operações Adquiridas em Cessão	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	73
Total de Operações com Características de Crédito	8.801.342	44.771.034	3.096.274	1.168.996	1.624.836	352.642	305.585	423.262	1.514.972		62.058.943	53.669.311
Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas ⁽⁴⁾	167.363	140.900	-	80.000	-	-	-	-	-		388.263	156.125
Total Geral	8.968.705	44.911.934	3.096.274	1.248.996	1.624.836	352.642	305.585	423.262	1.514.972		62.447.206	53.825.436
Total de Operações com Características de Crédito em 31/12/2023	7.245.511	39.726.660	2.414.726	794.280	595.403	502.578	253.810	493.209	1.643.134			53.669.311

(1) Referem-se ao contrato de cessão de créditos com coobrigação onde o Banrisul cedeu à Companhia Brasileira de Securitização (Cibrasec) operações de crédito imobiliário.

(2) Composto por Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio e Rendas de Adiantamentos Concedidos.

(3) Referem-se a cartões de débito e crédito, créditos de securitização, créditos por avais e fianças honrados, rendas a receber sobre contratos de câmbio e créditos decorrentes de contratos de exportação.

(4) Contabilizados em contas de compensação. Para as operações de avais e fianças prestadas foi constituída a provisão conforme demonstrada na Nota 18.

(b) Composição dos Clientes por Faixa de Vencimento e Níveis de Risco

										Banrisul	
Operações em Curso Normal ⁽¹⁾										31/12/2024	31/12/2023
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H		
Parcelas Vincendas	8.791.439	44.699.457	2.722.928	817.129	1.316.230	182.675	152.139	209.110	700.898	59.592.005	51.564.212
01 a 30 dias	249.221	2.553.615	418.567	83.840	68.915	16.119	11.775	10.965	38.429	3.451.446	3.017.102
31 a 60 dias	166.288	1.971.226	240.555	51.666	48.207	11.126	17.699	6.698	28.786	2.542.251	2.097.472
61 a 90 dias	272.089	1.704.960	191.409	40.068	60.883	9.045	14.513	7.036	18.578	2.318.581	2.161.743
91 a 180 dias	575.932	5.629.842	339.274	75.305	94.714	22.703	12.053	11.245	46.909	6.807.977	6.014.708
181 a 360 dias	856.823	7.234.736	340.960	84.855	159.703	19.281	31.492	25.891	59.292	8.813.033	8.098.698
Acima de 360 dias	6.671.086	25.605.078	1.192.163	481.395	883.808	104.401	64.607	147.275	508.904	35.658.717	30.174.489
Parcelas Vencidas	2.534	67.365	33.289	8.876	13.161	2.808	1.988	2.370	5.842	138.233	103.635
Até 14 dias	2.534	67.365	33.289	8.876	13.161	2.808	1.988	2.370	5.842	138.233	103.635
Subtotal	8.793.973	44.766.822	2.756.217	826.005	1.329.391	185.483	154.127	211.480	706.740	59.730.238	51.667.847
Operações em Curso Anormal ⁽¹⁾											
Parcelas Vincendas	-	-	298.226	292.416	176.151	118.577	99.525	117.005	416.832	1.518.732	1.285.815
01 a 30 dias	-	-	9.071	7.586	5.959	4.818	3.477	4.074	15.313	50.298	40.627
31 a 60 dias	-	-	8.179	6.959	4.821	3.943	3.215	3.959	14.966	46.042	36.034
61 a 90 dias	-	-	7.571	6.051	4.200	3.579	2.997	3.509	13.853	41.760	35.768
91 a 180 dias	-	-	20.596	19.208	13.670	10.015	8.105	10.240	40.149	121.983	97.356
181 a 360 dias	-	-	36.233	36.542	31.964	17.820	15.139	19.007	72.057	228.762	174.955
Acima de 360 dias	-	-	216.576	216.070	115.537	78.402	66.592	76.216	260.494	1.029.887	901.075
Parcelas Vencidas	-	-	40.805	49.901	119.223	48.551	51.868	94.772	391.139	796.259	715.649
01 a 14 dias	-	-	422	799	663	1.049	564	1.016	3.755	8.268	24.246
15 a 30 dias	-	-	28.266	13.034	10.109	6.926	4.805	4.964	15.797	83.901	61.492
31 a 60 dias	-	-	12.117	27.723	16.178	11.175	7.860	8.480	20.596	104.129	114.324
61 a 90 dias	-	-	-	5.627	85.756	12.156	10.216	9.966	23.758	147.479	87.149
91 a 180 dias	-	-	-	2.718	6.517	16.418	26.546	67.010	82.304	201.513	250.892
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	827	1.877	3.336	206.793	212.833	165.583
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	38.136	38.136	11.963
Subtotal	-	-	339.031	342.317	295.374	167.128	151.393	211.777	807.971	2.314.991	2.001.464
Total em 31/12/2024	8.793.973	44.766.822	3.095.248	1.168.322	1.624.765	352.611	305.520	423.257	1.514.711	62.045.229	
Total em 31/12/2023	7.245.511	39.726.660	2.414.726	794.280	595.403	502.578	253.810	493.209	1.643.134		53.669.311

	Banrisul Consolidado										
	Operações em Curso Normal ⁽¹⁾										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2024	31/12/2023
Parcelas Vincendas	8.798.808	44.703.553	2.723.051	817.328	1.316.237	182.680	152.151	209.113	700.977	59.603.898	51.564.212
01 a 30 dias	256.590	2.557.711	418.690	84.035	68.922	16.123	11.787	10.968	38.508	3.463.334	3.017.102
31 a 60 dias	166.288	1.971.226	240.555	51.667	48.207	11.127	17.699	6.698	28.786	2.542.253	2.097.472
61 a 90 dias	272.089	1.704.960	191.409	40.069	60.883	9.045	14.513	7.036	18.578	2.318.582	2.161.743
91 a 180 dias	575.932	5.629.842	339.274	75.307	94.714	22.703	12.053	11.245	46.909	6.807.979	6.014.708
181 a 360 dias	856.823	7.234.736	340.960	84.855	159.703	19.281	31.492	25.891	59.292	8.813.033	8.098.698
Acima de 360 dias	6.671.086	25.605.078	1.192.163	481.395	883.808	104.401	64.607	147.275	508.904	35.658.717	30.174.489
Parcelas Vencidas	2.534	67.481	33.289	8.876	13.161	2.808	1.988	2.370	5.842	138.349	103.635
Até 14 dias	2.534	67.481	33.289	8.876	13.161	2.808	1.988	2.370	5.842	138.349	103.635
Subtotal	8.801.342	44.771.034	2.756.340	826.204	1.329.398	185.488	154.139	211.483	706.819	59.742.247	51.667.847
	Operações em Curso Anormal ⁽¹⁾										
Parcelas Vincendas	-	-	298.226	292.416	176.151	118.577	99.525	117.005	416.832	1.518.732	1.285.815
01 a 30 dias	-	-	9.071	7.586	5.959	4.818	3.477	4.074	15.313	50.298	40.627
31 a 60 dias	-	-	8.179	6.959	4.821	3.943	3.215	3.959	14.966	46.042	36.034
61 a 90 dias	-	-	7.571	6.051	4.200	3.579	2.997	3.509	13.853	41.760	35.768
91 a 180 dias	-	-	20.596	19.208	13.670	10.015	8.105	10.240	40.149	121.983	97.356
181 a 360 dias	-	-	36.233	36.542	31.964	17.820	15.139	19.007	72.057	228.762	174.955
Acima de 360 dias	-	-	216.576	216.070	115.537	78.402	66.592	76.216	260.494	1.029.887	901.075
Parcelas Vencidas	-	-	41.708	50.376	119.287	48.577	51.921	94.774	391.321	797.964	715.649
01 a 14 dias	-	-	422	799	663	1.049	564	1.016	3.755	8.268	24.246
15 a 30 dias	-	-	29.169	13.034	10.109	6.926	4.805	4.964	15.797	84.804	61.492
31 a 60 dias	-	-	12.117	28.198	16.178	11.176	7.860	8.480	20.596	104.605	114.324
61 a 90 dias	-	-	-	5.627	85.820	12.156	10.216	9.966	23.758	147.543	87.149
91 a 180 dias	-	-	-	2.718	6.517	16.443	26.599	67.012	82.304	201.593	250.892
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	827	1.877	3.336	206.970	213.010	165.583
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	38.141	38.141	11.963
Subtotal	-	-	339.934	342.792	295.438	167.154	151.446	211.779	808.153	2.316.696	2.001.464
Total em 31/12/2024	8.801.342	44.771.034	3.096.274	1.168.996	1.624.836	352.642	305.585	423.262	1.514.972	62.058.943	
Total em 31/12/2023	7.245.511	39.726.660	2.414.726	794.280	595.403	502.578	253.810	493.209	1.643.134		53.669.311

(1) A carteira em Curso Anormal é composta por operações de crédito que apresentam parcelas vencidas há mais de 14 dias, as demais operações são consideradas de Curso Normal.

(c) Composição da Carteira por Setor de Atividade

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Setor Público	160.698	136.241	169.795	136.241
Administração Pública Direta e Indireta	160.698	136.241	169.795	136.241
Setor Privado	61.884.531	53.533.070	61.889.148	53.533.070
Pessoa Jurídica	13.482.040	11.205.473	13.486.632	11.205.473
Agropecuário	329.551	294.449	329.601	294.449
Alimentos, Bebidas e Fumo	2.059.317	1.558.414	2.059.454	1.558.414
Automotivo	602.613	556.093	602.802	556.093
Celulose, Madeira e Móveis	336.456	279.503	336.487	279.503
Comércio Atacadista Alimentos	930.758	582.143	931.015	582.143
Comércio Atacadista exceto Alimentos	808.857	707.649	808.954	707.649
Comércio Varejista – Outros	1.434.799	1.283.677	1.435.118	1.283.677
Construção e Imobiliário	1.102.427	911.066	1.102.978	911.066
Educação, Saúde e outros Serviços Sociais	1.610.834	1.348.900	1.611.587	1.348.900
Eletroeletrônico e Informática	421.011	349.947	421.107	349.947
Financeiro e Seguro	210.171	212.709	210.172	212.709
Máquinas e Equipamentos	262.630	287.857	262.677	287.857
Metalurgia	375.556	257.247	375.621	257.247
Obras de Infraestrutura	38.914	38.017	39.229	38.017
Petróleo e Gás Natural	435.352	373.457	435.392	373.457
Químico e Petroquímico	638.416	578.797	638.660	578.797
Serviços Privados	541.787	505.539	542.263	505.539
Têxtil, Confecções e Couro	393.647	331.256	393.654	331.256
Transportes	422.094	380.728	422.352	380.728
Outros	526.850	368.025	527.509	368.025
Pessoa Física	48.402.491	42.327.597	48.402.516	42.327.597
Total de Operações de Crédito	62.045.229	53.669.311	62.058.943	53.669.311

(d) Concentração das Operações de Crédito

	Banrisul e Banrisul Consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor	% da Carteira	Valor	% da Carteira
Principal Devedor	261.100	0,42	135.028	0,25
10 Maiores Devedores	1.467.089	2,36	1.050.380	1,96
20 Maiores Devedores	2.381.398	3,84	1.771.397	3,30
50 Maiores Devedores	4.165.006	6,71	3.069.595	5,72
100 Maiores Devedores	5.681.095	9,16	4.148.462	7,73

(e) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	Banrisul	
	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Saldo Inicial	2.572.207	2.439.822
Constituição Líquida do Período	1.334.037	1.329.608
Baixas para Prejuízo	(1.306.150)	(1.197.223)
Saldo Final	2.600.094	2.572.207
Provisão sobre Operações de Crédito	2.509.901	2.467.358
Provisão sobre Operações de Arrendamento Mercantil	48	848
Provisão sobre Outros Créditos com Característica de Crédito ⁽¹⁾	90.145	104.001

	Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Saldo Inicial	2.572.207	2.439.822
Constituição Líquida do Período	1.334.429	1.329.608
Baixas para Prejuízo	(1.306.149)	(1.197.223)
Saldo Final	2.600.487	2.572.207
Provisão sobre Operações de Crédito	2.510.430	2.467.358
Provisão sobre Operações de Arrendamento Mercantil	48	848
Provisão sobre Outros Créditos com Característica de Crédito ⁽¹⁾	90.009	104.001

(1) Refere-se à constituição de provisão sobre as operações de crédito por Avais e Fianças Honrados, Cartões de Débito e Crédito, Carteira de Câmbio e Créditos Vinculados a Operações Adquiridas em Cessão.

(f) Composição da Provisão para Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Característica de Concessão de Crédito por Níveis de Risco

					Banrisul
Níveis de Risco	Carteira de Crédito	Provisionamento Mínimo Requerido pela Resolução CMN nº 2.682/99	Provisão Mínima Requerida	Provisão Adicional ⁽¹⁾	Total
AA	8.793.973	0,00%	-	-	-
A	44.766.822	0,50%	223.834	78.248	302.082
B	3.095.248	1,00%	30.952	-	30.952
C	1.168.322	3,00%	35.050	-	35.050
D	1.624.765	10,00%	162.476	-	162.476
E	352.611	30,00%	105.783	-	105.783
F	305.520	50,00%	152.761	-	152.761
G	423.257	70,00%	296.280	-	296.280
H	1.514.711	100,00%	1.514.710	-	1.514.710
Total em 31/12/2024	62.045.229		2.521.846	78.248	2.600.094
Total em 31/12/2023	53.669.311		2.572.207	-	2.572.207

					Banrisul Consolidado
Níveis de Risco	Carteira de Crédito	Provisionamento Mínimo Requerido pela Resolução CMN nº 2.682/99	Provisão Mínima Requerida	Provisão Adicional ⁽¹⁾	Total
AA	8.801.342	0,00%	-	-	-
A	44.771.034	0,50%	223.855	78.248	302.103
B	3.096.274	1,00%	30.963	1	30.964
C	1.168.996	3,00%	35.070	-	35.070
D	1.624.836	10,00%	162.484	11	162.495
E	352.642	30,00%	105.792	16	105.808
F	305.585	50,00%	152.793	-	152.793
G	423.262	70,00%	296.283	-	296.283
H	1.514.972	100,00%	1.514.971	-	1.514.971
Total em 31/12/2024	62.058.943		2.522.211	78.276	2.600.487
Total em 31/12/2023	53.669.311		2.572.207	-	2.572.207

(1) Provisão adicional decorrente de alongamento de prazos de operações de crédito consignado dos servidores públicos estaduais, em virtude de eventos climáticos severos ocorridos no Estado do Rio Grande do Sul. Essa provisão adicional levou em consideração o volume de provisionamento existente para estes clientes anteriormente ao referido alongamento.

(g) Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE)

As operações relacionadas ao Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE), conforme determina a Resolução CMN nº 4.846/20, encontravam-se em sua totalidade classificadas no nível de risco H, com saldo ativo de R\$13 (31/12/2023 – R\$1.446), sendo constituída provisão de R\$2 (31/12/2023 – R\$216). Em 31/12/2023, haviam operações classificadas no nível de risco G, com saldo ativo de R\$3, tendo sido constituída provisão de R\$2.

(h) Recuperação e Renegociação de Créditos

A recuperação de operações de crédito, anteriormente baixadas como prejuízo, foram reconhecidas como receitas de operações de crédito e atingiram no período o montante de R\$465.166 (31/12/2023 – R\$448.592), líquidas das perdas geradas nessas recuperações.

Os valores de operações de crédito renegociadas no período totalizam R\$655.511 (31/12/2023 – R\$840.332). Conforme Resolução CMN nº 2.682/99, quando da renegociação, essas operações são mantidas na mesma

classificação de nível de risco e as operações de crédito anteriormente baixadas contra a provisão, que estavam registradas em contas de compensação, são classificadas como nível H, podendo ser reclassificadas para nível de menor risco quando houver amortização significativa da operação.

NOTA 10 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	Banrisul		
	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2023
Relações Interfinanceiras	10.366	1.021.844	1.032.210
Créditos Vinculados ao SFH ⁽¹⁾	-	1.021.844	1.021.844
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	2.476	-	2.476
Outros	7.890	-	7.890
Relações Interdependências	56.238	-	56.238
Carteira de Câmbio	1.849.842	189.675	2.039.517
Rendas a Receber	235.671	-	235.671
Negociação e Intermediação de Valores	448	-	448
Devedores por Depósitos em Garantia	-	1.109.461	1.109.461
Pagamentos a Ressarcir	50.771	-	50.771
Títulos e Créditos a Receber ⁽³⁾	494.407	255.477	749.884
Outros	19.527	-	19.527
Total	2.717.270	2.576.457	5.293.727

	Banrisul Consolidado		
	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2023
Relações Interfinanceiras	3.129.610	1.021.844	4.151.454
Créditos Vinculados ao SFH ⁽¹⁾	-	1.021.844	1.021.844
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar ⁽²⁾	3.121.720	-	3.121.720
Outros	7.890	-	7.890
Relações Interdependências	56.238	-	56.238
Carteira de Câmbio	1.849.842	189.675	2.039.517
Rendas a Receber	117.582	-	117.582
Negociação e Intermediação de Valores	3.781	-	3.781
Devedores por Depósitos em Garantia	-	1.114.808	1.114.808
Pagamentos a Ressarcir	22.184	-	22.184
Títulos e Créditos a Receber ⁽³⁾	501.536	255.477	757.013
Outros	19.531	-	19.531
Total	5.700.304	2.581.804	8.282.108

(1) Créditos vinculados ao Sistema Financeiro Habitacional (SFH) estão compostos por:

- R\$52.979 (31/12/2023 – R\$79.522) refere-se aos fluxos futuros atualizados pela taxa de desconto prefixada de 14,07% a.a. utilizada quando da aquisição de crédito junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) do Estado do Rio Grande do Sul;
- R\$965.558 (31/12/2023 – R\$970.894) refere-se às parcelas de principal e juros dos créditos adquiridos em que o Banrisul terá o direito a receber no momento da novação e que são atualizados de acordo com a remuneração dos recursos originários sendo Taxa Referencial (TR) + 6,17% a.a. para créditos oriundos de recursos próprios e TR + 3,12% a.a. para créditos oriundos de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); e
- R\$3.307 (31/12/2023 – R\$3.171) refere-se ao saldo dos contratos da carteira própria com cobertura do FCVS, recursos oriundos do FGTS, homologados e prontos para novação, atualizados pela TR + 3,12% a.a.

Créditos Vinculados ao SFH – Carteira Adquirida: de outubro de 2002 a março de 2005, o Banrisul adquiriu do Estado do Rio Grande do Sul, com cláusula de garantia de realização financeira para eventuais contratos não performados, créditos do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). Em 31 de dezembro de 2024, os créditos foram avaliados pelo preço de aquisição atualizado pela taxa de aquisição *pro rata temporis*, no valor de R\$1.018.537 (31/12/2023 – R\$1.050.416). O seu valor de face é de R\$1.023.147 (31/12/2023 – R\$1.060.347). Esses créditos serão convertidos em títulos CVS conforme processos de homologação e novação, sendo os montantes que o Banrisul terá direito a receber no momento da novação apresentados separadamente e atualizados por variação de TR mais juros. Apesar de não existir definição de prazo, no momento da emissão dos títulos os valores de mercado poderão ser significativamente diferentes dos valores contábeis.

Créditos Vinculados ao SFH – Carteira Própria: referem-se a créditos com o FCVS originários de créditos imobiliários, com recursos da carteira própria, já homologados pelo órgão gestor do FCVS.

(2) Referem-se, principalmente, a transações de pagamentos de valores a receber não vinculados no montante de R\$3.119.244 (31/12/2023 – R\$3.040.440) provenientes da controlada Banrisul Pagamentos.

(3) Títulos e créditos a receber estão compostos, principalmente por:

- Créditos a receber referente a depósitos judiciais efetuados pela União decorrentes de direito a receber de empresas que pertenciam ao mesmo grupo econômico, com trânsito julgado, os quais o Banrisul recebeu em dação e pagamento para quitação de empréstimos. Estes depósitos judiciais estão vinculados à ação rescisória ajuizada pela União, julgada improcedente pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, aguardando julgamento de recurso especial apresentado pela União junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). Assim, a liberação dos valores ao Banrisul depende do desfecho da ação judicial rescisória. A Administração entende que não há necessidade de constituição de provisão para perda. Esses depósitos judiciais cedidos ao Banrisul cuja liberação depende da decisão final da ação judicial rescisória, em 31 de dezembro de 2024, totalizavam R\$237.166 (31/12/2023 – R\$222.056) e são remunerados pela TR e juros;
- Outros créditos sem característica de crédito com o setor público municipal, no valor de R\$54.109 (31/12/2023 – R\$54.531) relativos a direitos recebíveis adquiridos do Estado do Rio Grande do Sul ou de entidades por ele controladas. Para estes créditos, existe provisão constituída no valor de R\$49.245 (31/12/2023 – R\$48.332); e
- Compras parceladas debitadas pela bandeira a faturar no valor de R\$110.807 (31/12/2023 – R\$113.311).

NOTA 11 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDAS

O Banrisul possui créditos tributários e obrigações fiscais diferidas de IR e CSLL no período demonstrado a seguir.

(a) Créditos Tributários

Na tabela a seguir são apresentados os saldos de créditos tributários segregados em função das origens e desembolsos efetuados:

	31/12/2023	Constituição	Realização	Banrisul 31/12/2024
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.635.526	561.267	(406.626)	1.790.167
Provisão para Riscos Trabalhistas	716.463	235.160	(162.886)	788.737
Provisão para Riscos Fiscais	233.020	15.666	(842)	247.844
Provisão para Riscos Cíveis	112.999	41.377	(25.861)	128.515
Ajuste Variação ao Valor Justo (MTM)	488	20.646	(15.892)	5.242
Benefício Pós-Emprego	302.474	3.214	(135.641)	170.047
Outras Provisões Temporárias	262.307	147.240	(175.362)	234.185
Prejuízo Fiscal	210.765	-	(74.587)	136.178
Total dos Créditos Tributários	3.474.042	1.024.570	(997.697)	3.500.915
Créditos não Registrados	(26)	-	-	(26)
Total de Créditos Tributários Registrados	3.474.016	1.024.570	(997.697)	3.500.889
Obrigações Fiscais Diferidas	(322.416)	(80.974)	115.451	(287.939)
Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas	3.151.600	943.596	(882.246)	3.212.950

	31/12/2023	Constituição	Realização	Banrisul Consolidado 31/12/2024
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.636.509	563.075	(408.785)	1.790.799
Provisão para Riscos Trabalhistas	717.358	235.447	(163.005)	789.800
Provisão para Riscos Fiscais	233.095	15.684	(842)	247.937
Provisão para Riscos Cíveis	114.304	41.839	(26.043)	130.100
Ajuste Variação ao Valor Justo (MTM)	488	20.656	(15.892)	5.252
Benefício Pós-Emprego	303.925	3.311	(136.539)	170.697
Outras Provisões Temporárias	289.901	200.593	(193.702)	296.792
Prejuízo Fiscal	211.847	-	(75.063)	136.784
Total dos Créditos Tributários	3.507.427	1.080.605	(1.019.871)	3.568.161
Créditos não Registrados	(26)	-	-	(26)
Total de Créditos Tributários Registrados	3.507.401	1.080.605	(1.019.871)	3.568.135
Obrigações Fiscais Diferidas	(324.078)	(98.717)	121.020	(301.775)
Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas	3.183.323	981.888	(898.851)	3.266.360

A realização desses créditos é esperada conforme a tabela que segue:

	Banrisul			Banrisul Consolidado	
Ano	IR	CSLL	Total	Totais Registrados	Totais Registrados
2025	280.956	224.765	505.721	505.721	519.788
2026	554.752	443.802	998.554	998.554	1.010.280
2027	275.855	220.684	496.539	496.539	506.020
2028	198.796	159.037	357.833	357.833	365.926
2029	330.515	264.412	594.927	594.927	603.879
2030 a 2032	276.450	221.160	497.610	497.610	512.466
2033 a 2034	27.614	22.091	49.705	49.705	49.776
A partir de 2035	15	11	26	-	-
Total em 31/12/2024	1.944.953	1.555.962	3.500.915	3.500.889	3.568.135
Total em 31/12/2023	1.930.024	1.544.018	3.474.042	3.474.016	3.507.401

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$2.518.068 e no Consolidado é de R\$2.566.276, calculados de acordo com a expectativa de realização do IR e da CSLL diferidos pela taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

(b) Obrigações Fiscais Diferidas

Na tabela a seguir, são apresentados os saldos das provisões para IR e CSLL:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Superveniência de Depreciação	6.637	7.104	6.637	7.104
Títulos Próprios Disponíveis para Venda	19.118	4.040	19.228	4.266
Ajustes ao Valor de Mercado (Títulos para Negociação)	-	29.631	392	30.946
Ajuste MTM Dívida Subordinada (<i>hedge accounting</i>)	5.815	16.408	5.815	16.408
Operações Renegociadas Lei nº 12.715/12	166.134	208.033	166.134	208.033
Superávit Atuarial	90.235	57.200	90.390	57.321
Outros Débitos Temporários	-	-	13.179	-
Total	287.939	322.416	301.775	324.078

NOTA 12 – OUTROS ATIVOS

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos a Empregados	5.195	16.618	5.534	16.741
Ativos Atuariais - Benefícios Pós-Emprego (Nota 27e)	172.561	110.679	173.017	111.034
Devedores Diversos	159.104	226.612	183.864	217.085
Bens destinados à Venda	129.105	142.169	129.672	142.474
Despesas Antecipadas	76.125	39.074	115.226	39.390
Outros	3.552	4.351	8.147	8.278
Total	545.642	539.503	615.460	535.002

NOTA 13 – INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Participações em Controladas e Coligadas	3.663.411	3.291.731	175.824	175.584
Participações em Controladas	3.487.587	3.116.147	-	-
Participações em Coligadas	175.824	175.584	175.824	175.584

	Banrisul					
	Patrimônio Líquido 31/12/2024	Participação do Capital Social (%) 31/12/2024	Valor do Invest. 31/12/2024	Resultado Líquido 01/01/ a 31/12/2024	Resultado de Equivalência 01/01/ a 31/12/2024	Dividendos e JCP Pagos/ Provisionados ⁽¹⁾
Empresas Controladas	3.490.929		3.487.587	728.011	722.156	323.044
Banrisul Armazéns Gerais S.A.	77.744	99,50	77.354	8.639	8.595	6.000
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	138.881	98,98	137.470	25.134	24.879	7.038
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	485.928	99,68	484.388	89.630	84.811	25.160
Banrisul Soluções em Pagamentos S.A.	2.585.650	100,00	2.585.649	437.640	436.903	134.869
Banrisul Seguridade Participações S.A.	202.726	100,00	202.726	166.968	166.968	149.977
Empresas Coligadas	351.828		175.824	177.525	88.726	80.660
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	61.326	49,90	30.602	21.197	10.577	13.174
Banrisul Icatu Participações S.A.	290.502	49,99	145.222	156.328	78.149	67.486

	Banrisul Consolidado					
	Patrimônio Líquido 31/12/2024	Participação do Capital Social (%) 31/12/2024	Valor do Invest. 31/12/2024	Resultado Líquido 01/01/ a 31/12/2024	Resultado de Equivalência 01/01/ a 31/12/2024	Dividendos e JCP Pagos/ Provisionados
Empresas Coligadas	351.828		175.824	177.525	88.726	80.660
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	61.326	49,90	30.602	21.197	10.577	13.174
Banrisul Icatu Participações S.A.	290.502	49,99	145.222	156.328	78.149	67.486

	Banrisul					
	Patrimônio Líquido	Participação do Capital Social (%)	Valor do Invest.	Resultado Líquido 01/01/ a 31/12/2023	Resultado de Equivalência 01/01/ a 31/12/2023	Dividendos e JCP Pagos/ Provisionados ⁽¹⁾
	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023	
Empresas Controladas	3.123.406		3.116.147	801.433	799.778	597.806
Banrisul Armazéns Gerais S.A.	75.920	99,50	75.539	13.441	13.373	11.069
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	122.115	98,98	120.861	24.170	23.912	9.559
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	433.927	99,68	432.552	83.017	82.754	37.226
Banrisul Soluções em Pagamentos S.A.	2.305.415	99,82	2.301.166	522.934	521.868	354.093
Banrisul Seguridade Participações S.A.	186.029	100,00	186.029	157.871	157.871	185.859
Empresas Coligadas	351.358		175.584	204.922	102.409	94.848
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	66.530	49,90	33.198	34.234	17.083	14.864
Banrisul Icatu Participações S.A.	284.828	49,99	142.386	170.688	85.326	79.984

	Banrisul Consolidado					
	Patrimônio Líquido	Participação do Capital Social (%)	Valor do Invest.	Resultado Líquido 01/01/ a 31/12/2023	Resultado de Equivalência 01/01/ a 31/12/2023	Dividendos e JCP Pagos/ Provisionados
	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023	
Empresas Coligadas	351.358		175.584	204.922	102.409	94.848
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	66.530	49,90	33.198	34.234	17.083	14.864
Banrisul Icatu Participações S.A.	284.828	49,99	142.386	170.688	85.326	79.984

(1) Os dividendos deliberados e não pagos estão registrados em rendas a receber pela proporção de participação.

NOTA 14 – IMOBILIZADO DE USO

	Banrisul						
	Imóveis de Uso	Equip. em Estoque	Instalações	Equip. em Uso	Sistemas de Processamento de Dados	Outros	Total
Em 31 de Dezembro de 2023							
Custo	182.409	2.689	282.152	165.227	400.111	24.179	1.056.767
Depreciação Acumulada	(97.242)	-	(147.736)	(90.914)	(287.537)	(20.234)	(643.663)
Valor Contábil Líquido	85.167	2.689	134.416	74.313	112.574	3.945	413.104
Aquisições	-	8.901	38.848	9.084	68.704	286	125.823
Alienações – Baixas Custo	(352)	-	(5.202)	(3.387)	(21.188)	(439)	(30.568)
Alienações – Baixas da Depreciação	77	-	2.223	2.416	19.869	349	24.934
Depreciação	(1.091)	-	(11.389)	(6.913)	(32.028)	(624)	(52.045)
Transferências Líquido Custo	(6)	(6.479)	(215)	6.098	587	15	-
Transferências Líquido Depreciação	1	-	109	(332)	238	(16)	-
Movimentação Líquida no Período	(1.371)	2.422	24.374	6.966	36.182	(429)	68.144
Em 31 de Dezembro de 2024							
Custo	182.051	5.111	315.583	177.022	448.214	24.041	1.152.022
Depreciação Acumulada	(98.255)	-	(156.793)	(95.743)	(299.458)	(20.525)	(670.774)
Valor Contábil Líquido	83.796	5.111	158.790	81.279	148.756	3.516	481.248

	Banrisul Consolidado						
	Imóveis de Uso	Equip. em Estoque	Instalações	Equip. em Uso	Sistemas de Processamento de Dados	Outros	Total
Em 31 de Dezembro de 2023							
Custo	198.980	41.339	298.825	174.187	606.303	25.533	1.345.167
Depreciação Acumulada	(102.149)	-	(154.330)	(96.794)	(369.082)	(21.458)	(743.813)
Valor Contábil Líquido	96.831	41.339	144.495	77.393	237.221	4.075	601.354
Aquisições	3.494	51.908	39.237	12.446	68.759	286	176.130
Alienações – Baixas Custo	(3.780)	(848)	(5.203)	(4.800)	(43.541)	(468)	(58.640)
Alienações – Baixas da Depreciação	77	-	2.225	3.795	33.831	378	40.306
Depreciação	(1.282)	-	(12.592)	(7.651)	(74.392)	(659)	(96.576)
Transferências Líquido Custo	(6)	(52.901)	(215)	6.098	47.009	15	-
Transferências Líquido Depreciação	1	-	109	(332)	238	(16)	-
Movimentação Líquida no Período	(1.496)	(1.841)	23.561	9.556	31.904	(464)	61.220
Em 31 de Dezembro de 2024							
Custo	198.688	39.498	332.644	187.931	678.530	25.366	1.462.657
Depreciação Acumulada	(103.353)	-	(164.588)	(100.982)	(409.405)	(21.755)	(800.083)
Valor Contábil Líquido	95.335	39.498	168.056	86.949	269.125	3.611	662.574

NOTA 15 – INTANGÍVEL

	Banrisul			
	Direitos de Uso de Softwares	Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento ⁽¹⁾	Outros	Total
Em 31 de Dezembro de 2023				
Custo	269.667	1.776.156	1.708	2.047.531
Amortização Acumulada	(166.850)	(1.258.303)	(658)	(1.425.811)
Valor Contábil Líquido	102.817	517.853	1.050	621.720
Aquisições	45.117	20.218	-	65.335
Alienações – Baixas	(87)	(220.037)	(1.050)	(221.174)
Alienações – Baixas da Amortização	-	220.036	-	220.036
Amortização do Período	(30.024)	(189.827)	-	(219.851)
Movimentação Líquida no Período	15.006	(169.610)	(1.050)	(155.654)
Em 31 de Dezembro de 2024				
Custo	314.697	1.576.337	658	1.891.692
Amortização Acumulada	(196.874)	(1.228.094)	(658)	(1.425.626)
Valor Contábil Líquido	117.823	348.243	-	466.066

	Banrisul Consolidado			
	Direitos de Uso de Softwares	Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento ⁽¹⁾	Outros	Total
Em 31 de Dezembro de 2023				
Custo	270.937	1.776.156	1.925	2.049.018
Amortização Acumulada	(168.106)	(1.258.303)	(875)	(1.427.284)
Valor Contábil Líquido	102.831	517.853	1.050	621.734
Aquisições	45.117	20.218	-	65.335
Alienações – Baixas	(87)	(220.037)	(1.050)	(221.174)
Alienações – Baixas da Amortização	-	220.036	-	220.036
Amortização do Período	(30.038)	(189.827)	-	(219.865)
Movimentação Líquida no Período	14.992	(169.610)	(1.050)	(155.668)
Em 31 de Dezembro de 2024				
Custo	315.967	1.576.337	875	1.893.179
Amortização Acumulada	(198.144)	(1.228.094)	(875)	(1.427.113)
Valor Contábil Líquido	117.823	348.243	-	466.066

(1) Refere-se principalmente a contratos junto ao setor público – Estado do Rio Grande do Sul e prefeituras.

NOTA 16 – CAPTAÇÃO DE RECURSOS

							Banrisul	
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos								
À Vista	4.396.428	-	-	-	-	-	4.396.428	5.243.960
Poupança	11.402.348	-	-	-	-	-	11.402.348	11.085.032
Interfinanceiros	-	349.317	1.347.775	-	-	-	1.697.092	2.224.804
A Prazo ⁽¹⁾	-	5.568.861	4.842.811	30.907.601	10.640.349	10.955.083	62.914.705	51.340.122
Judiciais e Administrativos ⁽²⁾	8.221.365	-	-	-	-	-	8.221.365	7.132.879
Outros Depósitos	14.297	-	-	-	-	-	14.297	14.936
Total	24.034.438	5.918.178	6.190.586	30.907.601	10.640.349	10.955.083	88.646.235	77.041.733
Captação no Mercado Aberto								
Carteira Própria	-	22.336.231	-	-	-	-	22.336.231	16.854.251
Total	-	22.336.231	-	-	-	-	22.336.231	16.854.251
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos								
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	520.720	5.258.339	1.891.905	23.654	-	7.694.618	6.932.553
Total	-	520.720	5.258.339	1.891.905	23.654	-	7.694.618	6.932.553
Dívidas Subordinadas								
Dívida Subordinada – Nível 2 ⁽³⁾	-	54.815	42.321	1.783.578	-	-	1.880.714	1.450.685
Dívida Subordinada Marcação a Mercado (Nota 8)	-	47.436	42.409	1.787.873	-	-	1.877.718	1.448.928
Provisão de Despesas e Encargos a Incorporar	-	7.379	(88)	(4.295)	-	-	2.996	1.757
Letras Financeiras Subordinadas (LFSN) ⁽⁴⁾	-	-	-	-	-	421.812	421.812	367.738
Total	-	54.815	42.321	1.783.578	-	421.812	2.302.526	1.818.423

	Banrisul Consolidado						31/12/2024	31/12/2023
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos		
Depósitos								
À Vista	4.387.034	-	-	-	-	-	4.387.034	5.235.719
Poupança	11.402.348	-	-	-	-	-	11.402.348	11.085.032
Interfinanceiros	-	349.317	1.347.775	-	-	-	1.697.092	2.224.804
A Prazo ⁽¹⁾	-	5.568.861	4.142.017	30.907.601	10.640.349	10.955.083	62.213.911	50.870.271
Judiciais e Administrativos ⁽²⁾	8.221.103	-	-	-	-	-	8.221.103	7.132.879
Outros Depósitos	273.402	-	-	-	-	-	273.402	212.378
Total	24.283.887	5.918.178	5.489.792	30.907.601	10.640.349	10.955.083	88.194.890	76.761.083
Captação no Mercado Aberto								
Carteira Própria	-	22.238.994	-	-	-	-	22.238.994	16.773.360
Total	-	22.238.994	-	-	-	-	22.238.994	16.773.360
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos								
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	455.614	4.901.098	1.556.098	23.654	-	6.936.464	6.213.993
Total	-	455.614	4.901.098	1.556.098	23.654	-	6.936.464	6.213.993
Dívidas Subordinadas								
Dívida Subordinada – Nível 2 ⁽³⁾	-	54.815	42.321	1.783.578	-	-	1.880.714	1.450.685
Dívida Subordinada Marcação a Mercado (Nota 8)	-	47.436	42.409	1.787.873	-	-	1.877.718	1.448.928
Provisão de Despesas e Encargos a Incorporar	-	7.379	(88)	(4.295)	-	-	2.996	1.757
Letras Financeiras Subordinadas (LFSN) ⁽⁴⁾	-	-	-	-	-	421.812	421.812	367.738
Total	-	54.815	42.321	1.783.578	-	421.812	2.302.526	1.818.423

(1) São realizados nas modalidades de encargos pós ou prefixados, os quais correspondem a 82,82% e 17,18% do total da carteira, respectivamente. Do total de captações em depósito a prazo, 64,98% (31/12/2023 – 70,65%) possuem condição de resgate antecipado previamente pactuada, cuja apropriação da despesa é efetuada pela taxa contratada para o vencimento, desconsiderando descontos ou reduções, aplicados quando o resgate for antecipado. As faixas de vencimento demonstradas não consideram a possibilidade do resgate antecipado.

(2) Refere-se principalmente a fundo constituído pela parcela não disponibilizada ao Estado do Rio Grande do Sul dos depósitos judiciais destinado a garantir a restituição dos referidos depósitos (Nota 26a).

(3) Em 28 de janeiro de 2021, o Banrisul realizou emissão de notas subordinadas (Tier 2) no mercado externo no montante de US\$300 milhões (trezentos milhões de dólares norte-americano), pelo prazo de 10 anos, com opção de resgate pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão.

(4) Em 16 de setembro de 2022, o Banrisul realizou a emissão de Letras Financeiras Subordinadas (LFSN), no montante de R\$300.000 (trezentos milhões de reais) com remuneração de CDI + 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão. As LFSN estão autorizadas a compor o Capital de Nível 2 (CN2) do Patrimônio de Referência (PR) do Banrisul, nos termos da Resolução BCB Nº 122/21.

NOTA 17 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	Banrisul e Banrisul Consolidado				
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações por Empréstimos ⁽¹⁾					
No Exterior	734.564	1.425.483	102.187	2.262.234	828.917
Total	734.564	1.425.483	102.187	2.262.234	828.917
Obrigações por Repasses ⁽²⁾					
Do País	45.236	464.500	2.396.074	2.905.810	2.194.600
Do Exterior	49.327	102.844	7.209	159.380	12.749
Total	94.563	567.344	2.403.283	3.065.190	2.207.349

(1) Recursos captados de bancos no exterior para aplicação em operações comerciais de câmbio incorrendo variação cambial das respectivas moedas acrescida de juros e taxas.

(2) Representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME, Caixa Econômica Federal e Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP). Os recursos são repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas de captação, acrescidas de comissão de intermediação. Foram repassadas as garantias recebidas nas operações de crédito correspondentes como garantia desses recursos.

NOTA 18 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	Banrisul					
	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2024	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2023
Relações Interfinanceiras	898.712	-	898.712	825.109	-	825.109
Relações Interdependências	220.040	-	220.040	275.326	-	275.326
Carteira de Câmbio	1.817.436	-	1.817.436	946.663	-	946.663
Negociação e Intermediação de Valores	45	-	45	-	-	-
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	15.358	-	15.358	10.133	-	10.133
Credores por Recursos a Liberar	123.818	-	123.818	191.671	-	191.671
Transações com Cartões a Pagar	1.221.824	-	1.221.824	1.146.032	-	1.146.032
Obrigações a Pagar rede de Adquirência Vero	810.617	-	810.617	753.036	-	753.036
Provisão para Garantias Prestadas	-	-	-	-	-	-
Avais e Fianças (Nota 26b)	3.105	-	3.105	653	-	653
Outros	88.317	2.617	90.934	57.546	3.508	61.054
Total	5.199.272	2.617	5.201.889	4.206.169	3.508	4.209.677

	Banrisul Consolidado					
	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2024	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2023
Relações Interfinanceiras	713.328	-	713.328	657.125	-	657.125
Relações Interdependências	215.281	-	215.281	274.594	-	274.594
Carteira de Câmbio	1.817.436	-	1.817.436	946.663	-	946.663
Negociação e Intermediação de Valores	3.417	-	3.417	2.787	-	2.787
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	15.358	-	15.358	10.133	-	10.133
Credores por Recursos a Liberar	123.952	-	123.952	191.804	-	191.804
Transações com Cartões a Pagar	1.221.824	-	1.221.824	1.146.032	-	1.146.032
Obrigações a Pagar Rede de Adquirência Vero	2.411.049	-	2.411.049	2.416.922	-	2.416.922
Provisão para Garantias Prestadas	-	-	-	-	-	-
Avais e Fianças (Nota 26b)	3.105	-	3.105	653	-	653
Outros	88.396	2.617	91.013	57.619	3.508	61.127
Total	6.613.146	2.617	6.615.763	5.704.332	3.508	5.707.840

NOTA 19 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

(a) Provisões e Passivos Contingentes

O Banrisul e suas controladas, na execução de suas atividades normais, são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível. Apesar da incerteza inerente aos seus prazos e desfecho das causas, provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração. O Banrisul provisiona o valor das ações cuja avaliação é classificada como provável. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais. As movimentações das provisões estão apresentadas a seguir:

	Banrisul				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros	Total
Saldo Inicial em 31/12/2023	816.432	1.592.140	251.109	1.972	2.661.653
Constituição e Atualização Monetária	34.218	470.540	73.577	5.483	583.818
Reversão da Provisão	(357)	-	-	-	(357)
Baixas por Pagamento	(918)	(309.932)	(39.097)	-	(349.947)
Saldo Final em 31/12/2024	849.375	1.752.748	285.589	7.455	2.895.167
Devedores por Depósitos em Garantia em 31/12/2024	159.661	863.720	86.080	-	1.109.461

	Banrisul				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros	Total
Saldo Inicial em 31/12/2022	785.173	1.621.674	217.261	1.904	2.626.012
Constituição e Atualização Monetária	38.634	354.967	68.740	68	462.409
Reversão da Provisão	(173)	-	-	-	(173)
Baixas por Pagamento	(7.202)	(384.501)	(34.892)	-	(426.595)
Saldo Final em 31/12/2023	816.432	1.592.140	251.109	1.972	2.661.653
Devedores por Depósitos em Garantia em 31/12/2023	138.290	754.165	77.027	-	969.482

	Banrisul Consolidado				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros	Total
Saldo Inicial em 31/12/2023	816.654	1.594.772	254.705	1.972	2.668.103
Constituição e Atualização Monetária	34.269	471.037	74.631	5.483	585.420
Reversão da Provisão	(357)	-	(182)	-	(539)
Baixas por Pagamento	(918)	(309.933)	(39.237)	-	(350.088)
Saldo Final em 31/12/2024	849.648	1.755.876	289.917	7.455	2.902.896
Devedores por Depósitos em Garantia em 31/12/2024	159.757	867.386	87.665	-	1.114.808

	Banrisul Consolidado				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros	Total
Saldo Inicial em 31/12/2022	785.394	1.624.048	220.452	1.904	2.631.798
Constituição e Atualização Monetária	38.870	355.327	69.214	68	463.479
Reversão da Provisão	(173)	-	(32)	-	(205)
Baixas por Pagamento	(7.437)	(384.603)	(34.929)	-	(426.969)
Saldo Final em 31/12/2023	816.654	1.594.772	254.705	1.972	2.668.103
Devedores por Depósitos em Garantia em 31/12/2023	138.386	758.516	78.577	-	975.479

Ações Fiscais: provisões de contingências fiscais referem-se, basicamente, a exigíveis relativos a tributos cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação administrativa ou judicial e a probabilidade de perda é considerada provável, sendo constituídas pelo valor integral em discussão.

As principais causas de natureza fiscal referem-se a:

- IR e CSLL sobre a dedução da despesa oriunda da quitação do déficit atuarial na FBSS, questionada pela Secretaria da Receita Federal para o período de 1998 a 2005, no qual o Banrisul, por meio de seus assessores jurídicos, vem discutindo judicialmente o assunto, e registrou provisão para contingências no valor estimado da perda no montante de R\$821.312 (31/12/2023 – R\$789.270); e

- Outras contingências relativas a impostos municipais e federais classificados pelos nossos assessores como perda provável no montante de R\$1.458 (31/12/2023 – R\$1.708).

Existem ainda contingências fiscais que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$787.807 (31/12/2023 – R\$575.441) e no Consolidado R\$827.112 (31/12/2023 – R\$610.991). Essas contingências decorrem, principalmente, de impostos municipais e federais, para os quais, de acordo com as práticas contábeis, não foi registrada provisão para contingências. Além dessas, existe auto de infração no âmbito da Secretaria da Receita Federal sobre contribuição previdenciária do empregador e contribuição para outras entidades e fundos, exigindo a contribuição, principalmente, sobre os benefícios do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e da Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) no montante de R\$135.972 (31/12/2023 – R\$348.771), classificada pelos nossos assessores como de perda possível no montante de R\$109.367 (31/12/2023 – R\$323.317) e como perda provável o montante de R\$26.605 (31/12/2023 – R\$25.454), que está devidamente provisionado.

Ações Trabalhistas: decorrem de processos na área trabalhista, geralmente ajuizados por empregados, ex-empregados, empregados de empresas terceirizadas, Associações, Sindicatos e Ministério Público, tendo como objeto a suposta violação de direitos trabalhistas.

No exercício de 2024, foi efetuada provisão de R\$43.094 (31/12/2023 – R\$9.671) para ações coletivas, cuja probabilidade de perda tenha sido classificada como provável. A Administração considera suficiente a provisão constituída para as ações coletivas e continua monitorando a evolução das decisões judiciais em ações dessa natureza, avaliando, constantemente, a classificação de risco e a quantificação.

Além das ações acima consideradas, registra-se provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banrisul em conformidade com sua Política de Provisionamento para a classificação e provisionamento das ações trabalhistas individuais, implementada desde o segundo semestre de 2020, sendo a provisão para as ações com pedidos classificados como de perda provável. Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R\$763.020 (31/12/2023 – R\$658.681) e no Consolidado R\$764.809 (31/12/2023 – R\$660.347). Adicionalmente, o valor de R\$100.700 (31/12/2023 – R\$95.484) e no Consolidado R\$102.577 (31/12/2023 – R\$98.169) foi exigido para os recursos processuais.

Existem ainda contingências trabalhistas que são consideradas como de perda possível, no montante de R\$1.672.133 (31/12/2023 – R\$1.647.583) e no Consolidado R\$1.680.118 (31/12/2023 – R\$1.652.210), que de acordo com a natureza destes processos refere-se principalmente a pedidos de horas extras, reintegração salarial e equiparação salarial. De acordo com as práticas contábeis, não foi registrada provisão para contingências.

Ações Cíveis: as ações judiciais de caráter cível que envolvem o Banrisul são, em sua maioria, movidas por clientes e usuários que pretendem

- Anular ou se desobrigar de dívidas que o devedor não reconhece ou que alega serem indevidas;
- Revisar dívidas bancárias e questionar cobranças ilícitas e juros abusivos;
- Obter indenização por danos materiais e morais decorrentes de produtos e serviços bancários; e
- Reaver expurgos inflacionários referentes a Planos Econômicos sobre aplicações financeiras (Plano Bresser, Plano Verão, Plano Collor I e Plano Collor II).

As estimativas do resultado e do impacto financeiro dessas ações são definidas pela natureza das demandas e pelo julgamento da Administração com base na opinião dos assessores jurídicos e nos elementos dos processos, considerando, também, a complexidade e a experiência de casos semelhantes.

O Banrisul provisiona as demandas cíveis conforme a sua Política de Provisionamento, que utiliza critérios individualizados ou massificados, de acordo com a natureza, o objeto e o fundamento das ações, visando facilitar o controle e a gestão das provisões.

Demandas massificadas são aquelas que não possuem decisão judicial e que, conforme o tipo e o objeto da ação, bem como a jurisprudência, o Banrisul as classifica como de risco provável, possível ou remoto. Para algumas demandas que, mesmo sem decisão, são classificadas como prováveis, o Banrisul estima um valor

médio dos custos de condenação e de sucumbência históricos, gerando um valor de tiquete médio que poderá ter que desembolsar. Para adequar a probabilidade de perda, esse valor é revisado após a decisão judicial de mérito, nos casos de improcedência da ação ou alteração e nos valores de provisão nos casos de condenação do Banrisul.

As demandas individuais são aquelas que o Banrisul entende que não se enquadram na regra do contencioso massificado, seja pela natureza ou pelo objeto, quando estão em fase inicial, e também aquelas que já possuem uma decisão favorável ou desfavorável que impacta a classificação de risco e os valores de provisão.

Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R\$86.080 (31/12/2023 – R\$77.027) e no Consolidado R\$87.665 (31/12/2023 – R\$78.577).

Existem ainda R\$396.532 (31/12/2023 – R\$288.392) e no Consolidado R\$397.136 (31/12/2023 – R\$288.571) relativos a processos movidos por terceiros contra o Banrisul cuja natureza dos processos refere-se principalmente a ações que discutem seguros, crédito imobiliário e conta corrente, os quais a assessoria jurídica classifica como de perdas possíveis e, portanto, não foram provisionados.

Outras Ações: Em 29 de setembro de 2000, o Banrisul recebeu autuação imposta pelo Bacen em conexão com processos administrativos, também abertos pelo Bacen, relativamente a supostas irregularidades cometidas em operações de câmbio entre 1987 e 1989. Em abril de 2022, com decisão definitiva proferida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) que reconheceu a prescrição das multas aplicadas, a exceção de uma ínfima parcela, cuja condenação permaneceu, houve a reversão da provisão em R\$158.929, restando provisionado o valor de R\$7.455 (31/12/2023 – R\$1.972).

(b) Ativos Contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes e não existem processos em curso com ganhos prováveis.

NOTA 20 – OUTROS PASSIVOS

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	13.615	12.079	13.615	12.079
Obrigações Sociais e Estatutárias	194.407	223.996	194.674	224.229
Provisão de Pessoal	158.542	152.240	159.424	153.474
Obrigações por Convênios Oficiais e Serviços de Pagamento	99.708	133.639	102.098	137.605
Credores Diversos	494.334	125.942	677.813	223.128
Passivos Atuariais – Benefícios Pós-Emprego ⁽¹⁾	481.572	772.359	483.485	776.628
Provisões para Pagamentos a Efetuar	149.586	111.349	177.936	152.075
Rendas Antecipadas	115.769	127.192	115.571	126.987
Outros	4.974	4.771	6.127	5.478
Total	1.712.507	1.663.567	1.930.743	1.811.683

(1) Refere-se principalmente às obrigações do patrocinador sobre os déficits apurados em planos de benefício definido oferecidos a empregados e ex-empregados do Banrisul e das empresas do grupo (Nota 27e).

NOTA 21 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

O Capital Social do Banrisul em 31 de dezembro de 2024 é de R\$8.000.000 (31/12/2023 – R\$5.200.000), subscrito e integralizado, representado por 408.974.477 ações, sem valor nominal, conforme tabela a seguir:

	ON		PNA		PNB		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Rio Grande do Sul								
Quantidade de ações em circulação em 31 de dezembro de 2023	201.225.359	98,13	751.479	54,73	-	-	201.976.838	49,39
Conversões/Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Quantidade de ações em circulação em 31 de dezembro de 2024	201.225.359	98,13	751.479	54,73	-	-	201.976.838	49,39
Administradores, Conselheiros e Membros de Comitê								
Quantidade de ações em circulação em 31 de dezembro de 2023	10.305	-	-	-	105	-	10.410	-
Conversões/Transferências	1	-	11	-	-	-	12	-
Quantidade de ações em circulação em 31 de dezembro de 2024	10.306	-	11	-	105	-	10.422	-
Outros								
Quantidade de ações em circulação em 31 de dezembro de 2023	3.829.177	1,87	621.612	45,27	202.536.440	100,00	206.987.229	50,61
Conversões/Transferências	(1)	-	(11)	-	-	-	(12)	-
Quantidade de ações em circulação em 31 de dezembro de 2024	3.829.176	1,87	621.601	45,27	202.536.440	100,00	206.987.217	50,61
Total em 31 de dezembro 2023	205.064.841	100,00	1.373.091	100,00	202.536.545	100,00	408.974.477	100,00
Conversões/Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2024	205.064.841	100,00	1.373.091	100,00	202.536.545	100,00	408.974.477	100,00

As ações preferenciais não têm direito a voto e têm a seguinte remuneração:

- Ações Preferenciais Classe A:

- Prioridade no recebimento de um dividendo fixo preferencial, não cumulativo, de 6% (seis por cento) ao ano, calculado sobre o quociente resultante da divisão do valor do capital social pelo número de ações que o compõem;
- Direito de participar, depois de pagar às ações Ordinárias e Preferenciais Classe B, um dividendo igual ao pago a tais ações, na distribuição de quaisquer outros dividendos ou bonificações em dinheiro distribuídos pela sociedade, em igualdade de condições, com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B, com o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor pago a tais ações;
- Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B; e
- Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

- Ações Preferenciais Classe B:

- Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe A; e
- Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

(b) Ações em Tesouraria – Abertura de Programa de Recompra de Ações

O Banrisul realizou a abertura de seu primeiro Programa de Recompra de Ações com o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital. Está autorizada a aquisição de até 10.126.677 de ações preferenciais, equivalente a 5% das ações preferenciais de emissão própria, sem redução do valor do capital social, para manutenção em tesouraria, cancelamento ou recolocação no mercado. As aquisições ocorreram em bolsa de valores, no período de 15 de dezembro de 2022 a 15 de junho de 2024, a valor de mercado. Até 30 de setembro de 2023, foram recompradas o total de 1.202.500 ações, as quais foram recolocadas no mercado no quarto trimestre de 2023.

**(c) Reservas**

- Reserva de Capital: refere-se aos valores recebidos pela sociedade que não transitaram pelo resultado, por não se referir a contraprestação à entrega de bens ou serviços prestados à sociedade.
- Reserva Legal: objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos;
- Reserva Estatutária: tem por finalidade garantir recursos para investimentos e aplicação na área de informática, e está limitada a 70% do Capital Social Integralizado; e
- Reserva de Expansão: tem por finalidade a retenção de lucros para financiar projeto de investimento em capital fixo ou circulante, justificado em orçamento de capital proposto pela Administração e aprovado pela Assembleia Geral.

(d) Distribuição de Resultado

O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações:

- 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social;
- Dividendos Mínimos Obrigatórios de 25% do Lucro Líquido Ajustado; e
- Até 25% do Lucro Líquido para a Reserva Estatutária, limitada a 70% do Capital Social Integralizado, que possui a finalidade de garantir recursos para investimentos e aplicação na área de informática.

A política de remuneração do capital adotada pelo Banrisul visa distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo dedutível calculado em conformidade com a legislação vigente, podendo ser fundamentado em lucros acumulados ou reservas de lucros. Os juros pagos poderão ser imputados, líquidos de IR, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social.

Conforme facultado pela Lei nº 9.249/95 e pela Deliberação CVM nº 207/96, a Administração do Banrisul pagou o montante de R\$332.000, referente aos juros sobre o capital próprio (JSCP) do exercício de 2024 (01/01 a 31/12/2023 – R\$360.000), imputado aos dividendos, líquido do IR retido na fonte. O pagamento dos JSCP resultou em um benefício tributário para o Banrisul na ordem de R\$149.400 (01/01 a 31/12/2023 – R\$162.000) (Nota 24).

O Banrisul mantém, desde o início de 2008, política de remuneração do capital com pagamento trimestral de JSCP e, historicamente, tem remunerado os seus acionistas com pagamento de JSCP e dividendos superiores ao mínimo legalmente exigido.

Em 25 de abril de 2024, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos adicionais para o exercício de 2024 no percentual equivalente a 15% sobre o Lucro Líquido deduzido da Reserva Legal, perfazendo o total de 40%.

A distribuição dos dividendos e juros sobre o capital próprio está representada na tabela a seguir:

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Lucro Líquido do Exercício	915.576	870.104
Ajuste		
Reserva Legal	(45.779)	(43.505)
Base de Cálculo dos Dividendos	869.797	826.599
Dividendo Mínimo Obrigatório 25%	217.449	206.650
Dividendo Adicional 15% (25% em 2023)	130.470	206.649
Total dos Dividendos	347.919	413.299
A) Juros sobre Capital Próprio Pagos	311.941	338.373
Ações Ordinárias (R\$811,78660 por lote de mil ações)	166.469	180.508
Ações Preferenciais A (R\$811,78660 por lote de mil ações)	1.115	1.209
Ações Preferenciais B (R\$811,78660 por lote de mil ações)	164.416	178.283
Imposto de Renda na Fonte relativo a Juros sobre Capital Próprio	(20.059)	(21.627)
B) Dividendos Provisionados	35.978	74.926
Ações Ordinárias (R\$87,05440 por lote de mil ações)	17.852	37.556
Ações Preferenciais A (R\$361,88077 por lote de mil ações)	497	277
Ações Preferenciais B (R\$87,04296 por lote de mil ações)	17.629	37.093
Total de Juros sobre Capital Próprio e Dividendos (A+B)	347.919	413.299

NOTA 22 – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

(a) Receita de Prestação de Serviços

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Administração de Fundos	59.722	38.307	112.399	85.825
Cobrança e de Serviços de Custódia	55.439	54.589	55.425	54.574
Administração de Consórcios	-	-	135.120	131.419
Receitas de Serviços Banrisul Pagamentos	-	-	577.979	516.241
Serviços de Arrecadação	33.407	40.345	33.407	40.345
Comissões de Corretagem de Seguros	-	-	293.805	287.883
Cartão de Crédito	220.313	127.306	220.313	127.306
Serviços de Conta Corrente	588.645	614.073	602.652	619.250
Outras Receitas	45.829	49.684	65.275	68.982
Total	1.003.355	924.304	2.096.375	1.931.825

(b) Outras Receitas Operacionais

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Recuperação de Encargos e Despesas	216.171	229.358	32.927	24.196
Reversão de Provisões Operacionais	7.441	9.810	10.751	9.852
Tarifas Interbancárias	23.394	30.960	23.394	30.960
Títulos de Créditos a Receber	22.536	18.032	22.855	18.032
Receitas Diversas com Cartões ⁽¹⁾	18.437	95.884	18.437	95.884
Reversão de Provisões para Pagamentos a Efetuar	9.126	12.462	16.679	13.079
Receitas de Adquirência por Antecipação de Recebíveis ⁽²⁾	-	-	-	13.432
Rendas por Antecipação de Obrigações de Transações de Pagamento	-	-	297.202	301.096
Rendas de Portabilidade de Operações de Crédito	88.823	29.691	88.823	29.691
Receita de Locação Equipamentos Adquirência ⁽²⁾	-	-	-	70.662
Atualização de Depósitos Judiciais	64.630	59.969	64.825	60.265
Baixa de Investimento no Exterior ⁽³⁾	-	68.194	-	68.194
Atualização de Ativo Atuarial	36.757	38.612	37.061	38.821
Recuperação Contribuição Previdenciária Patronal	-	17.969	-	17.969
Outras	33.279	42.215	45.428	58.663
Total	520.594	653.156	658.382	850.796

(1) A partir de julho de 2023 parte das receitas foram reclassificadas para a Nota Explicativa de Receita de Prestação de Serviços na rubrica Cartão de Crédito.

(2) A partir de julho de 2023 as receitas foram reclassificadas para a Nota Explicativa de Receita de Prestação de Serviços na rubrica Receitas de Serviços Banrisul Pagamentos.

(3) Refere-se à reclassificação da variação cambial de investimento em controladas no Exterior, anteriormente contabilizada em Outros Resultados Abrangentes, em virtude do encerramento de atividades e devolução do capital para a controladora.

NOTA 23 – OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

(a) Despesa de Pessoal

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Remuneração Direta	1.280.604	1.227.151	1.297.700	1.245.460
Benefícios	432.101	408.780	434.398	411.242
Encargos Sociais	552.960	515.108	556.390	519.464
Treinamentos	6.279	5.223	6.307	5.263
Total	2.271.944	2.156.262	2.294.795	2.181.429

(b) Outras Despesas Administrativas

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Comunicações	56.711	49.089	58.378	50.467
Processamento de Dados	248.181	164.439	255.300	177.207
Vigilância, Segurança e Transporte de Valores	137.453	137.232	137.453	137.232
Amortização e Depreciação	271.896	241.038	316.441	275.970
Aluguéis e Condomínios	165.333	160.719	165.441	160.551
Materiais	9.769	9.503	9.945	12.361
Serviços de Terceiros ⁽¹⁾	507.361	521.433	522.151	545.379
Serviços Técnicos Especializados	205.104	216.397	217.570	223.747
Propaganda, Promoções e Publicidade ⁽²⁾	143.510	111.061	176.074	139.352
Manutenção e Conservação de Bens	83.729	66.219	84.497	68.058
Água, Energia e Gás	28.444	29.348	28.719	29.856
Serviços do Sistema Financeiro	46.489	43.950	48.368	46.585
Outras	116.106	83.465	130.693	97.738
Total	2.020.086	1.833.893	2.151.030	1.964.503

(1) Do montante de R\$507.361 (31/12/2023 – R\$521.433), R\$285.566 (31/12/2023 – R\$283.234) são provenientes de despesas com serviços de origemação de crédito consignado através do canal Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.

(2) É composto principalmente por R\$53.684 (31/12/2023 – R\$36.570) e no Consolidado R\$69.335 (31/12/2023 – R\$49.579) de despesa com propaganda institucional e R\$83.353 (31/12/2023 – R\$68.078) e no Consolidado R\$84.063 (31/12/2023 – R\$68.753) de programa de divulgação por meio de eventos e clubes esportivos.

(c) Outras Despesas Operacionais

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Descontos Concedidos em Renegociações	203.279	73.065	203.279	73.065
Despesas com Arrecadação de Tributos Federais	9.858	18.833	9.858	18.833
Despesas com Cartões	13.050	12.049	13.050	12.049
Despesas de Portabilidade de Operações de Crédito	59.797	46.351	59.797	46.351
Tarifas Convênio INSS	332.911	282.312	332.911	282.312
Bônus Banrisul de Vantagens	31.122	25.776	31.122	25.776
Serviços Associados a Transações de Pagamento	3.380	-	125.393	88.029
Custos Convênios Crédito Consignado	6.995	6.619	6.995	6.619
Correção Monetária sobre Liberação de Financiamento	11.901	11.093	11.901	11.093
Tarifas Não Recebidas	24.343	23.561	24.343	23.561
Atualização de Obrigações Atuariais	6.911	29.073	6.997	29.145
Despesas com Roubos e Furtos	-	17.235	-	17.235
Serviços de Processamento de Folha de Pagamento	20.844	23.080	20.844	23.080
Outras	61.293	43.854	80.078	51.386
Total	785.684	612.901	926.568	708.534

NOTA 24 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Resultado antes dos Tributos	1.098.599	982.421	1.367.904	1.211.459
Encargo Total do Imposto de Renda (25%) e Contribuição Social às Alíquotas Vigentes	(494.369)	(442.089)	(508.735)	(434.072)
Efeito no Cálculo dos Tributos				
Participação dos Empregados nos Resultados	109.772	113.314	109.850	113.314
Juros sobre o Capital Próprio Pagos/Provisionados	149.400	162.000	218.641	281.700
Resultado de Equivalência Patrimonial	364.897	405.984	39.926	46.084
Juros sobre o Capital Próprio Recebido	(90.789)	(157.842)	(90.789)	(157.842)
Outros Valores	22.153	58.306	23.642	62.622
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	61.064	139.673	(207.465)	(88.194)
Corrente	(172.142)	(2.841)	(460.439)	(246.232)
Diferido	233.206	142.514	252.974	158.038

NOTA 25 – LUCRO POR AÇÃO

A tabela a seguir apresenta o LPA utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado.

	Banrisul e Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores – R\$ Mil	915.576	870.104
Ações Ordinárias	459.008	436.682
Ações Preferenciais A	3.220	3.112
Ações Preferenciais B	453.348	430.310
Média Ponderada das Ações em Circulação	408.974.477	408.510.350
Média Ponderada de Número de Ações Ordinárias	205.064.841	205.064.841
Média Ponderada de Número de Ações Preferenciais A	1.373.091	1.373.091
Média Ponderada de Número de Ações Preferenciais B	202.536.545	202.072.418
Lucro Básico e Diluído por Ação – R\$		
Ação Ordinária	2,24	2,13
Ação Preferencial A	2,34	2,27
Ação Preferencial B	2,24	2,13

NOTA 26 – COMPROMISSOS, GARANTIAS E OUTROS

(a) Estado do Rio Grande do Sul

Em 22 de abril de 2004, foi sancionada a Lei Estadual nº 12.069, alterada pela Lei nº 14.738/15, mediante a qual o Banrisul deverá disponibilizar ao Estado do Rio Grande do Sul até 95% do valor dos depósitos judiciais arrecadados em que as partes litigantes não sejam o Estado ou os Municípios. A parcela não disponibilizada dos depósitos judiciais arrecadados constituirá o Fundo de Reserva destinado a garantir a restituição dos referidos depósitos. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo dos referidos recursos arrecadados, atualizado pelas mesmas regras da caderneta de poupança, conforme Lei nº 12.703/12; artigo 11, §1º, da Lei nº 9.289/96; e artigo 12 da Lei nº 8.177/91, totalizavam, até a data do Balanço Patrimonial, R\$15.206.900 (31/12/2023 – R\$14.497.513), dos quais R\$9.895.835 (31/12/2023 – R\$9.968.169) foram transferidos para o Estado, mediante sua solicitação. O saldo remanescente, que constitui a disponibilidade do Fundo de Reserva, está registrado na rubrica Depósitos Judiciais e Administrativos. Desde janeiro de 2018 não estão sendo transferidos novos valores ao Estado até a habilitação, conforme determina a Legislação vigente.

(b) Avais e Fianças

Avais e fianças prestados a clientes montam R\$268.488 (31/12/2023 – R\$57.208), estando sujeitos a encargos financeiros e contam com garantias dos beneficiários. Para estes riscos existe provisão para possíveis perdas no montante de R\$3.105 (31/12/2023 – R\$653).

(c) Créditos de Importação e Exportação

O Banrisul possui créditos abertos para importação e para exportação confirmados no valor de R\$117.980 (31/12/2023 – R\$95.749) e coobrigações em cessões de crédito no valor de R\$1.795 (31/12/2023 – R\$3.168).

(d) Fundos e Carteiras Administradas

O Grupo Banrisul é administrador de diversos fundos e carteiras, que apresentaram os seguintes patrimônios líquidos:

	31/12/2024	31/12/2023
Fundos de Investimentos ⁽¹⁾	17.892.456	15.906.178
Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimentos	65.735	79.905
Fundos de Ações	127.344	187.096
Fundos de Aposentadoria Programada Individual	9.983	10.042
Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública do Estado do Rio Grande do Sul	14.165.236	11.802.070
Carteiras Administradas	599.837	592.119
Total	32.860.591	28.577.410

(1) As carteiras dos fundos de investimentos são compostas, principalmente, por títulos de renda fixa e de renda variável, e seus valores de patrimônio líquido encontram-se ajustados pelas respectivas marcações a mercado na data-base.

(e) Consórcios

A controlada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios é responsável pela administração de 133 grupos de consórcios (155 em 31/12/2023) para aquisição de bens móveis e imóveis e serviços que reúnem 77.832 consorciados ativos (83.283 em 31/12/2023).

(f) Aluguéis

O Banrisul aluga imóveis, principalmente utilizados para instalação de agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste. O total dos pagamentos mínimos futuros dos aluguéis contratados em 31 de dezembro de 2024 é de R\$329.426, sendo R\$100.968 com vencimento até um ano, R\$213.653 com vencimento de um a cinco anos e R\$14.805 com vencimento acima de cinco anos. Os pagamentos de aluguéis reconhecidos como despesas no período totalizaram R\$151.088.

NOTA 27 – OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO PÓS-EMPREGO A EMPREGADOS

O Banrisul é patrocinador da FBSS e da Cabergs, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica, respectivamente, a seus funcionários.

A FBSS é dotada de autonomia administrativa, tendo como finalidade instituir planos de benefícios de natureza previdenciária aos seus participantes – empregados das patrocinadoras e respectivos beneficiários – mediante contribuições específicas, estabelecidas em seus planos e respectivos regulamentos.

A Política de Previdência Complementar do Banrisul executada pela FBSS, instituída em 29 de janeiro de 1963 em conformidade com a legislação então vigente, tem como fundamentação legal o artigo 202 da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, das Leis Complementares de números 108 e 109 de 29 de maio de 2001, e demais normas legais em vigor emanadas por órgãos reguladores da Previdência Social ligada ao Ministério da Fazenda, como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc), o Estatuto Social da Entidade Gestora e respectivos regulamentos dos Planos de Benefícios, bem como está em concordância com a Resolução CMN nº 4.994/22.

O artigo 8º da Resolução CMN nº 4.994/22 determina que é designado pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão um Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado para a Gestão dos Investimentos (AETQ) como principal responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos.



Os Planos de Benefícios que dão suportes à Política de Previdência Complementar do Banrisul se fundamentam nos respectivos Regulamentos dos Planos, nos quais constam todos os direitos e obrigações dos participantes e das patrocinadoras, o Plano de Custeio Atuarial, os prazos legais, a forma de pagamento das contribuições mensais e dos benefícios, o tempo de contribuição mínima e outros parâmetros necessários para o dimensionamento atuarial. Todos os Regulamentos são aprovados pelos órgãos legais internos de gestão, pelas patrocinadoras e pelos órgãos federais de supervisão e regulação conforme legislação em vigor. Em conformidade com a Resolução CNPC nº 30/18, foi designado pelo Conselho Deliberativo da FBSS um Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB).

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos resultou de um processo de interação entre a consultoria atuarial externa, responsável pelos cálculos atuariais no caso dos Planos de Benefícios estruturados na modalidade de benefício definido e contribuição variável, os atuários internos da própria FBSS no caso do plano de benefícios estruturado na modalidade de contribuição definida, a Diretoria Executiva e os representantes do Conselho Deliberativo da Fundação. Conta ainda com o aval das patrocinadoras dos Planos de Benefícios I e Saldado (modalidade de benefício definido), dos Planos FBPREV, FBPREV II e FBPREV III (modalidade de contribuição variável) e do Plano FBPREV CD (modalidade de contribuição definida), conforme determina a Resolução CNPC nº 30/18, Instrução Previc nº 23/23 e Portaria Previc nº 363/23.

(a) Principais Premissas

As principais premissas a seguir foram elaboradas com base nas informações vigentes em 31 de dezembro de 2024 e 2023, sendo revisadas periodicamente.

Hipóteses Econômicas – 31/12/2024	PBI	Planos de Previdência (% a.a)				Planos de Saúde (% a.a) ⁽¹⁾			Prêmio Aposentadoria (% a.a)
		PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	PAM	POD	PROMED	
Taxa Real de Desconto Atuarial	7,66	7,38	7,56	7,32	7,58	7,44	7,44	7,44	7,74
Retorno Real Esperado sobre os Ativos	7,66	7,38	7,56	7,32	7,58	7,44	7,44	7,44	7,74
Taxa Real de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	1,75	-	2,67	2,31	2,23	Conforme Plano ⁽²⁾	n/a	n/a	2,67
Crescimento Real dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	0,30	-	-	-	-	-	1,00	1,00	-
Fator de Capacidade sobre os Benefícios	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	n/a
Fator de Capacidade sobre os Salários	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	100,00
Inflação Esperada	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96
Taxa de Desconto Nominal	13,00	12,71	12,89	12,64	12,92	12,77	12,77	12,77	13,08
Retorno Nominal Esperado sobre os Ativos do Plano	13,00	12,71	12,89	12,64	12,92	12,77	12,77	12,77	13,08
Taxa Nominal de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	6,80	4,96	7,76	7,38	7,30	Conforme Plano ⁽²⁾	n/a	n/a	7,76
Crescimento Nominal dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	5,27	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	6,01	6,01	4,96

Hipóteses Econômicas – 31/12/2023	PBI	Planos de Previdência (% a.a)				Planos de Saúde (% a.a) ⁽¹⁾			Prêmio Aposentadoria (% a.a)
		PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	PAM	POD	PROMED	
Taxa Real de Desconto Atuarial	5,34	5,37	5,35	5,38	5,35	5,44	5,44	5,44	5,35
Retorno Real Esperado sobre os Ativos	5,34	5,37	5,35	5,38	5,35	5,44	5,44	5,44	5,35
Taxa Real de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	0,66	n/a	6,06	2,01	0,41	Conforme Plano ⁽²⁾	n/a	n/a	6,06
Crescimento Real dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	0,30	-	-	-	-	-	1,00	1,00	-
Fator de Capacidade sobre os Benefícios	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	n/a
Fator de Capacidade sobre os Salários	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	100,00
Inflação Esperada	3,90	3,90	3,90	3,90	3,90	3,90	3,90	3,90	3,90
Taxa de Desconto Nominal	9,45	9,48	9,46	9,49	9,46	9,55	9,55	9,55	9,46
Retorno Nominal Esperado sobre os Ativos do Plano	9,45	9,48	9,46	9,49	9,46	9,55	9,55	9,55	9,46
Taxa Nominal de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	4,59	3,90	10,20	5,99	4,33	Conforme Plano ⁽²⁾	n/a	n/a	10,20
Crescimento Nominal dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	4,21	3,90	3,90	3,90	3,90	3,90	4,94	4,94	3,90

(1) Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos Plano de Assistência Médico-Hospitalar (PAM), Plano Odontológico (POD) e Programa Auxílio Medicamento (PROMED).

(2) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

Hipóteses Demográficas – 31/12/2024	Mortalidade Geral	Mortalidade de Inválidos	Entrada em Invalidez	Taxa Anual de Rotatividade	Opção pelo Instituto BPD	Entrada em Aposentadoria	Composição Familiar
Planos de Previdência							
PBI	AT – 2000 suavizada (-10%) por sexo	AT-49 por sexo	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência PBI 2015-2023	n/a	100% ao atingir o benefício pleno	75% dos participantes com beneficiários e mulher 4 anos mais nova que o homem. Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
PBS	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência Saldado 2015-2023	n/a	Data provável de aposentadoria informada no cadastro	75% dos participantes com beneficiários e mulher 4 anos mais nova que o homem. Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
FBPREV	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV 2015-2023	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
FBPREV II	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB-83 (- 50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV II 2015-2023	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Família Real, conforme cadastro
FBPREV III	AT-2000 suavizada (-10%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV III (2019-2023)	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Família Real, conforme cadastro
Planos de Saúde ⁽¹⁾							
PAM	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾
POD	AT – 2000 Basic (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV 2015-2023	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Não Aplicável
PROMED	AT - 2000 Basic (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV 2015-2023	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Não Aplicável
Prêmio Aposentadoria	AT – 2000 (-30%) por sexo	n/a	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV 2015-2023	-	60 anos de idade e 10 anos de empresa	Não Aplicável

(1) Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos PAM- Plano de Assistência Médico-Hospitalar, POD - Plano Odontológico e PROMED - Programa Auxílio Medicamento.

(2) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

Hipóteses Demográficas – 31/12/2023	Mortalidade Geral	Mortalidade de Inválidos	Entrada em Invalidez	Taxa Anual de Rotatividade	Opção pelo Instituto BPD	Entrada em Aposentadoria	Composição Familiar
Planos de Previdência							
PBI	AT – 2000 (-10%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência PBI e FBPREV III 2015-2022	n/a	100% ao atingir o benefício pleno	A Conceder: Família Média (74% dos participantes com beneficiários e mulher 4 anos mais nova que o homem). Concedido: Família Real
PBS	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência Saldado 2015-2022	n/a	Data provável de aposentadoria informada no cadastro	A Conceder: Família Média (74% dos participantes com beneficiários e mulher 4 anos mais nova que o homem). Concedido: Família Real
FBPREV	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência FBPREV 2015-2022	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Família Real, conforme cadastro
FBPREV II	AT – 2000 (-30%) por sexo	Winklevoss	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência FBPREV II 2015-2020	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Família Real, conforme cadastro
FBPREV III	AT – 2000 (-10%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas	Experiência PBI e FBPREV III 2015-2022	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Família Real, conforme cadastro
Planos de Saúde ⁽¹⁾							
PAM	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾
POD	AT – 2000 Basic (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência FBPREV 2015-2022	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Família Real
PROMED	AT – 2000 Basic (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência FBPREV 2015-2022	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Não Aplicável
Prêmio Aposentadoria	AT – 2000 (-30%) por sexo	n/a	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência FBPREV 2015-2022	-	60 anos de idade e 10 anos de empresa	Não Aplicável

(1) Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos PAM- Plano de Assistência Médico-Hospitalar, POD - Plano Odontológico e PROMED - Programa Auxílio Medicamento.

(2) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.



As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em experiência de atuários, ajustadas de acordo com o perfil demográfico dos empregados do Banrisul.

O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam um conjunto de premissas econômicas, financeiras e biométricas. Entre as premissas utilizadas na determinação do custo (receita) líquido(a) para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Banrisul determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada período, observando os princípios estabelecidos pela Resolução CVM nº 110/22 e pela Resolução CMN nº 4.877/20, as quais são usadas para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. As taxas de desconto reais foram apuradas considerando a interpolação das taxas do índice IMA-B, divulgado pela ANBIMA, com data de referência em 31/12/2024.

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 30/18, combinada com a Resolução Previc nº 23/23 e com a Portaria Previc nº 308/24, a FBSS elabora estudos visando o estabelecimento do perfil dos vencimentos das obrigações dos Planos de Benefícios com a apuração do *duration* e outras análises de distribuição do pagamento dos benefícios.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

(b) Descrições dos Planos e Outros Benefícios de Longo Prazo

Plano de Benefícios I (PBI): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de benefício definido, abrangem aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão, auxílio-funeral e abono anual.

A contribuição normal do participante ativo corresponde ao recolhimento de percentuais do salário de participação. O PBI foi fechado para novas adesões a partir de julho de 2009.

Plano Saldado (PBS): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de benefício definido, abrangem benefício saldado de aposentadoria, benefício saldado de invalidez, pensão por morte, auxílio-funeral e abono anual.

Não haverá contribuição normal ao PBS e, quando estiver apto a se aposentar, receberá um benefício proporcional ao tempo que contribuiu ao PBI.

Plano FBPREV (FBPREV): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de contribuição variável, abrangem benefícios de aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral. A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- Parcela básica: 1% a 3% (intervalos de 0,5%) aplicado sobre o salário de participação;
- Parcela adicional: pode variar de 1% a 7,5% (intervalos de 0,5%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado, anualmente, pelo Atuário no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui, paritariamente, às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV II (FBPREV II): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de contribuição variável, abrangem benefícios de aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral. A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- Parcela básica: 3% a 5% aplicado sobre o salário de participação;
- Parcela adicional: pode variar de 5% a 10% (intervalos de 1%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado, anualmente, pelo Atuário no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e de 50% das despesas administrativas do plano calculadas em 10% sobre o total das demais contribuições.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui, paritariamente, às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV III (FBPREV III): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de contribuição variável, abrangem benefícios de aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral. A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- Parcela básica: 3%, 4% ou 5% aplicado sobre o salário de participação;
- Parcela adicional: pode variar de 5% a 10% (intervalos de 1%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado, anualmente, pelo Atuário no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui, paritariamente, às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV CD (FBPREV CD): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de contribuição definida, abrangem benefícios de aposentadoria, aposentadoria por invalidez, abono anual (opcional) e pensão por morte. A contribuição normal do participante é composta por apenas uma parcela:

- Parcela básica: pode variar entre 1% a 6% (intervalos de 0,50%) aplicado sobre o salário de participação.

Além da contribuição básica, o participante poderá efetuar contribuições adicionais, mensais e facultativas, não inferiores a 1% aplicado sobre o salário de participação, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui, paritariamente, às contribuições básicas dos participantes.

Planos de Saúde (PAM, POD e PROMED): o Banrisul oferece plano de saúde por meio da Cabergs a seus funcionários ativos e aos aposentados pela FBSS.

Prêmio Aposentadoria (Benefício Pós-Emprego): o Banrisul concede aos seus funcionários um prêmio por aposentadoria que é pago integralmente na data em que o funcionário se desliga da empresa por aposentadoria.

(c) Principais Riscos Atuariais

O Banrisul e a FBSS juntos poderão realizar estudos de confrontação ativo/passivo com o objetivo de buscar operações no mercado financeiro de capitais e de seguros visando a redução ou eliminação dos riscos atuariais dos planos. Através de seus planos de benefícios definidos, o Banrisul está exposto a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

Volatilidade dos Ativos: as obrigações do plano são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos privados ou do governo na ausência de mercado ativo. Caso os ativos do plano não atinjam essa rentabilidade, isso criará um déficit. Os planos do Brasil mantêm uma proporção significativa de ações, cujo rendimento se espera que supere o dos títulos privados no longo prazo, enquanto resultará em volatilidade e risco no curto prazo.

Variação na Rentabilidade dos Títulos: uma diminuição na rentabilidade de títulos privados ou do governo resultará no aumento das obrigações do plano, embora essa variação seja compensada, parcialmente, por um aumento no valor justo dos títulos detidos pelos planos.

Risco de Inflação: algumas obrigações dos planos de pensão do Banrisul são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações. Ressalta-se, porém, que em muitos casos, existem limites ao nível de reajustes inflacionários permitidos para proteger o plano contra taxas extremas de inflação. A maior parte dos ativos do plano, ou não são afetados (títulos com juros prefixados), ou têm uma pequena correlação (ações) com a inflação, o que significa que uma alta na inflação resultará também em alta no déficit.

Expectativa de Vida: a maior parte das obrigações dos planos consiste na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos.

(d) Gestão dos Ativos dos Planos

O percentual de alocação dos ativos dos planos vigentes em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são as seguintes:

31/12/2024	Alocação %					
Categorias	PB I	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Saúde
Caixa e Equivalente	0,01	-	0,01	-	-	0,21
Renda Fixa	79,17	76,81	76,18	78,06	83,21	98,44
Renda Variável	7,23	4,77	3,89	3,16	6,28	1,35
Imóveis	6,17	3,71	-	1,32	4,8	-
Outros	7,42	14,71	19,92	17,46	5,71	-
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

31/12/2023	Alocação %					
Categorias	PB I	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Saúde
Caixa e Equivalente	0,01	-	0,01	0,01	-	0,03
Renda Fixa	70,15	75,51	83,56	79,81	85,46	98,26
Renda Variável	6,92	4,35	0,91	1,84	5,73	1,71
Imóveis	5,48	3,42	-	1,32	4,48	-
Outros	17,44	16,72	15,52	17,02	4,33	-
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Os ativos dos planos de benefícios definidos incluem ações do Banrisul com um valor justo de R\$7.826 (31/12/2023 - R\$9.681) e imóveis alugados com um valor justo de R\$163.762 (31/12/2023 - R\$156.142).

(e) Avaliações Atuariais

O resumo da composição do passivo/(ativo) atuarial líquido para os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, preparados, respectivamente, com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2024 e 2023 e de acordo com CPC 33(R1), é demonstrado a seguir:

Passivos/(Ativos) registrados no Balanço Patrimonial com benefícios de:	31/12/2024	31/12/2023
Planos de Previdência		
PBI	332.368	376.813
PBS	3.157	203.355
FBPREV	(2)	(2)
FBPREV II	(68)	(63)
FBPREV III	24.639	34.245
Planos de Saúde	(172.947)	(110.969)
Prêmio Aposentadoria	123.321	162.215
Total	310.468	665.594

A composição do passivo/(ativo) atuarial líquido preparado com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2024 e 2023 e de acordo com o CPC 33(R1) é demonstrada a seguir:

Apuração do Passivo/(Ativo) Líquido – 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Obrigações Atuariais Apuradas na Avaliação Atuarial	1.100.961	1.225.918	19.451	201.414	300.802	172.947	123.321
Valor Justo dos Ativos do Plano ⁽¹⁾	(768.593)	(1.222.761)	(37.864)	(282.121)	(310.284)	(359.982)	-
Déficit/(Superávit) Apurado	332.368	3.157	(18.413)	(80.707)	(9.482)	(187.035)	123.321
Efeito do Teto de Ativo	-	-	18.411	80.639	-	14.088	-
Passivos Adicionais	-	-	-	-	34.121	-	-
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido	332.368	3.157	(2)	(68)	24.639	(172.947)	123.321

Apuração do Passivo/(Ativo) Líquido – 31/12/2023	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Obrigações Atuariais Apuradas na Avaliação Atuarial	1.248.206	1.445.331	22.044	228.825	351.897	202.311	162.215
Valor Justo dos Ativos do Plano ⁽¹⁾	(871.393)	(1.241.976)	(34.021)	(267.653)	(317.652)	(313.280)	-
Déficit/(Superávit) Apurado	376.813	203.355	(11.977)	(38.828)	34.245	(110.969)	162.215
Efeito do Teto de Ativo	-	-	11.975	38.765	-	-	-
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido	376.813	203.355	(2)	(63)	34.245	(110.969)	162.215

(1) No segundo semestre de 2023, a Cabergs promoveu a segregação de saldos do Fundo Plano de Assistência Médico-Hospitalar (PAM), para Fundo Reserva Plano de Assistência Médico-Hospitalar (PAM), fundo este que não poderá ser utilizado sem prévia e formal autorização do Banrisul na condição de Associado Patrocinador Instituidor.

Resultado no Período – 01/01/2024 a 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviço Corrente Líquido	26	-	664	106	(14)	1.801	6.614
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	113.344	129.566	2.049	20.728	31.348	18.833	13.418
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(79.591)	(115.802)	(3.385)	(26.034)	(29.286)	(32.453)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e nos Passivos Adicionais	-	-	1.295	5.279	695	-	-
Total de Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado	33.779	13.764	623	79	2.743	(11.819)	20.032

Resultado do Exercício – 01/01/2023 a 31/12/2023	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviço Corrente Líquido	26	-	(2.030)	(304)	(9)	2.085	5.944
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	130.439	142.782	1.876	19.552	35.937	20.872	14.205
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(89.961)	(124.868)	(3.282)	(23.783)	(32.339)	(63.174)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e nos Passivos Adicionais	-	-	1.090	4.153	-	20.091	-
Total de Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado	40.504	17.914	(2.346)	(382)	3.589	(20.126)	20.149

Outros Resultados Abrangentes (ORA) no Período – 2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
(Ganhos)/Perdas nos Ativos do Plano	101.457	29.762	(1.089)	(7.962)	2.209	(14.249)	-
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(136.446)	(235.928)	(4.011)	(28.542)	(45.224)	(36.513)	(52.799)
(Ganhos)/Perdas no Efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	-	-	5.141	36.595	33.426	14.088	-
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes (ORA)	(34.989)	(206.166)	41	91	(9.589)	(36.674)	(52.799)

Outros Resultados Abrangentes (ORA) no Período – 2023	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
(Ganhos)/Perdas nos Ativos do Plano	2.838	(16.497)	(3.679)	(40.492)	70	324.278	-
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	9.597	82.553	5.299	46.759	2.987	2.758	16.795
(Ganhos)/Perdas no Efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	-	-	1.963	(5.341)	-	(216.877)	-
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes (ORA)	12.435	66.056	3.583	926	3.057	110.159	16.795

Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido do Plano – 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	376.813	203.355	(2)	(63)	34.245	(110.969)	162.215
Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado do Período	33.779	13.764	623	79	2.743	(11.819)	20.032
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Resultado Abrangente	(34.989)	(206.166)	41	91	(9.589)	(36.674)	(52.799)
Contribuições do Empregador	(43.235)	(7.796)	(664)	(175)	(2.760)	(13.485)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	(6.127)
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	332.368	3.157	(2)	(68)	24.639	(172.947)	123.321

Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido do Plano – 31/12/2023	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	353.432	122.931	(2)	(56)	29.361	(188.799)	151.386
Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado do Período	40.504	17.914	(2.346)	(382)	3.589	(20.126)	20.149
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Resultado Abrangente	12.435	66.056	3.583	926	3.057	110.159	16.795
Contribuições do Empregador	(29.558)	(3.546)	(1.237)	(551)	(1.762)	(12.203)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	(26.115)
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	376.813	203.355	(2)	(63)	34.245	(110.969)	162.215

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano – 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de janeiro	(871.393)	(1.241.976)	(34.021)	(267.653)	(317.652)	(313.280)	-
Benefícios Pagos no Período Utilizando os Ativos do Plano	201.324	121.088	1.990	19.880	39.666	-	-
Contribuições de Participante Realizadas no Período	(77.155)	(8.037)	(695)	(177)	(2.461)	-	-
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	(43.235)	(7.796)	(664)	(175)	(2.760)	-	-
Rendimento Esperado dos Ativos	(79.591)	(115.802)	(3.385)	(26.034)	(29.286)	(32.453)	-
(Ganhos)/Perdas no Valor Justo dos Ativos do Plano	101.457	29.762	(1.089)	(7.962)	2.209	(14.249)	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	(768.593)	(1.222.761)	(37.864)	(282.121)	(310.284)	(359.982)	-

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano – 31/12/2023	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de janeiro	(895.275)	(1.208.491)	(26.602)	(220.984)	(320.217)	(574.384)	-
Benefícios Pagos no Período Utilizando os Ativos do Plano	199.009	114.982	2.070	18.715	38.289	-	-
Contribuições de Participante Realizadas no Período	(58.446)	(3.556)	(1.291)	(558)	(1.693)	-	-
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	(29.558)	(3.546)	(1.237)	(551)	(1.762)	-	-
Rendimento Esperado dos Ativos	(89.961)	(124.868)	(3.282)	(23.783)	(32.339)	(63.174)	-
(Ganhos)/Perdas no Valor Justo dos Ativos do Plano	2.838	(16.497)	(3.679)	(40.492)	70	324.278	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	(871.393)	(1.241.976)	(34.021)	(267.653)	(317.652)	(313.280)	-

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais – 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações em 1º de janeiro	1.248.206	1.445.331	22.044	228.825	351.897	202.311	162.215
Custo do Serviço Corrente Líquido	26	-	664	106	(14)	1.801	6.614
Contribuições de Participante Realizadas no Período	77.155	8.037	695	177	2.461	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	113.344	129.566	2.049	20.728	31.348	18.832	13.418
Benefícios Pagos no Período	(201.324)	(121.088)	(1.990)	(19.880)	(39.666)	(13.484)	(6.127)
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(136.446)	(235.928)	(4.011)	(28.542)	(45.224)	(36.513)	(52.799)
Valor Presente das Obrigações no Final do Período	1.100.961	1.225.918	19.451	201.414	300.802	172.947	123.321

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais – 31/12/2023	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações em 1º de janeiro	1.248.707	1.331.422	17.678	180.975	349.578	188.799	151.386
Custo do Serviço Corrente Líquido	26	-	(2.030)	(304)	(9)	2.085	5.944
Contribuições de Participante Realizadas no Período	58.446	3.556	1.291	558	1.693	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	130.439	142.782	1.876	19.552	35.937	20.872	14.205
Benefícios Pagos no Período	(199.009)	(114.982)	(2.070)	(18.715)	(38.289)	(12.203)	(26.115)
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	9.597	82.553	5.299	46.759	2.987	2.758	16.795
Valor Presente das Obrigações no Final do Período	1.248.206	1.445.331	22.044	228.825	351.897	202.311	162.215

Resultado do Exercício Projetado para o Período Seguinte	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviços Corrente Líquido	(36)	-	203	300	1	1.496	3.718
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	134.603	148.414	2.355	24.291	36.552	21.231	12.817
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(94.296)	(148.589)	(4.825)	(34.495)	(37.951)	(45.967)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	-	-	2.375	10.196	4.407	1.799	-
Despesa/(Receita) Atuarial Estimada	40.271	(175)	108	292	3.009	(21.441)	16.535

Fluxo de Caixa Esperado para o Período Seguinte	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Contribuições do Empregador	45.976	9.353	777	-	2.796	13.753	-
Contribuições do Participante	78.651	9.353	777	-	2.796	-	-
Benefícios Pagos Utilizando os Ativos do Plano	213.826	128.621	2.469	19.140	39.516	13.753	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	52.317

As estimativas de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos são demonstradas a seguir:

Perfil de Vencimento de Obrigações Atuariais	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
2025	213.826	128.621	2.469	19.140	39.516	13.753	52.317
2026	200.727	124.947	1.901	18.126	36.765	13.661	11.173
2027	195.496	123.448	1.897	17.981	35.652	13.942	9.930
2028	188.894	121.546	1.858	17.771	34.492	14.164	8.457
2029	183.873	119.572	1.835	17.588	33.304	14.409	10.934
2030 a 2034	809.013	563.101	9.007	84.451	147.606	72.143	19.089

A duração média ponderada do valor presente da obrigação é demonstrada a seguir:

Duration (em anos)	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde			Prêmio Aposentadoria
						PAM	POD	PROMED	
31/12/2024	7,43	9,36	8,18	9,88	8,08	Conforme Planos de Previdência ⁽¹⁾	9,21	11,54	5,83
31/12/2023	8,14	10,13	9,09	10,57	8,78	Conforme Planos de Previdência ⁽¹⁾	9,95	12,55	8,49

(1) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

Outros dados acerca dos planos são demonstrados a seguir:

Quantidade de Participantes – 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde			Prêmio Aposentadoria
						PAM	POD	PROMED	
Ativos	109	295	4801	2.420	94	1.327	283	7.022	9.360
Assistidos	2.839	2.562	121	2.310	1.460	7.295	-	-	-
Inativos	-	-	-	-	-	-	2.991	6.481	-
Total	2.948	2.857	4.922	4.730	1.554	8.622	3.274	13.503	9.360



Quantidade de Participantes – 31/12/2023	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde			Prêmio Aposentadoria
						PAM	POD	PROMED	
Ativos	114	318	4.897	2.526	102	1.437	312	7.186	9.138
Assistidos	2.884	2.559	106	2.237	1.469	7.366	-	-	-
Inativos	-	-	-	-	-	-	3.082	6.556	-
Total	2.998	2.877	5.003	4.763	1.571	8.803	3.394	13.742	9.138

(f) Análise de Sensibilidade

As premissas adotadas para o cálculo atuarial do plano de benefício definido têm um efeito significativo sobre os montantes divulgados. Apresenta-se a seguir, o impacto no cálculo dos benefícios considerando a alteração das premissas assumidas, destacando-se o impacto do efeito do valor presente das obrigações atuariais (VPOA).

PBI		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(35.081)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	37.349
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(26.779)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	29.191
PBS		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(50.051)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	53.983
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(31.267)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	34.840
FBPREV		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(663)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	710
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(936)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	943
FBPREV II		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(8.420)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	9.118
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(2.683)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	3.026
FBPREV III		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(10.277)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	10.992
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(7.612)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	8.306
Planos de Saúde		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(7.824)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	8.560
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(3.913)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	4.367
Prêmio Aposentadoria		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(2.860)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	3.084
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(216)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	217

NOTA 28 – GERENCIAMENTO DE CAPITAL E DE RISCOS CORPORATIVOS

O processo de gestão de capital e de riscos corporativos conta com a participação de todas as camadas hierárquicas do Banrisul e das demais empresas integrantes do Conglomerado Prudencial. A estrutura integrada de gestão de capital e de riscos do Grupo Banrisul é coordenada pela área de riscos corporativos sendo uma ferramenta estratégica fundamental para o Banrisul. A área de riscos corporativos realiza a gestão integrada de capital e dos riscos: de crédito, de mercado, de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (*Interest Risk Rate in The Banking Book – IRRBB*), de liquidez, operacional, social, ambiental e climático. Inclui-se, também, o risco país e o risco de transferência, sendo uma ferramenta estratégica fundamental para o Banrisul.

O constante aperfeiçoamento nos processos de monitoramento, controle, avaliação, planejamento de metas e necessidade de capital, identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação

de riscos tornam mais apuradas as boas práticas de governança, alinhadas aos objetivos estratégicos do Banrisul.

As informações produzidas pela área de riscos corporativos subsidiam o Comitê de Riscos e demais Comitês da gestão, a Diretoria e o Conselho de Administração, no processo de tomada de decisões. A Diretoria de Risco é responsável pela área de riscos corporativos e o Conselho de Administração é responsável pelas informações divulgadas relativas à gestão de riscos.

O Banrisul alinha suas atividades de gestão aos padrões recomendados pelo Comitê de Basileia, adotando as melhores práticas de mercado para maximizar a rentabilidade e garantir a melhor combinação de aplicações em ativos e uso de capital regulatório.

Risco de Crédito

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e de ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros; e/ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos. A estrutura de avaliação de risco de crédito está alicerçada em metodologias estatísticas de *Credit Score* e/ou no princípio de decisão técnica colegiada, sendo definidas alçadas de concessão de crédito correspondentes aos níveis decisórios que abrangem desde a extensa Rede de Agências até as esferas diretivas e seus comitês de crédito e de risco na Direção-Geral, Diretoria e Conselho de Administração. Esse processo visa agilizar a concessão de crédito com base em limites tecnicamente predefinidos, de acordo com a exposição que o Banrisul esteja disposto a operar com cada cliente, seja pessoa física ou pessoa jurídica.

A contínua e crescente implementação de metodologias estatísticas para avaliação do risco de clientes, o aprimoramento da segmentação de clientes, a parametrização de políticas de crédito e regras de negócios, aliada à otimização de controles, fortalecem a gestão do risco de crédito do Banrisul, possibilitando a continuidade da expansão da carteira de crédito de modo sustentável, com agilidade e segurança.

Processos de Gestão: no processo de identificação, mensuração e avaliação do risco de crédito, o Banrisul adota metodologias estatísticas e/ou o princípio de decisão técnica colegiada. A concessão de crédito alicerçada em modelos de escoragem oportuniza o estabelecimento de créditos pré-aprovados de acordo com as classificações de risco previstas nos modelos estatísticos. A concessão de crédito fundamentada na decisão colegiada ocorre por políticas de alçada. Os Comitês de Crédito da Rede de Agências avaliam operações de crédito até os limites de suas alçadas. Para clientes de alçadas superiores, as operações e Limite de Risco (LR) são deferidos pelos Comitês de Crédito e de Risco da Direção-Geral. A Diretoria aprova operações específicas e LR de operações em montantes que não ultrapassem 3% do Patrimônio Líquido. Operações superiores a esse limite são submetidas à apreciação do Conselho de Administração, obedecendo os limites estabelecidos na Declaração de Apetite por Riscos (*Risk Appetite Statement* – RAS).

Na etapa de monitoramento e reporte, são realizadas análises de aderência dos modelos de escoragem de crédito por meio de técnicas estatísticas de validação a fim de verificar se os modelos permanecem atribuindo corretamente a probabilidade de cada cliente ficar inadimplente, com base nas características cadastrais e hábitos de pagamento. Além disso, é realizado acompanhamento do montante de exposição ao risco de crédito, com segmentações definidas pelo Bacen e pelo próprio Banrisul, assim como dos impactos de legislações e/ou políticas adotadas. Ainda, são realizados procedimentos de *Backtesting* de Provisão mediante acompanhamento de safra, avaliando se a provisão da data-base foi suficiente para cobrir pendências e possíveis baixas a prejuízo. Por fim, são realizados Testes de Estresse da carteira de crédito, com o objetivo de estimar o capital exigido e o impacto em Índices de Capital.

O monitoramento, por meio de ferramentas de gestão da carteira de crédito, está diretamente relacionado ao controle e à mitigação do risco de crédito, pois a partir dele se verificam comportamentos passíveis de intervenção. O controle do risco de crédito engloba, fundamentalmente, os seguintes procedimentos:

- A exposição ao risco de crédito é administrada por meio de análise regular dos tomadores de empréstimos, efetivos e potenciais, quanto aos pagamentos do principal e dos juros e da alteração da situação cadastral e de seus limites, quando apropriado;

- A exposição a qualquer tomador de empréstimo, inclusive aos agentes financeiros, no caso de contraparte, é adicionalmente restrita por sublimites que cobrem eventuais exposições registradas e não registradas no Balanço Patrimonial; e
- Os níveis de risco que o Banrisul assume são estruturados a partir da definição de limites sobre a extensão de risco aceitável com relação a um devedor específico, a grupos de devedores, a segmentos da indústria, entre outros. As concentrações são observadas periodicamente e sujeitas a revisões. Quando necessário, os limites sobre o nível de risco de crédito são aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

Risco de Mercado e IRRBB

O Banrisul está exposto aos riscos de mercado decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Banrisul. Esta definição inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para instrumentos classificados na carteira de negociação, e o risco da variação cambial e dos preços de commodities para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O Banrisul está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de moeda estrangeira, basicamente com relação ao dólar norte-americano. O risco cambial decorre da operação de captação externa descrito na Nota 16. Para administrar seu risco cambial, o Banrisul usa contratos de derivativos como instrumento de proteção (*hedge* de risco de mercado), conforme descrito na Nota 3e.

O gerenciamento do risco de mercado do Banrisul é realizado pela área de riscos corporativos, a qual é responsável por executar e atualizar, anualmente, a política e as estratégias de gerenciamento do risco de mercado do Banrisul, estabelecer limites operacionais para acompanhar as exposições ao risco, identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição aos riscos das carteiras de negociação e não negociação.

A gestão do risco de mercado no Banrisul está segregada entre operações classificadas na carteira de negociação (carteira *trading*) – operações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidos com intenção de negociação ou destinados a *hedge* de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitos à limitação da sua negociabilidade – e operações classificadas na carteira de não negociação ou carteira bancária (carteira *banking*) – operações não classificadas na carteira de negociação, como a carteira de crédito, carteira de títulos mantidos até o vencimento, captação de depósitos a prazo, depósitos de poupança e demais operações mantidas até o vencimento).

Na mensuração do risco de mercado da carteira *trading* utiliza-se a metodologia *Value at Risk* (VaR) para a apuração da exposição das operações com fator de risco de taxas de juros prefixadas. A VaR é uma medida da perda máxima esperada em valores monetários sob condições normais de mercado, em um horizonte de tempo determinado de dez dias, com um nível de probabilidade de 99%. Para a apuração das exposições nos demais indexadores é utilizada a metodologia *Maturity Ladder*.

A apuração do risco das operações da carteira *banking* é realizada por meio de modelo padronizado do Bacen através das metodologias:

- Abordagem de valor econômico: consiste em avaliar os impactos de alterações nas taxas de juros no valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira *banking* do Banrisul (*Economic Value of Equity* – EVE);
- Abordagem de resultado de intermediação financeira: consiste em avaliar os impactos de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira na sua carteira bancária (*Net Interest Income* – NII), e
- Abordagem de perdas e ganhos embutidos: consiste na diferença entre o valor econômico das posições ativas, passivas e das exposições não contabilizadas no Balanço Patrimonial (*off-balance sheet*) sujeitos ao IRRBB e o respectivo valor contábil.
- Risco de *Spread*: o risco de *spread* na carteira *banking* (*Credit Spread Risk in the Banking Book* – CSRBB) é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas à variação de taxas de juros requeridas pelo mercado que excedam a taxa livre de risco para instrumentos sujeitos ao risco de crédito classificados na carteira *banking*.

O Banrisul também realiza trimestralmente análise de sensibilidade para a carteira *trading* com base em cenários específicos para cada fator de risco. O objetivo é mensurar o impacto das oscilações de mercado sobre as carteiras do Banrisul e a sua capacidade de recuperação em um eventual agravamento de crise.

Análise de Sensibilidade da Carteira de Trading: buscando aprimorar a gestão de riscos e estar em conformidade com as melhores práticas de Governança Corporativa, o Banrisul realizou a análise de sensibilidade das suas posições classificadas na carteira *trading* sem considerar os instrumentos financeiros derivativos. Foram aplicados choques para mais e para menos nos seguintes cenários: 1% (Cenário 1), 25% (Cenário 2) e 50% (Cenário 3).

Para a elaboração dos cenários que compõem a tabela de análises de sensibilidade (na sequência), foram levadas em consideração as seguintes condições:

- Cenário 1 – situação provável: foi considerada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2024;
- Cenário 2 – situação possível: foi considerada como premissa a elevação de 25% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2024; e
- Cenário 3 – situação remota: foi considerada como premissa a elevação de 50% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2024.

A tabela a seguir apresenta a maior perda esperada considerando os Cenários 1, 2 e 3 e suas variações para mais ou para menos. Para o Fator de Risco Moeda Estrangeira, foi considerada a cotação de R\$6,1923 de 30/12/2024 (PTAX Venda – Bacen). As análises de sensibilidade a seguir identificadas, não consideram a capacidade de reação das áreas de risco e de tesouraria, pois uma vez constatada perda relativa a estas posições, medidas mitigadoras do risco são rapidamente acionadas, minimizando a possibilidade de perdas significativas.

Cenários		Fatores de Risco		Total
		Taxa de Juros – Prefixada	Moedas	
1	1%	3.016	1.725	4.741
2	25%	2.451	43.124	45.575
3	50%	1.764	86.248	88.012

Taxa de Juros: exposições sujeitas a variações de taxas de juros prefixadas, cupons de taxas de juros e taxa de inflação.

Moeda Estrangeira: exposições sujeitas à variação cambial.

Analisando os resultados do Cenário 1, podemos identificar no Fator de Risco “Taxa de Juros – Prefixada” a maior perda, que representa 63,6% da perda esperada neste cenário. Nos Cenários 2 e 3, a maior perda observada se refere ao fator “Moedas” representando respectivamente 94,6% e 98,0%. Considerando valores absolutos, a maior perda observada nestes cenários do Teste de Sensibilidade ocorre no Cenário 3, no valor total de R\$88.012.

Análise de Sensibilidade de Instrumentos Financeiros Derivativos: o Banrisul também realizou a análise de sensibilidade de suas posições em instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap* e das operações protegidas de captação no mercado externo efetuada pelo Banrisul no valor total de US\$300 milhões (trezentos milhões de dólares norte-americanos), contabilizadas na carteira *banking* (Nota 16), sobre os quais foram aplicados choques para mais ou para menos nos Cenários 1, 2 e 3.

A aplicação dos choques sobre o valor da moeda estrangeira dólar norte-americano considera a curva Real x Dólar da B3 de 30/12/2024.

As análises de sensibilidade demonstradas a seguir foram estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. O Cenário 1 é o mais provável e considera a alta e baixa de 1% da curva de referência de mercado para cupom de dólar B3 utilizada para efetuar a precificação desses instrumentos financeiros. Os cenários 2 e 3 são definidos para contemplar variações positivas de 25% e 50% e os cenários de variações negativas de 25% e 50%, considerando as condições existentes em 31/12/2024.

A tabela a seguir demonstra a probabilidade do impacto no fluxo de caixa nos três cenários das exposições em instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap* (carteira *banking*) e no instrumento objeto de proteção (carteira *banking*) que compõem a estrutura de contabilidade de *hedge* de risco de mercado, em 31/12/2024.

Operação	Carteira	Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Swap	<i>Banking</i>	Alta do dólar	18.852	471.305	942.611
Item Objeto de Proteção					
Dívida I	<i>Banking</i>	Alta do dólar	18.872	471.801	943.602
Efeito Líquido			(20)	(496)	(991)

Operação	Carteira	Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Swap	<i>Banking</i>	Baixa do dólar	(18.852)	(471.305)	(942.611)
Item Objeto de Proteção					
Dívida I	<i>Banking</i>	Baixa do dólar	(18.872)	(471.801)	(943.602)
Efeito Líquido			20	496	991

O Banrisul considera que o risco de estar passivo em CDI por ocasião dos *swaps* seria a elevação da taxa CDI e este seria compensado pelo aumento das receitas oriundas de suas operações de aplicação atreladas ao CDI.

Quanto aos instrumentos derivativos na modalidade de contrato futuro de DI, a análise de sensibilidade também aplicou choques para os Cenários 1, 2 e 3. O Cenário 1 é o mais provável e considera a alta de 1% da curva de referência de mercado para taxa futura de DI (cotação da B3). Os cenários 2 e 3 são definidos para contemplar variações positivas de 25% e 50% e variações negativas de 25% e 50%, considerando as condições existentes em 31/12/2024.

Operação	Carteira	Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
FUT DI1	<i>Trading</i>	Alta da Taxa Futura de DI	(1.506)	(36.597)	(71.054)
FUT DI1	<i>Trading</i>	Baixa da Taxa Futura de DI	1.510	38.953	80.497

Adicionalmente, ressalta-se que os resultados apresentados não se traduzem, necessariamente, em resultados contábeis, pois o estudo tem fins exclusivos de divulgação da exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pelo Banrisul.

Risco de Liquidez

Consiste na possibilidade da ocorrência de perdas resultantes da falta de recursos líquidos suficientes para fazer frente às obrigações de pagamentos, num horizonte de tempo definido e, também, na impossibilidade de negociar a preços de mercado uma determinada posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade do próprio mercado.

O Banrisul estabelece limites operacionais para o risco de liquidez consistentes com as suas estratégias de negócios, para os instrumentos financeiros e demais exposições, cujos cumprimentos dos parâmetros estabelecidos são analisados regularmente por comitês e submetidos a instâncias diretivas, visando garantir sua operacionalidade de forma eficaz pelos gestores.

O gerenciamento do risco de liquidez no Banrisul é realizado pela área de riscos corporativos a qual é responsável por executar e atualizar, anualmente, a política e as estratégias de gerenciamento do risco de liquidez do Banrisul. A gestão da liquidez, por sua vez, encontra-se centralizada na Tesouraria, que é responsável por manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo, tanto em cenário normal como em cenário de crise, com adoção de ações corretivas, caso necessário.

As atividades de mensuração e controle do risco de liquidez são realizadas através do cálculo de diversos indicadores, em diferentes horizontes de tempo, tanto em cenários históricos quanto em cenários projetados, confrontando os resultados com os limites presentes nas políticas internas do Banrisul e com os limites estabelecidos na RAS. Os processos e técnicas utilizadas na mensuração são periodicamente avaliados e revisados de forma que sua relevância e aderência estejam sempre alinhadas ao reporte adequado do risco inerente aos instrumentos financeiros envolvidos. Os processos de gestão do risco de liquidez estão em linha

com as diretrizes da Política Institucional de Gestão do Risco de Liquidez e com a RAS do Banrisul, cujos documentos são revisados, anualmente, ou em periodicidade menor, caso necessário.

No âmbito de Contingência de Liquidez, o Banrisul tem como objetivo identificar, antecipadamente, e minimizar eventuais crises e seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios. Os parâmetros utilizados para a identificação das situações de crises consistem numa gama de responsabilidades e de procedimentos a serem seguidos de modo a garantir a estabilidade do nível de liquidez requerido.

Periodicamente, relatórios são enviados aos Comitês, Comissões, Diretoria e Conselho de Administração, contendo as análises do gerenciamento do risco de liquidez. Anualmente, ou em periodicidade menor, caso necessário, é proposta ao Conselho de Administração a Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez, contendo as diretrizes para a gestão do risco, considerando o orçamento, o planejamento financeiro, a declaração de apetite a riscos e a otimização dos recursos disponíveis.

Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A metodologia de gestão do risco operacional prevê a realização de análises para identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos operacionais aos quais o Banrisul está exposto, conforme mostra a tabela:

Fase da Gestão de Risco Operacional	Atividade
Identificação do Risco	A identificação dos riscos operacionais visa indicar as áreas de incidência, causas e potenciais impactos financeiros dos riscos associados aos processos, produtos e serviços a que as empresas controladas pelo Banrisul estão expostas.
Mensuração e Avaliação do Risco	A avaliação consiste na quantificação do risco, levando à consequente mensuração do seu nível de criticidade de acordo com os parâmetros previamente estabelecidos, com o objetivo de estimar o impacto de sua eventual ocorrência nos negócios da instituição.
Monitoramento	O monitoramento tem por objetivo acompanhar a exposição aos riscos operacionais identificados, antecipando situações críticas, de forma que as fragilidades detectadas sejam levadas ao conhecimento das instâncias decisórias tempestivamente.
Controle	Controle compreende o registro do comportamento dos riscos operacionais, limites, indicadores e eventos de perda operacional, bem como implementar mecanismos, de forma a garantir que os limites e indicadores de risco operacional permaneçam dentro dos níveis desejados.
Mitigação	A mitigação consiste em criar e implementar mecanismos para modificar o risco, buscando reduzir as perdas operacionais por meio da eliminação da causa, alteração da probabilidade de ocorrência ou atenuação das consequências. Nesta fase, é solicitado ao gestor que determine a resposta ao risco, considerando todos os impactos.
Reporte	Consiste na elaboração de relatórios relacionados à gestão do risco operacional, conforme definido no Plano de Comunicação da Unidade de Riscos Corporativos.

Por meio de indicadores-chave de risco e da Base de Dados de Perdas Operacionais (BDPO), é possível monitorar a evolução das perdas e da exposição ao risco e propor ações de melhoria.

Adicionalmente, por meio da Gestão de Continuidade de Negócios (GCN), busca-se incentivar no Banrisul uma cultura de atenção para evitar ou mitigar os riscos materializados por um cenário de crise, por uma interrupção em seus processos de negócio críticos e essenciais ou por uma indisponibilidade prolongada, estabelecendo papéis e responsabilidades, bem como auxiliando os responsáveis da primeira linha de defesa. Visa, assim, assegurar a continuidade dos negócios e mitigar os riscos operacionais, fornecendo um nível de cobertura adequado e auxiliando nas decisões estratégicas.

Os resultados das análises realizadas e os registros da BDPO são reportados aos comitês deliberativos, seguindo a estrutura de governança definida nas políticas corporativas de riscos, incluindo a Diretoria, o Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

Risco Social, Ambiental e Climático

O risco social é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para o Banrisul ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos ao interesse comum. O risco ambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por



eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais. O risco climático é definido, em suas vertentes de risco de transição e de risco físico, como:

- Risco climático de transição: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados; e
- Risco climático físico: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

A estrutura de gerenciamento do risco social, ambiental e climático visa identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos social, ambiental e climático, de maneira integrada aos demais riscos relevantes para o Banrisul, abrangendo produtos, serviços, atividades e processos do Banrisul e atividades desempenhadas por suas contrapartes, entidades controladas, fornecedores e prestadores de serviços terceirizados relevantes.

A identificação de riscos ocorre por meio de processos diversos, tais como: análise de novos produtos e serviços; avaliação de grandes operações de crédito; e identificação de escopo social, ambiental e climático nos demais riscos relevantes.

Na análise de riscos inerentes, são mensurados os potenciais impactos socioambientais (positivos/negativos); utilização/redução do uso e dependência de recursos naturais; alinhamento às tendências de mercado e potenciais danos à reputação da instituição; entre outras.

Em relação às exposições em crédito, é aplicada metodologia própria em que são consideradas três dimensões: Exposição ao Risco Social, Exposição às Mudanças Climáticas e Exposição ao Risco Ambiental. Essa categorização possibilita que sejam avaliados os clientes pelo setor de atividade, por meio do código de Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE).

A partir da análise de informações de acesso público, são avaliados os seguintes critérios:

- Exposição ao Risco Social: trabalho escravo; trabalho infantil; saúde e segurança; danos a populações e comunidades;
- Exposição às Mudanças Climáticas: intempéries; alterações climáticas de longo prazo; políticas públicas e legislação relacionada; tecnologias de transição para economia de baixo carbono; percepção de mercados/consumidores; e
- Exposição ao Risco Ambiental: poluição de água e ar; gerenciamento e descarte de resíduos; biodiversidade; uso e conservação de água, energia e recursos naturais; e desastres envolvendo materiais perigosos.

Os resultados das análises são reportados aos comitês deliberativos, seguindo a estrutura de governança definida nas políticas corporativas de riscos, incluindo a Diretoria, o Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

Gestão de Capital

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de monitoramento, controle, avaliação e planejamento de metas e da necessidade de capital, considerando riscos aos quais o Banrisul está sujeito, bem como seus objetivos estratégicos.

A adoção das melhores práticas de mercado e a maximização da rentabilidade dos investidores é realizada a partir da melhor combinação possível de aplicações em ativos e uso de capital regulatório. O aprimoramento sistemático de políticas de risco, sistemas de controles internos e normas de segurança, integrados aos objetivos estratégicos e mercadológicos do Banrisul, são processos contínuos nesse escopo.

A estrutura de gestão de capital do Banrisul é de responsabilidade do Conselho de Administração, que deve revisá-la anualmente e direcionar o alinhamento da estratégia corporativa com o RAS. O objetivo desta estrutura de gestão é assegurar que os riscos aos quais o Banrisul está sujeito sejam entendidos, gerenciados e comunicados, de modo que o capital do Banrisul seja gerido da melhor forma possível.

Os riscos relevantes para o Banrisul são divididos entre os riscos sujeitos aos cálculos de requerimento de capital, ou Riscos de Pilar 1, e os demais riscos considerados relevantes.

Os Riscos de Pilar 1 são aqueles cuja necessidade de apuração é determinada pelo Bacen com o objetivo de fortalecer a estrutura de capital das instituições financeiras. Estes riscos são: risco de crédito, risco de mercado e risco operacional. A exigência mínima de capital para estes riscos busca proporcionar solidez às instituições financeiras. O Banrisul adota o modelo padronizado para a apuração das parcelas que compõem o total dos Ativos Ponderados pelo Risco (*Risk Weighted Assets – RWA*), que prevê metodologia de cálculo para requerimento de capital regulatório para os riscos de crédito, de mercado e operacional, definidas pelo Bacen.

Cada um dos riscos mencionados é calculado e gerenciado em consonância com sua respectiva Estrutura e a sua consolidação faz parte da Estrutura de Gestão de Capital. O RWA é base para apuração dos limites mínimos de Capital Principal (CP), Capital de Nível 1 (CN1) e do Patrimônio de Referência (PR), que têm seus percentuais definidos em cronograma divulgado pelo Bacen.

Além dos riscos que são apurados no Pilar 1, a Resolução CMN nº 4.557/17 determina que a estrutura de gerenciamento deve identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos de liquidez, IRRBB, social, ambiental e climático e demais riscos relevantes considerados pelo Banrisul.

A Razão de Alavancagem (RA) é outro indicador exigido pelo Bacen, o qual objetiva balizar a alavancagem do setor bancário, aperfeiçoando a capacidade das instituições financeiras em absorver choques provenientes do próprio sistema financeiro ou dos demais setores da economia, resultando em um ambiente de estabilidade financeira. Este indicador é o resultado da divisão do CN1 do PR pela Exposição Total, calculados conforme regulamentação vigente.

A Resolução CMN nº 4.615/17 determina que as instituições enquadradas no Segmento S1 e no Segmento S2 do Bacen devem cumprir, permanentemente, um requerimento mínimo de 3% para a RA. Neste caso, quanto maior o índice, melhores as condições da instituição em termos de alavancagem. A RA calculada para o Banrisul no período foi de 7,22%.

O Banrisul avalia e monitora a sua suficiência e necessidade de capital com o objetivo de manter o seu volume de capital compatível com os riscos incorridos pelo Conglomerado Prudencial. Neste sentido, sobre o valor apurado para o total do RWA, são calculados os Capitais Mínimos Exigidos, e confrontados com os valores de CP, de CN1 e PR, projetados e realizados, considerando também os adicionais de capital, apurados para o mesmo período. Comparando-se os Índices de Capital exigidos com os calculados para o Banrisul são apuradas as margens para os três níveis de capital, e também em relação ao IRRBB e ao Adicional de Capital Principal (ACP). Após esta apuração é realizada a avaliação da Suficiência de Capital para cada nível:

- Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido;
- Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido;
- Margem sobre o Capital Principal Requerido;
- Margem sobre o PR considerando o IRRBB e o ACP;
- Margem de Capital Principal Após Pilar 1 considerando o ACP; e
- Margem Após Pilar 2.

Caso a avaliação da necessidade de capital calculada pela instituição financeira aponte para um valor acima dos requerimentos mínimos de PR, CN1 e CP, de que trata a Resolução CMN nº 4.958/21, a instituição deve manter capital compatível com os resultados das suas avaliações internas.

Os requisitos de capital impostos pela regulamentação em vigor visam manter a solidez das instituições financeiras e do Sistema Financeiro Nacional. O Banrisul busca organizar os elementos exigidos pela regulação de forma que atuem na busca da otimização da sua gestão. Entre os componentes da Gestão de Capital da Instituição, podem ser destacados os definidos a seguir:

A Estrutura e a Política Institucional de Gestão de Capital são os pilares organizadores da gestão de capital. A estrutura determina os seus principais componentes e as suas responsabilidades gerais e a política organiza e delimita as responsabilidades de cada uma das partes envolvidas. Respeitando os normativos existentes, tanto a estrutura quanto a política são revisadas anualmente, sendo que um resumo da primeira é publicado no site de Relações com Investidores do Banrisul.

A RAS, introduzida pela Resolução CMN nº 4.557/17, define os níveis de apetite por riscos do Banrisul e do Conglomerado Prudencial. O apetite por riscos da instituição é o nível máximo de risco ao qual ela está disposta a aceitar, dentro de sua capacidade produtiva, para alcançar os objetivos estratégicos presentes em seu plano de negócios. A capacidade de assunção de riscos do Banrisul é baseada nos níveis dos seus recursos disponíveis, como por exemplo, capital, liquidez, ativos e passivos, sistemas de informação e na capacidade de gestão de seus administradores. A principal função da RAS está baseada no apoio à formulação dos objetivos e estratégias de negócios e de gestão de riscos e na identificação e direcionamento estratégico quanto aos riscos aceitáveis para o Banrisul em relação aos objetivos definidos para o seu capital.

O Processo Interno Simplificado de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP_{SIMP}) também foi introduzido pela Resolução CMN nº 4.557/17, para as instituições enquadradas no segmento S2. Este processo compreende a identificação, gestão e mensuração dos riscos, incluindo a mensuração da necessidade de capital para fazer face a perdas em um cenário de crise severa. Para isso são realizadas projeções para um horizonte de três anos, considerando as definições dispostas na estratégia corporativa, bem como na Declaração de Apetite por Riscos da Instituição. O processo do ICAAP_{SIMP}, além de considerar o Plano de Capital e todos os elementos nele avaliados (conforme descrito abaixo), também considera os resultados do programa de teste de estresse.

O Plano de Capital, elaborado de acordo com a Resolução CMN nº 4.557/17, abrange as empresas do Conglomerado Prudencial e considera os possíveis impactos das empresas do Grupo Banrisul que são controladas por integrantes do conglomerado. O Plano de Capital é elaborado para um horizonte de três anos, prevê metas e projeções e descreve as principais fontes de capital, além de estar alinhado ao planejamento estratégico do Banrisul. O Plano de Capital é fundamentado nas estratégias definidas pelo Conselho de Administração, considerando o ambiente econômico e de negócios, os valores de ativos e passivos, as operações *off-balance*, as receitas e despesas, as metas de crescimento e participação no mercado e, especialmente, as definições da RAS.

O Programa de Testes de Estresse (PTE), definido a partir da Resolução CMN nº 4.557/17, é um conjunto coordenado de processos e rotinas, com metodologias, documentação e governança próprias, e seu objetivo principal é identificar potenciais vulnerabilidades da instituição. O teste de estresse em si é um exercício de avaliação dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias adversos na instituição ou em uma carteira específica. Os testes de estresse fornecem uma indicação do nível apropriado de capital necessário para suportar as condições econômicas em deterioração. No âmbito da Estrutura de Gestão de Capital, é uma ferramenta que complementa outras abordagens e medidas de gerenciamento de risco, fornecendo insumos, no mínimo, para o Planejamento Estratégico, para a RAS, para o ICAAP_{SIMP} e para o Plano de Capital.

O monitoramento e reporte dos requisitos de capital são realizados por meio de relatórios gerenciais que contêm referências tanto quantitativas quanto qualitativas para um determinado período, permitindo avaliação e a realização de ações para correção quando da detecção de desvios. Esses relatórios são elaborados para reporte dos elementos da Gestão de Capital, que contemplam as informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante do RWA e do PR, a análise de adequação e o monitoramento das projeções do Plano de Capital e da RAS. O monitoramento inclui também os limites mínimos exigidos pelo regulador, os limites mínimos definidos para o Banrisul e também os limites para manutenção de instrumentos elegíveis à capital.

Outros relatórios tempestivos podem ser necessários ou demandados pelos integrantes da estrutura de capital, que podem versar sobre eventuais deficiências identificadas na própria estrutura de gestão, ou nos seus componentes, e ações para corrigi-las; a adequação dos níveis do PR, do CN1 e do CP aos riscos incorridos

pelo Banrisul; e demais assuntos pertinentes. Todos os relatórios são enviados aos órgãos de governança definidos na Estrutura Institucional de Gestão de Capital para apreciação.

Considerando-se o período reportado, o Banrisul atendeu a todos os requisitos de capital previstos na regulamentação em vigor.

Índices de Capital

A apuração do Capital Regulamentar e dos Ativos Ponderados pelo Risco, que compõem o Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO), tem como base de apuração o Conglomerado Prudencial, definido de acordo com os termos da Resolução CMN nº 4.950/21, e é composto pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.; Banrisul S.A. Administradora de Consórcios; Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio; e Banrisul Soluções em Pagamentos S.A.

Consideram-se também os possíveis impactos oriundos dos riscos associados às demais empresas controladas por integrantes do Conglomerado Prudencial, bem como as participações em cotas de fundos de investimentos nos quais as entidades integrantes deste conglomerado, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios, conforme disposto na regulamentação vigente, uma vez que fazem parte do escopo de consolidação do Conglomerado Prudencial.

A tabela a seguir resume a composição do Patrimônio de Referência (PR), dos ativos ponderados pelo risco (RWAs) e do Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial (IB):

Conglomerado Prudencial	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio de Referência (PR)	11.564.576	9.609.271
Nível 1	9.262.050	7.790.848
Capital Principal (CP)	9.262.050	7.790.848
Capital Social	8.001.859	5.201.859
Reserva de Capital, Reavaliação e de Lucros	2.517.353	4.766.776
Deduções do Capital Principal exceto Ajustes Prudenciais	(106.259)	(303.918)
Ajustes Prudenciais	(1.150.903)	(1.874.954)
Ajustes Positivos ao Valor de Mercado de Derivativos Registrados no Passivo	-	1.085
Nível 2	2.302.526	1.818.423
Instrumentos Elegíveis ao Nível 2	2.302.526	1.818.423
RWA	67.207.633	57.330.052
RWA _{CPAD} (Risco de Crédito)	56.303.565	47.262.726
RWA _{SP} (Serviços de Pagamento)	1.049.365	-
RWA _{MPAD} (Risco de Mercado)	1.296.019	2.029.424
RWA _{JUR1} (Risco de Juros)	4.634	25.719
RWA _{JUR3} (Risco de Juros)	-	3
RWA _{ACS} (Risco de Ações)	-	17.235
RWA _{CAM} (Risco Taxa de Câmbio)	1.235.190	1.956.820
RWA _{CVA} (Risco Avaliação Creditícia da Contraparte)	56.195	29.647
RWA _{OPAD} (Risco Operacional)	8.558.684	8.037.902
Carteira Banking (IRRBB)	264.259	188.603
Margem sobre o PR considerando Carteira Banking após o Adicional de Capital Principal	4.243.516	3.401.012
Índices de Capital		
Índice de Basileia	17,21%	16,76%
Índice de Nível I	13,78%	13,59%
Índice de Capital Principal	13,78%	13,59%
Índice de Imobilização	9,47%	10,10%
Razão de Alavancagem	7,22%	5,82%

O IB representa a relação entre o PR e os RWAs. Conforme regulamentação em vigor, o IB demonstra a solvência da empresa. Para dezembro de 2024, estão previstos os limites mínimos de capital de 8,00% para o IB (PR), 6,00% para o Índice de Nível I e 4,50% para o índice de Capital Principal. O ACP exigido neste período é de 2,50%, totalizando em 10,50% para o IB; 8,50% para o Índice de Nível I; e 7,0% para o Capital Principal.

O PR alcançou R\$11.564.576 em dezembro de 2024, apresentando um aumento de R\$1.955.305 frente a dezembro de 2023.

A Circular BCB nº 3.876/18 determina que o Conglomerado Prudencial calcule e reporte o IRRBB, Risco de Taxa de Juros da *Banking Book*. A metodologia de mensuração da necessidade de PR frente aos riscos de taxas de juros aos quais a carteira bancária é calculada através da variação do valor econômico (*Variation of Economic*

Value of Equity – Δ VE) e variação do resultado da intermediação financeira (*Variation of Net Interest Income* – Δ NII).

Neste contexto, o IRRBB calculado para dezembro de 2024 foi de R\$264.259 quando comparada a alocação de capital de dezembro de 2023 que ficou em R\$188.603, identifica-se um aumento de R\$75.656.

Para o Cálculo da Margem do PR considerando o IRRBB são considerados os seguintes fatores: total do PR, RWA, Fator F (8,00% a partir de janeiro de 2019), risco de taxa de juros da carteira, e o ACP mínimo requerido pelo Bacen (2,5% a partir de abril de 2022).

Em 31 de dezembro de 2024, o IB foi de 17,21%, superior ao mínimo exigido pelo órgão regulador brasileiro. Os Índices de Nível I e de Capital Principal foram 13,78% no mesmo período.

O Banrisul gerencia e acompanha os requerimentos e as margens de capital com a finalidade de atender as exigências mínimas do CMN. Assim, o Conglomerado Prudencial do Grupo Banrisul cumpre todos os requerimentos mínimos aos quais está sujeito.

NOTA 29 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 05(R1) e Resolução CMN nº 4.818/20.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banrisul são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco. Em relação às transações realizadas com o Estado do Rio Grande do Sul e suas entidades controladas, de modo pleno ou compartilhado, o Banrisul optou pela isenção parcial concedida pela Resolução CMN nº 4.818/20. Nesse caso, são divulgadas apenas as transações mais significativas.

O Banrisul realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, empréstimos e contratos de prestação de serviços. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

(a) Partes Relacionadas do Banrisul

- Estado do Rio Grande do Sul: em 17 de junho de 2016, o Banrisul firmou com o Estado do Rio Grande do Sul, com sua administração direta, autárquica e fundacional, contrato relativo à cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento por meio da outorga onerosa de direito de exclusividade. O referido contrato tem como objeto a centralização e processamento de créditos provenientes de 100% da folha de pagamento gerada pelo Estado do Rio Grande do Sul, lançados em conta bancária de titularidade do servidor ou beneficiário mantida com o Banrisul para o crédito de vencimentos e salários de servidores, empregados públicos civis e militares, assim como o crédito dos benefícios e proventos concedidos aos aposentados e pensionistas pelo Regime Próprio de Previdência do Estado, ressalvados os direitos dos servidores quanto a portabilidade. O contrato foi firmado pelo prazo de dez anos, tendo como preço o montante de R\$1.250.638, pago em 20 de junho de 2016. O contrato prevê também que o Banrisul não fará jus à remuneração pela prestação de serviços e por quaisquer prestações de serviços bancários correlatos, a exemplo de tarifas bancárias.

O contrato prevê ajuste de preço ao final do 61º (sexagésimo primeiro) mês de vigência, em função da variação da taxa SELIC e das projeções de inflação. Desta forma, foi realizado cálculo de ajuste de preço pela área técnica do Banrisul e validado por assessoria externa independente. O valor do ajuste apurado, conforme definido no contrato, foi de R\$48.781, valor esse que está sendo diferido pelo restante do prazo do contrato. Este montante foi pago ao Estado do Rio Grande do Sul na data de 23 de julho de 2021, após a conclusão da formalização do termo aditivo ao contrato;

- Empresas controladas pelo Estado do Rio Grande do Sul: Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. (CEASA), Companhia Riograndense de Mineração (CRM), Companhia de Processamentos de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS) e BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS;
- Coligadas do Banrisul:
 - Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.: atua na geração de crédito consignado; e
 - Banrisul Icatu Participações S.A. (BIPAR): *holding* que detém 100% da empresa Rio Grande Seguros e Previdência S.A., seguradora que atua nos ramos de Vida e de Previdência Privada, e da Rio Grande Capitalização S.A.
- FBSS: entidade fechada de previdência complementar que administra os planos de aposentadoria patrocinados pelo Banrisul e/ou por suas controladas;
- Cabergs: associação de direito privado, de fins assistenciais, sem finalidade lucrativa; e
- Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas, administrados pelo Grupo Banrisul.

As principais transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Banrisul			
	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2024	31/12/2023	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(15.741.357)	(13.836.075)	(1.462.142)	(1.281.890)
Outros Ativos	5.244	4.224	-	-
Depósitos à Vista	(1.563.324)	(2.000.905)	-	-
Captações no Mercado Aberto ⁽¹⁾	(14.165.236)	(11.802.070)	(1.459.352)	(1.279.193)
Outros Passivos	(18.041)	(37.324)	(2.790)	(2.697)
Empresas Controladas e Fundo de Investimento	(2.381.960)	(1.985.030)	30.775	(20.377)
Títulos e Valores Mobiliários	945	23.612	-	-
Outros Ativos Financeiros	156.271	149.997	-	-
Outros Ativos	28.691	40.702	184.392	206.599
Depósitos à Vista	(9.394)	(7.728)	-	-
Depósitos a Prazo	(701.056)	(469.851)	(71.665)	(118.767)
Captações no Mercado Aberto	(97.236)	(80.890)	(9.440)	(10.551)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(758.155)	(718.560)	(56.554)	(84.855)
Outros Passivos Financeiros ⁽²⁾	(1.000.738)	(921.753)	-	-
Outros Passivos	(1.288)	(559)	(15.958)	(12.803)
FBSS	(1.496)	(1.517)	(16.874)	(17.209)
Outros Passivos	(1.496)	(1.517)	(16.874)	(17.209)
Total	(18.124.813)	(15.822.622)	(1.448.241)	(1.319.476)

	Banrisul Consolidado			
	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2024	31/12/2023	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(15.741.357)	(13.836.073)	(1.462.142)	(1.281.890)
Outros Ativos	5.244	4.226	-	-
Depósitos à Vista	(1.563.324)	(2.000.905)	-	-
Captações no Mercado Aberto ⁽¹⁾	(14.165.236)	(11.802.070)	(1.459.352)	(1.279.193)
Outros Passivos	(18.041)	(37.324)	(2.790)	(2.697)
FBSS	(1.496)	(1.517)	(16.874)	(17.209)
Outros Passivos	(1.496)	(1.517)	(16.874)	(17.209)
Total	(15.742.853)	(13.837.590)	(1.479.016)	(1.299.099)

(1) Estas captações são remuneradas a 100% da taxa Selic.

(2) Referem-se principalmente a direitos a receber referente a Banricompras e cartões das bandeiras Visa e Mastercard emitidos pelo Banrisul.

(b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual da remuneração a Administração, formada pela Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração, Comitê de Risco e Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, conforme determina o Estatuto Social.

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Benefícios de Curto Prazo a Administradores	25.029	24.689
Remuneração	19.474	19.001
Encargos Sociais	5.555	5.688
Benefícios Pós-Emprego	1.145	650
Planos de Previdência Complementar ⁽¹⁾	1.145	650
Total	26.174	25.339

(1) O Banrisul custeia planos de previdência complementar aos administradores que pertencem ao quadro de funcionários.

O Banrisul não tem benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração. O Banrisul dispõe de seguro de responsabilidade civil para os diretores e membros dos conselhos, tendo sido pago prêmio de seguro no montante de R\$2.000 em 26/04/2024.

(c) Participação Acionária

Em 31 de dezembro de 2024, os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria, do Comitê de Remuneração e do Comitê de Risco e do Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática possuem, em conjunto, uma participação acionária no Banrisul no total de 10.410 ações, conforme Nota 21a.

NOTA 30 – OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros

Instrumentos Financeiros Mensurados ao Valor Justo: ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros, o Banrisul utiliza a hierarquia a seguir:

- Nível 1: preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento sem modificação;
- Nível 2: preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais todos os inputs significativos têm base nos dados de mercados observáveis; e
- Nível 3: técnicas de avaliação, para as quais qualquer input significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos que não são negociados em mercados ativos, é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas que levam em consideração informações e condições de mercado como dados históricos, informações de transações similares e taxas de referência calculadas a partir de informações e condições do mercado financeiro.

Para instrumentos mais complexos ou que não possuem liquidez, é preciso um julgamento considerável para definir o modelo a ser utilizado, selecionando entradas específicas. Em alguns casos, ajustes de avaliação são aplicados ao valor do modelo ou ao preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente.

O Banrisul não dispõe de instrumentos financeiros classificados no Nível 3 da hierarquia do valor justo. A tabela a seguir resume o valor justo dos ativos e passivos financeiros:

	Banrisul			Banrisul Consolidado		
	31/12/2024			31/12/2024		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos Financeiros						
Títulos Mantidos para Negociação	4.246.558	-	4.246.558	4.844.287	16.823	4.861.110
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	2.818.399	-	2.818.399	3.219.291	-	3.219.291
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1.428.159	-	1.428.159	1.428.159	-	1.428.159
Cotas de Fundo de Investimento	-	-	-	196.837	16.823	213.660
Títulos Disponíveis para Venda	18.291.507	56.657	18.348.164	18.293.391	56.657	18.350.048
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	18.291.507	-	18.291.507	18.291.507	-	18.291.507
Cotas de Fundo de Investimento	-	34.688	34.688	1.884	34.688	36.572
Outros	-	21.969	21.969	-	21.969	21.969
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	324.298	324.298	-	324.298	324.298
Swaps	-	324.298	324.298	-	324.298	324.298
Total de Ativos Mensurados ao Valor Justo	22.538.065	380.955	22.919.020	23.137.678	397.778	23.535.456
Passivos Financeiros						
Dívida Subordinada	-	1.880.714	1.880.714	-	1.880.714	1.880.714
Total de Passivo Mensurado ao Valor Justo	-	1.880.714	1.880.714	-	1.880.714	1.880.714

	Banrisul			Banrisul Consolidado		
	31/12/2023			31/12/2023		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos Financeiros						
Títulos Mantidos para Negociação	9.161.111	-	9.161.111	9.357.638	15.147	9.372.785
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	5.986.356	-	5.986.356	5.997.001	-	5.997.001
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	3.166.137	-	3.166.137	3.166.137	-	3.166.137
Ações de Cias Abertas	8.618	-	8.618	8.618	-	8.618
Cotas de Fundo de Investimento	-	-	-	185.882	15.147	201.029
Títulos Disponíveis para Venda	-	75.357	75.357	2.239	51.759	53.998
Cotas de Fundo de Investimento	-	50.591	50.591	2.239	26.979	29.218
Certificados de Privatização	-	-	-	-	14	14
Outros	-	24.766	24.766	-	24.766	24.766
Total de Ativos Mensurados ao Valor Justo	9.161.111	75.357	9.236.468	9.359.877	66.906	9.426.783
Passivos Financeiros						
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	17.236	17.236	-	17.236	17.236
Dívida Subordinada	-	1.450.685	1.450.685	-	1.450.685	1.450.685
Total de Passivo Mensurado ao Valor Justo	-	1.467.921	1.467.921	-	1.467.921	1.467.921

Instrumentos Financeiros não Mensurados ao Valor Justo: as tabelas a seguir resumem os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que foram apresentados pelo custo amortizado.

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2024		31/12/2024	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.603.917	2.609.240	2.603.917	2.609.240
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	11.716.930	11.716.930	11.716.930	11.716.930
Títulos e Valores Mobiliários	35.090.836	34.991.894	35.098.746	34.999.793
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros				
Créditos com Característica de Crédito	62.045.229	59.796.433	62.058.943	59.810.146
Outros Ativos Financeiros	5.293.727	5.293.727	8.282.108	8.282.108
Total	116.750.639	114.408.224	119.760.644	117.418.217
Passivos Financeiros				
Depósitos	88.646.235	88.600.060	88.194.890	87.792.063
Captações no Mercado Aberto	22.336.231	22.336.209	22.238.994	22.238.973
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	7.694.618	7.705.666	6.936.464	6.947.511
Dívidas Subordinadas	421.812	471.794	421.812	471.794
Obrigações por Empréstimos	2.262.234	2.262.234	2.262.234	2.262.234
Obrigações por Repasses	3.065.190	3.065.190	3.065.190	3.065.190
Outros Passivos Financeiros	5.201.889	5.201.889	6.615.763	6.615.763
Total	129.628.209	129.643.042	129.735.347	129.393.528

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2023		31/12/2023	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.167.235	6.166.153	6.167.235	6.166.153
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	11.072.389	11.072.389	11.320.017	11.320.017
Títulos e Valores Mobiliários	33.610.796	33.514.106	33.624.096	33.527.379
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros				
Créditos com Característica de Crédito	53.669.311	50.901.626	53.669.311	50.901.626
Outros Ativos Financeiros	3.690.831	3.690.831	6.745.698	6.745.698
Total	108.210.562	105.345.105	111.526.357	108.660.873
Passivos Financeiros				
Depósitos	77.041.733	76.998.925	76.761.083	76.718.275
Captações no Mercado Aberto	16.854.251	16.854.251	16.773.360	16.773.360
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	6.932.553	6.917.808	6.213.993	6.199.248
Dívidas Subordinadas	367.738	370.784	367.738	370.784
Obrigações por Empréstimos	828.917	828.917	828.917	828.917
Obrigações por Repasses	2.207.349	2.207.349	2.207.349	2.207.349
Outros Passivos Financeiros	4.209.677	4.209.677	5.707.840	5.707.840
Total	108.442.218	108.387.711	108.860.280	108.805.773

Critérios utilizados para determinação do valor justo dos instrumentos financeiros:

- **Títulos e Valores Mobiliários:** o valor justo tem base em preços de mercado ou em cotações de corretoras ou operadoras. Quando essas informações não estão disponíveis, o valor justo é estimado utilizando-se preços cotados no mercado para títulos com características de crédito, vencimento e rentabilidade similares.
- **Créditos com Característica de Crédito:** o valor representa o valor descontado de fluxos de caixa futuros que se espera receber. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas correntes do mercado acrescida da taxa de risco da contraparte para determinar seu valor justo.
- **Passivos Financeiros:** o valor justo estimado dos depósitos sem vencimento determinado, o que inclui depósitos não remunerados, é o valor repagável à vista. O valor justo estimado dos depósitos com taxas pré e pós-fixadas e outros empréstimos sem cotação no mercado ativo baseia-se em fluxos de caixa não descontados utilizando-se taxas de juros para novas dívidas com prazos até o vencimento similares somada a taxa de risco do Banrisul.
- **Recursos de Aceites e Emissão de Títulos:** o valor justo é calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos futuros de caixa adotando taxas de desconto equivalentes às taxas médias ponderada das contratações ou negociações similares mais recentes, de títulos com característica semelhantes.
- **Captações no Mercado Aberto:** para as operações com taxas prefixadas, o valor justo foi apurado calculando o desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares no último dia de mercado.
- **Obrigações por Empréstimos e Obrigações por Repasses:** tais operações são exclusivas do Banrisul, sem similares no mercado. Face às suas características específicas, taxas exclusivas para cada recurso ingressado e inexistência de mercado ativo e instrumento similar, o valor justo dessas operações foi considerado equivalente ao valor contábil.
- **Demais instrumentos financeiros:** o valor justo é, aproximadamente, equivalente ao correspondente valor contábil.

(b) Resultado não Recorrente

O Banrisul considera resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do Banrisul e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. No período de janeiro a dezembro de 2024 e 2023 não ocorreram eventos tratados como não recorrentes.

c) Impactos estimados da implementação da Resolução CMN nº 4.966/21 e demais normativos relacionados

As Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23 modificam a forma como os instrumentos financeiros devem ser classificados, mensurados e provisionados a partir 1º de janeiro de 2025. O novo padrão será adotado de forma prospectiva, e implicará em aspectos como a classificação de ativos e passivos financeiros, o modelo de negócios do Banrisul, o novo tratamento de *stop accrual*, e as provisões para perdas esperadas.

Os ativos e os passivos financeiros serão ajustados e reclassificados com base no modelo de negócios do Banrisul e nas características contratuais de cada instrumento segundo as categorias Custo Amortizado (CA), Valor Justo por Meio de Resultado (VJR) ou Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA). Essa reclassificação resultará na substituição das categorias atuais utilizadas para classificar os Títulos e Valores Mobiliários (TVMs). Assim, os TVMs, antes classificados em Títulos Mantidos até o Vencimento, Títulos para Negociação e Títulos Disponíveis para Venda, passarão a ser classificados como CA, VJR e VJORA, respectivamente.

As características contratuais dos ativos financeiros serão verificadas pela avaliação dos fluxos de caixa contratuais desses instrumentos, que deverão se constituir como somente pagamentos de principal e juros (teste SPPJ). O teste SPPJ é fundamental para a adequada classificação dos ativos financeiros entre CA e VJR ou VJORA. O Banrisul desenvolveu novos processos de modo a classificar os ativos financeiros de forma adequada. O Banrisul não identificou até o momento a necessidade de outros ajustes além da reclassificação dos ativos financeiros nas três novas categorias.

Conforme destacado na Resolução CMN nº 4.966/21, os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação inicial dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução serão registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários, exceto quanto a aplicação da Taxa de Juros Efetiva Original (TJEO), que será prospectiva, ou seja, sobre os ativos e passivos constituídos após a data de vigência das Resoluções em 1º de janeiro de 2025. Dessa forma, não são esperados impactos referentes à aplicação da TJEO na adoção inicial da norma. Ajustes de provisões ou adequações aos pisos mínimos necessários para a transição serão refletidos diretamente no patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2025, garantindo que as Demonstrações Financeiras de 2024 permaneçam consistentes.

O novo regime de *stop accrual* afetará o reconhecimento de receitas de ativos classificados como problemáticos. Segundo a Resolução CMN nº 2.682/99, o reconhecimento de um ativo problemático ocorria no momento em que a operação atingia 60 (sessenta) dias de atraso. Agora, segundo a Resolução CMN nº 4.966/21, um ativo problemático é reconhecido quando o atraso for superior a 90 (noventa) dias, ou havendo indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, conforme elencado nos incisos do § 2º do artigo 3º da Resolução CMN nº 4.966/21. Assim, a partir de 1º de janeiro de 2025, em decorrência da Resolução CMN nº 4.966/21, o Banrisul promoverá a remensuração dos ativos financeiros para incorporar as rendas advindas de contratos não considerados como ativos problemáticos, mas que estavam em *stop accrual* em 31 de dezembro 2024. O Banrisul estima que o impacto positivo no patrimônio líquido será de, aproximadamente, R\$2.631, líquido dos efeitos tributários.

A Resolução CMN nº 4.966/21 também modifica a classificação dos instrumentos financeiros para fins de avaliação de riscos. No que se refere às operações de crédito, anteriormente, a Resolução CMN nº 2.682/99 classificava as operações em nove níveis de risco, segregadas de “AA” (menor risco) a “H” (maior risco). A partir da Resolução CMN nº 4.966/21, as operações de crédito passam a ser classificadas em três estágios: Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3, conforme os incisos I, II e III do artigo 37º da Resolução. O Banrisul não identificou até o momento a necessidade de outros ajustes além da reclassificação das operações de crédito nos três estágios.

O modelo de provisão em operações de crédito definido na Resolução CMN nº 2.682/99 também será substituído, sendo introduzida uma abordagem prospectiva que irá considerar o histórico de inadimplência, condições econômicas e características do ativo. A mensuração anterior, baseada em percentuais mínimos conforme a categoria, será substituída por um modelo de perda esperada que irá incluir TVMs, créditos contratados a liberar e limites não canceláveis. Ainda, para operações com atraso acima a 90 (noventa) dias classificadas no Estágio 3, será aplicada a provisão mínima estabelecida na Resolução BCB nº 352/23. Desta forma, a provisão segundo a Resolução CMN nº 4.966/21 supera a provisão reconhecida segundo a Resolução CMN nº 2.682/99. Essas mudanças irão garantir uma mensuração mais precisa do risco de crédito, com os níveis de provisionamento refletindo de forma adequada a expectativa de perdas, aprimorando a avaliação dos riscos de crédito do Banrisul.

O Banrisul irá evidenciar os efeitos de reclassificações de novas provisões, bem como mensurações subsequentes de ativos financeiros, permitindo que os usuários compreendam plenamente as implicações das novas normas contábeis. Com isso, o Banrisul irá assegurar uma transição transparente e alinhada às melhores práticas, refletindo a sua posição financeira e o seu perfil de risco no novo contexto regulatório de 2025. O Banrisul estima que o impacto negativo no patrimônio líquido será de, aproximadamente, R\$145.359, líquido dos efeitos tributários.

Relativamente a Lei nº 14.467/22, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras, modificando os critérios de reconhecimento das despesas dedutíveis de perdas em operações de crédito que, até 31 de dezembro de 2024, eram regradas pelos artigos 9º ao 12º da Lei nº 9.430/96 e alterações posteriores. Dessa forma, a dedutibilidade das perdas nas operações de crédito passa a acompanhar o provisionamento mínimo previsto para as operações que se encontram inadimplentes acima de 90 (noventa) dias, além de situações específicas no que se refere recuperações judiciais de devedores ou decretação de falência.

No tocante aos efeitos fiscais decorrentes da aplicação da Lei nº 14.467/22, especialmente no que se refere aos ativos e passivos fiscais diferidos, as perdas apuradas em 1º de janeiro 2025 relativas a créditos inadimplidos e não deduzidos em 31 de dezembro de 2024 poderão ser realizadas à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) a cada mês a partir de janeiro de 2026.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/21, os ativos financeiros serão baixados (*wrire-off*) quando não houver expectativas razoáveis de sua recuperação. Considerando curvas históricas, sua baixa total ou parcial será realizada, simultaneamente, com a reversão da provisão para perda de crédito esperada relacionada, sem efeitos na Demonstração do Resultado. Ainda, segundo a norma, a receita de qualquer natureza de um ativo financeiro com problema de recuperação de crédito somente será apropriada ao resultado após o seu efetivo recebimento ou quando for objeto de renegociação *pro rata temporis*.

A Resolução CMN nº 4.975/21 aproxima as normas contábeis aplicadas às instituições autorizadas pelo Bacen às normas contábeis internacionais, recepcionando o CPC 06(R2), que trata do reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil. O CPC 06 (R2) unifica a classificação de arrendamentos em operacional e financeiro para os arrendatários, passando a ter um único modelo de contabilização, que consiste no reconhecimento dos ativos e passivos decorrentes das operações de arrendamento. O Banrisul se enquadra no § 3º do artigo 2º da Resolução e optou pela faculdade apresentada no §5º do mesmo artigo. O Banrisul estima que o impacto negativo no patrimônio líquido será de, aproximadamente, R\$7.404, líquido dos efeitos tributários.

Apresenta-se a seguir o patrimônio líquido com os principais impactos decorrentes da adoção das referidas normas, reconhecidos contra lucros acumulados:

	Saldo em 31/12/2024	Impactos Estimados	Saldo Estimado após Impactos
Patrimônio Líquido	10.410.002	(150.132)	10.259.870
Capital Social	8.000.000		8.000.000
Reservas de Capital	5.098		5.098
Reservas de Lucros	2.511.118		2.511.118
Outros Resultados Abrangentes	(106.214)		(106.214)
Lucros Acumulados	-	(150.132)	(150.132)
Stop Accrual	-	2.631	2.631
Provisão para perdas esperadas	-	(145.359)	(145.359)
Arrendamento Mercantil – CPC 06(R2)	-	(7.404)	(7.404)

RELATÓRIOS

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria é órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, atualmente composto por três membros independentes, nomeados pelo Conselho de Administração, sendo suas atividades definidas pela Lei nº 13.303/2019 (Lei das Estatais), Resolução CMN nº 4.910/2021, e demais legislações vigentes, além das atribuições definidas pelo Estatuto Social do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, e por seu Regimento Interno.

Sua atuação abrange o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul"), identificados como Banrisul e Banrisul Consolidado, e possui, dentre suas competências, revisar previamente à publicação, as demonstrações financeiras semestrais; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à instituição, e reunir-se periodicamente com o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, as Diretorias do Banco e os Comitês Estatutários.

É responsabilidade da Administração, manter controles internos que permitam a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorções relevantes.

A Auditoria Interna tem como objetivo salvaguardar os ativos, assegurar a observância das políticas, planos, procedimentos e leis, respondendo pelo atendimento ao Comitê de Auditoria e à Auditoria Independente.

À Auditoria Independente (Deloitte Touche Tohmatsu Limited) cabe assegurar que as demonstrações contábeis, inclusive consolidadas, do Banrisul e dos fundos de investimento administrados, representam adequadamente a posição patrimonial e financeira. O planejamento dos trabalhos dos respectivos auditores independentes foi discutido com o Comitê e, no decorrer do semestre, houve a disponibilização dos relatórios produzidos e a análise da estrutura de controles internos.

Atividades Desenvolvidas

O planejamento dos trabalhos foi realizado, considerando as principais atribuições, sendo revisado periodicamente à medida da evolução das atividades. O Comitê acompanhou as atividades desenvolvidas pelas áreas responsáveis por realizar o controle interno, o gerenciamento de riscos e o acompanhamento das contingências no período de 01 de julho a 31 de dezembro de 2024. Nesse período realizou 11 reuniões, contemplando 49 sessões, devidamente formalizadas em atas, e, além disso, os integrantes dedicaram 224 horas para análise prévia do material.

Após revisão dos documentos disponibilizados ao Comitê no 2º semestre de 2024, para análise, foram realizadas 25 solicitações de esclarecimentos adicionais pontuais. Ainda, foram acompanhadas neste semestre 04 demandas recorrentes de semestre anterior.

No tocante à educação continuada, os integrantes participaram no período de julho a dezembro de 2024, de cursos e fóruns relacionados à sua área de competência, totalizando 46 horas.

Ao longo do 2º semestre de 2024 foram realizadas reuniões com Conselheiros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, Diretores do Banrisul e das Empresas Controladas, coordenador do Comitê de Riscos e executivos do Banco e das Empresas Controladas.

Destacam-se as reuniões com os Auditores Independentes, representantes do Banco Central do Brasil, Diretor de Risco, executivos das Unidades de Contabilidade, da Controladoria Financeira, Auditoria Interna, Estratégia e Inteligência de Crédito e das demais áreas que integram a Instituição.

Entre os assuntos tratados, destacam-se o monitoramento sobre: (i) os assuntos de Auditoria Interna, incluindo os planos de trabalho realizados e as principais constatações em acompanhamento; (ii) as observações realizadas pela Auditoria Independente sobre o sistema de controles internos; (iii) os indicadores de inadimplência e provisão da carteira de crédito; (iv) atualização e alinhamento dos trabalhos entre Comitê de Auditoria e Banco Central do Brasil; (v) a implementação do sistema de gestão de ações judiciais; (vi) o Projeto de adequação às demandas da Resolução CMN nº 4.966/21; (vii) as questões relacionadas a Recursos



Humanos, como cumprimento de treinamentos obrigatórios por parte dos funcionários e fluxo de ocorrências direcionadas ao Comitê Disciplinar; (viii) o provisionamento para contingências trabalhistas; e (ix) as questões relacionadas ao período de contingência instaurado em razão dos eventos climáticos que atingiram o Estado do Rio Grande do Sul.

Salienta-se que, previamente às divulgações das informações trimestrais (ITRs) e do balanço semestral, os integrantes do Comitê reuniram-se com a Auditoria Independente para avaliar os aspectos do ambiente de controle na geração dos números a serem divulgados, assim como a independência dos auditores.

Conclusão

A análise dos relatórios da Auditoria Interna, da Unidade de Controles, Compliance e Inspeção e dos Auditores Independentes, ponderadas com as limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, demonstram não haver elementos que comprometem a efetividade do sistema de controles internos.

Tendo em vista o Relatório dos Auditores Independentes sobre o Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2024, não foram identificados aspectos relevantes que pudessem comprometer a efetividade dos controles internos do Banco.

Neste período o Comitê analisou os relatórios emitidos mensalmente pela Auditoria Interna, e reuniu-se frequentemente para esclarecimentos e a tomada de providências corretivas em relação aos apontamentos, analisando e aprovando o Planejamento Anual da Auditoria Interna.

De acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com observância à Lei das Sociedades por Ações, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, o Comitê examina regularmente as demonstrações financeiras, mantém contato frequente com a Contabilidade, com a Auditoria Interna e com a Auditoria Independente, permitindo-lhe avaliar a qualidade dessas demonstrações e entender que elas estão livres de distorções relevantes.

Com base nas atividades desenvolvidas e considerando as atribuições e limitações inerentes ao escopo da sua atuação, o Comitê concluiu que as demonstrações financeiras do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Limited, foram elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares, entendendo que as referidas demonstrações financeiras do Conglomerado, para o semestre e exercício encerrados em 31 de dezembro de 2024, são adequadas, recomendando a sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Porto Alegre, 05 de fevereiro de 2025.

Carlos Biedermann

Urbano Schmitt
Coordenador

João Zani



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II e VII do Artigo 163, da Lei 6.404/76, e de acordo com as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Com base em nossos exames, nos esclarecimentos prestados pela Administração no curso do respectivo exercício, no Relatório do Comitê de Auditoria e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, emitido nesta data, opinamos que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pelos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Porto Alegre, 10 de fevereiro de 2025.

Pedro Maciel Capeluppi
Presidente

Eduardo Ludovico da Silva
Conselheiro

Mateus José de Lima Wesp
Conselheiro

Pricilla Maria Santana
Conselheira

Reginaldo Ferreira Alexandre
Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração, aos Administradores e aos Acionistas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e de suas controladas ("Banco"), identificadas como Banrisul e Banrisul Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve julgamento e o uso de estimativas por parte da Administração do Banco. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.g) e nº 9 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados pelo nível de risco, de acordo com o julgamento da Administração, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações e aos devedores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99. Para tanto, o Banco utiliza modelos internos para definição da escala interna de classificação de risco de crédito para os devedores e suas respectivas operações, envolvendo premissas e julgamentos da Administração, com o objetivo de representar sua melhor estimativa quanto ao risco de crédito de sua carteira.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi considerada um principal assunto de auditoria devido à complexidade do modelo de provisão para créditos de liquidação duvidosa, ao uso de estimativas e de julgamento por parte da Administração na determinação das provisões que são constituídas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento do critério de provisionamento adotado pelo Banco para as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito; (b) entendimento do desenho e implementação dos controles internos relevantes sobre o processo de atribuição de “ratings” aos devedores e suas respectivas operações; (c) análise dos critérios de provisionamento dessas operações e desafio das premissas utilizadas pela Administração e da aderência aos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, com base em amostragem, com envolvimento de membros seniores da nossa equipe; e (d) avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela Administração para estimar a provisão para créditos de liquidação duvidosa são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

2. Ambiente de tecnologia da informação

As operações do Banco dependem dos ambientes de tecnologia e de infraestrutura capazes de suportar um elevado número de transações processadas diariamente em seus sistemas de informação legados que alimentam os seus registros contábeis. Os processos inerentes à tecnologia da informação, associados aos seus controles, podem, eventualmente, conter riscos no processamento e na geração de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras, justificando nossa consideração como área de foco em nossa auditoria devido à relevância no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Com o envolvimento de nossos especialistas em auditoria de sistemas, identificamos os sistemas relevantes que suportam as principais atividades de negócio do Banco, avaliamos o desenho dos controles gerais do ambiente de processamento e testamos a efetividade operacional desses controles, incluindo, quando necessário, os testes de controles compensatórios, quanto à segurança da informação, ao desenvolvimento e à manutenção de sistemas relevantes e à operação do ambiente de tecnologia da informação, relacionados com a infraestrutura que suporta os negócios do Banco.

A avaliação dos processos e controles do ambiente de tecnologia da informação, associados aos testes realizados mencionados anteriormente, nos permitiram considerar aceitáveis as informações extraídas de determinados sistemas para planejar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras consolidadas

O Banco elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“*International Financial Reporting Standards - IFRS*”), emitidas pelo “*International Accounting Standards Board – IASB*”, e apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria separado, sem modificações, datado de 10 de fevereiro de 2025.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco. Para a formação de nossa

opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante

resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do semestre e exercício correntes e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 10 de fevereiro de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RS

Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

Diretoria

FERNANDO GUERREIRO DE LEMOS
Presidente

LUIZ GONZAGA VERAS MOTA
Vice-Presidente

CARLOS ALUÍSIO VAZ MALAFAIA
ELIZABETE REJANE SODRÉ TAVARES
FERNANDO POSTAL
GASPAR SAIKOSKI
IRANY DE OLIVEIRA SANT'ANNA JUNIOR
IVANOR ANTÔNIO DURANTI
MARCIA ADRIANA CELESTINO
Diretores

Conselho de Administração

ITANIELSON DANTAS SILVEIRA CRUZ
Presidente

FERNANDO GUERREIRO DE LEMOS
Vice-Presidente

ADRIANO CIVES SEABRA
EDUARDO CUNHA DA COSTA
IRANY DE OLIVEIRA SANT'ANNA JUNIOR
JORGE LUIS TONETTO
LUIZ GONZAGA VERAS MOTA
MARCELO WILLMSSEN
RAFAEL ANDRÉAS WEBER
RAMIRO SILVEIRA SEVERO
URBANO SCHMITT
Conselheiros

WERNER KÖHLER
Contador CRC RS 38.534

**Banrisul S.A. - Corretora
de Valores Imobiliários e
Câmbio**

Demonstrações Financeiras

Dezembro 2024



SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	7
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO.....	8
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	9
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA.....	11
NOTAS EXPLICATIVAS.....	13
1. Contexto operacional	13
2. Apresentação das demonstrações financeiras	13
2.1 Normas Recentemente Emitidas a serem Aplicadas em Períodos Futuros	13
3. Principais práticas contábeis.....	14
4. Caixa e equivalentes de caixa	16
5. Títulos e valores mobiliários	16
6. Outros ativos financeiros	17
7. Outros ativos	18
8. Depósitos.....	18
9. Outros passivos financeiros	18
10. Outros passivos	18
11. Operações com partes relacionadas	19
12. Patrimônio Líquido	20
13. Imposto de renda e contribuição social	21
14. Resultado de títulos e valores mobiliários	22
15. Receitas de prestação de serviços.....	22
16. Outras despesas administrativas	23
17. Resultado recorrente e não recorrente.....	23
18. Gerenciamento de riscos	23
19. Provisão para riscos cíveis e passivos contingentes	23
20. Outras informações	24
21. Impactos futuros da Resolução 4.966 e BCB nº 352/23.....	24
PARECER DO CONSELHO FISCAL	25
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	26

Missão:

Oferecer à sociedade intermediação de títulos e valores mobiliários em consonância com as diretrizes do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., contribuindo com o fortalecimento do mercado de capitais e o desenvolvimento do Estado.

Visão:

Ser reconhecida como a corretora gaúcha mais eficiente e de maior crescimento no Estado do Rio Grande do Sul.

Valores:

Ética, patrimônio a preservar;
Transparência como filosofia;
Segurança como diferencial competitivo;
Responsabilidade, compromisso com as pessoas;
Rentabilidade, questão de sobrevivência;
Satisfação do cliente como resultado.



Relatório da Administração

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, referente ao exercício e semestre findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024, da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio (“Banrisul Corretora”), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

DESEMPENHO FINANCEIRO

Ativos Totais – Em 31 de dezembro de 2024, os ativos totais da Banrisul Corretora alcançaram R\$ 159,3 milhões em relação ao montante de R\$ 140,9 milhões registrado no exercício de 2023. Na composição do ativo, os títulos e valores mobiliários somados às aplicações interfinanceiras de liquidez e às disponibilidades apresentaram maior representatividade, com 93,2% do total. Os outros ativos financeiros somaram 5,8% e os outros ativos 1,0%.

Conforme disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do BACEN, a Banrisul Corretora possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento” no valor total de R\$ 19,2 milhões.

Patrimônio Líquido – O patrimônio líquido atingiu R\$ 138,9 milhões em 31 de dezembro de 2024. A expansão de R\$ 16,8 milhões ou 13,7% comparado com R\$ 122,1 milhões apurado no final do exercício de 2023 reflete a incorporação dos resultados gerados no período de 2024.

Lucro Líquido – O lucro líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 alcançou R\$ 25,1 milhões, 4,1% superior ao lucro de R\$ 24,1 milhões registrado no mesmo período de 2023.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Ao final de 2024, a Banrisul Corretora intermediou R\$ 3,7 bilhões em operações na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, representando uma redução de 15,9% frente aos 4,4 bilhões intermediados no mesmo período de 2023. Os recursos de terceiros totalizaram R\$ 18,7 bilhões, o que representa uma elevação de 11,3% em referência ao ano de 2023.

MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA

Ao longo de 2024, foi concluída a implantação da solução de negociação e gerenciamento de ordens na B3, em modelo DMA2 (Infraestrutura de tecnologia no parceiro), o que possibilitará, no futuro, a implantação de novas funcionalidades para os clientes como: *frontend* de renda fixa privada e fundos de investimentos, portal para clientes, possibilidade de roteamento de ordens BMF como PN, implementação dos testes de estresse, instalação da nova versão do sistema de *Backoffice* (Sinacor), dentre outras.

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DE TERCEIROS

Os fundos de investimento apresentaram patrimônio líquido de R\$ 18,7 bilhões em 31 de dezembro de 2024, ante R\$ 16,8 bilhões em 31 de dezembro de 2023, resultando em um crescimento de 11,3% no ano. A receita com a taxa de administração dos fundos de investimento em 2024 registrou valores na ordem de R\$ 52,7 milhões, equivalentes a um crescimento de 10,9% sobre o contabilizado em 2023. Em 2024, foi ampliado o portfólio de fundos de investimento, com foco nos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), sendo criados os fundos de vértice 2025 e 2026, além de complementar a família Foco (IMA-B 5+). No período, destaque para os fundos Absoluto, Automático e Premium, com ganhos nominais de R\$ 1,7 bilhão, de R\$ 433,1 milhões e de R\$ 265,6 milhões, respectivamente, no patrimônio líquido nos fundos.

POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Em 2023, a Banrisul Corretora iniciou a remuneração do capital investido pelos acionistas através do pagamento de juros sobre capital próprio (JCP). No decorrer do exercício de 2024, a empresa manteve a mesma política sendo pagos antecipadamente aos acionistas o montante de R\$ 8,4 milhões, valor superior aos dividendos mínimos obrigatórios calculados.

GESTÃO DE RISCO

A Banrisul Corretora, por intermédio de seu controlador, Banrisul, líder do conglomerado é aderente à estrutura consolidada de gerenciamento de riscos. As práticas adotadas atendem à legislação aplicável para risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez, risco operacional e gestão de capital.

A Administração.

Demonstrações

Financeiras

Dezembro 2024

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		<u>147.850</u>	<u>121.584</u>
Disponibilidades	4	72	98
Instrumentos financeiros		<u>147.255</u>	<u>121.282</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	97.236	80.890
Títulos e valores mobiliários	5	42.015	33.428
Outros ativos financeiros	6	8.004	6.964
Outros ativos	7	523	204
Não circulante		<u>11.419</u>	<u>19.313</u>
Realizável a longo prazo		<u>11.385</u>	<u>19.264</u>
Instrumentos financeiros		<u>10.274</u>	<u>18.386</u>
Títulos e valores mobiliários	5	9.087	17.277
Outros ativos financeiros	6	1.187	1.109
Ativos fiscais diferidos	13 (b)	1.111	878
Imobilizado de uso		596	596
Intangível		53	53
Depreciações e amortizações		(615)	(600)
Total do ativo		<u>159.269</u>	<u>140.897</u>
Passivo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		<u>18.105</u>	<u>16.095</u>
Depósitos e demais passivos financeiros		<u>5.539</u>	<u>4.297</u>
Depósitos	8	2.088	1.437
Outros passivos financeiros	9	3.451	2.860
Outros passivos	10	12.566	11.798
Não circulante		<u>2.283</u>	<u>2.687</u>
Exigível a longo prazo		<u>2.283</u>	<u>2.687</u>
Obrigações fiscais diferidas	13 (b)	392	1.314
Provisões para riscos cíveis	19	1.891	1.373
Patrimônio líquido		<u>138.881</u>	<u>122.115</u>
Capital social	12 (a)	80.000	80.000
Reservas de lucros		63.371	46.602
Outros resultados abrangentes		-	3
Ações em tesouraria		(4.490)	(4.490)
Total do passivo		<u>159.269</u>	<u>140.897</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

		2º Semestre	Exercício	
	Nota	2024	2024	2023
Receitas da intermediação financeira		7.542	14.302	15.721
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	14	7.542	14.302	15.721
Resultado bruto da intermediação financeira		7.542	14.302	15.721
Outras receitas (despesas) operacionais		11.486	22.168	19.814
Receitas de prestação de serviços	15	29.670	56.421	52.259
Despesas de pessoal	11 (b)	(1.935)	(3.758)	(3.729)
Outras despesas administrativas	16	(13.376)	(25.571)	(25.093)
Despesas tributárias		(2.626)	(5.205)	(5.823)
Outras receitas operacionais		47	1.020	2.432
Outras despesas operacionais		(107)	(221)	(168)
Provisões para riscos cíveis	19	(187)	(518)	(64)
Resultado operacional		19.028	36.470	35.535
Resultado antes da tributação sobre o lucro		19.028	36.470	35.535
Imposto de renda e contribuição social	13	(5.897)	(11.337)	(11.365)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(5.754)	(12.491)	(10.967)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(143)	1.154	(398)
Lucro líquido do semestre/exercícios		13.131	25.133	24.170
Lucro líquido por ação do capital social em circulação no fim do semestre/exercícios - R\$		0,4389	0,8400	0,8078

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(em milhares de reais)

	2º Semestre	Exercício	
	2024	2024	2023
Lucro líquido do semestre/exercícios	<u>13.131</u>	<u>25.133</u>	<u>24.170</u>
Outros resultados abrangentes do semestre/exercícios			
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado	(3)	(3)	-
Títulos disponíveis para venda	(3)	(3)	-
Variação de valor de mercado	(5)	(5)	-
Efeito fiscal	2	2	-
Total dos ajustes não Incluídos no lucro líquido do semestre/exercícios	(3)	(3)	-
Total do resultado abrangente do semestre/exercícios, líquido de imposto de renda e contribuição social	<u>13.128</u>	<u>25.130</u>	<u>24.170</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros				Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total
		Capital social	Legal	Estatutária	Para expansão				
Em 01 de janeiro de 2023		80.000	5.876	11.243	12.742	3	-	(4.490)	105.374
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	24.170	-	24.170
Destinação do lucro									
Reservas		-	1.208	6.043	9.490	-	(16.741)	-	-
Juros sobre capital próprio	12 (f)	-	-	-	-	-	(7.429)	-	(7.429)
Em 31 de dezembro de 2023		80.000	7.084	17.286	22.232	3	-	(4.490)	122.115
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	(3)	-	-	(3)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	25.133	-	25.133
Destinação do lucro									
Reservas		-	1.257	6.283	9.229	-	(16.769)	-	-
Juros sobre capital próprio	12 (f)	-	-	-	-	-	(8.364)	-	(8.364)
Em 31 de dezembro de 2024		80.000	8.341	23.569	31.461	-	-	(4.490)	138.881
Em 01 de julho de 2024		80.000	7.684	20.287	26.616	3	-	(4.490)	130.100
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	(3)	-	-	(3)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	13.131	-	13.131
Destinação do lucro									
Reservas		-	657	3.282	4.845	-	(8.784)	-	-
Juros sobre capital próprio	12 (f)	-	-	-	-	-	(4.347)	-	(4.347)
Em 31 de dezembro de 2024		80.000	8.341	23.569	31.461	-	-	(4.490)	138.881

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(em milhares de reais)

	2º Semestre 2024	Exercício 2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado	<u>19.230</u>	<u>37.012</u>	<u>35.347</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	19.028	36.470	35.535
Ajustes do lucro líquido	<u>202</u>	<u>542</u>	<u>(188)</u>
Depreciação e amortização	6	15	(252)
Provisões para riscos cíveis	187	518	64
Perdas em outros investimentos	9	9	-
Variação nos ativos e obrigações	<u>(4.916)</u>	<u>(18.050)</u>	<u>(14.039)</u>
(Aumento) em títulos para negociação	(1.597)	(6.108)	(2.998)
(Aumento) Redução em outros ativos financeiros	2.235	(1.118)	48.445
(Aumento) Redução em outros ativos	984	(319)	(158)
Aumento em depósitos	812	651	11
Aumento (Redução) em outros passivos financeiros	(2.542)	591	(48.121)
Aumento (Redução) em outros passivos	(1.940)	(1.102)	542
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.868)	(10.645)	(11.760)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	14.314	18.962	21.308
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
(Aumento) Redução em títulos mantidos até o vencimento	(1.003)	5.697	(11.898)
Redução de Imobilizado de uso	-	-	474
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(1.003)	5.697	(11.424)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	-	-	(3.340)
Juros sobre capital próprio	(4.334)	(8.339)	(6.292)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento	(4.334)	(8.339)	(9.632)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	8.977	16.320	252
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	<u>88.331</u>	<u>80.988</u>	<u>80.736</u>
Disponibilidades	70	98	76
Aplicações interfinanceiras de liquidez	88.261	80.890	80.660
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercícios	<u>97.308</u>	<u>97.308</u>	<u>80.988</u>
Disponibilidades	72	72	98
Aplicações interfinanceiras de liquidez	97.236	97.236	80.890
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>8.977</u>	<u>16.320</u>	<u>252</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas

Apresentamos a seguir as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, com os valores expressos em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma).

NOTAS EXPLICATIVAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio (“Banrisul Corretora” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. – Banrisul, e está estabelecida no Brasil, com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

A Banrisul Corretora opera no mercado de capitais como intermediadora nas operações de renda variável — mercados à vista, de opções, de termo e de futuro — e nas de renda fixa e Tesouro Direto, junto a B3 S.A e é o administrador pleno dos fundos de investimentos de renda fixa, renda variável e multimercado do conglomerado Banrisul.

As receitas da Banrisul Corretora advêm substancialmente das rendas de administração de fundos de investimento do conglomerado Banrisul, portanto, as demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas, sob o pressuposto de continuidade, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, as quais incluem as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, regulamentação do Conselho Monetário Nacional – CMN e BACEN, sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

Além disso, são inteiramente observados pela Banrisul Corretora, quando aplicável, os pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aprovados pelo CMN e BACEN.

Adicionalmente, esta divulgação observou especialmente a Resolução BCB nº 02/2020 que consolida os procedimentos para elaboração, divulgação e remessa de demonstrações financeiras que devem ser observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A presente demonstração financeira está apresentada em Reais (BRL), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

O Conselho de Administração da Banrisul Corretora autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 05 de fevereiro de 2025.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas anualmente.

2.1 Normas Recentemente Emitidas a serem Aplicadas em Períodos Futuros

Resolução CMN nº 4.966/21, aplicável a partir de 1º de janeiro de 2025: a Resolução CMN nº 4.966/21 dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais

instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, buscando reduzir as assimetrias entre as normas contábeis previstas no COSIF e os padrões internacionais.

A Companhia elaborou plano para a implementação da regulamentação contábil (plano), conforme requerido pelo art. 76 da Resolução.

Os impactos relativos à aplicação desses normativos são apresentados na Nota Explicativa 21.

A Lei nº 14.467/22 dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. Essa lei altera o momento do reconhecimento da perda na operação de crédito, permitindo a dedução das provisões mínimas determinadas pelo Bacen para as operações vencidas acima de 90 dias. Essa Lei não traz impactos na operação da Companhia.

Resolução CMN nº 4.975/21, aplicável a partir de 1º de janeiro de 2025: a norma estabelece os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil realizadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen na condição de arrendadora e de arrendatária, devendo essas instituições observar o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, conforme regulamentação específica. Essa Lei não traz impactos na operação da Companhia.

3. Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado - As receitas e despesas são reconhecidas no resultado do período com base no regime de competência.

b) Receitas de prestação de serviços - Compostas pelas rendas de corretagem por intermediação de operações em Bolsa de Valores e pelas rendas de administração de fundos de investimento.

A receita de corretagem é apropriada conforme data do pregão decorrente da intermediação das negociações de investimentos, compra e venda de ativos, de renda fixa e renda variável, de seus clientes junto à B3 S.A.

A taxa de administração dos fundos de investimento é calculada sobre o patrimônio líquido diário do fundo, conforme percentual negociado em contrato de prestação de serviço com o controlador e apropriada mensalmente.

c) Mensuração a valor presente - O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado utilizando o método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. Na análise dos realizáveis e exigíveis de curto prazo, avaliando os possíveis efeitos de um ajuste a valor presente, o efeito não é relevante, considerando que grande parte da operação possui ciclo financeiro inferior a 90 dias e há equilíbrio entre os prazos de vencimento dos direitos e das obrigações. Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle da Companhia, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

d) Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades como dinheiro em caixa e depósitos bancários, e de aplicações interfinanceiras de liquidez imediata conversíveis, ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo.

e) Aplicações interfinanceiras de liquidez - As aplicações prefixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzidas das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

f) Títulos e valores mobiliários - Registrados e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068/01, do BACEN. São classificados nas seguintes categorias:

Títulos para negociação - incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos reconhecidos no resultado.

Títulos disponíveis para venda - títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido.

Títulos mantidos até o vencimento - títulos e valores mobiliários sobre os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, avaliados pelo seu custo de aquisição, desde que não haja perdas de caráter permanente, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

g) Ativos circulante e realizável a longo prazo - Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "*pro rata temporis*", deduzidos das correspondentes provisões para perdas e das rendas a apropriar.

h) Negociação e intermediação de valores - Representa a intermediação de operações realizadas na bolsa de valores, registradas pelo valor do compromisso assumido em nome de seus clientes. A corretagem é reconhecida ao resultado pelo regime de competência.

i) Imobilizado de uso - O imobilizado de uso é registrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, sobre o custo de aquisição, com base nas taxas anuais determinadas em função da vida útil estimada dos bens, as quais sejam: instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%, imóveis de uso - 4% e sistemas de processamento de dados - 20%.

j) Passivos circulante e exigível a longo prazo - Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

k) Ativos, passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos, passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional - CMN e pronunciamento técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, obedecendo aos seguintes critérios:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião dos consultores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos consultores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se as demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

l) Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido - São computados pela aplicação das alíquotas vigentes da seguinte forma: 15% (mais adicional de 10% conforme a legislação) para o imposto de renda sobre o lucro tributável apurado no período e 15% para a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), ajustados pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária.

Os ativos fiscais ou obrigações fiscais de imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados sobre as adições e exclusões temporárias e com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises da Administração. Os saldos totais apresentam-se discriminados na nota explicativa nº 13.

m) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*) - O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não

recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

n) Lucro por ação – A Banrisul Corretora efetua os cálculos do lucro utilizando o número de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação ao final do exercício correspondente ao resultado.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Disponibilidades	72	98
Aplicações interfinanceiras de liquidez ¹	97.236	80.890
Total	97.308	80.988

(1) Representadas exclusivamente por operações compromissadas oriundas de aplicações no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., lastreadas em Letras Financeiras do Tesouro (LFT), rentabilizadas pela Selic, com compromisso de revenda para o dia imediatamente subsequente à data das demonstrações financeiras.

5. Títulos e valores mobiliários

O valor de mercado, apresentado nas tabelas a seguir, foi apurado da seguinte forma: Títulos Públicos Federais, a Banrisul Corretora adota o preço unitário por meio das taxas divulgadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (ANBIMA) e para as Letras Financeiras é adotado um modelo de precificação, que utiliza a média das taxas CDI destes ativos em Instituições Financeiras no mercado.

A carteira de títulos e valores mobiliários está assim representada:

	2024	2023
Para negociação	31.901	25.793
Disponíveis para venda	-	14
Mantidos até o vencimento	19.201	24.898
Total da carteira	51.102	50.705
Circulante	42.015	33.428
Não circulante	9.087	17.277

a) Títulos e valores mobiliários - Para negociação

	2024		2023
	Valor de custo	Valor de mercado/ contábil	Valor de mercado/ contábil
Vencimento até seis anos			
Letras financeiras do tesouro (LFT) ¹	14.239	14.133	10.645
Sem vencimento			
Fundos de investimento ²	17.767	17.768	15.148
Total	32.006	31.901	25.793

(1) Vinculadas à prestação de garantia na B3 S.A. Brasil, Bolsa e Balcão.

(2) Em 2024, o montante de R\$ 16.823 encontra-se vinculado à prestação de garantia na B3 S.A. Brasil, Bolsa e Balcão, enquanto que R\$ 945 não estão vinculados.

b) Títulos e valores mobiliários - Disponíveis para venda

	2024		2023
	Valor de custo	Valor de mercado/ contábil	Valor de mercado/ contábil
Sem vencimento			
Certificados de privatização	-	-	14
Total	-	-	14

c) Títulos e valores mobiliários - Mantidos até o vencimento

	2024		2023
	Valor de custo/ contábil	Valor de mercado	Valor de custo/ contábil
Vencimento até um ano			
Letras financeiras	10.114	10.119	7.621
Vencimento de um até cinco anos			
Letras financeiras	1.177	1.181	10.142
Letras financeiras do tesouro (LFT) ¹	7.910	7.898	7.135
Total	19.201	19.198	24.898

(1) Vinculadas à prestação de garantia na B3 S.A. Brasil, Bolsa e Balcão

A administração declara que dispõe de capacidade financeira e intenção de manter esses títulos até o vencimento.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Banrisul Corretora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

6. Outros ativos financeiros

	2024	2023
a) Rendas a receber¹	4.671	3.931
Serviços prestados a receber	4.671	3.931
b) Negociação e intermediação de valores²	3.333	3.033
Caixa de registro e liquidação	-	777
Devedores - Conta liquidações pendentes	3.333	2.256
c) Devedores por depósitos de garantia	1.187	1.109
Depósitos judiciais	1.187	1.109
Total - Outros ativos financeiros	9.191	8.073
Circulante	8.004	6.964
Não circulante	1.187	1.109

(1) Valores a receber referente à taxa de administração dos fundos de investimento.

(2) Incluem saldos devedores de clientes decorrentes da negociação de operações em bolsa com prazo de liquidação até D2.

7. Outros ativos

	2024	2023
a) Impostos e contribuições a compensar:	<u>9</u>	<u>-</u>
Outros impostos e contribuições a compensar	9	-
b) Diversos:	<u>514</u>	<u>204</u>
Despesas antecipadas	514	204
Total - Outros ativos	<u>523</u>	<u>204</u>
Circulante	523	204

8. Depósitos

	2024	2023
a) Depósitos	<u>2.088</u>	<u>1.437</u>
Recursos disponíveis de clientes ¹	2.088	1.437
Total - Depósitos	<u>2.088</u>	<u>1.437</u>
Circulante	2.088	1.437

(1) Saldo dos recursos líquidos em conta de registro de clientes, não comprometidos em operações, em atendimento à Instrução Normativa BACEN nº 271 de 01 de abril de 2022.

9. Outros passivos financeiros

	2024	2023
a) Negociação e intermediação de valores:	<u>3.451</u>	<u>2.860</u>
Caixa de registro e liquidação	2.438	-
Comissões e corretagens a pagar	133	46
Credores - Conta liquidações pendentes	801	2.741
Valores a devolver à clientes	79	73
Total – Outros passivos financeiros	<u>3.451</u>	<u>2.860</u>
Circulante	3.451	2.860

10. Outros passivos

	2024	2023
a) Sociais e estatutárias:	<u>75</u>	<u>52</u>
Dividendos ¹	27	29
Juros sobre capital próprio ¹	48	23
b) Fiscais e previdenciárias:	<u>9.551</u>	<u>8.552</u>
Impostos e contribuições sobre o lucro	8.650	6.806
Impostos e contribuições a recolher	901	1.746
c) Obrigações diversas:	<u>2.940</u>	<u>3.194</u>
Obrigações por aquisição de bens e direitos	182	655
Provisão para pagamentos a efetuar	1	-
Valores a pagar a sociedades ligadas ²	2.757	2.539
Total – Outros passivos	<u>12.566</u>	<u>11.798</u>
Circulante	12.566	11.798

(1) Saldo de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar à acionistas. Os valores referentes às partes relacionadas estão destacadas na nota nº 11 a seguir.

(2) Convênio de prestação de serviços firmado entre o Banco Banrisul e Banrisul Corretora conforme destacado na nota 11 (a).

11. Operações com partes relacionadas

a) Os saldos com partes relacionadas podem ser assim sumariados:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	2024	2023	2024	2023
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. – Controlador				
Disponibilidades	72	98	-	-
Aplicações no mercado aberto	97.236	80.890	9.440	10.551
Letras Financeiras	11.291	17.763	1.293	1.348
Convênio prestação de serviços	(2.757)	(2.539)	(21.255)	(19.763)
Comissões	(1)	(6)	(33)	(29)
Outros ativos	(49)	3	-	-
Banrisul Foco IMA-B 5+				
Fundo de Investimento ¹	945	-	(55)	-

(1) Aplicação em Fundo de investimento com percentual de participação de 72,2%.

A Banrisul Corretora não possui colaboradores em seu quadro de pessoal. Acordo operacional firmado com o Controlador prevê a cessão de empregados e a prestação de serviços pelas áreas administrativas e comerciais do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

Os custos são suportados pela Banrisul Corretora por meio de convênio de prestação de serviços.

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas e Resolução CMN nº 4.818/20. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de ausência de risco.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração - Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, formado pela Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, conforme determina o Estatuto Social.

	2º Semestre	Exercício	
	2024	2024	2023
Remuneração	1.448	2.823	2.801
Benefícios	66	121	116
Encargos Sociais	421	814	812
Total	<u>1.935</u>	<u>3.758</u>	<u>3.729</u>

Não há outros benefícios pagos ou a pagar atualmente, bem como direitos reconhecidos a serem pagos.

A Banrisul Corretora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

c) Outras informações com partes relacionadas - A Banrisul Corretora realiza operações com membros do pessoal-chave da Administração, incluindo seus familiares, no mercado de renda variável e renda fixa. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas.

12. Patrimônio Líquido

a) Capital social - O capital social em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 80.000 e está dividido em 40.000.000 (quarenta milhões) de ações, no valor de R\$ 2,00 cada uma, sendo 20.000.000 (vinte milhões) ordinárias nominativas e 20.000.000 (vinte milhões) preferenciais nominativas.

b) Ações em tesouraria - Encontra-se em tesouraria a quantidade de 10.000.000 (dez milhões) de ações ordinárias nominativas e 80.000 (oitenta mil) preferenciais nominativas com o objetivo de futura colocação ou cancelamento, com valor contábil correspondente a R\$ 4.490.252,00.

c) Distribuição de resultados - Do Lucro Líquido do Exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: **(i)** 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social; **(ii)** 25% para constituição de Reserva Estatutária; e **(iii)** Dividendos Mínimos Obrigatórios de 25% do Lucro Líquido Ajustado. O lucro restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

d) Reserva Estatutária – Conforme previsto no Estatuto Social será constituída por uma parcela não superior a 25% do lucro líquido do exercício e com a finalidade de proporcionar recursos para o pagamento de dividendos ou bonificações aos acionistas, aumento do capital social e absorção de eventuais prejuízos, não podendo ultrapassar, somada as demais reservas, o limite do capital social.

e) Reserva para Expansão - Conforme previsto no Estatuto Social a Banrisul Corretora manterá Reserva para Expansão, visando amparar planos de investimento, absorção de prejuízos acumulados e aumento de capital social.

f) Dividendos e juros sobre capital próprio - Feitas as deduções de destinações legais e estatutárias conforme Estatuto Social da companhia, o lucro líquido do exercício ainda remanescente será aplicado como segue: **(i)** Será distribuído o dividendo prioritário devido aos titulares de ações preferenciais de 6% (seis por cento) ao ano, calculado sobre o quociente resultante da divisão do valor do capital social pelo número de ações, limitado ao dividendo legal de 25% (vinte e cinco por cento); **(ii)** Se houver sobras, depois de pago o dividendo prioritário acima referido, será também distribuído dividendo não superior àquele aos titulares das ações ordinárias; **(iii)** Verificando-se, ainda, a existência de sobras, depois dos pagamentos (i) e (ii) acima, será distribuído a todos os acionistas um dividendo complementar, até o “quantum” necessário para perfazer, somando as parcelas anteriores, uma distribuição total de dividendos correspondentes a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado na forma da lei e **(iv)** o saldo, se houver, terá a destinação que a Assembleia Geral determinar.

Os dividendos foram calculados da seguinte forma:

	2º Semestre		Exercício
	2024	2024	2023
Lucro líquido do semestre/exercícios	<u>13.131</u>	<u>25.133</u>	<u>24.170</u>
Constituição de reservas			
Legal	(657)	(1.257)	(1.208)
Base de cálculo de dividendos	<u>12.474</u>	<u>23.876</u>	<u>22.962</u>
Dividendos propostos - 25% ¹	3.118	5.969	5.740
Juros sobre capital próprio	<u>4.347</u>	<u>8.364</u>	<u>7.429</u>

(1) Em 2023 e 2024 não houve provisão de dividendos, devido a distribuição e ao pagamento antecipado dos juros sobre capital próprio cujo cálculo está demonstrado na tabela a seguir.

Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, artigo 9, o valor dos juros pagos ou creditados pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, poderá ser imputado ao valor dos dividendos. A Banrisul Corretora adotou a política de remuneração de juros sobre capital próprio do controlador visando distribuí-los no valor máximo dedutível, calculado em conformidade com a legislação vigente. Conforme facultado pela Lei nº

9.249/95 e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, foram pagos em cada trimestre de 2024 os juros sobre o capital próprio referente ao exercício do ano vigente, no montante de R\$ 8,4 milhões.

Abaixo segue demonstração sobre o cálculo dos juros sobre capital próprio:

	2024	2023
Patrimônio Líquido Ajustado do Exercício Anterior	<u>122.112</u>	<u>105.370</u>
Taxa de TJLP	6,9%	7,1%
Juros sobre Capital Próprio (JCP) ¹	<u>8.364</u>	<u>7.429</u>
Retenção IR 15%	<u>(1.254)</u>	<u>(1.114)</u>
JCP líquido a pagar	<u>7.110</u>	<u>6.315</u>

(1) O pagamento de juros sobre o capital próprio resultou em um benefício tributário à Companhia na ordem de R\$ 3.346, correspondente à 40% de IRPJ e CSLL, no exercício de 2024. Em 2023 o valor somou R\$ 2.972.

13. Imposto de renda e contribuição social

	2º Semestre		Exercício
	2024	2024	2023
a) Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL:			
Resultado antes da tributação sobre o lucro	<u>19.028</u>	<u>36.470</u>	<u>35.535</u>
Adições (Exclusões) – Permanentes ¹	(4.077)	(7.879)	(6.880)
Adições (Exclusões) – Temporárias ²	(358)	2.884	(995)
(=) Base do IRPJ	<u>14.593</u>	<u>31.475</u>	<u>27.660</u>
Outras Adições (Exclusões) Permanentes - CSLL	(35)	(62)	(84)
(=) Base da CSLL	<u>14.558</u>	<u>31.413</u>	<u>27.576</u>
Imposto de Renda - corrente	(3.636)	(7.845)	(6.891)
Contribuição Social - corrente	(2.184)	(4.712)	(4.136)
Incentivos Fiscais	66	66	60
Total IRPJ e CSLL - correntes	<u>(5.754)</u>	<u>(12.491)</u>	<u>(10.967)</u>
IRPJ e CSLL diferidos	(143)	1.154	(398)
IRPJ e CSLL registrados no resultado	<u>(5.897)</u>	<u>(11.337)</u>	<u>(11.365)</u>

(1) No exercício de 2023 e 2024, foi excluído da base de cálculo dos tributos o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 7.429 e R\$ 8.364, respectivamente.

(2) As adições (exclusões) temporárias referem-se, substancialmente, a marcação do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários (TVMs) e de provisões para riscos cíveis.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

Em 31 de dezembro de 2024, a Banrisul Corretora possuía imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos sobre as diferenças temporárias, demonstradas a seguir:

- Ativos fiscais diferidos

Os saldos relativos aos ativos por impostos diferidos estão representados na tabela abaixo:

	31/12/2023	Constituição (Realização)	31/12/2024
Provisões temporárias - Cíveis	549	207	756
Provisões temporárias - Provisões passivas	329	26	355
Total do ativo fiscal diferido	<u>878</u>	<u>233</u>	<u>1.111</u>

A expectativa de realização dos créditos tributários é a seguinte:

Ano	Contribuição Social	Imposto de Renda	Total
2025	369	615	984
2029	48	79	127
Total 31.12.2024	417	694	1.111
Total 31.12.2023	329	549	878

O valor presente dos créditos tributários é de R\$ 974 calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias pela taxa Selic, projetada para os períodos correspondentes.

- Obrigações fiscais diferidas

Os saldos relativos a obrigações fiscais diferidas estão representados na tabela abaixo:

	31/12/2023	(Constituição) Realização	31/12/2024
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	(2)	2	-
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação	(1.312)	920	(392)
Total do passivo fiscal diferido	(1.314)	922	(392)

14. Resultado de títulos e valores mobiliários

	2º Semestre	Exercício	
	2024	2024	2023
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	4.943	9.440	10.551
Resultado de títulos de renda fixa	1.766	3.242	3.401
Rendas de aplicações em fundos de Investimento	833	1.620	1.769
Total	7.542	14.302	15.721

15. Receitas de prestação de serviços

	2º Semestre	Exercício	
	2024	2024	2023
Rendas de administração de fundos de investimento	27.598	52.677	47.518
Rendas de corretagens em operações em bolsas	2.043	3.657	4.549
Rendas de comissões	-	-	3
Rendas de outros serviços	29	87	189
Total	29.670	56.421	52.259

16. Outras despesas administrativas

	2º Semestre	Exercício	
	2024	2024	2023
Comunicações	240	435	608
Processamentos de dados	1.108	2.169	1.987
Serviços do sistema financeiro	181	674	952
Serviços de terceiros	10.469	19.830	18.833
Comissões de intermediação financeira	675	1.091	1.304
Serviços técnicos especializados	371	718	785
Propaganda e publicidade	16	107	103
Alugueis	118	238	235
Outras	198	309	286
Total	13.376	25.571	25.093

17. Resultado recorrente e não recorrente

De acordo com o artigo 34 da Resolução BCB nº 2/2020 do BACEN, considera-se resultado não recorrente o resultado que (i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e (ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Evidenciamos a seguir os eventos considerados não recorrentes na Banrisul Corretora para os períodos indicados:

	2º Semestre	Exercício	
	2024	2024	2023
Lucro líquido do semestre/exercícios	13.131	25.133	24.170
Ajustes eventos não recorrentes	9	(605)	(1.740)
Lucro com incentivos fiscais ¹	-	-	(1.045)
Recuperações diversas ²	-	(614)	(630)
(Reversão de) Perdas em títulos patrimoniais	9	9	(65)
Ajustes efeito fiscal³	(4)	270	777
Lucro líquido recorrente	13.136	24.798	23.207

(1) Saldos de 2023 referente ao cumprimento de sentença do projeto Flopal Florestadora Palmares.

(2) Recuperação de Investimento - Massa Falida Banco Santos.

(3) Tributos incidentes: Pis, Cofins, IRPJ e CSLL.

18. Gerenciamento de riscos

A Banrisul Corretora utiliza a estrutura implementada pelo Banrisul, líder do conglomerado financeiro, no que tange a estrutura integrada de gestão de capital e de riscos corporativos do Grupo Banrisul.

19. Provisão para riscos cíveis e passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2024, a Banrisul Corretora figurava como parte em processos judiciais de natureza cível no montante de R\$ 1.891 (31/12/2023 – R\$ 1.373), classificados como perda provável, que foram integralmente provisionados, decorrentes, principalmente, de pedidos de ações declaratórias, indenizatórias, de cobrança e outras de obrigação de fazer ou não fazer.

No fechamento do exercício de 2024 e 2023 não existiam processos, de acordo com análise efetuada pela assessoria jurídica do Banrisul, considerados como perda possível.

Ainda, em 2024 a Banrisul Corretora não figurou como parte em processos judiciais de natureza fiscal. Com relação à natureza trabalhista, somente constam processos classificados como remotos.

	Cíveis
Saldo inicial em 31/12/2023	1.373
Constituição/Atualização	535
Reversão de provisão	(8)
Baixa de provisão	(9)
Saldo final em 31/12/2024	1.891

20. Outras informações

O Rio Grande do Sul foi castigado por severas chuvas no final do mês abril e início de maio de 2024, cujas consequências resultaram na perda de vidas, danos a lares e propriedades, transtornos na rede viária, elétrica e de fornecimento de água, e principalmente, inundações devido a elevação no nível de importantes rios do estado. No que tange ao funcionamento operacional da instituição informamos que, mesmo diante deste cenário climático adverso, a Banrisul Corretora se manteve completamente operacional e com plena disponibilidade nos seus diversos canais de atendimento ao cliente, seja no digital/virtual quanto via rede de agências Banrisul. Por fim, informamos que o evento climático não ocasionou impactos patrimoniais (ativos imobilizados), bem como impactos relevantes nos negócios da Companhia.

21. Impactos futuros da Resolução 4.966 e BCB nº 352/23

As Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23 modificam a forma como os instrumentos financeiros devem ser classificados, mensurados e provisionados a partir 1º de janeiro de 2025. O novo padrão será adotado de forma prospectiva, e implicará para a Companhia em aspectos como a classificação de ativos e passivos financeiros e o seu modelo de negócios.

Os ativos e os passivos financeiros serão ajustados e reclassificados com base no modelo de negócios da Companhia e nas características contratuais de cada instrumento segundo as categorias Custo Amortizado (CA), Valor Justo por Meio de Resultado (VJR) ou Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA). Essa reclassificação resultará na substituição das categorias atuais utilizadas para classificar os Títulos e Valores Mobiliários (TVMs). Assim, os TVMs, antes classificados em Títulos Mantidos até o Vencimento, Títulos para Negociação e Títulos Disponíveis para Venda, passarão a ser classificados como CA, VJR e VJORA, respectivamente.

As características contratuais dos ativos financeiros serão verificadas pela avaliação dos fluxos de caixa contratuais desses instrumentos, que deverão se constituir como somente pagamentos de principal e juros (teste SPPJ). O teste SPPJ é fundamental para a adequada classificação dos ativos financeiros entre CA e VJR ou VJORA. O Banrisul desenvolveu novos processos de modo a classificar os ativos financeiros de forma adequada. A Companhia não identificou até o momento a necessidade de outros ajustes além da reclassificação dos ativos financeiros nas três novas categorias.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II e VII do art. 163, da Lei nº 6.404/76, e de acordo com as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Com base em nossos exames, nos esclarecimentos prestados pela Administração no curso do respectivo exercício, em nossos procedimentos periodicamente adotados e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião, por unanimidade, de que as mencionadas demonstrações estão em condições de serem apreciadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Porto Alegre, 07 de fevereiro de 2025.

Jonatas Ouriques da Silva

Paulo Roberto Dias Pereira

Thiago Josué Ben

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e aos Acionistas da
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio (“Banrisul Corretora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Banrisul Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Banrisul Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Banrisul Corretora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Banrisul Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Banrisul Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Banrisul Corretora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Banrisul Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante,

devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Banrisul Corretora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 6 de fevereiro de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RS

Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4

Banrisul S/A Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio

Diretoria

Marcus Vinícius Feijó Staffen

Diretor - Presidente

Carmem Paludo

Diretora

Odete Teresinha Bresciani

Diretora

Roberto Balestrin

Diretor

Conselho de Administração

Jair Antonio Pauletto

Presidente

André Milanezi de Jesus

Diana Paula Sana

Lourenso Presotto

Marcelo Avila Machado

Nilvo Reinoldo Fries

Conselheiros

Fabiana Rodrigues de Souza

Contadora CRCRS – 084401/O-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL
(Exercício social findo em 31 de dezembro de 2024)

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II e VII do art. 163, da Lei nº 6.404/76, e de acordo com as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Com base em nossos exames, nos esclarecimentos prestados pela Administração no curso do respectivo exercício, em nossos procedimentos periodicamente adotados e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião, por unanimidade, de que as mencionadas demonstrações estão em condições de serem apreciadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Porto Alegre, 07 de fevereiro de 2025.



Jonatas Ouriques da Silva
10 de fev de 2025 10:47:34 GMT-3



Paulo Roberto Dias Pereira
11 de fev de 2025 09:13:41 GMT-3



Thiago Josué Ben
10 de fev de 2025 09:29:42 GMT-3



**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL certifica que (a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em dia com seus débitos perante o CRC.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: FABIANA RODRIGUES DE SOUZA
REGISTRO.....	: RS-08440 /O-
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: ***.280.190-**

A presente CERTIDÃO não quit nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão : RIO GRANDE DO SUL, 13/03/2025 às 16:05:41.

Válido até: 11/06/2025.

Código de Controle: 196726 .

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Banrisul S.A. - Administradora
de Consórcios**

Porto Alegre, 18 de março de 2025.

À

Contadoria e Auditoria-Geral do Estado

Av. Mauá, 1155 4º andar, sala 416-A

N/Capital

Prezados Senhores:

Em atendimento à Portaria CAGE nº 27, de 7 de outubro de 2024, estamos remetendo os documentos abaixo relacionados para a tomada de contas do exercício de 2024:

- Relatório de Administração
- Balanços Patrimoniais
- Demonstrações do Resultado
- Demonstrações do Resultado Abrangente
- Demonstrações dos Fluxos de Caixa
- Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
- Demonstrações Consolidadas dos Recursos de Consórcios
- Demonstrações Consolidadas das Variações nas Disponibilidades de Grupos de Consórcios
- Relatório dos Auditores Independentes
- Parecer do Conselho Fiscal
- Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras
- Certidão de Regularidade Profissional CRC/RS
- Publicação das Demonstrações Financeiras veiculadas no Jornal do Comércio do dia 10 de março de 2025.

A Assembléia Geral Ordinária/Extraordinária ainda não foi realizada.

Artemino Raimundo Rosin
Diretor

Debora Dill Cavalheiro Corrêa
Contadora
CRC RS-094261/O-7

Demonstrações Financeiras

Banrisul S.A. Administradora de Consórcios

Dezembro/2024

SUMÁRIO

1. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	4
2. BALANÇOS PATRIMONIAIS	5
3. DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	6
4. DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	7
5. DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8
6. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	9
7. DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIOS.....	10
8. DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS DE CONSÓRCIOS.....	11
9. NOTAS EXPLICATIVAS.....	12
1. Contexto operacional.....	12
2. Apresentação das demonstrações financeiras.....	12
3. Principais práticas contábeis da administradora e grupos de consórcios	15
4. Resumo das operações de consórcios.....	17
5. Ativos financeiros (Administradora)	17
6. Outros créditos – diversos (Administradora).....	19
7. Despesas antecipadas.....	19
8. Créditos tributários	19
9. Sociais e estatutárias (Administradora)	20
10. Fiscais e previdenciárias (Administradora)	20
11. Diversas (Administradora)	20
12. Receitas antecipadas	20
13. Provisões para riscos cíveis e fiscais e passivos contingentes.....	20
14. Patrimônio líquido (Administradora)	21
15. Receita de prestação de serviços.....	22
16. Outras despesas administrativas.....	22
17. Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL (Administradora)	23
18. Transações com partes relacionadas (Administradora)	24
19. Resultados recorrentes e não recorrentes (Administradora)	24
20. Aplicações financeiras (Grupos de Consórcios).....	24
21. Direitos junto a consorciados contemplados (Grupos de Consórcios).....	25
22. Instrumentos financeiros (Administradora)	25
23. Gerenciamento de risco	25
PARECER CONSELHO FISCAL	26
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	27



Missão:

Promover a integração de pessoas físicas e jurídicas em grupos fechados, proporcionando a aquisição segura de bens e serviços, através de uma gestão comprometida com os nossos valores.

Visão:

Ser referência na administração de grupos de consórcios, buscando sempre a realização de sonhos.

Valores:

Comprometimento

Transparência

Excelência

Eficiência

Ética

1. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Clientes:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos para apreciação as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

A Banrisul S.A. Administradora de Consórcios (“Banrisul Consórcios”, “Companhia”) tem como objetivo administrar grupos de consórcios, com foco principal em cotas de automóveis e de imóveis, oportunizando a clientes e não clientes do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. a aquisição de bens, quitação de financiamentos e até mesmo a construção ou reforma de seu imóvel residencial ou comercial.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia administrava 133 grupos de consórcios (155 grupos em 31.12.2023) com uma base de clientes ativos de 77.832 consorciados (83.165 consorciados ativos em 31.12.2023). No exercício de 2024, ocorreram 13.856 contemplações (12.956 contemplações em 2023), apresentando lucro líquido de R\$ 85.081 mil.

A Banrisul Consórcios tem como política a distribuição de resultados, assegurando aos acionistas a título de dividendos uma quota do lucro líquido em percentual a ser definido anualmente nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, ajustado nos termos da Lei. Em 2024, foi imputado juros sobre capital próprio aos dividendos.

A Administração declara que dispõe de capacidade financeira para manter em carteira os títulos classificados como mantidos até o vencimento, conforme disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do BACEN.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos consorciados, fornecedores e conselheiros pela confiança e credibilidade; ao nosso controlador, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., pelo apoio recebido; aos nossos colaboradores, pela dedicação e profissionalismo com que conduzem suas atividades.

A Administração.

2. BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em Milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> <u>(Reapresentado)</u>
Ativo			
Circulante		<u>361.816</u>	<u>228.628</u>
Disponibilidades - Depósitos bancários à vista		<u>410</u>	<u>584</u>
Ativos financeiros	5	<u>340.420</u>	<u>216.575</u>
Títulos e valores mobiliários		340.420	216.575
Outros créditos - diversos	6	<u>13.877</u>	<u>8.039</u>
Despesas antecipadas	7	<u>7.109</u>	<u>3.430</u>
Não Circulante		<u>286.380</u>	<u>342.410</u>
Realizável a longo prazo		<u>283.303</u>	<u>334.743</u>
Ativos financeiros	5	187.127	254.856
Títulos e valores mobiliários		187.127	254.856
Outros créditos - diversos	6	21.606	26.803
Despesas antecipadas	7	31.652	21.104
Créditos tributários	8, 17b	42.918	31.980
Investimentos		-	<u>4.249</u>
Imobilizado		<u>3.077</u>	<u>3.418</u>
Imobilizado de uso		4.781	4.683
Depreciações acumuladas		(1.704)	(1.265)
Total do Ativo		<u>648.196</u>	<u>571.038</u>
		<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> <u>(Reapresentado)</u>
Passivo			
Circulante		<u>57.082</u>	<u>63.227</u>
Sociais e estatutárias	9	102	99
Fiscais e previdenciárias	10	10.104	25.274
Diversas	11	15.832	16.949
Receitas antecipadas	12	31.044	20.905
Não Circulante		<u>105.186</u>	<u>77.039</u>
Receitas antecipadas	12	91.037	67.674
Provisões para riscos cíveis e fiscais	13	862	798
Fiscais diferidas	17d	13.287	8.567
Patrimônio Líquido		<u>485.928</u>	<u>430.772</u>
Capital social	14a	330.000	330.000
Reservas de lucros		155.717	100.333
Outros resultados abrangentes		211	439
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		<u>648.196</u>	<u>571.038</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação, apresentado em Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2º Semestre</u> <u>2024</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u> <u>(Reapresentado)</u>
Resultado da intermediação financeira		<u>29.108</u>	<u>55.898</u>	<u>59.402</u>
Outras receitas operacionais		<u>65.628</u>	<u>127.350</u>	<u>114.544</u>
Receitas de prestação de serviços	15	63.990	125.097	108.761
Resultado de equivalência patrimonial	18	359	742	964
Outras receitas		1.279	1.511	4.819
Despesas operacionais		<u>(36.141)</u>	<u>(67.690)</u>	<u>(65.882)</u>
Outras despesas administrativas	16	(23.850)	(43.721)	(38.924)
Despesas tributárias		(11.391)	(22.485)	(26.123)
Outras despesas		(900)	(1.484)	(835)
Resultado antes dos tributos		<u>58.595</u>	<u>115.558</u>	<u>108.064</u>
Tributos sobre o lucro	17	<u>(15.077)</u>	<u>(30.477)</u>	<u>(27.802)</u>
Lucro líquido do semestre/exercícios		<u>43.518</u>	<u>85.081</u>	<u>80.262</u>
Lucro básico e diluído por ação (Em Reais - R\$)		<u>0,49</u>	<u>0,95</u>	<u>0,90</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em Milhares de Reais)

	<u>2º Semestre</u> <u>2024</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u> <u>(Reapresentado)</u>
Lucro líquido do semestre/exercícios	<u>43.518</u>	<u>85.081</u>	<u>80.262</u>
Variação líquida de efeitos fiscais	<u>(202)</u>	<u>(228)</u>	<u>51</u>
Outros resultados abrangentes	(305)	(345)	79
(-) Efeito fiscal	103	117	(28)
Total do resultado abrangente do período	<u>43.316</u>	<u>84.853</u>	<u>80.313</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em Milhares de Reais)

	Reservas de Lucro				Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva Especial			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	200.000	23.974	22.780	130.299	388	-	377.441
Impactos adoção CPC 47 Taxa Acelerada e Comissões	-	-	-	(400)	-	-	(400)
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	200.000	23.974	22.780	129.899	388	-	377.041
Saldos em 1º de janeiro de 2023	200.000	23.974	22.780	129.899	388	-	377.041
Lucro líquido do exercício (Reapresentado)	-	-	-	(2.755)	-	83.017	80.262
Aumento de capital	130.000	-	-	(130.000)	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	51	-	51
Destinação do lucro							
Constituição de reservas (Nota 13b)	-	4.151	4.151	48.133	-	(56.435)	-
Juros sobre capital próprio (Nota 13b)	-	-	-	-	-	(26.582)	(26.582)
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)	330.000	28.125	26.931	45.277	439	-	430.772
Saldos em 1º de janeiro de 2024	330.000	28.125	26.931	45.277	439	-	430.772
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	85.081	85.081
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(228)	(3)	(231)
Destinação do lucro							
Constituição de reservas (Nota 13b)	-	4.253	4.253	46.878	-	(55.384)	-
Juros sobre capital próprio (Nota 13b)	-	-	-	-	-	(29.694)	(29.694)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	330.000	32.378	31.184	92.155	211	-	485.928
Saldos em 1º de julho de 2024	330.000	30.203	29.009	68.421	413	-	458.046
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	43.518	43.518
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(202)	(3)	(205)
Destinação do lucro							
Constituição de reservas (Nota 13b)	-	2.175	2.175	23.734	-	(28.084)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(15.431)	(15.431)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	330.000	32.378	31.184	92.155	211	-	485.928

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em Milhares de Reais)

	<u>2º Semestre</u> <u>2024</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u> <u>(Reapresentado)</u>
<u>Atividades operacionais</u>			
Lucro líquido do semestre/exercícios antes IR/CS	58.595	115.558	108.064
Ajustes do lucro líquido			
Provisão (Reversão) Riscos cíveis e fiscais	120	167	632
Outras reversões de provisões operacionais	(175)	(175)	-
Alienação de valores e bens	64	64	2
Depreciação	340	641	602
Equivalência patrimonial	(359)	(742)	(964)
Variações de ativos e obrigações			
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários	(22.454)	(16.877)	(48.277)
(Aumento) redução em outros ativos	(2.898)	(14.899)	(40.678)
Aumento (redução) em outras obrigações	6.693	19.735	64.636
Imposto de renda e contribuição social pagos	(14.806)	(39.084)	(39.239)
Caixa líquido proveniente nas atividades operacionais	25.120	64.388	44.778
<u>Atividades de investimento</u>			
Aquisições de imobilizado	(316)	(317)	(19)
Dividendos recebidos	-	-	164
Juros sobre capital próprio recebidos	72	214	489
Alienação de investimento	4.702	4.702	-
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	4.458	4.599	634
<u>Atividades de financiamento</u>			
Dividendos pagos	-	-	(14.735)
Juros sobre capital próprio pagos	(15.431)	(29.694)	(22.576)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(15.431)	(29.694)	(37.311)
Aumento de caixa e equivalentes a caixa	14.147	39.293	8.101
Caixa e equivalentes a caixa no início do semestre/exercícios	44.121	18.975	10.874
Caixa e equivalentes a caixa no final do semestre/exercícios	58.268	58.268	18.975
Aumento de caixa e equivalentes a caixa	14.147	39.293	8.101

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

7. DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em Milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativo			
Caixa e equivalentes a caixa		2.330	1.160
Aplicações financeiras	19	739.688	770.646
Direitos junto a consorciados contemplados	20	956.773	948.187
Compensação		6.054.133	5.915.422
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados		53.371	53.472
Contribuições devidas ao grupo		3.218.392	3.148.502
Valores e bens ou serviços a contemplar		2.782.370	2.713.448
Total do Ativo		<u>7.752.924</u>	<u>7.635.415</u>
		<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Passivo			
Obrigações com consorciados		610.801	598.065
Valores a repassar		13.976	14.188
Obrigações por contemplações a entregar		665.829	684.051
Recursos a devolver a consorciados		283.941	305.433
Recursos dos grupos		124.244	118.256
Compensação		6.054.133	5.915.422
Recursos mensais a receber de consorciados		53.371	53.472
Obrigações do grupo por contribuições		3.218.392	3.148.502
Bens ou serviços a contemplar		2.782.370	2.713.448
Total do Passivo		<u>7.752.924</u>	<u>7.635.415</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

8. DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS DE CONSÓRCIOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em Milhares de Reais)

	<u>2º Semestre</u> <u>2024</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Disponibilidades no início do período	<u>778.602</u>	<u>771.806</u>	<u>750.918</u>
Caixa e equivalentes a caixa	2.090	1.160	552
Aplicações financeiras	<u>776.512</u>	<u>770.646</u>	<u>750.366</u>
Aplicações financeiras dos grupos	75.418	86.595	93.258
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	701.094	684.051	657.108
 (+) Recursos coletados	<u>596.488</u>	<u>1.166.606</u>	<u>1.191.519</u>
Contribuições para aquisições de bens	463.962	904.599	913.977
Taxa de administração	72.156	146.154	147.609
Contribuição ao fundo de reserva	15.470	30.266	30.820
Renda de aplicação financeira	32.788	65.355	78.416
Prêmios de seguros	3.025	6.299	7.241
Outros	9.087	13.933	13.456
 (-) Recursos utilizados	<u>633.072</u>	<u>1.196.394</u>	<u>1.170.631</u>
Aquisição de bens	480.156	888.726	889.467
Taxa de administração	73.948	148.257	150.784
Prêmio de seguros	3.113	6.483	7.433
Devolução a consorciados desligados	27.637	75.154	64.547
Outros	48.218	77.774	58.400
 Disponibilidades no final do período	<u>742.018</u>	<u>742.018</u>	<u>771.806</u>
Caixa e equivalentes a caixa	2.330	2.330	1.160
Aplicações financeiras	<u>739.688</u>	<u>739.688</u>	<u>770.646</u>
Aplicações financeiras dos grupos	73.859	73.859	86.595
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	665.829	665.829	684.051

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

9. NOTAS EXPLICATIVAS

1. Contexto operacional

A Banrisul S.A. Administradora de Consórcios (“Administradora”, “Banrisul Consórcios”, “Companhia”) tem por objeto a constituição e administração de grupos de consórcios destinados preferencialmente à aquisição de bens móveis e imóveis, tendo como seu principal parceiro na comercialização de seus produtos o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (“Banrisul” ou “Banco”).

Como parte integrante do Conglomerado do Banrisul, as operações são conduzidas utilizando, de forma compartilhada, a infraestrutura tecnológica e administrativa do controlador mediante ressarcimento de custos. As demonstrações financeiras devem ser compreendidas nesse contexto.

A Banrisul Consórcios mantém sua busca à automatização dos fluxos de trabalho com viés na tecnologia. A busca da qualificação e de novas formas de vendas proporciona o aumento da quantidade de consorciados ativos e adimplentes. Essas são ações que pretendemos manter e aprimorar, citando em especial a disponibilização do APP Consórcio para cliente do Banco vendendo cotas com foco no autoatendimento. A Banrisul Consórcios segue prestando suporte qualificado e ágil à rede de agências e atendendo consorciados em diversos formatos, objetivando que contemplações e aquisições corram sua jornada de forma ágil e segura para os envolvidos no processo.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 bem como a Resolução BCB nº 2 de 12 agosto de 2020, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

A Instrução Normativa BCB nº 282 de 27 de abril de 2022 estabelece os modelos das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio.

A Resolução BCB nº 156/2021 estabelece os critérios e os procedimentos contábeis a serem observados pelas administradoras de consórcio autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na escrituração dos grupos de consórcio. Dentre as alterações promovidas pela norma, cita-se a escrituração dos grupos de consórcios encerrados contabilmente a qual é registrada em contas de compensação desde janeiro de 2022.

O conselho de administração da companhia autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 6 de fevereiro de 2025.

b) Convergência às normas internacionais

A Resolução BCB nº 120/2021, com vigência a partir de janeiro de 2022, estabeleceu os princípios gerais e os procedimentos específicos para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas administradoras de consórcio. O artigo 2º determina que sejam aplicados os pronunciamentos técnicos abaixo relacionados os quais foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis:

I - Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, aprovado em 1º de novembro de 2019;

II - Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado em 6 de agosto de 2010;

III - Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, aprovado em 26 de junho de 2009;

IV - Pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, aprovado em 7 de dezembro de 2012, nas situações em que a mensuração pelo valor justo de elementos patrimoniais e de resultado esteja prevista em regulamentação específica; e

V - Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, aprovado em 4 de novembro de 2016.

A Resolução BCB nº 6/2020 define os critérios e os procedimentos para reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso.

Os critérios para reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, de contingências passivas e de contingências ativas (constantes no Pronunciamento Técnico CPC 25) foram recepcionados pelo Banco Central na Resolução BCB nº 9/2020.

c) Normas emitidas com vigência futura

Resolução BCB nº 178/2022

A norma estabelece os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil realizadas pelas administradoras de consórcio e outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Para tanto, deve ser observado o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 06 (R2) – Arrendamentos, aprovado em 6 de outubro de 2017, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil.

O contrato em vigência que apresenta as características enquadradas no normativo será reconhecido nos termos da Resolução a partir de janeiro/2025 (impacto de R\$ 138 na conta de lucros ou prejuízos acumulados).

Resolução BCB nº 352/2023

A Resolução BCB nº 352 de 23/11/2023 revogou a Resolução BCB nº 219 de 30/03/2023 e dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*) pelas administradoras de consórcio e outras sociedades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A nova regulamentação inclui regras sobre “os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.”

A norma tem como objetivo convergir o padrão do Banco Central aos padrões contábeis internacionais sobre instrumentos financeiros (IFRS 9), estabelece prazo para as instituições financeiras adaptarem seus processos de classificação e gestão de risco e apuração de suas provisões, assim como revoga diversos atos normativos que atualmente regulam a matéria.

Quanto aos critérios contábeis estabelecidos, o normativo determina que estes “devem ser aplicados prospectivamente a partir da sua data de sua entrada em vigor”. O parágrafo único do artigo 94 ainda afirma que “os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta Resolução devem ser registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários”.

O artigo 4º da Resolução BCB 352/2023 estabelece que as administradoras de consórcio devem classificar os ativos financeiros com base no modelo de negócios da instituição para gestão de ativos financeiros. Em alinhamento às diretrizes adotadas pelo Banco Banrisul, a companhia aderiu à política de classificação de ativos financeiros do modelo de negócios de seu controlador.

A classificação dos títulos e valores mobiliários da companhia, de acordo com o modelo de negócios, terá impacto credor estimado (líquido de efeitos tributários) de R\$ 211 na conta de lucros ou prejuízos acumulados; ao passo que a nova política de perdas esperadas reduzirá a mesma conta em aproximadamente R\$ 13.

d) Moeda funcional

A moeda funcional da Banrisul Consórcios é o Real, sendo que as demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais.

e) Continuidade operacional

A presente demonstração financeira foi elaborada sob o pressuposto de continuidade operacional.

f) Reapresentação de saldos de 31 de dezembro de 2023

No primeiro semestre de 2024, a Administração da Banrisul Consórcios concluiu o processo de revisão e aperfeiçoamento dos critérios de implementação do Pronunciamento Contábil CPC 47 (Receita de Contrato com Cliente), passando também a diferir as taxas de administração antecipadas (previstas na Lei 11.795/2008, art. 27, § 3º), bem como os custos incrementais para a obtenção do contrato de consórcio, tendo os seus efeitos substancialmente compensados, uma vez que a taxa antecipada é cobrada justamente para cobrir os custos incrementais de venda. Esse procedimento foi realizado com o objetivo de melhorar a qualidade e a consistência dessas demonstrações financeiras. Dessa forma, os saldos comparativos relativos a 31 de dezembro de 2023 foram reclassificados para melhor comparabilidade, conforme demonstrado a seguir:

Balanço Patrimonial - Ativo			
	Publicado em 31/12/2023	Remensuração	31/12/2023 (Reapresentação)
Circulante	3	3.427	3.430
Despesas antecipadas	3	3.427	3.430
Não circulante	22.014	31.070	53.084
Realizável a longo prazo	22.014	31.070	53.084
Despesas antecipadas	-	21.104	21.104
Créditos tributários	22.014	9.966	31.980

Balanço Patrimonial - Passivo e Patrimônio Líquido			
	Publicado em 31/12/2023	Remensuração	31/12/2023 (Reapresentação)
Passivo circulante	16.810	4.095	20.905
Receitas antecipadas	16.810	4.095	20.905
Passivo não circulante	43.482	33.557	77.039
Receitas antecipadas	42.458	25.216	67.674
Fiscais diferidas	226	8.341	8.567
Patrimônio líquido	103.488	(3.155)	100.333
Reservas de lucros - Reserva especial	103.488	(3.155)	100.333

Demonstração do Resultado do Exercício			
	Publicado em 31/12/2023	Remensuração	31/12/2023 (Reapresentação)
Outras receitas operacionais	131.419	(22.658)	108.761
Receitas de prestação de serviços	131.419	(22.658)	108.761
Despesas operacionais	(57.408)	18.484	(38.924)
Outras despesas administrativas	(57.408)	18.484	(38.924)
Tributos sobre o lucro	(29.221)	1.419	(27.802)

3. Principais práticas contábeis da administradora e dos grupos de consórcios

As práticas contábeis adotadas pela Banrisul Consórcios são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras e estão descritas nos itens “a” e “b” (Contabilidade da Administradora de Consórcios e Contabilidade dos Grupos de Consórcios).

a) Contabilidade da Administradora de Consórcios

i) Apuração do resultado – As receitas e as despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal. Para a adequação ao CPC 47, aderido pelo Banco Central do Brasil por meio da Resolução BCB nº 120/2021, a companhia passou a apropriar a receita com taxa de administração e o custo incremental para obtenção de contrato de acordo com a obrigação de desempenho, ou seja, o reconhecimento no resultado ocorre à medida que a companhia entrega o serviço ao Grupo de Consórcio por ela administrado.

ii) Caixa e equivalentes a caixa – Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

iii) Títulos e valores mobiliários – Registrados e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil. São classificados nas categorias para negociação, disponíveis para venda e até o vencimento.

Títulos para negociação – Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos reconhecidos no resultado.

Títulos disponíveis para venda – Títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido.

Títulos mantidos até o vencimento – Títulos e valores mobiliários sobre os quais a Administração tem a intenção e a capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, avaliados pelo seu custo de aquisição, desde que não haja perdas de caráter permanente acrescidas dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

iv) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes) – Demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos, bem como, quando aplicável, deduzidos das correspondentes provisões para perdas e rendas a apropriar.

v) Imobilizado de uso – É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear utilizando taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

vi) Redução ao valor recuperável – Os itens imobilizados e outros ativos não circulantes são revisados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

vii) Demais passivos circulantes – Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

viii) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes cumprem os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25:

Provisões – reconhecidas quando há obrigação presente (originada de eventos passados), com provável saída de recursos para liquidação da obrigação cujo valor possa ter estimativa confiável.

Contingências ativas – não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos.

Contingências passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na avaliação dos assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco da perda de uma ação, com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações em montantes mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão nem divulgação.

ix) Imposto de renda e contribuição social – A provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 ao ano (R\$ 120 no semestre), e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação. O imposto de renda e a contribuição social diferido sobre as diferenças temporárias estão apresentados no grupo não circulante da rubrica “Créditos tributários” e refletidos no resultado do período. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas. Esses créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

x) Estimativas contábeis – As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem imposto de renda diferido ativo e provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a subjetividades inerentes ao processo de sua determinação. A Administradora revisa as estimativas e premissas semestralmente.

b) Contabilidade dos Grupos de Consórcio

(i) Disponibilidades e aplicações financeiras – Representam os recursos disponíveis e ainda não utilizados pelos grupos, aplicados segundo determinações do Banco Central do Brasil. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo comum de cada grupo diariamente, não incidindo sobre estes, taxa de administração. As aplicações financeiras são efetuadas em fundos de investimentos, e foram avaliadas, respectivamente, com base no valor das quotas divulgados pelo administrador do fundo na data do balanço.

ii) Direitos junto a consorciados contemplados – Referem-se ao registro dos valores a receber a título de fundo comum e de fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com o preço dos respectivos bens nas datas dos balanços.

iii) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados – Demonstrem a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, inclusive de consorciados em atraso, deduzidos de taxa de administração e de prêmio de seguro. O montante foi calculado com base no valor do bem vigente nas datas dos balanços, conforme determinação do Banco Central do Brasil.

iv) Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições – Referem-se às contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos, calculados com base no valor do bem vigente nas datas de assembleias de contemplações.

v) Valores de bens ou serviços a contemplar – Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no preço dos bens nas datas de assembleias de contemplações.

vi) Obrigações com consorciados – Referem-se aos valores recebidos dos consorciados não contemplados a título de fundo comum, para a aquisição de bens ou serviços, os quais são atualizados com base no preço dos bens nas datas dos balanços.

vii) Valores a repassar – Registra os valores recebidos dos consorciados e ainda não repassados pelos grupos relativos à taxa de administração, prêmios de seguro, multas e juros moratórios, custas judiciais, despesas de registro de contratos de garantia, multa rescisória e outros.

viii) Obrigações por contemplações a entregar - Registra os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescido da respectiva remuneração.

ix) Recursos a devolver a consorciados - Registra o valor dos recursos a serem devolvidos aos consorciados ativos pelos excessos de amortizações e aos consorciados desistentes ou excluídos, pelo valor das contribuições, deduzidos de multas, quando aplicável.

x) Recursos dos grupos – Registra os recursos dos grupos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento dos grupos.

xi) Risco de crédito – Os Grupos de Consórcio possuem Seguro de Quebra de Garantia, que visa garantir ao grupo o recebimento de recursos da seguradora em caso de inadimplemento do consorciado contemplado.

4. Resumo das operações de consórcios

As operações de grupos de consórcio em andamento apresentam as seguintes posições em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

Descrição	Quantidade	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Grupos administrados	133	155
Consortados ativos	77.832	83.283
Bens entregues – no ano	11.712	11.698
Bens entregues – total	35.702	39.357
Bens pendentes de entrega	8.118	8.478
Desistentes/Excluídos – no ano	8.027	9.779
Desistentes/Excluídos – total	51.008	52.698

A taxa de inadimplência é de 3,02% (31.12.2023 – 3,38%).

5. Ativos financeiros (Administradora)

Os recursos utilizados para gestão de caixa da companhia estão alocados em depósitos bancários à vista e em fundo de investimento.

Caixa e equivalentes a caixa

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Disponibilidades - Depósitos bancários à vista	410	584
Fundo de investimento RF LP	57.858	18.391
Total	<u>58.268</u>	<u>18.975</u>

A carteira de títulos e valores mobiliários está assim representada:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<u>Circulante</u>		
Para negociação	57.858	18.391
Disponível para venda	1.885	2.239
Mantidos até o vencimento	280.677	195.945
Total	<u>340.420</u>	<u>216.575</u>
<u>Não circulante</u>		
Mantidos até o vencimento	187.127	254.856
Total	<u>187.127</u>	<u>254.856</u>

a) Títulos e valores mobiliários - Para negociação

	<u>2024</u>		<u>2023</u>	
	<u>Valor de</u> <u>Custo/Curva</u>	<u>Valor de</u> <u>Mercado/Contábil</u>	<u>Valor de</u> <u>Custo/Curva</u>	<u>Valor de</u> <u>Mercado/Contábil</u>
Fundo de investimento RF LP	57.858	57.858	18.391	18.391
Total	<u>57.858</u>	<u>57.858</u>	<u>18.391</u>	<u>18.391</u>

b) Títulos e valores mobiliários - Disponíveis para venda

	<u>2024</u>		<u>2023</u>	
	<u>Valor de</u> <u>Custo/Curva</u>	<u>Valor de</u> <u>Mercado/Contábil</u>	<u>Valor de</u> <u>Custo/Curva</u>	<u>Valor de</u> <u>Mercado/Contábil</u>
Fundo de investimento imobiliário	1.565	1.885	1.574	2.239
Total	<u>1.565</u>	<u>1.885</u>	<u>1.574</u>	<u>2.239</u>

c) Títulos e valores mobiliários - Mantidos até o vencimento

	<u>2024</u>		<u>2023</u>	
	<u>Valor de</u> <u>Custo/Curva</u>	<u>Valor de</u> <u>Mercado</u>	<u>Valor de</u> <u>Custo/Curva</u>	<u>Valor de</u> <u>Mercado</u>
Letras financeiras	467.804	467.804	450.801	450.801
Total	<u>467.804</u>	<u>467.804</u>	<u>450.801</u>	<u>450.801</u>

As Letras Financeiras, aplicadas junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., foram realizadas com vencimentos entre 730 e 1.400 dias e rendimento médio de 107,1% do CDI.

A Administração declara que dispõe de capacidade financeira para manter os títulos descritos no item “c” classificados como “mantidos até o vencimento”.

Para o cálculo da marcação a mercado são utilizadas as curvas de contratos futuros divulgadas pela B3 – Brasil, Bolsa, Balcão.

6. Outros créditos – diversos (Administradora)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Circulante		
Cotas de consórcio adquiridas pela própria administradora	1.060	718
Impostos e contribuições a compensar	10.894	5.736
Renda de taxa de administração a receber (a)	328	458
Adiantamentos de recursos a consorciados	348	362
Outros	1.247	765
Total	<u>13.877</u>	<u>8.039</u>

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Não Circulante		
Cotas de consórcio adquiridas pela própria administradora	20.767	20.146
Impostos e contribuições a compensar	375	6.151
Depósitos vinculados a processos judiciais (b)	464	506
Total	<u>21.606</u>	<u>26.803</u>

(a) Parcelas em atraso de cotas contempladas com bens entregues (líquidas da provisão sobre parcela não coberta pelo seguro de quebra de garantia), conforme Resolução BCB nº120/2021.

(b) O valor de R\$ 464 (2023 – R\$ 506) refere-se a processos cíveis e a processos fiscais, estes movidos por diversos municípios requerendo o recolhimento de ISS sobre operações de arrendamento mercantil realizadas pela então Banrisul S.A. Arrendamento Mercantil, atualmente denominada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios.

7. Despesas antecipadas

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> (Reapresentado)
Circulante		
Custo incremental para obtenção de contrato (a)	7.109	3.427
Outras despesas antecipadas	-	3
Total	<u>7.109</u>	<u>3.430</u>
Não Circulante		
Custo incremental para obtenção de contrato (a)	31.652	21.104
Total	<u>31.652</u>	<u>21.104</u>

(a) Custos incrementais diretamente relacionados às vendas de cotas de consórcio que serão apropriados no resultado ao longo do período de vigência do grupo.

8. Créditos tributários

Os créditos tributários referem-se ao imposto de renda e à contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias oriundas da provisão para riscos cíveis e fiscais, provisões operacionais, da provisão para créditos de liquidação duvidosa e da receita antecipada. A expectativa de realização desses créditos consta na nota 17c e o valor presente, calculado com base na taxa SELIC, é de R\$ 30.273 (31.12.2023 – R\$ 25.389 – Reapresentado).

9. Sociais e estatutárias (Administradora)

As obrigações sociais e estatutárias são representadas por dividendos e por juros sobre capital próprio.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Dividendos de exercícios anteriores	51	75
Juros sobre capital próprio	51	24
Total	<u>102</u>	<u>99</u>

10. Fiscais e previdenciárias (Administradora)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Tributos sobre o lucro	6.875	18.653
Tributos sobre a receita	1.900	2.569
Retenções federais de terceiros	1.279	4.035
Outras obrigações	50	17
Total	<u>10.104</u>	<u>25.274</u>

11. Diversas (Administradora)

	Nota	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Convênio prestação de serviços (Banco Banrisul)	18	5.767	8.154
Comissões devidas		7.475	5.929
Processamento de dados		307	242
Propaganda e publicidade		596	437
Parcerias comerciais		464	936
Outros pagamentos		1.223	1.251
Total		<u>15.832</u>	<u>16.949</u>

12. Receitas antecipadas (Administradora)

Antecipações recebidas de taxa de administração reconhecidas ao longo do tempo de administração dos grupos de consórcios a partir de janeiro de 2022.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> (Reapresentado)
Passivo circulante	31.044	20.905
Passivo não circulante	91.037	67.674
Total	<u>122.081</u>	<u>88.579</u>

13. Provisões para riscos cíveis e fiscais e passivos contingentes

A Banrisul Consórcios possui provisões e passivos contingentes para riscos cíveis (decorrentes de processos movidos por consorciados) bem como provisões e passivos contingentes para riscos fiscais (resultantes de processos judiciais e autos de infração, principalmente processos relativos à cobrança de ISS movidos por diversos municípios sobre operações de arrendamento mercantil, realizadas pela então Banrisul S.A. Arrendamento Mercantil, atualmente denominada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios). Não há provisões de ações trabalhistas.

a) Provisões para riscos cíveis e fiscais – Prováveis

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Provisão para riscos cíveis e fiscais	862	798
Total	<u>862</u>	<u>798</u>

As movimentações das provisões apresentam-se da seguinte forma:

Riscos cíveis	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldo inicial	576	198
Constituição e atualização monetária	543	615
Reversão da provisão	(426)	(219)
Baixas por pagamento	(103)	(18)
Saldo final	<u>590</u>	<u>576</u>
 Riscos fiscais	 <u>2024</u>	 <u>2023</u>
Saldo inicial	222	221
Constituição e atualização monetária	50	236
Baixas por pagamento	-	(235)
Saldo final	<u>272</u>	<u>222</u>

b) Passivos contingentes

De acordo com as práticas contábeis, não foram constituídas provisões para os passivos contingentes classificados como possíveis pelos assessores jurídicos. Não há passivos contingentes trabalhistas classificados como possíveis para os períodos de 31/12/2024 e 31/12/2023.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Passivos contingentes fiscais	39.306	35.550
Passivos contingentes cíveis	406	-

14. Patrimônio líquido (Administradora)

a) Capital social

O Capital Social no valor de R\$ 330.000 é composto por 89.500.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. é o acionista majoritário, com participação de 99,7% do total das ações. A participação dos acionistas minoritários é de 0,3%.

b) Distribuição de resultados

O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social, (ii) 5% para constituição de reserva estatutária e (iii) os lucros remanescentes, conforme disposições estatutárias, terão o destino que for deliberado pela Assembleia Geral que aprovar as demonstrações financeiras.

A distribuição das Reservas de Lucros é estabelecida de acordo com a Lei das S/A e o estatuto social da companhia.

Conforme aprovação do Conselho de Administração, o valor pago a título de juros sobre capital próprio (JSCP) no ano de 2024 foi calculado nos termos da Lei 9.249/95.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Patrimônio líquido ajustado exercício anterior	433.487	377.053
(x) TJLP Acumulada	6,85%	7,05%
(=) JSCP Pagos	29.694	26.582
Reflexos tributários sobre JSCP pagos (34%)	10.096	9.038

O quadro a seguir demonstra o cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios de acordo com o estatuto social vigente, aos quais foram imputados os juros sobre capital próprio.

	2024	2023
Lucro líquido do período	85.081	83.017
Reserva legal (5%)	(4.253)	(4.151)
Base de cálculo dos dividendos	80.828	78.866
Dividendos propostos (25%)	20.207	19.717
JSCP distribuído (líquido imposto de renda)	25.240	22.595
Dividendos por ações em circulação – R\$	0,23	0,21

15. Receita de prestação de serviços

A taxa de administração de consórcio é reconhecida de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 47 (recepção pelo Banco Central por meio da Resolução BCB nº 120/2021).

	2º Semestre 2024	2024	2023 (Reapresentado)
Taxa de administração de consórcio	58.927	115.985	102.389
Taxa de permanência sobre recursos não procurados	4.330	7.671	4.897
Outras receitas de serviços	733	1.441	1.475
Total	63.990	125.097	108.761

16. Outras despesas administrativas

	2º Semestre 2024	2024	2023 (Reapresentado)
Provisões			
Provisões operacionais	(3.328)	(6.116)	(7.148)
Riscos cíveis e fiscais	(265)	(323)	(632)
Subtotal	(3.593)	(6.439)	(7.780)

	2º Semestre 2024	2024	2023 (Reapresentado)
Serviços de terceiros	(11.040)	(22.422)	(20.339)
Diretoria e conselhos	(950)	(1.586)	(920)
Aluguéis	(229)	(455)	(435)
Comissões de vendas	(3.350)	(4.967)	(1.700)
Processamento de dados	(2.327)	(3.979)	(3.756)
Propaganda e publicidade	(774)	(1.192)	(1.019)
Doações e patrocínios (deduções IRPJ/CS)	(609)	(609)	-
Diversas	(978)	(2.072)	(2.975)
Subtotal	(20.257)	(37.282)	(31.144)
Total	(23.850)	(43.721)	(38.924)

17. Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL (Administradora)

a) Conciliação do resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social

	<u>2º Semestre</u> <u>2024</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u> <u>(Reapresentado)</u>
Resultado antes dos tributos	58.595	115.558	108.064
Adições (Exclusões) permanentes/temporárias – IRPJ (1)	(3.548)	(6.112)	10.369
Adições (Exclusões) permanentes/temporárias – CSLL (1)	(3.539)	(6.129)	10.369
(=) Base IRPJ	55.047	109.446	118.433
(=) Base CSLL	55.056	109.429	118.433
Imposto de renda	(13.750)	(27.338)	(29.585)
Contribuição social	(4.955)	(9.849)	(10.659)
Deduções doações e patrocínios	609	609	-
IRPJ e CSLL corrente	(18.096)	(36.578)	(40.244)
IRPJ e CSLL diferidos	3.019	6.101	12.442
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(15.077)	(30.477)	(27.802)

(1) As exclusões permanentes referem-se, majoritariamente, a juros sobre capital próprio distribuídos. As adições e as exclusões temporárias são compostas, substancialmente, pelos ajustes ao regime de competência do CPC 47 (receita antecipada e custo incremental para obtenção de contrato).

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos – ativo

	<u>Saldo</u> <u>Inicial</u>	<u>Constituição</u> <u>(Realização)</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> <u>(Reapresentado)</u>
Diferenças temporárias				
Provisões operacionais	1.747	(517)	1.230	1.747
Provisão créditos de liquidação duvidosa	18	(6)	12	18
Receita antecipada	29.943	11.440	41.383	29.943
Riscos cíveis e fiscais	272	21	293	272
Total do ativo fiscal diferido	31.980	10.938	42.918	31.980

c) Expectativa de realização dos créditos tributários

	<u>Contribuição</u> <u>Social</u>	<u>Imposto de</u> <u>Renda</u>	<u>Total</u>
2025	3.004	8.346	11.350
2026	2.141	5.946	8.087
2027	1.638	4.561	6.189
2028	1.135	3.153	4.288
2029	928	2.579	3.507
Após 2030	2.514	6.983	9.497
Total 31.12.2024	11.360	31.558	42.918
Total 31.12.2023 (Reapresentado)	8.465	23.515	31.980

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos – passivo

	<u>Saldo</u> <u>Inicial</u>	<u>Constituição</u> <u>(Realização)</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> <u>(Reapresentado)</u>
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	226	(117)	109	226
Custo incremental para obtenção de contrato	8.341	4.837	13.178	8.341
Total do passivo fiscal diferido	8.567	4.720	13.287	8.567

18. Transações com partes relacionadas (Administradora)

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 e ao Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1). Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de baixo risco.

As transações com partes relacionadas com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. compreendem depósitos e aplicações em letras financeiras bem como acordo operacional que regula a prestação de serviços entre o Banrisul e a Banrisul Consórcios. Já o Fundo Premium é administrado pela Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários. Em dezembro/2024, a participação societária de 0,18% na Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. foi vendida ao controlador (Banrisul).

	31/12/2024		31/12/2023	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.				
Disponibilidades - Depósitos bancários à vista	410	-	584	-
Instrumentos financeiros	467.804	51.721	450.801	56.881
Convênio prestação de serviços	(5.767)	(35.176)	(8.154)	(43.546)
Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. - Instituição de Pagamento				
Investimento (MEP)	-	742	4.249	964
Fundo Premium FI RF LP				
Instrumentos financeiros	57.858	3.887	18.391	2.302

A Administradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou de remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Os Administradores possuem uma cota de grupo de consórcio administrado pela companhia.

19. Resultados recorrentes e não recorrentes (Administradora)

O artigo 34 da Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 define resultado não recorrente como o resultado que (i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e (ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Não houve resultado não recorrente no ano de 2024.

20. Aplicações financeiras (Grupos de Consórcios)

As aplicações financeiras dos grupos de consórcios (em andamento e em formação) correspondem ao valor de R\$ 739.688 (31/12/2023 – R\$ 770.646) e estão alocadas em cotas de fundos referenciados DI administrados pela Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários.

21. Direitos junto a consorciados contemplados (Grupos de Consórcios)

Os direitos junto a consorciados contemplados estão assim representados:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Curso normal	947.192	936.523
Em atraso	3.507	5.608
Em cobrança judicial	6.074	6.056
Total	<u>956.773</u>	<u>948.187</u>

22. Instrumentos financeiros (Administradora)

O principal risco que a Administradora possui relacionado aos seus instrumentos financeiros é o risco de crédito, devido à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes em operações financeiras, de suas obrigações nos termos pactuados, incluindo as operações dos grupos de consórcios, sob a sua administração. A Administradora, através do seu controlador, efetua o gerenciamento do risco de crédito monitorando, por meio do comportamento de sua carteira, a concentração em clientes e o nível de inadimplência.

23. Gerenciamento de risco

A Banrisul Consórcios aderiu à estrutura de gerenciamento de risco operacional e de mercado em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.557/17, e utiliza a estrutura implementada pelo Banrisul, líder do conglomerado financeiro.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, no exercício das atribuições que nos conferem o artigo 163, itens II e VII, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e conforme as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, documentos esses relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Com base nesses exames, em nossos procedimentos periodicamente adotados, e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião, por unanimidade, de que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pelos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Porto Alegre, 11 de fevereiro de 2025.

Felipe Moreira Cruzeiro

Micheli Tassiani Petry

Paula Ferreira Krieger

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e aos Cotistas da
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios (“Banrisul Consórcios”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2024 e das variações nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcio em 31 de dezembro de 2024 e as variações nas disponibilidades dos grupos de consórcio consolidadas para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Banrisul Consórcios, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Banrisul Consórcios é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Banrisul Consórcios continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Banrisul Consórcios ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Banrisul Consórcios são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Banrisul Consórcios.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Banrisul Consórcios. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Banrisul Consórcios a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 11 de fevereiro de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RS

Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4

BANRISUL S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS

DIRETORIA

Gilberto Capoani
Diretor-Presidente

Artemino Raimundo Rosin
Diretor

Otomar Oleques Vivian
Diretor

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando Postal - **Presidente**
Flávio Pompermayer - **Vice-Presidente**

Elizabete Rejane Sodré Tavares - **Conselheira**
Ladir Cezar Cardoso Matias - **Conselheiro**
Marcelo Soares Alves - **Conselheiro**
Sonia Maria Nogueira Saconi - **Conselheira**
Werner Köhler - **Conselheiro**

Debora Dill Cavalheiro Corrêa
Contadora
CRC RS-094261/O-7



PARECER DO CONSELHO FISCAL
(Exercício social findo em 31 de dezembro de 2024)

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, no exercício das atribuições que nos conferem o artigo 163, itens II e VII, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e conforme as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, documentos esses relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Com base nesses exames, em nossos procedimentos periodicamente adotados, e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião, por unanimidade, de que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pelos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

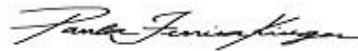
Porto Alegre, 11 de fevereiro de 2025.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Felipe Moreira Cruzeiro'.

Felipe Moreira Cruzeiro

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Michell Tassiani Petry'.

Michell Tassiani Petry

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Paula Ferreira Krieger'.

Paula Ferreira Krieger

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO		BALANÇOS PATRIMONIAIS					
		Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em Milhares de Reais)					
		Nota	31/12/2024	31/12/2023	Nota	31/12/2024	31/12/2023
				(Reapresentado)			(Reapresentado)
Senhores Clientes:		Ativo		Passivo			
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos para apreciação as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.		Circulante		Circulante			
A Banrisul S.A. Administradora de Consórcios ("Banrisul Consórcios", "Companhia") tem como objetivo administrar grupos de consórcios, com foco principal em cotas de automóveis e de imóveis, oportunizando a clientes e não clientes do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., a aquisição de bens, quitação de financiamentos e até mesmo a construção ou reforma de seu imóvel residencial ou comercial.			361.816	228.628		57.082	63.227
Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia administrava 133 grupos de consórcios (155 grupos em 31.12.2023) com uma base de clientes ativos de 77.832 consorciados (83.165 consorciados ativos em 31.12.2023). No exercício de 2024, ocorreram 13.856 contemplações (12.956 contemplações em 2023), apresentando lucro líquido de R\$ 85.081 mil.			410	584	9	102	99
A Banrisul Consórcios tem como política a distribuição de resultados, assegurando aos acionistas a título de dividendos uma quota do lucro líquido em percentual a ser definido anualmente nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, ajustado nos termos da Lei. Em 2024, foi imputado juros sobre capital próprio aos dividendos.		5	340.420	216.575	10	10.104	25.274
A Administração declara que dispõe de capacidade financeira para manter em carteira os títulos classificados como mantidos até o vencimento, conforme disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do BACEN.			340.420	216.575	11	15.832	16.949
Agradecimentos		6	13.877	8.038			
Agradecemos aos nossos consorciados, fornecedores e conselheiros pela confiança e credibilidade; ao nosso controlador, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., pelo apoio recebido; aos nossos colaboradores, pela dedicação e profissionalismo com que conduzem suas atividades.		7	7.109	3.430	12	31.044	20.945
		Não Circulante		Não Circulante			
			286.380	342.410		105.188	177.038
			283.303	342.410		91.033	67.674
			187.127	254.856	13	862	798
		5	187.127	254.856	17 d	13.287	8.567
			187.127	254.856			
			21.806	26.803			
		6	31.652	104			
		8,17 b	42.918	31.980			
			-	4.249			
			3.077	3.418			
			4.751	4.683			
			(1.704)	(1.265)			
					</		

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Para download do arquivo contendo a certificação digital, clique no link:

<https://jornalcomercio.redeimagem.com.br/viewer/pagestream?token=MUpekpXUgdeKU8WO0NhxqRjO6GtYz%2BIEw8fSSxuF2fNnoBjB5Bx8YstsqPK9OKy>



Para verificar a autenticidade do documento acima, acesse o verificador do site do ITI (Instituto Nacional de Tecnologia da Informação), ferramenta indicada pela ICP Brasil para validação da certificação digital.

<https://validar.iti.gov.br>

(Verificador de Conformidade do Padrão de Assinatura Digital da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP-Brasil)

Certificado(s)

Nome: EMPRESA JORNALISTICA J C JARROS LTDA:92785989000104
Emitido por: AC SAFEWEB RFB v5
Data da assinatura: 10/03/2025 00:25:16





**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL
E HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

INFORMAÇÕES

NOME.....	: DEBORA DILL CAVALHEIRO
REGISTRO.....	: RS-094261/O-7
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: ***.337.350-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: RIO GRANDE DO SUL, 24/02/2025 as 14:54:46.
Válido até: 25/05/2025.
Código de Controle: 692722.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Banrisul Soluções
em Pagamentos S.A.**

Demonstrações financeiras 2024

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS.....	3
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	4
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
BALANÇOS PATRIMONIAIS	10
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO.....	11
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	12
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	14
NOTAS EXPLICATIVAS	
1 - CONTEXTO OPERACIONAL	16
2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	17
3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	18
4 - ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS	25
5 - DISPONIBILIDADES	25
6 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS	25
7 - RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS.....	26
8 - CONTAS A RECEBER.....	26
9 - PROVISÃO PARA PERDAS	27
10 - ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS DIFERIDOS	28
11 - IMOBILIZADO	28
12 - CONTAS A PAGAR A ESTABELECIMENTOS	29
13 - MOEDA ELETRÔNICA EM CIRCULAÇÃO	29
14 - OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	29
15 - PROVISÃO PARA RISCOS E PASSIVOS CONTINGENTES.....	29
16 - OBRIGAÇÕES FISCAIS	30
17 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30
18 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	31
19 - RECEITAS COM TRANSAÇÕES DE PAGAMENTOS	32
20 - DESPESAS OPERACIONAIS.....	32
21 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS E DE PESSOAL.....	32
22 - DESPESAS TRIBUTÁRIAS	32
23 - OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)	33
24 - TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS	33
25 - RESULTADOS NÃO RECORRENTES	34
26 - GESTÃO DE RISCO.	34
27 - OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO PÓS-EMPREGO A EMPREGADOS.....	36
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	48
PARECER DO CONSELHO FISCAL	51

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS 2S24

- O volume financeiro transacionado pela Vero alcançou R\$27,0 bilhões no 2S24, com crescimento de 10,7% em relação ao 2S23.
- A quantidade de transações capturadas pela Vero totalizou 291,3 milhões no 2S24, o que representa elevação de 9,0% quando comparado ao 2S23.
- A Antecipação do Recebimento de Vendas atingiu R\$5,1 bilhões no 2S24, registrando aumento de 6,0% frente ao 2S23.
- O Lucro Líquido totalizou R\$232,2 milhões no 2S24, com queda de -26,6% frente ao registrado no 2S23.

Destques Operacionais e Financeiros	2S24	2S23	Var % 2S24 X 2S23	1S24	Var % 2S24 X 1S24	12M24	12M23	Var % 12M24 X 12M23
TPV Vero (R\$ milhões)	26.977,4	24.363,8	10,7%	24.149,3	11,7%	51.126,7	46.536,3	9,9%
Antecipação do Recebimento de Vendas (R\$ milhões)	5.073,0	4.783,6	6,0%	4.341,2	16,9%	9.414,2	9.098,9	3,5%
Faturamento Banricard (R\$ milhões)	1.189,8	1.062,0	12,0%	1.232,1	-3,4%	2.421,9	2.009,8	20,5%
Lucro Líquido (R\$ milhões)	232,2	316,4	-26,6%	205,5	13,0%	437,6	522,9	-16,3%

Relatório da administração

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. - Instituição de Pagamento, referente ao período findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhados do Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das informações financeiras.

As demonstrações financeiras da companhia foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações em conjunto às Normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen, sob o pressuposto de continuidade operacional e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira.

DESEMPENHO OPERACIONAL POR LINHA DE PRODUTOS

Rede de Adquirência Vero

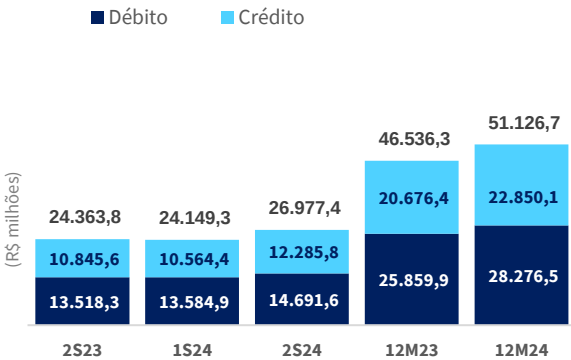
Abrange as atividades de credenciamento, captura, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito, débito, pré e pós-pagos, e Pix.

Volume Financeiro Transacionado

O volume financeiro transacionado registrou R\$27,0 bilhões no 2S24, montante 10,7% ou R\$2,6 bilhões superior ao valor apurado no 2S23. Em comparação com o 1S24, houve alta de 11,7% ou R\$2,8 milhões.

Em 2024, o volume financeiro transacionado totalizou R\$51,1 bilhões, com valor 9,9% ou R\$4,6 bilhões acima do apurado em 2023.

Com cartões de débito, foram transacionados R\$14,7 bilhões no 2S24, alta de 8,7% ou R\$1,2 bilhão frente ao 2S23, e de 8,1% ou R\$1,1 bilhão em relação ao 1S24. Em 2024, o total transacionado com cartões de débito somou R\$28,3 bilhões, refletindo elevação de 9,3% ou R\$2,4 bilhões em comparação com o ano anterior.



Com cartões de crédito, o volume financeiro transacionado registrou R\$12,3 bilhões no 2S24, valor 13,3% ou R\$1,4 bilhões superior ao realizado no 2S23, e alta de 16,3% ou R\$1,7 bilhões em comparação ao 1S24. O volume financeiro transacionado com cartões de crédito totalizou R\$22,9 bilhões em 2024, valor 10,5% ou R\$2,2 bilhões acima do realizado em 2023.

O desempenho obtido no período é reflexo da maior intensidade em ações com foco no varejo, do incremento nas transações de grandes clientes e das estratégias comerciais para captação e manutenção de credenciados.

Adicionalmente, frente à catástrofe climática sofrida pelo Rio Grande do Sul e no intuito de contribuir para a reconstrução do estado, a Vero criou ações emergenciais para os credenciados atingidos, contemplando substituição gratuita de máquinas, isenção de tarifas e manutenção das condições comerciais por 3 meses, com ampla campanha de mídia para divulgação.

Antecipação do Recebimento de Vendas

A Banrisul Pagamentos oferece Antecipação do Recebimento de Vendas aos clientes credenciados. No 2S24, o volume financeiro das antecipações somou R\$5,1 bilhões, montante 6,0% ou R\$289,4 milhões acima do registrado no 2S23, alcançando 38,3% do volume passível de antecipação no semestre. Quando comparado ao 1S24, houve crescimento de 16,9% ou R\$731,9 milhões. Em 2024, o volume financeiro das antecipações totalizou R\$9,4 bilhões, valor 3,5% ou R\$315,3 milhões acima do apurado em 2023.

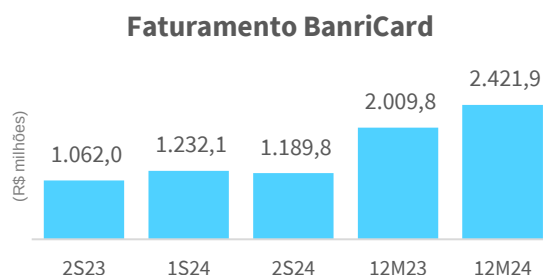
O volume antecipado apresentou crescimento quando comparado com o mesmo período do ano anterior, movimento explicado majoritariamente pelo desempenho do varejo.

Cartões de Benefícios e Empresariais BanriCard

Envolve a emissão dos cartões pré e pós-pagos, administrados por meio de convênios.

O faturamento dos cartões BanriCard totalizou R\$1,2 bilhão no 2S24, aumento de 12,0% ou R\$ 127,9 milhões em relação ao 2S23 e decréscimo de -3,4% ou R\$42,2 milhões quando comparado ao 1S24.

Em 2024, o faturamento dos cartões BanriCard totalizou R\$2,4 bilhões, com valor 20,5% ou R\$412,2 milhões acima do apurado em 2023.



Os cartões BanriCard alcançaram o volume de 14,7 milhões de transações de compra na rede credenciada no 2S24, aumento de 15,2% ou 1,9 milhões de transações em comparação com o 2S23, e crescimento de 7,4% ou 1,0 milhão de transações frente ao obtido no 1S24. Em 2024, o volume de transações alcançou 28,3 milhões, resultado 17,5% ou 4,2 milhões de transações acima do apurado no mesmo período de 2023.

DESEMPENHO FINANCEIRO

As Receitas com Transações de Pagamentos, incluindo antecipação de recebíveis, e as Receitas com prestação de Serviços, alcançaram R\$882,2 milhões em 2024, montante -1,9% menor que 2023.

Já as Despesas Operacionais atingiram R\$ 214,2 milhões em 2024, crescimento de 11,3% em comparação com 2023.

As Despesas Administrativas e de Pessoal somaram R\$106,1 milhões em 2024, resultado 8,9% superior a 2023.

No ano de 2024, a Banrisul Pagamentos registrou Lucro Líquido de R\$437,6 milhões, queda de -16,3% em relação a 2023. O resultado retrata a evolução do desempenho dos negócios da companhia, com forte impacto do efeito tributário, no resultado de 2023, pela distribuição de juros sobre capital aos acionistas.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

A Banrisul Pagamentos não contratou e nem teve serviços prestados pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes que não os serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, conforme os seguintes padrões internacionais aceitos: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (iii) o auditor não deve promover os interesses do seu cliente.

AUDITORIA, CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS

Em consonância com a Lei nº 12.865/13 e as normas do Banco Central do Brasil, a Banrisul Pagamentos instituiu um conjunto de políticas e procedimentos, relacionados ao sistema de controles internos, e observa a política de conformidade do Grupo Banrisul, para assegurar que os riscos inerentes às atividades da organização sejam identificados e administrados adequadamente.

Para obter sinergia e eficiência, o processo de gestão de riscos da Banrisul Pagamentos é realizado de forma integrada com o seu controlador, o Banrisul, permitindo assim visão individual e global dos riscos aos quais a empresa e o grupo estão expostos, bem como a mitigação dos mesmos. Adicionalmente, a Banrisul Pagamentos submete-se à Auditoria Interna do controlador, objetivando estar em conformidade com a Regulamentação vigente e, de maneira orientada, agregar valor e melhorar suas operações.

A descrição das estruturas institucionais de gestão de capital e de riscos corporativos do Conglomerado Prudencial do Grupo Banrisul, do qual a Banrisul Pagamentos é integrante, está disponível no site de Relações com Investidores do Banrisul, no caminho: Governança Corporativa > Gerenciamento de Riscos. Nesse ambiente, também está publicado o Relatório de Gerenciamento de Riscos do Conglomerado Prudencial do Grupo Banrisul.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Banrisul Pagamentos adota políticas e procedimentos integrados com o controlador, o Banrisul, alinhando interesses para preservar e otimizar o valor econômico de longo prazo da Companhia, contribuindo para sua qualidade e sustentabilidade, de acordo com as boas práticas de governança.

Em julho de 2023, a Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. – Instituição de Pagamento (Banrisul Pagamentos) recebeu autorização do Banco Central do Brasil para funcionar como Instituição de Pagamento, nas modalidades emissor de moeda eletrônica, emissor de instrumento de pagamento pós-pago e credenciador, nos termos da Resolução BCB nº 81, de 25 de março de 2022.

PATROCÍNIOS E DOAÇÕES

Visando incentivar o esporte e cultura no Estado do Rio Grande do Sul, a Banrisul Pagamentos contribui com patrocínio a equipes esportivas, bem como com incentivos a projetos contemplados pela Lei Roaunet.

Ciente do seu papel na comunidade, a Companhia ainda apoiou a recuperação física da Casa de Cultura Mario Quintana e Cinemateca Paulo Amorim, afetadas pela enchente, realizando doações nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. Art. 13, § 2º.

AGRADECIMENTOS

A Banrisul Pagamentos agradece aos seus empregados, pelo comprometimento e competência, essenciais para o alcance das conquistas e resultados, aos fornecedores e parceiros comerciais, pelo auxílio na prestação de serviços com excelência e, em especial, aos clientes, pela escolha, fidelidade e incentivo à busca incessante pela qualidade. A todos, nossos sinceros agradecimentos em mais este semestre.

Demonstrações financeiras 2024

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota		2024	2023
	Explicativa			
Ativo				
Ativos financeiros			5.186.108	4.782.090
Disponibilidades	5		13.546	7.924
Instrumentos financeiros	6		1.028.858	676.662
Relações interfinanceiras	7		4.115.222	4.069.904
Contas a receber	8		26.179	26.143
Depósitos judiciais	15		2.248	2.135
Provisões para perdas	9		(1.160)	(1.167)
Outros ativos financeiros			1.215	489
Ativos fiscais			3.136	95.255
IRRF e CSLL a Compensar			-	89.900
Diferido	10		3.136	5.355
Outros ativos			6.409	5.663
Imobilizado	11		154.930	163.548
Imobilizado de uso			264.169	244.186
(Depreciação acumulada)			(109.239)	(80.638)
Total do ativo			5.350.583	5.046.556
Passivo				
Passivos financeiros			2.706.847	2.667.607
Contas a pagar a estabelecimentos	12		2.411.191	2.416.922
Moeda eletrônica em circulação	13		241.578	196.005
Outros passivos financeiros	14		54.078	54.680
Provisões para riscos	15		2.996	2.575
Obrigações fiscais	16		49.093	62.617
Outros passivos			5.998	8.342
Total do passivo			2.764.934	2.741.141
Patrimônio líquido			2.585.649	2.305.415
Capital social	17a		1.162.000	1.162.000
Reservas de lucros	17c e 17d		1.424.432	1.145.676
Outros resultados abrangentes			(783)	(2.261)
Total do passivo e patrimônio líquido			5.350.583	5.046.556

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024.

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

		2º semestre		
	Nota	2024	2024	2023
Resultado da intermediação financeira		53.292	99.966	123.478
Outras receitas (despesas) operacionais		255.122	477.307	504.995
Receitas com transações de pagamentos	19	459.413	876.031	894.101
Receitas com prestação de serviços		3.185	6.150	5.584
Despesas operacionais	20	(109.625)	(214.175)	(192.492)
Despesas de pessoal	21	(4.215)	(9.558)	(10.627)
Despesas administrativas	21	(47.988)	(96.511)	(86.806)
Despesas tributárias	22	(47.062)	(89.965)	(101.409)
Outras receitas (despesas)	23	1.413	5.335	(3.356)
Resultado operacional		308.414	577.273	628.473
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		308.414	577.273	628.473
Imposto de renda e contribuição social	18	(76.243)	(139.633)	(105.604)
Corrente		(76.504)	(138.139)	(106.766)
Diferido		261	(1.494)	1.162
Lucro líquido do semestre/exercício		232.171	437.640	522.869
Lucro líquido por ação (em R\$)		0,49	0,92	1,10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024.

(Em milhares de reais)

	2º semestre		
	2024	2024	2023
Lucro líquido do semestre/exercício	232.171	437.640	522.869
Ganhos/perdas atuariais de plano de pensão e benefício pós-emprego	887	2.239	(1.281)
Efeito tributário sobre o ajuste atuarial	(301)	(761)	436
Total dos resultados abrangentes do semestre/exercício	232.757	439.118	522.024

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre

findo em 31 de dezembro de 2024.

(Em milhares de reais)

	Reservas de Lucros				Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de expansão	Ajustes de avaliação patrimonial		
Saldos em 01 de janeiro de 2023	1.162.000	108.855	826.662	(1.416)	-	2.096.101
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	522.869	522.869
Ganhos/perdas atuariais de plano de pensão e benefício pós-emprego	-	-	-	(845)	-	(845)
Reserva legal	-	26.143	-	-	(26.143)	-
Juros sobre capital próprio (Nota 17e)	-	-	(164.835)	-	(147.875)	(312.710)
Reserva de expansão	-	-	348.851	-	(348.851)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.162.000	134.998	1.010.678	(2.261)	-	2.305.415
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	437.640	437.640
Ganhos/perdas atuariais de plano de pensão e benefício pós-emprego	-	-	-	1.478	-	1.478
Reserva legal	-	21.882	-	-	(21.882)	-
Juros sobre capital próprio (Nota 17e)	-	-	-	-	(158.884)	(158.884)
Reserva de expansão	-	-	256.874	-	(256.874)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.162.000	156.880	1.267.552	(783)	-	2.585.649
Saldos em 01 de julho de 2024	1.162.000	145.272	1.129.027	(1.369)	-	2.434.930
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	232.171	232.171
Ganhos/perdas atuariais de plano de pensão e benefício pós-emprego	-	-	-	586	-	586
Reserva legal	-	11.608	-	-	(11.608)	-
Juros sobre capital próprio (Nota 17e)	-	-	-	-	(82.038)	(82.038)
Reserva de expansão	-	-	138.525	-	(138.525)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.162.000	156.880	1.267.552	(783)	-	2.585.649

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre

findo em 31 de dezembro de 2024.

(Em milhares de reais)

	2º semestre		
	2024	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do IR e CSLL ajustado			
Lucro antes do IR e CSLL	308.414	577.273	628.473
Ajuste lucro antes do IR e CSLL			
Perda incorrida e provisão para perda	1.253	2.664	2.231
Depreciações	21.293	42.386	33.166
Resultado baixa imobilizado	8.434	8.476	1.575
Ganhos/perdas com atualizações atuariais	(64)	(218)	(137)
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	179	459	365
Atualização saldo negativo IR e CSLL	(1.345)	(5.585)	-
Atualização depósitos judiciais	(70)	(134)	(232)
Variações nos ativos e passivos			
Aumento de relações interfanceiras	(325.947)	(45.318)	(613.020)
(Aumento) redução de contas a receber	(1.577)	(2.707)	6.894
Aumento de aplicações em TVM	(17.556)	(132.967)	(248.342)
Aumento de outros ativos	(148)	(1.370)	(1.208)
(Aumento) redução dos depósitos judiciais	(20)	21	1.994
Aumento de moeda eletrônica em circulação	1.464	45.573	67.525
Aumento (redução) de contas a pagar a estabelecimentos	62.836	(5.731)	182.313
Aumento (redução) de obrigações fiscais	7.420	(30.280)	(26.958)
Aumento (redução) de outros passivos	1.178	(666)	7.929
Imposto de renda e contribuição social pagos	(23.413)	(25.897)	(210.861)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	42.331	425.979	(168.293)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao imobilizado	(22.158)	(43.008)	(64.444)
Ressarcimento equipamentos de captura	604	764	247
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(21.554)	(42.244)	(64.197)
Caixa líquido das atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	-	-	(88.944)
Pagamento de juros sobre capital próprio	(82.038)	(158.884)	(265.803)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(82.038)	(158.884)	(354.747)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(61.261)	224.851	(587.237)
Variação do caixa e equivalentes de caixa			
No início do semestre/exercício	716.905	430.793	1.018.030
No fim do semestre/exercício (Nota 05 e 06(a))	655.644	655.644	430.793
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(61.261)	224.851	(587.237)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas

Apresentamos a seguir as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras da Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. – Instituição de Pagamento, com os valores expressos em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma).

1. Contexto Operacional

A Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. – Instituição de Pagamento (“Banrisul Pagamentos” ou “Companhia”), anteriormente denominada Banrisul Cartões S.A., é uma empresa de capital fechado, estabelecida no Brasil, controlada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (“Banrisul” ou “Banco”), com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Suas operações são conduzidas de acordo com os regimentos e normas do Banco Central do Brasil e demais entidades reguladoras que norteiam o mercado, de forma integrada com seu controlador, cujos benefícios dos serviços prestados entre Controlador e Controlada e os custos da estrutura operacional e administrativa compartilhada são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade dos serviços utilizados.

A Banrisul Pagamentos atua em duas linhas de produtos: (i) Rede de Adquirência com a marca Vero, que envolve a realização de atividades de credenciamento, captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito, débito, pré e pós-pagos; e (ii) Cartões de Benefícios e Empresariais com a marca BanriCard, que abrange a emissão dos cartões Pré e Pós-pagos, administrados por meio de convênios.

A principal fonte de receita da Banrisul Pagamentos é decorrente da taxa de “*Merchant Discount Rate (MDR)*” descontada dos estabelecimentos comerciais sobre o volume transacionado na rede de adquirência Vero, que é composta pela Taxa da Credenciadora e Taxa da Bandeira. Também oriundas da rede de adquirência Vero, destacam-se as receitas com antecipação do recebimento de vendas, mensalidade, aluguel de equipamentos, franquia e conectividade. Em relação aos Cartões de Benefícios e Empresariais BanriCard, as principais receitas são provenientes da Taxa de Reembolso cobrada dos estabelecimentos comerciais sobre o volume transacionado e da Taxa de Administração cobrada das empresas conveniadas.

O MDR descontado dos estabelecimentos comerciais sobre as transações capturadas pela rede de adquirência Vero remunera: (i) o serviço prestado pela Companhia; (ii) o intercâmbio descontado pelos emissores dos cartões transacionados na rede de adquirência Vero; e (iii) a taxa cobrada pelas bandeiras.

No que tange ao MDR, a Companhia funciona como agente e sua receita corresponde tão somente aos serviços prestados pela rede de adquirência Vero aos estabelecimentos credenciados. Neste contexto, a receita de MDR da Companhia é reconhecida pelo valor efetivo dos serviços prestados, desconsiderando o valor retido pelos emissores; e o intercâmbio não compõe o custo dos serviços prestados.

O Ativo referente ao contas a receber dos emissores é contabilizado pelo valor líquido do desconto da parcela do MDR (intercâmbio), retida pelos emissores. Enquanto o Passivo, referente ao Contas a Pagar aos estabelecimentos credenciados, é registrado pelo valor líquido a pagar, isto é, já descontado do MDR da transação.

Como parte integrante do Conglomerado do Banrisul, as operações da Companhia são conduzidas em contexto que envolve um conjunto de empresas que atuam no mercado utilizando-se, de forma compartilhada, da infraestrutura tecnológica e administrativa dessas empresas, mediante ressarcimento de custos. As demonstrações financeiras devem ser entendidas nesse contexto.

Com a promulgação da Lei nº 12.865/13, a Banrisul Pagamentos passou a estar sujeita ao cumprimento da regulação do BACEN, conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Em novembro de 2014, a Banrisul Pagamentos protocolou o pedido para autorização de funcionamento como Instituição de Pagamento (emissora e credenciadora) e como Instituidora do Arranjo de Pagamento BanriCard. No que tange ao processo de aprovação e autorização do Arranjo de Pagamento BanriCard (Pré-pago), de acordo com a Resolução BCB nº 150, que estabelece os limites para integrar o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), a Banrisul Pagamentos teve arquivado o seu processo de autorização como Instituidor de Arranjo de Pagamento. Adicionalmente, a Companhia atua como participante indireto no Pix, arranjo de pagamentos instantâneos instituído pelo Banco Central do Brasil, ao qual aderiu em maio de 2020.

Em julho de 2023, a Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. – Instituição de Pagamento (Banrisul Pagamentos) recebeu autorização do Banco Central do Brasil (BACEN) para funcionar como Instituição de Pagamento, nas modalidades emissor de moeda eletrônica, emissor de instrumento de pagamento pós-pago e credenciador, nos termos da Resolução BCB nº 81, de 25 de março de 2022. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Companhia, passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) em relação a forma de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras, de acordo com os critérios determinados pelo BACEN.

Ao longo de 2024, frente ao cenário das enchentes que acometeram o Rio Grande do Sul em maio daquele ano, a Companhia adotou posicionamento de apoio aos seus clientes, contemplando substituição gratuita de máquinas, isenção de tarifas e manutenção das condições comerciais por período adicional.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76 (alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07) em conjunto às Normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN, sob o pressuposto de continuidade operacional, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira.

Além disso, são inteiramente observados pela Banrisul Pagamentos, quando aplicável, os pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aprovados pelo CMN e BACEN. Adicionalmente, esta divulgação observou especialmente a Resolução BCB nº 02/2020 que consolida os procedimentos para elaboração, divulgação e remessa de demonstrações financeiras que devem ser observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de apresentação. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas estão apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil).

O Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 06 de fevereiro de 2025.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas anualmente.

2.1 Normas aplicáveis em períodos futuros

Resolução BCB nº 352/2023

A Resolução BCB nº 352 de 23/11/2023 revogou a Resolução BCB nº 219 de 30/03/2023 e dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições de pagamentos e outras sociedades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A nova regulamentação inclui regras sobre “os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.”

Os artigos 24, 100 e 101 bem como os incisos X e XI do art. 107 entram em vigor em janeiro de 2024; o Capítulo IV do Título II, em 2027; os demais, em janeiro de 2027.

A norma objetiva convergir o padrão do Banco Central aos padrões contábeis internacionais sobre instrumentos financeiros (IFRS 9), estabelece prazo para as instituições financeiras adaptarem seus processos de classificação e gestão de risco e apuração de suas provisões, assim como revoga diversos atos normativos que atualmente regulam a matéria.

Sabendo que complementações ainda deverão ser publicadas pelo Banco Central do Brasil e que poderão conduzir a alterações deste planejamento inicial, destaca-se os principais processos que sofrerão ajustes e demandarão ações da companhia:

- Classificação, reconhecimento e mensuração de ativos financeiros passam a ter como fundamentos básicos o modelo de negócio adotado pela instituição na gestão dos instrumentos financeiros e as características dos fluxos de caixa contratuais do instrumento avaliado, em vez das características individuais de cada instrumento e da mera intenção de negociar;
- Ampliam-se conceitos adotados para operações renegociadas e/ou ativos problemáticos, com implicações diretas na forma de reconhecimento de receitas destas operações;

- Implementa o conceito de taxa efetiva de juros na apropriação de Receitas sobre instrumentos financeiros que se enquadram no teste de SPPJ – Somente Pagamento de Principal e Juros;
- No que se refere ao provisionamento, a resolução amplia o escopo dos instrumentos financeiros sujeitos à constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito – ampliando o escopo atual que trata apenas das operações de crédito, arrendamento mercantil e garantias prestadas – passando também a adotar critérios de alocação em estágios para definição do montante a ser provisionado. Além disso, mantém com o regulador a definição de pisos de provisão, os quais passam a impactar de forma direta no processo de baixa de ativos por perda de crédito, com grande vinculação com as características de cada produto e suas garantias;
- Reconhecimento e mensuração de Ativos e Passivos Financeiro;
- Divulgação em Notas Explicativas.

A provisão para perdas esperadas substituirá o modelo de perdas definido na Resolução nº 2.682/99, introduzindo uma abordagem prospectiva que considera histórico de inadimplência, condições econômicas e características do ativo, aprimorando a avaliação dos riscos de crédito da Companhia. O impacto estimado no patrimônio líquido relativo à adequação do cálculo de perdas esperadas será de aproximadamente (R\$ 845).

Os ativos e os passivos financeiros serão ajustados e reclassificados com base no modelo de negócios da Companhia e nas características contratuais de cada instrumento segundo as categorias Custo Amortizado (CA), Valor Justo por Meio de Resultado (VJR) ou Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA). Essa reclassificação resultará na substituição das categorias atuais utilizadas para classificar os Títulos e Valores Mobiliários (TVMs). Assim, os TVMs, antes classificados em Títulos Mantidos até o Vencimento, Títulos para Negociação e Títulos Disponíveis para Venda, passarão a ser classificados como CA, VJR e VJORA, respectivamente.

As características contratuais dos ativos financeiros serão verificadas pela avaliação dos fluxos de caixa contratuais desses instrumentos, que deverão se constituir como somente pagamentos de principal e juros (teste SPPJ). O teste SPPJ é fundamental para a adequada classificação dos ativos financeiros entre CA e VJR ou VJORA. O Banrisul desenvolveu novos processos de modo a classificar os ativos financeiros de forma adequada. A Companhia não identificou até o momento a necessidade de outros ajustes além da reclassificação dos ativos financeiros nas três novas categorias

Resolução BCB nº 178/2022

A Resolução BCB nº 178/22 aproxima as normas contábeis aplicadas às instituições autorizadas pelo Bacen às normas contábeis internacionais, recepcionando o CPC 06(R2), que trata do reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil. O CPC 06 (R2) unifica a classificação de arrendamentos em operacional e financeiro para os arrendatários, passando a ter um único modelo de contabilização, que consiste no reconhecimento dos ativos e passivos decorrentes das operações de arrendamento.

Destaca-se que os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação inicial dos critérios contábeis estabelecidos pelo pronunciamento serão registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários. O impacto estimado no patrimônio líquido relativo à esta adequação será de aproximadamente (R\$ 153).

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Estas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados.

3.1. Ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros são classificados pelo valor justo por meio do resultado ou ao custo amortizado. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento da receita auferida na prestação do serviço.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de emissores e conveniados e depósitos BACEN.

Os principais passivos financeiros são contas a pagar a estabelecimentos e moeda eletrônica em circulação e são classificados pelo custo amortizado.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem as disponibilidades e as aplicações financeiras prontamente conversíveis em caixa, a serem utilizados em compromissos de curto prazo, e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Foram considerados os saldos das disponibilidades em moeda nacional (Nota 5 e 6).

b) Títulos e valores mobiliários

São Registrados e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068/01, do BACEN e classificados nas seguintes categorias:

Mantido para negociação - incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos reconhecidos no resultado.

Disponíveis para venda - títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido.

Mantidos até o vencimento - títulos e valores mobiliários sobre os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, avaliados pelo seu custo de aquisição, desde que não haja perdas de caráter permanente acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

c) Relações interfinanceiras

São ativos financeiros, classificados como custo amortizado, com recebimentos fixos ou determináveis. Referem-se aos valores das transações realizadas pelos portadores de cartões de crédito e débito emitidos por instituições licenciadas pelas bandeiras. O saldo a receber de emissores está registrado no ativo, pelo valor das transações capturadas pela Rede de Adquirência Vero, líquido do valor descontado pelos emissores a título de intercâmbio.

d) Contas a receber

Contas a receber de conveniados correspondem às faturas em aberto emitidas aos conveniados pela liberação da carga e tarifas pela emissão de cartões pré-pagos e, pela utilização dos cartões de benefícios e serviços pós-pagos, acrescido da taxa do convênio, conforme negociação comercial. Neste título também estão incluídos os valores a receber dos credenciados relativo ao fornecimento de equipamentos de captura, taxas de manutenção, conectividade e demais serviços prestados pela rede de adquirência, são ativos financeiros, classificados como custo amortizado, com recebimentos fixos ou determináveis.

e) Provisão para perda

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas decorrentes da gestão dos produtos relacionados aos cartões de benefícios e empresariais e dos valores a receber de emissores e credenciados.

A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise individual das faturas de clientes em relação ao histórico de cobrança e pagamentos, conforme previsto nas regras gerais e políticas da Companhia.

A provisão é constituída de acordo com as perdas esperadas ou não recuperabilidade dos ativos financeiros, e de acordo com a avaliação do aumento no Risco de crédito dos clientes da Companhia bem como dos Bancos emissores dos cartões de crédito e débito cujas transações são capturadas pela rede de adquirência.

f) Moeda eletrônica em circulação

Passivo financeiro classificado como custo amortizado, onde são registradas obrigações referentes aos valores de cargas dos cartões de benefícios e empresariais, pré pagos, que ainda não foram utilizados pelos portadores definidos nos convênios firmados com as empresas conveniadas.

g) Contas a pagar a estabelecimentos

Contas a pagar a estabelecimentos são passivos financeiros, classificados como custo amortizado, com pagamentos fixos ou determináveis. Referem-se aos valores das transações realizadas pelos portadores dos cartões de débito, crédito, benefícios e empresariais nos estabelecimentos credenciados à Rede de Adquirência Vero e conveniados Banricard.

O saldo de contas a pagar a estabelecimentos está registrado no passivo pelo valor das transações, deduzidos das antecipações do recebimento de vendas efetuadas aos credenciados e dos valores referentes a taxas de intermediação e MDR descontadas dos estabelecimentos credenciados.

3.2 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos tributos, que reflita avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável, e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.3 Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é registrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, sobre o custo de aquisição, com base nas taxas anuais determinadas em função da vida útil estimada dos bens, as quais sejam: móveis e utensílios - 10%, veículos - 20%, sistemas de comunicação - 10%, sistemas de informática - 20% e equipamento de captura - 20%.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que os eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se for maior do que seu valor recuperável estimado. O valor recuperável é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Os ganhos e as perdas provenientes das baixas do imobilizado são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em Outras Receitas (Despesas) Operacionais na demonstração do resultado.

3.4 Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos, conforme demonstrado na Nota 16.

Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 ao ano. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Tributos diferidos

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a companhia irá apresentar lucro tributável futuro suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas e mensuradas pelas alíquotas aplicáveis no período ao qual se espera que o ativo seja realizado.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada período de *report* e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera seja recuperado.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando corresponderem a itens registrados em “Outros resultados abrangentes”, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os tributos correntes e diferidos também são reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

3.5 Dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, efetuada pela administração da companhia, que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como passivo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Quando houver dividendos adicionais propostos, declarados pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão destas, serão registrados no patrimônio líquido e divulgados em nota explicativa. Os juros sobre capital próprio pagos compõe o dividendo mínimo obrigatório.

3.6 Reconhecimento de receita

Em conformidade com o regime de competência, a receita é reconhecida na apuração do resultado do período a que pertence e independentemente de seu recebimento. O reconhecimento da receita é efetuado quando a obrigação de desempenho decorrente da prestação dos serviços é concluída pela Companhia.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida, a receber ou pelo abatimento de valores a pagar, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e bonificações concedidos ao cliente e outras deduções similares.

Na linha de produtos de Adquirência, as receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e débito são apropriadas de uma única vez ao resultado na data da captura/processamento das transações. As demais receitas de serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais são reconhecidas no resultado quando da efetiva prestação do serviço.

A receita decorrente da taxa de desconto comercial obtida nas operações de antecipação do recebimento de vendas é reconhecida de uma única vez na data da operação, e classificada como receita financeira.

Na linha de produtos de Cartões de Benefícios e Empresariais Banricard, o reconhecimento da receita sobre o credenciado dá-se no momento da utilização dos cartões para compras ou contratação de serviços. A receita sobre o conveniado é contabilizada no momento da emissão da nota fiscal, a qual coincide com a liberação da carga dos cartões ou, se pós-pagos, na data de corte das compras.

3.7 Despesas Operacionais

As despesas operacionais são constituídas pelos valores de serviços técnicos e especializados, comunicação, processamento de dados, manutenção e atualização de *softwares* para garantir a qualidade e segurança das informações, insumos relativos a equipamentos e materiais necessários para a efetivação da captura das transações, taxas das Bandeiras e serviços de logística.

3.8 Benefício a empregados

A Banrisul Pagamentos é patrocinadora da FBSS - Fundação Banrisul de Seguridade Social e da Cabergs - Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul que, respectivamente, asseguram a complementação dos benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários.

(i) Planos de previdência - a Banrisul Pagamentos é patrocinadora de planos dos tipos “benefício definido”, “contribuição variável” e “contribuição definida”.

Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente depende de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. Já os planos de contribuição definida estabelecem contribuições fixas a serem pagas pelo patrocinador, assemelhando-se a um plano financeiro.

A obrigação reconhecida no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada periodicamente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, efeito de qualquer limite sobre a parcela do empregador no custo dos benefícios futuros, contribuições de empregados ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para a entidade, entre outros. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais, quando ocorrerem, são registrados diretamente no Patrimônio Líquido, como Outros Resultados Abrangentes (ORA).

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o Método do Crédito Unitário Projetado. Os custos de serviços passados, quando ocorrem, são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os planos de contribuição variável abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, a aposentadoria antecipada e o auxílio-funeral. Neste caso, a Banrisul Pagamentos não tem qualquer obrigação adicional de pagamento além da contribuição que é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível. Além destes, há benefícios com características de benefício definido, que são aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

O plano de contribuição definida tem apenas os benefícios de aposentadoria, aposentadoria por invalidez e pensão por morte. O abono anual é opcional, necessitando de formalização da opção pelo participante.

(ii) Planos de saúde - são benefícios assegurados pela Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Cabergs, que oferecem benefícios de assistência médica em geral e cujo custeio é estabelecido por meio de convênio de adesão.

A Companhia oferece ainda benefício de assistência médica pós-emprego a seus empregados. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em Ajustes de Avaliação Patrimonial. Estas obrigações são avaliadas periodicamente por atuários independentes e qualificados.

Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores do Banrisul e não podem ser pagos diretamente a eles. O valor justo baseia-se em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras ao plano.

(iii) Prêmio aposentadoria - para os empregados que se aposentam, é concedido um prêmio aposentadoria proporcional à remuneração mensal fixa do funcionário vigente na época da aposentadoria.

Os compromissos com esses três tipos de benefícios pós-emprego são avaliados e revisados periodicamente por atuários independentes e qualificados.

O resultado da avaliação atuarial pode gerar um ativo a ser reconhecido. Esse ativo é registrado pela companhia somente quando:

- (1) controla um recurso: capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros;
- (2) esse controle é o resultado de acontecimentos passados: contribuições pagas pela companhia e serviço prestado pelo funcionário; e
- (3) estão disponíveis benefícios econômicos futuros para a companhia na forma de redução em contribuições futuras ou de restituição de dinheiro, diretamente ou indiretamente para compensar a insuficiência de outro plano de

benefício pós-emprego obedecida a legislação pertinente.

3.9 Lucro por ação

A Banrisul Pagamentos efetua o cálculo do lucro por ação através da divisão do lucro líquido do exercício pelo número total de ações da Companhia.

O cálculo de lucro básico por ação, conforme Resolução Bacen nº 2/2020, é o seguinte:

	2º semestre 2024	2024	2023
Número total de ações	477.939.995	477.939.995	477.939.995
Lucro líquido do semestre/exercício	232.171	437.640	522.869
Lucro líquido básico por ação – R\$	0,49	0,92	1,09

3.10 Reapresentação do balanço patrimonial

O Balanço Patrimonial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, está sendo reapresentado, para melhor comparabilidade ao período de 2024 onde foi reestruturada a apresentação dos Ativos Financeiros, referente ao Contas a Receber, reclassificando os valores a receber de emissores para o título de relações interfinanceiras. E, readequação de contas entre Outros Passivos Financeiros e Outros Passivos.

Balanço patrimonial – 31/12/2023	Divulgação anterior	Ajustes	Reapresentação
Ativo			
Ativos financeiros	4.782.090	-	4.782.090
Disponibilidades	7.924	-	7.924
Instrumentos financeiros	676.662	-	676.662
Relações interfinanceiras	-	4.069.904	4.069.904
Contas a receber	4.096.047	(4.069.904)	26.143
Depósitos judiciais	2.135	-	2.135
Provisões para perdas	(1.167)	-	(1.167)
Outros ativos financeiros	489	-	489
Ativos fiscais	95.255	-	95.255
IRRF e CSLL a compensar	89.900	-	89.900
Diferido	5.355	-	5.355
Outros ativos	5.663	-	5.663
Imobilizado	163.548	-	163.548
Imobilizado de uso	244.186	-	244.186
(Depreciação acumulada)	(80.638)	-	(80.638)
Total do ativo	5.046.556	-	5.046.556
Passivo			
Passivos financeiros	2.667.863	(256)	2.667.607
Contas a pagar a estabelecimentos	2.416.922	-	2.416.922
Moeda eletrônica em circulação	196.005	-	196.005
Outros passivos financeiros	54.936	(256)	54.680
Provisões para riscos	2.575	-	2.575
Obrigações fiscais	62.617	-	62.617
Outros passivos	8.086	256	8.342
Total do passivo	2.741.141	-	2.741.141
Patrimônio líquido	2.305.415	-	2.305.415
Capital social	1.162.000	-	1.162.000
Reservas de lucros	1.145.676	-	1.145.676
Outros Resultados abrangentes	(2.261)	-	(2.261)
Total do passivo e patrimônio líquido	5.046.556	-	5.046.556

3.11 Reapresentação do fluxo de caixa

Devido à alteração estrutural do Balanço Patrimonial, a demonstração do fluxo de caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está sendo reapresentada, para melhor comparabilidade. Esta alteração resultou na inclusão de uma nova linha na variação dos ativos e passivos do Fluxo de caixa. E, a fim de melhor evidenciar as variações do fluxo das atividades operacionais, foi incluída linha de variação relativo as aplicações financeiras em Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme listado abaixo:

Demonstrações do fluxo de caixa – 31/12/2023	Divulgação anterior	Ajustes	Reapresentação
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do IR e CSLL ajustado			
Lucro antes do IR e CSLL	628.473	-	628.473
Ajuste lucro antes do IR e CSLL			
Perda incorrida e provisão para perda	2.231	-	2.231
Depreciações	33.166	-	33.166
Resultado baixa imobilizado	1.575	-	1.575
Ganhos/perdas com atualizações atuariais	(137)	-	(137)
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	365	-	365
Atualização depósitos judiciais	(232)	-	(232)
Variações nos ativos e passivos			
Aumento das relações interfinanceiras	-	(613.020)	(613.020)
(Aumento) redução de contas a receber	(606.126)	613.020	6.894
Aumento de aplicações em TVM	-	(248.342)	(248.342)
Aumento de outros ativos	(249.550)	248.342	(1.208)
Redução dos depósitos judiciais	1.994	-	1.994
Aumento de moeda eletrônica em circulação	67.525	-	67.525
Aumento de contas a pagar a estabelecimentos	182.313	-	182.313
Redução de obrigações fiscais	(26.958)	-	(26.958)
Aumento de outros passivos	7.929	-	7.929
Imposto de renda e contribuição social pagos	(210.861)	-	(210.861)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(168.293)	-	(168.293)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao imobilizado	(64.444)	-	(64.444)
Ressarcimento equipamentos de captura	247	-	247
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(64.197)	-	(64.197)
Caixa líquido das atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	(88.944)	-	(88.944)
Pagamento de juros sobre capital próprio	(265.803)	-	(265.803)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(354.747)	-	(354.747)
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	(587.237)	-	(587.237)
Variação do caixa e equivalentes de caixa			
No início do semestre/exercício	1.018.030	-	1.018.030
No fim do semestre/exercício (Nota 04 e 05(a))	430.793	-	430.793
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(587.237)	-	(587.237)

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Administração estabelece estimativas e premissas que afetam os valores de ativos e passivos reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e estão baseados na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias.

a) Provisões para riscos

A Banrisul Pagamentos revisa periodicamente suas provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas provisões são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho de causa.

b) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Banrisul Pagamentos revisa periodicamente seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado, com o intuito de verificar se houve aumento significativo no risco de não recuperabilidade dos mesmos. O aumento no risco pode ser ocasionado pelo não pagamento ou atraso por parte do devedor, por indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. O reconhecimento da provisão para perda é feito mensalmente com contrapartida no resultado da Companhia.

5. Disponibilidades

Depósitos em moeda nacional
Depósitos no exterior
Total

2024	2023
8.787	7.192
4.759	732
13.546	7.924

6. Instrumentos financeiros

6.1 Composição

Títulos e valores mobiliários – CDB (a)
Títulos e valores mobiliários – LFT (b)
Depósitos Bacen (c)
Total
Circulante
Realizável a longo prazo

2024	2023
642.098	422.869
4.711	6.165
382.049	247.628
1.028.858	676.662
1.024.147	676.662
4.711	-

(a) Referem-se a aplicações financeiras em Certificado de Depósitos Bancários Banrisul, com liquidez diária. A Taxa de rendimento média foi de 0,857% no exercício.

(b) Referem-se a aplicações em LFTs próprias e em garantia, classificadas como mantido para negociação.

(c) Referem-se a aplicações em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) requeridas para instituições de pagamento autorizadas a operar pelo BACEN, em garantia dos saldos de moeda eletrônica em circulação. Taxa de rendimento média pela SELIC (R\$ 33.292 de remuneração no exercício).

6.2 Classificação por categoria e prazo

A seguir demonstramos a classificação dos saldos patrimoniais dos títulos e valores mobiliários por categoria e prazos de vencimento.

	Faixa de vencimento				Valor de mercado	
	Até 90 dias		Mais de 90 dias		2024	2023
	2024	2023	2024	2023		
Mantido para negociação						
Aplicações financeiras - CDB	642.098	422.869	-	-	642.098	422.869
Letras financeiras do tesouro - próprias	-	-	2.874	-	2.874	-
Letras financeiras do tesouro - em garantia	-	-	1.837	-	1.837	-
Letras financeiras do tesouro - em garantia saldo moeda eletrônica	274.487	-	107.562	-	382.049	-
Total	916.585	422.869	112.273	-	1.028.858	422.869
Mantido até o vencimento						
Letras financeiras do tesouro - próprias	-	-	-	4.110	-	4.111
Letras financeiras do tesouro - em garantia	-	-	-	2.055	-	2.055
Letras financeiras do tesouro - em garantia saldo moeda eletrônica	-	247.628	-	-	-	247.632
Total	-	247.628	-	6.165	-	253.798

7. Relações interfinanceiras

	2024	2023
Emissores (a)	3.119.244	3.048.408
Emissores - partes relacionadas (b)	995.978	1.021.496
Total	4.115.222	4.069.904
Circulante	4.058.527	4.024.686
Realizável a longo prazo	56.695	45.218

- (a) O saldo corresponde ao valor líquido das transações realizadas pelos portadores de cartões de crédito e débito emitidos por instituições licenciadas pelas bandeiras, capturadas pela rede de adquirência Vero, a vencer.
- (b) O saldo corresponde aos valores a receber do Banrisul em decorrência das transações de Banricompras e dos cartões Visa e Mastercard emitidos pelo Banrisul, capturadas pela rede de adquirência Vero.

8. Contas a receber

	2024	2023
Transações de pagamento – cartões pós-pagos (a)		
Conveniados	13.713	-
Partes relacionadas	45	-
Total transações de pagamentos a receber – cartões pós-pagos	13.758	-
Rendas a receber (b)		
Credenciados	6.565	6.224
Outros	117	98
Total rendas a receber	6.682	6.322
Títulos e créditos a receber (c)		
Credenciados	4.476	3.145
Conveniados	1.256	16.676
Partes relacionadas	7	-
Total títulos e créditos a receber	5.739	19.821
Total contas a receber	26.179	26.143
Circulante	20.050	18.526
Realizável a longo prazo	6.129	7.617

- (a) Saldo composto pelos valores contratados referentes aos cartões de benefícios pós-pagos, faturados a partir do fechamento da agenda financeira, que ainda não foram liquidados pelos conveniados.
- (b) O saldo corresponde ao montante de valores a receber da rede credenciada referente às tarifas cobradas pelo serviço da rede de adquirência e demais valores a receber dos credenciados e conveniados.
- (c) O saldo corresponde aos valores contratados pelos conveniados para carga nos cartões pré-pagos e, valores a receber da rede credenciada.

Transações de Pagamento – Pós Pago

a.1) Classificação da carteira por rating e por faixa de vencimento:

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2024
Operações em Curso Normal										
Parcelas Vincendas										
01 a 30 dias	7.413	4.096	122	196	7	5	12	3	79	11.933
31 a 60 dias	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
61 a 90 dias	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
91 a 180 dias	-	-	-	2	-	-	-	-	-	2
Parcelas Vencidas										
Até 14 dias	-	116	-	-	-	-	-	-	-	116
Subtotal	7.413	4.212	122	200	7	5	12	3	79	12.053
Operações em Curso Anormal										
Parcelas Vencidas										
15 a 30 dias	-	-	903	-	-	-	-	-	-	903
31 a 60 dias	-	-	-	475	-	-	-	-	-	475
61 a 90 dias	-	-	-	-	64	-	-	-	-	64
91 a 180 dias	-	-	-	-	-	27	52	2	-	81
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	177	177
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	5	5
Subtotal	-	-	903	475	64	27	52	2	182	1.705
Total	7.413	4.212	1.025	675	71	32	64	5	261	13.758

a.2) Classificação da carteira por setor econômico:

	31/12/2024
Setor público	
Administração pública direta e indireta	9.097
Setor privado	
<u>Pessoa jurídica</u>	
Agropecuário	50
Alimentos, bebidas e fumo	137
Automotivo	189
Celulose, madeira e móveis	31
Comércio atacadista alimentos	257
Comércio atacadista exceto alimentos	97
Comércio varejista – outros	319
Construção e imobiliário	551
Educação, saúde e outros serviços sociais	753
Eletroeletrônico e informática	96
Financeiro e seguro	44
Máquinas e equipamentos	47
Metalurgia	65
Obras de infraestrutura	315
Petróleo e gás natural	40
Químico e petroquímico	244
Serviços privados	476
Têxtil, confecções e couro	7
Transportes	260
Outros	658
<u>Pessoa física</u>	25
Total de transações de pagamento pós-pagos	13.758

9. Provisões para perdas

Demonstra-se a seguir a movimentação das provisões para perdas:

	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Reversão de provisão	Baixa para perda	Saldo em 31/12/2024
Transações de pagamento – pós pago	-	(836)	267	177	(392)
Títulos e créditos a receber	(1.167)	(4.525)	2.430	2.494	(768)
Saldo final	(1.167)	(5.361)	2.697	2.671	(1.160)

10. Ativos e passivos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal e o respectivo valor contábil, provenientes de provisões temporariamente indedutíveis. Sobre esse valor é aplicada alíquota de 34% de imposto de renda e contribuição social. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

Os saldos dos ativos e passivos diferidos, segregados em função das origens e desembolsos efetuados, estão representados por:

	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2024
Provisão para perda	396	2.081	(2.083)	394
Provisão para riscos trabalhistas	749	154	(16)	887
Provisão para riscos cíveis	127	98	(93)	132
Provisão benefício pós-emprego	1.451	30	(831)	650
Outras provisões ¹	2.632	1.898	(3.457)	1.073
Total de ativos diferidos	5.355	4.261	(6.480)	3.136
Débito tributário ²	(121)	(94)	57	(158)
Total de passivos diferidos	(121)	(94)	57	(158)
Total líquido	5.234	4.167	(6.423)	2.978

¹ Provisões ressarcimento acordo operacional, marcação a mercado sobre LFTs e outras provisões.

² Débito tributário sobre saldos do Ativo atuarial e da marcação a mercado sobre LFTs, está contabilizado no grupo outros passivos.

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem.

A projeção da Administração para realização dos ativos fiscais diferidos é a seguinte:

	2024
2025	1.716
2026	132
2027	717
2028	54
2029	53
Após 2029	464
Total	3.136

O valor presente dos ativos diferidos em 31 de dezembro de 2024 é de R\$2.347, calculado de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias pela taxa Selic, projetada para o período correspondente.

11. Imobilizado

	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido 2024	Saldo Líquido 2023
Móveis e utensílios	251	(77)	174	191
Sistemas de transporte - veículos	211	(166)	45	72
Sistemas de comunicação	29	(29)	-	3
Sistemas de informática	49	(20)	29	34
Equipamentos de captura (a)	263.629	(108.947)	154.682	163.248
Total	264.169	(109.239)	154.930	163.548

	2023	Adições	Baixas	Depreciação	2024
Móveis e utensílios	191	1	-	(18)	174
Sistemas de transporte - veículos	72	-	-	(27)	45
Sistemas de comunicação	3	-	-	(3)	-
Sistemas de informática	34	-	-	(5)	29
Equipamentos de captura (a)	163.248	43.007	(9.240)	(42.333)	154.682
Total	163.548	43.008	(9.240)	(42.386)	154.930

(a) Saldo e movimentos relativos a aquisições de equipamentos de captura. A Depreciação é iniciada após a instalação dos equipamentos POS e PIN PADs; até 2018 era efetuada em 3 anos; a partir de 2019 a companhia passou a efetuar a depreciação em 5 anos, baseada em laudo técnico e informações dos fornecedores dos novos equipamentos.

12. Contas a pagar a estabelecimentos

	2024	2023
Contas a pagar transações rede de adquirência Vero (a)	2.310.256	2.308.742
Contas a pagar transações Banricard (b)	100.935	108.107
Demais contas a pagar credenciados (c)	-	73
Total	2.411.191	2.416.922
Circulante	2.398.893	2.393.348
Exigível a longo prazo	12.298	23.574
Total	2.411.191	2.416.922

A composição do contas a pagar a estabelecimentos, por vencimento, está apresentada a seguir:

(a) Saldo composto por contas a pagar aos estabelecimentos pelo valor líquido das transações capturadas, já deduzidas dos valores de MDR e das antecipações dos recebimentos de vendas contratadas pelos lojistas junto à rede de adquirência Vero. O MDR refere-se ao percentual descontado dos estabelecimentos credenciados sobre as transações capturadas pela rede de adquirência Vero para remunerar o serviço prestado, o repasse aos bancos emissores dos cartões transacionados na rede Vero (taxa de intercâmbio) e a taxa cobrada pelas bandeiras.

(b) Saldo a pagar relativo aos valores transacionados pelos portadores dos cartões benefício e empresariais já deduzidos da taxa de intermediação e das antecipações dos recebimentos de vendas contratadas pelos credenciados.

(c) Saldo correspondente às demais obrigações com os estabelecimentos comerciais credenciados.

13. Moeda eletrônica em circulação

	2024	2023
Cartões alimentação e refeição	67.153	67.492
Cartão salário	5.144	4.610
Cartão cidadão	146.767	100.310
Demais saldos de moeda eletrônica	22.514	23.593
Total	241.578	196.005

Saldo existente em 31 de dezembro de 2024 relativo aos valores contratados pelos conveniados que ainda não foram utilizados pelos portadores dos cartões de benefícios Banricard na rede credenciada. Nestas contas existem movimentos constantes de aumento relativo à carga e diminuição pela utilização.

14. Outros passivos financeiros

	2024	2023
Contas a pagar - partes relacionadas (a)	17.282	19.157
Contas a pagar (b)	19.252	17.597
Valores a liquidar (c)	17.429	17.775
Outros	115	151
Total	54.078	54.680

(a) Saldo relativo acordo operacional com controlador.

(b) Saldo relativo ao contas a pagar da Companhia do qual: R\$ 2.633 refere-se a valores de Marketing a liquidar; R\$ 3.643 refere-se a processamento de dados; R\$ 7.068 provisão Fee Bandeiras; R\$ 2.517 serviço de manutenção de software a pagar e R\$ 3.391 outras provisões.

(c) Valor referente saldos bloqueados de cartões de benefícios banricard cujos portadores não solicitaram a emissão de novo cartão, isto é, valores a disponibilizar em moeda em circulação.

15. Provisão para riscos e passivos contingentes

A Banrisul Pagamentos, na execução de suas atividades normais, é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e cível. As provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa.

(a) Causas prováveis

A Banrisul Pagamentos provisiona integralmente o valor das ações cuja avaliação de perda é classificada como provável. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

Movimentação das provisões:

Saldo em 31/12/2023

Adições

Atualizações

Reversões

Pagamentos

Saldo em 31/12/2024

Depósitos judiciais

	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 31/12/2023	2.202	373	2.575
Adições	-	212	212
Atualizações	452	77	529
Reversões	(47)	(235)	(282)
Pagamentos	-	(38)	(38)
Saldo em 31/12/2024	2.607	389	2.996
Depósitos judiciais	2.217	31	2.248

Do montante depositado judicialmente até 31 de dezembro de 2024, R\$ 2.083 referem-se a depósitos judiciais – MCP (mandato de citação e penhora) e R\$ 165 a depósito recursal.

(b) Causas possíveis

De acordo com as práticas contábeis não foi registrada provisão para passivos contingentes sobre as causas de perdas possíveis.

Trabalhistas

Cíveis

Saldo final

	2024	2023
Trabalhistas	3.580	3.093
Cíveis	198	179
Saldo final	3.778	3.272

Contingências trabalhistas

As ações trabalhistas referem-se, na sua maioria, a “vantagens bancárias” relativas aos empregados incorporados da extinta Banrisul Processamento de Dados. De acordo com o histórico estes processos levam em média 10 anos para conclusão.

Contingências cíveis

As ações cíveis referem-se, especialmente, a ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de supostos problemas operacionais na utilização do serviço prestado pela companhia. A média para conclusão destes processos é de 4 anos.

16. Obrigações fiscais

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto sobre serviços

PIS/COFINS

Retenções a recolher

Total

	2024	2023
Imposto de renda	25.015	732
Contribuição social	10.518	-
Imposto sobre serviços	1.507	8.895
PIS/COFINS	5.108	5.614
Retenções a recolher	6.945	47.376
Total	49.093	62.617

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

O Capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 1.162.000, dividido em 477.939.995 ações.

b) Distribuição do resultado

O lucro líquido do exercício, no valor de R\$ 437.640 terá as seguintes destinações: (i) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social; (ii) dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado; (iii) o lucro restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

A Composição dos valores relativos a dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro é a seguinte:

	2024
Lucro líquido do exercício	437.640
Constituição de reserva legal	(21.882)
Base de cálculo de dividendos	415.758
Dividendos mínimos obrigatórios 25%	103.939
Juros sobre capital próprio ¹	158.884

¹ Juros sobre capital próprio referente ao exercício de 2024, conforme aprovado pela administração da companhia foram imputados aos Dividendos mínimos obrigatórios de acordo com legislação vigente e, portanto, não foram registrados dividendos a pagar.

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/76, e não poderá exceder a 20% do capital social da Companhia. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui em seu Patrimônio Líquido o valor de R\$ 156.880 relativo a reserva legal.

d) Reservas de lucro

A reserva de retenção de lucros é constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, após as retenções legais e distribuição de dividendos, o saldo remanescente de lucros é transferido para a constituição de reserva de expansão, a qual terá a sua destinação pela Assembleia Geral Ordinária. O saldo referente reserva de expansão em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 1.267.552.

e) Dividendos e juros sobre capital próprio

Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia, do total dos lucros obtidos 5% serão aplicados, antes de qualquer destinação, para constituição da reserva legal a qual não poderá exceder 20% do capital social e, 25% será obrigatoriamente distribuído aos acionistas, proporcionalmente à participação de cada um no capital social.

Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, artigo 9, o valor dos juros pagos ou creditados pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, pode ser imputado ao valor dos dividendos. A Companhia adotou a política de remuneração de juros sobre capital próprio do controlador visando distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo dedutível calculado em conformidade com a legislação vigente. Os juros pagos poderão ser imputados no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social. Conforme facultado pela Lei nº 9.249/95 e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia foram pagos juros sobre capital próprio trimestralmente, resultando em um montante total pago em 2024 de R\$ 158.884 (R\$ 135.051, líquido da retenção de 15% de IRRF).

	2º semestre 2024	2024	2023
Patrimônio líquido ajustado	2.307.676	2.307.676	2.097.517
Taxa de TJLP acumulada	3,56%	6,89%	7,05%
Juros sobre capital próprio	82.038	158.884	147.875
IR retido na fonte (15%)	(12.305)	(23.833)	22.181
Juros sobre capital próprio pago	69.733	135.051	125.694

18. Imposto de Renda e Contribuição Social

	2º semestre 2024	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	308.414	577.273	628.473
Adições (exclusões) – permanentes (1)	(80.907)	(160.841)	(308.110)
Adições (exclusões) – temporárias (2)	768	(4.395)	3.417
(=) Base do IRPJ	228.275	412.037	323.780
Outras adições (exclusões) permanentes - CSLL	(34)	(168)	(84)
(=) Base do CSLL corrente	228.241	411.869	323.696
Imposto de renda - corrente	(54.871)	(99.162)	(74.351)
Contribuição social - corrente	(20.542)	(37.068)	(29.133)
Incentivos fiscais	(1.091)	(1.908)	(3.282)
Total IRPJ e CSLL - correntes	(76.504)	(138.139)	(106.766)
IRPJ e CSLL diferidos	261	(1.494)	1.162
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(76.243)	(139.633)	(105.604)
Alíquota efetiva	(24,72%)	(24,19%)	(16,80%)

(1) As exclusões permanentes referem-se substancialmente a juros sobre capital próprio distribuídos.

(2) As exclusões temporárias de 2024 referem-se a provisões operacionais.

19. Receitas com transações de pagamentos

As Receitas com transações de pagamentos são provenientes da remuneração sobre os serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações realizadas com cartões de crédito e débito; mensalidades; aluguéis e franquia dos equipamentos de captura; da prestação de serviços sobre utilização de rede de Adquirência; e, das taxas de registro e desconto obtidas sobre a antecipação do recebimento de vendas aos estabelecimentos credenciados.

	2º semestre 2024	2024	2023
Rendas MDR	258.157	496.041	493.001
Antecipação de obrigações de transações de pagamento	163.619	306.931	323.215
Outros	37.637	73.059	77.885
Total	459.413	876.031	894.101

20. Despesas operacionais

	2º semestre 2024	2024	2023
Processamento de dados e comunicação (a)	(37.643)	(72.801)	(62.821)
Serviços técnicos especializados (b)	(15.595)	(31.487)	(32.574)
Repasse a parceiras e bandeiras (c)	(53.526)	(104.061)	(91.740)
Outros (d)	(2.861)	(5.826)	(5.357)
Total	(109.625)	(214.175)	(192.492)

(a) Custos para captura e processamento dos cartões de débito, crédito e de benefícios.

(b) Custos com os serviços técnicos especializados fundamentais para a entrega dos serviços prestados.

(c) Valor devido às bandeiras pela efetivação das transações realizadas com os cartões de crédito e débito (Fee de Bandeira); valor repassado às companhias parceiras pelo fornecimento de software cobrado sobre o volume transacionado com cartões de débito e crédito, pela manutenção dos equipamentos, pelo serviço de logística e relativo à manutenção da plataforma com os aplicativos disponibilizados pela companhia a seus credenciados (VeroStore).

(d) Demais custos com insumos, licenças, aluguéis e outros.

21. Despesas administrativas e de pessoal

	2º semestre 2024	2024	2023
Serviços técnicos e especializados	(7.428)	(13.777)	(8.880)
Serviços de terceiros	(22.608)	(41.365)	(43.659)
Patrocínios, publicidade e propaganda	(13.853)	(31.055)	(28.034)
Doações	-	(2.481)	-
Outros	(4.099)	(7.833)	(6.233)
Total despesas administrativas	(47.988)	(96.511)	(86.806)
Proventos	(660)	(2.718)	(2.587)
Benefícios	(336)	(654)	(638)
Encargos sociais	(698)	(1.383)	(1.766)
Diretoria e conselhos	(1.893)	(3.592)	(4.847)
Remuneração de estagiários	(628)	(1.211)	(789)
Total despesas de pessoal	(4.215)	(9.558)	(10.627)
Total	(52.203)	(106.069)	(97.433)

22. Despesas tributárias

	2º semestre 2024	2024	2023
PIS	(6.487)	(12.407)	(12.638)
COFINS	(32.027)	(61.207)	(62.622)
ISS	(8.516)	(16.288)	(26.088)
Outros	(32)	(63)	(61)
Total	(47.062)	(89.965)	(101.409)

23. Outras receitas (despesas)

	2º semestre 2024	2024	2023
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	(179)	(459)	(365)
Perdas incorridas e provisão para perda	(1.253)	(2.664)	(2.231)
Recuperação encargos	593	2.816	2.872
Atualização tributos a compensar	1.345	5.585	-
Variação cambial	(517)	(836)	(1.830)
Outros	1.424	893	(1.802)
Total	1.413	5.335	(3.356)

24. Transações entre partes relacionadas

a) Operações realizadas entre as partes relacionadas

	2024		2023	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (a)				
Caixa e equivalentes de caixa ⁽¹⁾	655.644	66.078	430.793	111.841
Contas a Receber	996.030	5	1.021.549	4
Outros	1.070	3.440	682	3.364
Reembolso custo/despesa de pessoal	(9.633)	(63.203)	(11.967)	(64.513)
Reembolso custo/despesa de comunicação e processamento	(7.361)	(28.159)	(6.019)	(24.786)
Reembolso despesas gerais	(288)	(1.015)	(1.171)	(2.078)
Empresas coligadas grupo Banrisul (b)				
Contas a Receber	2	-	3	-
Estado do Rio Grande do Sul				
Clientes	-	-	2	-

(a) Existe acordo operacional que regula a prestação de serviços entre o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul) - Controlador e a Companhia, cujos custos são ressarcidos mensalmente pelas partes.

⁽¹⁾ Saldo composto por aplicações em CDB pós fixados (R\$ 642.098) e valores mantidos em contas de depósito (R\$ 13.546).

(b) A Companhia possui contrato com o Banrisul, o qual abrange também as demais subsidiárias - coligadas do grupo Banrisul: Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio e Banrisul Armazéns Gerais S.A. - para fornecimento mensal de serviço de cartões alimentação e refeição além da cedência mútua de empregados. Estas transações foram contratadas com condições compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes na data das operações.

b) Remuneração da administração

	2º semestre 2024	2024	2023
Remuneração e benefícios	(1.893)	(3.592)	(4.847)
Encargos sociais	(487)	(897)	(805)
Total	(2.380)	(4.489)	(5.652)

A Companhia informa que não existem contratos relevantes com seus administradores que necessitem de divulgação. Adicionalmente, a Banrisul Pagamentos não possui política de remuneração através de plano baseado em ações. Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, são fixados o montante global da remuneração dos Administradores e a remuneração dos Conselheiros, conforme o Estatuto Social da Companhia.

A Companhia é patrocinadora de Plano de Benefícios definido junto a Fundação Banrisul de Seguridade Social relativo ao seu quadro de funcionários (Nota 27).

25. Resultados não recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, determina a divulgação de forma segregada dos resultados não recorrentes do exercício de acordo com a seguinte definição: (i) aqueles que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e, (ii) aqueles que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Evidenciamos a seguir os eventos considerados não recorrentes na Companhia para os períodos indicados:

	2º semestre 2024	2024	2023
Lucro líquido do semestre/exercícios	232.171	437.640	522.869
Ajustes eventos não recorrentes	(6.862)	(8.621)	(308)
Ganho sobre investimento – processo judicial (1)	-	-	308
Despesa com doações (2)	-	2.481	-
Atualização SELIC (3)	(1.345)	(5.585)	-
Resultado baixa imobilizado (4)	868	868	-
Reversão de provisões operacionais (5)	(6.385)	(6.385)	-
Ajustes efeito fiscal (6)	1.938	1.292	133
Lucro líquido recorrente	227.247	430.311	522.694

(1) Ganho obtido referente a liquidação de processo judicial.

(2) Doações em virtude da catástrofe climática de maio/2024.

(3) Atualização sobre saldo negativo de IRPJ e CSLL (incide PIS e COFINS).

(4) Baixa de equipamentos de captura perdidos na enchente de maio/2024.

(5) Reversão de ISS provisionado devido a prescrição da obrigação.

(6) Tributos incidentes: PIS, COFINS, IR e CSLL.

26. Gestão de risco

A Banrisul Pagamentos não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos ou outro ativo de risco.

a) Risco de liquidez

A Banrisul Pagamentos atende à Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez do Banrisul, seu controlador. Para a efetividade da gestão e atendimento às normativas do BACEN (Resolução CMN nº 4.282/13 e Resolução BCB nº 25/2020), a Companhia estabelece políticas e procedimentos específicos que visam evitar possível escassez de caixa, descasamento no fluxo de caixa, incapacidade em honrar as obrigações e incapacidade em converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural.

A Companhia mitiga o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. Além disso, a Banrisul Pagamentos mantém adequadas reservas de recursos e linhas de crédito para captação de possíveis empréstimos que julgue necessário.

b) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado à possibilidade de ocorrência de perdas para a Companhia, associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Para atenuar esse risco e estar em consonância com as normativas do BACEN (Resolução CMN nº 4.282/13 e Resolução BCB nº 25/2020), a Banrisul Pagamentos atende à Política de Gerenciamento do Risco de Crédito do Banrisul e estabelece políticas e procedimentos específicos para identificar, mensurar, monitorar e mitigar os riscos de crédito aos quais está exposta. Para os credenciados Banricard, detentores de conta no Banrisul, a Companhia considera a análise de crédito efetuada pelo controlador Banrisul. No que tange às instituições financeiras, a Companhia concentra suas aplicações financeiras no Banrisul, seu controlador.

c) Risco de mercado

A Banrisul Pagamentos possui aplicações em ativos de renda fixa concentrados em CDI/Selic, especificamente em CDBs e títulos públicos federais (Tesouro Selic). A Companhia não possui instrumentos financeiros atrelados a taxas de câmbio, contratos de instrumentos derivativos de swap ou de quaisquer outros produtos. A Companhia considerou como aceitável e não relevante a sua exposição ao risco mencionado acima.

d) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – aplicações financeiras

Buscando aprimorar a gestão de riscos, estar em conformidade com as práticas de governança corporativa e atender as exigências dispostas no CPC 40, a Banrisul Pagamentos realizou a análise de sensibilidade das suas posições classificadas como sujeitas ao risco de taxas de juros.

A exposição ao risco da empresa é ativa e concentrada em CDI/Selic. Dessa forma, ele se materializa quando da redução de taxa de juros. A posição dos ativos e a exposição a este risco é monitorada pela Banrisul Pagamentos e também pela entidade líder do conglomerado prudencial, que acompanha diariamente a exposição das empresas do grupo através de demonstrativos, conforme sua política de risco e reportes ao Banco Central do Brasil. Foram aplicados choques às taxas, proporcional do trimestre, sensibilizando a rentabilidade desses ativos considerando os seguintes cenários, aplicados sobre o CDI anual: +/-0,75 pp (Cenário 1), +/-1 p.p. (Cenário 2) e +/-1,5 p.p (Cenário 3).

A taxa CDI acumulada trimestral, aplicada aos cenários abaixo, foi de 2,67%.

Cenário 1: Situação provável. Foi considerada como premissa a variação de 0,75 p.p. na taxa anual nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes no dia 31 de dezembro de 2024, ou seja, uma taxa CDI acumulada trimestral de 2,17%.

Cenário 2: Situação Possível. Foi considerada como premissa a variação de 1 p.p. na taxa anual nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes no dia 31 de dezembro de 2024, ou seja, uma taxa CDI acumulada trimestral de 2,00%.

Cenário 3: Situação Remota. Foi considerada como premissa a variação de 1,5 p.p. nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes no dia 31 de dezembro de 2024, ou seja, uma taxa CDI acumulada trimestral de 1,67%.

O quadro abaixo apresenta a maior perda esperada considerando os cenários 1, 2 e 3 e suas variações. As análises de sensibilidade, abaixo identificadas, não consideram a capacidade de reação das áreas de risco e de tesouraria, pois uma vez constatada perda relativa a estas posições, medidas mitigadoras do risco são rapidamente acionadas, minimizando a perpetuação de perdas significativas. Reforçamos que essas perdas refletem diretamente no resultado da instituição, mas apenas nos cenários com nova redução de taxa de juros ou efeitos de marcação à mercado sobre os títulos Tesouro Selic (*fenômeno incomum, porém observado em setembro de 2020*). A instituição possui exposição comprada (ativos) concentrados em CDI/Selic, logo a situação do Cenário 1 - situação provável não se constitui em perdas, uma vez que permanece a sinalização por parte do Comitê de Política Monetária – COPOM acerca da continuidade ou a manutenção do atual patamar da taxa de juros.

	Em milhões R\$					
	31/12/2024			31/12/2023		
Cenário	1	2	3	1	2	3
Taxa de juros	-	6.449	9.625	3.349	4.454	6.646
Total	-	6.449	9.625	3.349	4.454	6.646

Definições:

- Taxa de juros - Exposições sujeitas a variações de taxas de juros ou cupons de taxas de juros;
- Em 31 de dezembro de 2024, o saldo exposto à variação do DI foi de R\$ 642,1 milhões, e em 31 de dezembro de 2023 era R\$ 422,9 milhões; já a exposição em Selic, foi de R\$ 386,8 milhões em 31 de dezembro de 2024, e em 31 de dezembro de 2023 era R\$ 253,8 milhões.

Premissas:

CDBs/LFTs/Moeda Eletrônica

A taxa utilizada para o teste de sensibilidade para as posições em CDBs, LFTs e Moeda Eletrônica é resultante da comparação de rentabilidade acumulada proporcional entre CDBs/LFTs/ME x CDI, encontrado na central de sistemas da CVM. Utilizou-se as variáveis de rentabilidade do CDB DI.

27. Obrigações com benefícios de longo prazo pós-emprego a empregados

A Banrisul Pagamentos é patrocinadora da Fundação Banrisul de Seguridade Social e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul que, asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários.

A Fundação Banrisul de Seguridade Social é dotada de autonomia administrativa, tendo como finalidade instituir planos de benefícios de natureza previdenciária aos seus participantes, empregados das patrocinadoras e respectivos beneficiários, mediante contribuições específicas, estabelecidas em seus planos e respectivos regulamentos.

A Política de previdência complementar do Banrisul executada pela Fundação Banrisul de Seguridade Social, instituída em 29 de janeiro de 1963 em conformidade com a legislação então vigente, tem como fundamentação legal o artigo 202 da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, das Leis Complementares de números 108 e 109 de 29 de maio de 2001, e demais normas legais em vigor emanadas por órgãos reguladores da Previdência Social ligada ao Ministério da Fazenda, como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC), o Estatuto Social da Entidade Gestora e respectivos regulamentos dos Planos de Benefícios, bem como está em concordância com a Resolução CMN nº 4.994/22.

O art. 8º, da Resolução CMN nº 4.994/22 determina que é designado pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão um Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado para a Gestão dos Investimentos (AETQ), como principal responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos.

Os Planos de Benefícios que dão suportes à Política de Previdência Complementar da Banrisul Pagamentos se fundamentam nos respectivos Regulamentos dos Planos, nos quais constam todos os direitos e obrigações dos Participantes e, das Patrocinadoras, o Plano de Custeio Atuarial, os prazos legais, a forma de pagamento das contribuições mensais e dos benefícios, o tempo de contribuição mínima e outros parâmetros necessários para o dimensionamento atuarial. Todos os Regulamentos são aprovados pelos órgãos legais internos de gestão, pela(s) Patrocinadora(s) e pelos órgãos federais de supervisão e regulação conforme legislação em vigor. Em conformidade com a Resolução CNPC nº 30/2018, foi designado pelo Conselho Deliberativo da Fundação Banrisul um Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB).

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos resultou de um processo de interação entre a consultoria atuarial externa responsável pelos cálculos atuariais no caso dos Planos de Benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido e Contribuição Variável, entre os atuários internos da própria Fundação Banrisul no caso do plano de Benefícios estruturado na modalidade de Contribuição Definida, a Diretoria Executiva e os representantes do Conselho Deliberativo da Fundação. Conta ainda com o aval das patrocinadoras dos Planos de Benefícios I e Saldado (modalidade de “benefício definido”), dos Planos FBPREV, FBPREV II e FBPREV III (modalidade de “contribuição variável”) e do Plano FBPREV CD (modalidade de “contribuição definida”), conforme determina a Resolução CNPC nº 30/2018, Instrução Previc nº 23/2023 e Portaria Previc nº 308/2024.

(a) Principais Premissas

As principais premissas a seguir foram elaboradas com base nas informações vigentes em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, sendo revisadas periodicamente.

Hipóteses Econômicas – 31/12/2024	Plano PBI	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde ⁽¹⁾ (% a.a.)			Prêmio
	(% a.a.)	(% a.a.)	(% a.a.)	(% a.a.)	(% a.a.)	PAM	POD	PROMED	Aposentadoria (% a.a.)
Taxa Real de Desconto Atuarial	7,66	7,38	7,56	7,32	7,58	7,44	7,44	7,44	7,74
Retorno Real Esperado sobre os Ativos	7,66	7,38	7,56	7,32	7,58	7,44	7,44	7,44	7,74
Taxa Real de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	1,75	-	2,67	2,31	2,23	Cfe. Nota ⁽²⁾	n/a	n/a	2,67
Crescimento Real dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	0,30	-	-	-	-	-	1,00	1,00	-
Fator de Capacidade sobre os Benefícios	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	n/a
Fator de Capacidade sobre os Salários	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	100,00
Inflação Esperada	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96
Taxa de Desconto Nominal	13,00	12,71	12,89	12,64	12,92	12,77	12,77	12,77	13,08
Retorno Nominal Esperado sobre os Ativos do Plano	13,00	12,71	12,89	12,64	12,92	12,77	12,77	12,77	13,08
Taxa Nominal de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	6,80	4,96	7,76	7,38	7,30	Cfe. Nota ⁽²⁾	n/a	n/a	7,76
Crescimento Nominal dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	5,27	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	6,01	6,01	4,96

⁽¹⁾ Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos PAM - Plano de Assistência Médico-Hospitalar, POD – Plano Odontológico e PROMED – Programa Auxílio Medicamento.

⁽²⁾ Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

Hipóteses Econômicas - 31/12/2023	Plano PBI	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde ⁽¹⁾ (% a.a.)			Prêmio
	(% a.a.)	(% a.a.)	(% a.a.)	(% a.a.)	(% a.a.)	PAM	POD	PROMED	Aposentadoria (% a.a.)
Taxa Real de Desconto Atuarial	5,34	5,37	5,35	5,38	5,35	5,44	5,44	5,44	5,35
Retorno Real Esperado sobre os Ativos	5,34	5,37	5,35	5,38	5,35	5,44	5,44	5,44	5,35
Taxa Real de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	0,66	-	6,06	2,01	0,41	Cfe. Nota ⁽²⁾	n/a	n/a	6,06
Crescimento Real dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	0,30	-	-	-	-	-	1,00	1,00	-
Fator de Capacidade sobre os Benefícios	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	n/a
Fator de Capacidade sobre os Salários	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	100,00
Inflação Esperada	3,90	3,90	3,90	3,90	3,90	3,90	3,90	3,90	3,90
Taxa de Desconto Nominal	9,45	9,48	9,46	9,49	9,46	9,55	9,55	9,55	9,46
Retorno Nominal Esperado sobre os Ativos do Plano	9,45	9,48	9,46	9,49	9,46	9,55	9,55	9,55	9,46
Taxa Nominal de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	4,59	3,90	10,20	5,99	4,33	Cfe. Nota ⁽²⁾	n/a	n/a	10,20
Crescimento Nominal dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	4,21	3,90	3,90	3,90	3,90	3,90	4,94	4,94	3,90

⁽¹⁾ Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos PAM - Plano de Assistência Médico-Hospitalar, POD – Plano Odontológico e PROMED – Programa Auxílio Medicamento.

⁽²⁾ Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

Hipóteses Demográficas em 31/12/2024	Mortalidade Geral	Mortalidade de Inválidos	Entrada em Invalidez	Taxa Anual de Rotatividade	Opção pelo Instituto BPD	Entrada em Aposentadoria	Composição Familiar
Plano PB I	AT – 2000 Suavizada (-10%) por sexo	AT – 49 por sexo	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência PBI 2015-2023	n/a	100% ao atingir o benefício pleno	75% dos participantes com beneficiários e mulher 4 anos mais nova que o homem. Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
Plano Saldado	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência Saldado 2015-2023	n/a	Data provável de aposentadoria informada no cadastro	75% dos participantes com beneficiários e mulher 4 anos mais nova que o homem. Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
Plano FBPREV	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV 2015-2023	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
Plano FBPREV II	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREVII 2015-2023	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Família Real, conforme cadastro
Plano FBPREV III	AT – 2000 Suavizada (-10%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência PBI FBPREVIII 2019-2023	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Família Real, conforme cadastro
Plano Saúde ⁽¹⁾ :							
PAM	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾
POD	AT – 2000 Basic (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV 2015-2023	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Não utilizado
PROMED	AT – 2000 Basic (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV 2015-2023	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Não utilizado
Prêmio Aposentadoria	AT – 2000 (-30%) por sexo	n/a	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV 2015-2023	-	60 anos de idade e 10 anos de empresa	Não utilizado

⁽¹⁾ Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos PAM - Plano de Assistência Médico-Hospitalar, POD – Plano Odontológico e PROMED – Programa Auxílio Medicamento.

⁽²⁾ Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

Hipóteses Demográficas em 31/12/2023	Mortalidade Geral	Mortalidade de Inválidos	Entrada em Invalidez	Taxa Anual de Rotatividade	Opção pelo Instituto BPD	Entrada em Aposentadoria	Composição Familiar
Plano PB I	AT – 2000 (-10%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência PBI FBPREV III 2015-2022	n/a	100% ao atingir o benefício pleno	A conceder: Família Média (74% dos participantes com beneficiários e mulher 4 anos mais nova que o homem). Concedido: Família Real
Plano Saldado	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência Saldado 2015-2022	n/a	Data provável de aposentadoria informada no cadastro	A Conceder: Família Média (74% dos participantes com beneficiários e mulher 4 anos mais nova que o homem) Concedido: Família Real
Plano FBPREV	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência FBPREV 2015-2022	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Família Real, conforme cadastro
Plano FBPREV II	AT – 2000 (-30%) por sexo	Winklevos	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência FBPREVII 2015-2020	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Família Real, conforme cadastro
Plano FBPREV III	AT – 2000 (-10%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas	Experiência PBI FBPREVIII 2015-2022	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Família Real, conforme cadastro
Plano Saúde ⁽¹⁾ :							
PAM	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾
POD	AT – 2000 Basic (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência FBPREV 2015-2022	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Família Real
PROMED	AT – 2000 Basic (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência FBPREV 2015-2022	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Não utilizado
Prêmio Aposentadoria	AT – 2000 (-30%) por sexo	n/a	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência FBPREV 2015-2022	-	60 anos de idade e 10 anos de empresa	Não utilizado

⁽¹⁾ Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos PAM - Plano de Assistência Médico-Hospitalar, POD – Plano Odontológico e PROMED – Programa Auxílio Medicamento.

⁽²⁾ Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em experiência de atuários, ajustadas de acordo com o perfil demográfico dos empregados da Banrisul Pagamentos.

O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam um conjunto de premissas econômicas, financeiras e biométricas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Banrisul Pagamentos determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada período, observando os princípios estabelecidos pela Resolução nº 110 da CVM e Resolução nº 4.877/20 do CMN, à qual é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. As taxas de desconto reais foram apuradas considerando a interpolação das taxas do índice IMA-B, divulgado pela ANBIMA, com data de referência em 31/12/2024.

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 30/2018, combinadas com a Instrução Previc nº 23/2023 e com Portaria Previc nº 308/2024, a Fundação Banrisul de Seguridade Social elabora estudos visando ao estabelecimento do perfil dos vencimentos das obrigações dos Planos de Benefícios com a apuração do *duration* e outras análises de distribuição do pagamento dos benefícios.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

(b) Descrições dos Planos e Outros Benefícios de Longo Prazo

Plano de Benefícios I (PBI) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “benefício definido”, abrangem aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão, auxílio-funeral e abono anual.

A contribuição normal do participante ativo corresponde a recolhimento de percentuais do salário de participação.

O Plano de Benefícios I foi fechado para novas adesões a partir de julho de 2009.

Plano Saldado (PBS) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “benefício definido”, abrangem benefício saldado de aposentadoria, benefício saldado de invalidez, pensão por morte, auxílio-funeral e abono anual.

Não haverá contribuição normal ao plano de benefício saldado e, quando estiver apto a se aposentar, receberá um benefício proporcional ao tempo que contribuiu ao PBI.

Plano FBPREV (FBPREV) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “contribuição variável”, abrangem benefícios de: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio-funeral.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- (i)** Parcela básica: 1% a 3% (intervalos de 0,5%) aplicado sobre o salário de participação;
- (ii)** Parcela adicional: pode variar entre 1% e 7,5% (intervalos de 0,5%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- (iii)** Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo Atuário no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

A Banrisul Pagamentos contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV II (FBPREV II) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “contribuição variável”, abrangem benefícios de aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio-funeral.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- (i) Parcela básica: 3% a 5% aplicado sobre o salário de participação;
- (ii) Parcela adicional: pode variar entre 5% e 10% (intervalos de 1%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- (iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo Atuário no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e de 50% das despesas administrativas do plano calculadas em 10% sobre o total das demais contribuições.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

A Banrisul Pagamentos contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV III (FBPREV III) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “contribuição variável”, abrangem benefícios de: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio-funeral.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- (i) Parcela básica: 3%, 4% ou 5% aplicado sobre o salário de participação;
- (ii) Parcela adicional: pode variar entre 5% e 10% (intervalos de 1%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- (iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo Atuário no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

Plano FBPREV CD (FBPREV CD) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “contribuição definida”, abrangem benefícios de: aposentadoria, aposentadoria por invalidez, abono anual (opcional) e pensão por morte.

A contribuição normal do participante é composta por apenas uma parcela:

- (i) Parcela básica: pode variar entre 1% e 6% (intervalos de 0,50%) aplicado sobre o salário de participação;

Além da contribuição básica, o participante poderá efetuar contribuições adicionais, mensais e facultativas, não inferiores a 1% aplicado sobre o salário de participação, não acompanhadas pelo patrocinador.

A Banrisul Pagamentos contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano Saúde (PAM, POD e PROMED) - a Banrisul Pagamentos oferece planos de saúde, por meio da Cabergs, a seus funcionários ativos e aos aposentados pela Fundação Banrisul.

Prêmio Aposentadoria (Benefício Pós-Emprego) - a Banrisul Pagamentos concede aos seus funcionários um prêmio por aposentadoria que é pago integralmente na data em que o funcionário se desliga da empresa por aposentadoria.

(c) Principais Riscos Atuariais

A Banrisul Pagamentos e a Fundação Banrisul de Seguridade Social juntos poderão realizar estudos de confrontação ativo/passivo com o objetivo de buscar operações no mercado financeiro de capitais e de seguros, visando à redução ou eliminação dos riscos atuariais dos Planos.

Através de seus planos de benefícios definidos, a Banrisul Pagamentos está exposta a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

Volatilidade dos Ativos - as obrigações do plano são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos privados ou do governo, na ausência de mercado ativo; caso os ativos do plano não atinjam essa rentabilidade, isso criará um déficit. Os planos do Brasil e dos Estados Unidos mantêm uma proporção significativa de ações, cujo rendimento se espera que supere o dos títulos privados no longo prazo, enquanto resultará em volatilidade e risco no curto prazo.

Variação na Rentabilidade dos Títulos - uma diminuição na rentabilidade de títulos privados ou governamentais resultará no aumento das obrigações do plano, embora essa variação seja compensada parcialmente por um aumento no valor justo dos títulos detidos pelos planos.

Risco de Inflação - algumas obrigações dos planos de pensão da Banrisul Pagamentos são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações (embora, em muitos casos, existem limites ao nível de reajustes inflacionários permitidos para proteger o plano contra taxas extremas de inflação). A maior parte dos ativos do plano ou não são afetados (títulos com juros pré-fixados) ou têm uma pequena correlação (ações) com a inflação, o que significa que uma alta na inflação resultará também em alta no déficit.

Expectativa de Vida - a maior parte das obrigações dos planos consiste na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos.

(d) Gestão dos Ativos dos Planos

O percentual de alocação dos ativos dos planos são os seguintes:

Planos:	PB I % Alocação		PBS % Alocação		FBPREV % Alocação		FBPREV II % Alocação		FBPREV III % Alocação		Saúde % Alocação	
Categorias	Dez24	Dez23	Dez24	Dez23	Dez24	Dez23	Dez24	Dez23	Dez24	Dez23	Dez24	Dez23
Caixa e Equivalente	0,01	0,01	-	-	0,01	0,01	-	0,01	-	-	0,21	0,03
Renda Fixa	79,17	70,15	76,81	75,51	76,18	83,56	78,06	79,81	83,21	85,46	98,44	98,26
Renda Variável	7,23	6,92	4,77	4,35	3,89	0,91	3,16	1,84	6,28	5,73	1,35	1,71
Imóveis	6,17	5,48	3,71	3,42	-	-	1,32	1,32	4,80	4,48	-	-
Outros	7,42	17,44	14,71	16,72	19,92	15,52	17,46	17,02	5,71	4,33	-	-
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Os ativos dos planos de benefícios definidos incluem ações do Banrisul com um valor justo de R\$ 7.826 (31/12/2023 - R\$9.681) e imóveis alugados com um valor justo de R\$ 163.762 (31/12/2023 - R\$156.142).

(e) Avaliações Atuariais

O resumo da composição do (ativo)/passivo atuarial líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, preparados respectivamente com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e, de acordo com CPC 33 (R1), é demonstrado a seguir:

Obrigações (Ativo)/Passivo Registradas no Balanço Patrimonial com Benefícios de:	31/12/2024	31/12/2023
Planos de Previdência		
Plano de Benefícios I (PBI)	1.302	1.432
Plano Saldado (PBS)	31	2.008
Plano FBPREV (FBPREV)	(2)	(2)
Plano FBPREV II (FBPREV II)	(68)	(63)
Plano FBPREVIII (FBPREVIII)	176	252
Planos de Saúde (PAM, POD e PROMED)	(386)	(290)
Prêmio Aposentadoria	404	577
Total	1.457	3.914

Em 31 de dezembro de 2024, o reconhecimento contábil registrado no Patrimônio Líquido como Ajustes de Avaliação Patrimonial, decorrente de ganhos e perdas atuariais apurados no remensuramento do laudo atuarial, totalizou o montante de R\$ 2.239.

A composição do (ativo)/passivo atuarial líquido preparado com base no laudo atuarial para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e, de acordo com o CPC 33 (R1) é demonstrada a seguir:

Apuração do Passivo (Ativo) Líquido em 31/12/2024	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Obrigações Atuariais Apuradas na Avaliação Atuarial	4.314	12.202	4	290	803	386	404
Valor Justo dos Ativos do Plano	(3.012)	(12.171)	(18)	(514)	(627)	(803)	-
Déficit/(Superávit) Apurado	1.302	31	(14)	(224)	176	(417)	404
Efeito do Teto de Ativo	-	-	12	156	-	31	-
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido	1.302	31	(2)	(68)	176	(386)	404

Apuração do Passivo (Ativo) Líquido em 31/12/2023	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Obrigações Atuariais Apuradas na Avaliação Atuarial	4.743	14.272	3	321	987	530	577
Valor Justo dos Ativos do Plano	(3.311)	(12.264)	(12)	(544)	(735)	(820)	-
Déficit/(Superávit) Apurado	1.432	2.008	(9)	(223)	252	(290)	577
Efeito do Teto de Ativo	-	-	7	160	-	-	-
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido	1.432	2.008	(2)	(63)	252	(290)	577

⁽¹⁾ No segundo semestre de 2023, a Cabergs promoveu a segregação de saldos do Fundo Plano de Assistência Médico-Hospitalar (PAM), para Fundo Reserva Plano de Assistência Médico-Hospitalar (PAM), fundo este que não poderá ser utilizado sem prévia e formal autorização da Banrisul Pagamentos na condição de Associado Patrocinador Instituidor

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais em 31/12/2024	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações em 1º de Janeiro	4.743	14.272	3	321	987	530	577
Custo do Serviço Corrente Líquido	-	-	-	(1)	-	1	-
Contribuições de Participante Realizadas no Período	289	83	-	-	7	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	432	1.278	-	30	88	49	24
Benefícios Pagos no Período	(775)	(1.149)	-	(29)	(127)	(40)	(195)
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(375)	(2.282)	1	(31)	(152)	(154)	(2)
Valor Presente das Obrigações no Final do Período	4.314	12.202	4	290	803	386	404

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais em 31/12/2023	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações em 1º de Janeiro	4.687	12.907	4	309	976	518	641
Custo do Serviço Corrente Líquido	-	-	(4)	(3)	-	2	-
Contribuições de Participante Realizadas no Período	213	38	-	-	5	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	490	1.393	-	32	99	57	36
Benefícios Pagos no Período	(744)	(1.052)	-	(28)	(121)	(47)	(90)
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	97	986	3	11	28	-	(10)
Valor Presente das Obrigações no Final do Período	4.743	14.272	3	321	987	530	577

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano em 31/12/2024	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de Janeiro	(3.311)	(12.264)	(12)	(544)	(735)	(820)	-
Benefícios Pagos no Período Utilizando os Ativos do Plano	775	1.149	-	29	127	-	-
Contribuições de Participante Realizadas no Período	(289)	(83)	-	-	(7)	-	-
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	(162)	(79)	-	-	(10)	-	-
Rendimento Esperado dos Ativos	(303)	(1.143)	(2)	(53)	(66)	(85)	-
(Ganhos)/Perdas no Valor Justo dos Ativos do Plano	278	249	(4)	54	64	102	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	(3.012)	(12.171)	(18)	(514)	(627)	(803)	-

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano em 31/12/2023	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de Janeiro	(3.360)	(11.715)	(8)	(423)	(790)	(2.166)	-
Benefícios Pagos no Período Utilizando os Ativos do Plano	744	1.052	-	28	121	-	-
Contribuições de Participante Realizadas no Período	(213)	(38)	-	-	(5)	-	-
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	(273)	(35)	-	-	(5)	-	-
Rendimento Esperado dos Ativos	(336)	(1.219)	(1)	(44)	(78)	(238)	-
(Ganhos)/Perdas no Valor Justo dos Ativos do Plano	127	(309)	(3)	(105)	22	1.584	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	(3.311)	(12.264)	(12)	(544)	(735)	(820)	-

Passivo (Ativo) Atuarial Líquido do Plano em 31/12/2024	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	1.432	2.008	(2)	(63)	252	(290)	577
Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado do Exercício	129	135	-	(7)	22	(35)	24
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Resultado Abrangente	(97)	(2.033)	-	2	(88)	(21)	(2)
Contribuições do Empregador	(162)	(79)	-	-	(10)	(40)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	(195)
Passivo/ (Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	1.302	31	(2)	(68)	176	(386)	404

Passivo (Ativo) Atuarial Líquido do Plano em 31/12/2023	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	1.327	1.192	(2)	(56)	186	(518)	641
Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado do Exercício	154	174	(5)	(9)	21	(57)	36
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Resultado Abrangente	224	677	5	2	50	332	(10)
Contribuições do Empregador	(273)	(35)	-	-	(5)	(47)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	(90)
Passivo/ (Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	1.432	2.008	(2)	(63)	252	(290)	577

Resultado do Exercício de 2024	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviço Corrente Líquido	-	-	-	(1)	-	1	-
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	432	1.278	-	30	88	49	24
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(303)	(1.143)	(2)	(53)	(66)	(85)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	-	-	2	17	-	-	-
Total de Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado do Exercício	129	135	-	(7)	22	(35)	24

Resultado do Exercício de 2023	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviço Corrente Líquido	-	-	(4)	(3)	-	2	-
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	490	1.393	-	32	99	57	36
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(336)	(1.219)	(1)	(44)	(78)	(238)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	-	-	-	6	-	122	-
Total de Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado do Exercício	154	174	(5)	(9)	21	(57)	36

Outros Resultados Abrangentes (ORA), no Exercício de 2024	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
(Ganhos)/Perdas nos Ativos do Plano	278	249	(4)	54	64	102	-
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(375)	(2.282)	1	(31)	(152)	(154)	(2)
(Ganhos)/Perdas no Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	-	-	3	(21)	-	31	-
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes (ORA)	(97)	(2.033)	0	2	(88)	(21)	(2)

Outros Resultados Abrangentes (ORA), no Exercício de 2023	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
(Ganhos)/Perdas nos Ativos do Plano	127	(309)	(3)	(105)	22	1.584	-
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	97	986	3	11	28	-	(10)
(Ganhos)/Perdas no Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	-	-	5	96	-	(1.252)	-
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes (ORA)	224	677	5	2	50	332	(10)

Resultado do Exercício Projetado para o Período Seguinte:	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviço Corrente Líquido	-	-	(1)	-	-	-	-
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	528	1.471	1	35	97	22	27
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(370)	(1.473)	(2)	(63)	(75)	(51)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	-	-	2	20	-	2	-
Despesa/(Receita) Atuarial Estimada	158	(2)	-	(8)	22	(27)	27

Fluxo de Caixa no Período:	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Contribuições do Empregador	162	79	-	-	10	40	-
Contribuições do Participante	289	83	-	-	7	-	-
Benefícios Pagos Utilizando os Ativos do Plano	775	1.149	-	29	127	40	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	195

Fluxo de Caixa Esperado para o Período Seguinte:	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Contribuições do Empregador	182	101	1	-	15	41	-
Contribuições do Participante	310	101	1	-	15	-	-
Benefícios Pagos Utilizando os Ativos do Plano	846	1.387	-	29	127	41	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	404

As estimativas de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos são demonstradas a seguir:

Perfil de Maturidade do Valor Presente da Obrigação (VPO)	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
2025	846	1.387	-	29	127	41	404
2026	806	1.349	-	29	118	37	-
2027	787	1.324	-	27	113	36	-
2028	766	1.296	-	25	108	36	-
2029	743	1.267	-	24	104	35	-
2030 a 2034	3.308	5.819	1	96	440	167	-

A duração média ponderada do valor presente da obrigação é demonstrada a seguir:

Duração Média Ponderada do Valor Presente da Obrigação (em Anos)	Plano PBI	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde ⁽¹⁾ (% a.a.)	PAM	POD	PROMED	Prêmio Aposentadoria
31/12/2024	7,43	9,36	8,18	9,88	8,08	Conforme Planos de Previdência ⁽¹⁾	9,21	11,54		5,83
31/12/2023	8,14	10,13	9,09	10,57	8,78	Conforme Planos de Previdência ⁽¹⁾	9,95	12,55		8,49

⁽¹⁾ Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

Outros dados acerca dos planos são demonstrados a seguir:

Quantidade de Participantes em 31/12/2024	Plano PBI	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde⁽¹⁾ (% a.a.)	PAM	POD	PROMED	Prêmio Aposentadoria
Ativos	-	1	1	2	-	-	-	-	3	3
Assistidos	21	21	1	4	8	35	11	21	-	-
Total	21	22	2	6	8	35	11	24	3	3

Quantidade de Participantes em 31/12/2023	Plano PBI	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde⁽¹⁾ (% a.a.)	PAM	POD	PROMED	Prêmio Aposentadoria
Ativos	-	2	1	4	-	1	-	4	4	4
Assistidos	21	20	1	3	12	36	11	21	-	-
Total	21	22	2	7	12	37	11	25	4	4

(f) Análise de Sensibilidade

As premissas adotadas para o cálculo atuarial do plano de benefício definido têm um efeito significativo sobre os montantes divulgados. Apresenta-se a seguir o impacto no cálculo dos benefícios considerando a alteração das premissas assumidas.

Plano de Benefícios I (PBI) – 31/12/2024		Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(131)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	139
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(92)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	100
Plano Saldado (PBS) – 31/12/2024		Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(444)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	476
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(332)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	373
Plano FBPREV (FBPREV) – 31/12/2024		Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	-
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	-
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	-
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	-
Plano FBPREV II (FBPREV II) – 31/12/2024		Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(7)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	7
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(9)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	10
Plano FBPREV III (FBPREV III) – 31/12/2024		Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(24)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	26
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(21)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	23
Plano Saúde – 31/12/2024		Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(13)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	14
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(12)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	14
Prêmio Aposentadoria – 31/12/2024		Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	-
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	-
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	-
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	-

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e aos Acionistas da

Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. - Instituição de Pagamento

Porto Alegre – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. - Instituição de Pagamento (“Banrisul Pagamentos”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. - Instituição de Pagamento em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Banrisul Pagamentos, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Banrisul Pagamentos é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about. A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Banrisul Pagamentos continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Banrisul Pagamentos ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Banrisul Pagamentos são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Banrisul Pagamentos.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Banrisul Pagamentos. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Banrisul Pagamentos a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 7 de fevereiro de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RS

Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4

PARECER DO CONSELHO FISCAL
(Exercício social findo em 31 de dezembro de 2024)

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. - Instituição de Pagamento, no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II e VII do art. 163, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e pelas disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório emitido pelos Auditores Independentes, sem modificações, documentos esses relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. Por unanimidade, opinamos favoravelmente e sem ressalvas, concluindo que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pelos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Porto Alegre, 07 de fevereiro de 2025.

Micheli Tassiani Petry
Presidente

Luiz Valdir Andres
Conselheiro

Sandro Luciano Caron de Moraes
Conselheiro

DIRETORIA

Luiz Gonzaga Veras Mota
Presidente

Denise Eskeff Coelho
Antônio Carlos Antunes
Luiz Fernando Mesquita Souza
Diretores

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando Lemos
Presidente

Bruno Silva da Silveira
Eduardo Cunha da Costa
Giusepe Lo Russo
Irany de Oliveira Sant'Anna Junior
Victor Herzer da Silva
Conselheiros

Ana Roselaine Leindeker da Silva
Contadora CRC RS 056194

PARECER DO CONSELHO FISCAL
(Exercício social findo em 31 de dezembro de 2024)

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. - Instituição de Pagamento, no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II e VII do art. 163, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e pelas disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório emitido pelos Auditores Independentes, sem modificações, documentos esses relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. Por unanimidade, opinamos favoravelmente e sem ressalvas, concluindo que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pelos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Porto Alegre, 07 de fevereiro de 2025.



Micheli Tassiani Petry 08:59 GMT-3
Presidente



Luiz Valdir Andres 02:05 GMT-3
Conselheiro



Sandro Luciano Caron de Moraes 09:43 GMT-3
Conselheiro

Porto Alegre, 06 de março de 2025.

À
CAGE – Contadoria e Auditoria-Geral do Estado
Divisão de Informação e de Normatização Contábil - DNC
Av. Mauá, 1155/ 403 -A
Porto Alegre – RS

Prezados Senhores,

Em atendimento à **PORTARIA CAGE Nº 27, DE 07 DE OUTUBRO DE 2024**, publicada no DOE em 08/10/2024, encaminhamos os documentos abaixo relacionados, da Banrisul Soluções em Pagamentos S/A, relativo ao exercício de 2024:

- Caderno das Demonstrações Financeiras contendo:
 - Balanços Patrimoniais;
 - Demonstrações do Resultado do Exercício;
 - Demonstração do Resultado Abrangente;
 - Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido;
 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa;
 - Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras;
 - Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras;
 - Parecer do Conselho Fiscal.
 - Parecer do Conselho Fiscal.
 - Certidão de Regularidade Profissional – CRC.

Atenciosamente,

Ana Roselaine Leindeker da Silva
Contadora – CRC RS 056194/O-7



**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em dia com seus débitos perante o CRC.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: ANA ROSELAINE LEINDEKER DA SILVA
REGISTRO.....	: RS-056194/O-7
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: ***.805.770-**

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: RIO GRANDE DO SUL, 06/03/2025 as 09:59:17.

Válido até: 04/06/2025.

Código de Controle: 2105548.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Banrisul - Armazéns Gerais
BAGERGS**

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.
COMPANHIA FECHADA
CNPJ N.º 92.721.232/0001-57
NIRE N.º 43300003183.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas e Clientes:

Tem este a finalidade de apresentar o relatório do exercício de 2024 da BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S. A. – BAGERGS.

Companhia

A Companhia está situada no município de Canoas – RS, onde atua no ramo de Armazéns Gerais, na locação de espaços para depósito, guarda e conservação de mercadorias, como Porto Seco, através de Contrato de Permissão com a Receita Federal, na prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias importadas e as destinadas à exportação. Também desenvolve atividades de Armazenamento, Digitalização e Gerenciamento Eletrônico de Documentos – GED.

Mercado e Cenário Econômico

O maior desafio de 2024 para a Companhia, foi lidar com as diversas variáveis que permeiam o negócio, como as incertezas do mercado, seja em relação ao câmbio, a situação econômica do país e, principalmente a tragédia climática ocorrida em nosso Estado no mês de maio.

A conjuntura econômica nacional e mundial causou seus reflexos, porém a Companhia manteve o desempenho econômico financeiro positivo, com incremento nas receitas em relação ao mesmo período do ano anterior.

Destaca-se o desempenho dos serviços de Gerenciamento Eletrônico de Documentos – GED, no qual a empresa obteve um acréscimo de 43,6%, em comparação ao ano de 2023, resultado do trabalho que vem sendo realizado junto aos órgãos públicos do Estado do Rio Grande do Sul e também às Prefeituras Municipais. As receitas oriundas da atividade principal da Companhia, que estão relacionadas aos serviços prestados no Porto Seco de armazenagem de produtos oriundos da importação e exportação, tiveram um crescimento de 1,07% e 10,7%, respectivamente, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 - Receita Bruta Operacional		Em milhares de reais	
	2023	2024	%
Importação	R\$ 13.604	R\$ 13.750	1,07%
Exportação	R\$ 1.914	R\$ 2.120	10,76%
Armazém Geral	R\$ 481	R\$ 412	-14,35%
Gerenciamento Eletrônico Documentos-GED	R\$ 8.376	R\$ 12.033	43,66%
Aluguel Espaço	R\$ 2.571	R\$ 2.625	2,10%

Em busca de crescimento da receita, já foram iniciados estudos técnicos voltados para análise de oportunidades no mercado em que atua e, pretende analisar a expansão do negócio através de novos modelos de concessões e permissões no ramo que atua.

A Administração acredita que 2025 será, novamente, um ano desafiador, mas planeja alternativas de curto e médio prazo visando manter-se atuante num cenário competitivo e garantindo a continuidade de crescimento da Companhia.

Desempenho e Indicadores de Resultado

A seguir, apresentamos os indicadores financeiros que demonstram o desempenho da Companhia nos exercícios findos em 2023 e 2024.

Tabela 2 – Indicadores Financeiros	Em milhares de reais		
	2023	2024	%
Receita Líquida	R\$ 23.259	R\$ 27.221	17,03%
Custo dos Serviços Prestados	-R\$ 12.792	-R\$ 12.401	-3,06%
Lucro Bruto	R\$ 10.467	R\$ 14.820	41,59%
Margem Bruta	45,00%	54,44%	
Despesas/Receitas Operacionais	-R\$ 3.888	-R\$ 10.307	165,10%
EBIT	R\$ 6.579	R\$ 4.513	-31,40%
Margem EBIT	28,30%	16,58%	
Resultado Financeiro Líquido	R\$ 9.921	R\$ 5.986	-39,66%
IR e CSLL	-R\$ 3.059	-R\$ 1.860	
Lucro Líquido	R\$ 13.441	R\$ 8.639	-35,73%
EBIDTA	R\$ 7.741	R\$ 6.016	-22,28%
Margem EBITDA	33,30%	22,10%	
Margem Líquida	57,80%	31,74%	

O lucro bruto acumulado da Companhia, no ano de 2024, foi de R\$ 14,8 milhões, um acréscimo de 41,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, com margem bruta de 54%. Já o lucro líquido acumulado da Companhia foi de R\$ 8,6 milhões, com margem líquida de 31,7%, representando 26,1% abaixo do mesmo período do ano anterior que foi de 57,8. A Companhia obteve em 2024, Ebitda de R\$ 6 milhões, atingindo margem Ebitda de 22,1%.

É de importância destacar que essa variação da redução das Despesas/Receitas Operacionais em 2023 que totalizou R\$ 3,8 milhões, comparados a R\$ 10,3 milhões em 2024, e também a redução do Resultado Financeiro que encerrou 2024 com R\$ 5,9 milhões, comparados a R\$ 9,9 milhões em 2023, deu-se em razão da contabilização de crédito, em agosto de 2023, no valor de R\$ 7,5 milhões, advindo de êxito em processo judicial (obteve um crédito tributário, para proceder com a compensação dos seus tributos federais vincendos)

Investimentos

Em 2024 a Companhia investiu R\$ 3,3 milhões na aquisição de uma máquina Reach Stacker, para descarga, carga e movimentação de contêineres, proveniente de recursos próprios. Este investimento foi essencial para atender a demanda dos clientes com eficiência, agilidade e segurança.

Para 2025, a Companhia planeja investir em torno de R\$ 6,5 milhões, com recursos próprios. Grande parte deste valor será investido na adequação do Porto Seco, às novas exigências contidas em Portarias da Receita Federal do Brasil referente a atualização tecnológica no recinto alfandegado. Outro importante investimentos previsto, é a revitalização das fachadas e estruturas dos armazéns. Além de benfeitorias nas instalações da Companhia (pavimentação, iluminação), adequação do armazém para recebimento de produtos perigosos e aquisição de novos condicionares de ar.

Recursos Humanos

Atualmente, o quadro funcional é composto por 64 empregados, aprovados mediante concurso público e submetidos ao regime jurídico estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. São proporcionados, aos empregados, um pacote de benefícios, incluindo auxílio creche/babá, auxílio escola, plano de saúde e odontológico, seguro de vida em grupo, vale alimentação, vale refeição e 13º vale alimentação. Conta também

com 128 colaboradores, distribuídos entre estagiários, jovens aprendizes e terceirizados, estes relacionados à prestação de serviços de vigilância, limpeza, manutenção e serviços gerais.

A Companhia ofereceu aos seus empregados treinamentos de qualificação específicos por setores de atuação, como também de conscientização sobre os riscos e segurança no ambiente de trabalho, para que estejam aptos a seguir as melhores práticas de qualidade, como também, promover uma cultura de prevenção.

Para incentivar o comportamento voltado para resultados, mantendo empregados comprometidos e satisfeitos com seu trabalho, a Companhia, no ano de 2025 distribuirá parte do resultado líquido de 2024, a título de PLR- Participação nos Lucros e Resultados, conforme Acordo Coletivo de Trabalho.

Sustentabilidade

Tendo em vista a importância e a necessidade de desenvolver atividades sustentáveis e minimizar impactos ambientais, a Companhia continua mantendo atenção especial ao consumo de energia, água e geração de resíduos. Em 2023, foi instalado um sistema de geração de energia limpa, com placas solares na cobertura dos armazéns, que converte a luz do sol em eletricidade, sem emissão de gases de efeito estufa ou resíduos poluentes. Ao encontro disso, parte da frota de empilhadeiras da Companhia é composta de equipamentos elétricos, os quais são abastecidos com a energia gerada pela empresa.

Outra atividade aplicada na Companhia é a captação de água da chuva com reservatórios com capacidade de estocagem de 50.000 litros, onde serão aproveitadas para os meios não potáveis, como reposição da água dos reservatórios destinados a incêndio, lavagens em geral, entre outros.

No gerenciamento de resíduos sólidos, além da gestão interna, contamos com terceiros, devidamente licenciados, para a logística, tratamento e destinação final.

Riscos

A Companhia possui a Política de Gestão de Riscos, norteadora pela Política de Gestão de Riscos do acionista controlador Banrisul S.A. e de acordo com a especificidade da Companhia, amplia os controles de Gestão de Riscos por responsabilidade exclusiva da Companhia, sem concorrer com as análises realizadas por seu controlador.

A Companhia, em conjunto com seu Controlador, Banco do Estado do Rio Grande do Sul, está sempre aprimorando os instrumentos e processos internos com ações para mitigar os riscos operacionais.

Agradecimentos

Expressamos nossos agradecimentos ao Governo do Estado do RS, ao Controlador - Banco do Estado do Rio Grande do Sul, bem como às partes envolvidas pelo apoio, colaboração e confiança recebida.

Canoas, 31 de dezembro de 2024.

Agostinho Meirelles Martins Neto
Diretor Presidente

Marcio Rafael Machado
Diretor Administrativo Financeiro

Ibanez Ferreira Filter
Diretor Comercial e Operacional

Vicente Joaquim Bogo
Diretor de Transformação Digital

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		96	91
Aplicações financeiras	4	25.862	41.392
Contas a receber	5	1.898	1.995
Tributos a recuperar	6	2.575	6.305
Despesas antecipadas	6	25	42
Outros ativos	6	515	286
Total do ativo circulante		30.971	50.111
Ativo não circulante			
Aplicações Financeiras	4	32.833	5.345
Tributos diferidos	11	629	1.416
Depósitos judiciais	8	1.712	2.493
Outros ativos	6	369	237
Imobilizado	7	23.286	21.239
Intangível		-	12
Total do ativo não circulante		58.829	30.742
Total dos ativos		89.800	80.853
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Fornecedores		1.487	815
Obrigações fiscais		1.055	1.066
Outras obrigações e obrigações trabalhistas	9	7.584	1.349
Total do passivo circulante		10.126	3.230
Passivo não circulante			
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	8	1.930	1.703
Total do passivo não circulante		1.930	1.703
Patrimônio líquido			
Capital social	12	53.100	53.100
Reserva de lucros	12	24.644	22.820
Total do patrimônio líquido		77.744	75.920
Total do passivo e patrimônio líquido		89.800	80.853

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida	13	27.221	23.259
Custo dos serviços prestados	14	(12.401)	(12.792)
Lucro bruto		14.820	10.467
Receitas (despesas) operacionais			
Vendas		(131)	(282)
Gerais e administrativas	14	(11.347)	(9.882)
Outras receitas operacionais	15	1.172	1.094
Outras despesas operacionais		(1)	(1)
Recuperação de despesas	16	-	5.183
Lucro antes do resultado financeiro		4.513	6.579
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	17	6.046	10.007
Despesas financeiras		(60)	(86)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		10.499	16.500
Imposto corrente	11	(1.073)	(4.145)
Imposto diferido	11	(787)	1.086
Lucro líquido do exercício		8.639	13.441
Lucro líquido por ação - R\$		12	19

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	8.639	13.441
Total dos resultados abrangentes do exercício	8.639	13.441

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de Lucros			Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de Retenção de Lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	12	53.100	1.922	8.415	-	63.437
Lucro líquido do exercício		-	-	-	13.441	13.441
Reserva Legal		-	672	-	(672)	-
Reserva de Retenção de Lucros		-	-	7.968	(7.968)	-
Dividendos propostos	12	-	-	(2.350)	-	(2.350)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(4.801)	(4.801)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	12	53.100	3.089	19.731	-	75.920
Lucro líquido do exercício		-	-	-	8.639	8.639
Reserva Legal		-	432	-	(432)	-
Reserva de Retenção de Lucros		-	-	2.975	(2.975)	-
Dividendos propostos	12	-	-	(1.583)	-	(1.583)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	(5.232)	(5.232)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	12	53.100	3.521	21.123	-	77.744

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos impostos	10.499	16.500
Ajuste ao lucro		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	25
Depreciações	1.492	1.141
Resultado baixa imobilizado	(410)	1
Amortizações	10	21
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	227	(18)
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução de clientes	202	(243)
(Aumento) de outros ativos	4.733	(3.162)
(Aumento) redução dos depósitos judiciais	781	(599)
Aumento (redução) de partes relacionadas	172	(1.154)
Aumento (redução) de contas a pagar	672	(1.835)
Aumento (redução) de obrigações fiscais	(1.202)	(103)
Aumento (redução) de outros passivos	(71)	(220)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.013)	(4.425)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	15.091	5.929
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado	(3.554)	-
Aumento/Redução de Aplicações Financeiras	(11.958)	(5.842)
Venda de Imobilizado	425	10.997
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(15.086)	(5.155)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	-	(7.011)
Pagamento de juros sobre capital próprio	-	(4.062)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(11.073)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	5	11
Variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	91	80
No fim do exercício	96	91
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	5	11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

Demonstrações dos Valores Adicionados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas	33.108	28.015
Receita da prestação de serviços	30.940	26.946
Outras receitas	1.172	1.094
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	996	(25)
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(6.550)	(7.156)
Materiais, energia e serviços de terceiros	(5.717)	(3.865)
Perda/Recuperação de Valores Ativos	(1)	(1)
Outros	-	5.183
Valor adicionado bruto	20.840	22.176
Depreciação e amortização	(1.502)	(1.162)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	19.338	21.014
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	6.046	10.007
Valor adicionado total a distribuir	25.384	31.021
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	9.049	8.819
Remuneração direta	3.829	3.940
Benefícios	2.569	2.433
FGTS	405	368
Outros	2.246	2.078
Impostos, taxas e contribuições	7.534	8.587
Federais	6.404	7.470
Estaduais	19	18
Municipais	1.111	1.099
Remuneração de capitais de terceiros	162	174
Outras	162	174
Remuneração de capitais próprios	8.639	13.441
Juros sobre capital próprio	5.232	4.801
Lucros retidos	3.407	8.640
Valor adicionado distribuído	25.384	31.021

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas

Apresentamos a seguir as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras da Banrisul Armazéns Gerais S.A., com os valores expressos em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma).

NOTAS EXPLICATIVAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(em milhares de reais)

01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Banrisul Armazéns Gerais S.A., (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil e controlada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (“Banrisul”), sendo seu controlador final o Estado do Rio Grande do Sul. Sua sede localiza-se na Avenida Getúlio Vargas, 8201, Bairro São Luís, Canoas, Rio Grande do Sul.

A Companhia recebeu em 25 de junho de 2024 por parte da CVM o deferimento do cancelamento de registro– categoria A.

Atua no ramo de Armazéns Gerais na locação de espaços para depósito, guarda e conservação de mercadorias, como Porto Seco, por meio de Contrato de Permissão, com a Receita Federal, firmado em 22/10/2004, com prazo de vinte e cinco anos, renovável por mais dez anos, na prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias importadas e as destinadas à exportação, submetidas aos seguintes regimes aduaneiros: comum e suspensivo (entrepósito aduaneiro, admissão temporária, trânsito aduaneiro, drawback, exportação temporária, depósito alfandegado certificado e depósito especial alfandegado). Presta também os serviços de Armazenamento físico de acervos e na Digitalização e Gerenciamento de Documentos para empresas e setor público.

02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As práticas contábeis utilizadas foram apresentadas de forma consistente para todos os períodos divulgados.

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração da Companhia em 05 de fevereiro de 2025.

03 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

3.1. Reconhecimento das receitas - O reconhecimento da receita é efetuado quando o controle e a satisfação da obrigação de desempenho decorrentes da prestação dos serviços pela Companhia, são transferidas para o cliente, em atendimento ao CPC 47.

A receita de prestação de serviços é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e bonificações concedidas ao cliente e outras deduções similares, sendo que valores a receber ainda não faturados são calculados com base em estimativas do valor das receitas de prestações de serviço de armazenagem das mercadorias a serem desembaraçadas.

Os valores referentes a serviços de armazenagem prestados, como também, aos relacionados na prestação dos serviços de GED - Gerenciamento eletrônico de documentos, cujos montantes não são praticáveis de serem estimados, considerando as características específicas desses direitos e serviços, são reconhecidos à medida que esses serviços são entregues.

A receita de locação de área é reconhecida pelo método exponencial durante o período de vigência do contrato. A Companhia não incorreu em custos diretos iniciais na negociação que devam ser adicionados ao valor contábil dos espaços locados.

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método exponencial com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto.

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa efetiva de juros.

3.2. Lucro por ação - A Companhia efetua o cálculo do lucro por ação utilizando o número total de ações durante o período correspondente ao resultado.

	2024	2023
Número total de ações	700	700
Lucro líquido do exercício	8.639	13.441
Lucro líquido por ação - R\$	12	19

3.3. Tributação

a) Impostos sobre serviços – As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS - Programa de Integração Social	1,65%
ISSQN - Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	
- Gerenciamento Eletrônico de Documentos – GED	3,00%
- Armazenagem	2,50%

Esses encargos são apresentados como deduções de receitas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados deduzindo o custo dos serviços prestados na demonstração do resultado.

b) Imposto de renda e contribuição social - Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo ou passivo circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

O imposto de renda e contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas Demonstrações Financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada trimestre e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando corresponderem a itens registrados em “Outros resultados abrangentes”, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os tributos correntes e diferidos também são reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

A Companhia foi tributada pelo regime de tributação lucro real trimestral em 2024 (lucro real estimativa mensal em 2023).

3.4. Contas a receber de clientes – São registradas de acordo com o CPC 47, sendo devidamente reconhecidas na competência em que ocorre a satisfação da prestação dos serviços aos clientes.

Constituída em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, a provisão para créditos de liquidação duvidosa é mensurada por meio de análise individual das faturas de clientes em relação ao histórico de cobrança e pagamentos, conforme previsto nas regras gerais e políticas da Companhia. A provisão é constituída de acordo com as perdas esperadas ou não recuperabilidade dos ativos financeiros.

3.5. Imobilizado – O reconhecimento inicial do imobilizado é dado quando começa a ser utilizado o bem pelo seu custo de aquisição. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme descrito abaixo:

	Vida útil média ponderada
Edificações e benfeitorias	43 anos
Máquinas e equipamentos	9 anos
Móveis e utensílios	7 anos
Veículos	6 anos
Equipamentos de informática	3 anos
Instalações	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no período em que o ativo for baixado.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.6. Intangível - Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por softwares. Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas e valor recuperável.

Ativos intangíveis que possuem vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica pelo prazo de 5 anos e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

3.7. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante por redução ao valor recuperável do ativo é estimado.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2024 não foram identificados eventos que indicassem que os ativos não financeiros não são realizáveis, desta forma, não há nesta data provisão para redução a valor recuperável de ativos.

3.8. Caixa e equivalentes de caixa - Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. O saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto por recursos em caixa e contas correntes (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco do Estado do Rio Grande do Sul), contas destinadas para pagamentos e recebimentos diários, conta corrente para pagamento dos funcionários e conta corrente vinculada para as aplicações.

3.9. Instrumentos financeiros - Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do período.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), Letra Financeira e contas a receber de clientes classificados como custo amortizado.

Os principais passivos financeiros são contas a pagar e fornecedores, os quais são avaliados ao custo amortizado.

3.10. Moeda funcional e de apresentação - As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

3.11. Contas a pagar aos fornecedores - são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano.

Inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso de método de taxa efetiva de juros.

3.12. Capital Social - As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

3.13. Provisões - São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

a) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas – A Companhia possui processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/ obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os processos judiciais classificados como perda possível são divulgados em nota explicativa e os de perda remota não são divulgados, conforme CPC 25.

3.14. Locação de espaços operacionais - Destina-se a prestação de serviço de armazenagem para guarda, conservação, depósito de mercadorias ou de documentos, distribuídos conforme especificidade e disponibilidade em recinto alfandegado ou áreas não alfandegadas. Os contratos de locação de área são estabelecidos de acordo com o serviço que está sendo prestado.

3.15. Ajuste a valor presente de ativos e passivos - Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

Na análise dos realizáveis e exigíveis de curto prazo, avaliando os possíveis efeitos de um ajuste a valor presente, o efeito não é relevante, considerando que grande parte da operação possui ciclo financeiro inferior a 90 dias e há equilíbrio entre os prazos de vencimento dos direitos e das obrigações.

3.16. Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado - As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A demonstração do valor adicionado (DVA) foi preparada de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

3.17. Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro – Relativo ao ICPC 22 INCERTEZA SOBRE TRATAMENTO DE TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, a interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32, quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Administração da Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32, com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e entrou em vigência em 1º de janeiro de 2019.

Na avaliação da Administração da Companhia, não existiram impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

04 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Certificado de depósito bancário - CDB	25.862	8.981
Letra financeira	-	32.411
Total	25.862	41.392
Não circulante		
Letra financeira	32.833	5.345
Total	32.833	5.345

Os saldos das aplicações financeiras referem-se substancialmente as aplicações em Certificados de Depósitos Bancários – CDB, no Banco do Estado do Rio Grande do Sul, os quais possuem rentabilidade vinculada à variação do CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro), com resgate a qualquer tempo. A letra financeira, gerida pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul acompanha a variação da Taxa DI com referencial de juros do mercado financeiro, com indexador de 107% da DI (107% da DI no mesmo período de 2023) e o Imposto de Renda é retido apenas no vencimento da operação, podendo ser resgatado conforme prazo contratual de 3 anos, após a data de aplicação, período este em que a Companhia tem a intenção e acredita ter a capacidade de mantê-los até o vencimento que será em março de 2026 e julho de 2026.

05 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2024	31/12/2023
Clientes	859	2.057
Créditos com controlador (nota nº 10)	1.039	934
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	-	(996)
Total contas a receber	1.898	1.995

O saldo atual em 31 de dezembro de 2024 a receber de clientes por vencimento são os seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
A Vencer ¹	1.571	1.807
Vencidos:		
Até 30 dias	317	167
De 31 a 45 dias	-	1
De 46 a 90 dias	9	84
De 91 a 360 dias	1	7
Mais de 360 dias ²	-	925
Total contas a receber	1.898	2.991

Composição PCLD	31/12/2024	31/12/2023
Saldo anterior	(996)	(971)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1)	(78)
Reversão PCLD	997	53
Saldo PCLD	-	(996)

(1) O prazo médio de recebimento é de 3 dias úteis.

(2) Em 2024, a Companhia baixou para prejuízo os créditos vencidos há de 360 dias para os quais não mais havia perspectiva de recebimento.

06 – OUTROS ATIVOS

Este agrupamento é composto de demais títulos, valores e outras contas a receber, normalmente não originadas do objeto principal da Companhia e adiantamentos:

Circulante	31/12/2024	31/12/2023
Tributos a recuperar ¹	2.575	6.305
Despesas antecipadas	25	42
Adiantamento a funcionários	179	169
Outros adiantamentos e valores realizáveis	336	117
Total circulante	3.115	6.633
Não circulante	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos recursais (nota nº 08)	1.712	2.493
Cauções	281	149
Outros valores e bens de não uso	88	88
Total não circulante	2.081	2.730

(1) Os valores registrados em Tributos a Recuperar referem-se a impostos em processo de restituição, e crédito de Fundaf reconhecido e provisão de IRRF s/aplicação financeira.

07 – IMOBILIZADO

A Companhia considera o valor de custo de seus ativos imobilizados compatível com o potencial de geração de benefícios econômicos de suas operações atuais.

Custo	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2024
Terrenos	7.603	-	-	-	7.603
Edificações e Benfeitorias	12.218	7	-	77	12.302
Móveis e Utensílios	757	-	(21)	-	736
Máquinas e Equipamentos	3.050	2	(462)	3.347	5.937
Equipamentos - Empilhadeira	4.317	-	(880)	-	3.437
Veículos	978	-	(4)	-	974
Instalações	9.388	-	(2)	-	9.386
Imobilizado em Andamento	133	3.490	-	(3.424)	199
Equipamentos de Informática	491	55	(32)	-	514
Outras Imobilizações	1	-	-	-	1
Total	38.936	3.554	(1.401)	-	41.089

Depreciação acumulada	31/12/2023	Depreciações	Baixas	Transferências	31/12/2024
Edificações e Benfeitorias	(6.009)	(282)	-	-	(6.291)
Móveis e Utensílios	(605)	(26)	23	-	(608)
Máquinas e Equipamentos	(2.295)	(398)	447	-	(2.246)
Equipamentos - Empilhadeira	(2.523)	(256)	880	-	(1.899)
Veículos	(957)	(6)	4	-	(959)
Instalações	(4.839)	(508)	-	-	(5.347)
Equipamentos de Informática	(469)	(16)	32	-	(453)
Total	(17.697)	(1.492)	1.386	-	(17.803)

Valor contábil	21.239	2.062	(15)	-	23.286
-----------------------	---------------	--------------	-------------	----------	---------------

Custo	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2023
Terrenos	7.603	-	-	-	7.603
Edificações e Benfeitorias	11.986	114	-	118	12.218
Móveis e Utensílios	648	124	(15)	-	757
Máquinas e Equipamentos	3.017	2.084	(1)	(2.050)	3.050
Equipamentos - Empilhadeira	2.267	-	-	2.050	4.317
Veículos	978	-	-	-	978
Instalações	5.779	82	-	3.527	9.388
Obras em Andamento	340	3.438	-	(3.645)	133
Equipamentos de Informática	491	-	-	-	491
Outras Imobilizações	1	-	-	-	1
Total	33.110	5.842	(16)	-	38.936

Depreciação acumulada	31/12/2022	Depreciações	Baixas	Transferências	31/12/2023
Edificações e Benfeitorias	(5.727)	(282)	-	-	(6.009)
Móveis e Utensílios	(597)	(23)	15	-	(605)
Máquinas e Equipamentos	(2.114)	(246)	1	64	(2.295)
Equipamentos - Empilhadeira	(2.249)	(210)	-	(64)	(2.523)
Veículos	(951)	(6)	-	-	(957)
Instalações	(4.483)	(356)	-	-	(4.839)
Equipamentos de Informática	(451)	(18)	-	-	(469)
Total	(16.572)	(1.141)	16	-	(17.697)

Valor contábil	16.538	4.701	-	-	21.239
-----------------------	---------------	--------------	----------	----------	---------------

08 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza cível e trabalhista. As provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa.

Os valores das ações avaliadas como sendo de perda provável foram integralmente provisionados.

A Administração entende que os valores provisionados são suficientes para atendimento de eventuais perdas nos processos judiciais.

Demonstramos a seguir a composição e movimentação das provisões para contingências da Companhia:

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.394	326	1.720
Adições	58	436	494
Reversões	(178)	(333)	(511)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.274	429	1.703
Adições	140	253	393
Reversões	(4)	(162)	(166)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.410	520	1.930

a) Provisões cíveis

Ações de caráter indenizatório referente a indenização material e/ou moral, referentes à relação advinda da prestação de serviços de armazenagem e movimentação de cargas em Porto Seco, bem como no regime de armazém geral e da locação da área.

Registram a provisão constituída, no momento do recebimento da citação inicial, e são ajustadas mensalmente, pelo valor indenizatório pretendido, nas provas apresentadas e na avaliação de assessores jurídicos, a qual leva em conta a jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, quanto ao grau de risco de perda da ação judicial.

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 não havia processos cíveis considerados como de perda possível.

b) Provisões trabalhistas

São ações movidas principalmente por ex-empregados, trabalhadores terceirizados e sindicatos, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de horas-extras, equiparação salarial e desvio de funções e outros direitos trabalhistas.

Registra-se a provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra a Companhia, na ocasião da notificação judicial, cujo risco de perda é considerado provável. O valor da provisão é apurado de acordo com a estimativa de desembolso feita por nossa Administração, revisada periodicamente com base em subsídios recebidos de nossos assessores legais, sendo ajustadas ao valor do depósito de execução quando estes são exigidos.

Está depositado judicialmente o montante de R\$ 1.712 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 2.493 em 31 de dezembro de 2023). Valores estes evidenciados na nota nº 06.

Existem ainda causas trabalhistas que, de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 4.397 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.527 em 31 de dezembro de 2023), e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

09 - OUTRAS OBRIGAÇÕES E OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Este subgrupo engloba as obrigações com empregados e respectivos encargos sociais, além de outras obrigações definidas com terceiros não incluídas em outros subgrupos.

	31/12/2024	31/12/2023
Débitos – partes relacionadas (nota nº 10)	6.333	57
Dividendos e JCP a pagar	131	100
Retenções contratuais	134	134
Obrigações sociais e trabalhistas	986	1.058
Total outras obrigações e obrigações trabalhistas	7.584	1.349

10 - TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas compreendem, basicamente, depósitos bancários à vista, aplicações em CDB e Letra Financeira, como também a locação de área com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., efetuadas a taxas e condições de mercado. A Companhia também contrata serviço de cartão vale alimentação e refeição da Banrisul Soluções em Pagamentos S.A.

As principais transações e saldos com partes relacionadas são indicados a seguir:

	Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Controlador direto)	Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. (Outras partes relacionadas)	Saldo em 31/12/2024
Ativo			
Circulante:			
Depósitos bancários	95	-	95
Aplicações Banrisul CDB/ LF	25.862	-	25.862
Crédito com partes relacionadas	1.039	-	1.039
	26.996	-	26.996
Não circulante:			
Letra financeira	32.833	-	32.833
	32.833	-	32.833
Passivo			
Circulante:			
Dividendos a pagar	(1.576)		(1.576)
Empréstimo Consignado	(14)		(14)
Juros sobre capital próprio	(4.424)		(4.424)
Contas a pagar	(19)	(300)	(319)
	(6.033)	(300)	(6.333)

	Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Controlador direto)	Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. (Outras partes relacionadas)	Saldo em 31/12/2024
Resultado			
Receitas:	18.593	-	18.593
Locação	1.736	-	1.736
Financeira	5.588	-	5.588
Gerenciamento Eletrônico de Doc. (GED)	10.527	-	10.527
Recuperação de despesas	742	-	742
Despesas:	(958)	-	(958)
Comunicação	(944)	-	(944)
Outras	(14)	-	(14)
	17.635	-	17.635

	Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Controlador direto)	Saldo em 31/12/2023
Ativo		
Circulante:		
Depósitos bancários	84	84
Aplicações Banrisul CDB/ LF	41.392	41.392
Crédito com partes relacionadas	934	934
	42.410	42.410
Não circulante:		
Letra financeira	5.345	5.345
	5.345	5.345
Passivo		
Circulante:		
Contas a pagar	(57)	(57)
	(57)	(57)

	Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Controlador direto)	Saldo em 31/12/2023
Resultado		
Receitas:	16.361	16.361
Locação	1.729	1.729
Financeira	6.926	6.926
Gerenciamento Eletrônico de Doc. (GED)	6.973	6.973
Recuperação de despesas	733	733
Despesas:	(1.079)	(1.079)
Comunicação	(413)	(413)
Outras	(666)	(666)
	15.282	15.282

a) Remuneração do pessoal chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, do Conselho de Administração e Conselho Fiscal conforme determina o Estatuto Social. A AGOE realizada em 30/04/2024 aprovou para o exercício de 2024, o montante global de R\$ 3.015.

No período findo em 31 de dezembro de 2024, foi pago o montante de R\$ 2.827 (R\$ 2.438 em 31 de dezembro de 2023) a título de remuneração dos Administradores (honorários e verbas de representação), incluindo os honorários para os Conselhos de Administração e Fiscal.

A Companhia não oferece a suas pessoas chave benefícios de remuneração nas categorias de (i) benefício pós emprego, (ii) benefício de longo prazo, (iii) benefício de rescisão de contrato de trabalho e (iv) remuneração baseada em ações.

11 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL do exercício:

	31/12/2024		31/12/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	10.498	10.498	16.500	16.500
(+) Outras adições	990	944	1.016	993
(+) Outras exclusões ¹	(1.575)	(1.575)	(3.445)	(3.445)
(-) Juros sobre o capital próprio	(5.232)	(5.232)	(4.801)	(4.801)
Prejuízo fiscal/ base negativa – 4º trimestre 2023	-	-	3.201	3.201
(=) Base de cálculo	4.682	4.636	12.471	12.445
Compensação de prejuízo fiscal ano 2023 – 30%	(1.405)	(1.391)	-	-
IRPJ e CSLL pelas alíquotas vigentes	800	292	3.100	1.120
(-) Incentivos fiscais e outros	(19)	-	(75)	-
IRPJ e CSLL correntes	781	292	3.025	1.120
IRPJ e CSLL diferidos	580	207	(797)	(289)
TOTAL IRPJ e CSLL	1.361	499	2.228	831

¹ Refere-se substancialmente a reversão a provisão para devedores duvidosos no valor de R\$996.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal e o respectivo valor contábil, provenientes de provisões temporariamente indedutíveis e prejuízos fiscais. Sobre esse valor é aplicada alíquota de 34% de imposto de renda e contribuição social. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

Os saldos dos ativos diferidos, segregados em função das origens e desembolsos efetuados, estão representados por:

	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2024
Provisão para créditos de liquidação duvidosas	338	1	(339)	-
Provisão para riscos trabalhistas	146	86	(55)	177
Provisão acordo coletivo - dissídio	-	35	(35)	-
Provisões para riscos cíveis	433	48	(1)	480
Prejuízo fiscal	1.082	219	(695)	606
Total de ativos diferidos	1.999	389	(1.125)	1.263
Depreciação CPC 27	(583)	(101)	50	(634)
Total de passivos diferidos	(583)	(101)	50	(634)
Crédito tributário líquido	1.416	288	(1.075)	629

	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2023
Provisão para créditos de liquidação duvidosas	330	26	(18)	338
Provisão para riscos trabalhistas	111	148	(113)	146
Provisões para riscos cíveis	474	20	(61)	433
Prejuízo fiscal	-	1.082	-	1.082
Total de ativos diferidos	915	1.276	(192)	1.999
Depreciação CPC 27	(585)	(1)	3	(583)
Total de passivos diferidos	(585)	(1)	3	(583)
Crédito tributário líquido	330	1.275	(189)	1.416

O saldo de créditos tributários está contabilizado no ativo não circulante. A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem.

A projeção da Administração para realização dos ativos fiscais diferidos é a seguinte:

	31/12/2024
2025	78
2026	78
2027	78
2028	78
Após 2028	317
Total	629

O valor presente total dos ativos diferidos em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 629 calculado de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias pela taxa Selic, projetada para o período correspondente.

12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O Capital Social, em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 53.100 (R\$ 53.100 em 31 de dezembro de 2023), representado por 700.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, sendo 696.486 ações pertencentes ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A, seu controlador.

b) Distribuição de resultados

O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social, (ii) 25% para distribuição mínima obrigatória aos acionistas como dividendo, podendo este ser absorvido por juros sobre capital próprio e (iii) o restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Os dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício 2024 foram absorvidos por juros sobre capital próprio.

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	8.639	13.441
Reserva legal	(432)	(672)
Base de cálculo dos dividendos	8.207	12.769
Dividendos (25%)	-	-
Juros sobre capital próprio distribuídos	5.231	4.801
IRRF (15%)	(785)	(720)
Juros sobre capital próprio, líquido	4.447	4.081

c) Juros sobre capital próprio

O valor bruto de juros sobre capital próprio creditados até 31 de dezembro de 2024 referentes foi R\$ 5.230.896,33, (R\$ 4.800.793,10 referente 2023) sobre este valor a Companhia reteve 15% de imposto de renda. Para o cálculo foi aplicada sobre o patrimônio líquido a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") determinada pelo Banco Central do Brasil. Conforme o Estatuto Social, o valor dos juros, pagos ou creditados, a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do art. 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249, de 26/12/95 e legislação e regulamentação pertinentes, poderá ser imputado ao dividendo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela sociedade para todos os efeitos legais.

13 - RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
Receita bruta:		
Serviços de armazenagem e locação	18.907	18.570
Serviços de Gerenciamento Eletrônico de Doc. (GED)	12.033	8.376
Deduções:		
Impostos sobre receita de serviços ¹	(3.619)	(3.598)
Descontos e cancelamentos	(100)	(89)
Receita operacional líquida	27.221	23.259

(1) Os tributos incidentes sobre a receita de serviços são: PIS, COFINS e ISSQN.

14 - NATUREZA DOS CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

a) Custos dos serviços prestados

	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
Pessoal	4.828	4.935
Terceirizados	4.764	4.800
Depreciação e amortização	858	578
Energia elétrica	72	183
Combustível	108	62
Gastos com veículos	17	20
Despacho aduaneiro	62	89
Conservação e manutenção	1.088	1.203
Seguro	483	468
Material de expediente	28	53
Despesa de aluguel	-	24
Outras	93	377
Total custos	12.401	12.792

b) Despesas administrativas

	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
Pessoal	2.519	2.596
Terceirizados	1.357	1.515
Honorários da administração	3.157	2.438
Depreciação e amortização	480	461
Comunicação	551	424
Energia elétrica	42	115
Combustível	12	32
Gastos com veículos	10	34
Reclamações trabalhistas	1.180	503
Contingências cíveis	168	(118)
Conservação e manutenção	392	316
Despesas tributárias	741	608
Outras	497	541
PCLD	-	(38)
Viagens e estadias	4	1
Seguro	17	10
Informática	55	155
Material de expediente	165	268
Débitos incobráveis	-	21
Total despesas administrativas	11.347	9.882

15 – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
Recuperação de despesas ¹	742	732
Recuperação de créditos Lei 9.430/96	7	18
Receita Venda de Imobilizado - Leilão	410	-
Outras receitas diversas	12	344
Total de outras receitas	1.172	1.094

- (1) Os valores registrados em Recuperação de Despesas referem-se a reembolso de despesas com condomínio, vigilância, portaria, água, luz e demais taxas, conforme estabelecido em contrato de locação comercial.

16 – RECUPERAÇÃO DE DESPESAS

	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
Recuperação Fundaf ¹	262	5.183
Total de recuperação de despesas	262	5.183

- (1) O valor registrado em Recuperação Fundaf refere-se ao crédito de Fundaf reconhecido em processo. Este valor será utilizado para compensar impostos federais via Per/Dcomp.

17 – RECEITAS FINANCEIRAS

	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
Juros ativos	95	112
Descontos recebidos	1	1
Rendas s/aplicação CDB – outros	-	104
Atualização monetária ativa	177	179
Atualização monetária ativa – Selic ¹	185	2.685
Rendas s/aplicação CDB - Banrisul	2.004	2.112
Rendas s/aplic. Letra Finan. - Banrisul	3.584	4.814
Total de receitas financeiras	6.046	10.007

- (1) O valor registrado em Atualização monetária ativa - Selic refere-se à atualização, conforme taxa Selic, do crédito de Fundaf.

18 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão de riscos

A Banrisul Armazéns Gerais S.A. é uma empresa pública, de capital fechado e de controle acionário privado, sendo o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. detentor de 99,48% das ações. A Companhia não faz parte do conglomerado prudencial do Banrisul, apenas do conglomerado econômico. A gestão de capital e de riscos corporativos é ferramenta estratégica e fundamental para esta Companhia. Dentre os principais riscos aos quais a Companhia está exposta, pode-se destacar o risco de crédito, mercado, liquidez e operacional. A gestão de riscos é realizada de forma integrada, o que permite agilidade no processo de análise e tomada de decisão.

O principal risco identificado relacionado nas operações da Companhia é o risco de crédito, das operações não realizadas com partes relacionadas, devido à possibilidade de ocorrência de perdas para a Companhia associadas ao não cumprimento pelo cliente de suas obrigações nos termos pactuados, sobre as contas a receber de clientes, caixa e equivalente de caixa.

A Companhia considerou como aceitável a sua exposição ao risco mencionado acima e não contratou operações envolvendo Instrumentos Financeiros Derivativos. Por não possuir instrumentos financeiros significativamente sujeitos a alterações de valor em função de risco de mercado, a Companhia não elaborou e não está apresentando a análise de sensibilidade, conforme requerido pela Instrução CVM 475/08.

Os principais ativos financeiros em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 reconhecidos pela Companhia são: aplicações financeiras e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados como custo amortizado. Os principais passivos financeiros são contas a pagar a fornecedores.

Circulante	31/12/2024	31/12/2023	Classificação CPC 48
Aplicações financeiras	25.862	41.392	Custo amortizado
Clientes	1.898	2.991	Custo amortizado
Total circulante	27.760	44.383	
Não circulante	31/12/2024	31/12/2023	Classificação CPC 48
Letra financeira	32.833	5.345	Custo amortizado
Total não circulante	32.833	5.345	
Total não circulante	60.592	49.728	

b) Gestão de capital

A Companhia possui estrutura de capital, formada basicamente por capital próprio, ideal para reduzir seus custos e maximizar o retorno aos acionistas, além de viabilizar a estratégia de crescimento e riscos controlados. Condizente com as melhores práticas do setor, a Companhia monitora o retorno sobre o capital investido.

c) Risco de crédito

O risco de crédito na Companhia está relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo cliente, de suas obrigações previamente acordadas.

Para gerir este risco são realizadas análises de documentação cadastral, validadas informações com a Receita Federal e a Secretaria da Fazenda Estadual, monitorados relatórios de clientes inadimplentes, além de, em caso de inadimplência, retidas mercadorias.

d) Risco de mercado

Risco de mercado é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos nos preços de mercado dos instrumentos financeiros, provocados por flutuações em cotações de ações, preços de mercadorias, taxas de juros e taxas de câmbio.

A estrutura do balanço patrimonial apresenta baixo risco de mercado. O ativo financeiro da Companhia é composto pelo CDB com referencial pós-fixado. Por outro lado, nas operações passivas o passivo da Companhia representa 13,43% do total do ativo em 31 de dezembro de 2024.

e) Risco de liquidez

Risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não conseguir honrar seus compromissos financeiros devido à insuficiência de recursos para fazer frente às obrigações de pagamento.

Pode ser classificado em:

Risco de liquidez de fluxo de caixa: é a possibilidade da ocorrência de descasamento entre os pagamentos e os recebimentos, o que afeta o fluxo normal das obrigações da Companhia.

Risco de liquidez de mercado: é a possibilidade de perda na liquidação de uma posição de participação relativamente significativa no mercado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Para gestão do risco de liquidez, a Banrisul Armazéns Gerais S.A. institui princípios, procedimentos e padrões adequados ao seu gerenciamento. Desta forma, é possível que seja feito o acompanhamento dos níveis de descasamento de liquidez, para os diversos prazos e os parâmetros de reserva mínima de liquidez diária, inclusive para momentos de crise.

É feito o monitoramento dos ativos elegíveis para composição dos recursos disponíveis, de modo a satisfazer todos os compromissos, bem como cumprir as exigências normativas quanto à liquidez e monitorar o consumo de recursos.

Para assegurar as melhores práticas na gestão de risco de liquidez, a Banrisul Armazéns Gerais S.A. adota medidas de aperfeiçoamento e continuidade dos processos. A estrutura de seu balanço patrimonial apresenta baixo risco de liquidez com grande parte de seus ativos aplicada em CDB. Por outro lado, nas operações passivas o passivo da Companhia representa 13,46% do total do ativo em 31 de dezembro de 2024.

f) Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas por ela.

19 – PLANO DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

A Companhia não possui planos de benefícios de aposentadoria para seus empregados.

20 – COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$40 milhões para danos materiais e R\$100 mil para responsabilidade civil.

21 – OUTROS ASSUNTOS

O Rio Grande do Sul foi castigado por severas chuvas no final do mês abril e início de maio de 2024, cujas consequências resultaram na perda de vidas, danos a lares e propriedades, transtornos na rede viária, elétrica e de fornecimento de água, e principalmente, inundações devido à elevação no nível de importantes rios do estado.

Informamos que o evento climático não ocasionou impactos relevantes patrimoniais (ativos imobilizados) e nos negócios da Companhia.

Agostinho Meirelles Martins Neto
Diretor Presidente

Márcio Rafael Machado
Diretor Administrativo e Financeiro

Lauermann Schneider Serviços Contábeis Ltda.
CRC-RS CO-003902/O-4 CNPJ: 03.708.362/0001-20
Responsável técnico: Marco Aurélio Leindecker
Contador CRC-RS 054653/O-2 CPF: 495.328.120-91

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e aos Acionistas da
Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul Armazéns Gerais S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul Armazéns Gerais S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (“DVA”) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

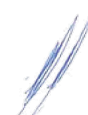
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 11 de fevereiro de 2025



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS



Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		96	91
Aplicações financeiras	4	25.862	41.392
Contas a receber	5	1.898	1.995
Tributos a recuperar	6	2.575	6.305
Despesas antecipadas	6	25	42
Outros ativos	6	515	286
Total do ativo circulante		30.971	50.111
Ativo não circulante			
Aplicações Financeiras	4	32.833	5.345
Tributos diferidos	11	629	1.416
Depósitos judiciais	8	1.712	2.493
Outros ativos	6	369	237
Imobilizado	7	23.286	21.239
Intangível		-	12
Total do ativo não circulante		58.829	30.742
Total dos ativos		89.800	80.853
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Fornecedores		1.487	815
Obrigações fiscais		1.055	1.066
Outras obrigações e obrigações trabalhistas	9	7.584	1.349
Total do passivo circulante		10.126	3.230
Passivo não circulante			
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	8	1.930	1.703
Total do passivo não circulante		1.930	1.703
Patrimônio líquido			
Capital social	12	53.100	53.100
Reserva de lucros	12	24.644	22.820
Total do patrimônio líquido		77.744	75.920
Total do passivo e patrimônio líquido		89.800	80.853

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida	13	27.221	23.259
Custo dos serviços prestados	14	(12.401)	(12.792)
Lucro bruto		14.820	10.467
Receitas (despesas) operacionais			
Vendas		(131)	(282)
Gerais e administrativas	14	(11.347)	(9.882)
Outras receitas operacionais	15	1.172	1.094
Outras despesas operacionais		(1)	(1)
Recuperação de despesas	16	-	5.183
Lucro antes do resultado financeiro		4.513	6.579
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	17	6.046	10.007
Despesas financeiras		(60)	(86)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		10.499	16.500
Imposto corrente	11	(1.073)	(4.145)
Imposto diferido	11	(787)	1.086
Lucro líquido do exercício		8.639	13.441
Lucro líquido por ação - R\$		12	19

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	8.639	13.441
Total dos resultados abrangentes do exercício	8.639	13.441

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de Lucros			Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de Retenção de Lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	12	53.100	1.922	8.415	-	63.437
Lucro líquido do exercício		-	-	-	13.441	13.441
Reserva Legal		-	672	-	(672)	-
Reserva de Retenção de Lucros		-	-	7.968	(7.968)	-
Dividendos propostos	12	-	-	(2.350)	-	(2.350)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(4.801)	(4.801)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	12	53.100	3.089	19.731	-	75.920
Lucro líquido do exercício		-	-	-	8.639	8.639
Reserva Legal		-	432	-	(432)	-
Reserva de Retenção de Lucros		-	-	2.975	(2.975)	-
Dividendos propostos	12	-	-	(1.583)	-	(1.583)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	(5.232)	(5.232)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	12	53.100	3.521	21.123	-	77.744

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos impostos	10.499	16.500
Ajuste ao lucro		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	25
Depreciações	1.492	1.141
Resultado baixa imobilizado	(410)	1
Amortizações	10	21
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	227	(18)
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução de clientes	202	(243)
(Aumento) de outros ativos	4.733	(3.162)
(Aumento) redução dos depósitos judiciais	781	(599)
Aumento (redução) de partes relacionadas	172	(1.154)
Aumento (redução) de contas a pagar	672	(1.835)
Aumento (redução) de obrigações fiscais	(1.202)	(103)
Aumento (redução) de outros passivos	(71)	(220)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.013)	(4.425)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	15.091	5.929
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado	(3.554)	-
Aumento/Redução de Aplicações Financeiras	(11.958)	(5.842)
Venda de Imobilizado	425	10.997
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(15.086)	(5.155)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	-	(7.011)
Pagamento de juros sobre capital próprio	-	(4.062)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(11.073)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	5	11
Variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	91	80
No fim do exercício	96	91
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	5	11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

Demonstrações dos Valores Adicionados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas	33.108	28.015
Receita da prestação de serviços	30.940	26.946
Outras receitas	1.172	1.094
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	996	(25)
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(6.550)	(7.156)
Materiais, energia e serviços de terceiros	(5.717)	(3.865)
Perda/Recuperação de Valores Ativos	(1)	(1)
Outros	-	5.183
Valor adicionado bruto	20.840	22.176
Depreciação e amortização	(1.502)	(1.162)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	19.338	21.014
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	6.046	10.007
Valor adicionado total a distribuir	25.384	31.021
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	9.049	8.819
Remuneração direta	3.829	3.940
Benefícios	2.569	2.433
FGTS	405	368
Outros	2.246	2.078
Impostos, taxas e contribuições	7.534	8.587
Federais	6.404	7.470
Estaduais	19	18
Municipais	1.111	1.099
Remuneração de capitais de terceiros	162	174
Outras	162	174
Remuneração de capitais próprios	8.639	13.441
Juros sobre capital próprio	5.232	4.801
Lucros retidos	3.407	8.640
Valor adicionado distribuído	25.384	31.021

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas

Apresentamos a seguir as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras da Banrisul Armazéns Gerais S.A., com os valores expressos em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma).

NOTAS EXPLICATIVAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(em milhares de reais)

01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Banrisul Armazéns Gerais S.A., (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil e controlada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (“Banrisul”), sendo seu controlador final o Estado do Rio Grande do Sul. Sua sede localiza-se na Avenida Getúlio Vargas, 8201, Bairro São Luís, Canoas, Rio Grande do Sul.

A Companhia recebeu em 25 de junho de 2024 por parte da CVM o deferimento do cancelamento de registro– categoria A.

Atua no ramo de Armazéns Gerais na locação de espaços para depósito, guarda e conservação de mercadorias, como Porto Seco, por meio de Contrato de Permissão, com a Receita Federal, firmado em 22/10/2004, com prazo de vinte e cinco anos, renovável por mais dez anos, na prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias importadas e as destinadas à exportação, submetidas aos seguintes regimes aduaneiros: comum e suspensivo (entrepósito aduaneiro, admissão temporária, trânsito aduaneiro, drawback, exportação temporária, depósito alfandegado certificado e depósito especial alfandegado). Presta também os serviços de Armazenamento físico de acervos e na Digitalização e Gerenciamento de Documentos para empresas e setor público.

02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As práticas contábeis utilizadas foram apresentadas de forma consistente para todos os períodos divulgados.

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração da Companhia em 05 de fevereiro de 2025.

03 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

3.1. Reconhecimento das receitas - O reconhecimento da receita é efetuado quando o controle e a satisfação da obrigação de desempenho decorrentes da prestação dos serviços pela Companhia, são transferidas para o cliente, em atendimento ao CPC 47.

A receita de prestação de serviços é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e bonificações concedidas ao cliente e outras deduções similares, sendo que valores a receber ainda não faturados são calculados com base em estimativas do valor das receitas de prestações de serviço de armazenagem das mercadorias a serem desembaraçadas.

Os valores referentes a serviços de armazenagem prestados, como também, aos relacionados na prestação dos serviços de GED - Gerenciamento eletrônico de documentos, cujos montantes não são praticáveis de serem estimados, considerando as características específicas desses direitos e serviços, são reconhecidos à medida que esses serviços são entregues.

A receita de locação de área é reconhecida pelo método exponencial durante o período de vigência do contrato. A Companhia não incorreu em custos diretos iniciais na negociação que devam ser adicionados ao valor contábil dos espaços locados.

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método exponencial com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto.

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa efetiva de juros.

3.2. Lucro por ação - A Companhia efetua o cálculo do lucro por ação utilizando o número total de ações durante o período correspondente ao resultado.

	2024	2023
Número total de ações	700	700
Lucro líquido do exercício	8.639	13.441
Lucro líquido por ação - R\$	12	19

3.3. Tributação

a) Impostos sobre serviços – As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS - Programa de Integração Social	1,65%
ISSQN - Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	
- Gerenciamento Eletrônico de Documentos – GED	3,00%
- Armazenagem	2,50%

Esses encargos são apresentados como deduções de receitas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados deduzindo o custo dos serviços prestados na demonstração do resultado.

b) Imposto de renda e contribuição social - Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo ou passivo circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

O imposto de renda e contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas Demonstrações Financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada trimestre e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando corresponderem a itens registrados em “Outros resultados abrangentes”, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os tributos correntes e diferidos também são reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

A Companhia foi tributada pelo regime de tributação lucro real trimestral em 2024 (lucro real estimativa mensal em 2023).

3.4. Contas a receber de clientes – São registradas de acordo com o CPC 47, sendo devidamente reconhecidas na competência em que ocorre a satisfação da prestação dos serviços aos clientes.

Constituída em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, a provisão para créditos de liquidação duvidosa é mensurada por meio de análise individual das faturas de clientes em relação ao histórico de cobrança e pagamentos, conforme previsto nas regras gerais e políticas da Companhia. A provisão é constituída de acordo com as perdas esperadas ou não recuperabilidade dos ativos financeiros.

3.5. Imobilizado – O reconhecimento inicial do imobilizado é dado quando começa a ser utilizado o bem pelo seu custo de aquisição. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme descrito abaixo:

	Vida útil média ponderada
Edificações e benfeitorias	43 anos
Máquinas e equipamentos	9 anos
Móveis e utensílios	7 anos
Veículos	6 anos
Equipamentos de informática	3 anos
Instalações	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no período em que o ativo for baixado.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.6. Intangível - Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por softwares. Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas e valor recuperável.

Ativos intangíveis que possuem vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica pelo prazo de 5 anos e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

3.7. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante por redução ao valor recuperável do ativo é estimado.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2024 não foram identificados eventos que indicassem que os ativos não financeiros não são realizáveis, desta forma, não há nesta data provisão para redução a valor recuperável de ativos.

3.8. Caixa e equivalentes de caixa - Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. O saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto por recursos em caixa e contas correntes (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco do Estado do Rio Grande do Sul), contas destinadas para pagamentos e recebimentos diários, conta corrente para pagamento dos funcionários e conta corrente vinculada para as aplicações.

3.9. Instrumentos financeiros - Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do período.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), Letra Financeira e contas a receber de clientes classificados como custo amortizado.

Os principais passivos financeiros são contas a pagar e fornecedores, os quais são avaliados ao custo amortizado.

3.10. Moeda funcional e de apresentação - As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

3.11. Contas a pagar aos fornecedores - são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano.

Inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso de método de taxa efetiva de juros.

3.12. Capital Social - As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

3.13. Provisões - São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

a) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas – A Companhia possui processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/ obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os processos judiciais classificados como perda possível são divulgados em nota explicativa e os de perda remota não são divulgados, conforme CPC 25.

3.14. Locação de espaços operacionais - Destina-se a prestação de serviço de armazenagem para guarda, conservação, depósito de mercadorias ou de documentos, distribuídos conforme especificidade e disponibilidade em recinto alfandegado ou áreas não alfandegadas. Os contratos de locação de área são estabelecidos de acordo com o serviço que está sendo prestado.

3.15. Ajuste a valor presente de ativos e passivos - Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

Na análise dos realizáveis e exigíveis de curto prazo, avaliando os possíveis efeitos de um ajuste a valor presente, o efeito não é relevante, considerando que grande parte da operação possui ciclo financeiro inferior a 90 dias e há equilíbrio entre os prazos de vencimento dos direitos e das obrigações.

3.16. Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado - As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A demonstração do valor adicionado (DVA) foi preparada de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

3.17. Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro – Relativo ao ICPC 22 INCERTEZA SOBRE TRATAMENTO DE TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, a interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32, quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Administração da Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32, com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e entrou em vigência em 1º de janeiro de 2019.

Na avaliação da Administração da Companhia, não existiram impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

04 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Circulante	31/12/2024	31/12/2023
Certificado de depósito bancário - CDB	25.862	8.981
Letra financeira	-	32.411
Total	25.862	41.392
Não circulante	31/12/2024	31/12/2023
Letra financeira	32.833	5.345
Total	32.833	5.345

Os saldos das aplicações financeiras referem-se substancialmente as aplicações em Certificados de Depósitos Bancários – CDB, no Banco do Estado do Rio Grande do Sul, os quais possuem rentabilidade vinculada à variação do CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro), com resgate a qualquer tempo. A letra financeira, gerida pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul acompanha a variação da Taxa DI com referencial de juros do mercado financeiro, com indexador de 107% da DI (107% da DI no mesmo período de 2023) e o Imposto de Renda é retido apenas no vencimento da operação, podendo ser resgatado conforme prazo contratual de 3 anos, após a data de aplicação, período este em que a Companhia tem a intenção e acredita ter a capacidade de mantê-los até o vencimento que será em março de 2026 e julho de 2026.

05 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2024	31/12/2023
Clientes	859	2.057
Créditos com controlador (nota nº 10)	1.039	934
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	-	(996)
Total contas a receber	1.898	1.995

O saldo atual em 31 de dezembro de 2024 a receber de clientes por vencimento são os seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
A Vencer ¹	1.571	1.807
Vencidos:		
Até 30 dias	317	167
De 31 a 45 dias	-	1
De 46 a 90 dias	9	84
De 91 a 360 dias	1	7
Mais de 360 dias ²	-	925
Total contas a receber	1.898	2.991

Composição PCLD	31/12/2024	31/12/2023
Saldo anterior	(996)	(971)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1)	(78)
Reversão PCLD	997	53
Saldo PCLD	-	(996)

(1) O prazo médio de recebimento é de 3 dias úteis.

(2) Em 2024, a Companhia baixou para prejuízo os créditos vencidos há de 360 dias para os quais não mais havia perspectiva de recebimento.

06 – OUTROS ATIVOS

Este agrupamento é composto de demais títulos, valores e outras contas a receber, normalmente não originadas do objeto principal da Companhia e adiantamentos:

Circulante	31/12/2024	31/12/2023
Tributos a recuperar ¹	2.575	6.305
Despesas antecipadas	25	42
Adiantamento a funcionários	179	169
Outros adiantamentos e valores realizáveis	336	117
Total circulante	3.115	6.633
Não circulante	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos recursais (nota nº 08)	1.712	2.493
Cauções	281	149
Outros valores e bens de não uso	88	88
Total não circulante	2.081	2.730

(1) Os valores registrados em Tributos a Recuperar referem-se a impostos em processo de restituição, e crédito de Fundaf reconhecido e provisão de IRRF s/aplicação financeira.

07 – IMOBILIZADO

A Companhia considera o valor de custo de seus ativos imobilizados compatível com o potencial de geração de benefícios econômicos de suas operações atuais.

Custo	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2024
Terrenos	7.603	-	-	-	7.603
Edificações e Benfeitorias	12.218	7	-	77	12.302
Móveis e Utensílios	757	-	(21)	-	736
Máquinas e Equipamentos	3.050	2	(462)	3.347	5.937
Equipamentos - Empilhadeira	4.317	-	(880)	-	3.437
Veículos	978	-	(4)	-	974
Instalações	9.388	-	(2)	-	9.386
Imobilizado em Andamento	133	3.490	-	(3.424)	199
Equipamentos de Informática	491	55	(32)	-	514
Outras Imobilizações	1	-	-	-	1
Total	38.936	3.554	(1.401)	-	41.089

Depreciação acumulada	31/12/2023	Depreciações	Baixas	Transferências	31/12/2024
Edificações e Benfeitorias	(6.009)	(282)	-	-	(6.291)
Móveis e Utensílios	(605)	(26)	23	-	(608)
Máquinas e Equipamentos	(2.295)	(398)	447	-	(2.246)
Equipamentos - Empilhadeira	(2.523)	(256)	880	-	(1.899)
Veículos	(957)	(6)	4	-	(959)
Instalações	(4.839)	(508)	-	-	(5.347)
Equipamentos de Informática	(469)	(16)	32	-	(453)
Total	(17.697)	(1.492)	1.386	-	(17.803)

Valor contábil	21.239	2.062	(15)	-	23.286
-----------------------	---------------	--------------	-------------	----------	---------------

Custo	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2023
Terrenos	7.603	-	-	-	7.603
Edificações e Benfeitorias	11.986	114	-	118	12.218
Móveis e Utensílios	648	124	(15)	-	757
Máquinas e Equipamentos	3.017	2.084	(1)	(2.050)	3.050
Equipamentos - Empilhadeira	2.267	-	-	2.050	4.317
Veículos	978	-	-	-	978
Instalações	5.779	82	-	3.527	9.388
Obras em Andamento	340	3.438	-	(3.645)	133
Equipamentos de Informática	491	-	-	-	491
Outras Imobilizações	1	-	-	-	1
Total	33.110	5.842	(16)	-	38.936

Depreciação acumulada	31/12/2022	Depreciações	Baixas	Transferências	31/12/2023
Edificações e Benfeitorias	(5.727)	(282)	-	-	(6.009)
Móveis e Utensílios	(597)	(23)	15	-	(605)
Máquinas e Equipamentos	(2.114)	(246)	1	64	(2.295)
Equipamentos - Empilhadeira	(2.249)	(210)	-	(64)	(2.523)
Veículos	(951)	(6)	-	-	(957)
Instalações	(4.483)	(356)	-	-	(4.839)
Equipamentos de Informática	(451)	(18)	-	-	(469)
Total	(16.572)	(1.141)	16	-	(17.697)

Valor contábil	16.538	4.701	-	-	21.239
-----------------------	---------------	--------------	----------	----------	---------------

08 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza cível e trabalhista. As provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa.

Os valores das ações avaliadas como sendo de perda provável foram integralmente provisionados.

A Administração entende que os valores provisionados são suficientes para atendimento de eventuais perdas nos processos judiciais.

Demonstramos a seguir a composição e movimentação das provisões para contingências da Companhia:

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.394	326	1.720
Adições	58	436	494
Reversões	(178)	(333)	(511)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.274	429	1.703
Adições	140	253	393
Reversões	(4)	(162)	(166)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.410	520	1.930

a) Provisões cíveis

Ações de caráter indenizatório referente a indenização material e/ou moral, referentes à relação advinda da prestação de serviços de armazenagem e movimentação de cargas em Porto Seco, bem como no regime de armazém geral e da locação da área.

Registram a provisão constituída, no momento do recebimento da citação inicial, e são ajustadas mensalmente, pelo valor indenizatório pretendido, nas provas apresentadas e na avaliação de assessores jurídicos, a qual leva em conta a jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, quanto ao grau de risco de perda da ação judicial.

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 não havia processos cíveis considerados como de perda possível.

b) Provisões trabalhistas

São ações movidas principalmente por ex-empregados, trabalhadores terceirizados e sindicatos, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de horas-extras, equiparação salarial e desvio de funções e outros direitos trabalhistas.

Registra-se a provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra a Companhia, na ocasião da notificação judicial, cujo risco de perda é considerado provável. O valor da provisão é apurado de acordo com a estimativa de desembolso feita por nossa Administração, revisada periodicamente com base em subsídios recebidos de nossos assessores legais, sendo ajustadas ao valor do depósito de execução quando estes são exigidos.

Está depositado judicialmente o montante de R\$ 1.712 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 2.493 em 31 de dezembro de 2023). Valores estes evidenciados na nota nº 06.

Existem ainda causas trabalhistas que, de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 4.397 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.527 em 31 de dezembro de 2023), e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

09 - OUTRAS OBRIGAÇÕES E OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Este subgrupo engloba as obrigações com empregados e respectivos encargos sociais, além de outras obrigações definidas com terceiros não incluídas em outros subgrupos.

	31/12/2024	31/12/2023
Débitos – partes relacionadas (nota nº 10)	6.333	57
Dividendos e JCP a pagar	131	100
Retenções contratuais	134	134
Obrigações sociais e trabalhistas	986	1.058
Total outras obrigações e obrigações trabalhistas	7.584	1.349

10 - TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas compreendem, basicamente, depósitos bancários à vista, aplicações em CDB e Letra Financeira, como também a locação de área com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., efetuadas a taxas e condições de mercado. A Companhia também contrata serviço de cartão vale alimentação e refeição da Banrisul Soluções em Pagamentos S.A.

As principais transações e saldos com partes relacionadas são indicados a seguir:

	Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Controlador direto)	Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. (Outras partes relacionadas)	Saldo em 31/12/2024
Ativo			
Circulante:			
Depósitos bancários	95	-	95
Aplicações Banrisul CDB/ LF	25.862	-	25.862
Crédito com partes relacionadas	1.039	-	1.039
	26.996	-	26.996
Não circulante:			
Letra financeira	32.833	-	32.833
	32.833	-	32.833
Passivo			
Circulante:			
Dividendos a pagar	(1.576)		(1.576)
Empréstimo Consignado	(14)		(14)
Juros sobre capital próprio	(4.424)		(4.424)
Contas a pagar	(19)	(300)	(319)
	(6.033)	(300)	(6.333)

	Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Controlador direto)	Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. (Outras partes relacionadas)	Saldo em 31/12/2024
Resultado			
Receitas:	18.593	-	18.593
Locação	1.736	-	1.736
Financeira	5.588	-	5.588
Gerenciamento Eletrônico de Doc. (GED)	10.527	-	10.527
Recuperação de despesas	742	-	742
Despesas:	(958)	-	(958)
Comunicação	(944)	-	(944)
Outras	(14)	-	(14)
	17.635	-	17.635

	Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Controlador direto)	Saldo em 31/12/2023
Ativo		
Circulante:		
Depósitos bancários	84	84
Aplicações Banrisul CDB/ LF	41.392	41.392
Crédito com partes relacionadas	934	934
	42.410	42.410
Não circulante:		
Letra financeira	5.345	5.345
	5.345	5.345
Passivo		
Circulante:		
Contas a pagar	(57)	(57)
	(57)	(57)

	Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Controlador direto)	Saldo em 31/12/2023
Resultado		
Receitas:	16.361	16.361
Locação	1.729	1.729
Financeira	6.926	6.926
Gerenciamento Eletrônico de Doc. (GED)	6.973	6.973
Recuperação de despesas	733	733
Despesas:	(1.079)	(1.079)
Comunicação	(413)	(413)
Outras	(666)	(666)
	15.282	15.282

a) Remuneração do pessoal chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, do Conselho de Administração e Conselho Fiscal conforme determina o Estatuto Social. A AGOE realizada em 30/04/2024 aprovou para o exercício de 2024, o montante global de R\$ 3.015.

No período findo em 31 de dezembro de 2024, foi pago o montante de R\$ 2.827 (R\$ 2.438 em 31 de dezembro de 2023) a título de remuneração dos Administradores (honorários e verbas de representação), incluindo os honorários para os Conselhos de Administração e Fiscal.

A Companhia não oferece a suas pessoas chave benefícios de remuneração nas categorias de (i) benefício pós emprego, (ii) benefício de longo prazo, (iii) benefício de rescisão de contrato de trabalho e (iv) remuneração baseada em ações.

11 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL do exercício:

	31/12/2024		31/12/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	10.498	10.498	16.500	16.500
(+) Outras adições	990	944	1.016	993
(+) Outras exclusões ¹	(1.575)	(1.575)	(3.445)	(3.445)
(-) Juros sobre o capital próprio	(5.232)	(5.232)	(4.801)	(4.801)
Prejuízo fiscal/ base negativa – 4º trimestre 2023	-	-	3.201	3.201
(=) Base de cálculo	4.682	4.636	12.471	12.445
Compensação de prejuízo fiscal ano 2023 – 30%	(1.405)	(1.391)	-	-
IRPJ e CSLL pelas alíquotas vigentes	800	292	3.100	1.120
(-) Incentivos fiscais e outros	(19)	-	(75)	-
IRPJ e CSLL correntes	781	292	3.025	1.120
IRPJ e CSLL diferidos	580	207	(797)	(289)
TOTAL IRPJ e CSLL	1.361	499	2.228	831

¹ Refere-se substancialmente a reversão a provisão para devedores duvidosos no valor de R\$996.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal e o respectivo valor contábil, provenientes de provisões temporariamente indedutíveis e prejuízos fiscais. Sobre esse valor é aplicada alíquota de 34% de imposto de renda e contribuição social. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

Os saldos dos ativos diferidos, segregados em função das origens e desembolsos efetuados, estão representados por:

	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2024
Provisão para créditos de liquidação duvidosas	338	1	(339)	-
Provisão para riscos trabalhistas	146	86	(55)	177
Provisão acordo coletivo - dissídio	-	35	(35)	-
Provisões para riscos cíveis	433	48	(1)	480
Prejuízo fiscal	1.082	219	(695)	606
Total de ativos diferidos	1.999	389	(1.125)	1.263
Depreciação CPC 27	(583)	(101)	50	(634)
Total de passivos diferidos	(583)	(101)	50	(634)
Crédito tributário líquido	1.416	288	(1.075)	629

	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2023
Provisão para créditos de liquidação duvidosas	330	26	(18)	338
Provisão para riscos trabalhistas	111	148	(113)	146
Provisões para riscos cíveis	474	20	(61)	433
Prejuízo fiscal	-	1.082	-	1.082
Total de ativos diferidos	915	1.276	(192)	1.999
Depreciação CPC 27	(585)	(1)	3	(583)
Total de passivos diferidos	(585)	(1)	3	(583)
Crédito tributário líquido	330	1.275	(189)	1.416

O saldo de créditos tributários está contabilizado no ativo não circulante. A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem.

A projeção da Administração para realização dos ativos fiscais diferidos é a seguinte:

	31/12/2024
2025	78
2026	78
2027	78
2028	78
Após 2028	317
Total	629

O valor presente total dos ativos diferidos em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 629 calculado de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias pela taxa Selic, projetada para o período correspondente.

12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O Capital Social, em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 53.100 (R\$ 53.100 em 31 de dezembro de 2023), representado por 700.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, sendo 696.486 ações pertencentes ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A, seu controlador.

b) Distribuição de resultados

O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social, (ii) 25% para distribuição mínima obrigatória aos acionistas como dividendo, podendo este ser absorvido por juros sobre capital próprio e (iii) o restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Os dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício 2024 foram absorvidos por juros sobre capital próprio.

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	8.639	13.441
Reserva legal	(432)	(672)
Base de cálculo dos dividendos	8.207	12.769
Dividendos (25%)	-	-
Juros sobre capital próprio distribuídos	5.231	4.801
IRRF (15%)	(785)	(720)
Juros sobre capital próprio, líquido	4.447	4.081

c) Juros sobre capital próprio

O valor bruto de juros sobre capital próprio creditados até 31 de dezembro de 2024 referentes foi R\$ 5.230.896,33, (R\$ 4.800.793,10 referente 2023) sobre este valor a Companhia reteve 15% de imposto de renda. Para o cálculo foi aplicada sobre o patrimônio líquido a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") determinada pelo Banco Central do Brasil. Conforme o Estatuto Social, o valor dos juros, pagos ou creditados, a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do art. 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249, de 26/12/95 e legislação e regulamentação pertinentes, poderá ser imputado ao dividendo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela sociedade para todos os efeitos legais.

13 - RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
Receita bruta:		
Serviços de armazenagem e locação	18.907	18.570
Serviços de Gerenciamento Eletrônico de Doc. (GED)	12.033	8.376
Deduções:		
Impostos sobre receita de serviços ¹	(3.619)	(3.598)
Descontos e cancelamentos	(100)	(89)
Receita operacional líquida	27.221	23.259

(1) Os tributos incidentes sobre a receita de serviços são: PIS, COFINS e ISSQN.

14 - NATUREZA DOS CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

a) Custos dos serviços prestados

	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
Pessoal	4.828	4.935
Terceirizados	4.764	4.800
Depreciação e amortização	858	578
Energia elétrica	72	183
Combustível	108	62
Gastos com veículos	17	20
Despacho aduaneiro	62	89
Conservação e manutenção	1.088	1.203
Seguro	483	468
Material de expediente	28	53
Despesa de aluguel	-	24
Outras	93	377
Total custos	12.401	12.792

b) Despesas administrativas

	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
Pessoal	2.519	2.596
Terceirizados	1.357	1.515
Honorários da administração	3.157	2.438
Depreciação e amortização	480	461
Comunicação	551	424
Energia elétrica	42	115
Combustível	12	32
Gastos com veículos	10	34
Reclamações trabalhistas	1.180	503
Contingências cíveis	168	(118)
Conservação e manutenção	392	316
Despesas tributárias	741	608
Outras	497	541
PCLD	-	(38)
Viagens e estadias	4	1
Seguro	17	10
Informática	55	155
Material de expediente	165	268
Débitos incobráveis	-	21
Total despesas administrativas	11.347	9.882

15 – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
Recuperação de despesas ¹	742	732
Recuperação de créditos Lei 9.430/96	7	18
Receita Venda de Imobilizado - Leilão	410	-
Outras receitas diversas	12	344
Total de outras receitas	1.172	1.094

- (1) Os valores registrados em Recuperação de Despesas referem-se a reembolso de despesas com condomínio, vigilância, portaria, água, luz e demais taxas, conforme estabelecido em contrato de locação comercial.

16 – RECUPERAÇÃO DE DESPESAS

	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
Recuperação Fundaf ¹	262	5.183
Total de recuperação de despesas	262	5.183

- (1) O valor registrado em Recuperação Fundaf refere-se ao crédito de Fundaf reconhecido em processo. Este valor será utilizado para compensar impostos federais via Per/Dcomp.

17 – RECEITAS FINANCEIRAS

	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
Juros ativos	95	112
Descontos recebidos	1	1
Rendas s/aplicação CDB – outros	-	104
Atualização monetária ativa	177	179
Atualização monetária ativa – Selic ¹	185	2.685
Rendas s/aplicação CDB - Banrisul	2.004	2.112
Rendas s/aplic. Letra Finan. - Banrisul	3.584	4.814
Total de receitas financeiras	6.046	10.007

- (1) O valor registrado em Atualização monetária ativa - Selic refere-se à atualização, conforme taxa Selic, do crédito de Fundaf.

18 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão de riscos

A Banrisul Armazéns Gerais S.A. é uma empresa pública, de capital fechado e de controle acionário privado, sendo o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. detentor de 99,48% das ações. A Companhia não faz parte do conglomerado prudencial do Banrisul, apenas do conglomerado econômico. A gestão de capital e de riscos corporativos é ferramenta estratégica e fundamental para esta Companhia. Dentre os principais riscos aos quais a Companhia está exposta, pode-se destacar o risco de crédito, mercado, liquidez e operacional. A gestão de riscos é realizada de forma integrada, o que permite agilidade no processo de análise e tomada de decisão.

O principal risco identificado relacionado nas operações da Companhia é o risco de crédito, das operações não realizadas com partes relacionadas, devido à possibilidade de ocorrência de perdas para a Companhia associadas ao não cumprimento pelo cliente de suas obrigações nos termos pactuados, sobre as contas a receber de clientes, caixa e equivalente de caixa.

A Companhia considerou como aceitável a sua exposição ao risco mencionado acima e não contratou operações envolvendo Instrumentos Financeiros Derivativos. Por não possuir instrumentos financeiros significativamente sujeitos a alterações de valor em função de risco de mercado, a Companhia não elaborou e não está apresentando a análise de sensibilidade, conforme requerido pela Instrução CVM 475/08.

Os principais ativos financeiros em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 reconhecidos pela Companhia são: aplicações financeiras e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados como custo amortizado. Os principais passivos financeiros são contas a pagar a fornecedores.

Circulante	31/12/2024	31/12/2023	Classificação CPC 48
Aplicações financeiras	25.862	41.392	Custo amortizado
Clientes	1.898	2.991	Custo amortizado
Total circulante	27.760	44.383	
Não circulante	31/12/2024	31/12/2023	Classificação CPC 48
Letra financeira	32.833	5.345	Custo amortizado
Total não circulante	32.833	5.345	
Total não circulante	60.592	49.728	

b) Gestão de capital

A Companhia possui estrutura de capital, formada basicamente por capital próprio, ideal para reduzir seus custos e maximizar o retorno aos acionistas, além de viabilizar a estratégia de crescimento e riscos controlados. Condizente com as melhores práticas do setor, a Companhia monitora o retorno sobre o capital investido.

c) Risco de crédito

O risco de crédito na Companhia está relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo cliente, de suas obrigações previamente acordadas.

Para gerir este risco são realizadas análises de documentação cadastral, validadas informações com a Receita Federal e a Secretaria da Fazenda Estadual, monitorados relatórios de clientes inadimplentes, além de, em caso de inadimplência, retidas mercadorias.

d) Risco de mercado

Risco de mercado é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos nos preços de mercado dos instrumentos financeiros, provocados por flutuações em cotações de ações, preços de mercadorias, taxas de juros e taxas de câmbio.

A estrutura do balanço patrimonial apresenta baixo risco de mercado. O ativo financeiro da Companhia é composto pelo CDB com referencial pós-fixado. Por outro lado, nas operações passivas o passivo da Companhia representa 13,43% do total do ativo em 31 de dezembro de 2024.

e) Risco de liquidez

Risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não conseguir honrar seus compromissos financeiros devido à insuficiência de recursos para fazer frente às obrigações de pagamento.

Pode ser classificado em:

Risco de liquidez de fluxo de caixa: é a possibilidade da ocorrência de descasamento entre os pagamentos e os recebimentos, o que afeta o fluxo normal das obrigações da Companhia.

Risco de liquidez de mercado: é a possibilidade de perda na liquidação de uma posição de participação relativamente significativa no mercado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Para gestão do risco de liquidez, a Banrisul Armazéns Gerais S.A. institui princípios, procedimentos e padrões adequados ao seu gerenciamento. Desta forma, é possível que seja feito o acompanhamento dos níveis de descasamento de liquidez, para os diversos prazos e os parâmetros de reserva mínima de liquidez diária, inclusive para momentos de crise.

É feito o monitoramento dos ativos elegíveis para composição dos recursos disponíveis, de modo a satisfazer todos os compromissos, bem como cumprir as exigências normativas quanto à liquidez e monitorar o consumo de recursos.

Para assegurar as melhores práticas na gestão de risco de liquidez, a Banrisul Armazéns Gerais S.A. adota medidas de aperfeiçoamento e continuidade dos processos. A estrutura de seu balanço patrimonial apresenta baixo risco de liquidez com grande parte de seus ativos aplicada em CDB. Por outro lado, nas operações passivas o passivo da Companhia representa 13,46% do total do ativo em 31 de dezembro de 2024.

f) Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas por ela.

19 – PLANO DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

A Companhia não possui planos de benefícios de aposentadoria para seus empregados.

20 – COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$40 milhões para danos materiais e R\$100 mil para responsabilidade civil.

21 – OUTROS ASSUNTOS

O Rio Grande do Sul foi castigado por severas chuvas no final do mês abril e início de maio de 2024, cujas consequências resultaram na perda de vidas, danos a lares e propriedades, transtornos na rede viária, elétrica e de fornecimento de água, e principalmente, inundações devido à elevação no nível de importantes rios do estado.

Informamos que o evento climático não ocasionou impactos relevantes patrimoniais (ativos imobilizados) e nos negócios da Companhia.

Agostinho Meirelles Martins Neto
Diretor Presidente

Márcio Rafael Machado
Diretor Administrativo e Financeiro

Lauermann Schneider Serviços Contábeis Ltda.
CRC-RS CO-003902/O-4 CNPJ: 03.708.362/0001-20
Responsável técnico: Marco Aurélio Leindecker
Contador CRC-RS 054653/O-2 CPF: 495.328.120-91

PARECER DO CONSELHO FISCAL
(Exercício social findo em 31 de dezembro de 2024)

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul Armazéns Gerais S.A., no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II e VII do art. 163, da Lei nº 6.404/76, e pelas disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, sem modificações, documentos esses relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. Baseado no exame procedido, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opinamos que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pelos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Porto Alegre, 11 de fevereiro de 2025.



Cesar Luis Baumgratz GMT-3



Elói Astin Stertz GMT-3



Raphaël Machado Ayub GMT-3



**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: MARCO AURELIO LEINDECKER
REGISTRO.....	: RS-054653/O-2
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: ***.328.120-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: RIO GRANDE DO SUL, 24/02/2025 as 11:45:46.

Válido até: 25/05/2025.

Código de Controle: 989001.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.



**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO DE EMPRESA**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL certifica que a Organização Contábil identificada no presente documento encontra-se habilitada para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

DENOMINAÇÃO.... :	LAUERMANN SCHNEIDER SERVICOS CONTABEIS LTDA
NOME FANTASIA.. :	
REGISTRO..... :	RS-003902/O-4
CATEGORIA..... :	SOCIEDADE SIMPLES LTDA
CNPJ..... :	03.708.362/0001-20

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: RIO GRANDE DO SUL, 24/02/2025 as 11:44:23.

Válido até: 25/05/2025.

Código de Controle: 915317.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Banrisul Seguridade
Participações S.A.**

Demonstrações Financeiras 2024



Sumário

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	4
BALANÇOS PATRIMONIAIS	7
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	8
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	9
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA	11
NOTAS EXPLICATIVAS	13
01 - CONTEXTO OPERACIONAL	13
02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	13
02.1 REAPRESENTAÇÃO DE SALDOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023	14
03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	14
04 - ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS	16
05 - GERENCIAMENTO DE RISCO	16
06 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS	17
07 - COMISSÕES A RECEBER	17
08 - INVESTIMENTO EM CONTROLADA	18
09 - OUTROS ATIVOS	18
10 - ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS DIFERIDOS	18
11 - OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS	19
12 - CONTAS A PAGAR	19
13 - COMISSÕES A APROPRIAR	20
14 - TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS	20
15 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21
16 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22
17 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	22
18 - RESULTADO FINANCEIRO	23
19 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS	23
20 - PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS E PASSIVOS CONTINGENTES	23
PARECER DO CONSELHO FISCAL	24
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	25

Relatório da Administração

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Banrisul Seguridade Participações S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Apresentamos as Demonstrações Financeiras da Banrisul Seguridade Participações S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Comentários de Desempenho

A Banrisul Seguridade Participações S.A. ("Banrisul Seguridade" ou "Companhia") é subsidiária integral do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul") e tem como objeto social a participação, direta ou indireta, como acionista, sócia ou quotista, do capital de outras sociedades, no Brasil ou no exterior, cujo objetivo seja:

- I. A comercialização e distribuição de seguros de pessoas, de patrimônio, rural, de crédito, garantia, de automóveis ou qualquer outro tipo de seguro;
- II. A estruturação, comercialização e distribuição de planos de previdência complementar, assim como demais produtos e serviços admitidos às sociedades de previdência complementar;
- III. A estruturação, comercialização e distribuição de planos de capitalização, assim como demais produtos e serviços admitidos às sociedades de capitalização;
- IV. A corretagem de seguros dos ramos elementares, vida e saúde, títulos de capitalização, planos de previdência complementar aberta e administração de bens;
- V. A administração, comercialização ou disponibilização de planos privados de assistência odontológica a pessoas jurídicas e/ou físicas;
- VI. Efetuar operações de resseguro e retrocessão no País e no Exterior;
- VII. A realização de quaisquer atividades reguladas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e pela Agência Nacional de Saúde – ANS;
- VIII. A prestação de serviços complementares ou relacionados àqueles empreendidos pelas sociedades citadas nos itens anteriores, assim como serviços a entidades financeiras; e
- IX. A participação em sociedades voltadas para as finalidades anteriormente referidas.

Nesse sentido, a Banrisul Seguridade possui 100% de participação na Banrisul Corretora de Seguros S.A. ("Banrisul Corretora de Seguros"), responsável pela comercialização de seguros, planos de previdência privada aberta e títulos de capitalização nos canais do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul"). A empresa iniciou as atividades operacionais em 01 de janeiro de 2021.

Desempenho Financeiro

Lucro Líquido

A Companhia registrou, no exercício de 2024, um lucro líquido de R\$ 167,0 milhões, expandindo 5,8% na comparação com o ano anterior.

O lucro líquido da Banrisul Seguridade é proveniente preponderantemente da participação societária na Banrisul Corretora de Seguros S.A. Além da Receita de Participação Societária, a Companhia obteve também Receitas Financeiras decorrentes da aplicação de ativos rentáveis.

Balanço Patrimonial

Ativo Total – Em 31 de dezembro de 2024, o Ativo Total Consolidado encerrou o exercício com R\$ 353,0 milhões, composto preponderantemente por caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras e dividendos a receber, apresentando um crescimento de 5,1% em relação ao final do exercício anterior.

Passivo Total – O Passivo Total Consolidado encerrou o exercício com um montante de R\$ 150,3 milhões, composto, na sua maioria, por dividendos a pagar e obrigações fiscais e sociais, demonstrando estabilidade em relação ao ano anterior.

Patrimônio Líquido – O Patrimônio Líquido Consolidado alcançou R\$ 202,7 milhões, em decorrência do reconhecimento do resultado do período e da sua destinação.

Política de Distribuição do Resultado

O lucro líquido apurado, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, tem a seguinte distribuição:

- a) 5% (cinco por cento) para o Fundo de Reserva Legal, até alcançar o limite previsto em Lei;
- b) Uma quota de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado com as deduções e acréscimos previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades, destinada ao pagamento de dividendos, não cumulativos, aos acionistas;
- c) Até 5% (cinco por cento) para a constituição de um Fundo de Reserva, destinado para o aumento do Capital Social, fundo esse que não poderá ultrapassar o limite do capital social da Companhia;
- d) Uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de Reservas de Contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;
- e) Uma parcela, por proposta da Diretoria, poderá ser retida com base no orçamento de capital, previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e
- f) Eventuais excessos relativos à limitação legal dos saldos destinados a reservas de lucros deverão ter a destinação deliberada pela Assembleia Geral.

Demonstrações Financeiras 2024

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(em milhares de reais)

Ativo	Nota	Seguridade		Seguridade consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023 reapresentado
Ativo circulante		<u>156.178</u>	<u>155.861</u>	<u>296.207</u>	<u>171.711</u>
Caixa e equivalentes de caixa		1	3	10	26
Aplicações financeiras	6	6.202	6.261	269.247	140.487
Comissões a receber	7	-	-	25.927	21.430
Dividendos a receber	8	149.964	149.580	-	-
Outros ativos	9	11	17	1.023	9.768
Ativo não circulante		<u>196.825</u>	<u>180.163</u>	<u>166.955</u>	<u>264.303</u>
Realizável a longo prazo		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>166.955</u>	<u>264.303</u>
Aplicações financeiras	6	-	-	147.503	249.995
Ativos fiscais diferidos	10	-	-	19.452	14.308
Investimentos		<u>196.825</u>	<u>180.163</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Participações em controladas	8	196.825	180.163	-	-
Total do ativo		<u>353.003</u>	<u>336.024</u>	<u>463.162</u>	<u>436.014</u>

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Seguridade		Seguridade consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023 reapresentado
Passivo circulante		<u>150.277</u>	<u>149.995</u>	<u>222.524</u>	<u>230.224</u>
Obrigações fiscais e sociais	11	3	15	50.205	54.500
Dividendos a pagar	15 (c)	150.272	149.978	150.272	149.978
Contas a pagar	12	2	2	5.771	14.370
Comissões a apropriar	13	-	-	16.276	11.376
Passivo não circulante		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>37.912</u>	<u>19.761</u>
Comissões a apropriar	13	-	-	37.863	19.760
Provisões para riscos cíveis	20	-	-	49	1
Patrimônio líquido		<u>202.726</u>	<u>186.029</u>	<u>202.726</u>	<u>186.029</u>
Capital social	15 (a)	175.000	175.000	175.000	175.000
Reservas de lucros		27.726	11.029	27.726	11.029
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>353.003</u>	<u>336.024</u>	<u>463.162</u>	<u>436.014</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(em milhares de reais)

	Nota	Seguridade		Seguridade consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023 reapresentado
Receita operacional		<u>166.626</u>	<u>157.453</u>	<u>252.116</u>	<u>252.658</u>
Resultado de equivalência patrimonial	17	166.626	157.453	-	-
Receitas de comissões, líquidas		-	-	252.116	252.658
Custo dos serviços prestados		-	-	(20.964)	(41.291)
Lucro bruto		166.626	157.453	231.152	211.367
Receitas (despesas) operacionais		<u>(133)</u>	<u>(115)</u>	<u>(17.109)</u>	<u>(14.806)</u>
Despesas administrativas	19	(133)	(115)	(14.259)	(14.064)
Despesas com pessoal	14 (c)	-	-	(2.826)	(750)
Outras receitas/(despesas)		-	-	(24)	8
Lucro antes do resultado financeiro		166.493	157.338	214.043	196.561
Resultado financeiro	18	615	712	37.213	39.928
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		167.108	158.050	251.256	236.489
Imposto de renda e contribuição social	16	<u>(139)</u>	<u>(179)</u>	<u>(84.287)</u>	<u>(78.618)</u>
Correntes		(139)	(179)	(89.431)	(80.810)
Diferidos		-	-	5.144	2.192
Lucro líquido do exercício		166.969	157.871	166.969	157.871

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(em milhares de reais)

	Seguridade		Seguridade consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	166.969	157.871	166.969	157.871
Total dos resultados abrangentes do exercício	166.969	157.871	166.969	157.871

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
			Legal	Estatutária	Para expansão		
Saldos em 01 de janeiro de 2023		60.000	9.554	8.490	100.092	-	178.136
Aumento de Capital	15 (a)	115.000	(6.418)	(8.490)	(100.092)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	157.871	157.871
Destinação do lucro							
Reservas		-	7.893	-	-	(7.893)	-
Dividendos propostos	15 (c)	-	-	-	-	(149.978)	(149.978)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		175.000	11.029	-	-	-	186.029
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	166.969	166.969
Destinação do lucro							
Reservas		-	8.349	8.348	-	(16.697)	-
Dividendos propostos	15 (c)	-	-	-	-	(150.272)	(150.272)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		175.000	19.378	8.348	-	-	202.726

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(em milhares de reais)

	Seguridade		Seguridade consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido ajustado	482	597	251.304	236.484
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	167.108	158.050	251.256	236.489
Ajustes do lucro líquido	(166.626)	(157.453)	48	(5)
Provisão para passivos contingentes	-	-	48	(5)
Resultado de equivalência patrimonial	(166.626)	(157.453)	-	-
Variações de ativos e obrigações	(87)	(513)	(72.279)	(53.961)
(Aumento) Redução em aplicações financeiras	59	(323)	2.796	35.341
(Aumento) Redução em comissões a receber	-	-	(4.497)	(15.636)
(Aumento) em outros ativos	6	(9)	8.746	(978)
Aumento em obrigações fiscais e sociais	(87)	(105)	(12.220)	(7.662)
Aumento (Redução) em contas a pagar	-	(5)	(8.599)	8.477
Aumento em comissões a apropriar	-	-	23.003	(1.351)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(65)	(71)	(81.508)	(72.152)
Caixa líquido das (aplicado nas) atividades operacionais	395	84	179.025	182.523
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos de controlada	149.580	35.796	-	-
(Aumento) em aplicações financeiras	-	-	(29.064)	(146.625)
Caixa líquido das (aplicado nas) atividades de investimento	149.580	35.796	(29.064)	(146.625)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos pagos	(149.977)	(35.882)	(149.977)	(35.882)
Caixa líquido das (aplicado nas) atividades de financiamento	(149.977)	(35.882)	(149.977)	(35.882)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(2)	(2)	(16)	16
Variação de caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	3	5	26	10
No final do exercício	1	3	10	26
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(2)	(2)	(16)	16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Apresentamos a seguir as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras da Banrisul Seguridade Participações S.A., com os valores expressos em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma).

NOTAS EXPLICATIVAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(em milhares de reais)

01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Banrisul Seguridade Participações S.A. (“Banrisul Seguridade” ou “Seguridade” ou “Companhia”), é uma empresa controlada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (“Banrisul”). A Empresa tem como objeto social a participação, direta ou indireta, como acionista, sócia ou quotista, do capital de outras sociedades, a principal receita provém do registro de equivalência patrimonial.

A Banrisul Seguridade foi constituída em 23 de janeiro de 2020 e a integralização do capital social ocorreu em 02 de abril de 2020. As atividades operacionais da Companhia iniciaram a partir de 01 de janeiro de 2021.

Em 16 de julho de 2020, foi constituída a Banrisul Corretora de Seguros S.A. (“Banrisul Corretora de Seguros”), na qual a Banrisul Seguridade possui 100% (cem por cento) de participação. A integralização do capital social na controlada, após a realização de todos os registros e ajustes contratuais e legais, foi realizada em 11 de janeiro de 2021.

A Banrisul Corretora de Seguros opera no mercado segurador como intermediária na comercialização de seguros de pessoas, seguros patrimoniais, seguros rurais, e em planos de previdência privada e títulos de capitalização.

02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas sob o pressuposto de continuidade, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira e as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

O Conselho de Administração da Banrisul Seguridade autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 06 de fevereiro de 2025.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as análises sobre a expectativa de perdas, as provisões para riscos cíveis, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Como parte integrante do Conglomerado do Banrisul, as operações da Companhia são conduzidas em um ambiente que envolve um conjunto de empresas que atuam no mercado utilizando-se, de forma compartilhada, da infraestrutura tecnológica e administrativa dessas empresas, mediante ressarcimento de custos. As demonstrações financeiras devem ser compreendidas nesse contexto.

02.1 Reapresentação de saldos de 31 de dezembro de 2023

Em 2024, a Administração da Banrisul Corretora de Seguros (controlada) revisitou o tratamento fiscal relativo às comissões a apropriar registradas em contas do passivo. Como resultado dessa revisão, a Companhia retificou suas apurações de impostos de renda e contribuição social do ano corrente e de exercícios anteriores. Consequentemente, os saldos do balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e da demonstração do resultado consolidado do exercício findo nessa data foram reapresentados:

Balanço Patrimonial Consolidado - Ativo			
	<u>Publicado em</u> <u>31/12/2023</u>	<u>Ajuste</u>	<u>31/12/2023</u> <u>(Reapresentação)</u>
Não circulante			
Ativos Diferidos	3.722	10.586	14.308
Balanço Patrimonial Consolidado - Passivo			
	<u>Publicado em</u> <u>31/12/2023</u>	<u>Remensuração</u>	<u>31/12/2023</u> <u>(Reapresentação)</u>
Passivo circulante			
Obrigações fiscais e sociais	43.914	10.586	54.500
Demonstração do Resultado Consolidado do Exercício			
	<u>Publicado em</u> <u>31/12/2023</u>	<u>Remensuração</u>	<u>31/12/2023</u> <u>(Reapresentação)</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	(81.269)	459	(80.810)
Diferido	2.651	(459)	2.192

03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente no exercício apresentado.

3.1. Moeda funcional e de apresentação: A presente demonstração financeira está apresentada em Reais (BRL), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Apuração do resultado: As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

3.3. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros são classificados conforme modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixas dos instrumentos de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados em uma das categorias: (i) instrumento financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; (ii) instrumento financeiro mensurado ao custo amortizado e; (iii) instrumento financeiro mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia de forma consolidada são: caixa e equivalentes de caixa, comissões a receber de seguradoras e dividendos a receber, classificados ao custo amortizado e, fundos de investimento mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os principais passivos financeiros são contas a pagar e dividendos a pagar e são classificados pelo custo amortizado.

a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa estão representados por saldos em depósitos bancários.

b) Comissões a receber: Comissões a receber são ativos financeiros, classificados como custo amortizado, com recebimentos fixos ou determináveis. São decorrentes dos serviços prestados pela controlada Banrisul Corretora de Seguros às seguradoras que ainda não foram liquidados.

c) Ativos circulante e não circulante: Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias “*pro rata temporis*”, deduzidos das correspondentes provisões para perdas e das rendas a apropriar.

d) Passivos circulante: Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

3.4. Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro: Relativo ao ICPC 22 “Incerteza sobre tratamento de Tributos sobre o Lucro”, a interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32, quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. A Administração da Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32, com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e entrou em vigência em 1º de janeiro de 2019.

Na avaliação da Administração da Companhia, não existiram impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

3.5. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:

São computados pela aplicação das alíquotas vigentes da seguinte forma: 15% (acrescida do adicional de 10%, conforme a legislação) para o imposto de renda sobre o lucro tributável apurado no período e 9% para a contribuição social, ajustados pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária.

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados sobre as adições e exclusões temporárias e com base nas expectativas atuais de realização, considerando a análise da Administração.

3.6. Reconhecimento da receita: A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

A principal receita da Companhia decorre do resultado de investimento em participação societária e é auferida com a aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) e reconhecida pelo valor da participação societária da Companhia nos resultados obtidos pela sociedade investida, Banrisul Corretora de Seguros, de acordo com o CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

Outra fonte de resultado são as receitas financeiras provenientes de aplicações em instrumentos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado.

Relativo às receitas auferidas pela controlada Banrisul Corretora de Seguros, referente às comissões de corretagem, são reconhecidas quando (ou à medida que) a entidade satisfazer à obrigação de desempenho ao transferir o bem ou serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. As receitas de comissões são provenientes dos segmentos de seguro de vida, prestamista e patrimoniais, previdências e capitalização.

Em casos de devolução de prêmio aos segurados, a corretora restitui à seguradora a comissão (seguros anuais) recebida na proporção do valor devolvido ou não recebido pela seguradora em função do período restante da apólice. Para os seguros cujo fim da vigência não é objetivamente definido (seguros mensais), o pagamento mensal das contraprestações é determinante para a continuidade da vigência das apólices, não cabendo, em geral, devolução de comissões.

3.7. Investimentos em participações societárias: Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no valor do patrimônio líquido da controlada, observando as mesmas práticas contábeis do controlador.

3.8. Comissões a apropriar: Valores recebidos das seguradoras antecipadamente pela controlada Banrisul Corretora de Seguros, relativos à receita de exercícios futuros. São contabilizados em conta do passivo para apropriar como receita à medida que a obrigação de desempenho com a seguradora ocorra, ou seja, de acordo com a administração dos contratos de seguro intermediados entre segurado e seguradora ou ocorre a devolução destes valores devido a cancelamentos ocorridos.

3.9. Distribuição dos dividendos: A distribuição de dividendos que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como passivo circulante nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Quando houver dividendos adicionais propostos, declarados pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão destas, serão registrados no patrimônio líquido e divulgados em nota explicativa.

04 - ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A Administração estabelece estimativas e premissas que afetam os valores de ativos e passivos reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente revisados e estão baseados na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias.

05 - GERENCIAMENTO DE RISCO

Em consonância com a legislação, a Banrisul Seguridade aderiu ao Sistema de Controles Internos do controlador Banrisul, um conjunto de políticas e procedimentos, instituídos pela alta administração, para assegurar que os riscos inerentes às atividades da organização sejam identificados e administrados adequadamente.

Adicionalmente, a Companhia submete-se à Auditoria Interna do controlador Banrisul, objetivando estar em conformidade com a Regulamentação vigente.

06 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Seguridade			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor Justo
Sem vencimento				
Fundos de Investimento ¹	6.202	6.202	6.261	6.261
Total	6.202	6.202	6.261	6.261
Circulante	6.202	6.202	6.261	6.261

	Seguridade consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Sem vencimento				
Fundos de investimento ²	137.691	137.691	140.487	140.487
Vencimento até dois anos				
Letras financeiras ³	279.059	280.181	249.995	250.930
Total da carteira	416.750	417.872	390.482	391.417
Circulante	269.247	269.630	140.487	140.487
Não circulante	147.503	148.242	249.995	250.930

(1) Saldo constituído pelo fundo de investimento Banrisul Absoluto Fundo de Investimento Renda Fixa LP, cuja composição é em Letras Financeiras do Tesouro – LFT.

(2) Saldo constituído, em 2024, pelo fundo de investimento Banrisul Absoluto Fundo de Investimento Renda Fixa LP, cuja composição é em Letras Financeiras do Tesouro – LFT e em 2023, pelos seguintes fundos: Banrisul Absoluto Fundo de Investimento Renda Fixa LP, cuja composição é em Letras Financeiras do Tesouro – LFT; Banrisul Foco IDKA IPCA 2A Fundo de Investimento Renda Fixa, cuja composição é em Notas do Tesouro Nacional – NTN; Banrisul Foco IRF-M 1 FI RF; cuja composição é em Letras do Tesouro Nacional – LTN. Estes ativos são classificados como valor justo por meio do resultado com opção de resgate imediato.

(3) Investimento em Letra Financeira emitida pelo Banrisul, classificada como custo amortizado.

07 - COMISSÕES A RECEBER

	Seguridade consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Seguros em geral ¹	22.206	18.111
Títulos de capitalização	2.554	2.285
Previdência privada	1.167	1.034
Total	25.927	21.430
Circulante	25.927	21.430

(1) Saldo composto, principalmente, por corretagem sobre intermediação de seguros vida e prestamistas.

08 - INVESTIMENTO EM CONTROLADA

A tabela a seguir apresenta a empresa controlada incluída nas demonstrações financeiras consolidadas:

Participação do Capital Social (%)				
Empresa	Atividade	31/12/2023	31/12/2024	
Banrisul Corretora de Seguros S.A.	Corretora	100	100	

Movimentação	31/12/2023	Resultado MEP	Dividendos distribuídos	31/12/2024
Banrisul Corretora de Seguros S.A.	180.163	166.626	(149.964)	196.825

As atividades operacionais da controlada Banrisul Corretora de Seguros iniciaram em janeiro de 2021. Sua criação faz parte do movimento estratégico do grupo Banrisul de organização dos negócios envolvendo os produtos de seguridade.

09 - OUTROS ATIVOS

	Seguridade		Seguridade consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Impostos a compensar ¹	11	17	1.002	9.748
Despesas antecipadas	-	-	21	20
Total	11	17	1.023	9.768
Circulante	11	17	1.023	9.768

(1) O saldo de impostos a compensar até 31 de dezembro de 2024 está contabilizado no Ativo Circulante da Companhia sendo R\$ 506 relativo a Imposto de Renda, R\$ 192 de Contribuição Social, R\$ 54 de Pis e R\$ 250 de Cofins.

10 - ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal e o respectivo valor contábil, provenientes de provisões temporariamente indedutíveis. Sobre esse valor é aplicada alíquota de 34% de imposto de renda e contribuição social. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

Os saldos relativos aos ativos por impostos diferidos estão representados na tabela abaixo:

	Seguridade consolidado		
	31/12/2023 reapresentado	Constituição (Realização)	31/12/2024
Provisões passivas ¹	3.722	(2.693)	1.029
Provisões cíveis	-	16	16
Comissões a apropriar	10.586	7.821	18.407
Total	14.308	5.144	19.452
Não circulante	14.308	5.144	19.452

(1) Composto pelos saldos dos bônus de seguro e programas de participação nos resultados.

A expectativa de realização dos créditos tributários é a seguinte:

Ano	Seguridade consolidado		
	Contribuição social	Imposto de renda	Total
2025	1.737	4.826	6.563
2026	1.017	2.826	3.843
2027	800	2.223	3.023
2028	632	1.755	2.387
2029	963	2.673	3.636
Total em 31.12.2024	5.149	14.303	19.452
Total em 31.12.2023	3.787	10.521	14.308

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$ 17.439 calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias pela taxa Selic, projetada para o período correspondente.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Banrisul Seguridade consolidada não apresentava saldo relativo a débito tributário.

11 - OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS

	Seguridade		Seguridade consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023 reapresentado
IR e CSLL	-	12	47.379	52.065
PIS e COFINS	3	3	2.813	2.419
INSS e FGTS	-	-	11	15
ISS	-	-	2	1
Total	3	15	50.205	54.500

12 - CONTAS A PAGAR

	Seguridade		Seguridade consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações com partes relacionadas	-	-	3.544	11.044
Provisão de contas a pagar	-	-	2.223	3.322
Serviços a pagar	2	2	4	4
Total	2	2	5.771	14.370
Não circulante	2	2	5.771	14.370

13 - COMISSÕES A APROPRIAR

	Seguridade consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Seguros em geral ¹	54.139	31.136
Total	54.139	31.136
Circulante	16.276	11.376
Não circulante	37.863	19.760

(1) Saldo composto por comissões de corretagem sobre intermediação de seguros prestamistas cujo prêmio é liquidado em parcela única gerando receita a apropriar de acordo com a vigência das apólices contratadas, pois refere-se à prestação de serviço de administração que ocorre ao longo da vigência do contrato.

14 - TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Os saldos com partes relacionadas podem ser assim sumariados:

a) Operações realizadas entre as partes relacionadas

	Seguridade			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A				
Disponibilidades	1	-	3	-
Convênio prestação de serviços - despesas	-	-	-	(88)
Empresas coligadas grupo Banrisul				
Aplicações financeiras ¹	6.202	644	6.261	746

	Seguridade consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A				
Disponibilidades	10	-	26	-
Letras financeiras	279.059	29.064	249.995	26.626
Outros ativos	21	-	20	-
Convênio prestação de serviços - custos	-	(22.066)	(9.406)	(40.740)
Convênio prestação de serviços - despesas	(3.544)	(13.183)	(1.638)	(11.139)
Empresas coligadas grupo Banrisul				
Aplicações financeiras ¹	137.691	13.537	140.487	14.238
Comissões a receber ²	23.597	243.704	18.969	236.967

(1) Fundos de investimento administrados pela empresa Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio

(2) Contrato com Rio Grande Seguros e Previdência S.A. e Rio Grande Capitalização S.A., seguradoras controladas pela holding Banrisul Icatu Participações S.A. – BIPAR, que é coligada do controlador do grupo.

A Banrisul Seguridade não possui colaboradores em seu quadro de pessoal, pois toda a operacionalidade é efetuada pelas áreas administrativas e comerciais do Banrisul.

Os custos são suportados pela controlada por meio de convênio de prestação de serviços.

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento ao CPC 5 - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de ausência de risco.

b) Remuneração da Administração

	Seguridade consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração	(2.016)	(559)
Benefícios	(209)	(57)
Encargos sociais	(601)	(134)
Total	(2.826)	(750)

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, formado pela Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, conforme determina o Estatuto Social.

A remuneração da Administração é suportada pela controlada que registrou despesa com administradores no ano de 2024 no montante de R\$ 2.826 (2023 - R\$ 750). Não há outros benefícios pagos ou a pagar atualmente, bem como direitos reconhecidos a serem pagos.

A Companhia informa que não existem contratos relevantes com seus administradores que necessitem de divulgação e não possui política de remuneração através de plano baseado em ações.

15 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 2023, conforme aprovação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) foi realizado aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 115.000.000,00 (cento e quinze milhões de reais), oriundos do saldo de Reserva de Expansão e da Reserva Estatutária.

O capital social em 31 de dezembro de 2024, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de reais), dividido em 10.000.000 (dez milhões) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Distribuição de resultados

O Lucro Líquido do Exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações conforme o Estatuto Social: (i) 5% (cinco por cento) para o Fundo de Reserva Legal, até alcançar o limite previsto em Lei; (ii) Uma quota de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado com as deduções e acréscimos previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades, destinada ao pagamento de dividendos, não cumulativos, aos acionistas; (iii) até 5% (cinco por cento) para a constituição de um fundo de reserva, destinado para o aumento do capital social, fundo esse que não poderá ultrapassar o limite do capital social da Companhia; (iv) Uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de Reservas de Contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; (v) Uma parcela, por proposta da Diretoria, poderá ser retida com base no orçamento de capital, previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e (vi) Eventuais excessos relativos à limitação legal dos saldos destinados a reservas de lucros deverão ter a destinação deliberada pela Assembleia Geral.

c) Dividendos

Os dividendos propostos foram calculados conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	166.969	157.871
Constituição de reserva legal	8.349	7.893
Base de cálculo de dividendos	158.620	149.978
Dividendos propostos ¹	150.272	149.978

(1) Distribuição de percentual equivalente à 100% em 2023 e em 2024 saldo remanescente de lucros após destinação para reserva legal (5%) e reserva estatutária (5%), conforme deliberação do controlador da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração.

16 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Seguridade		Seguridade consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023 reapresentado
Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL:				
Resultado antes da tributação sobre o lucro	167.108	158.050	251.256	236.489
Adições (Exclusões) - Permanentes - IRPJ e CSLL	(166.626)	(157.453)	3.664	2.723
Adições (Exclusões) - Temporárias - IRPJ e CSLL	-	-	15.129	6.446
(=) Base do IRPJ e CSLL	482	597	270.049	245.658
Imposto de Renda - corrente	(96)	(125)	(67.464)	(61.367)
Contribuição Social - corrente	(43)	(54)	(24.304)	(22.109)
Incentivos Fiscais	-	-	2.337	2.666
Total IRPJ e CSLL - correntes	(139)	(179)	(89.431)	(80.810)
IRPJ e CSLL diferidos	-	-	5.144	2.192
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(139)	(179)	(84.287)	(78.618)

17 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Seguridade		Seguridade consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Equivalência patrimonial	166.626	157.453	-	-
Receitas de comissões bruta ¹	-	-	293.805	287.883
Deduções das receitas de comissões ²	-	-	(41.689)	(35.225)
Receitas de comissões líquida	-	-	252.116	252.658
Total	166.626	157.453	252.116	252.658

(1) Receita de comissões de corretagem sobre a comercialização e administração de seguros, previdência e capitalização.

(2) Deduções da receita composta pelos impostos e contribuições incidentes sobre a receita bruta: Pis 1,65%, Cofins 7,6% e ISS 3%.

18 - RESULTADO FINANCEIRO

	Seguridade		Seguridade consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Rendimento de aplicações em fundos de investimento	644	746	13.537	14.238
Rendimento de aplicações em letras financeiras	-	-	29.064	26.626
Atualização monetária	1	1	106	968
(-) Despesas tributárias sobre receitas financeiras ¹	(30)	(35)	(1.986)	(1.904)
(-) Despesas financeiras	-	-	(3.508)	-
Total	615	712	37.213	39.928

(1) Impostos e contribuições incidentes sobre a receita financeira: Pis 0,65% e Cofins 4,0%.

19 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Seguridade		Seguridade consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de terceiros	-	-	11.058	10.861
Processamento de dados	-	-	227	192
Serviços técnicos e especializados	27	26	54	52
Publicações	102	87	304	177
Patrocínios e doações	-	-	2.337	2.666
Outros	4	2	279	116
Total	133	115	14.259	14.064

20 - PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Banrisul Seguridade não figurava como parte em processos judiciais de qualquer natureza e a Administração da Companhia não identificou riscos com passivos contingentes a divulgar.

Em 2024, a controlada Banrisul Corretora de Seguros constituiu provisão para riscos cíveis no valor de R\$ 49 (2023 – R\$ 1).

A Administração da Companhia não identificou passivos contingentes classificados como possíveis na avaliação dos assessores jurídicos.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul Seguridade Participações S.A. (Companhia), no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II e VII do art. 163, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e conforme as disposições do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório emitido pelos Auditores Independentes, sem modificações, documentos esses relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. Por unanimidade, opinamos que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pelos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Porto Alegre, 07 de fevereiro de 2025.

Luiz Valdir Andres

Maria Ester Rodrigues Gazalle

Thiago Josué Ben

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e aos Acionistas da
Banrisul Seguridade Participações S.A.

Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Banrisul Seguridade Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como “Seguridade” e “Seguridade Consolidado”, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais, e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Banrisul Seguridade Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no

Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de sua controlada.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 7 de fevereiro de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RS

Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4

Banrisul Seguridade Participações S.A.

Diretoria

Irany de Oliveira Sant'Anna Junior

Diretor - Presidente

Agomar Aliatti

Diretor

Suzana Flores Cogo

Diretora

Conselho de Administração

Márcia Adriana Celestino

Presidente

Andreia Lima de Araujo

Bruno Silva da Silveira

Carla Raquel da Rosa

Claise Muller Rauber

Fernando Postal

Werner Kohler

Conselheiros

Fabiana Rodrigues de Souza

Contadora CRCRS – 084401/O-6



**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL certifica que (a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em dia com seus débitos perante o CRC.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: FABIANA RODRIGUES DE SOUZA
REGISTRO.....	: RS-08440 /O-
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: ***.280.190-**

A presente CERTIDÃO não quit nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão : RIO GRANDE DO SUL, 13/03/2025 às 16:05:41.

Válido até: 11/06/2025.

Código de Controle: 196726 .

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

PARECER DO CONSELHO FISCAL
(Exercício social findo em 31 de dezembro de 2024)

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul Seguridade Participações S.A. (Companhia), no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II e VII do art. 163, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e conforme as disposições do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório emitido pelos Auditores Independentes, sem modificações, documentos esses relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. Por unanimidade, opinamos que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pelos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Porto Alegre, 07 de fevereiro de 2025.



11 Luiz Valdir Andres 11-02-2025 11:04 GMT-3



11 Maria Ester Rodrigues Gazalle 11-02-2025 11:05:19 GMT-3



12 Thiago Josué Ben 12-02-2025 11:35 GMT-3

**Banrisul Corretora de
Seguros S.A.**

Demonstrações Financeiras 2024



Sumário

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	4
BALANÇO PATRIMONIAL	8
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	9
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	10
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	12
NOTAS EXPLICATIVAS	14
01 - CONTEXTO OPERACIONAL.....	14
02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	14
02.1 REAPRESENTAÇÃO DE SALDOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023.....	14
03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	15
04 - ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS	17
05 - GERENCIAMENTO DE RISCO	17
06 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS	18
07 - COMISSÕES A RECEBER	18
08 - OUTROS ATIVOS.....	18
09 - ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS DIFERIDOS	18
10 - OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS	19
11 - CONTAS A PAGAR.....	19
12 - COMISSÕES A APROPRIAR.....	20
13 - TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS.....	20
14 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21
15 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22
16 - RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	22
17 - CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	22
18 - RESULTADO FINANCEIRO	23
19 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS	23
20 - PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS E PASSIVOS CONTINGENTES	23
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	24
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	25

Relatório da Administração

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Banrisul Corretora de Seguros S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Apresentamos as Demonstrações Financeiras da Banrisul Corretora de Seguros S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Comentários de Desempenho

A Banrisul Corretora de Seguros S.A. ("Banrisul Corretora de Seguros" ou "Companhia") é subsidiária integral da Banrisul Seguridade Participações S.A. ("Seguridade"), sendo responsável pela comercialização de seguros, planos de previdência privada e títulos de capitalização nos canais do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul").

A "Companhia" iniciou suas atividades operacionais em janeiro de 2021. A criação da "Banrisul Corretora de Seguros" fez parte do movimento estratégico de organização dos negócios de seguros, iniciado com a *joint venture* entre Banrisul e Grupo Icatu Seguros.

O portfólio de produtos disponibilizado pelo Banrisul através da "Companhia" contempla Seguros de Pessoas, Seguros Patrimoniais, Seguros Rurais, Títulos de Capitalização e Planos de Previdência Privada Complementar.

Com foco em oferecer soluções modernas e alinhadas às necessidades dos clientes, a Companhia fez vários lançamentos em diferentes canais, que refletem esse compromisso: o BanriCap Sonhos, título de capitalização de 60 meses, exclusivo para venda digital; o seguro AP Smart, que combina um formato híbrido de comercialização - venda no canal Agência com a confirmação da compra via Aplicativo Banrisul; o Seguro Paramétrico, voltado a atender necessidades do segmento rural; na Previdência, o fundo BanrisulPrev Invest, com estratégia de investimento multimercado para atender clientes com perfil arrojado. Além disso, houve a implementação de melhorias nos produtos já existentes: na Previdência, foi disponibilizada modalidade de pagamento de aportes esporádicos via PIX; no seguro Vida Digital, foi possibilitado aos segurados alterar seus beneficiários e/ou percentuais da cobertura designados a cada um deles diretamente no Aplicativo e ainda, como estratégia de atualização dos produtos, o seguro de acidentes pessoais AP Premiável Mais teve sua cobertura ampliada.

Na área comercial, destaca-se, como estratégia inovadora, a realização de campanha de divulgação do seguro Vida Digital através das plataformas digitais, trazendo resultados positivos tanto na divulgação quanto nas vendas de novos seguros.

Foram realizadas ainda ações de vendas para clientes e intensificada a comunicação por meio do aplicativo do Banco, proporcionando o crescimento na comercialização dos produtos massificados. Em ambos os semestres houve

campanhas e ações de vendas: Campanha de Portabilidade para captação externa de investimentos em Previdência e Campanhas objetivando incentivar a comercialização de Seguros de Vida e Capitalização. Para clientes, houve ações de vendas de Seguros de Vida, em maio a Promoção Amor de Mãe e, em dezembro, a promoção Amor pelo Rio Grande.

Diante das enchentes que atingiram nosso Estado, foram adotadas medidas emergenciais junto às Seguradoras parceiras para prestação de suporte e priorização dos atendimentos nos locais afetados.

A cobrança de prêmios de seguros, contribuições de previdência e títulos de capitalização alcançou R\$ 2,9 bilhões no ano, redução de 20,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Em dezembro de 2024, as operações ativas totalizaram 2,5 milhões de contratos.

Além disso, atenta às necessidades sociais, a Companhia destinou R\$ 1.500 mil para patrocínios voltados para a Cultura e Esportes, e R\$ 837 mil destinados a doações ao Funcriança, Fundo do Idoso e ao Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon), perfazendo um montante de R\$ 2.337 mil.

Desempenho Financeiro

Lucro Líquido

A Banrisul Corretora de Seguros registrou, em 2024, lucro líquido de R\$ 166,6 milhões, proveniente preponderantemente das receitas de corretagem, seguido por receitas financeiras, apresentando crescimento de 5,8% em comparação ao ano anterior.

As receitas totais atingiram R\$ 339,1 milhões, crescimento de 3,0% na mesma comparação: as receitas de comissões de corretagem alcançaram R\$ 293,8 milhões, impulsionadas pelo incremento na comercialização de produtos no ano de 2024 e o resultado financeiro advém da aplicação de ativos rentáveis, atrelados à taxa Selic, cuja variação acumulada em 2024 alcançou 10,88%.

Impostos e Contribuições sobre Faturamento e Lucro respondem pela maior parte das despesas, cabendo as despesas operacionais uma pequena participação, o que confere a Banrisul Corretora de Seguros uma estrutura administrativa bastante enxuta.

Balanço Patrimonial

No tocante ao Balanço Patrimonial da Companhia, cumpre destacar:

Ativo Total – Em 31 de dezembro de 2024, os ativos totais alcançaram R\$ 456,9 milhões, composto preponderantemente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e comissões a receber (Ativo Circulante), apresentando um crescimento de 6,3% em relação ao final do exercício anterior.

Passivo Total – O passivo total encerrou o exercício de 2024 com um montante de R\$ 260,1 milhões, composto, na sua maioria, por obrigações tributárias e dividendos a pagar, demonstrando uma expansão de 4,2%.

Patrimônio Líquido – O patrimônio líquido alcançou R\$ 196,8 milhões, em decorrência do registro de Reserva Legal e de Reserva Estatutária relativas à destinação do resultado do exercício, demonstrando um crescimento de 9,2% quando comparado a dezembro de 2023.

Política de Distribuição do Resultado

O lucro líquido apurado, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, tem a seguinte distribuição:

- a) 5% (cinco por cento) para o Fundo de Reserva Legal, até alcançar o limite previsto em Lei;
- b) Uma quota de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado com as deduções e acréscimos previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades, destinada ao pagamento de dividendos, não cumulativos, aos acionistas;
- c) Até 5% (cinco por cento) para a constituição de um Fundo de Reserva, destinado para o aumento do Capital Social, fundo esse que não poderá ultrapassar o limite do capital social da Companhia;
- d) Uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de Reservas de Contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;
- e) Uma parcela, por proposta da Diretoria, poderá ser retida com base no orçamento de capital, previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e
- f) Eventuais excessos relativos à limitação legal dos saldos destinados a reservas de lucros deverão ter a destinação deliberada pela Assembleia Geral.



Demonstrações Financeiras 2024

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023 reapresentado
Ativo circulante		<u>289.993</u>	<u>165.430</u>
Caixa e equivalentes de caixa		9	23
Aplicações financeiras	6	263.045	134.226
Comissões a receber	7	25.927	21.430
Outros ativos	8	1.012	9.751
Ativo não circulante		<u>166.955</u>	<u>264.303</u>
Realizável a longo prazo		<u>166.955</u>	<u>264.303</u>
Aplicações financeiras	6	147.503	249.995
Ativos diferidos	9	19.452	14.308
Total do ativo		456.948	429.733

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2024	31/12/2023 reapresentado
Passivo circulante		<u>222.211</u>	<u>229.809</u>
Obrigações fiscais e sociais	10	50.202	54.485
Dividendos a pagar	14 (c)	149.964	149.580
Contas a pagar	11	5.769	14.368
Comissões a apropriar	12	16.276	11.376
Passivo não circulante		<u>37.912</u>	<u>19.761</u>
Comissões a apropriar	12	37.863	19.760
Provisões para riscos cíveis	20	49	1
Patrimônio líquido		<u>196.825</u>	<u>180.163</u>
Capital social	14 (a)	170.000	170.000
Reservas de lucros		26.825	10.163
Total do passivo e patrimônio líquido		456.948	429.733

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023 reapresentado
Receita operacional líquida	16	<u>252.116</u>	<u>252.658</u>
Custo dos serviços prestados	17	(20.964)	(41.291)
Lucro bruto		231.152	211.367
Receitas (despesas) operacionais		<u>(16.976)</u>	<u>(14.691)</u>
Despesas administrativas	19	(14.126)	(13.949)
Despesas com pessoal	13 (b)	(2.826)	(750)
Outras receitas/(despesas)		(24)	8
Lucro antes do resultado financeiro		214.176	196.676
Resultado financeiro	18	36.598	39.216
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		250.774	235.892
Imposto de renda e contribuição social	15	<u>(84.148)</u>	<u>(78.439)</u>
Correntes		(89.292)	(80.631)
Diferidos		5.144	2.192
Lucro líquido do exercício		166.626	157.453

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	166.626	157.453
Total dos resultados abrangentes do exercício	166.626	157.453

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
			Legal	Estatutária	Para expansão		
Saldos em 01 de janeiro de 2023		55.000	8.536	8.901	99.853	-	172.290
Aumento de Capital	14 (a)	115.000	(6.246)	(8.901)	(99.853)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	157.453	157.453
Destinação do lucro							
Reservas		-	7.873	-	-	(7.873)	-
Dividendos propostos	14 (c)	-	-	-	-	(149.580)	(149.580)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		170.000	10.163	-	-	-	180.163
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	166.626	166.626
Destinação do lucro							
Reservas		-	8.331	8.331	-	(16.662)	-
Dividendos propostos	14 (c)	-	-	-	-	(149.964)	(149.964)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		170.000	18.494	8.331	-	-	196.825

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado	<u>250.822</u>	<u>235.887</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	250.774	235.892
Ajustes do lucro líquido	<u>48</u>	<u>(5)</u>
Provisão para passivos contingentes	48	(5)
Variações de ativos e obrigações	<u>(72.192)</u>	<u>(53.448)</u>
Redução em aplicações financeiras	2.737	35.664
(Aumento) em comissões a receber	(4.497)	(15.636)
(Aumento) Redução em outros ativos	8.740	(969)
(Redução) em obrigações fiscais e sociais	(12.133)	(7.557)
Aumento (Redução) em contas a pagar	(8.599)	8.482
Aumento (Redução) em comissões a apropriar	23.003	(1.351)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(81.443)	(72.081)
Caixa líquido das (aplicado nas) atividades operacionais	178.630	182.439
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
(Aumento) em aplicações financeiras	(29.064)	(146.625)
Caixa líquido das (aplicado nas) atividades de investimento	(29.064)	(146.625)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(149.580)	(35.796)
Caixa líquido das (aplicado nas) atividades de financiamento	(149.580)	(35.796)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(14)	18
Variação de caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	23	5
No final do exercício	9	23
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(14)	18

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Apresentamos a seguir as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras da Banrisul Corretora de Seguros S.A., com os valores expressos em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma).

NOTAS EXPLICATIVAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(em milhares de reais)

01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Banrisul Corretora de Seguros S.A. ("Banrisul Corretora de Seguros" ou "Companhia") faz parte do grupo Banrisul. É uma empresa controlada integralmente pela Banrisul Seguridade Participações S.A. e indiretamente pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

A Companhia foi constituída em 16 de julho de 2020 e iniciou suas atividades operacionais em janeiro de 2021, tendo por objetivo principal a viabilização de negócios envolvendo: (i) Corretagem de seguros dos ramos elementares, (ii) Corretagem de seguro do Ramo de Vida e Capitalização, (iii) Corretagem de Planos de Previdência Privada, e (iv) Corretagem de Seguro de Saúde e Seguro Odontológico.

Os produtos disponibilizados pela Companhia atualmente são: seguros de pessoas, seguros patrimoniais, seguros rurais, planos de previdência privada aberta e títulos de capitalização.

O portfólio de soluções é composto por 49 produtos, que atendem a diferentes necessidades, perfis e momento da vida do cliente.

02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia, foram preparadas sob o pressuposto de continuidade, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira e as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

O Conselho de Administração da Banrisul Corretora de Seguros autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 06 de fevereiro de 2025.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as análises sobre a expectativa de perdas, as provisões para riscos cíveis, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Como parte integrante do Conglomerado do Banrisul, as operações da Companhia são conduzidas em um ambiente que envolve um conjunto de empresas que atuam no mercado utilizando-se, de forma compartilhada, da infraestrutura tecnológica e administrativa dessas empresas, mediante ressarcimento de custos. As demonstrações financeiras devem ser compreendidas nesse contexto.

02.1 Reapresentação de saldos de 31 de dezembro de 2023

Em 2024, a Administração da Banrisul Corretora de Seguros revisitou o tratamento fiscal relativo às comissões a apropriar registradas em contas do passivo. Como resultado dessa revisão, a Companhia retificou suas apurações de

impostos de renda e contribuição social do ano corrente e de exercícios anteriores. Consequentemente, os saldos do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e do exercício findo nessa data foram reapresentados:

Balanço Patrimonial – Ativo			
	<u>Publicado em</u> <u>31/12/2023</u>	<u>Ajuste</u>	<u>31/12/2023</u> <u>(Reapresentação)</u>
Não circulante			
Ativos diferidos	3.722	10.586	14.308
Balanço Patrimonial – Passivo			
	<u>Publicado em</u> <u>31/12/2023</u>	<u>Remensuração</u>	<u>31/12/2023</u> <u>(Reapresentação)</u>
Passivo circulante			
Obrigações fiscais e sociais	43.899	10.586	54.485
Demonstração do Resultado do Exercício			
	<u>Publicado em</u> <u>31/12/2023</u>	<u>Remensuração</u>	<u>31/12/2023</u> <u>(Reapresentação)</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	(81.090)	459	(80.631)
Diferido	2.651	(459)	2.192

03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente no período apresentado.

3.1. Moeda funcional e de apresentação - A presente demonstração financeira está apresentada em Reais (BRL), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Apuração do resultado: As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência e em conformidade com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, sendo a receita reconhecida à medida que a prestação de serviço é efetivamente realizada.

3.3. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros são classificados conforme modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixas dos instrumentos de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados em uma das categorias: (i) instrumento financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; (ii) instrumento financeiro mensurado ao custo amortizado e; (iii) instrumento financeiro mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: aplicações em fundos de investimento mensurados ao valor justo por meio do resultado e aplicações em letras financeiras e comissões a receber de seguradoras, classificados ao custo amortizado.

Os principais passivos financeiros são contas a pagar e dividendos a pagar e são classificados pelo custo amortizado.

a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa estão representados por saldos em depósitos bancários.

b) Aplicações financeiras: Representam os recursos aplicados em Letras Financeiras e Fundos de Investimento.

c) Comissões a receber: Comissões a receber são ativos financeiros, classificados como custo amortizado, com recebimentos fixos ou determináveis. São decorrentes dos serviços prestados às seguradoras que ainda não foram liquidados.

d) Ativos circulante e não circulante: Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias “*pro rata temporis*”, deduzidos das correspondentes provisões para perdas e das rendas a apropriar.

e) Passivos circulante: Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

3.4. Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:

Relativo ao ICPC 22 “Incerteza sobre tratamento de Tributos sobre o Lucro”, a interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32, quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. A Administração da Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32, com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação que foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e entrou em vigência em 1º de janeiro de 2019.

Na avaliação da Administração da Companhia, não existem impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

3.5. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido: São computados pela aplicação das alíquotas vigentes da seguinte forma: 15% (acrescida do adicional de 10%, conforme a legislação) para o imposto de renda sobre o lucro tributável apurado no período e 9% para a contribuição social, ajustados pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados sobre as adições e exclusões temporárias e com base nas expectativas atuais de realização, considerando a análise da Administração. Os saldos totais apresentam-se discriminados na Nota Explicativa nº 9.

3.6. Reconhecimento da receita: Para o reconhecimento da receita, a Banrisul Corretora de Seguros utiliza-se do conceito de um modelo de cinco etapas para determinar quando reconhecer a receita: i) identificação do contrato; ii) identificação das obrigações de desempenho; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço da transação e v) reconhecimento da receita.

As receitas de comissões são reconhecidas quando (ou à medida que) a entidade satisfizer à obrigação de desempenho ao transferir o bem ou serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. As receitas de comissões são provenientes dos segmentos de seguro de vida, prestamista e patrimoniais, previdências e capitalização.

Em casos de devolução de prêmio aos segurados, a corretora restitui à seguradora a comissão (seguros anuais) recebida na proporção do valor devolvido ou não recebido pela seguradora em função do período restante da apólice. Para os seguros cujo fim da vigência não é objetivamente definido (seguros mensais), o pagamento mensal das contraprestações é determinante para a continuidade da vigência das apólices, não cabendo, em geral, devolução de comissões.

3.7. Comissões a apropriar: os valores recebidos das seguradoras de forma antecipada, relativos à receita cuja obrigação de desempenho não tenha sido cumprida são contabilizados em conta do passivo para apropriar como receita à medida que a obrigação de desempenho com a seguradora ocorra, ou seja, de acordo com a administração dos contratos de seguro intermediados entre o segurado e a seguradora.

3.8. Distribuição dos dividendos: A distribuição de dividendos que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como passivo circulante nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Quando houver dividendos adicionais propostos, declarados pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão destas, serão registrados no patrimônio líquido e divulgados em nota explicativa.

3.9. Lucro por ação: O lucro por ação é calculado pela divisão do Lucro Líquido atribuído ao controlador da Banrisul Corretora de Seguros pelo número de ações ordinárias em circulação em cada exercício.

04 - ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A Administração estabelece estimativas e premissas que afetam os valores de ativos e passivos reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente revisados e estão baseados na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias.

05 - GERENCIAMENTO DE RISCO

Em consonância com a legislação, a Banrisul Corretora de Seguros S.A. aderiu ao Sistema de Controles Internos do controlador Banrisul, um conjunto de políticas e procedimentos, instituídos pela alta administração, para assegurar que os riscos inerentes às atividades da organização sejam identificados e administrados adequadamente.

Adicionalmente, a Banrisul Corretora de Seguros S.A. submete-se à Auditoria Interna do controlador Banrisul, objetivando estar em conformidade com a Regulamentação vigente.

06 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor Justo
Sem vencimento				
Fundos de Investimento ¹	131.489	131.489	134.226	134.226
Vencimento até dois anos				
Letras Financeiras ²	279.059	280.181	249.995	250.930
Total	410.548	411.670	384.221	385.156
Circulante	263.045	263.428	134.226	134.226
Não circulante	147.503	148.242	249.995	250.930

(1) Saldo constituído, em 2024, pelo fundo de investimento Banrisul Absoluto Fundo de Investimento Renda Fixa LP, cuja composição é em Letras Financeiras do Tesouro – LFT e em 2023, pelos seguintes fundos: Banrisul Absoluto Fundo de Investimento Renda Fixa LP, cuja composição é em Letras Financeiras do Tesouro – LFT; Banrisul Foco IDKA IPCA 2A Fundo de Investimento Renda Fixa, cuja composição é em Notas do Tesouro Nacional – NTN-B; Banrisul Foco IRF-M 1 FI RF, cuja composição é em Letras do Tesouro Nacional – LTN. Estes ativos são classificados como valor justo por meio do resultado com opção de resgate imediato.

(2) Investimento em Letra Financeira emitida pelo Banrisul, classificada como custo amortizado.

07 - COMISSÕES A RECEBER

	31/12/2024	31/12/2023
Seguros em geral ¹	22.206	18.111
Títulos de capitalização	2.554	2.285
Previdência privada	1.167	1.034
Total	25.927	21.430
Circulante	25.927	21.430

(1) Saldo composto, principalmente, por corretagem sobre intermediação de seguros vida e prestamistas.

08 - OUTROS ATIVOS

	31/12/2024	31/12/2023
Impostos a compensar ¹	991	9.731
Despesas antecipadas	21	20
Total	1.012	9.751
Circulante	1.012	9.751

(1) O saldo de impostos a compensar até 31 de dezembro de 2024 está contabilizado no Ativo Circulante da Companhia sendo R\$ 505 relativo a Imposto de Renda, R\$ 182 de Contribuição Social, R\$ 54 de Pis e R\$ 250 de Cofins.

09 - ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal e o respectivo valor contábil, provenientes de provisões temporariamente indedutíveis. Sobre esse valor é aplicada alíquota de 34% de imposto de renda e contribuição social. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

Os saldos relativos aos ativos por impostos diferidos estão representados na tabela abaixo:

	31/12/2023 reapresentado	Constituição (Realização)	31/12/2024
Provisões passivas ¹	3.722	(2.693)	1.029
Provisões cíveis	-	16	16
Comissões a apropriar	10.586	7.821	18.407
Total	14.308	5.144	19.452
Não circulante	14.308	5.144	19.452

(1) Composto pelos saldos dos bônus de seguro e programas de participação nos resultados.

A expectativa de realização dos créditos tributários é a seguinte:

Ano	Contribuição social	Imposto de renda	Total
2025	1.737	4.825	6.562
2026	1.017	2.826	3.843
2027	800	2.223	3.023
2028	632	1.754	2.386
2029	963	2.675	3.638
Total em 31.12.2024	5.149	14.303	19.452
Total em 31.12.2023	3.787	10.521	14.308

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$ 17.439 calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias pela taxa Selic, projetada para o período correspondente.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Banrisul Corretora de Seguros não apresentava saldo relativo a débito tributário.

10 - OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS

	31/12/2024	31/12/2023 reapresentado
IR e CSLL	47.379	52.053
PIS e COFINS	2.810	2.416
INSS e FGTS	11	15
ISS	2	1
Total	50.202	54.485

11 - CONTAS A PAGAR

	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações com partes relacionadas ¹	3.544	11.044
Provisão de contas a pagar	2.223	3.322
Serviços a pagar	2	2
Total	5.769	14.368
Não circulante	5.769	14.368

(1) Convênio de prestação de serviços firmado entre o Banco Banrisul e Banrisul Corretora de Seguros conforme destacado na nota 13 (a).

12 - COMISSÕES A APROPRIAR

	31/12/2024	31/12/2023
Seguros em geral ¹	54.139	31.136
Total	54.139	31.136
Circulante	16.276	11.376
Não circulante	37.863	19.760

(1) Saldo composto por comissões de corretagem sobre intermediação de seguros prestamistas cujo prêmio é liquidado em parcela única, gerando receita a apropriar de acordo com a vigência das apólices contratadas, pois refere-se à prestação de serviço de administração que ocorre ao longo da vigência do contrato.

13 - TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Os saldos com partes relacionadas podem ser assim sumariados:

a) Operações realizadas entre as partes relacionadas

	31/12/2024		31/12/2023	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A				
Disponibilidades	9	-	23	-
Letras Financeiras	279.059	29.064	249.995	26.626
Outros ativos	21	-	20	-
Convênio prestação de serviços - custos	(1.601)	(22.066)	(9.406)	(40.740)
Convênio prestação de serviços - despesas	(1.943)	(13.183)	(1.638)	(11.051)
Banrisul Seguridade Participações S.A				
Dividendos a pagar	(149.964)	-	(149.580)	-
Empresas coligadas grupo Banrisul				
Aplicações financeiras ¹	131.489	12.893	134.226	13.492
Comissões a receber ²	23.597	243.704	18.969	236.967

(1) Fundos de investimento administrados pela empresa Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio.

(2) Contrato com Rio Grande Seguros e Previdência S.A. e Rio Grande Capitalização S.A., seguradoras controladas pela holding Banrisul Icatu Participações S.A. – BIPAR, que é coligada do controlador do grupo.

A Banrisul Corretora de Seguros não possui colaboradores em seu quadro de pessoal, pois toda a operacionalidade é efetuada pelas áreas administrativas e comerciais do Banrisul.

Os custos são suportados pela Banrisul Corretora de Seguros por meio de convênio de prestação de serviços.

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento ao CPC 5 - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de ausência de risco.

b) Remuneração da Administração

	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração	(2.016)	(559)
Benefícios	(209)	(57)
Encargos sociais	(601)	(134)
Total	(2.826)	(750)

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, formado pela Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, conforme determina o Estatuto Social.

A Companhia registrou despesa com administradores em 2024 no montante de R\$2.826 (2023 - R\$750). Não há outros benefícios pagos ou a pagar atualmente, bem como direitos reconhecidos a serem pagos.

A Companhia informa que não existem contratos relevantes com seus administradores que necessitem de divulgação.

Adicionalmente, a Banrisul Corretora de Seguros não possui política de remuneração através de plano baseado em ações.

14 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

Em 2023, conforme aprovação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) foi realizado aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 115.000.000,00 (cento e quinze milhões de reais), oriundos das Reservas de Lucros.

O capital social em 31 de dezembro de 2024, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais), dividido em 5.000.000 (cinco milhões) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Distribuição de resultados

O Lucro Líquido do Exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações conforme o Estatuto Social: (i) 5% (cinco por cento) para o Fundo de Reserva Legal, até alcançar o limite previsto em Lei; (ii) Uma quota de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado com as deduções e acréscimos previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades, destinada ao pagamento de dividendos, não cumulativos, aos acionistas; (iii) até 5% (cinco por cento) para a constituição de um fundo de reserva, destinado para o aumento do capital social, fundo esse que não poderá ultrapassar o limite do capital social da Companhia; (iv) Uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de Reservas de Contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; (v) Uma parcela, por proposta da Diretoria, poderá ser retida com base no orçamento de capital, previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e (vi) Eventuais excessos relativos à limitação legal dos saldos destinados à reservas de lucros deverão ter a destinação deliberada pela Assembleia Geral.

c) Dividendos

Os dividendos propostos foram calculados conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	166.626	157.453
Constituição de reserva legal	8.331	7.873
Base de cálculo de dividendos	158.295	149.580
Dividendos propostos ¹	149.964	149.580

(1) Distribuição de percentual equivalente à 100% em 2023 e em 2024 saldo remanescente de lucros após destinação para reserva legal (5%) e reserva estatutária (5%), conforme deliberação do controlador da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração.

15 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2024	31/12/2023
Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL:		
Resultado antes da tributação sobre o lucro	250.774	235.892
Adições (Exclusões) - Permanentes - IRPJ e CSLL	3.664	2.723
Adições (Exclusões) - Temporárias - IRPJ e CSLL	15.129	6.446
(=) Base do IRPJ	269.567	245.061
(=) Base da CSLL	269.567	245.061
Imposto de Renda - corrente	(67.368)	(61.242)
Contribuição Social - corrente	(24.261)	(22.055)
Incentivos Fiscais	2.337	2.666
Total IRPJ e CSLL - correntes	(89.292)	(80.631)
IRPJ e CSLL diferidos	5.144	2.192
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(84.148)	(78.439)

(1) As adições (exclusões) permanentes referem-se, substancialmente, a doações, multas e despesas relacionadas à diretoria.

(2) As adições (exclusões) temporárias referem-se, substancialmente, a provisões não dedutíveis e comissões à diferir relacionadas ao CPC 47.

16 - RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas de comissões bruta¹	293.805	287.883
Deduções das receitas de comissões ²	(41.689)	(35.225)
Receitas de comissões líquida	252.116	252.658

(1) Receita de comissões de corretagem sobre a comercialização e administração de seguros, previdência e capitalização.

(2) Deduções da receita composta pelos impostos e contribuições incidentes sobre a receita bruta: Pis 1,65%, Cofins 7,6% e ISS 3%.

17 - CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	31/12/2024	31/12/2023
Programa de participação nos resultados - área comercial	(983)	(13.027)
Outros custos de distribuição ¹	(19.981)	(28.264)
Total	(20.964)	(41.291)

(1) Esta linha de Outros Custos de distribuição é composta por bônus de vendas e campanha de mega prêmio.

18 - RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2024	31/12/2023
Rendimento de aplicações em fundos de investimento	12.893	13.492
Rendimento de aplicações em letras financeiras	29.064	26.626
Atualização monetária	105	967
(-) Despesas tributárias sobre receitas financeiras ¹	(1.956)	(1.869)
(-) Despesas financeiras	(3.508)	-
Total	36.598	39.216

(1) Impostos e contribuições incidentes sobre a receita financeira: Pis 0,65% e Cofins 4,0%.

19 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de terceiros	11.058	10.861
Processamento de dados	227	192
Serviços técnicos e especializados	27	26
Publicações	202	90
Patrocínios e doações	2.337	2.666
Outros	275	114
Total	14.126	13.949

20 - PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2024, a Banrisul Corretora de Seguros figurava como parte em processos judiciais de natureza cível no montante de R\$ 49 (2023 – R\$ 1), classificados como perda provável, que foram integralmente provisionados. Não existiam processos classificados como perda possível em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul Corretora de Seguros S.A. (Companhia), no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II e VII do art. 163, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e conforme as disposições do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório emitido pelos Auditores Independentes, sem modificações, documentos esses relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. Por unanimidade, opinamos que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pelos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Porto Alegre, 07 de fevereiro de 2025.

Luiz Valdir Andres

Maria Ester Rodrigues Gazalle

Thiago Josué Ben

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Banrisul Corretora de Seguros S.A.
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul Corretora de Seguros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais, e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul Corretora de Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos

que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de

auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 7 de fevereiro de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RS

Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4

Banrisul Corretora de Seguros S.A.

Diretoria

Irany de Oliveira Sant'Anna Junior
Diretor - Presidente

Agomar Aliatti
Diretor

Suzana Flores Cogo
Diretora

Conselho de Administração

Márcia Adriana Celestino
Presidente

Andreia Lima de Araujo
Bruno Silva da Silveira
Carla Raquel da Rosa
Claise Muller Rauber
Fernando Postal
Werner Kohler
Conselheiros

Fabiana Rodrigues de Souza
Contadora CRCRS – 084401/O-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL
(Exercício social findo em 31 de dezembro de 2024)

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul Corretora de Seguros S.A. (Companhia), no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II e VII do art. 163, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e conforme as disposições do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório emitido pelos Auditores Independentes, sem modificações, documentos esses relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. Por unanimidade, opinamos que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pelos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Porto Alegre, 07 de fevereiro de 2025.



Luiz Valdir Andres

12 de fev de 2025 11:45:56 GMT-3



Maria Ester Rodrigues Gazalla

12 de fev de 2025 11:45:56 GMT-3



Thiago Josué Ben

12 de fev de 2025 11:49:23 GMT-3



**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL certifica que (a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em dia com seus débitos perante o CRC.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: FABIANA RODRIGUES DE SOUZA
REGISTRO.....	: RS-08440 /O-
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: ***.280.190-**

A presente CERTIDÃO não quit nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão : RIO GRANDE DO SUL, 13/03/2025 às 16:05:41.

Válido até: 11/06/2025.

Código de Controle: 196726 .

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Centrais de Abastecimento
do RS S/A – CEASA/RS**



CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024.

1. A Companhia

A Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul - CEASA/RS, foi criada através da Lei estadual no 5.996, de 03 de agosto de 1970. Fundada no ano de 1974, como Sistema Sinac (Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento), estadualizada no ano de 1989, juntamente com todas as outras Ceasas do Brasil, através da Lei Estadual no 8.819, de 25 de janeiro de 1989.

Constituída sob a forma de Sociedade Anônima de capital fechado, regida pela Lei 6.404/76, a CEASA/RS é uma Sociedade de Economia Mista, estatal pertencente à Administração Pública Indireta do Estado, com personalidade jurídica de direito privado, tendo o Estado do Rio Grande do Sul como acionista majoritário, com 94,24% das ações, seguido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, com 5,27% das ações e 0,46% de outros acionistas minoritários.

2. Mercado de atuação

A CEASA/RS presta um serviço de utilidade pública muito importante à sociedade gaúcha, pois é responsável pelo abastecimento de produtos hortigranjeiros e o controle de preços desses alimentos no mercado, além de fomentar e estimular a produção de alimentos hortigranjeiros junto aos produtores rurais, especialmente ajudando e facilitando que o pequeno produtor rural escoe sua produção. Também atua no controle de alimento seguro, garantindo que o produto hortifrutigranjeiro chegue à mesa da sociedade com qualidade e índices de agrotóxicos controlados.

O abastecimento alimentar é uma competência comum de todos os entes federativos, a União, aos Estados-membros, ao DF e aos Municípios, segundo previsto na Constituição Federal no art. 23, e dentre o rol desta competência comum e administrativa temos o inciso VIII - “fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar”; visando o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.

A CEASA/RS é o principal ponto de comercialização de hortigranjeiros do estado, contribuindo para a segurança alimentar da população gaúcha, bem como na regulação dos preços desses produtos. A centralização da comercialização no entreposto da CEASA torna-se um balizador de preços dos produtos que compõem a cesta básica, contribuindo para o equilíbrio dos preços e da inflação.

No ano de 2024, foram comercializadas 452 mil toneladas de produtos na Ceasa, gerando um valor de R\$2,2 bilhões de recursos aplicados.

3. Desempenho econômico-financeiro do exercício

O desempenho do exercício carrega os reflexos do impacto da calamidade pública, que foi o principal fator para desencadear o resultado deficitário do período ocasionado pela baixa nas receitas operacionais e financeiras e aumento nas

despesas, conforme explicaremos nos próximos tópicos. Observa-se um comportamento de baixa nas receitas, com redução de 20% e aumento das despesas em 22%.

Contribuíram também para o resultado, as provisões e baixas com devedores duvidosos, as baixas patrimoniais de bens danificados pela enchente e do estoque, demonstradas no terceiro trimestre do exercício.

No ativo, cuja redução alcançou 44% em relação ao ano anterior, as disponibilidades financeiras que a Companhia acumulava no final do exercício anterior, foram consumidas para fazer frente ao fluxo de caixa no período da calamidade, com repercussão na receita financeira.

4. Impacto da Calamidade Pública no resultado do exercício

O Estado do Rio Grande do Sul esteve, em 2024, diante de situação de calamidade pública extrema causada pelas enchentes, caracterizadas como desastre natural de nível III, reconhecida pelo Decreto Nº 57.596/2024-RS. O estado de calamidade pública foi reconhecido pelos Decretos Estaduais nº 57.600/2024 e Decreto nº 57.614/2024.

Com uma área utilizada de 42 hectares, a CEASA/RS teve seus espaços totalmente tomados pelas águas da enchente que assolou o RS. Dada sua localização geográfica, foi uma das regiões da Capital Gaúcha mais atingidas. Todos os espaços, os prédios, os pavilhões, as lojas, as ruas (trafegabilidade) ficaram submersos na água, causando prejuízos incalculáveis tanto para a Companhia e seu patrimônio, como para todos os comerciantes, permissionários, produtores, prestadores de serviços, enfim toda a cadeia que utiliza o complexo de abastecimento da CEASA/RS como entreposto de comercialização de hortifrutigranjeiros.

Foram dois meses sem operação no complexo, que além de gerar perda de receitas para a Companhia, a situação também gerou despesas extraordinárias de grande vulto para realizar os serviços de limpeza, coleta de lixo, religação da energia elétrica, consertos, reparos, reformas de equipamentos e estruturas prediais, reposição de bens móveis e a perda total da frota de veículos. Os recursos totais estimados para a reconstrução total das infraestruturas referente aos imóveis, rede elétrica, rede hidráulica, vias asfálticas internas, foi estimada em R\$65 milhões.

5. Medidas da Administração para redução do impacto gerado pela Calamidade Pública

Em meio ao estado de calamidade pública, a Administração da Companhia fez a solicitação de subsídio financeiro ao Estado, acionista majoritário, – repasse de recursos de caráter excepcional, de natureza não continuada, para suportar o custeio das obrigações administrativas e operacionais do período visto que foram dois meses sem entrada de receitas e também para suportar as despesas extraordinárias decorrentes dos prejuízos da adversidade necessárias para o restabelecimento do serviço público de abastecimento que é essencial para o Estado do Rio Grande do Sul.

O pedido de aporte financeiro solicitado para o Estado foi no valor de R\$ 11.282.497,00 (onze milhões, duzentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e noventa e sete reais) para suportar o fluxo de caixa do período que compreendeu os meses de



maio e junho de 2024 em que a CEASA/RS ficou sem operação e, por consequente, não auferiu as receitas ordinárias previstas nestas competências, bem como para fazer frente às despesas emergenciais extraordinárias para restabelecer os serviços e para a recuperação estrutural e patrimonial após o desastre.

Considerando a importância social e econômica das Centrais de Abastecimento do Estado e os prejuízos causados pelo desastre, o aporte dos recursos oriundos do Fundo de Recuperação do Estado do RS – FUNRIGS, teve sua aprovação concedida pela Lei Estadual nº. 16.211 de 16 de dezembro de 2024, sob a classificação de: *“Participação ou Aumento de Capitais de Empresas - Despesas de Capital - Tesouro Livre, no valor de R\$11.282.497,00.”*

Estima-se que o ingresso dos recursos se efetive no primeiro trimestre do exercício social subsequente, após conclusão da tramitação legal do processo, com o ato de integralização ao capital social da Companhia pelo Estado do Rio Grande do Sul. O aporte garantirá o retorno do equilíbrio financeiro da Companhia e os investimentos necessários para a sua recuperação.

6. Mensagem da Administração

O ano de 2024 foi um ano desafiador para a Ceasa. Assim como foi para todo o Estado do RS. Expressamos nossos agradecimentos aos servidores e todos os colaboradores abnegados que não mediram esforços para restabelecer a Ceasa. Aos usuários, permissionários e produtores que foram guerreiros na reconstrução e retomada da operação, disponibilizando seus recursos humanos e financeiros para reabrir e manter seus comércios em funcionamento. Por fim, nosso agradecimento aos acionistas, Governo do Estado do Rio Grande do Sul e Prefeitura Municipal de Porto Alegre, pelo apoio e colaboração despendidos para a reconstrução e o fortalecimento da Ceasa.

Porto Alegre, 18 de Fevereiro de 2025.

CARLOS SIEGLE DE
SOUZA:93538260044
0044

Assinado de forma
digital por CARLOS
SIEGLE DE
SOUZA:93538260044
Dados: 2025.02.21
12:49:41 -03'00'

Carlos Siegle de Souza

Diretor-Presidente



Documento assinado digitalmente

SILVANA DALMAS
Data: 21/02/2025 12:10:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Silvana Dalmás

Diretora Administrativa-Financeira



Documento assinado digitalmente

STEFAN LUDWIG
Data: 21/02/2025 12:02:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Stefan Ludwig

Diretor Técnico-Operacional

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) N° 92.983.147/0001-67



CEASA/RS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

BALANÇO PATRIMONIAL			
ATIVO			
		31/12/2024	31/12/2023
		RS	RS
CIRCULANTE	NOTAS	7.815.552,59	14.029.890,75
Caixa	4	50.456,40	83.494,14
Bancos	4	726.888,89	868.355,66
Aplicações de Liquidez Imediata	4	2.292.428,09	9.216.401,40
Clientes	5	3.747.143,76	3.483.767,03
Estoques	6	125.745,99	279.074,07
Impostos a Recuperar	7	865.934,74	63.190,78
Outros Direitos	8	5.584,36	25.414,81
Despesas do exercício seguinte		1.370,36	10.192,86
NÃO CIRCULANTE		10.548.850,18	10.979.469,49
Clientes	9.1	2.640.186,39	1.973.446,08
Outros Créditos	9.2	1.559.980,11	1.706.363,81
(-) Provisão Perdas no Recebimento de Créditos	9.3	(3.778.240,25)	(3.192.070,42)
Depósitos Judiciais	9.4	2.478.766,71	2.527.403,19
Bens Inservíveis	10.2	4.002,70	0,00
Investimentos		23.543,15	23.543,15
Imobilizado	10.1	29.067.351,75	29.888.442,11
(-) Depreciações Acumuladas	10.2	(21.478.680,07)	(21.947.658,43)
Intangível	11	225.317,95	0,00
(-) Amortização Acumulada	11	(193.378,26)	0,00
TOTAL ATIVO		18.364.402,77	25.009.360,24

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



CEASA/RS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

BALANÇO PATRIMONIAL				
PASSIVO				
		31/12/2024	31/12/2023	
		RS	RS	
CIRCULANTE	NOTAS	4.491.796,93	4.337.742,59	
Fornecedores	12.1	2.056.265,13	1.283.447,51	
Ordenados e Salários a Pagar	12.2	114.210,04	155.171,86	
Obrigações Sociais	12.3	505.046,88	1.165.105,79	
Obrigações Tributárias	12.4	228.032,42	213.670,34	
Provisões Constituídas	12.5	456.372,54	425.697,94	
Programa Demissão Voluntária	12.6	667.937,70	667.516,90	
Outras Exigibilidades	12.7	463.932,22	427.132,25	
NÃO CIRCULANTE		1.170.154,00	2.324.828,61	
Programa Demissão Voluntária	12.8	238.690,22	260.797,58	
Provisões Constituídas Trabalhistas	12.8/12.9	918.768,78	1.000.764,16	
Provisões Constituídas Cível	12.8/12.10	12.695,00	73.344,69	
Provisões Constituídas Programa Demissão Voluntária	12.8	0,00	989.922,18	
PATRIMONIO LÍQUIDO		12.702.451,84	18.346.789,04	
Capital Social	13.1	21.877.617,98	21.877.617,98	
Reservas de Capital		3.369.174,48	3.369.174,48	
Prejuízos Acumulados	13.2	(12.544.340,62)	(6.900.003,42)	
TOTAL PASSIVO		18.364.402,77	25.009.360,24	

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO			
		31/12/2024	31/12/2023
		RS	RS
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	NOTAS	15.177.407,94	18.919.047,33
Serviços Prestados	14.1	15.177.407,94	18.919.047,33
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		(3.480.336,85)	(4.484.321,42)
Abatimentos		(180.863,48)	(155.871,03)
Impostos Incidentes s/ receitas		(3.299.473,37)	(4.328.450,39)
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA		11.697.071,09	14.434.725,91
LUCRO BRUTO		11.697.071,09	14.434.725,91
(+) RECEITAS OPERACIONAIS	14.2	2.274.668,84	1.809.304,08
Receitas Financeiras		1.271.356,19	1.807.830,43
Outras Receitas		1.003.312,65	1.473,65
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	15	(19.451.638,52)	(16.004.402,81)
Despesas com Pessoal		(6.354.041,69)	(6.716.679,91)
Programa Demissão Voluntária		(1.092.285,03)	(1.135.439,57)
Gastos Gerais e Administrativos		(1.960.668,68)	(4.408.665,58)
Serviços e Seguros		(9.145.666,77)	(1.731.549,36)
Encargos, Impostos e Taxas		(11.441,16)	(13.958,21)
Depreciações e Amortizações		(659.798,88)	(725.954,62)
Financeiras		(84.517,96)	(177.937,43)
Provisões		(702.389,92)	4.208.269,58
Provisão Programa Demissão Voluntária		989.922,18	(3.244.627,86)
Convênios (Programa Social)		(60.751,03)	(77.828,44)
Indenizações Processos Judiciais Trabalhistas		(1.976,80)	(134.412,08)
Indenizações Processos Judiciais Cíveis		(46.884,75)	(160.878,01)
Devedores Incobráveis		0,00	(1.684.741,32)
Outras Despesas		(321.138,03)	0,00
RESULTADO OPERACIONAL		(5.479.898,59)	239.627,18
(+/-) RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS		(164.438,61)	131.500,00
Venda Bens Imobilizado		-	131.500,00
Baixa Bens Imobilizado		(164.438,61)	0,00
RESULTADO ANTES DA CSLL E DO IRPJ	16	(5.644.337,20)	371.127,18
(-) Provisão para Imposto de Renda		0,00	0,00
(-) Provisão para Contribuição Social		0,00	0,00
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO		(5.644.337,20)	371.127,18
LUCRO (PREJ.) LIQUIDO POR AÇÃO		(0,257995967)	0,016963784

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVAS DE CAPITAL	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 31/12/2022	21.877.617,98	0,00	3.369.174,48	(7.271.130,60)	17.975.661,86
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL					0,00
SUBSCRIÇÃO DE CAPITAL					0,00
AJUSTES EX.ANTERIORES					0,00
LUCRO(PREJUÍZO)PERÍODO				371.127,18	371.127,18
SALDO EM 31/12/2023	21.877.617,98	0,00	3.369.174,48	(6.900.003,42)	18.346.789,04
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL					0,00
SUBSCRIÇÃO DE CAPITAL					0,00
AJUSTES EX.ANTERIORES					0,00
LUCRO(PREJUÍZO)PERÍODO				(5.644.337,20)	(5.644.337,20)
SALDO EM 31/12/2024	21.877.617,98	0,00	3.369.174,48	(12.544.340,62)	12.702.451,84

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA		
	31/12/2024	31/12/2023
	RS	RS
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(5.644.337,20)	371.127,18
AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO	113.401,46	(254.346,94)
Depreciações e Amortizações	659.798,88	725.954,62
Provisão Contingências Trabalhistas	(81.995,38)	130.287,97
Provisão Contingências Cíveis	(60.649,69)	(28.822,04)
Provisão Programa Demissão Voluntária	(989.922,18)	(1.109.173,86)
Provisão Perdas no Recebimento de Créditos	586.169,83	27.406,37
VARIAÇÕES ATIVO E PASSIVO		
Ativo Realizável a Curto Prazo	(884.139,66)	1.917.448,25
Permissionários	(263.376,73)	1.176.924,91
Estoques	153.328,08	(110.005,30)
Impostos a Recuperar	(802.743,96)	57.202,35
Outros Direitos	19.830,45	643.152,31
Despesas Pagas Antecipadamente	8.822,50	150.173,98
Ativo Realizável a Longo Prazo	(475.722,83)	(408.639,56)
Permissionários	(666.740,31)	676.008,89
Depósitos Judiciais	48.636,48	(318.983,53)
Outros Direitos	142.381,00	(765.664,92)
Passivo Exigível a Curto Prazo	154.054,34	(1.223.407,33)
Fornecedores	772.817,62	(1.416.813,01)
Ordenados e Salários a Pagar	(40.961,82)	(7.432,13)
Programa Demissão Voluntária	420,80	315.193,14
Obrigações Sociais	(660.058,91)	408.918,56
Obrigações Tributárias	14.362,08	42.977,96
Provisões Constituídas	30.674,60	(707.582,72)
Adiantamento de Clientes	105.421,87	(3.388,85)
Outras Exigibilidades	(68.621,90)	144.719,72
Passivo Exigível a Longo Prazo	(22.107,36)	(185.029,79)
Obrigações Sociais e Fiscais	0,00	(216.773,90)
Programa Demissão Voluntária	(22.107,36)	31.744,11
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(6.758.851,25)	217.151,81
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições Ativo Imobilizado	(605.394,88)	(561.251,77)
Baixas Ativo Imobilizado	265.768,31	825.476,11
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(339.626,57)	264.224,34
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de Capital Social	0,00	0,00
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	(7.098.477,82)	481.376,15
SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	10.168.251,20	9.686.875,05
SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	3.069.773,38	10.168.251,20



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

NOTA 1: CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A - CEASA/RS é uma sociedade por ações de economia mista, cuja gestão compete ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul através de sua Secretaria de Desenvolvimento Rural. A CEASA/RS foi constituída através da Lei Estadual nº 5993/70 e da Lei Municipal nº 3413/70. Posteriormente, através do Decreto nº 70.502/72 que regulamenta o SINAC (Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento), a União Federal ficou com a gestão das Centrais de Abastecimento, e através da Lei nº 8819/89 foi dada ao Estado do Rio Grande do Sul autorização para receber as ações da União Federal, o que deixou o Estado na condição de acionista majoritário da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul. Suas atividades de comercialização iniciaram em 25 de setembro de 1973, com a transferência dos usuários do Mercado da Praia de Belas para as dependências da CEASA/RS, à Avenida Fernando Ferrari nº 1001 no Bairro Anchieta em Porto Alegre.

A Sociedade tem por objeto principal: construir, instalar e administrar Centrais de Abastecimento e Mercados destinados a orientar e disciplinar a distribuição e colocação de hortigranjeiros e outros produtos alimentícios em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul. Dentre seus objetivos está o aspecto social de sua atividade, com orientação e fiscalização do mercado hortifrutigranjeiro, representando um centro polarizador entre produtores, comerciantes e consumidores. A CEASA/RS propicia um equilíbrio de preços, em razão da maior oferta, ocasionando o controle da elevação abusiva de preços e combate à formação de monopólios na distribuição de alimentos.

NOTA 2: APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a Lei nº 6.404/1976 e suas alterações posteriores, conjugadas às demais práticas emanadas da legislação societária brasileira e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos.

NOTA 3: PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

3.1 – Regime de Tributação

O imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foram apurados com base no Lucro Real.

3.2 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até noventa dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. O fluxo de caixa dos investimentos a curto prazo é demonstrado pelos valores líquidos (aplicações e resgates).

3.3 - Contas a Receber

Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis. A empresa não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa dos direitos realizáveis no curto prazo, considerando que não haverá perdas na realização dos créditos em razão do perfil de carteira

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

de clientes e dos procedimentos de lacre dos estabelecimentos, o quais são aplicados aos permissionários em débito com a tesouraria a partir do terceiro mês de emissão sem pagamento.

3.4 – Estoques

Os estoques foram avaliados pelo Preço Médio de Estoque, consistindo de material de reposição em almoxarifado.

3.5 - Não Circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

3.6 – Imobilizado

Os bens integrantes do imobilizado estão demonstrados pelo custo de aquisição e ajustados por depreciações acumuladas. Os bens são depreciados pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas.

3.7 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*

Considerando o pronunciamento NBC TG 27, o tempo de constituição e as recomendações da auditoria independente, a companhia contratou a PLM Consultoria & Auditoria, empresa especializada em laudos/pareceres de *impairment*, para analisar se os ativos não estão registrados por valores superiores ao seu valor recuperável, para realizar a revisão de vida útil e o valor de mercado. O trabalho foi realizado com base na posição contábil de 31/08/2024, e o resultado do respectivo laudo foi de que não há indícios de perda do valor recuperável dos ativos da empresa no exercício em questão.

3.8 - Valor Presente de Ativos e Passivos de Longo Prazo

Os ativos e passivos de longo prazo da Empresa são, quando aplicável, ajustados a valor presente utilizando taxas de desconto que refletem a melhor estimativa da empresa.

3.9 - Receitas e Despesas

A companhia tem como prática a adoção do regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento das receitas e despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

3.10 – Provisão Para Perdas no Recebimento de Créditos

As perdas no recebimento de créditos foram deduzidas como despesas conforme observado pelos artigos 9º ao 14º da Lei 9430/96 e Medida Provisória 656/2014.

3.11 – Provisão para Contingências Trabalhistas e Cíveis

A provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis foi constituída neste exercício com base no parecer da Assessoria Jurídica da Empresa. Os valores registrados correspondem aos processos em que a

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Ceasa/RS é parte e que estão classificados como "provável ou praticamente certo" de perda, de acordo com NBC TG 25(R2).

3.12 – Provisão Programa Demissão Voluntária

A provisão para PDV foi elaborada conforme disposição do CPC33 (artigos 165 e 166) que embasam os lançamentos contábeis, sendo que uma vez assinados os termos e fixada a data de desligamentos, os lançamentos devem ser elaborados desde a data de aceite da oferta.

Nota 4: CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os valores de Caixa e Equivalentes de Caixa será apresentado no valor de R\$ 3.069.773,38, sendo composto por saldos em tesouraria, contas bancárias de movimentação de recebimentos e pagamentos e aplicações financeiras.

Caixa e Equivalentes de Caixa	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	50.456,40	83.494,14
Bancos	726.888,89	868.355,66
Aplicações de Liquidez Imediata	2.292.428,09	9.216.401,40
Total	3.069.773,38	10.168.251,20

As aplicações financeiras de liquidez imediata foram efetuadas em investimentos de baixo risco, com prazo de vencimento de até 90 dias.

A redução de 70% desse saldo ao longo de 2024 se deve, principalmente, ao evento da enchente de maio de 2024 que assolou o estado do Rio Grande do Sul, acarretando redução expressiva de receita, em contrapartida ao aumento das despesas na manutenção da operação para garantir o abastecimento da população no respectivo período (maio e junho), no Centro de Distribuição da Farmácia São João, em Gravataí, bem como na recuperação do complexo da Ceasa no retorno presencial a partir de julho.

NOTA 5: CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicável. A empresa não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa de créditos de curto prazo, considerando que não haverá perdas na realização dos créditos em razão do perfil de carteira de clientes. O saldo a receber nas contas de grupos de permissionários se refere às emissões mensais do TPRU contratado com a Ceasa/RS.

Clientes	31/12/2024	31/12/2023
Usuários Permanentes	3.695.691,44	3.436.686,96
Usuários GNP	15.260,61	18.612,36
Usuários GNP-Permanentes	30.697,96	23.193,73
Usuários Ambulantes	38,40	0,00
Usuários Flores	5.455,35	5.723,98
Total	3.747.143,76	3.843.767,03

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

NOTA 6: ESTOQUES

O estoque de mercadorias é mensalmente conferido e apurado pelo custo médio, e todos os itens são destinados para aplicação nas atividades operacionais e manutenção do complexo, conforme quadro abaixo:

Almoxarifado	31/12/2024	31/12/2023
Material de Consumo de Construções	51.564,01	68.428,50
Material de Consumo de Máquinas e Instalações	47.059,16	100.179,66
Material de Conservação, Proteção e Segurança	0,00	376,55
Material de Expediente	6.802,91	51.954,10
Material de Limpeza e Higiene	20.319,91	58.135,26
Total	125.745,99	279.074,07

A variação negativa de 65% no saldo de estoque de 2023 para 2024 se deve ao desastre natural da enchente de maio de 2024, a qual assolou o estado do Rio Grande do Sul. No retorno presencial, mediante inventário físico dos itens atingidos pelo alagamento em 26/07/2024, constatou-se que praticamente 75% do estoque que existia foi totalmente deteriorado e inutilizável pela enchente, e o registro foi contabilizado como perda na respectiva data.

NOTA 7: IMPOSTOS A RECUPERAR

Os saldos de impostos a recuperar são provenientes de pagamento a maior e valores a compensar créditos de operações com permissionários e aplicações financeiras. Os valores serão objeto de revisão para futura compensação com tributos de mesma natureza.

NOTA 8: OUTROS DIREITOS

8.1 - Adiantamentos a Fornecedores

Os valores de adiantamentos a fornecedores (R\$ 5.526,78) se referem a pagamentos antecipados à entrega de mercadoria pelos fornecedores e alguns casos de pagamento a maior devido a inconsistências em retenções tributárias. Quanto a este último, a conciliação contábil/financeira foi encaminhada para compensação em faturas a vencer do fornecedor.

8.2 – Adiantamentos a Empregados

Os adiantamentos a empregados cujo valor apresentado é R\$ 57,58 é composto por pagamentos de reajustes de benefícios sobre as parcelas de PDV.

Outros Direitos	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos a empregados	57,58	64,81
Adiantamentos a fornecedores	5.526,78	25.350,00
Total	5.584,36	25.414,81

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

NOTA 9: REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

9.1 – Permissionários em Cobrança Judicial ou com Acordos Firmados.

O valor apresentado no exercício somando R\$ 2.640.186,39 é composto por saldos de acordos firmados com permissionários do complexo em débito, permissionários em cobrança judicial e permissionários em recuperação judicial.

Por conta da enchente de maio de 2024, no estado do Rio Grande do Sul, houve aumento expressivo do saldo de usuários que entraram em cobrança judicial, por não conseguirem mais honrar com as obrigações perante a Ceasa, tampouco firmar acordo de dívida.

Clientes Longo Prazo	31/12/2024	31/12/2023
Usuários Permanentes em Cobrança Judicial	1.372.884,70	534.177,12
Usuários com Acordos de Dívida em Pagamento	400.505,97	572.473,24
Usuários em Recuperação Judicial	866.795,72	866.795,72
Total	2.640.186,39	1.973.446,08

9.2 – Outros Direitos de Longo Prazo

A composição deste grupo de créditos reúne os valores de contrato com fornecedores de serviços terceirizados em processos judiciais de cobrança, bem como figura créditos com ex-diretores da companhia.

A relevante diminuição do saldo dos ex-diretores se explica pelo acordo que foi feito com uma das partes, retornando à Ceasa os valores devidos com a respectiva correção monetária.

Outros Direitos	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores em Cobrança	1.460.600,90	1.460.600,90
Ex-Diretores	99.379,21	245.762,91
Total	1.559.980,11	1.706.363,81

9.3 – Provisão para Devedores Duvidosos

As provisões para devedores duvidosos estão constituídas em montante considerado suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber. O valor da provisão é R\$3.778.240,25, considerando as dívidas em atraso e os credores sem acordo no longo prazo, com difícil chance de realização.

9.4 – Depósitos Judiciais

O saldo de depósitos judiciais em 31/12/2024, no valor de R\$ 2.478.766,71, corresponde aos recursos que a companhia está litigando no judiciário para processos trabalhistas de natureza direta ou solidária.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
CNPJ 92.983.147/0001-67



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

NOTA 10: IMOBILIZADO

10.1 - Valor Residual do Imobilizado

	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Contábil	
			2024	2023
Terras e Terrenos	369.060,98		369.060,98	369.060,98
Benfeitorias e Urbanizações	15.785.772,04	11.294.794,28	4.490.977,76	4.853.806,68
Edificações e Construções	9.752.158,92	8.216.623,33	1.535.535,59	1.634.014,66
Máquinas e Equipamentos	593.071,91	197.226,63	395.845,28	177.121,37
Instalações	1.407.493,31	1.289.907,59	117.585,72	58.786,75
Veículos	0,00	0,00	0,00	0,00
Móveis e Utensílios	704.595,06	430.865,89	273.729,17	279.216,00
Equipamentos de Comunicação	10.092,69	5.903,93	4.188,76	7.839,76
Equipamentos de Informática	169.451,07	43.358,42	26.092,65	201.779,28
Equipamento em veículos de terceiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Direito de uso de Software	0,00	0,00	0,00	53.780,05
Imobilizações em Andamento	275.655,77	0,00	275.655,77	305.378,15
TOTAL	29.067.351,75	21.478.680,07	7.588.671,68	7.940.783,68

10.2 - Vidas Úteis e Taxas de Depreciação

Conforme o laudo de avaliação e determinação da vida útil dos bens móveis realizado pela empresa PLM Consultoria & Auditoria, com base nos saldos contábeis de 31/08/2024, houve mudança de critério nas taxas de depreciação. O resultado do trabalho culminou em uma diferença de R\$7.433,71 entre o valor contábil líquido e o valor total após a avaliação, cujo lançamento foi desdobrado em débito na depreciação acumulada (pelo estorno do valor residual para o ativo imobilizado) e crédito na reversão de despesas (resultado) pelo valor residual. Essa diferença se deve aos bens totalmente depreciados que estão em uso e que estão separados para descarte ou leilão, estes últimos classificados como bens inservíveis no ativo não circulante.

A depreciação dos ativos imobilizados foi realizada pelo método linear com base nas taxas de depreciação fiscais e societária praticadas.

10.3 - Redução ao Valor Recuperável – Impairment

O teste de recuperabilidade – Impairment realizado pela empresa PLM Consultoria & Auditoria, cuja posição contábil foi a de 31/08/2024, indicou através do laudo que não há indícios de perda do valor recuperável dos ativos da Ceasa no exercício em questão.

NOTA 11: INTANGÍVEL

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. No âmbito da Ceasa, o intangível é composto por softwares, licenças de uso de programas. Os valores do ativo intangível foram oriundos de reclassificação do ativo imobilizado.

	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Valor Contábil	
			2024	2023
Direito de Uso de Software	225.317,95	193.378,26	31.939,69	0,00
TOTAL	225.317,95	193.378,26	31.939,69	0,00

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

NOTA 12: PASSIVO

O Passivo compreende as obrigações da entidade com terceiros, resultante de eventos ocorridos que exigem ativos para sua liquidação. O passivo é constituído pelo "Passivo Circulante", "Passivo Não Circulante" e "Patrimônio Líquido".

12.1 - Fornecedores

Compreende os valores a pagar de produtos e serviços adquiridos para a correta manutenção das atividades da Companhia. O acréscimo de R\$772.817,62 nessa conta (aproximadamente 60% sobre o saldo de 2023), explica-se pela emissão de uma nota em dezembro do prestador de mão de obra continuada, que representa o maior montante mensal de despesa, em face de uma inconsistência apontada na nota fiscal do mês de novembro. Essa situação isolada significou um valor a pagar ao final de 2024 de R\$527.237,94. A outra ocorrência que justifica o aumento de saldo remete à glosa no pagamento de prestação de serviço de limpeza pesada, que foi demandada após a enchente, dado a ausência de comprovação da execução das atividades, conforme previsão em contrato.

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores	2.056.265,13	1.283.447,51

12.2 – Ordenados e Salários a Pagar

A respectiva rubrica compreende a obrigação com os empregados da Companhia relativas à última competência de 2024. Neste ano houve a saída de 4 funcionários por PDV (Programa de Demissão Voluntária) e 1 saída espontânea; o saldo de R\$ 114.210,04 atualmente representa apenas 2,54% do total do "Passivo Circulante".

	31/12/2024	31/12/2023
Ordenados e salários a pagar	114.210,04	155.171,86

12.3 – Obrigações Sociais

As obrigações sociais estão demonstradas pelos valores exigíveis até o término do exercício seguinte, decorrentes do pagamento de salários e das transações usuais apropriadas segundo o regime de competência. O saldo de R\$ 505.046,88 é composto pelas obrigações retidas em folha de pagamento dos colaboradores, de pagamentos a terceiros, além dos tributos sobre faturamento, representando 11,24% do total do "Passivo Circulante". A redução significativa desse saldo se deve à quitação do parcelamento dos impostos federais e à apuração de saldo credor de PIS e COFINS de dezembro.

Obrigações sociais	31/12/2024	31/12/2023
Tributos federais sobre faturamento	27.120,25	550.446,03
Tributos sobre a folha de pagamento	245.351,90	273.168,44
Retenções federais de terceiros	232.574,73	120.479,20
Parcelamento de impostos federais	0,00	221.012,12
TOTAL	505.046,88	1.165.105,79

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
CNPJ 92.983.147/0001-67



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

12.4 – Obrigações Tributárias

Referem-se às obrigações fiscais decorrentes das atividades próprias da Companhia ou retidas de terceiros. O valor de R\$ 228.032,42 engloba tributos como taxas municipais, ISSQN, ISSQN-RET e IRRF, representando 5,08% do "Passivo Circulante".

Obrigações Tributárias	31/12/2024	31/12/2023
Tributos municipais sobre faturamento	9.591,49	7.034,58
IRRF e ISSQN retidos	218.440,93	206.635,76
TOTAL	228.032,42	213.670,34

12.5 – Provisões Constituídas

Essas provisões visam fazer frente às obrigações que certamente ocorrerão no futuro, relativas aos pagamentos do décimo terceiro salário, férias e aos encargos incidentes. Do saldo de "Passivo Circulante", a rubrica em questão representa 10,16%; com relação a variação anual, houve um pequeno aumento dado a boa parte dos funcionários programarem férias em janeiro de 2025.

Provisões Constituídas	31/12/2024	31/12/2023
Férias	273.400,36	306.857,40
FGTS e INSS sobre férias	182.972,18	118.840,54
TOTAL	456.372,54	425.697,94

12.6 – Programa Demissão Voluntária

O programa de demissão voluntária (PDV) foi adotado em 2022 com o objetivo de reduzir o quadro de colaboradores de forma negociada e voluntária. O saldo da conta representa 14,87% do "Passivo Circulante", totalizando R\$ 667.937,70 a pagar em 2025.

	31/12/2024	31/12/2023
Programa Demissão Voluntária	667.937,70	667.516,90

12.7 – Outras Exigibilidades

O total de R\$ 463.932,22 se refere a obrigações com as remunerações dos conselheiros, diretores, adiantamento de clientes e repasses a associações; colabora com 10,32% na composição do "Passivo Circulante". O saldo remanescente na conta de adiantamento de clientes corresponde a pagamentos antecipados de emissões de competências do exercício seguinte realizadas por permissionários ou usuários do complexo; em novembro, em especial, ocorrem os adiantamentos referente aos meses de dezembro e janeiro dos "Usuários Melancia", devido à sazonalidade da safra.

Outras Exigibilidades	31/12/2024	31/12/2023
Credores Diversos	173.170,28	280.930,26
Remuneração Comitê Estatutário, Conselhos e Diretoria	61.861,34	24.156,90
Adiantamento de Clientes	223.516,15	117.809,94
Outras contas a pagar	5.384,45	4.235,15
TOTAL	463.932,22	427.132,25

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
CNPJ 92.983.147/0001-67



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

12.8 - Exigível a Longo Prazo

O Passivo Não Circulante é integrante do exigível do Balanço Patrimonial e colabora com 4,87% do total do Passivo da Companhia. Neste subgrupo ocorrem os registros de todas as obrigações que devem ser quitadas após o final do exercício seguinte ao encerramento do balanço. Os referidos compromissos são compostos em sua grande maioria por provisões contábeis, à exceção dos valores a recolher das parcelas de PDV com vencimento no ano 2026. A redução de quase 50% do saldo em 2024 se deve ao término das saídas de funcionários pelo Programa de Demissão Voluntária.

Exigível a Longo Prazo	31/12/2024	31/12/2023
Programa Demissão Voluntária	238.690,22	260.797,58
Provisões Constituídas Trabalhistas	918.768,78	1.000.764,16
Provisões Constituídas Cível	12.695,00	73.344,69
Provisões Constituídas Programa Demissão Voluntária	0,00	989.922,18
TOTAL	1.170.154,00	2.324.828,61

12.9 - Provisões Constituídas Trabalhistas

Foram constituídas com base nas análises de risco para cobrir possíveis indenizações trabalhistas. O saldo de R\$ 918.768,78 representa 78,52% do Exigível A Longo Prazo.

12.10 - Provisões Constituídas Cível

Essas provisões também foram constituídas com o objetivo de cobrir possíveis ações cíveis, baseando-se também em criteriosa análise de risco.

NOTA 13: – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1 - Capital Social

O Capital Social Autorizado conforme estatuto é de R\$ 40.000.000,00. O Capital Social Integralizado está representado por 21.877.617 Ações Ordinárias Nominativas, com o valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, cuja composição vem a seguir:

ACIONISTAS	R\$	%
Estado do Rio Grande do Sul	20.617.565,92	94,24%
Prefeitura Municipal de Porto Alegre	1.153.636,10	5,27%
Outros	106.415,96	0,49%
TOTAL	21.877.617,98	100,00%

13.2 – PREJUÍZO DO EXERCÍCIO

O resultado negativo apresentado no exercício de 2024 está diretamente relacionado aos impactos da enchente de maio 2024, que trouxe grandes prejuízos ao estado do Rio Grande do Sul. Uma vez que por mais de 30 dias o complexo da Ceasa/RS ficou praticamente submerso, não houve fato gerador para a principal fonte de receita; contudo, as despesas continuaram, dada a transferência da operação da Ceasa para o Centro de Distribuição da Farmácia São João, em Gravataí, cedido por esta empresa. Isso consumiu severamente as disponibilidades, sem contrapartida de receita, inviabilizando suficiente recuperação em 2024 e impactando diretamente no prejuízo do exercício.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
CNPJ 92.983.147/0001-67



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

NOTA 14 – RECEITAS OPERACIONAIS

14.1 – Receita de Serviços

Os valores dessa rubrica estão representados pelas receitas da atividade fim da Companhia, tais como concessão de espaços e serviços prestados aos permissionários.

14.2 – Demais Receitas Operacionais

O total de R\$ 2.274.668,84, até 31 dezembro de 2024, é composto principalmente por receitas financeiras oriundas de multa e juros de mora previstos nos contratos mantidos pela Companhia e relativas às aplicações financeiras. A conta de "outras receitas" teve aumento significativo em 2024, por conta dos sinistros dos veículos utilizados pela Ceasa/RS, os quais foram totalmente danificados pela enchente, das doações em dinheiro e em imobilizado, de restituição de créditos tributários e, principalmente, por causa de alvarás liberados em processos judiciais.

Receitas Operacionais	31/12/2024	31/12/2023
Receitas Financeiras	1.271.356,19	1.807.830,43
Outras Receitas	1.003.312,65	1.473,65
• Sinistros de veículos	288.478,76	0,00
• Doações em dinheiro	30.000,00	0,00
• Doações em imobilizado	106.835,26	0,00
• Restituição de crédito tributário na Receita Federal	19.709,49	0,00
• Recuperação de créditos por alvarás judiciais	558.289,14	0,00
TOTAL	2.274.668,84	1.809.304,08

NOTA 15 – DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais, cujo saldo é de R\$ 19.451.638,52, estão diretamente ligadas à manutenção das atividades da Companhia e apresentaram um aumento de 22%, considerando o exercício anterior, dados os impactos da enchente de maio de 2024 que assolou o estado do Rio Grande do Sul, tendo como Porto Alegre um dos municípios mais atingidos pela calamidade. Os gastos com pessoal, serviços prestados no complexo e os movimentos nas contas de provisão representam a maior parcela dos custos.

Despesas Operacionais	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com Pessoal	(6.354.041,69)	(6.716.679,91)
Programa Demissão Voluntária	(1.092.285,03)	(1.135.439,57)
Gastos Gerais e Administrativos	(1.960.668,68)	(4.408.665,58)
Serviços e Seguros	(9.145.666,77)	(1.731.549,36)
Encargos, Impostos e Taxas	(11.441,16)	(13.958,21)
Depreciações e Amortizações	(659.798,88)	(725.954,62)
Financeiras	(84.517,96)	(177.937,43)
Provisões	(702.389,92)	4.208.269,58
Provisão Programa Demissão Voluntária	989.922,18	(3.244.627,86)
Convênios (Programa Social)	(60.751,03)	(77.828,44)
Indenizações Processos Judiciais Trabalhistas	(1.976,80)	(134.412,08)
Indenizações Processos Judiciais Cíveis	(46.884,75)	(160.878,01)
Devedores Incobráveis	0,00	(1.684.741,32)
Outras Despesas	(321.138,03)	0,00
TOTAL	(19.451.638,52)	(16.004.402,81)

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

NOTA 16 – RESULTADO

O resultado referente ao ano de 2024 apresentou considerável prejuízo, em função dos já supracitados impactos da enchente de maio de 2024 que atingiu severamente o complexo da Ceasa/RS.

	31/12/2024	31/12/2023
RESULTADO ANTES DA CSLL E DO IRPJ	(5.644.337,20)	371.127,18
(-) Provisão para Imposto de Renda	0,00	0,00
(-) Provisão para Contribuição Social	0,00	0,00
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	(5.644.337,20)	371.127,18
LUCRO (PREJ.) LIQUIDO POR AÇÃO	(0,257995967)	0,016963784

NOTA 17: ENCHENTE DE MAIO DE 2024 NO RIO GRANDE DO SUL

O Estado do Rio Grande do Sul esteve em 2024 diante de situação de calamidade pública extrema causada pelas enchentes caracterizadas como desastre natural de nível III, reconhecida pelo Decreto Nº 57.596/2024-RS. O estado de calamidade pública foi reconhecido pelos Decretos Estaduais nº 57.600/2024 e Decreto nº 57.614/2024. Com uma área utilizada de 42 hectares, a CEASA/RS teve todos os espaços, prédios, pavilhões, lojas, ruas (trafegabilidade) submersos, causando prejuízos incalculáveis tanto para a Companhia e seu patrimônio, como para todos os comerciantes, permissionários, produtores, prestadores de serviços, enfim, toda a cadeia que utiliza o complexo de abastecimento da CEASA/RS como entreposto de comercialização de hortifrutigranjeiros e produtos atípicos.

NOTA 18: EVENTOS SUBSEQUENTES

Diante do cenário pós desastre natural, iniciou-se um movimento por parte da Administração da Ceasa/RS a fim de obter recursos financeiros extraordinários junto ao Governo do Estado, acionista majoritário da Companhia, para suportar o custeio das obrigações administrativas e operacionais do período, para suprir as despesas extraordinárias decorrentes dos prejuízos da adversidade e para garantir o restabelecimento e a manutenção deste serviço de abastecimento que é essencial para o Estado do Rio Grande do Sul.

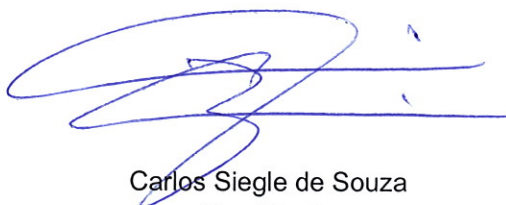
O pedido de aporte financeiro solicitado para o Estado foi no valor de R\$ 11.282.497,00 (onze milhões, duzentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e noventa e sete reais) para suportar o fluxo de caixa do período que compreendeu os meses de maio e junho de 2024 em que a CEASA/RS ficou sem operação e, por consequência, não auferiu as receitas ordinárias previstas nestas competências, bem como para fazer frente às despesas emergenciais para reestabelecer os serviços e para a recuperação estrutural e patrimonial após a calamidade.

Considerando a importância social e econômica das Centrais de Abastecimento do Estado e os prejuízos causados pelo desastre, o aporte dos recursos oriundos do FUNRIGS, teve sua aprovação concedida pela Lei Estadual nº.16.211 de 16 de dezembro de 2024, sob a classificação de: "Participação ou Aumento de Capitais de Empresas - Despesas de Capital - Tesouro Livre, no valor de R\$ 11.282.497,00."

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Estima-se que o ingresso dos recursos se efetive no primeiro trimestre do exercício de 2025, após conclusão da tramitação legal do processo, com o ato de integralização ao capital social da Companhia pelo Estado do Rio Grande do Sul. O aporte garantirá o retorno do equilíbrio financeiro da Companhia e os investimentos necessários para a sua recuperação.

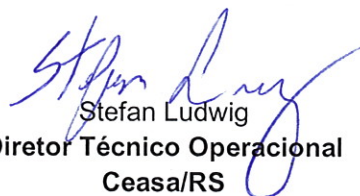
Porto Alegre, 31 de dezembro de 2024.



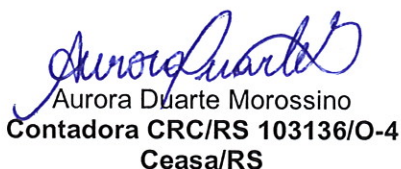
Carlos Siegle de Souza
Presidente
Ceasa/RS



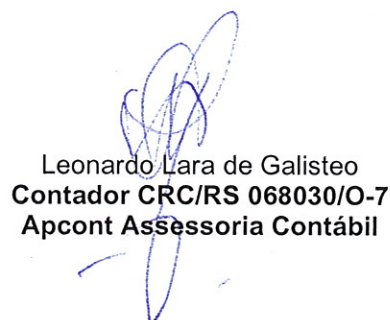
Silvana Dalmás
Diretora Administrativo Financeiro
Ceasa/RS



Stefan Ludwig
Diretor Técnico Operacional
Ceasa/RS



Aurora Duarte Morossino
Contadora CRC/RS 103136/O-4
Ceasa/RS



Leonardo Lara de Galisteo
Contador CRC/RS 068030/O-7
Apcont Assessoria Contábil



**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.
CEASA/RS**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA
DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

Aos

Acionista, Conselheiros e Administradores da

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. - CEASA/RS

CNPJ(MF) 19.198.118/0001-02

Av. Fernando Ferrari, nº 1001 – Bairro Anchieta - CEP 92.200-041 - Porto Alegre – RS

Opinião com ressalva:

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da **CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. - CEASA/RS**, ou “**Companhia**”, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para Opinião com Ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, financeira e orçamentária da **CEASA/RS**, em 31 de dezembro de 2024, o resultado de suas variações patrimoniais e de seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião com Ressalva

Depósitos judiciais

O saldo contábil de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 2.478.766,71), diverge do saldo apresentado no relatório disponibilizado pela assessoria jurídica da Companhia (R\$ R\$ 1.484.596,46). Eventuais processos judiciais liquidados, quando em desfavor da companhia, devem ser reconhecidos com perdas, a exemplo, portanto evidência de risco relevante de distorção do saldo apresentados na conta de depósito judicial (ativo circulante), assim como o risco relevante quanto ao contencioso jurídico provisionado na conta de provisão para contingência (passivo circulante). Nesse sentido, nossa opinião está limitada em relação a estes saldos.

Outros Assuntos

Eventos Climáticos

Considerando a NBC TA 560 – Eventos Subsequentes, somos requeridos a executar procedimentos de auditoria para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente de que todos os eventos ocorridos entre a data das demonstrações contábeis e a data do relatório do auditor independente, que precisam ser ajustados ou divulgados nas demonstrações contábeis, foram identificados.

Neste sentido, é de amplo conhecimento os eventos ocorridos em maio e junho de 2024, onde houve um evento climático extremo no Rio Grande do Sul, particularmente em Porto Alegre, no que resultou em comprometimentos substanciais e significativos às operações da **CEASA/RS**, que por consequência, não

auferiu as receitas ordinárias previstas nestas competências, impactando significativamente no resultado, tendo um prejuízo apresentado para o exercício de 2024 (R\$ 5.644.337,20).

Considerando a importância social e econômica da **CEASA/RS** e os prejuízos causados pelo desastre, o Estado do Rio Grande Sul, acionista majoritário, viabilizou o aporte dos recursos oriundos do FUNRIGS, que teve sua aprovação concedida pela Lei Estadual nº.16.211 de 16 de dezembro de 2024, sob a classificação de: “Participação ou Aumento de Capitais de Empresas - Despesas de Capital - Tesouro Livre, no valor de R\$ 11.282.497,00, estimando-se que o ingresso destes recursos se efetive no primeiro trimestre do exercício de 2025, com a finalidade de suprir as despesas extraordinárias decorrentes dos prejuízos da adversidade climática e para garantir o restabelecimento e a manutenção deste serviço de abastecimento, de natureza essencial para o Estado do Rio Grande do Sul, conforme Notas Explicativa nº 18. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Relatório da Administração

A administração da Companhia é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Nesse sentido, não temos nada a relatar.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nossos auditores, cujo Relatório de Auditoria foi emitido em 20 de março de 2024, com opinião modificada acerca dos saldos de depósito judicial e de ativo imobilizado .

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **CEASA/RS** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **CEASA/RS** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **CEASA/RS** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

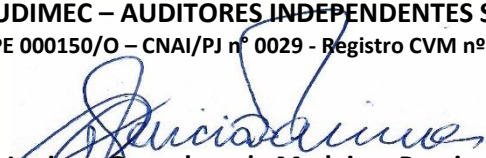
- ✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- ✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **CEASA/RS**.
- ✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- ✓ Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **CEASA/RS**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **CEASA/RS** a não mais se manter em continuidade operacional.
- ✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Porto Alegre/RS, 21 de fevereiro de 2025.

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O – CNAI/PJ nº 0029 - Registro CVM nº12.327


Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S" RS
CNAI nº 1592


Phillippe de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 028157/O-2 "RS"
CNAI 4747


Jairo Aires de Sant'Ana

Contador - CRC/MT 015226/O-7 "RS"
CNAI 4187



AUDIMEC

AUDITORES INDEPENDENTES

AV. GOV. AGAMENON MAGALHÃES, 2615 - 15º ANDAR

RECIFE - PE

 CEP 50.050.290

 (81) 3338.3525

www.audimec.com.br

**PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31.12.2024**

O Comitê de Auditoria Estatutário da Ceasa/RS, no uso de suas atribuições, após efetuar o exame das Demonstrações Contábeis de Encerramento do Exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em reunião ordinária realizada no último dia 24 de fevereiro do corrente ano, opina que o resultado expressa a situação econômica e financeira da companhia no período e, acompanhando o Parecer da Auditoria Independente, recomenda a sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2025.



Feres Augusto Frank Uequed

Coordenador do Comitê de Auditoria da Ceasa/RS



Flávio Smanioto

Membro do Comitê

**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
CEASA/RS**

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Membros do Conselho de Administração da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S/A - CEASA/RS, tendo examinado as Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas de Notas Explicativas e Parecer do Conselho Fiscal, após análise dos referidos documentos e de esclarecimentos prestados pela Diretoria aprovam por unanimidade as Demonstrações Contábeis, considerando que as mesmas estão em condições de serem apreciadas pela Assembleia Geral de Acionistas, ressalvado o apontamento realizado pela Auditoria Externa Independente, relativo aos saldos dos depósitos judiciais.

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2025.

Paulo Roberto da Silva
Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Presidente

Rodrigo Rizzo
Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Joelson Rabaioli
Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Luiz Fernando Schreiner
Representante da Prefeitura Municipal de Porto Alegre

Eyandro Finkler
Representante da Associação dos Produtores da Ceasa/RS

Gilberto Agia Moysés
Representante da Associação dos Usuários da Ceasa/RS

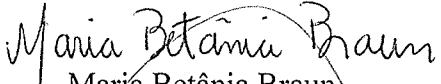
Cláudia Teresinha dos Santos
Representante da Associação dos Funcionários da Ceasa/RS

**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
CEASA/RS**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Membros do Conselho Fiscal da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S/A - CEASA/RS, reunidos em cumprimento ao disposto no item VII do artigo 163 da Lei 6.404/76, conjugadas as demais práticas emanadas da legislação societária brasileira e Estatuto Social da Companhia, examinaram as Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas das notas explicativas e do relatório da Administração. Considerando a análise realizada e o acompanhamento efetuado pelo Conselho Fiscal durante o Exercício de 2024, somos de opinião que as Demonstrações Contábeis representam a situação atual da Empresa e estão aptas de serem submetidas à Assembleia Geral de Acionistas, ressalvado o apontamento realizado pela Auditoria Externa Independente, relativo aos saldos dos depósitos judiciais.

Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2025.


Maria Betânia Braun
Representante do Governo do Estado RS


Urbano Schmitt
Representante Prefeitura Municipal de Porto Alegre


Jairo dos Reis Oliveira
Representante do Governo do Estado do RGS

**Centro de Tecnologia da Informação
e Comunicação do Estado do RS S.A.
PROCERGS**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em R\$ 1.000)

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2024	31/12/2023
<u>CIRCULANTE</u>		<u>233.932</u>	<u>240.362</u>
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	4.a	112.724	125.860
BANCOS E APLICAÇÃO FINANCEIRA		112.724	125.860
<u>CRÉDITOS</u>		<u>108.534</u>	<u>98.123</u>
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	4.b	75.128	76.096
(-) PROVISÃO P/CRÉDITO LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	4.c	(3.384)	(2.487)
CRÉDITOS DE PESSOAL	4.d	1.013	1.875
IMPOSTOS E CONTRIB.A RECUPERAR E COMPENSAR	4.e	30.526	19.897
OUTROS CRÉDITOS	4.f	5.252	2.742
<u>ESTOQUES</u>		<u>618</u>	<u>1.318</u>
MATERIAIS DE PROCESSAMENTO E IMPRESSÃO	4.g	5	37
MATERIAIS INDIRETOS	4.g	262	503
SERVIÇOS EM ANDAMENTO	4.h	350	778
<u>DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE</u>	4.i	<u>12.056</u>	<u>15.061</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		<u>68.776</u>	<u>90.412</u>
<u>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</u>		<u>22.487</u>	<u>28.953</u>
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS/JUDICIAIS	4.j	22.435	21.625
<u>DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE</u>	4.i	<u>51</u>	<u>7.329</u>
<u>INVESTIMENTOS</u>	4.k	<u>151</u>	<u>151</u>
<u>IMOBILIZADO</u>	4.l	<u>44.864</u>	<u>59.300</u>
<u>INTANGÍVEL</u>	4.m	<u>1.273</u>	<u>2.008</u>
<u>TOTAL DO ATIVO</u>		<u>302.708</u>	<u>330.774</u>

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em R\$ 1.000)

PASSIVO	Nota Explicativa	31/12/2024	31/12/2023
<u>CIRCULANTE</u>		<u>140.454</u>	<u>135.937</u>
FORNECEDORES	4.n	18.785	23.825
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	4.o	24.322	23.231
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS	4.p	30.718	25.769
PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS	4.q	30.549	26.892
PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS	5	34.100	34.400
OUTRAS OBRIGAÇÕES	4.r	1.980	1.820
 <u>NÃO CIRCULANTE</u>		 <u>17.211</u>	 <u>33.201</u>
FORNECEDORES	4.n	51	7.329
PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS	5	17.159	25.872
 <u>TOTAL DO PASSIVO</u>		 <u>157.665</u>	 <u>169.138</u>
 <u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
<u>CAPITAL SOCIAL</u>		<u>203.219</u>	<u>203.219</u>
CAPITAL SUBSCRITO	6.a	203.219	203.219
<u>RESERVAS DE CAPITAL</u>		<u>8</u>	<u>8</u>
C.M. DO CAPITAL REALIZADO		8	8
<u>PREJUÍZO ACUMULADO</u>	6.b	<u>(58.184)</u>	<u>(41.591)</u>
 <u>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>		 <u>145.043</u>	 <u>161.636</u>
 <u>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>		 <u>302.708</u>	 <u>330.774</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em R\$ 1.000)

	Nota Explicativa	2024	2023
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	7.a	515.621	520.779
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		(76.205)	(73.185)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		439.416	447.594
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	7.b	(356.732)	(305.504)
LUCRO BRUTO		82.684	142.090
DESPESAS OPERACIONAIS		(105.408)	(98.885)
DESPESAS COM VENDAS	7.c	(10.817)	(9.428)
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	7.d	(105.831)	(104.982)
DESPESAS FINANCEIRAS	7.e	(388)	(533)
RECEITAS FINANCEIRAS	7.e	11.629	16.058
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		7.393	1.900
RESULTADO OPERACIONAL		(15.331)	45.105
OUTRAS RECEITAS		76	4
OUTRAS DESPESAS		(1.338)	(6)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(16.593)	45.103
IMPOSTO DE RENDA	7.f	-	(8.682)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	7.f	-	(3.242)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	7.g	(16.593)	33.179
Prejuízo por lote de mil ações		0,02	0,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em R\$ 1.000)

1 - ATIVIDADES OPERACIONAIS	2024	2023
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(16.593)	33.179
AJUSTES PARA RECONCILIAÇÃO:		
DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO	28.162	19.087
PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	3.384	2.487
RESULTADO LÍQUIDO AJUSTADO	14.953	54.753
VARIAÇÕES DO ATIVO		
AUMENTO CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	(1.519)	(4.688)
AUMENTO DE IMPOSTOS A RECUPERAR	(10.629)	(16.695)
AUMENTO DE OUTRAS CONTAS A RECEBER	(1.648)	(1.892)
AUMENTO DEPÓSITOS JUDICIAIS	(811)	3.095
REDUÇÃO DOS ESTOQUES	700	1.394
REDUÇÃO DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	10.283	9.024
VARIAÇÕES DO PASSIVO		
AUMENTO SALÁRIOS E ENCARGOS	5.864	3.836
AUMENTO DE OUTRAS CONTAS A PAGAR	57	26
AUMENTO DE IMPOSTOS S/SERVIÇOS	448	996
AUMENTO PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO DE RESULTADOS-PPR A PAGAR	2.845	(111)
AUMENTO DE IMPOSTOS RETIDOS NA FONTE	1.126	725
REDUÇÃO DE FORNECEDORES	(12.317)	(6.757)
REDUÇÃO ACORDOS TRABALHISTAS A PAGAR	-	(313)
REDUÇÃO DE IMPOSTOS S/LUCRO	(482)	482
REDUÇÃO CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS	(9.013)	(5.660)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(143)	38.213
2 - ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
BAIXAS DE ATIVOS IMOBILIZADOS	1.338	6
COMPRA DE ATIVOS IMOBILIZADOS	(13.936)	(51.966)
COMPRA DE ATIVOS INTANGÍVEIS	(395)	(499)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(12.993)	(52.459)
3 - ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	-	-
VARIAÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(13.136)	(14.246)
SALDO INÍCIO PERÍODO	2024	2023
CAIXA	125.860	140.106
BANCOS	26	27
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	8.282	1.065
SALDO FINAL PERÍODO	104.416	124.768
VARIAÇÃO	112.724	125.860
	(13.136)	(14.246)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em R\$ 1.000)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO MUTAÇÕES	CAPITAL REALIZADO	RESERVA DE CAPITAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO EM 31/12/2022	203.219	8	(74.770)	128.457
LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO			33.179	33.179
SALDO EM 31/12/2023	203.219	8	(41.591)	161.636
PREJUÍZO LÍQUIDO EXERCÍCIO			(16.593)	(16.593)
SALDO EM 31/12/2024	203.219	8	(58.184)	145.043

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em R\$ 1.000)

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado Líquido do Exercício		
Outros Resultados Abrangentes	(16.593)	33.179
Resultado Abrangente do Exercício	(16.593)	33.179

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

Praça dos Agorianos, s/nº - Centro Histórico - CEP 90010-340 - Porto Alegre/RS - Brasil
PABX + 55 51 3210.3100 - www.procergs.rs.gov.br - procergs@procergs.rs.gov.br

DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA	CPF/CNPJ	VERIFICAÇÃO
Andrea Goncalves Alves	06/03/2025 15:42:13 GMT-03:00	65856481020	 ✓
Romero Leite Pimentel	10/03/2025 12:07:49 GMT-03:00	72317906153	 ✓
Marco Antonio do Amaral Seadi	13/03/2025 17:06:34 GMT-03:00	72961716004	 ✓
Diogo Prestes Iori	18/03/2025 10:17:20 GMT-03:00	01594098026	 ✓
Karen Maria Gross Lopes	19/03/2025 17:19:04 GMT-03:00	53361199034	 ✓
Sandro Leite Furtado	20/03/2025 11:59:21 GMT-03:00	03548111181	 ✓
Luiz Fernando Salvadori Zachia	20/03/2025 17:07:04 GMT-03:00	22094644049	 ✓

Conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, o documento eletrônico assinado digitalmente tem comprovação pela cadeia da ICP-Brasil com a assinatura qualificada ou com a assinatura avançada pela cadeia gov.br regulada pela Lei nº 14.063 de 23/09/2020.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023.

(Valores em R\$ 1.000)

1. Contexto Operacional

A **Procergs – Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul S.A.**, criada pela Lei Estadual n.º 6.318 de 30 de novembro de 1971, é uma Sociedade de Economia Mista com sede em Porto Alegre. Suas atividades concentram-se, basicamente, na execução de serviços de processamento de dados, tratamento de informações e telecomunicações para os órgãos da administração pública direta e indireta do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secundariamente, atua ainda na prestação de serviços de informática, assessoramento técnico e publicações eletrônicas no Diário Oficial do Estado a órgãos da administração pública, outras esferas de governo e entidades privadas.

2. Regime Tributário

A Companhia é tributada pelo Lucro Real e sua escrituração é mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos do Art. 177, da Lei n.º 6.404 de 15/12/1976 e alterações, e aos princípios de contabilidade. Observa critérios contábeis uniformes, registra as mutações patrimoniais segundo o regime de competência. Os direitos e obrigações estão em conformidade com seus efetivos valores reais e/ou nas melhores estimativas.

3. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras e as notas explicativas estão apresentadas em R\$ 1.000 e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas pela Legislação Societária (Art.176 da Lei n.º 6.404, de 15/12/1976, alterada pela Lei n.º 11.638 de 28/12/2007, pela Lei n.º 11.941 de 27/05/2009).

As políticas contábeis, estimativas e julgamentos contábeis são os mesmos que os adotados na elaboração das últimas demonstrações financeiras.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28/02/2025 e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 10/03/2025.

4. Resumo das Principais Práticas e Políticas Contábeis

(a) Disponibilidades

São compostas por depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo. A Companhia considera disponibilidades de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, uma aplicação financeira, normalmente, se qualifica como disponibilidade quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Disponibilidades	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	26	27
Depósitos Bancários a Vista	8.282	1.065
Titulos de Aplicações Financeiras e SIAC	104.416	124.768
Total	112.724	125.860

(b) Contas a Receber de Clientes

Inclui os serviços faturados, ainda não recebidos, contabilizados pelo regime de competência. O saldo a receber de clientes, no encerramento do exercício, tinha a seguinte composição: Dos R\$ 75.128 vencidos e a vencer até 31/12/2024, foram recebidos até 19/02/2025, R\$ 47.270 a vencer e R\$ 7.043 vencidos, que perfazem 72,2% do valor total do saldo do contas a receber de clientes.

Créditos em Aberto	2024		2023	
	Por Segmento de Mercado	Soma	Por Segmento de Mercado	Soma
Vencidos até 2022		6.887		7.343
- Administração Direta do RS	3.757		4.122	
- Administração Indireta do RS	1.344		1.326	
- Outros Mercados	1.471		759	
- Outros Poderes	315		1.136	
Vencidos em 2023		3.451		16.601
- Administração Direta do RS	1.634		11.964	
- Administração Indireta do RS	804		3.164	
- Outros Mercados	780		364	
- Outros Poderes	233		1.109	
Vencidos em 2024		12.565		52.152
- Administração Direta do RS	9.593		26.317	
- Administração Indireta do RS	1.398		23.738	
- Outros Mercados	986		189	
- Outros Poderes	588		1.908	
Vincendos em 2025		52.225		-
- Administração Direta do RS	29.555		-	
- Administração Indireta do RS	16.211		-	
- Outros Mercados	5.607		-	
- Outros Poderes	852		-	
Total		75.128		76.096

(c) Provisão para Crédito Liquidação Duvidosa

Considerando a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas, foi constituída a provisão dos valores devidos pelos clientes da iniciativa privada e das empresas públicas que a Procergs não seja controladora, controlada, coligada ou interligada, com base no Art. 9º da Lei 9.430/1996. O valor provisionado em 31/12/2024 é de R\$ 3.384 e é considerado suficiente para expectativa de perdas prováveis na realização dos créditos, representando os valores vencidos há mais de 180 dias.

Vencidos	Administração Direta e Indireta do RS	Outros Mercados	Total 31/12/2024	Total 31/12/2023
Mais de 180 dias	10.147	3.384	13.531	9.463
Mais que 90 e inferior a 180 dias	1.744	440	2.184	888
Mais que 30 dias e inferior a 90 dias	2.299	262	2.561	2.853
Até 30 dias	4.341	287	4.628	10.740
Total	18.531	4.373	22.904	23.944

(d) Créditos de Pessoal

Nesta rubrica estão lançados os adiantamentos de 13º salário, diárias e viagens a funcionários aguardando a efetiva prestação de contas e as antecipações de férias pagas quando da solicitação das mesmas e descontadas quando incluídas em folha de pagamento.

Créditos de Pessoal	31/12/2024	31/12/2023
Antecipações de 13º salário	0	0
Antecipações de Férias	1.001	1.873
Adiantamentos de Viagens/Diárias	12	2
Total	1.013	1.875

(e) Impostos e Contribuições a Recuperar e Compensar

São contabilizadas as antecipações e contribuições a recuperar, referentes a créditos de impostos permitidos em lei ou retidos de fornecedores e as contribuições à compensar em pagamentos futuros. Os créditos de PASEP e COFINS são utilizados dentro da própria competência em que são registrados.

O acréscimo em Impostos e Contribuições Retidos a Recuperar refere-se ao saldo de IRRF quando do recebimento de faturas de clientes, utilizado para pagamento do IRPJ apurado sobre o lucro real (fiscal) no mês seguinte ao da retenção. Durante 2024, foi utilizado parte do saldo existente até 2023, para pagamento por compensação de outros tributos federais (PASEP e COFINS), no valor de R\$ 9.179. O restante do saldo de 2023, foi utilizado em janeiro e fevereiro de 2025, para compensação de PASEP e COFINS. Os valores retidos em 2024, poderão ser utilizados dentro de 2025, assim que for entregue o SPED/ECF, com a apuração anual do IRPJ.

Impostos e Contribuições a Recuperar e Compensar	31/12/2024	31/12/2023
PASEP e COFINS a Compensar - LEI 10.637/02 E 10.833/03	1.201	1.232
IRPJ / CSLL retidos de Clientes a Recuperar	26.149	14.997
Impostos e Contribuições Retidos a Recuperar	13	513
IRRF, PASEP, COFINS, IRPJ, CSLL, ISSQN e ICMS a Compensar	3.163	3.155
Total	30.526	19.897

(f) Outros Créditos

São contabilizados bloqueios judiciais, reembolsos de funcionários cedidos e plano de saúde parte de responsabilidade dos funcionários, descontado em folha de pagamento.

Outros Créditos	31/12/2024	31/12/2023
Bloqueio Judicial	15	175
Outros Créditos	300	21
Reembolso Funcionários Cedidos	4.937	2.546
Total	5.252	2.742

(g) Estoques de Materiais

Os materiais em almoxarifado destinados ao consumo e à manutenção dos serviços prestados pela Companhia encontram-se classificados no Ativo Circulante. A avaliação foi realizada pelo custo médio de aquisição.

(h) Estoques - Serviços em Andamento - Diferimento do Custo

Os custos diferidos serão levados a resultado, quando do reconhecimento da receita correspondente. Ficaram diferidos no exercício, ordens de serviços abertas em 2024 com expectativa de receita para o próximo exercício.

Diferidos em Exercícios Anteriores		778
Valor Diferido em 2024	(661)	
Acréscimo ao Diferido, em 2024, de Exercícios Anteriores	11.703	
Total dos Valores Diferidos em 2024		11.042
Custo Levado a Resultado Diferido em Exercícios Anteriores	(117)	
Custo Levado a Resultado, Diferido no Próprio Exercício	(11.353)	
Total Apropriado como Custo em 2024		(11.470)
Valor Diferido para Exercícios Futuros		350

(i) Despesas do Exercício Seguinte

A Companhia, por força de contrato ou quando desembolsa valores em que a despesa ainda não incorreu, apropria em seu Ativo Circulante e Não Circulante o valor total da operação e a medida em que a despesa se realize apropria no resultado do período, respeitando assim o princípio da Competência. Esta rubrica apresenta os seguintes saldos, considerando os valores a serem apropriados até 31/12/2025 (Curto Prazo) e os valores a partir de 01/01/2026 (Longo Prazo). Em Licenças de uso de software, estão os contratos com fornecedores de subscrições de licenças, de longo prazo, que o custo é apropriado mensalmente.

Despesas do Exercício Seguinte	Curto Prazo 31/12/2024	Longo Prazo 31/12/2024	Curto Prazo 31/12/2023	Longo Prazo 31/12/2023
Prêmios de Seguros a Apropriar	145	0	126	0
Cartão Refeição/Alimentação/ Vale Rancho a Apropriar	2.142	0	1.803	0
Vale Transporte a Apropriar	26	0	39	0
Licença de Uso Software a Apropriar	9.731	51	13.078	7.329
Outras Despesas Pagas Antecipadamente	12	0	15	0
Total	12.056	51	15.061	7.329

(j) Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais referem-se a ações trabalhistas que estão em discussão na justiça. Os depósitos a título de garantia do juízo, que são efetuados em ações em que a expectativa de perda ainda é considerada, pela área jurídica, como possível ou remota, não são constituídas provisões, conforme a norma contábil. Esses desembolsos são efetuados pela companhia, para ter a possibilidade de recorrer de decisões. Para os valores considerados como perda provável, existem provisões no Passivo Circulante e Não Circulante, na rubrica de Provisões para Contingências Trabalhistas.

(k) Investimentos

Os investimentos referem-se a participações em outras empresas, entre elas, Oi S.A., Telebrás – Telecomunicações Brasileiras S/A, Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT, CTMR – Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência, demonstrados ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31/12/1995.

(l) Imobilizado

Os ativos imobilizados adquiridos até o exercício de 1995 estão registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31/12/1995. Os adquiridos a partir de 01/01/1996 deixaram de ser corrigidos em virtude de mudança na legislação (Lei 9.249 de 26/12/1995, Art. 4º). A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela Legislação Tributária. Para os equipamentos de produção, utilizou-se a depreciação acelerada em função do número de horas diárias de operação.

Em 2024, em virtude da enchente de maio, que afetou algumas áreas da companhia, ocorreram perdas de bens. Esses bens foram devidamente baixados da contabilidade, e suas baixas foram computadas em perdas no valor de R\$ 1.338. Também houve o recebimento do seguro, no valor de R\$ 6.000 referente a esses bens.

A Companhia realizou teste de recuperabilidade de ativos "Teste de Impairment" conforme determina o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC (01 e 27-IT10) em seus imobilizados, com a finalidade de assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior ao seu valor recuperável. Conforme Laudo apresentado pela empresa PLM AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA, realizado em nov/2024, não foram identificadas perdas com os Ativos Imobilizados, não necessitando provisionamento.

Item	Saldo Líquido Inicial em 31/12/2023	Aquisições	Depreciação do Período	Baixas no Período	Saldo Líquido Final em 31/12/2024
Equipamentos de produção	52.294	10.816	(25.985)	(1.338)	35.787
Equipamentos de Apoio	183	2.573	(440)	-	2.316
Instalações/Móveis e Utensílios	2.103	383	(303)	-	2.183
Outros Bens Imobilizados	4.720	162	(304)	-	4.578
TOTAL	59.300	13.934	(27.032)	(1.338)	44.864

(m) Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos até o exercício de 1995 estão registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31/12/1995. Os adquiridos a partir de 01/01/1996 deixaram de ser corrigidos em virtude de mudança na legislação (Lei 9.249 de 26/12/1995, Art. 4º). Os bens registrados na conta de Software estão devidamente amortizados, calculados pelo método das quotas constantes, com base em taxa determinada em função do prazo de vida útil estimado dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela Legislação Tributária.

A Companhia realizou teste de recuperabilidade de ativos "Teste de Impairment" conforme determina o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC (01 e 27-IT10) em seus intangíveis, com a finalidade de assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior ao seu valor recuperável. Conforme Laudo apresentado pela empresa PLM AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA, realizado em nov/2024, não foram identificadas perdas com os Ativos Intangíveis, não necessitando provisionamento.

Item	Saldo Líquido Inicial em 31/12/2023	Aquisições	Amortização do Período	Saldo Líquido Final em 31/12/2024
Software	2.008	394	(1.129)	1.273

(n) Fornecedores

O saldo de fornecedores está subdividido em Fornecedores de Curto Prazo e Fornecedores de Longo Prazo. O valor com vencimento em Curto Prazo até 31/12/2025 era de R\$18.785 sendo que neste está incluído R\$2.769 lançados como provisão, utilizando-se o valor mensal da obrigação gerada no contrato de fornecimento, para obedecer o princípio da competência. Em Longo Prazo, o saldo de R\$51 refere-se aos contratos de fornecedores Unisys 5635-00 e Storageone Comércio de Serviços Ltda. 5490-00 em que os vencimentos ultrapassam 31/12/2025.

A seguir, quadro demonstrativo de valores devidos a fornecedores, por vencimento. O valor de vencidos há mais de 180 dias referem-se a fornecedores com valor suspenso de pagamento por falta de apresentação de documentação obrigatória ou mesmo pelo encerramento das atividades do fornecedor, sem a devida cobrança. O valor vencido de até 30 dias, foi liquidado em 06 de janeiro de 2025.

Fornecedores	Curto Prazo 31/12/2024	Longo Prazo 31/12/2024	Curto Prazo 31/12/2023	Longo Prazo 31/12/2023
Mais de 180 dias	893	-	825	-
Até 30 dias	7	-	1.529	-
A vencer	17.885	51	21.471	7.329
Total	18.785	51	23.825	7.329

(o) Obrigações Tributárias

As Obrigações tributárias são compostas por Impostos e Contribuições apropriadas pela realização da receita operacional por competência e também valores diferidos para o futuro referente a base de cálculo ainda não realizada, conforme a legislação. Os tributos Retidos na Fonte são obrigações geradas pela retenção na prestação de serviço de fornecedores e também IRRF retidos de funcionários na folha de pagamento.

Obrigações Tributárias	31/12/2024	31/12/2023
ISSQN	1.008	1.256
PASEP	1.414	1.358
COFINS	6.526	6.267
ICMS /FUST / FUNTEL	206	201
CPRB INSS S/ROB (LEI 12.546)	5.245	4.869
IRPJ	0	351
CSLL	0	131
IR Retido na Fonte	9.311	8.264
Outros Tributos Retidos na Fonte	612	534
Total de Obrigações	24.322	23.231

(p) Obrigações Sociais e Trabalhistas

As obrigações sociais e trabalhistas referem-se aos valores apropriados pela competência, de valores advindos da folha de pagamento de funcionários, INSS e FGTS, Rescisões, saldo de PPR a pagar, apropriado em 2024 e obrigações sindicais a pagar mensalmente.

Obrigações Sociais e Trabalhistas	31/12/2024	31/12/2023
Folha de pagamento	11.240	9.690
INSS	2.462	1.930
FGTS	1.952	1.828
Rescisões	100	204
PPR	14.924	12.078
SINDPPD / Imposto sindical / Dissídio	40	39
Total	30.718	25.769

(q) Provisões de Férias e Encargos

Neste item são registrados os valores de férias devida à funcionários e os respectivos encargos (INSS e FGTS), à fração de 1/12 avos ao mês, calculados pela folha de pagamento.

Provisões Trabalhistas	31/12/2024	31/12/2023
Provisão de Férias e Encargos	30.549	26.892
Total	30.549	26.892

(r) Outras Obrigações

Neste item registramos como consignações os valores de contratação de empréstimos por funcionários com entidades financeiras (Banrisul e Caixa Econômica Federal), além das Pensões Alimentícias, Asprocergs e Procius retido em folha de pagamento e repassado aos beneficiários.

Como Obrigações, são registradas as cauções de contratos recebidos, o valor a ser repassado ao Procius (parte empresa), os valores devidos a estagiários, além de outras obrigações de responsabilidade da Companhia.

Consignações	31/12/2024	31/12/2023
Asprocergs	94	76
Procius (Parte funcionários)	507	489
Pensões Alimentícias	154	160
Bancos Empréstimos em Consignação	466	391
Acordos Trabalhistas a pagar	91	91
Total Consignações	1.312	1.207
Obrigações		
Procius (Parte empresa)	622	550
Cauções de Contratos	7	7
Estagiários	38	42
Outras Obrigações	1	14
Total Obrigações Procergs	668	613
Total do Grupo	1.980	1.820

5. Provisões para Contingências Trabalhistas

A Companhia discute questões trabalhistas nas esferas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios. Uma provisão para desembolsos futuros foi constituída a partir da análise da Administração, em conjunto com a Assessoria de Gestão Trabalhista. O valor provisionado nessa rubrica contempla as estimativas sobre contingências que possam resultar em perdas prováveis para a Companhia, conhecidas até o momento e não significa necessariamente, que foram obrigações constituídas neste exercício.

Após a análise jurídica, os valores foram atualizados e segregados em "Prováveis", "Possíveis" e "Remotos". A estimativa de perda com ações consideradas Prováveis, foram atualizadas, conforme determina a Norma Contábil - NBC TG 25 (R2) – "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes":

Quadro dos saldos estimados, atualizados até 31/12/2024:

Tipo Objeto	Qtd. Processos	Prováveis	Possíveis	Remotos	Total
Antiguidade	278	44.497	29.631	1.927	76.055
Carga	8	844	558	-	1.402
Desvio	9	350	62	3.567	3.979
Jornada	1	-	45	-	45
Outros	57	5.000	9.431	15.070	29.501
Periculosidade SINDPPD	1	-	765.535	-	765.535
Subsidiária	39	568	5.775	173	6.516
TOTAL	393	51.259	811.037	20.737	883.033

Processos	Saldo 31/12/2023	Baixas*	Ajuste de Provisão no Exercício**	Saldo Provisão 31/12/2024
Trabalhistas	60.272	(27.331)	18.318	51.259

*As Baixas referem-se a pagamentos de execuções definitivas e liberações de saldos de depósitos judiciais aos reclamantes no período.

**O redução na provisão, durante o exercício, foi de R\$ 9.013. No resultado, o efeito foi de R\$ 18.318, considerando as reversões no valor de R\$ 4.854, sobre processos liquidados a menor do que o anteriormente previsto, que representaram créditos para a companhia.

Curto Prazo	Longo Prazo
34.100	17.159

Classificado como "Possível" destaca-se o processo de número 0021506-62.2016.5.04.0025, que figura na listagem de ações, com o pedido ajuizado em 28/09/2016, pelo SINDPPD/RS, com valor estimado de R\$ 765.535 em Dezembro/2024. Nesta ação, o SINDPPD/RS reivindica o adicional de periculosidade para os funcionários da sede da Procergs em decorrência da existência de tanques de combustíveis que alimentam os geradores da Companhia. Tanto o laudo pericial, como a sentença, foram no sentido de improcedência do pedido de periculosidade, eis que os tanques de óleo diesel acoplados aos geradores estão dentro dos limites das NR's 16 e 20. Como o Tribunal Regional do Trabalho reformou a sentença, com fundamento na OJ 385 da SBDI-I do TST, a Procergs interpôs Recurso de Revista junto ao Tribunal Superior do Trabalho tendo a Procuradoria-Geral assumido a defesa do processo, cujo recurso foi acolhido pelo TST, em 20/02/2024, para restabelecer a sentença de improcedência. Diante dessa decisão, o SINDPPD/RS opôs embargos de declaração que foram rejeitados pelo TST. Em 16/10/2024, o sindicato interpôs recurso de embargos à SDI-1, que está pendente de julgamento. A partir de Julho/2023 ocorreu o ingresso de ações individuais de cumprimento de sentença, sendo possível que gerem necessidade de desembolso para fins de garantia. Essas ações estão conectadas ao processo principal sendo defendidas também pela Procuradoria-Geral, mantendo até esta data a mesma classificação de risco, conforme apresentada em parecer pela PGE e estando a Assessoria de Gestão Trabalhista de acordo.

6. Patrimônio Líquido

(a) Capital Social

O valor do capital social subscrito é de R\$ 203.219 e está totalmente integralizado. O total de Ações é de 728.596.845 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com a seguinte composição:

Acionistas	Tipo	Quantidade	%
Estado do Rio Grande do Sul	ON	726.425.908	99,7
OI S.A.	ON	1.366.594	0,19
Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN	ON	431.557	0,06
IPE PREV – Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul	ON	372.786	0,05
Total das Ações		728.596.845	100

(b) Prejuízo Acumulado

O prejuízo acumulado apresentado, no Patrimônio Líquido tem a seguinte composição:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial de Prejuízo Acumulado	(41.591)	(74.770)
Resultado Líquido no Exercício	(16.593)	33.179
Saldo Final de Prejuízo Acumulado	(58.184)	(41.591)

7. Resultado Do Período

(a) Receita Operacional Bruta

A Receita Operacional Bruta foi de R\$ 515.621 apresentando um decréscimo nominal de R\$ 5.158 (1%) em relação ao exercício de 2023. O decréscimo se deve à perda de faturamento em maio, em decorrência da enchente e o desligamento do data center. Os valores faturados para as entidades da administração direta e indireta do RS que fazem parte das partes relacionadas, estão abaixo, sendo que todo o faturamento baseia-se em contratos firmados com estas entidades.

A Receita Bruta faturada para a empresa CORSAN, em 2023, foi de R\$ 62.696. Com a privatização da empresa em julho de 2023, a receita ficou dividida em Administração Indireta RS, de janeiro a julho (R\$ 38.543) e Outros Mercados de agosto a dezembro (R\$ 24.153). Em 2024, a receita bruta foi de R\$ 35.754 toda classificada em Outros Mercados.

Receita Operacional Bruta	31/12/2024	31/12/2023
Administração Direta RS	292.907	276.980
Administração Indireta RS	168.048	196.601
Outros Poderes	9.956	11.440
Outros Mercados	44.710	35.758
Total da Receita Operacional Bruta	515.621	520.779

(b) Custos dos Serviços Prestados

Houve um aumento desproporcional, em relação à receita, dos custos sobre os serviços prestados, devido a enchente ocorrida entre abril e maio de 2024. Com isso, houve a queda de faturamento devido ao desligamento do data center da companhia.

Em pessoal, houve um crescimento de 15,76% em relação ao exercício anterior, devido ao aumento de pessoal próprio com o ingresso de 209 novos funcionários, sendo 85 no primeiro semestre e 124 no segundo semestre de 2024. Também os reajustes de salários e benefícios em julho de 2023 que impactaram de forma integral em 2024. O crescimento dos serviços da fábrica de software para atender as demandas de clientes. A depreciação teve um aumento expressivo devido as novas aquisição de equipamentos advindos dos investimentos feitos a partir do aporte de capital em 2022.

Custos dos Serviços Prestados	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal Próprio e Terceiros Ligados à Operação	288.771	249.438
Custos de Insumos ligados a Operação	69.697	62.794
Depreciação e Amortização	27.513	18.556
Outros Custos	738	482
(-) Lei do Bem	-	(279)
(-) Custos Serviços Internos Transferidos para Despesas Administrativas	(29.987)	(25.487)
Total dos Custos de Serviços Prestados	356.732	305.504

(c) Despesas Com Vendas

Despesas com Vendas	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal da Área Comercial	9.910	8.994
Despesas da Área Comercial	4	4
Depreciação e Amortização	6	6
PCLD (Valor acrescido ao Ativo Circulante NE. 4.c)	897	424
Total das Despesas com Vendas	10.817	9.428

(d) Despesas Administrativas

O crescimento em despesas administrativas, se deu, principalmente devido à enchente de maio, onde a companhia precisou desembolsar valores extras com serviços e materiais de instalações e infraestrutura, bem como contratar aluguel de geradores, para o retorno das operações normais.

O valor de R\$ 9.886 em Recuperação de Despesas, refere-se ao processo nº 50366102920148210001 Prefeitura Municipal de Porto Alegre, referente a recuperação de ISSQN recolhido no exercício 2006.

Despesas Administrativas	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal Administrativo	54.258	51.187
Despesas Administrativas	12.714	8.481
Depreciação e Amortização	642	524
Provisão para Contingências	18.318	20.377
Recuperação Despesas	(10.088)	(1.074)
Custos Serviços Internos Transferidos para Despesas Administrativas	29.987	25.487
Total das Despesas Administrativas	105.831	104.982

(e) Resultado Financeiro

Resultado Financeiro	31/12/2024	31/12/2023
Juros Recebidos ou Auferidos	-	1
Rendimentos s/Aplicações Financeiras - SIAC	9.880	15.526
Correção Monetária	1.712	379
Atraso Pagamentos de Clientes	37	152
Total Receitas Financeiras	11.629	16.058
Juros Pagos ou Ocorridos	(84)	(37)
Descontos Concedidos	(2)	(5)
Comissões e Despesas Bancárias	(15)	(15)
Multa s/Pagamentos em Atraso	(5)	(96)
Comissões s/Cobrança	(281)	(361)
Variações Monetárias de Obrigações	(1)	(19)
Total Despesas Financeiras	(388)	(533)
Resultado Financeiro Líquido	11.241	15.525

(f) Tributos Sobre o Lucro

O regime de apuração adotado pela Procergs é o Lucro Real anual com recolhimento mensal por estimativa em conformidade com a legislação vigente. Em 2023, o imposto de renda e a contribuição social do exercício foram calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do período.

Em 2024, a companhia, através da Procuradoria- Geral do Estado, na Ação Cível Originária nº 3.695, junto ao Supremo Tribunal Federal, objetivando o reconhecimento da imunidade tributária recíproca, nos termos do art. 150, VI, "a", da Constituição Federal, obteve o deferimento de liminar, pelo Relator Ministro Edson Fachin, a qual foi referendada pelo Plenário do STF, em 11/11/2024. A liminar determinou que a União deixasse de cobrar os impostos incidentes sobre o patrimônio, renda e serviços da Procergs, até o encerramento da ação. Assim, a obrigação de recolhimento do IRPJ foi suspensa, mas CSLL, PASEP e COFINS não, pois a imunidade incide sobre impostos, não se estendendo as contribuições.

No cálculo do Lucro Real, o resultado apurado também foi negativo, não havendo assim, base de cálculo positiva para pagamento do Contribuição Social, nem provisão para o próximo ano, pois as exclusões de lucros diferidos, foram todos adicionados ao resultado fiscal do ano, que resultou uma base negativo de R\$ 3.526.

Alíquotas Efetivas	31/12/2024		31/12/2023	
		CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(16.593)	(16.593)	45.103	45.103
Alíquotas Vigentes	15%	9%	15%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Alíquotas Vigentes	-	-	6.765	4.059
(+) Adições				
Lucro das Faturas recebidas no ano	277.750	277.750	331.754	331.754
Acréscimos à Provisão p/contingência trabalhista	23.171	23.171	26.198	26.198
Outras Adições	153	153	128	128
(-) Exclusões				
Lucro das Faturas não recebidas no ano	(255.897)	(255.897)	(319.689)	(319.689)
Baixas da Provisão p/contingência trabalhista	(27.257)	(27.257)	(26.037)	(26.037)
Reversão de Provisão adicionada anteriormente	(4.853)	(4.853)	(5.821)	(5.821)
Lei do Bem	-	-	(167)	(167)
Outras Exclusões	-	-	(4)	(4)
(=) Lucro Real	(3.526)	(3.526)	51.465	51.465
(-) Compensação Prejuízo Fiscal 30%			(15.440)	(15.440)
Base de Cálculo	(3.526)	(3.526)	36.026	36.026
IRPJ e CSLL a Pagar			5.404	3.242
Adicional de IRPJ de 10%	-	-	3.579	-
Programa de Alimentação do Trabalhador	-	-	(216)	-
Prorrogação licença maternidade	-	-	(84)	-
Valor Despesa de IRPJ e CSLL	-	-	8.682	3.242
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Alíquota Efetiva	0,00%	0,00%	19,25%	7,19%

(g) Resultado Líquido do Período

O Resultado Líquido do Exercício de 2024, apurado obedecendo ao princípio da competência, foi um prejuízo de R\$ 16.593, apresentando um decréscimo em relação ao resultado de 2023, devido aos eventos climáticos e queda de receita.

8. Outras informações

(a) Coberturas de Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos.

Objeto	Modalidade	Valor Segurado (R\$)
Prédios, equipamentos, móveis e utensílios	Incêndio	328.649
Veículos	Colisão, incêndio e roubo	502
Seguro de Vida em Grupo (Apólices Asprocergs)	Morte e invalidez	*33.031

* Referente Danos Materiais, Danos Corporais, Morte Acidental e Invalidez Permanente

(b) Procius

A Companhia contribui mensalmente com o percentual de 3,5% sobre a folha de pagamento para o Procius - Instituto Assistencial da Procergs. O Procius tem por principal objetivo, firmar convênios com Associações de previdência privada para seus associados.

09. Transações e saldos com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são divulgadas de acordo com o CPC 05 (R1)/IAS24 e observando a Política interna de transações com Partes Relacionadas. Em 31 de dezembro de 2024 as partes relacionadas com a Procergs são: Estado do Rio Grande do Sul, OI S.A., Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN e IPE PREV - Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul. Os valores a seguir evidenciam as transações entre a Procergs as partes relacionadas.

(a) Estado do Rio Grande do Sul

Valor faturado referente à prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação no ano de 2024, aos órgãos, secretarias e fundações administradas pelo Estado do Rio Grande do Sul foi de R\$ 292.907 (R\$ 276.980 em 2023) e o saldo a pagar em 2024 era de R\$ 14.984 vencidos e R\$ 29.555 a vencer.

(b) Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN

Valor faturado referente à prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação no ano de 2024, foi de R\$ 35.754 (R\$ 62.696 em 2023) e o saldo a pagar em 2024 era de R\$ 4.959 a vencer.

(c) IPE PREV – Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul

Valor faturado referente à prestação de serviços de tecnologia da informação no ano de 2024, foi de R\$ 6.823 (R\$ 18.237 em 2023) e o saldo a pagar em 2024 era de R\$ 1.599 vencidos e R\$ 605 a vencer.

(d) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração para a Administração da Companhia, formada pela Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, é estabelecida no artigo 34 do Estatuto Social da Companhia (Ata 123 de 10/01/2022).

Remuneração do pessoal-chave da Administração	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração e Encargos	3.934	3.261
Benefícios	266	220

10. Eventos Subsequentes

A NBC TG 24 determina que os ajustes conhecidos em período subsequente, demandam ajustes em demonstrações contábeis, quando a situação em pauta estiver presente na data de levantamento das demonstrações, mas antes da aprovação e emissão dessas demonstrações. Eventos incorridos em datas subsequentes e conhecidos antes da emissão das demonstrações, se relevantes, devem ser divulgados em notas explicativas.

Até o encerramento das Demonstrações Financeiras, não foram identificados eventos que pudessem influenciar ou alterar nas demonstrações.

Diretoria
LUIZ FERNANDO SALVADORI ZACHIA
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF 220.946.440-49

KAREN MARIA GROSS LOPES
Diretora de Negócios e de Relacionamento com Clientes
CPF 533.611.990-34

ROMERO LEITE PIMENTEL
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF 723.179.061-53

MARCO ANTONIO DO AMARAL SEADI
Diretor de Soluções Digitais
CPF 729.617.160-04

SANDRO LEITE FURTADO
Diretor de Sistemas Transacionais
CPF 035.481.111-81

DIOGO PRESTES IORI
Diretor Interino de Infraestrutura e Operações
CPF 015.940.980-26

ANDRÉA GONÇALVES ALVES
Contadora
CPF 658.564.810-20
CRC-RS nº 076011/O-6

Conselho de Administração
RICARDO NEVES PEREIRA
Presidente

DANIEL HIRAM FERREIRA RAMOS SANTORO
Conselheiro

AUGUSTO PANNEBECKER FERNANDES
Conselheiro

MAURICIO DE ALVES LACERDA
Conselheiro

JORGE FERNANDO KRUG SANTOS
Conselheiro

VICTOR HERZER DA SILVA
Conselheiro

DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA	CPF/CNPJ	VERIFICAÇÃO
Andrea Goncalves Alves	06/03/2025 15:43:07 GMT-03:00	65856481020	 ✓
Romero Leite Pimentel	12/03/2025 11:28:42 GMT-03:00	72317906153	 ✓
Marco Antonio do Amaral Seadi	13/03/2025 17:07:07 GMT-03:00	72961716004	 ✓
Diogo Prestes Iori	18/03/2025 10:17:36 GMT-03:00	01594098026	 ✓
Karen Maria Gross Lopes	19/03/2025 17:19:24 GMT-03:00	53361199034	 ✓
Sandro Leite Furtado	20/03/2025 11:59:41 GMT-03:00	03548111181	 ✓
Luiz Fernando Salvadori Zachia	20/03/2025 17:07:32 GMT-03:00	22094644049	 ✓

Conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, o documento eletrônico assinado digitalmente tem comprovação pela cadeia da ICP-Brasil com a assinatura qualificada ou com a assinatura avançada pela cadeia gov.br regulada pela Lei nº 14.063 de 23/09/2020.

AOS
DD. ADMINISTRADORES E ACIONISTAS DA
PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO RIO GRANDE
DO SUL S.A
PORTO ALEGRE – RS

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia,

eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 21 de fevereiro de 2024.

MOREIRA ASSOCIADOS AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC RS 4632/0
DIEGO ROTERMUND MOREIRA
Contador CRC RS 68603
CNAI N° 1128
Sócio – Responsável Técnico

Parecer do Conselho Fiscal

Cumprindo determinações previstas nos itens II e VII, do art. 163, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e art. 42 do Estatuto Social e tendo acompanhado a situação econômica, financeira e fiscal da Companhia, através da análise, apresentada mensalmente pela Divisão Contábil Financeira, bem como examinado o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Resultado, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração Dos Resultados Abrangentes, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e com base no Relatório sem ressalvas dos Auditores Independentes da Empresa MOREIRA ASSOCIADOS AUDITORES INDEPENDENTES S/S, entendemos que as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PROCERGS – Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul S/A em 31 de dezembro de 2024. O Conselho Fiscal entende que os documentos estão aptos à apreciação pela Assembleia Geral Ordinária.

Porto Alegre, 10 de março de 2025.

Alan Pena Tosta da Silva
Conselheiro Fiscal

Cristiano Martyniak de Lima
Conselheiro Fiscal

DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA	CPF/CNPJ	VERIFICAÇÃO
Alan Pena Tosta da Silva	10/03/2025 14:56:56 GMT-03:00	71119019168	 
Cristiano Martyniak de Lima	17/03/2025 18:17:44 GMT-03:00	00863608094	 

Conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, o documento eletrônico assinado digitalmente tem comprovação pela cadeia da ICP-Brasil com a assinatura qualificada ou com a assinatura avançada pela cadeia gov.br regulada pela Lei nº 14.063 de 23/09/2020.

PROCERGS – Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio
Grande do Sul S.A.
C.N.P.J. 87.124.582/0001-04
NIRE 43300020100

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL N.º 2025/03

No décimo dia do mês de março de 2025, às 11:00 horas, de forma remota via Teams, reuniu-se o Conselho Fiscal, com a presença dos conselheiros firmados abaixo, a fim de apreciar a seguinte pauta: **1) Apresentação do Encerramento do Exercício de 2024, das Demonstrações Financeiras, Balanço Patrimonial, Notas Explicativas e Relatório da Auditoria Independente. 2) Assuntos Gerais. DELIBERAÇÕES:** A reunião foi aberta pelo Sr. Paulo Roberto Zborowsky, gerente da Divisão de Gestão Contábil-Financeira e Orçamentária (DCF) que saudou os conselheiros presentes. Em seguida a agenda de trabalho foi apresentada. **1.1)** A Sra. Andréa Gonçalves Alves, contadora da Companhia, apresentou as Demonstrações Contábeis e o Encerramento do Exercício de 2024, que apurou um Prejuízo Contábil de R\$ 16.592.949,24 (Dezesseis milhões, quinhentos e noventa e dois mil, novecentos e quarenta e nove reais e vinte e quatro centavos). **1.2)** Após a apresentação, os conselheiros fizeram questionamentos em relação as demonstrações, que foram prontamente respondidos. **1.3)** A seguir, o Sr. Diego Moreira, representante da auditoria independente, empresa **Moreira Associados Auditores Independentes S/S**, apresentou e fez considerações sobre o Relatório da Auditoria Independente, com a opinião Sem Ressalvas sobre as Demonstrações Contábeis de 2024; **1.4)** Após o exame das referidas Demonstrações e do Relatório da Auditoria Independente, foi emitido o seguinte parecer, o qual foi assinado por todos os conselheiros presentes: ***“Cumprindo determinações previstas nos itens II e VII, do art. 163, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e art. 42 do Estatuto Social e tendo acompanhado a situação econômica, financeira e fiscal da Companhia, através da análise, apresentada mensalmente pela Divisão Contábil Financeira, bem como examinado o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Resultado, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração Dos Resultados Abrangentes, as Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis e com base no Relatório sem ressalvas dos Auditores Independentes da Empresa MOREIRA ASSOCIADOS AUDITORES INDEPENDENTES S/S, entendemos que as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PROCERGS –***

**PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.**

Praça dos Açorianos, s/nº - Centro Histórico - CEP 90010-340 - Porto Alegre/RS - Brasil
PABX + 55 51 3210.3100 - www.procergs.rs.gov.br - procergs@procergs.rs.gov.br

Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul S/A em 31 de dezembro de 2024. O Conselho Fiscal entende que os documentos estão aptos à apreciação pela Assembleia Geral Ordinária. 2) Assuntos Gerais: Finalizando as apresentações, nada mais foi tratado, sendo lavrada a presente ata, a qual será submetida à aprovação pelos conselheiros presentes.

Alan Pena Tosta da Silva
Conselheiro Fiscal

Cristiano Martyniak de Lima
Conselheiro Fiscal

DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA	CPF/CNPJ	VERIFICAÇÃO
Alan Pena Tosta da Silva	10/03/2025 14:56:56 GMT-03:00	71119019168	 
Cristiano Martyniak de Lima	17/03/2025 18:17:10 GMT-03:00	00863608094	 

Conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, o documento eletrônico assinado digitalmente tem comprovação pela cadeia da ICP-Brasil com a assinatura qualificada ou com a assinatura avançada pela cadeia gov.br regulada pela Lei nº 14.063 de 23/09/2020.

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Nº 2025/03

No dia dez de março de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas da tarde, virtualmente, via Teams, com a participação dos Conselheiros firmados abaixo, a fim de apreciar e prestar os encaminhamentos o Balanço de 2024.

A Sra. Andrea apresentou o balanço da companhia, abordando os principais indicadores financeiros. O Sr. Marco Foletto, coordenador do CAE, esclareceu que, no âmbito de suas atribuições não incluem elaborar e/ou auditar as demonstrações financeiras, e com base nas informações disponibilizadas pela Diretoria da Procergs recomenda que, para o exercício de 2025: (I) a Procergs: a) formalize as premissas para avaliação (laudo) do impairment via aprovação da diretoria e do CA antes da realização do laudo; b) tenha o orçamento do(s) ano(s) seguinte(s) aprovado pelo CA antes da realização do laudo; c) disponibilize o laudo de forma tempestiva em relação ao cronograma de atividades para elaboração das Demonstrações Financeiras anuais; d) garanta a participação do sócio da firma de auditoria independente nas reuniões do CA que deliberam a divulgação das Demonstrações Financeiras trimestrais e do encaminhamento/divulgação das Demonstrações Financeiras anuais. (II) A Diretoria Administrativa-Financeira aprimore sua comunicação com o CAE a fim de evitar prazos incompatíveis com a necessária análise de informações por parte do Comitê, assim como retrabalho do CAE e da gestão da empresa em períodos próximos às datas de deliberação de temas pelo CA. Mantém-se a recomendação feita para o exercício de 2024 para que a Procergs formalize, de maneira estruturada à luz da regra contábil, o processo de avaliação da provisão para perdas com clientes. O Sr. Krüger destacou a complexidade do conteúdo e o tempo exíguo para análise. O Sr. Santoro, embora não tenha apresentado questionamentos que impedissem a aprovação, fez apontamentos sobre os prazos dos ritos, considerando que o material foi encaminhado para deliberação em reunião sem tempo hábil para exame aprofundado. O Sr. Krüger reforçou que determinados ritos estão sendo resumidos e sugeriu a busca de referências junto ao IBGC para a adoção de um modelo de governança mais eficaz. O Sr. Victor pontuou que a aprovação das demonstrações financeiras é atribuição da Assembleia Geral, enquanto o Conselho de Administração apenas toma ciência da análise realizada. O Sr. Zachia destacou que os contratos já eram estabelecidos e que novas receitas estão sendo geradas dentro de um único cliente, por meio de contratos adicionais. Informou que a Procergs está buscando novas parcerias, que devem ser formalizadas ao longo do ano de dois mil e vinte e cinco. Ressaltou que a produtividade da companhia foi severamente impactada pela

enchente, especialmente no que se refere a compromissos que deveriam ter sido entregues no período da ocorrência. Com a formalização das novas iniciativas e a renovação de contratos, há uma projeção de resultado mais promissora para dois mil e vinte e cinco em comparação ao ano de dois mil e vinte e quatro. O Diretor Romero se comprometeu com a comunicação dessas ações. O Sr. Santoro solicitou que, em março, seja revisitada a apresentação do orçamento, visando uma análise mais detalhada dos impactos financeiros e estratégicos. Após as discussões, o Conselho aprovou a emissão das demonstrações financeiras e o encaminhamento para a Assembleia após a manifestação do Conselho Fiscal. Nada mais a ser tratado, foi lavrada a presente ata que, após lida e conferida, foi considerada aprovada, por unanimidade, sendo assinada pelos Conselheiros participantes.

RICARDO NEVES PEREIRA
Presidente do Conselho de Administração

AUGUSTO PANNEBECKER FERNANDES
Conselheiro de Administração

DANIEL HIRAM FERREIRA RAMOS SANTORO
Conselheiro de Administração

JORGE FERNANDO KRUG SANTOS
Conselheiro de Administração

LUIZ FERNANDO ZÁCHIA
Conselheiro de Administração

MAURICIO DE ALVES LACERDA
Conselheiro de Administração

VICTOR HERZER
Conselheiro de Administração

Visto:
VINICIUS DRESCH DA SILVEIRA E SILVA
OAB/RS 121.309

PROCERGS – Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

C.N.P.J. 87.124.582/0001-04

NIRE 43300020100

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA Nº 135

(Lavrada na forma de sumário, conforme art. 130, parágrafo primeiro, da Lei nº 6.404/76)

1 - DATA, HORA E LOCAL: Aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, às dez horas e trinta minutos, via Teams (virtualmente). **2 - PRESENCAS:** Após a convocação formal dos acionistas, participaram Excelentíssimo Senhor Secretário Adjunto de Planejamento, Governança e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul, Bruno Silva da Silveira, representante do Estado do Rio Grande do Sul; a Senhora Samanta Popow Takimi, representante da CORSAN - Companhia Riograndense de Saneamento; a Senhora Mariana de Oliveira Pires de Otero, representante da Oi S.A. - Em Recuperação Judicial, totalizando 99,95% (noventa e nove vírgula noventa e cinco por cento) das ações da Companhia, instalando-se assim, na forma prevista no art. 125 da Lei Federal 6.404/1976, a presente Assembleia Geral Ordinária. **3 - COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidindo os trabalhos, Excelentíssimo Senhor Secretário Adjunto de Planejamento, Governança e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul, Bruno Silva da Silveira, representante do Estado do Rio Grande do Sul, acionista majoritário. **4 - ORDEM DO DIA:** a) Exame das contas dos administradores e demonstrações financeiras encerradas no exercício de 2024; b) Deliberação sobre a destinação de lucro do exercício de 2024 e a distribuição de dividendos; c) Outros assuntos de interesse da Companhia. **5 – DELIBERAÇÕES:** Foi deliberado pelos acionistas o seguinte: a) Exame das contas dos administradores e demonstrações financeiras encerradas no exercício de 2024: A Assembleia de Acionistas aprovou as contas da Diretoria e as Demonstrações Contábeis relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024, que apurou um Prejuízo Contábil de R\$ 16.592.949,24 (Dezesseis milhões, quinhentos e noventa e dois mil, novecentos e quarenta e nove reais e vinte e quatro centavos). No Patrimônio Líquido, o prejuízo acumulado apresentado foi de R\$ 58.183.808,44 (Cinquenta e oito milhões, cento e oitenta e três mil,

oitocentos e oito reais e quarenta e quatro centavos). b) Deliberação sobre a destinação de lucro do exercício de 2024 e a distribuição de dividendos: Como a Companhia apresentou Resultado do Exercício Negativo (Prejuízo) antes do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, não restaram impostos e contribuições a pagar e devido ao Prejuízo Acumulado, no encerramento do Exercício. c) Durante a reunião, o Senhor Bruno questionou sobre as despesas relacionadas ao pessoal, sendo esclarecido que houve a contratação de 209 novos funcionários; Em relação ao prejuízo, foi informado que a companhia deixou de obter receitas devido à enchente e incorreu em despesas adicionais de aproximadamente 15 milhões de reais em consequência desse evento. Foram apresentados os pareceres da auditoria externa e do conselho fiscal. Bruno ressaltou que a Procergs possui um compromisso com o cidadão, destacando o significativo impacto decorrente dos 19 dias de paralisação das atividades. Salientou ainda o esforço bem-sucedido do corpo técnico para restabelecer as operações da empresa. Mencionou também a existência de um plano de continuidade de negócios que, com a implantação de um Disaster Recovery (DR) e novas instalações elétricas, colocará a Procergs em outro patamar operacional. Bruno alertou ainda sobre a necessidade de ampliar as receitas para impulsionar seu crescimento. A Senhora Samanta em nome da AEGEA manifestou concordância com os comentários feitos por Bruno. A Oi se absteve da votação, ressaltando que as considerações discutidas devem ser voltadas para o desenvolvimento sustentável da companhia. Após os comentários dos acionistas o presidente da Procergs, Senhor Luis Fernando Zachia se posicionou, agradecendo aos acionistas pela compreensão demonstrada e reafirmando o compromisso da empresa em buscar parcerias estratégicas e novos mercados como forma de reverter os prejuízos enfrentados. **6- ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA:** Concluídos os assuntos do dia, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a palavra à disposição dos Acionistas presentes. Não tendo ninguém se manifestado e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por finda a Assembleia, sendo redigida e lavrada a presente Ata, na forma sumária, autorizada

pelo § 1º, do art. 130, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Após lida e achada conforme em todos os seus termos, vai por todos os presentes aprovada e assinada, extraíndo-se as cópias necessárias e destinadas aos fins legais.

Bruno Silva da Silveira
Estado do Rio Grande do Sul

Samanta Popow Takimi
CORSAN – Companhia Rio-grandense de Saneamento

Mariana de Oliveira Pires de Otero
Oi S.A. - Em Recuperação Judicial

Vinicius Dresch da Silveira E Silva
OAB/RS 121.309



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: ANDREA ALVES RIBEIRO
REGISTRO.....	: RS-076011/O-6
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: ***.564.810-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: RIO GRANDE DO SUL, 27/02/2025 as 08:10:04.

Válido até: 28/05/2025.

Código de Controle: 589265.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

PROCERGS

CENTRO DE TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO 2024

CNPJ 87.124.582/0001-04 - NIRE 43300020100

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
GOVERNANÇA E GESTÃO

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: A administração da PROCERGS - Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do RS S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias, bem como aos nossos usuários, fornecedores e demais entidades com as quais mantemos relações e a comunidade sul rio-grandense, as Demonstrações Contábeis referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. **A DIRETORIA**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em R\$ 1.000)

ATIVO				PASSIVO			
	Nota Explicativa	31/12/2024	31/12/2023		Nota Explicativa	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE		233.932	240.362	CIRCULANTE		140.454	135.937
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	4.a	112.724	125.860	FORNECEDORES	4.n	18.785	23.825
BANCOS E APLICAÇÃO FINANCEIRA		112.724	125.860	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	4.o	24.322	23.231
CRÉDITOS		108.534	98.123	OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS	4.p	30.718	25.769
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	4.b	75.128	76.096	PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS	4.q	30.549	26.892
(-) PROVISÃO P/CRÉDITO LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	4.c	(3.384)	(2.487)	PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS	5	34.100	34.400
CRÉDITOS DE PESSOAL	4.d	1.013	1.875	OUTRAS OBRIGAÇÕES	4.r	1.980	1.820
IMPOSTOS E CONTRIB.A RECUPERAR E COMPENSAR	4.e	30.526	19.897				
OUTROS CRÉDITOS	4.f	5.252	2.742	NÃO CIRCULANTE		17.211	33.201
ESTOQUES		618	1.318	FORNECEDORES	4.n	52	7.329
MATERIAIS DE PROCESSAMENTO E IMPRESSÃO	4.g	5	37	PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS	5	17.159	25.872
MATERIAIS INDIRETOS	4.g	262	503				
SERVIÇOS EM ANDAMENTO	4.h	350	778	TOTAL DO PASSIVO		157.665	169.138
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	4.i	12.056	15.061				
NÃO CIRCULANTE		68.776	90.412	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		22.487	28.953	CAPITAL SOCIAL		203.219	203.219
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS/JUDICIAIS	4.j	22.435	21.625	CAPITAL SUBSCRITO	6.a	203.219	203.219
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	4.i	51	7.329	RESERVAS DE CAPITAL		8	8
INVESTIMENTOS	4.k	151	151	C.M. DO CAPITAL REALIZADO		8	8
IMOBILIZADO	4.l	44.864	59.300	PREJUÍZO ACUMULADO	6.b	(58.184)	(41.591)
INTANGÍVEL	4.m	1.273	2.008				
TOTAL DO ATIVO		302.708	330.774	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		145.043	161.636
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		302.708	330.774
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras							

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em R\$ 1.000)

	Nota Explicativa	2024	2023
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	7.a	515.621	520.779
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		(76.205)	(73.185)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		439.416	447.594
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	7.b	(356.732)	(305.504)
LUCRO BRUTO		82.684	142.090
DESPESAS OPERACIONAIS		(105.408)	(98.885)
DESPESAS COM VENDAS	7.c	(10.817)	(9.428)
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	7.d	(105.831)	(104.982)
DESPESAS FINANCEIRAS	7.e	(388)	(533)
RECEITAS FINANCEIRAS	7.e	11.629	16.058
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		7.393	1.900
RESULTADO OPERACIONAL		(15.331)	45.105
OUTRAS RECEITAS		76	4
OUTRAS DESPESAS		(1.338)	(6)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(16.593)	45.103
IMPOSTO DE RENDA	7.f	-	(8.682)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	7.f	-	(3.242)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	7.g	(16.593)	33.179
Prejuízo por lote de mil ações		0,02	0,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em R\$ 1.000)

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado Líquido do Exercício	(16.593)	33.179
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	(16.593)	33.179

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em R\$ 1.000)

	2024	2023
1 - ATIVIDADES OPERACIONAIS		
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(16.593)	33.179
AJUSTES PARA RECONCILIAÇÃO:		
DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO	28.162	19.087
PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	3.384	2.487
RESULTADO LÍQUIDO AJUSTADO	14.953	54.753
VARIAÇÕES DO ATIVO		
AUMENTO CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	(1.519)	(4.688)
AUMENTO DE IMPOSTOS A RECUPERAR	(10.629)	(16.695)
AUMENTO DE OUTRAS CONTAS A RECEBER	(1.648)	(1.892)
AUMENTO DEPÓSITOS JUDICIAIS	(811)	3.095
REDUÇÃO DOS ESTOQUES	700	1.394
REDUÇÃO DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	10.283	9.024
VARIAÇÕES DO PASSIVO		
AUMENTO SALÁRIOS E ENCARGOS	5.864	3.836
AUMENTO DE OUTRAS CONTAS A PAGAR	57	26
AUMENTO DE IMPOSTOS S/SERVIÇOS	448	996
AUMENTO PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO DE RESULTADOS-PPR A PAGAR	2.845	(111)
AUMENTO DE IMPOSTOS RETIDOS NA FONTE	1.126	725
REDUÇÃO DE FORNECEDORES	(12.317)	(6.757)
REDUÇÃO ACORDOS TRABALHISTAS A PAGAR	-	(313)
REDUÇÃO DE IMPOSTOS S/LUCRO	(482)	482
REDUÇÃO CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS	(9.013)	(5.660)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(143)	38.213
2 - ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
BAIXAS DE ATIVOS IMOBILIZADOS	1.338	6
COMPRA DE ATIVOS IMOBILIZADOS	(13.936)	(51.966)
COMPRA DE ATIVOS INTANGÍVEIS	(395)	(499)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(12.993)	(52.459)
3 - ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	-	-
VARIAÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(13.136)	(14.246)
	2024	2023
SALDO INÍCIO PERÍODO	125.860	140.106
CAIXA	26	27
BANCOS	8.282	1.065
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	104.416	124.768
SALDO FINAL PERÍODO	112.724	125.860
VARIAÇÃO	(13.136)	(14.246)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em R\$ 1.000)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO/MUTAÇÕES	CAPITAL REALIZADO	RESERVA DE CAPITAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO EM 31/12/2022	203.219	8	(74.770)	128.457
LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO	-	-	33.179	33.179
SALDO EM 31/12/2023	203.219	8	(41.591)	161.636
PREJUÍZO LÍQUIDO EXERCÍCIO	-	-	(16.593)	(16.593)
SALDO EM 31/12/2024	203.219	8	(58.184)	145.043

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Continua >>>

>>> Continuação



CENTRO DE TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO 2024

CNPJ 87.124.582/0001-04 - NIRE 43300020100



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
GOVERNANÇA E GESTÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em R\$ 1.000)

1. Contexto Operacional

A Procergs – Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul S.A., criada pela Lei Estadual n.º 6.318 de 30 de novembro de 1971, é uma Sociedade de Economia Mista com sede em Porto Alegre. Suas atividades concentram-se, basicamente, na execução de serviços de processamento de dados, tratamento de informações e telecomunicações para os órgãos da administração pública direta e indireta do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secundariamente, atua ainda na prestação de serviços de informática, assessoramento técnico e publicações eletrônicas no Diário Oficial do Estado a órgãos da administração pública, outras esferas de governo e entidades privadas.

2. Regime Tributário

A Companhia é tributada pelo Lucro Real e sua escrituração é mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos do Art. 177, da Lei n.º 6.404 de 15/12/1976 e alterações, e aos princípios de contabilidade. Observa critérios contábeis uniformes, registra as mutações patrimoniais segundo o regime de competência. Os direitos e obrigações estão em conformidade com seus efetivos valores reais e/ou nas melhores estimativas.

3. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras e as notas explicativas estão apresentadas em R\$ 1.000 e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas pela Legislação Societária (Art.176 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, alterada pela Lei nº 11.638 de 28/12/2007, pela Lei nº 11.941 de 27/05/2009).

As políticas contábeis, estimativas e julgamentos contábeis são os mesmos que os adotados na elaboração das últimas demonstrações financeiras.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28/02/2025 e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 10/03/2025.

4. Resumo das Principais Práticas e Políticas Contábeis

(a) Disponibilidades

São compostas por depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo. A Companhia considera disponibilidades de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, uma aplicação financeira, normalmente, se qualifica como disponibilidade quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Disponibilidades	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	26	27
Depósitos Bancários a Vista	8.282	1.065
Títulos de Aplicações Financeiras e SIAC	104.416	124.768
Total	112.724	125.860

(b) Contas a Receber de Clientes

Inclui os serviços faturados, ainda não recebidos, contabilizados pelo regime de competência. O saldo a receber de clientes, no encerramento do exercício, tinha a seguinte composição: Dos R\$ 75.128 vencidos e a vencer até 31/12/2024, foram recebidos até 19/02/2025, R\$ 47.270 a vencer e R\$ 7.043 vencidos, que perfazem 72,2% do valor total do saldo do contas a receber de clientes.

	2024		2023	
Créditos em Aberto	Por Segmento de Mercado	Soma	Por Segmento de Mercado	Soma
Vencidos até 2022		6.887		7.343
- Administração Direta do RS	3.757		4.122	
- Administração Indireta do RS	1.344		1.326	
- Outros Mercados	1.471		759	
- Outros Poderes	315		1.136	
Vencidos em 2023		3.451		16.601
- Administração Direta do RS	1.634		11.964	
- Administração Indireta do RS	804		3.164	
- Outros Mercados	780		364	
- Outros Poderes	233		1.109	
Vencidos em 2024		12.565		52.152
- Administração Direta do RS	9.593		26.317	
- Administração Indireta do RS	1.398		23.738	
- Outros Mercados	986		189	
- Outros Poderes	588		1.908	
Vencidos em 2025		52.225		-
- Administração Direta do RS	29.555		-	
- Administração Indireta do RS	16.211		-	
- Outros Mercados	5.607		-	
- Outros Poderes	852		-	
Total		75.128		76.096

(c) Provisão para Crédito Liquidação Duvidosa

Considerando a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas, foi constituída a provisão dos valores devidos pelos clientes da iniciativa privada e das empresas públicas que a Procergs não seja controladora, controlada, coligada ou interligada, com base no Art. 9º da Lei 9.430/1996. O valor provisionado em 31/12/2024 é de R\$ 3.384 e é considerado suficiente para expectativa de perdas prováveis na realização dos créditos, representando os valores vencidos há mais de 180 dias.

Vencidos	Administração Direta e Indireta do RS	Outros Mercados	Total 31/12/2024	Total 31/12/2023
Mais de 180 dias	10.147	3.384	13.531	9.463
Mais que 90 e inferior a 180 dias	1.744	440	2.184	888
Mais que 30 dias e inferior a 90 dias	2.299	262	2.561	2.953
Até 30 dias	4.341	297	4.628	10.740
Total	18.531	4.373	22.904	23.944

(d) Créditos de Pessoal

Nesta rubrica estão lançados os adiantamentos de 13º salário, diárias e viagens a funcionários aguardando a efetiva prestação de contas e as antecipações de férias pagas quando da solicitação das mesmas e descontadas quando incluídas em folha de pagamento.

Créditos de Pessoal	31/12/2024	31/12/2023
Antecipações de 13º salário	0	0
Antecipações de Férias	1.001	1.873
Adiantamentos de Viagens/Diárias	12	2
Total	1.013	1.875

(e) Impostos e Contribuições a Recuperar e Compensar

São contabilizadas as antecipações e contribuições a recuperar, referentes a créditos de impostos permitidos em lei ou retidos de fornecedores e as contribuições a compensar em pagamentos futuros. Os créditos de PASEP e COFINS são utilizados dentro da própria competência em que são registrados.

O acréscimo em Impostos e Contribuições Retidos a Recuperar refere-se ao saldo de IRRF quando do recebimento de faturas de clientes, utilizado para pagamento do IRPJ apurado sobre o lucro real (fiscal) no mês seguinte ao da retenção. Durante 2024, foi utilizado parte do saldo existente até 2023, para pagamento por compensação de outros tributos federais (PASEP e COFINS), no valor de R\$ 9.179. O restante do saldo de 2023, foi utilizado em janeiro e fevereiro de 2025, para compensação de PASEP e COFINS. Os valores retidos em 2024, poderão ser utilizados dentro de 2025, assim que for entregue o SPED/ECF, com a apuração anual do IRPJ.

Impostos e Contribuições a Recuperar e Compensar	31/12/2024	31/12/2023
PASEP e COFINS a Compensar - LEI 10.837/02 E 10.833/03	1.201	1.232
IRPJ / CSLL retidos de Clientes a Recuperar	26.149	14.997
Impostos e Contribuições Retidos a Recuperar	13	513
IRRF, PASEP, COFINS, IRPJ, CSLL, ISSQN e ICMS a Compensar	3.163	3.155
Total	30.526	19.897

(f) Outros Créditos

São contabilizados bloqueios judiciais, reembolsos de funcionários cedidos e plano de saúde parte de responsabilidade dos funcionários, descontado em folha de pagamento.

Outros Créditos	31/12/2024	31/12/2023
Bloqueio Judicial	15	175
Outros Créditos	300	21
Reembolso Funcionários Cedidos	4.937	2.546
Total	5.252	2.742

(g) Estoques de Materiais

Os materiais em almoxarifado destinados ao consumo e à manutenção dos serviços prestados pela Companhia encontram-se classificados no Ativo Circulante. A avaliação foi realizada pelo custo médio de aquisição.

(h) Estoques - Serviços em Andamento - Diferimento do Custo

Os custos diferidos serão levados a resultado, quando do reconhecimento da receita correspondente. Ficaram diferidos no exercício, ordens de serviços abertas em 2024 com expectativa de receita para o próximo exercício.

Diferidos em Exercícios Anteriores		778
Valor Diferido em 2024	(661)	
Acréscimo ao Diferido, em 2024, de Exercícios Anteriores	11.703	
Total dos Valores Diferidos em 2024		11.042
Custo Levado a Resultado Diferido em Exercícios Anteriores	(117)	
Custo Levado a Resultado, Diferido no Próprio Exercício	(11.353)	
Total Apropriado como Custo em 2024		(11.470)
Valor Diferido para Exercícios Futuros		350

(i) Despesas do Exercício Seguinte

A Companhia, por força de contrato ou quando desembolsa valores em que a despesa ainda não incorreu, apropria em seu Ativo Circulante e Não Circulante o valor total da operação e a medida em que a despesa se realize apropria no resultado do período, respeitando assim o princípio da Competência. Esta rubrica apresenta os seguintes saldos, considerando os valores a serem apropriados até 31/12/2025 (Curto Prazo) e os valores a partir de 01/01/2026 (Longo Prazo). Em Licenças de uso de software, estão os contratos com fornecedores de subscrições de licenças, de longo prazo, que o custo é apropriado mensalmente.

Despesas do Exercício Seguinte	Curto Prazo 31/12/2024	Longo Prazo 31/12/2024	Curto Prazo 31/12/2023	Longo Prazo 31/12/2023
Prêmios de Seguros a Apropriar	145	0	126	0
Cartão Refeição/Alimentação/ Vale Rancho a Apropriar	2.142	0	1.803	0
Vale Transporte a Apropriar	26	0	39	0
Licença de Uso Software a Apropriar	9.731	52	13.078	7.329
Outras Despesas Pagas Antecipadamente	12	0	15	0
Total	12.056	52	15.061	7.329

(j) Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais referem-se a ações trabalhistas que estão em discussão na justiça. Os depósitos a título de garantia do juízo, que são efetuados em ações em que a expectativa de perda ainda é considerada, pela área jurídica, como possível ou remota, não são constituídas provisões, conforme a norma contábil. Esses desembolsos são efetuados pela companhia, para ter a possibilidade de recorrer de decisões. Para os valores considerados como perda provável, existem provisões no Passivo Circulante e Não Circulante, na rubrica de Provisões para Contingências Trabalhistas.

(k) Investimentos

Os investimentos referem-se a participações em outras empresas, entre elas, OI S.A., Telebrás – Telecomunicações Brasileiras S/A,

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT, CTMR – Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência, demonstrados ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31/12/1995.

(l) Imobilizado

Os ativos imobilizados adquiridos até o exercício de 1995 estão registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31/12/1995. Os adquiridos a partir de 01/01/1996 deixaram de ser corrigidos em virtude de mudança na legislação (Lei 9.249 de 26/12/1995, Art. 4º). A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela Legislação Tributária. Para os equipamentos de produção, utilizou-se a depreciação acelerada em função do número de horas diárias de operação.

Em 2024, em virtude da enchente de maio, que afetou algumas áreas da companhia, ocorreram perdas de bens. Esses bens foram devidamente baixados da contabilidade, e suas baixas foram computadas em perdas no valor de R\$ 1.338. Também houve o recebimento do seguro, no valor de R\$ 6.000 referente a esses bens.

A Companhia realizou teste de recuperabilidade de ativos “Teste de Impairment” conforme determina o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC (01 e 27-IT10) em seus imobilizados, com a finalidade de assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior ao seu valor recuperável. Conforme Laudo apresentado pela empresa PLM AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA, realizado em nov/2024, não foram identificadas perdas com os Ativos Imobilizados, não necessitando provisionamento.

Item	Saldo Líquido Inicial em 31/12/2023	Aquisições	Depreciação do Período	Baixas no Período	Saldo Líquido Final em 31/12/2024
Equipamentos de produção	52.294	10.816	(25.985)	(1.338)	35.787
Equipamentos de Apoio	183	2.573	(440)	-	2.316
Instalações/Móveis e Utensílios	2.103	383	(303)	-	2.183
Outros Bens Imobilizados	4.720	162	(304)	-	4.578
TOTAL	59.300	13.934	(27.032)	(1.338)	44.864

(m) Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos até o exercício de 1995 estão registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31/12/1995. Os adquiridos a partir de 01/01/1996 deixaram de ser corrigidos em virtude de mudança na legislação (Lei 9.249 de 26/12/1995, Art. 4º). Os bens registrados na conta de Software estão devidamente amortizados, calculados pelo método das quotas constantes, com base em taxa determinada em função do prazo de vida útil estimado dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela Legislação Tributária.

A Companhia realizou teste de recuperabilidade de ativos “Teste de Impairment” conforme determina o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC (01 e 27-IT10) em seus intangíveis, com a finalidade de assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior ao seu valor recuperável. Conforme Laudo apresentado pela empresa PLM AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA, realizado em nov/2024, não foram identificadas perdas com os Ativos Intangíveis, não necessitando provisionamento.

Item	Saldo Líquido Inicial em 31/12/2023	Aquisições	Amortização do Período	Saldo Líquido Final em 31/12/2024
Software	2.008	394	(1.129)	1.273

(n) Fornecedores

O saldo de fornecedores está subdividido em Fornecedores de Curto Prazo e Fornecedores de Longo Prazo. O valor com vencimento em Curto Prazo até 31/12/2025 era de R\$18.785 sendo que neste está incluído R\$2.769 lançados como provisão, utilizando-se o valor mensal da obrigação gerada no contrato de fornecimento, para obedecer o princípio da competência. Em Longo Prazo, o saldo de R\$52 refere-se aos contratos de fornecedores Unisys 5635-00 e Storageone Comércio de Serviços Ltda. 5490-00 em que os vencimentos ultrapassam 31/12/2025.

A seguir, quadro demonstrativo de valores devidos a fornecedores, por vencimento. O valor de vencidos há mais de 180 dias referem-se a fornecedores com valor suspenso de pagamento por falta de apresentação de documentação obrigatória ou mesmo pelo encerramento das atividades do fornecedor, sem a devida cobrança. O valor vencido de até 30 dias, foi liquidado em 06 de janeiro de 2025.

Fornecedores	Curto Prazo 31/12/2024	Longo Prazo 31/12/2024	Curto Prazo 31/12/2023	Longo Prazo 31/12/2023
Mais de 180 dias	893	-	825	-
Até 30 dias	7	-	1.529	-
A vencer	17.885	52	21.471	7.329
Total	18.785	52	23.825	7.329

(o) Obrigações Tributárias

As Obrigações tributárias são compostas por Impostos e Contribuições apropriadas pela realização da receita operacional por competência e também valores diferidos para o futuro referente a base de cálculo ainda não realizada, conforme a legislação. Os tributos Retidos na Fonte são obrigações geradas pela retenção na prestação de serviço de fornecedores e também IRRF retidos de funcionários na folha de pagamento.

Obrigações Tributárias	31/12/2024	31/12/2023
ISSQN	1.008	1.256
PASEP	1.414	1.358
COFINS	6.526	6.267
ICMS /FUST / FUNTEL	206	201
CPRB INSS S/ROB (LEI 12.546)	5.245	4.869
IRPJ	0	351
CSLL	0	131
IR Retido na Fonte	9.311	8.264
Outros Tributos Retidos na Fonte	612	534
Total de Obrigações	24.322	23.231

(p) Obrigações Sociais e Trabalhistas

As obrigações sociais e trabalhistas referem-se aos valores apropriados pela competência, de valores advindos da folha de pagamento de funcionários, INSS e FGTS, Rescisões, saldo de PPR a pagar, apropriado em 2024 e obrigações sindicais a pagar mensalmente.

Obrigações Sociais e Trabalhistas	31/12/2024	31/12/2023
Folha de pagamento	11.240	9.690
INSS	2.462	1.930
FGTS	1.952	1.828
Rescisões	100	204
PPR	14.924	12.078
SINDPPD / Imposto sindical / Dissídio	40	39
Total	30.718	25.769

(q) Provisões de Férias e Encargos

Neste item são registrados os valores de férias devida à funcionários e os respectivos encargos (INSS e FGTS), à fração de 1/12 avos ao mês, calculados pela folha de pagamento.

Provisões Trabalhistas	31/12/2024	31/12/2023
Provisão de Férias e Encargos	30.549	26.892
Total	30.549	26.892

(r) Outras Obrigações

Neste item registramos como consignações os valores de contratação de empréstimos por funcionários com entidades financeiras (Banrisul e Caixa Econômica Federal), além das Pensões Alimentícias, Asprocergs e Procius retido em folha de pagamento e repassado aos beneficiários.

Como Obrigações, são registradas as cauções de contratos recebidos, o valor a ser repassado ao Procius (parte empresa), os valores devidos a estagiários, além de outras obrigações de responsabilidade da Companhia.

Consignações	31/12/2024	31/12/2023
Asprocergs	94	76
Procius (Parte funcionários)	507	489
Pensões Alimentícias	154	160
Bancos Empréstimos em Consignação	466	391
Acordos Trabalhistas a pagar	91	91
Total Consignações	1.312	1.207
Obrigações		
Procius (Parte empresa)	622	550
Cauções de Contratos	7	7
Estagiários	38	42
Outras Obrigações	1	14
Total Obrigações Procergs	668	613
Total do Grupo	1.980	1.820

5. Provisões para Contingências Trabalhistas

A Companhia discute questões trabalhistas nas esferas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios. Uma provisão para desembolsos futuros foi constituída a partir da análise da Administração, em conjunto com a Assessoria de Gestão Trabalhista. O valor provisionado nessa rubrica contempla as estimativas sobre contingências que possam resultar em perdas prováveis para a Companhia, conhecidas até o momento e não significa necessariamente, que foram obrigações constituídas neste exercício.

Após a análise jurídica, os valores foram atualizados e segregados em “Prováveis”, “Possíveis” e “Remotos”. A estimativa de perda com ações consideradas Prováveis, foram atualizadas, conforme determina a Norma Contábil - NBC TG 25 (R2) – “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”.

Quadro dos saldos estimados, atualizados até 31/12/2024:

Tipo Objeto	Qtd. Processos	Prováveis	Possíveis	Remotos	Total
Antiguidade	278	44.497	29.631	1.927	76.055
Carga	8	844	558	-	1.402
Desvio	-	350	62	3.567	3.979
Jornada	1	-	45	-	45
Outros	57	5.000	9.431	15.070	29.501
Periculosidade SINDPPD	1	-	765.535	-	765.535
Subsidiária	39	568	5.775	173	6.516
TOTAL	393	51.259	811.037	20.737	883.033

Processos Trabalhistas	Saldo 31/12/2023	Baixas* (27.331)	Ajuste de Provisão no Exercício**	Saldo Provisão 31/12/2024
	60.272		18.318	51.259

*As Baixas referem-se a pagamentos de execuções definitivas e liberações de saldos de depósitos judiciais aos reclamantes no período.

**O redução na provisão, durante o exercício, foi de R\$ 9.013. No resultado, o efeito foi de R\$ 18.318, considerando as reversões no valor de R\$ 4.854, sobre processos liquidados a menor do que o anteriormente previsto, que representaram créditos para a companhia.

Curto Prazo	Longo Prazo
34.100	17.159

Classificado como “Possível” destaca-se o processo de número 0021506-62.2016.5.04.0025, que figura na listagem de ações, com o pedido ajuizado em 28/09/2016, pelo SINDPPD/RS, com valor estimado de R\$ 765.535 em Dezembro/2024. Nesta ação, o SINDPPD/RS reivindica o adicional de periculosidade para os funcionários da sede da Procergs em decorrência da existência de tanques de combustíveis que alimentam os geradores da Companhia. Tanto o laudo pericial, como a sentença, foram no sentido de improcedência do pedido de periculosidade, eis que os tanques de óleo diesel acoplados aos geradores estão dentro dos limites das NR’s 16 e 20. Como o Tribunal Regional do Trabalho reformou a sentença, com fundamento na OJ 385 da SBDI-I do TST, a Procergs interpôs Recurso de Revista junto ao Tribunal Superior do Trabalho tendo a Procuradoria-Geral assumido a defesa do processo, cujo recurso foi acolhido pelo TST, em 20/02/2024, para restabelecer a sentença de improcedência. Diante dessa decisão, o SINDPPD/RS opôs embargos de declaração que foram rejeitados pelo TST. Em 16/10/2024, o sindicato interpôs recurso de embargos à SDI-I, que está pendente de julgamento. A partir de Julho/2023 ocorreu o ingresso de ações individuais de cumprimento de sentença, sendo

Continua >>>

Este documento foi assinado digitalmente por:
EMPRESA JORNALISTICA J C JARROS LTDA:92785989000104
Para download do arquivo contendo a certificação digital clique no link:

<https://jornalcomercio.redeimagem.com.br/viewer/pagestream?token=wzAjkvqfXcXK86nioaGQBIN4VeAiPTes%2F4IF%2FZ38HsHxkfdM44IfUJ43wmOHxjP>

458

>>> Continuação



CENTRO DE TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO 2024

CNPJ 87.124.582/0001-04 - NIRE 43300020100



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
GOVERNANÇA E GESTÃO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Cumprindo determinações previstas nos itens II e VII, do art. 163, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e art. 42 do Estatuto Social e tendo acompanhado a situação econômica, financeira e fiscal da Companhia, através da análise, apresentada mensalmente pela Divisão Contábil Financeira, bem como examinado o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Resultado, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração Dos Resultados Abrangentes, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e com base no Relatório sem ressalvas dos Auditores Independentes da Empresa MOREIRA ASSOCIADOS AUDITORES INDEPENDENTES S/S, entendemos que as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PROCERGS – Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul S/A em 31 de dezembro de 2024. O Conselho Fiscal entende que os documentos estão aptos à apreciação pela Assembleia Geral Ordinária.

Alan Pena Tosta da Silva
Conselheiro Fiscal

Porto Alegre, 10 de março de 2025.

Cristiano Martyniak de Lima
Conselheiro Fiscal

Jornal do Comércio

O CONTEÚDO QUE
FAZ A DIFERENÇA
NO SEU DIA A DIA

Escaneie o
QRCode e
acesse o
canal
do JC







Este documento foi assinado digitalmente por:
EMPRESA JORNALISTICA J C JARROS LTDA:92785989000104
Para download do arquivo contendo a certificação digital clique no link:
<https://jornalcomercio.redeimagem.com.br/viewer/pagestream?token=wzAjkVqfXcXK86nioaGQBIN4VeAipTEs%2F4lE%2FZ38HsHhxkfdM44lftUJ43wmOHxjP>

460

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Para download do arquivo contendo a certificação digital, clique no link:

<https://jornalcomercio.redeimagem.com.br/viewer/pagestream?token=wzAjkVqfXcXK86nioaGQBiN4VeAipTEs%2F4IF%2FZ38HsHhxkfDM44lfUJ43wmOHxjP>



Para verificar a autenticidade do documento acima, acesse o verificador do site do ITI (Instituto Nacional de Tecnologia da Informação), ferramenta indicada pela ICP Brasil para validação da certificação digital.

<https://validar.iti.gov.br>

(Verificador de Conformidade do Padrão de Assinatura Digital da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP-Brasil)

Certificado(s)

Nome: EMPRESA JORNALISTICA J C JARROS LTDA:92785989000104
Emitido por: AC SAFEWEB RFB v5
Data da assinatura: 14/03/2025 00:34:52



**Caixa de Administração da Dívida
Pública Estadual S.A.
CADIP**

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP

**Demonstrações Contábeis em
31 de dezembro de 2024 e de 2023.**

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	2024	2023	Passivo e patrimônio líquido	2024	2023
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	1.220.689	720.830	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (Nota 11)	500.000	700.000
			Fornecedores	5	4
				500.005	700.004
Não circulante			Não circulante		
			Provisão para riscos fiscais (Nota 8)	399	392
Depósitos judiciais	310	310		399	392
	310	310	Patrimônio líquido (Nota 6)		
			Capital social	710.200	10.200
			Reservas de lucros	10.395	10.544
				720.595	20.744
Total do ativo	1.220.999	721.140	Total do passivo e do patrimônio líquido	1.220.999	721.140

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP
Demonstrações do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas (Nota 9)	(142)	(142)
Provisão para riscos fiscais	<u>(7)</u>	<u>(140)</u>
Prejuízo antes das receitas e despesas financeiras	(149)	(282)
Receitas financeiras		
Prejuízo antes da contribuição social e do imposto de renda	(149)	(282)
	<u> </u>	<u> </u>
Prejuízo líquido do exercício	<u>(149)</u>	<u>(282)</u>
Prejuízo líquido por ação ordinária - Básico e Diluído - R\$	<u>(0,00006)</u>	<u>(0,00408)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP
Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado

	2024	2023
Prejuízo líquido do exercício	(149)	(282)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-
Resultado abrangente do exercício	-	-
Atribuível a:		
Controladores	(149)	(281)
Não Controladores	-	(1)
Outros componentes do resultado abrangente:		
Resultado abrangente do período	(149)	(282)
Atribuível a:		
Controladores	(149)	(281)
Não Controladores	-	(1)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Em milhares de reais

		Reservas de lucros			
	Capital Social	Legal	Retenção de Lucros	Prejuízos Acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2023	10.200	2.040	8.786	-	21.026
Prejuízo líquido do exercício				(282)	(282)
Absorção do prejuízo			(282)	282	-
Em 31 de dezembro de 2023	10.200	2.040	8.504	-	20.744
Aumento Capital Social	700.000				700.000
Prejuízo líquido do exercício				(149)	(149)
Absorção do prejuízo			(149)	149	-
Em 31 de dezembro de 2024	710.200	2.040	8.355	-	720.595

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP
Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Prejuízo líquido do exercício:	(149)	(282)
Ajustes para conciliar o prejuízo ao caixa e equivalentes de caixa aplicados nas atividades operacionais:	-	-
Provisão para riscos fiscais	7	7
Outras Contingências	-	(58)
	<u>(142)</u>	<u>(333)</u>
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(142)	(333)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Redução (aumento) Fornecedores	1	-
	<u>1</u>	<u>-</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(141)	(333)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(200.000)	700.000
Aumento de Capital Social	700.000	
	<u>500.000</u>	<u>700.000</u>
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>499.859</u>	<u>699.667</u>
Demonstração do aumento(redução) no caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.220.689	720.830
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>720.830</u>	<u>21.163</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>499.859</u>	<u>699.667</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP
Demonstração do Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	-	-
Valor adicionado a distribuir	<u>-</u>	<u>-</u>
Distribuição do valor adicionado		
Serviços de terceiros, impostos taxas e emolumentos	142	142
Provisão para riscos fiscais	7	140
Prejuízos absorvidos	<u>(149)</u>	<u>(282)</u>
Valor adicionado distribuído	<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em milhares de reais

1 Informações gerais

A Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP é uma sociedade de economia mista, supervisionada pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre - RS. A Companhia tem como objetivo implementar ações que visem contribuir na administração da dívida pública do Estado, podendo, para tanto, emitir e colocar, no mercado, obrigações e adquirir, alienar e dar em garantia: ativos, créditos, precatórios, títulos e valores mobiliários.

As demonstrações financeiras foram liberadas pela Diretoria para exame da Auditoria em 03 de janeiro de 2025.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB, e as Normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de
dezembro de 2024 e de 2023
Em milhares de reais

2.3 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A Administração informa que a Companhia não possui nenhuma operação que possa ser caracterizada como instrumento financeiro derivativo ou operações de *hedge*, na forma do disposto na Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008.

Os instrumentos financeiros destinados a alcançar o objeto social da Companhia estão representados, substancialmente, por caixa e equivalentes de caixa e por créditos a receber. Em função das suas características, a Administração da Companhia entende que os valores contábeis se situam em níveis líquidos de mercado.

2.4 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, com a probabilidade de que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da mesma possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, a estimativa de reembolso é reconhecida como um ativo em separado, mas apenas quando o valor for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.5 Reconhecimento da receita

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança. É provável que recursos financeiros futuros possam fluir para a Companhia, quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das suas atividades.

2.6 Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição, durante determinado período, é apresentada pela CADIP, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações Contábeis.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Contábeis e seguindo as disposições contidas na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

2.7 Arrendamento Mercantil

Avaliamos os efeitos da aplicação da NBC TG 06 (R3) e não identificamos contratos que possam ser caracterizados como de arrendamento mercantil.

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de
dezembro de 2024 e de 2023
Em milhares de reais

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2024, base negativa de contribuição social, no montante de R\$ 23.645 (2023 - R\$ 23.503), e prejuízos fiscais, no montante de 23.645 R\$ (2023 - R\$ 23.503), sem prazo de prescrição, cujos créditos tributários, conservadoramente, não foram contabilizados, no montante de R\$ 8.039 (2023 - R\$ 7.990), uma vez que serão utilizados na proporção da geração futura de lucros tributáveis.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Bancos - conta movimento	29	20
Aplicações financeiras	<u>1.220.660</u>	<u>720.810</u>
	<u>1.220.689</u>	<u>720.830</u>

As aplicações financeiras referem-se a recursos disponibilizados ao Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC, cuja remuneração tem, a partir de 1º de janeiro de 2005, o tratamento previsto no art. 1º do Decreto Estadual nº 38.113, de 22 de janeiro de 1998.

5 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, as transações com partes relacionadas estão representadas pelas aplicações financeiras, descritas na Nota 4.

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de
dezembro de 2024 e de 2023
Em milhares de reais

6 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 o Capital está composto por 2.402.611.661 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no Brasil.

Em 20 de março de 2024 o Acionista Estado do Rio Grande do Sul, alinhando-se ao Plano de Negócios da Companhia, efetuou integralização de Capital Social, no valor de R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais).

Os valores do Capital Social estão assim constituídos:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Capital Social	710.200	10.200

(b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 e art. 20 do Estatuto Social.

(ii) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros está representada pelo saldo remanescente de lucro líquido, após as destinações legais e estatutárias.

(c) Apropriação do lucro líquido do exercício

De acordo com o estatuto da Companhia, o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, terá as seguintes destinações:

(i) 5% para constituição da Reserva legal, limitado a 20% do capital social; e

(ii) 25% será distribuído como dividendo mínimo obrigatório.

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de
dezembro de 2024 e de 2023
Em milhares de reais

7 Remuneração dos administradores

Na forma do artigo 6º da Lei Estadual nº 10.600/95, de 26 de dezembro de 1995, e atendendo ao estabelecido pela Junta Comercial, Industrial e Serviços do Estado do Rio Grande do Sul, os Conselheiros e Diretores da Companhia são remunerados, simbolicamente, com a importância de R\$ 1,00 (um real), por reunião e por mês, respectivamente, uma vez que os trabalhos por eles desenvolvidos são considerados, pela Lei Estadual nº 10.600, de 28 de dezembro de 1995, como de serviço público relevante.

8 Provisão para riscos fiscais

A Administração da Companhia tomou a decisão, conservadoramente, de constituir provisão para perda em processos administrativos, perante a Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre - RS, referente à Manifestação de Inconformidade em relação à compensação de créditos tributários, inscritos em Dívida Ativa, no valor de R\$ 191, em 31 de dezembro de 2024, (2023 - R\$ 191) e, frente à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, referente ao questionamento quanto à aplicação de multa cominatória por alegado atraso de envio de documentos, no montante de R\$ 208, em 31 de dezembro de 2024, (2023 - R\$ 201), estas com decisão favorável à Companhia em 1ª Instância, junto a Justiça Federal.

9 Despesas gerais e administrativas

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía registradas as seguintes despesas administrativas:

	2024	2023
Serviços de terceiros	56	42
Impostos taxas e emolumentos	26	21
Publicações	60	79
	<u>142</u>	<u>142</u>

10 Impactos ambientais

A Companhia não sofreu impactos ou descontinuidade decorrentes das recentes enchentes que assolaram o Estado do Rio Grande do Sul.

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de
dezembro de 2024 e de 2023
Em milhares de reais

11 Fato Relevante

O Acionista Estado do Rio Grande do Sul, alinhando-se ao Plano e Negócios da Companhia, efetuou Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC no valor de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), em 30 de dezembro de 2024.

Carlos Eduardo Provenzano
Presidente

Cristiane Costa da Rosa
Diretora Técnica

Luis Antônio Medina Gomez
Diretor de Relações com Investidores

Paulo Cesar Motta
Contador
CRCRS RS 61363
CPF 498.915.700-10

**Badesul Desenvolvimento S.A. -
Agência de Fomento/RS**

Ao Banco Central do Brasil

Prezados Senhores:

Assunto: Demonstrações Financeiras Individuais

Em atendimento ao Disposto no art. 45 da Resolução BCB nº 02 de agosto de 2020, encaminhamos as Demonstrações financeiras do BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS, relativa à data-base 31 de dezembro de 2024 compostas pelos seguintes documentos:

- Relatório de Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Notas Explicativas;
- Relatório dos Auditores Independentes;
- Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria;
- Parecer do Conselho de Administração; e
- Parecer do Conselho Fiscal

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 05 de março de 2025 e originalmente divulgadas, no dia 18 de março de 2025, no site da instituição: <https://www.badesul.com.br/transparencia#3>

A administração declara-se responsável pelas demonstrações e documentos encaminhados.



BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

CNPJ 02.885.855/0001-72 - NIRE 43 3 0003872 6
Rua General Andrade Neves, 175 - 18º andar - Centro - Porto Alegre - RS - CEP 90010-210
Fone: (51) 3284-5800 - Fax: (51) 3227-5050 - www.badesul.com.br - E-mail: badesul@badesul.com.br
Ouvidoria: 0800.642.5800 - ouvidoria@badesul.com.br



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 31 de dezembro de 2024

A MENSAGEM DO PRESIDENTE

O exercício de 2024 se encerra como um dos mais desafiadores da história do Rio Grande do Sul e dessa instituição. Diante do evento extremo que assolou o Estado durante os meses de abril e maio, o Badesul Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS reafirmou seu compromisso fundamental com a sociedade gaúcha, participando de forma ativa dos esforços de resposta emergencial e de reconstrução dos negócios e municípios afetados.

A Agência de Fomento suspendeu a cobrança de financiamentos, medida que beneficiou mais de 230 empresas afetadas, e viabilizou R\$ 124,4 milhões em novas contratações por meio de linhas emergenciais. Além de ações tempestivas, o Badesul buscou alternativas para potencializar seu papel estratégico como promotor do desenvolvimento sustentável, da inovação e da resiliência climática. Iniciativas como o aporte de R\$ 100 mi do Governo do Estado e a captação de recursos externos junto a órgãos internacionais de fomento possibilitarão a ampliação do alcance da instituição, que deverá continuar a exercer protagonismo no processo de retomada da atividade econômica gaúcha nos próximos exercícios, conforme as diretrizes do Plano Rio Grande.

Mesmo em um cenário de grande adversidade, o Badesul foi capaz de obter um resultado expressivo, tendo encerrado o exercício de 2024 com lucro líquido de R\$ 53,1 mi. Em decorrência, o Patrimônio Líquido superou a marca histórica de R\$ 1 bilhão ao final de 2024, montante 6,4 % superior ao registrado no final de 2023. A solidez operacional e financeira refletida nesse balanço demonstra resiliência também do Badesul como instituição financeira suscetível a eventos extremos, o que lhe permite continuar a atuar de forma incisiva nos esforços de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

No âmbito institucional, o Badesul deu continuidade ao seu ciclo de Planejamento Estratégico em parceria firmada com a PUCRS. Iniciativas importantes puderam ser concretizadas ao longo do ano, como a aproximação com ecossistemas de inovação tanto na capital, com o Instituto Caldeira e a Tecnopuc, como no interior, com o Tecnovates (Lajeado) e o Parque Tecnológico de Pelotas. Adicionalmente, o Badesul operou, pela primeira vez em sua história, recursos captados através da FONPLATA, Instituição Internacional de Desenvolvimento, oportunizados como catalisadores de negócios aos nossos clientes, além de ter-se aproveitado da experiência e conhecimento adquiridos para aprofundar a prospecção por novas oportunidades e fontes de financiamento.

Em relação ao desempenho operacional e financeiro dessa instituição de fomento, o ano de 2024 totalizou 571 novas operações de crédito aprovadas, no montante de R\$ 925 milhões. O valor superou em 58% a meta de crescimento inicialmente projetada para o exercício, refletindo o esforço excepcional que o Badesul efetuou para atender a sociedade gaúcha diante da necessidade crítica de acesso ao crédito. Além disso, foram integralizados R\$ 2,1 milhões em fundos de investimentos em participações, com ênfase em empresas inovadoras. Adicionalmente, informamos que não foram constatadas irregularidades internas no âmbito da Operação Fóton.

Por fim, gostaria de agradecer aos clientes dessa Agência de Fomento, em especial aos produtores rurais e agroindustriais, aos empresários em geral e aos prefeitos dos municípios gaúchos. Juntos fomos capazes de superar o momento mais crítico da catástrofe ambiental ao longo de 2024. Reitero que continuarão a encontrar no Badesul um parceiro estratégico na retomada econômica do Estado e convido, em especial aos novos gestores municipais empossados para o próximo ciclo político, a somar forças conosco na construção de uma economia pautada pela resiliência climática e a sustentabilidade.

Estou convicto que poderão contar com a disposição dos colaboradores dessa Instituição e, sobretudo, com a confiança do Governador do Estado e do Secretário de Desenvolvimento Econômico, aos quais estendo os meus agradecimentos. Nossas ações para o próximo exercício estarão alinhadas às diretrizes do Plano Rio Grande, e serão possibilitadas pelo apoio fundamental de fontes de recursos financeiros, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Caixa Econômica Federal (CEF), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), o Ministério do Turismo e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), aos quais direciono meu reconhecimento e gratidão.

Claudio Leite Gastal
Diretor-Presidente

A SITUAÇÃO DA ECONOMIA

O ciclo sincronizado de aperto monetário possibilitou a convergência dos índices de preço para patamares confortáveis, ainda que em ritmos diferentes ao redor do globo. A manutenção de estímulos fiscais em harmonia com a normalização das cadeias de suprimento afastou os temores de uma recessão generalizada, de forma que a economia global se mantivesse resiliente em meio ao processo desinflacionário, com uma forte resposta no mercado de trabalho em diversos países. Os resultados, no entanto, foram bastante heterogêneos e, em média, menores do que aqueles

observados na década anterior. A partir do segundo semestre de 2024, iniciou-se uma transição do ferramental de políticas macroeconômicas: as principais autoridades monetárias deram início ao ciclo de afrouxamento de suas políticas monetárias, ao passo que se espera que sejam perseguidas políticas de consolidação fiscal, retomando a trajetória de gastos anterior aos choques recentes. Contudo, esse processo tem acontecido de forma gradual e repleta de incertezas: o redesenho de políticas comerciais, migratórias, ambientais, de domínio tecnológico, entre outras, com repercussões orçamentárias e institucionais, pode alimentar pressões inflacionárias e retardar a acomodação monetária. Uma trajetória mais suave de cortes de juros nos EUA significaria uma moeda americana mais forte por mais tempo, e o adiamento de uma retomada significativa dos fluxos de capital para os países emergentes. A China, que já vem enfrentado um cenário de dificuldades internas, tenderá a enfrentar obstáculos adicionais para dinamizar sua economia, o que já tem se traduzido em preços de commodities menos estimulantes.

Após a expansão de 3,2% em 2023, projetava-se a moderação do crescimento brasileiro. No entanto, a forte recuperação do mercado de trabalho, combinada com a política de valorização do salário-mínimo, as transferências sociais, e a relativa estabilidade do nível preços tem culminado em uma expansão substancial da renda disponível e aquecido o mercado interno, mesmo em um ambiente de crédito restritivo. No acumulado do ano até o 3º trimestre, o PIB brasileiro apresentou uma expansão de 3,3% (IBGE). No curto prazo, o mercado de trabalho apertado pressiona os custos das empresas, contribuindo para a desencoragem das expectativas de inflação. Além disso, os preços domésticos estiveram tensionados pelos efeitos climáticos sobre alimentação e energia, a incerteza eleitoral nos EUA e os ruídos em torno da política fiscal. Nessa conjuntura, o Bacen interrompeu o ciclo de queda da taxa básica em junho, a elevou em 0,25 pb em setembro; 0,5 pb em novembro e 1,0 pb em dezembro, encerrando o ano em 12,25%. Com a sinalização da continuidade do aperto com duas novas elevações de 1,0 pb, os agentes financeiros passaram a precificar a manutenção da Selic em um patamar de dois dígitos até o final de 2026. O IPCA encerrou 2024 acima do limite superior da meta, devendo permanecer acima do centro, mas dentro do intervalo em médio prazo. Apesar da arrecadação recorde em 2024, a estratégia de consolidação fiscal através da recomposição das receitas parece estar próxima dos seus limites. A acelerada transição demográfica, combinada com a repercussão da valorização do salário-mínimo sobre os benefícios previdenciários e sociais, sinaliza a necessidade de reformas estruturais para conter a deterioração das contas públicas.

O crescimento acentuado (6,4%) no primeiro trimestre respaldava a expectativa de um ano positivo para a economia gaúcha, com uma expansão expressiva após um biênio de secas severas. A projeção foi revertida pelo impacto das cheias sobre a cadeia produtiva local. O evento climático extremo de abril e maio ceifou vidas, colapsou infraestrutura crítica, interrompeu atividades, danificou máquinas e equipamentos e destruiu prédios e moradias, deixando um rastro de destruição generalizado estimado em R\$ 88,9 bilhões. A intensidade das enchentes fez com que o país se mobilizasse em torno da reconstrução do RS, direcionando doações, equipes técnicas, flexibilizando regras fiscais, ampliando transferências, e ofertando linhas de crédito a taxas reduzidas para possibilitar a retomada da economia gaúcha. O pacote emergencial atenuou os efeitos sobre a atividade, permitindo uma recuperação mais rápida e robusta do que o antecipado, ainda que desigual entre setores. No acumulado até o 3º trimestre, a economia gaúcha teve alta de 5,2%, indicando que 2024 deve registrar um crescimento significativo, ainda que aquém daquele inicialmente projetado. Para 2025, espera-se que os esforços de reconstrução continuem dando tração à atividade, na medida em que obras de maior complexidade avancem e as operações retomadas atinjam a sua plena capacidade. Projeções apontam para uma situação de neutralidade climática na maior parte de 2025, com a probabilidade de um fenômeno La Niña de baixa intensidade durante o verão. Com as condições mais favoráveis, projeta-se a continuidade do desempenho positivo do agronegócio gaúcho, com forte expansão da safra total de grãos 2024/2025.

O GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – MAPA ESTRATÉGICO

As diretrizes que irão orientar as ações do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, gestão 2023-2026, encontram-se definidas no seu Mapa Estratégico, cujo objetivo geral é:

- Unidos para construir o futuro do Rio Grande do Sul reconhecido pelo desenvolvimento sustentável e inclusivo, pela geração de oportunidades e qualidade de vida para todos, pela diversidade e pelo acolhimento a todas as vocações e a todos os talentos e, ainda, por seu compromisso com um amanhã feliz e abundante para as novas gerações.

A execução desse objetivo de governo está amparada em quatro eixos de desenvolvimento:

- Estado Próspero;
- Planejamento, Governança e Gestão;
- Desenvolvimento Econômico Inovador;
- Sociedade Inclusiva, Justa e Feliz.

O Badesul, na qualidade de Agência de Fomento do Rio Grande do Sul, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, é uma

Instituição de apoio à execução das diretrizes estratégicas e das prioridades de desenvolvimento pautadas pelo Governo do Estado para a economia gaúcha.

Os instrumentos mobilizados pelo Badesul para tal fim são os produtos e serviços que definem as suas áreas de negócios.

O BADESUL – PERFIL INSTITUCIONAL

O BADESUL Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS é uma sociedade anônima de economia mista de capital fechado, cujo controle acionário é do Estado do Rio Grande do Sul, o qual possui 99,99% do seu Capital Social, totalmente integralizado e representado por ações ordinárias nominativas. O Badesul é uma Instituição financeira constituída como Agência de Fomento, na forma dada pela Resolução nº 2.828, de 02/04/2001, do Conselho Monetário Nacional, dedicada ao financiamento e à promoção de investimentos voltados ao desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul, cujo território delimita a área geográfica de atuação da Instituição. O Badesul se relaciona com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul mediante a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, à qual se vincula como Instituição Financeira da Administração Indireta do Poder Executivo Estadual.

Os produtos e serviços operados pelo Badesul, com seus públicos relevantes, são os seguintes.

- a) *Crédito Empresarial*: Empresas Industriais e de Serviços.
- b) *Crédito Público*: Prefeituras Municipais.
- c) *Crédito Rural*: Produtores Agropecuários, Agroindústrias.
- d) *Crédito à Inovação*: Empresas Inovadoras.
- e) *Participações*: Fundos de Investimento Privados.
- f) *Serviços*: Governo do Estado e Fundos Públicos Estaduais.

Os produtos financeiros operados pelo Badesul correspondem, essencialmente, às linhas de crédito e programas de financiamento oferecidos pelo Sistema BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Subsidiariamente, o Badesul capta recursos da CEF (Caixa Econômica Federal), do Ministério do Turismo e da FINEP, assim como opera com recursos próprios, dentre outras formas, mediante destaque de capital, para o crédito a investimentos públicos municipais.

O BADESUL – OPERAÇÕES, RISCOS E FINANÇAS

Operações Desembolsadas

Os valores dos desembolsos de crédito e integralizações em fundos efetuados no exercício de 2024 são dispostos na tabela que se segue, conforme as áreas de crédito e de participações da Instituição e referenciadas ao Rio Grande do Sul como um todo.

Valor das Operações de Crédito Liberadas e de Participações Integralizadas pelo Badesul por Áreas de Negócios. Valores em R\$ mil nominais.

Badesul – Áreas de Negócios	Valor 2024	Valor 2023	Variação %
Rural e Agroindustrial	232.647	195.591	18,9
Empresarial	318.893	241.322	32,1
Fomento Público	206.854	63.314	226,7
Total Operações Crédito	758.394	500.227	51,6
Integralizações	2.066	1.452	42,3
Total Geral	760.460	501.679	51,6

Fonte: Badesul.

Destques Operacionais

- *Dinamização de Economias de Cidades e Regiões*. As operações de crédito desembolsadas pelo Badesul à realização de investimentos de 2024 também atenderam ao propósito de apoiar as regiões da geografia rio-grandense, o que se comprova pela tabela que se segue, a qual apresenta as 10 (dez) principais regiões apoiadas.

Desembolsos por principais Regiões dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Apoiadas pelo Badesul.			
Região do COREDE	Principal Município	Valores em R\$ mil	
		2024	2023
Serra	Caxias do Sul	98.218	53.675
Fronteira Oeste	Uruguaiana	66.694	35.144
Metropolitano Delta do Jacuí	Porto Alegre	59.962	25.116
Vale do Taquari	Lajeado	50.102	12.330
Missoes	Santo Ângelo	46.986	60.556
Paranhana - Encosta da Serra	Taquara	36.814	9.247
Vale do Jaguari	Santiago	32.675	6.627
Alto Jacuí	Cruz Alta	31.140	21.809
Rio da Várzea	Palmira das Missões	30.259	54.274
Central	Santa Maria	30.010	25.312
Total Parcial		482.860	304.090
Total Geral		758.394	500.227

Fonte: Badesul.

Faz-se também destaque às cidades apoiadas, mediante o desembolso de R\$ 206,9 milhões em 2024, para a execução de investimentos públicos projetados por prefeituras municipais do RS e ligados à infraestrutura urbana e industrial, à educação, à aquisição de máquinas rodoviárias, à execução de instalações públicas e à modernização da gestão.

- *Alavancagem da Infraestrutura Estadual*. O Badesul desembolsou R\$ 65,0 milhões voltados à realização de investimentos em infraestrutura de suporte ao desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, com destaque à produção e transmissão de energia e à logística.

Saldo de Operações Ativas

O Badesul encerrou o ano de 2024 com Saldo de Operações Ativas de R\$ 2,7 bilhões, correspondente a 3.502 CFAs (Contas Financeiras Ativas) e a 2.601 clientes.

Gestão de Riscos

Observa-se que 81,6% do valor do Saldo de Operações Ativas registrado pelo BADESUL ao findar de 2024 corresponde a operações de crédito de curso normal, isto é, com classificação de risco (rating) desde AA até C.

Patrimônio Líquido e Liquidez Financeira

O Patrimônio Líquido do Badesul alcançou, ao final de 2024, o valor de R\$ 1 bilhão. A aplicação dos recursos próprios desta Instituição em Títulos e Valores Mobiliários (TVM) somou R\$ 671,5 milhões ao final deste exercício, excluídos os recursos de propriedade dos Fundos Administrados, o que evidencia o elevado grau de liquidez desta Agência de Fomento.

Gestão de Fundos Estaduais e Capitalização pelo Fundopem/RS

Como prestador de serviços ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, o Badesul executa a gestão financeira de fundos estaduais ligados à promoção do desenvolvimento da economia gaúcha. Estes serviços, inclusive, estendem-se além do controle financeiro, na medida em que o Badesul também presta apoio à contratação e ao repasse de recursos, em especial à conta do FEAPER (Fundo Estadual de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Rurais) e do Funterra (Fundo de Terras do Estado do Rio Grande do Sul). Registra-se também que, em relação ao Fundopem/RS (Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul), a Lei Estadual nº 11.916, de 02/06/2003, alterada pela Lei Estadual nº 13.708, de 06 de abril de 2011, estabelecia autorização ao Poder Executivo para destinar ao aumento do capital social do Badesul o montante equivalente a 30% dos retornos das operações de financiamento do FUNDOPEM. Em 25 de setembro de 2015, foi publicada a Lei Estadual nº 14.744, a qual promoveu alteração na redação da Lei nº 11.916, antes referida, suprimindo o dispositivo autorizativo que havia para a realização de aumentos do capital social do Badesul mediante a utilização dos recursos dos retornos do FUNDOPEM. Resta pendente de capitalização o valor nominal de aproximadamente R\$ 8 milhões, valor aferido antes da promulgação da referida modificação de Lei.

Resultado

O resultado da Instituição apresentou-se neste período de 2024 em R\$ 53,1 milhões.

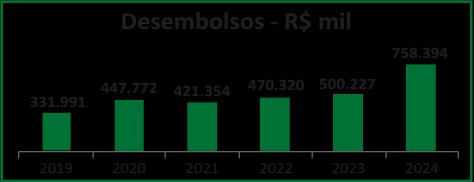
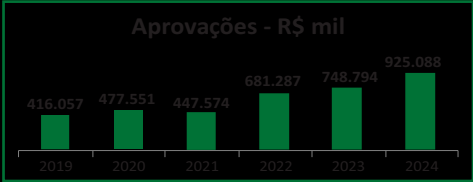
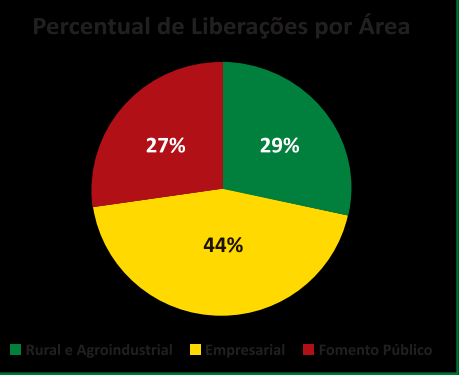
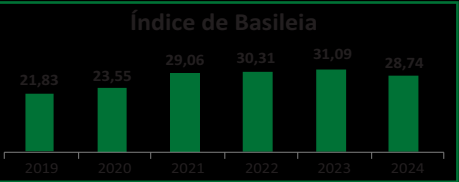
MENSAGEM DA DIRETORIA

A Diretoria do Badesul dirige-se à comunidade gaúcha para transmitir aos rio-grandenses e a todos que se dedicam ao desenvolvimento da economia do Rio Grande do Sul a sua firme determinação de exercer a gestão desta Agência de Fomento de acordo com as estratégias e prioridades governamentais e conforme os requisitos prudenciais e regulatórios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

Os dados e informações precedentes, que atestam o excepcional desempenho desta Instituição ao longo do atual Governo, ensejam o reconhecimento agradecido desta Diretoria aos clientes do Badesul, os quais honram a tradição de amor ao trabalho, de empreendedorismo e de respeito à ética do gaúcho. Nossos agradecimentos estendem-se às fontes repassadoras de recursos financeiros ao Badesul, em especial ao BNDES, mas também à CEF, à FINEP e ao Ministério do Turismo, pela confiança espelhada nos limites de crédito que alocaram, mediante esta Agência de Fomento, para o financiamento do desenvolvimento da economia do Rio Grande do Sul e da sua gente.

Finalmente, esta Diretoria renova o seu reconhecimento à dedicação e ao espírito público dos colaboradores do Badesul, com os quais esta gestão comunga os ideais de promoção do progresso econômico e do bem-estar social dos rio-grandenses.

A Diretoria



Continua

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Em Milhares de Reais)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	Dez/2024	Dez/2023		Nota	Dez/2024	Dez/2023
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	5	863	2.023	Instrumentos financeiros.....		2.028.783	1.775.688
Instrumentos financeiros.....		3.433.122	2.996.572	Repasse do país.....	14	1.977.689	1.775.688
Títulos e Valores Mobiliários.....	6	712.842	780.752	Repasse do exterior.....	14b	51.094	-
Operações de Crédito.....	7	2.720.280	2.215.820	Outras Obrigações.....	15	160.706	168.736
(-) Provisões por Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito.....		(438.645)	(313.370)	Fundos de Desenvolvimento.....	15a	41.371	113.623
Outros Ativos.....		31.592	42.445	Impostos e Contribuições Sociais e Estatutárias.....	15b	5.198	6.294
Rendas a Receber.....	8	166	606	Outros Impostos e Contribuições.....	15c	8.287	43.840
Devedores por Depósitos em Garantia.....	16d	27.783	30.981	Dotação para Aumento de Capital.....	15d	101.337	-
Outros Créditos.....	9	3.643	10.858	Outras Obrigações.....	15e	4.513	4.979
Créditos Tributários.....	10	215.499	212.846	Provisões.....		62.125	66.350
Outros Valores e Bens.....	11	673	4.595	Provisões para Contingências.....	16	55.864	59.485
Imobilizado.....	12	23.459	23.667	Provisões para Garantias Financeiras Prestadas.....	27a	290	303
Imobilizado de Uso.....		44.592	43.565	Provisões para pagamentos a efetuar.....	17	5.971	6.562
(-) Redução do Valor Recuperável do Ativo Imobilizado de Uso.....		(1.492)	(1.492)	Passivos Atuariais.....	18	6.546	10.165
(-) Depreciação Acumulada.....		(19.641)	(18.406)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	19	1.008.404	947.875
Intangível.....	13	1	36	Capital Social.....	19a	914.152	798.273
Ativos Intangíveis.....		559	559	Reservas de Lucro.....	19b	95.091	152.496
(-) Amortização Acumulada.....		(558)	(523)	Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	19c	(839)	(2.894)
TOTAL DO ATIVO.....		3.266.564	2.968.814	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....		3.266.564	2.968.814

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Em Milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre 2024	Exercício 2024	Exercício 2023
Receitas da Intermediação financeira.....		423.750	640.784	444.869
Operações de crédito.....		391.536	575.437	370.180
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários.....		32.214	65.347	74.689
Despesas da intermediação financeira.....		(321.386)	(457.838)	(267.714)
Operações de empréstimos e repasses.....		(66.384)	(130.111)	(122.810)
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito.....		(255.002)	(327.727)	(144.904)
Resultado da Intermediação Financeira.....		102.364	182.946	177.155
Outras Receitas Operacionais.....		7.540	13.183	12.489
Receitas da prestação de serviços.....		1.882	3.100	2.304
Rendas de tarifas bancárias.....		2.010	3.603	2.593
Outras receitas operacionais.....	23	3.648	6.480	7.592
Despesas Operacionais.....		(57.155)	(103.644)	(74.918)
Despesas de pessoal.....		(27.920)	(53.995)	(39.850)
Outras despesas administrativas.....	22	(15.362)	(28.074)	(22.549)
Despesas tributárias.....		(7.953)	(13.252)	(10.798)
Outras despesas operacionais.....	24a	(5.920)	(8.323)	(1.721)
Despesas de Provisões.....	24b	(3.868)	(17.027)	(12.091)
Trabalhistas.....		(2.009)	(13.190)	(10.898)
Cíveis e Fiscais.....		(1.218)	(2.484)	(591)
Planos de benefícios pós-emprego.....		(626)	(1.333)	(195)
Garantias financeiras prestadas.....		(15)	(20)	(407)
Resultado operacional.....		48.881	75.458	102.635
Resultado não operacional.....		146	(1.759)	96
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações.....		49.027	73.699	102.731
Imposto de renda e contribuição social.....	21	(2.928)	(13.797)	21.150
Provisão para imposto de renda.....		2.853	(9.920)	(29.839)
Provisão para contribuição social.....		2.469	(8.212)	(24.460)
Ativo fiscal diferido.....		(8.250)	4.335	75.449
Participações estatutárias no lucro.....		(6.776)	(6.776)	(7.533)
Lucro líquido do período.....		39.323	53.126	116.348
Nº de Ações (Em milhares).....		914.151	914.151	798.273
Lucro/(Prejuízo) por Lote de mil ações - R\$.....		43,02	58,12	145,74

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Em Milhares de Reais)

	2º Semestre 2024	Exercício 2024	Exercício 2023
Resultado líquido do período.....	39.323	53.126	116.348
Itens que não serão reclassificados para o resultado.....			
Ajustes de avaliação atuarial.....	2.055	2.055	(559)
Total do resultado abrangente.....	41.378	55.181	115.789

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Em Milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre 2024	Exercício 2024	Exercício 2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro/(prejuízo) no período antes da tributação e das participações.....		49.027	73.699	102.731
Ajustes do lucro/(prejuízo) líquido do semestre.....		258.289	344.585	157.161
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....				
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa.....	255.002		327.728	144.904
Provisão/(Reversão de provisão) para desvalorização de títulos livres.....	-		(206)	(208)
Provisão/(Reversão de provisão) para planos de benefícios.....	(586)		120	195
Provisão/(Reversão de provisão) para passivos contingentes.....	3.229		15.675	10.649
(Reversão de provisão) para garantias financeiras prestadas.....	15		(13)	303
Depreciação e amortização.....	629		1.281	1.318
Resultado do período ajustado.....	307.316		418.284	259.892
Variações nos ativos e obrigações.....	(308.690)		(423.754)	(266.780)
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários.....	103.537		68.116	(164.865)
(Aumento) em operações de crédito.....	(576.717)		(706.912)	(238.034)
Redução/(Aumento) em outros créditos.....	(2.773)		4.071	(13.422)
Redução em outros valores e bens.....	(87)		3.922	(3.631)
Aumento/(Redução) em outras obrigações.....	4.477		9.549	33.699
Aumento/(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses.....	174.030		253.097	132.695
Imposto de renda e contribuição social pagos.....	(11.157)		(55.597)	(13.022)
Fluxo de Caixa líquido das atividades operacionais.....	(1.374)		(5.470)	(6.888)
Fluxo de caixa das atividades de investimento.....				
Aquisição de imobilizado de uso.....	(1.037)		(1.037)	(499)
Baixa de imobilizado de uso.....	-		-	-
Fluxo de Caixa líquido das atividades de investimento.....	(1.037)		(1.037)	(499)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento.....				
Aumento de capital por subscrição.....	2.673		5.347	5.347
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento.....	2.673		5.347	5.347
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa.....	262		(1.160)	(2.040)
Modificações na posição de caixa e equivalentes de caixa.....				
Caixa e equivalentes de caixa no início do período.....	601		2.023	4.064
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período.....	5	863	863	2.023
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa.....	262		(1.160)	(2.040)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Em Milhares de Reais)

	Reservas de Lucros								
	Capital Social	Legal	Dividendos Obrigatórios	Juros sobre Capital Próprio	Reservas retenção de lucros	Reservas especiais Doação Prédio	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2023	761.690	3.369	1.874	-	29.362	32.779	-	(2.335)	826.739
Lucro	-	-	6.632	-	-	-	116.348	-	122.980
Ajuste de Avaliação Atuarial	-	-	-	-	-	-	-	(559)	(559)
Constituição de Reservas.....	-	5.817	-	40.450	63.449	-	(116.348)	-	(6.632)
Aumento de capital.....	36.583	-	(1.874)	-	(29.362)	-	-	-	5.347
Capital a realizar.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	798.273	9.186	6.632	40.450	63.449	32.779	-	(2.894)	947.875
Mutações do exercício.....	36.583	5.817	4.758	40.450	34.087	-	-	(559)	121.136
Saldo em 01 de janeiro de 2024	798.273	9.186	6.632	40.450	63.449	32.779	-	(2.894)	947.875
Lucro	-	-	-	-	-	-	53.126	-	53.126
Ajuste de Avaliação Atuarial	-	-	-	-	-	-	-	2.055	2.055
Constituição de Reservas.....	-	2.657	12.617	36.000	1.852	-	(53.126)	-	-
Aumento de capital.....	218.552	-	(6.632)	(40.450)	(63.449)	-	-	-	108.021
Capital a realizar.....	(102.673)	-	-	-	-	-	-	-	(102.673)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	914.152	11.843	12.617	36.000	1.852	32.779	-	(839)	1.008.404
Mutações do exercício.....	115.879	2.657	5.985	(4.450)	(61.597)	-	-	2.055	60.529
Saldo em 01 de julho de 2024.....	800.948	9.186	6.632	40.450	63.449	32.779	13.803	(2.894)	964.353
Lucro	-	-	-	-	-	-	39.323	-	39.323
Ajuste de Avaliação Atuarial	-	-	-	-	-	-	-	2.055	2.055
Constituição de Reservas.....	-	2.657	12.617	36.000	1.852	-	(53.126)	-	-
Aumento de capital.....	215.877	-	(6.632)	(40.450)	(63.449)	-	-	-	105.346
Capital a realizar.....	(102.673)	-	-	-	-	-	-	-	(102.673)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	914.152	11.843	12.617	36.000	1.852	32.779	-	(839)	1.008.404
Mutações do semestre	113.204	2.657	5.985	(4.450)	(61.597)	-	(13.803)	2.055	44.051

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

CNPJ 02.885.855/0001-72 - NIRE 43 3 0003872 6

Rua General Andrade Neves, 175 - 18º andar - Centro - Porto Alegre - RS - CEP 90010-210
Fone: (51) 3284-5800 - Fax: (51) 3227-5050 - www.badesul.com.br - E-mail: badesul@badesul.com.br
Ouvidoria: 0800.642.5800 - ouvidoria@badesul.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - (Em Milhares de Reais)

1. Contexto operacional

O Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS ("Badesul") é uma Instituição Financeira de capital fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, autorizada pela Lei Estadual n.º 10.959, de 27 de maio de 1997, alterada pela Lei Estadual n.º 11.105, de 22 de janeiro de 1998 e pela Lei Estadual n.º 13.864, de 28 de dezembro de 2011. Teve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil em 07 de dezembro de 1998. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de abril de 2012 foi aprovada a alteração da razão social de Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS para Badesul Desenvolvimento S. A. - Agência de Fomento/RS. O Banco Central do Brasil homologou essa alteração em 31 de maio de 2012 e o seu registro na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul ocorreu em 03/07/2012. O Badesul é regido pela Resolução CMN n.º 2.828, de 30 de março de 2001, alterada pelas Resoluções CMN n.º 3.757 de 01 de julho de 2009, n.º 3.834 de 28 de janeiro de 2010 e n.º 4.023 de 27 de outubro de 2011. A função precípua do Badesul é fomentar o desenvolvimento econômico e social do Estado do Rio Grande do Sul, através da oferta de soluções financeiras e não financeiras ao desenvolvimento dos setores público e privado.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN e do Conselho Monetário Nacional – CMN, utilizando como moeda funcional Real (R\$).

A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil.

Em 5 de março de 2025 a Diretoria Executiva aprovou as presentes demonstrações financeiras.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata die" e calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do Balanço.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Instrumentos financeiros

A carteira está composta por títulos de renda fixa e cotas de fundos de investimento, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustado a seu valor de mercado à provisão para perdas ou desvalorizações, quando aplicável.

As agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular BACEN nº 3.068 de 8 de novembro de 2001.

d) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682 de 21 de dezembro de 1999 e nº 2.697 de 24 de fevereiro de 2000.

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As atualizações de operações em recuperação judicial, após o registro de acordo originado de plano de recuperação homologado por juiz, são contabilizadas em rendas a apropriar até seu efetivo recebimento, quando serão levadas a resultado como receitas de operações de crédito. As operações classificadas como *rating "H"* permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

Os riscos das operações ativas renegociadas são definidos conforme critério da Resolução CMN 2.682, de 21 de dezembro de 1999, ou seja, permanecem no *rating* que se encontravam antes da renegociação e as renegociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão, que estavam em contas de compensação, são classificadas como *rating "H"*. Eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

e) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito estão constituídas conforme determinações das Resoluções CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 e nº 2.697, de 24 de fevereiro de 2000.

É adotada a contagem em dobro dos prazos para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, conforme dispõe o parágrafo 2º, Inciso II do Artigo 4º da Resolução CMN nº 2.682/99.

As operações objeto de renegociação são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estiverem classificadas, observado que aquelas registradas como prejuízo devem ser classificadas como de risco nível "H" quando renegociadas. As operações renegociadas poderão ser reclassificadas para nível de menor risco após amortização significativa do saldo ou quando fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco.

f) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata die" incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

g) Imobilizado de uso

A Resolução CMN nº 4.535, publicada em 28 de novembro de 2016, que dispõe sobre os critérios de reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso, estabelece, entre outros procedimentos, a necessidade de revisão da vida útil dos ativos imobilizados de uso ao final de cada exercício ou sempre que houver alteração significativa nas estimativas anteriores. A depreciação deve corresponder ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso. Esta prática não substitui as regras vigentes para fins tributários, mantendo-se, portanto, controles para fins contábeis e fiscais de forma segregada.

As depreciações para fins fiscais foram mantidas, calculadas pelo método linear, com base nas taxas anuais de 3% para imóveis de uso, 10% para equipamentos de uso, 10% para sistema de comunicação, 20% para sistema de processamento de dados e 20% para veículo. Para fins contábeis a única diferença que se apurou refere-se à depreciação dos imóveis, cuja taxa anual é de 3,33% considerando que a vida útil desses bens fora avaliada em 30 anos.

h) Intangível

O ativo intangível é composto dos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da instituição, possuindo vida útil definida e referem-se basicamente aos softwares, amortizados pelo método linear à taxa de 20% ao ano a partir da data da sua disponibilidade para uso.

i) Redução ao valor recuperável de ativo

O imobilizado e outros ativos não circulantes devem ser revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda.

Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

j) Ativos e passivos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos em moeda estrangeira foram convertidos para reais utilizando-se a taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil para a data do encerramento do período.

k) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base "*pro rata die*" incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

l) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

São computados pela aplicação das alíquotas vigentes de 20% para a contribuição social e imposto de renda o percentual de 15% (mais adicional de 10% conforme legislação) para imposto de renda sobre o lucro tributável apurado no período, ajustado por diferenças permanentes e temporárias.

O ativo fiscal diferido, decorrente de imposto de renda e de contribuição social, é calculado mediante a aplicação das alíquotas vigentes na data das demonstrações financeiras sobre as diferenças temporárias e sobre os ganhos/perdas atuais, o qual é registrado na rubrica Outros Créditos, em contrapartida do Resultado do Período, e, quando aplicável, em contrapartida ao patrimônio líquido.

Quando há alteração na legislação tributária é adotado o procedimento previsto na Circular nº 4.842/2020, que determina que no caso de alteração da legislação tributária que modifique critérios e alíquotas a serem adotados em períodos futuros, os efeitos devem ser reconhecidos imediatamente com base nos critérios e alíquotas aplicáveis ao período em que cada parcela do ativo será realizada ou do passivo liquidada.

m) Passivo atuarial

O Badesul é patrocinador da FBSS – Fundação Bannisul de Seguridade Social e da CABERGS – Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, respectivamente, asseguram a complementação dos benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários, conforme detalhamento constante na nota 18, bem como, oferece prêmio por aposentadoria segundo critérios estabelecidos em regulamento próprio. O reconhecimento contábil no Badesul segue as diretrizes contidas na Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 33 (R2) conforme a edição da Resolução do CMN nº 4.877 de 23/12/2020.

A Administração do Badesul tem procedido a avaliações atuariais dos planos de benefícios pós-emprego em conformidade com a legislação vigente em cada período. As avaliações atuariais são elaboradas com base em premissas e projeções, taxas de juros, inflação, aumento de benefícios, expectativa de vida, etc. As avaliações são atualizadas em bases anuais ao final de cada exercício, e, quando necessário, em bases semestrais.

O plano de aposentadoria na modalidade benefício definido tem o custo da concessão dos benefícios determinados pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, líquido dos ativos garantidores do plano.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado. Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que os direitos dos benefícios sejam adquiridos. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo do plano de benefício reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal Brasileiro), menos custos de serviços passados e ganhos e perdas atuariais ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão utilizados para liquidar as obrigações. Os ativos dos planos de previdência são mantidos por uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – FBSS e do Plano de Saúde pela CABERGS. Os ativos dos planos não estão disponíveis aos credores e não podem ser pagos diretamente ao Badesul. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras aos planos.

n) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e as obrigações legais observam a NBC TG 25 (R2), recepcionado pelo Banco Central do Brasil por meio da edição da Resolução CMN nº 3.823 em 16 de dezembro de 2009. Os principais critérios adotados são os seguintes:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem reconhecimento contábil nem divulgação

o) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Pelo menos semestralmente é realizada revisão das estimativas e premissas.

p) Lucro/(prejuízo) por ação

O lucro/prejuízo líquido por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações em circulação em 31 de dezembro de 2023 e de 31 de dezembro de 2024.

q) Resolução CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021

A norma estabelece os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil realizadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen na condição de arrendadora e de arrendatária, devendo essas instituições observar o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, conforme regulamentação específica. Concluiu-se que não houve impactos na aplicação inicial desta regulamentação.

r) Alterações ao IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras

As alterações visam melhorar as informações divulgadas sobre dívidas não correntes com *covenants*, para que os usuários das Demonstrações Financeiras entendam o risco de tais dívidas serem liquidadas antecipadamente. Adicionalmente, foram efetuadas alterações que visam endereçar algumas preocupações levantadas por usuários das Demonstrações Financeiras, em função da aplicação das alterações sobre a Classificação de Passivos como Correntes e Não Correntes, emitidas em 2020. A adoção antecipada é permitida. As alterações tiveram efeito a partir de 1º de janeiro de 2024. Concluiu-se que não houve impactos na aplicação inicial desta regulamentação.

s) Alterações ao IFRS 16 – Arrendamentos

As mudanças, emitidas em setembro de 2022, preveem a adição de requisitos sobre como uma entidade contabiliza uma venda de um ativo e arrenda esse mesmo ativo de volta (*leaseback*), após a data inicial da transação. Em resumo, o vendedor-arrendatário não deve reconhecer nenhum ganho ou perda referente ao direito de uso retido por ele. As alterações entraram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. Concluiu-se que não houve impactos na aplicação inicial desta regulamentação.

t) Alterações ao IAS 7 e ao IFRS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e Instru-

mentos Financeiros

As alterações se referem à divulgação de informações sobre acordos financeiros com fornecedores que permitirão aos usuários das Demonstrações Financeiras avaliar seus efeitos sobre o passivo da entidade e aos seus fluxos de caixa, além da sua exposição ao risco de liquidez. As alterações entraram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. Concluiu-se que não houve impactos na aplicação inicial desta regulamentação.

4. Normas e Leis que entrarão em vigor após 31 de dezembro de 2024

Na data de preparação destas demonstrações financeiras, as seguintes normas e lei que possuem data de adoção efetiva após 31 de dezembro de 2024 e ainda não foram adotadas pela Agência são:

A Resolução CMN. Nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, a qual entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, estabelecendo novos conceitos e os critérios contábeis a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para:

I- classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros;

II- constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos seguintes instrumentos financeiros;

III- designação e reconhecimento contábil de relações de proteção (contabilidade de hedge); e

IV- evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros.

Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos novos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN nº4.966/21, serão registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Os principais aspectos que contêm a nova normativa são:

I. Classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; I.I. – Classificação de instrumentos financeiros

A classificação de Ativos Financeiros ocorrerá tanto pelo modelo de negócios, que define a forma como os instrumentos financeiros são gerenciados pela Agência, com vistas a atingir seus objetivos econômicos de curto, médio e longo prazo, bem como, as características dos fluxos de caixa contratuais, com o objetivo de identificar especificamente se este atende ao critério de "somente principal e juros" (SPPJ).

Com base no nesses dois critérios, os ativos serão classificados como i) custo amortizado, ii) valor justo no resultado ou iii) valor justo em outros resultados abrangentes. A Resolução CMN nº 4.966/21 prevê outras possibilidades de designação de um instrumento ao valor justo sob determinadas condições.

A Agência opera com programas e projetos de desenvolvimento econômico e social do referido ente público, mediante operações de empréstimos, financiamentos e prestação de garantias, com recursos próprios ou de terceiros, bem como realização de quaisquer outras operações ou atividades inerentes a uma Agência de fomento. E realizou a análise dessas carteiras, com o objetivo de identificar os modelos de negócios existentes, bem como, as características dos fluxos de caixa contratuais desses ativos financeiros.

As Agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, a qual estabelece que os títulos e valores mobiliários devam ser classificados dentro das categorias: títulos para negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento, sendo que as duas primeiras categorias devem ocorrer o ajuste ao valor de mercado. Em decorrência deste fato, há alterações na mensuração da carteira decorrentes da adoção da nova norma, onde:

• Operações de Crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito, deverão ser classificados substancialmente a custo amortizado, exceto aqueles que as características dos seus fluxos de caixa indicar que existam outros componentes relevantes fora o principal e juros e, portanto, não atenderem ao critério de acordo básico de pagamento, os quais deverão ser classificados a valor justo;

• As cotas de fundo de investimentos deverão ser classificadas como valor justo no resultado, se as características de seus fluxos indicarem que existam outros componentes relevantes fora o principal e juros;

• As cotas de fundo de investimento designadas inicialmente como valor justo em outros resultados abrangentes, deverão ser avaliados pelo valor justo, computando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida adequada conta de outros resultados abrangentes, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

• Os passivos financeiros, relacionados a compromissos de créditos e créditos a liberar, empréstimos e captações, serão classificados ao custo amortizado.

Com base nos modelos adotados, a Agência estimou um impacto líquido de efeitos tributários de aproximadamente (R\$ 1,5 milhões) em seu patrimônio líquido, decorrente a aplicação da Resolução CMN nº 4.966/21, relativo à aplicação dos novos critérios de classificação de instrumentos financeiros. Os efeitos do referido impacto, serão registrados em 1º de janeiro de 2025, em contrapartida às contas dos respectivos instrumentos financeiros.

II. Constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos instrumentos financeiros e Ativos Problemáticos

Atualmente, a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa é baseada nos critérios estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do CMN que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (sem risco) e "HH" (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

Com a entrada em vigor da resolução CMN nº 4.966/21, a constituição de provisão correrá em montante correspondente às perdas esperadas associadas ao risco de crédito sobre o valor contábil bruto dos ativos financeiros, com base em percentuais mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, considerando o tempo de atraso, a classificação desses ativos financeiros por tipo de modalidade e garantia "C1" (menor risco) e "C5" (maior risco) e a caracterização do ativo como problemático.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito passará a ter 3 componentes:

• Provisão para Perda incorrida: Para ativos inadimplidos (atraso maior que 90 dias);

• Provisão adicional: Provisão para ativos não inadimplidos;

• Provisão para Perda Esperada: perda estimada de acordo com os modelos internos da instituição.

A instituição deverá constituir a provisão com base no maior valor entre: (i) a soma da perda incorrida e da provisão adicional; e (ii) o valor da perda esperada simplificada.

Perímetro de aplicação

O modelo de avaliação para constituição de perdas esperadas associadas ao risco de crédito para os ativos financeiros, deverá considerar um escopo de aplicação mais amplo do que o atual modelo utilizado.

Nesse sentido, os ativos financeiros classificados nas categorias custo amortizado(CA), valor justo no resultado(VJR), relativo às operações de crédito e outras operações com característica de concessão de crédito e para aqueles ativos financeiros com atraso acima de 90 dias, valor justo em outros resultados abrangentes(VJORA), bem como, as exposições a garantias financeiras prestadas e demais exposições ao risco de crédito, registradas em contas contábeis de controle, passarão a ser elegíveis a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Adoção da nova regra de ativos problemáticos

O instrumento financeiro irá se caracterizar como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (ativo problemático), quando:

• Houver atraso superior a 90 dias no pagamento;

• Reestruturação do ativo financeiro associado à obrigação;

• Houver indicativos de que a obrigação não será honrada nas condições pactuadas, sem recorrer a garantias ou colaterais.

Uma vez que uma operação seja marcada como ativo problemático, as demais operações da mesma contraparte, incluindo as demais contrapartes conectadas, serão também marcadas como ativos problemáticos.

A marcação de ativo problemático poderá ser revista (Cura) quando o ativo estiver performando no pagamento de principal e juros e:

• Existir um período sustentado de execução do pagamento por parte do cliente; e

• Existir amortização relevante do saldo devedor do cliente.

Agência não deverá reconhecer, no resultado do período, receita de juros ou de qualquer natureza ainda não recebida relativa a ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.

Por fim, a Agência irá reconhecer os juros das operações da faixa entre 60 a 90 dias de atraso, não caracterizadas como ativo problemático, levando em consideração a data

Continua



BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

CNPJ 02.885.855/0001-72 - NIRE 43 3 0003872 6

Rua General Andrade Neves, 175 - 18º andar - Centro - Porto Alegre - RS - CEP 90010-210
Fone: (51) 3284-5800 - Fax: (51) 3227-5050 - www.badesul.com.br - E-mail: badesul@badesul.com.br
Ouvidoria: 0800.642.5800 - ouvidoria@badesul.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - (Em Milhares de Reais)

base 31 de dezembro de 2024.

O impacto estimado do reconhecimento dos juros das operações da faixa entre 60 a 90 dias de atraso, foi de aproximadamente (R\$ 7,8 milhões) em seu patrimônio líquido, líquido de efeito tributário. Esse montante será reconhecido contabilmente quando da adoção do normativo, em 1º de janeiro de 2025, em contrapartida às contas dos respectivos ativos financeiros.

Metodologia para Apuração da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito – Metodologia Simplificada

A Agência por pertencer ao segmento S4, utilizará a metodologia simplificada para a apuração de provisões para perdas esperadas. Esta abordagem permite uma avaliação menos complexa das perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando o porte e a capacidade operacional da instituição.

O Banco Central do Brasil emitiu regras específicas para o modelo simplificado de apuração de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, que estabeleceram os conceitos e os critérios contábeis para a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, para a caracterização de ativo com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) e de ativos reestruturados.

Para o cálculo da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, o modelo simplificado prevê os seguintes componentes:

I- Provisão para perdas incorridas – Ativos inadimplidos

O nível de provisão para ativos inadimplidos é calculado de acordo com o número de meses de atraso a partir da data do inadimplemento e a classificação da carteira (C1 – C5). O nível de provisão aumenta à medida que o atraso aumenta.

A provisão para perdas incorridas será estimada considerando:

- Ativos financeiros inadimplidos (atraso superior a 90 dias), com base na carteira e no atraso no cumprimento do pagamento de principal e juros pela contraparte;
- No caso de ativos financeiros cuja contraparte seja pessoa jurídica em processo falimentar, a provisão para perdas incorridas associadas ao risco de crédito deverá corresponder, a partir da data da decretação da falência, a 100% (cem por cento) do valor contábil bruto do ativo.

II- Provisão adicional:

Conforme a regulamentação vigente, a Agência também deverá constituir complementarmente à provisão para perdas incorridas, provisão adicional, com percentuais que variam em função do tempo de atraso (incluindo ativos com zero dias de atraso), a classificação de carteira (C1 – C5) e a caracterização de ativo problemático, conforme segue:

- Ativos financeiros não caracterizados como ativo com problemas de recuperação de crédito;

- Ativos financeiros caracterizados como ativo com problemas de recuperação de crédito, não inadimplidos (atraso menor que 90 dias); e

- Ativos financeiros inadimplidos (atraso superior a 90 dias).

III- Provisão para perda esperada:

O cálculo de provisão de perda esperada é realizado através de modelo próprio da instituição, tomando como base o histórico de pagamentos e segmentação de clientes.

IV- Total da provisão associada a perda de crédito:

O montante total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito deve corresponder, no máximo, a 100% do valor contábil bruto da operação e deverá considerar o maior valor entre (i) a soma da perda incorrida e da provisão adicional; e (ii) o valor da perda esperada.

A Agência deverá, segundo seu julgamento, adotar modelo interno para o cálculo de provisão para perdas esperadas com base no histórico da carteira, sendo realizada a provisão, a nível de contrato, do maior valor entre a perda esperada e a somatória das provisões para perda incorrida e provisão adicional.

Nesse sentido, a avaliação da perda esperada será de responsabilidade da Agência detentora do instrumento e será realizada com base em critérios consistentes e verificáveis, utilizando informações internas e externas.

A Agência deverá empregar técnicas de mensuração compatíveis com a natureza e a complexidade dos instrumentos financeiros, bem como com o porte, o perfil de risco e o modelo de negócio da Agência.

Com base nos modelos adotados, o Agênci estimou um impacto de aproximadamente (R\$ 31,9 milhões) em seu patrimônio líquido, líquido de efeito tributário, decorrente da adoção da nova metodologia para apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Os efeitos do referido impacto, serão registrados em 1º de janeiro de 2025, em contrapartida às contas redutoras dos ativos "Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito" relativamente à perda esperada para os ativos financeiros. Para os demais riscos e exposições, o registro será na rubrica "provisões".

III. Evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros.

Os requerimentos de evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros serão atendidos integralmente, quando aplicáveis, nas demonstrações financeiras subsequentes a 31 de dezembro de 2024.

As rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), serão atualizadas para atender aos requerimentos de evidenciação, conforme normativos divulgados pelo Banco Central do Brasil.

• Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022

A Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022, estabelece o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos pelas instituições financeiras. A partir de 1º de janeiro de 2025, essas instituições poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), as perdas incorridas em operações inadimplidas e em operações com pessoas jurídicas em processo falimentar ou de recuperação judicial. A lei define critérios específicos para a dedução dessas perdas, incluindo a aplicação de fatores de ajuste baseados no tempo de inadimplência e na natureza das garantias associadas aos créditos.

A realização dos créditos tributários provenientes das diferenças temporárias de provisões indedutíveis, demonstrada na nota explicativa "10", ocorrerá quando esses créditos atingirem atraso acima de 90 dias e quando houver a reversão das referidas provisões, dado que os critérios de dedutibilidade estabelecidos pela lei 9.430/96, aplicáveis às instituições financeiras e utilizados anteriormente para mensurar a realização desses créditos, serão revogados a partir de 01/01/2025 data que a lei 14.467/22 entra em vigor. Adicionalmente, as perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025 relativas aos créditos que se encontrarem inadimplidos em 31 de dezembro de 2024 que não tenham sido deduzidas até essa data e que não tenham sido recuperadas somente poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026.

Por fim, a Agência poderá optar, até 31 de dezembro de 2025, de forma irrevogável e irretirável, por efetuar as deduções de que trata o caput deste artigo, à razão de 1/120 (um cento e vinte avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026.

A implementação da Lei 14.467 resultará em um impacto estimado de R\$ 9,2 milhões em seu patrimônio líquido, devido ao tratamento tributário. Os efeitos do referido impacto, serão registrados em 1º de janeiro de 2025, este valor foi calculado com base em simulações que consideram as novas regras de dedução de perdas de créditos, estabelecido pela Lei 14.467 e medida provisória 1.261/24.

Considerando o conjunto estimado dos impactos acima mencionados, decorrentes da adoção da Resolução CMN nº4.966/21 e Lei nº14.467/22, haverá uma redução percentual no patrimônio líquido da Agência, líquido de efeito tributário de 3,18%.

• Resolução CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021

A norma estabelece os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil realizadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen na condição de arrendadora e de arrendatária, devendo essas instituições observar o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, conforme regulamentação específica. Concluiu-se que não houve impactos na aplicação inicial desta regulamentação.

• Novo IFRS 18 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras

A nova norma, emitida em abril de 2024, substitui o IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras e introduz novas exigências para melhorar a divulgação do desempenho

financeiro das empresas, tais como: Três categorias definidas para receitas e despesas – operacional, investimentos e financiamentos – e novos subtópicos definidos, incluindo o lucro operacional. Divulgação de informações sobre indicadores específicos da empresa relacionados à demonstração de resultado, denominados medidas de desempenho definidas pela administração; Orientações aprimoradas quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas; Maior transparência para as despesas operacionais; e Requisitos específicos sobre como as empresas, tais como bancos e seguradoras, classificam as receitas e despesas na categoria operacional. O IFRS 18 entrará em vigor em 1 de janeiro de 2027. A Organização está avaliando os impactos da nova norma.

• Alterações IAS 21 – Falta de Conversibilidade Entre Moedas

As alterações, emitidas em agosto de 2023, exigem que sejam fornecidas informações úteis e completas nas demonstrações financeiras de uma companhia quando uma moeda não puder ser convertida por outra. A norma estabelece que as companhias adotem uma abordagem uniforme ao avaliar a possibilidade de conversão entre diferentes moedas, não sendo possível a conversão, deve-se determinar uma taxa de câmbio a ser utilizada e divulgar essa situação de forma adequada. Estas alterações entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e a Organização concluiu que não haverá impactos iniciais com a aplicação desta norma.

• Emendas do IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

As emendas, emitidas em maio de 2024, trazem esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros com governança ambiental, social e corporativa (ESG) e características similares, além de abordar critérios sobre a liquidação de passivos através de sistemas eletrônicos de pagamento. Essas emendas entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 e a Organização está avaliando os impactos da nova norma.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2024, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

	Dez/2024	Dez/2023
Caixa	5	7
Depósitos Bancários	858	2.016
Total	863	2.023

6. Instrumentos financeiros

a) Carteira própria - Composição

A carteira de aplicações em letras financeiras do tesouro e em fundos de renda fixa é administrada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A (BANRISUL). Do total aplicado em 31 de dezembro de 2024, o valor de R\$ 41.371 mil (R\$ 113.623 mil em 31 de dezembro de 2023) refere-se aos recursos a serem repassados aos Fundos de Desenvolvimento, cuja obrigação está contabilizada conforme descrito na nota 13 a). A gestão financeira desses recursos é realizada pelo Badesul, conforme descrito na nota 27b.

	Curto Prazo		Longo Prazo	
	Dez/2024	Dez/2023	Dez/2024	Dez/2023
Letras Financeiras do Tesouro	599.879	592.510	-	-
Cotas de Fundos de Renda Fixa	85.257	161.314	-	-
Cotas de Fundos em Participações (i)	6.388	6.726	21.318	20.409
(-) Provisão para desvalorização de Títulos Livres	-	(207)	-	-
Total	691.524	760.343	21.318	20.409

(i) São fundos de investimentos em participações (FIPs) em empresas emergentes e inovadoras destinados à aplicação em carteira diversificada de títulos e valores mobiliários de emissão dessas empresas, cujo prazo é de dez anos com período de maturação dos investimentos em torno de seis anos. Esses fundos são administrados por instituições privadas. As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores divulgados pelo respectivo administrador na data base do Balanço. Em 31 de dezembro de 2024 essas aplicações estavam assim compostas:

	Instituição Administradora	Valores		Saldo Contábil
		Subscritos	Integralizados	
CRIATEC II	Lions Trust Admin. De Recursos Ltda	10.000	9.256	4.482
CRIATEC III	Lions Trust Admin. De Recursos Ltda	10.000	9.809	11.086
FIP ANJO	BRL Trust Distribuidora S.A.	5.000	3.272	3.164
INDICATOR	TMF Group	5.000	2.575	2.445
2 IOT	CRIATEC 4 ASG	10.000	539	140
GOVTECH	Banco Daycoval	2.600	-	-
BRASIL		42.600	25.451	21.317

b) Carteira própria - Valor de mercado

	Dez/2024		Dez/2023	
	Valor	Valor de Contábil	Valor	Valor de Contábil
Letras Financeiras do Tesouro	599.879	600.151	592.304	592.402
Cotas de Fundos de Renda Fixa	85.257	85.258	161.314	168.039
Cotas de Fundos em Participações	27.706	21.318	27.134	20.409
Total	712.842	706.727	780.752	780.850

O valor de mercado, exceto para as cotas de fundos de investimento, é calculado com base em preços unitários disponibilizados pela Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA para o mercado secundário desses títulos. Para as cotas de fundos de investimento financeiro o valor das aplicações é atualizado com base no valor da cota divulgada na CVM, já para os fundos de investimento em participações o valor de mercado é estimado com base no valor justo dos ativos investidos na proporção investida.

7. Operações de crédito

a) Composição por tipo de operação

	Curto Prazo		Longo Prazo	
	Dez/2024	Dez/2023	Dez/2024	Dez/2023
Empréstimos	67.279	75.460	194.353	111.327
Financiamentos	153.762	169.169	1.109.716	907.106
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	147.208	135.041	716.126	610.682
Financiamentos Infraestrutura e Desenvolvimento	65.564	72.871	266.272	134.164
Total	433.813	452.541	2.286.467	1.763.279

b) Composição da carteira por vencimento (parcelas)

	Dez/2024	Dez/2023
Vencidas	32.219	26.789
Até 60 dias	17.389	11.334
De 61 a 180 dias	12.776	7.345
Acima de 180 dias	2.054	8.110
Víncendas	2.688.061	2.189.031
Até 180 dias	182.109	200.738
De 181 a 360 dias	219.485	225.014
Acima de 360 dias	2.286.467	1.763.279
Total	2.720.280	2.215.820

c) Composição da carteira por setor de atividade

	Dez/2024	Dez/2023
Setor Público Municipal	335.742	211.146
Administração Direta	331.836	207.035
Outros Serviços	3.906	4.111
Setor Privado	2.384.538	2.004.674
Pessoa Física	57.546	69.057
Indústria	755.907	638.084
Comércio	145.858	93.732
Outros Serviços	561.893	458.079
Rural	863.334	745.722
Total	2.720.280	2.215.820

d) A composição da carteira de crédito está distribuída nos seguintes níveis de risco

	Dez/2024		Provisão Resolução BACEN		Provisão adicional		Provisão total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Obrigações	%
AA	262.794	9,67	-	-	657	0,25	657	0,25
A	884.462	32,51	4.422	0,50	2.211	0,25	6.633	0,75
B	693.671	25,50	6.937	1,00	3.468	0,50	10.405	1,50
C	380.041	13,97	11.401	3,00	6.651	1,75	18.052	4,75
D	81.486	3,00	8.149	10,00	8.148	10,00	16.297	20,00
E	21.294	0,78	6.388	30,00	2.129	10,00	8.517	40,00
F	36.987	1,36	18.494	50,00	2.959	8,00	21.453	58,00
G	19.430	0,71	13.601	70,00	2.915	15,00	16.516	85,00
H	340.115	12,50	340.115	100,00	-	-	340.115	100,00
Total	2.720.280	100,00	409.507	-	29.138	-	438.645	-

	Dez/2023		Provisão Resolução BACEN		Provisão adicional		Provisão total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Obrigações	%
AA	288.803	13,03	-	-	722	0,25	722	0,25
A	730.352	32,96	3.652	0,50	1.826	0,25	5.478	0,75
B	418.959	18,91	4.190	1,00	2.094	0,50	6.284	1,50
C	424.056	19,14	12.722	3,00	7.421	1,75	20.143	4,75
D	59.845	2,70	5.985	10,00	5.984	10,00	11.969	20,00
E	19.540	0,88	5.862	30,00	1.954	10,00	7.816	40,00
F	11.143	0,50	5.572	50,00	891	8,01	6.463	58,01
G	57.504	2,60	40.253	70,00	8.624	15,00	48.877	85,00
H	205.618	9,28	205.618	100,00	-	-	205.618	100,00
Total	2.215.820	100,00	283.854	-	29.516	-	313.370	-

A provisão adicional corresponde ao valor excedente ao mínimo requerido pela Resolução CMN nº. 2.682/99 e está constituída dentro de critérios prudenciais estabelecidos pela Administração, em conformidade com a boa prática bancária, no sentido de permitir a absorção de perdas oriundas de circunstanciais aumentos de inadimplência por eventual reversão/mudança do ciclo econômico de setores em que o Badesul opera. No período, o aumento do saldo total em PCLD foi ocasionado pelo retorno expressivo de operações antes em prejuízo para o nível H.

e) Movimentação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Dez/2024	Dez/2023
Saldo Inicial	313.370	377.065
Adições Líquidas do Período	327.727	144.904
Baixa por Transferência à Prejuízo	(202.452)	(208.599)
Total	438.645	313.370

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo da provisão em relação à carteira de crédito equivale a 16,12% (14,14% em 31 de dezembro de 2023).

f) Concentração dos maiores tomadores de crédito

	Dez/2024		Dez/2023	
	Valor	%	Valor	%
Maior	74.095	2,72	67.153	3,03
10 maiores seguintes	380.739	14,00	345.959	15,61
20 maiores seguintes	348.092	12,80	317.279	14,32
Demais	1.917.354	70,48	1.485.429	67,04
Total	2.720.280	100,00	2.215.820	100,00

g) Garantias

O Badesul detém, alternativamente ou cumulativamente, garantias reais de hipotecas e penhores, alienação fiduciária, avais e fianças, vinculação de recursos como reserva irrevogável de formas de pagamento provenientes de recebíveis, garantia complementar de fundos e quotas-parte de ICMS nas operações com prefeituras.

h) Valores baixados a prejuízo

No exercício de 2024 foi baixado a prejuízo o montante de R\$ 202.452 mil (R\$ 208.599 mil em 2023), em cumprimento ao que dispõe a Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999, compreendendo as operações de crédito classificadas no nível de risco "H" por período superior a seis meses.

8. Rendas a receber

	Curto Prazo		Longo Prazo	
	Dez/2024	Dez/2023	Dez/2024	Dez/2023
Taxas de Administração de Fundos Estaduais de Desenvolvimento	166	606	-	-

9. Outros créditos

	Dez/2024	Dez/2023
IRPJ não compensado no Próprio Período	-	8.526
CSLL não compensado no Próprio Período	-	771
Adiantamentos a Funcionários	965	333
Adiantamentos para Pagamentos	11	22
Pagamentos a Ressarcir	1.396	1.078

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - (Em Milhares de Reais)

de operações de crédito, de provisão para perdas decorrentes de ações trabalhistas, de passivos atuariais e de provisão para perdas decorrentes de garantias financeiras prestadas, todas passíveis de realização no período máximo de dez anos. O reconhecimento contábil leva em consideração a realização provável desses créditos tributários a partir de resultados futuros projetados com base em premissas internas, que, devido às incertezas que permeiam projeções desta natureza, essas podem não se concretizar, por isso são realizadas revisões do estudo técnico semestralmente. Foram reconhecidos os créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias julgadas relevantes. Todos os procedimentos foram adotados conforme requisitos estabelecidos na Resolução CMN nº 4.842/2020. As projeções consideraram o impacto da entrada em vigor da Resolução CMN 4.966/21 e da Lei nº 14.467/22 a partir de 1º de janeiro de 2025.

a) Composição do saldo dos créditos tributários

	Curto Prazo		Longo Prazo		Total	
	Dez/2024	Dez/2023	Dez/2024	Dez/2023	Dez/2024	Dez/2023
Ativo Fiscal						
Diferido - IRPJ	21.528	27.081	98.194	91.167	119.722	118.248
Ativo Fiscal						
Diferido - CSLL	17.222	21.665	78.555	72.933	95.777	94.598
Total	38.750	48.746	176.749	164.100	215.499	212.846

Os créditos tributários diferidos, apresentados em 31 de dezembro de 2024 são resultantes da aplicação das alíquotas fiscais sobre as diferenças temporárias da seguinte forma: 25% para o imposto de renda, e, para a contribuição social de 20%.

b) Composição das diferenças temporárias e respectivos tributos

	Dez/2024		
	Saldo projetado para realização em 10 anos	Créditos Tributários IRPJ	Créditos Tributários CSLL
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	367.524	91.881	73.505
Rendas de Atraso	51.735	12.934	10.347
Provisão para Perdas com Ações Trabalhistas	53.081	13.270	10.616
Provisão para Passivos Atuariais	6.546	1.637	1.309
Total	478.886	119.722	95.777

	Dez/2023		
	Saldo projetado para realização em a10 anos	Créditos Tributários IRPJ	Créditos Tributários CSLL
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	334.818	83.705	66.964
Rendas de Atraso	69.666	17.416	13.933
Provisão para Perdas com Ações Trabalhistas	58.343	14.586	11.669
Provisão para Passivos Atuariais	10.165	2.541	2.032
Total	472.992	118.248	94.598

c) Movimentação do saldo dos créditos tributários

	Dez/2024			Dez/2023
	IRPJ	CSLL	Total	Total
Saldo Inicial	118.248	94.598	212.846	136.940
Adições				
- Resultado	28.826	23.061	51.887	78.303
- Patrimônio Líquido	-	-	-	458
Baixas				
- Resultado	(26.417)	(21.134)	(47.551)	(2.855)
- Patrimônio Líquido	(935)	(748)	(1.683)	-
Total	119.722	95.777	215.499	212.846

d) Período estimado de realização dos créditos tributários reconhecidos

	Dez/2024			
	Diferenças Temporárias	IRPJ	CSLL	Total
2025	91.773	22.943	18.355	41.298
2026	104.553	26.138	20.911	47.049
2027	49.991	12.498	9.998	22.496
2028	37.084	9.271	7.417	16.688
Acima de 2029	195.485	48.872	39.096	87.968
Total	478.886	119.722	95.777	215.499

	Dez/2023			
	Diferenças Temporárias	IRPJ	CSLL	Total
2024	824	206	165	371
2025	150.784	37.481	30.157	67.638
2026	65.408	16.352	13.082	29.434
2027	123.323	30.831	24.665	55.496
Acima de 2028	132.653	33.378	26.529	59.907
Total	472.992	118.248	94.598	212.846

e) Valor presente dos créditos tributários

O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação de 7,49% a.a. em 31/12/2024, está representado por R\$ 86.900 (R\$ 76.419 em dezembro/2023) referentes ao imposto de renda e R\$ 69.620 (R\$ 61.135 em dezembro/2023) referentes à contribuição social.

f) Créditos tributários não reconhecidos

Para fins de divulgação, não há valores de créditos tributários não reconhecidos em dezembro de 2024, bem como não houve em 31 de dezembro de 2023.

11. Outros Valores e Bens

	Dez/2024	Dez/2023
Material em Estoque	59	123
Despesas Antecipadas	213	213
Investimentos Temporários	401	401
Ativos não Financeiros Recebidos para Venda	-	3.858
Total	673	4.595

12. Imobilizado

a) Composição

Em 31 de dezembro de 2024 o imobilizado de uso apresenta a seguinte composição,

tendo sido adotada a prática contábil descrita na nota 3g:

	Taxa de depreciação % ano	Dez/2024		Dez/2023	
		Custo	Depreciação acumulada e Impairment	Valor líquido	Valor líquido
Imóveis de Uso	3%	35.074	(13.365)	21.709	22.696
Instalação, Móveis e Equipamentos	10%	1.177	(1.135)	42	21
Sistema de Processamento de Dados	20%	5.067	(3.396)	1.671	911
Outros	10%	3.274	(3.237)	37	39
Total		44.592	(21.133)	23.459	23.667

b) Seguros

O Badesul, busca no mercado coberturas de seguros compatíveis com seu porte e suas operações, contratadas por montantes considerados suficientes para cobertura de eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade. Em 31/12/2024, possui os seguintes contratos de seguros:

Um seguro predial do Edifício Negrinho do Pastoreio, contratado com a SOMPO SEGUROS contra incêndios, raios e explosões/implosões com cobertura no montante de até R\$ 40.000.000,00, Danos Elétricos – Curto Circuito cobertura de até R\$1.000.000,00, Vidros/Anúncio/Letreiro/Antenas/Espelho/Mármore e Tumulto/Greves/Lockout com coberturas até R\$120.000,00, vendaval/Fumaça com cobertura de R\$ 250.000,00 e Responsabilidade Civil Operações com cobertura de R\$ 1.000.000,00. Possuímos o seguro de responsabilidade Civil, cujo valor máximo de cobertura é de R\$ 5.000.000,00.

13. Intangível

a) Composição

	Dez/2024				Dez/2023
	Taxa de depreciação % ao ano	Saldo Inicial	Aquisição	Amortização/Impairment	Valor líquido
Total	20%	36	-	(35)	1

14. Obrigações por repasse - Instituições oficiais

Os recursos internos para repasses representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (BNDES, FINAME, FINEP, CEF e FUNGETUR).

Essas obrigações têm vencimentos mensais, exceto determinadas obrigações decorrentes de repasses para financiamentos rurais que tem vencimentos semestrais e anuais. Taxa média de captação foi de 7,49% ao ano em 31 de dezembro de 2024.

Os encargos financeiros incidentes sobre obrigações por repasses, na data base de 31/12/2024, são:

(a) nas operações pós-fixadas de 0,00% ao ano até 7,76% ao ano, além das variações dos indexadores (TLP, TJLP, DÓLAR, CESTA DE MOEDAS, SELIC, TR, IPCA, IPCA-M e INPC); e,

(b) nas operações pré-fixadas de 0,00% ao ano até 14,94% ao ano.

Os saldos estão sumariados da seguinte forma:

a) Repasses do País

	Dez/2024				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total Circulante	Acima de 12 meses	Total de Obrigações
BNDES	83.101	106.404	189.505	966.596	1.156.101
CAIXA	1.570	1.626	3.196	8.649	11.845
FINAME	23.592	35.762	59.354	295.398	354.752
FINEP	9.894	13.615	23.509	214.783	238.292
OUTRAS INSTITUIÇÕES	15.566	21.334	36.900	179.799	216.699
Total	133.723	178.741	312.464	1.665.225	1.977.689

	Dez/2023				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total Circulante	Acima de 12 meses	Total de Obrigações
BNDES	48.361	157.978	206.339	899.987	1.106.326
CAIXA	719	2.236	2.955	11.750	14.705
FINAME	14.559	68.295	82.854	306.127	388.981
FINEP	2.176	8.800	10.976	120.094	131.070
OUTRAS INSTITUIÇÕES	6.030	19.504	25.534	109.072	134.606
Total	71.845	256.813	328.658	1.447.030	1.775.688

b) Repasses do Exterior

Em 2024, foram aportados recursos FONPLATA em moeda corrente. A operação é em dólar, porém o ingresso de recursos no Badesul é em moeda corrente (R\$), através de operação de hedge. O saldo está discriminado abaixo.

	Dez/2024	Dez/2023
Total	51.094	-

15. Outras Obrigações

a) Fundos de Desenvolvimento

	Dez/2024	Dez/2023
Fundo Federal Fungetur	28.180	54.227
Fundos de Desenvolvimento Estaduais	13.191	59.396
Total	41.371	113.623

b) Impostos e Contribuições sobre o Lucro

	Dez/2024	Dez/2023
Participação nos Lucros e Resultados	5.198	6.294
Total	5.198	6.294

c) Outros Impostos e Contribuições

	Dez/2024	Dez/2023
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	210	100
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	3.811	41.277
Impostos e Contribuições sobre Salários	1.997	1.576
IOF	-	8
PIS, COFINS e ISSQN	2.269	879
Total	8.287	43.840

d) Dotação para Aumento de Capital

	Dez/2024	Dez/2023
Aumento de Capital FUNRIGS	100.000	-
Aumento de Capital FUNDOPEM	1.337	-
Total	101.337	-

e) Outras Obrigações

	Dez/2024	Dez/2023
Fornecedores	1.805	1.164
Taxa Administrativa da Carteira de TVM	314	283
Cobrança	1.631	-
ECG/FGI Recursos Livres	161	-
CABERGS/PAMES	82	-
Credores Diversos	520	3.532
Total	4.513	4.979

16. Provisão para passivos contingentes

	Dez/2024			
	Saldo Inicial	Adições	Reversões/Baixas/	Saldo Final
Trabalhista (a)	58.343	13.190	18.451	53.082
Cível (b)	1.142	2.484	844	2.782
Total	59.485	15.674	19.295	55.864

	Dez/2023			
	Saldo Inicial	Adições	Reversões/Baixas/	Saldo Final
Trabalhista (a)	57.877	10.898	(10.432)	58.343
Cível (b)	628	590	(76)	1.142
Provisão FGI	567	-	(567)	-
Total	59.072	11.488	(11.075)	59.485

Os critérios de quantificação das contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos.

a) Ações trabalhistas

A apuração da provisão é realizada periodicamente a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil. As baixas ocorridas no período foram, em sua maioria, decorrentes de processos encerrados. As adições ocorridas no ano de 2024 decorreram de novas ações impetradas e de atualização financeira de todos os processos, cuja probabilidade de perda foi julgada provável.

As contingências têm relação com processos em que se discutam pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria e outros.

Em 31 de dezembro de 2024 existiam 58 (cinquenta e oito) ações ativas movidas por empregados ou equiparados a estes (64 ações em dezembro de 2023) envolvendo risco de perda possível que representavam o valor de R\$ 160 mil (R\$ 324 mil em dezembro de 2023).

b) Ações cíveis

A apuração da provisão é realizada periodicamente a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda das ações nas quais o Badesul figura como polo passivo, sendo estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências são, em geral, decorrentes de pedidos fundado em circunstâncias modificativas, impeditivas ou extintivas de obrigações financeiras decorrentes de operações de crédito, decorrentes de ações autônomas ajuizadas (Embargos à Execução, Ações Revisionais etc.) para arguição de matérias de defesa decorrentes da cobrança judicial e extrajudicial de créditos do Badesul. Há, ainda, número residual de ações pleiteando matérias diversas, tais como ações de reparação por danos morais ou materiais.

Não são reconhecidos contabilmente os valores envolvidos em ações cíveis nas quais o Badesul figura como polo passivo ou que tenha sofrido decisão judicial condenatória, cuja probabilidade de perda é classificada como possível. Em dezembro 2024 existiam 188 (cento e oitenta e oito) ações cíveis em tal situação (159 em dezembro de 2023), sendo, desse total, 106 (cento e seis) ações com parcelas com perda classificada como possível, e o valor do risco envolvido como sendo de R\$ 79.344 mil (R\$ 63.408 mil em dezembro de 2023).

c) Ações fiscais

Em 23 de dezembro de 2013 a Receita Federal do Brasil expediu dois autos de infração, para PIS e COFINS, respectivamente, cujo montante apurado com juros e multa foi R\$ 68.655 mil compreendendo o período de 2009 a 2011, compostos pelos valores originais atualizados acrescidos das multas de ofício. No entendimento do fisco as agências de fomento, no caso o Badesul, não poderiam apurar o PIS e a COFINS por meio do método cumulativo e sim pelo não cumulativo. Vencidas as etapas de recursos no âmbito administrativo, em abril de 2017, o Badesul ajuizou ação anulatória de débito fiscal contra a União Federal, tombada sob o número 5018084-59.2017.4.04.7100, com probabilidade de perda possível e estimativa de perda atualizada para R\$ 112.663 mil em 31/12/2021.

Avalia-se a perda como possível visto as evidências indicarem ser o Badesul equiparado à instituição financeira desde sua criação, ou seja, desde antes da vigência da Lei Federal nº 12.715/2012, que positivou expressamente a equiparação de agências de fomento a instituições financeiras/bancos de desenvolvimento, para fins de tributação federal, tendo, portanto, o direito de recolher PIS/COFINS na sistemática cumulativa da Lei Federal nº 9.718 de 27 de novembro de 1998, justamente por ser equiparada a instituição financeira. Em setembro de 2017 sobreveio sentença de 1º grau, que julgou integralmente procedente pedido formulado na ação anulatória c/c declaratória, anulando-se integralmente o crédito tributário por entender que as agências de fomento devem ser equiparadas a instituições financeiras. A União apelou da decisão (reexame necessário, por se tratar de ente público) e o Badesul apresentou suas contrarrazões.

Na sessão de julgamento realizada em 06 de junho de 2019, a 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região proveu parcialmente o recurso da Fazenda Nacional. Prevaleceu o voto médio do Des. Sebastião Ogê Muniz, que entendeu, como defendido pela RFB, que o Badesul estava sujeito ao regime não-cumulativo de apuração do PIS/COFINS no período autuado, mas garantiu o direito à apuração de créditos calculados sobre despesas de obrigações por empréstimos e repasses. Em 24 de junho de 2019, o Badesul foi intimado do acórdão proferido em face do julgamento acima notificado. Tendo em vista a necessidade de esclarecimento a respeito da interpretação conferida pelos julgadores sobre as receitas financeiras auferidas pelo Badesul, foram opostos embargos de declaração até o dia 1º de julho de 2019. Após o desacolhimento dos referidos embargos de declaração, o Badesul interpôs recursos especial e extraordinário, ao passo que a Fazenda Nacional interpôs recurso especial. Em 16 de outubro de 2020, foi prolatada decisão monocrática pelo Min. Relator Francisco Falcão, determinando a devolução dos autos à origem para o aguardo da publicação do acórdão do respectivo recurso extraordinário representativo da controvérsia. Em 23 de outubro de 2020, o Badesul protocolizou pedido de distinção quanto à matéria, indeferido pelo mesmo Relator em 09 de junho de 2021. Contra tal decisão foi interposto Agravo de Instrumento, autuado em 01 de julho de 2021. Em 08 de dezembro de 2022, o Ministro Relator reviu sua decisão anterior pelo sobrestamento do feito para aguardo do julgamento do Tema 372 no Supremo Tribunal Federal, determinando o processamento do Recurso Especial. Em 22 de novembro de 2022, a Receita Federal do Brasil concluiu o processo de revisão do lançamento do crédito tributário discutido no Processo Administrativo nº 11080.733520/2013-07, para o fim de destacar a parcela que, considerado o referido voto médio, seria exigível de pronto pelo Fisco, considerando-se a inexistência, como regra, de efeito suspensivo em sede de Recurso Especial. Tal trabalho resultou na autuação do Processo Administrativo nº 11080.743.592/2022-45, para os quais foram transferidos os valores exigíveis, apurados em R\$ 50.958 mil e devidamente recolhidos em 22/12/2022, resultando no encerramento do Processo Administrativo nº 11080.743.592/2022-45, em 25/12/2022. O Recurso Especial interposto pelo Badesul não foi provido, sendo que o recurso similar, interposto pela Fazenda Nacional, restou inadmitido, sendo que essa última decisão, contrária ao Fisco, aguarda trânsito em julgado, o qual, uma vez ocorrendo, excluirá, em definitivo, a possibilidade de perda na referida ação.



BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

CNPJ 02.885.855/0001-72 - NIRE 43 3 0003872 6

Rua General Andrade Neves, 175 - 18º andar - Centro - Porto Alegre - RS - CEP 90010-210
Fone: (51) 3284-5800 - Fax: (51) 3227-5050 - www.badesul.com.br - E-mail: badesul@badesul.com.br
Ouvidoria: 0800.642.5800 - ouvidoria@badesul.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - (Em Milhares de Reais)

d) Devedores por depósitos em garantia

	Dez/2024	Dez/2023
Ações Cíveis	27.703	3
Ações Trabalhistas	80	30.978
Total	27.783	30.981

17. Provisões para pagamentos a efetuar

	Dez/2024	Dez/2023
Provisão de Funcionários	4.999	4.436
Obrigações Decorridas	168	931
Caução sobre Contratos de Prestação de Serviços	804	1.195
Total	5.971	6.562

18. Passivos atuariais

	Curto prazo		Longo prazo	
	Dez/2024	Dez/2023	Dez/2024	Dez/2023
Passivo com Plano de Previdência Complementar (c)	-	-	3.923	8.181
Passivo com Plano de Saúde (d)	-	-	-	666
Passivo com Prêmios por Aposentadoria (e) (*)	1.209	371	1.414	947
Total	1.209	371	5.337	9.794

(*) Para efeito de publicação o saldo referente à provisão prêmio por aposentadoria está segregado em curto e longo prazo considerando a elegibilidade de aposentadoria pelo critério do INSS.

a) Composição do passivo atuarial líquido

As avaliações atuariais são realizadas anualmente, exceto quando ocorrem fatos relevantes que exijam esse procedimento em período intermediário. A seguir está demonstrada a composição do passivo atuarial líquido, cujas informações foram extraídas do laudo atuarial data base 31/12/2024 conforme citado anteriormente.

	Plano de Previdência Complementar						
	Plano PB1 (c.i)	Plano Saldado (c.ii)	Plano FBPREV I (c.iii)	Plano FBPREV II (c.iv)	Plano FBPREV III (c.v)	Plano de saúde (d)	Prêmio de aposentadoria (e)
Exercício de 2024							
Movimentação da Posição Líquida	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024
Obrigações atuariais apuradas	8.258	12.160	308	15.552	2.841	6.383	1.332
Valor justo dos ativos do plano	(5.043)	(11.562)	(1.469)	(15.598)	(2.686)	(5.174)	-
Efeitos do teto de ativos/passivos adicionais	-	-	-	-	-	-	-
VI. Presente das obrigações a descoberto	3.215	598	(1.160)	(45.805)	155	1.209	1.332
Passivo atuarial líquido	3.215	598	(1.160)	(45.805)	155	1.209	1.332

	Plano de Previdência Complementar						
	Plano PB1 (c.i)	Plano Saldado (c.ii)	Plano FBPREV I (c.iii)	Plano FBPREV II (c.iv)	Plano FBPREV III (c.v)	Plano de saúde (d)	Prêmio de aposentadoria (e)
Exercício de 2023							
Movimentação da Posição Líquida	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023
Obrigações atuariais apuradas	9.712	13.644	318	18.607	3.301	5.840	1.236
Valor justo dos ativos do plano	(7.330)	(11.562)	(1.258)	(15.378)	(2.814)	(5.174)	-
Efeitos do teto de ativos/passivos adicionais	-	-	-	-	-	-	-
VI. Presente das obrigações a descoberto	2.382	2.082	(940)	3.229	487	666	1.236
Passivo atuarial líquido	2.382	2.082	(940)	3.229	487	666	1.236

b) Plano previdenciário complementar

O Badesul é copatrocinador da Fundação BANRISUL de Seguridade Social, cuja principal finalidade é a de manter os planos de aposentadorias e pensões, os quais seguem discriminados abaixo:

- (i) Plano de Benefícios I (PB1): É do tipo "benefício definido" oferecido aos empregados oriundos do BANRISUL admitidos pelo Badesul por meio de sucessão trabalhista, e a sua avaliação é realizada em conformidade com a legislação específica, é procedida por atuário independente. O regime atuarial de apuração do custo e contribuições do plano é o de capitalização coletiva. Os participantes contribuem com taxas variáveis conforme as faixas salariais. Este plano de benefícios está fechado para novas adesões. Tendo em vista que este plano apresentou déficits recorrentes (desde 2009), foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta - TAC entre a Fundação Banrisul de Seguridade Social - FBSS e os respectivos patrocinadores, mediante a aprovação do órgão regulador e fiscalizador (PREVIC) em 23/12/2013, contendo as condições para reestruturação deste Plano com a possibilidade de migração espontânea dos participantes e assistidos conforme esclarecido no item "a" dessa nota. Ao longo do primeiro semestre de 2014 foi operacionalizado o cronograma de eventos estabelecido no TAC, tendo ocorrido o processo de migração voluntária e incentivada dos participantes e assistidos para os novos Planos (Plano de benefícios Saldado e Plano de benefícios FBPREV II). Permanecem neste Plano 12 aposentados e 2 assistidos pensionistas, sendo que em 2019 foi efetuada uma segunda etapa dessa migração.
- (ii) Plano de Benefícios Saldado: Criado no primeiro semestre de 2014 para migração dos beneficiários do Plano PB1. É do tipo "benefício definido" e sua avaliação é procedida por atuário independente. Sendo este um plano salgado, não há apuração de custos e, consequentemente, contribuições normais. Poderá haver, porém, contribuições extraordinárias, caso o plano apresente déficit. São beneficiários deste Plano 1 participante ativo e 8 aposentados.
- (iii) Plano de Benefício FBPREV I: Este Plano é estruturado na modalidade "contribuição variável" e foi criado para a adesão de empregados não participantes de outros planos de benefícios da Fundação Banrisul, admitidos antes da data efetiva do plano até 90 dias a contar da data efetiva do plano e para os empregados que foram admitidos na patrocinadora após a data efetiva de acordo com o regulamento do plano, os benefícios e institutos oferecidos aos empregados são: aposentadoria normal, antecipada e por invalidez; pensão por morte; benefício proporcional; auxílio-doença; abono anual; auxílio funeral e benefício mínimo. São beneficiários deste Plano 69 participantes ativos, 1 aposentado e 1 pensionista.
- (iv) Plano de Benefício FBPREV II: Criado no primeiro semestre de 2014 para migração dos beneficiários do Plano PB1. É do tipo "contribuição variável" e sua avaliação, em conformidade com a legislação específica é procedida por atuário independente. Os benefícios assegurados por este Plano, na modalidade de "contribuição variável", abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, auxílio funeral, e, benefícios com características de benefício definido que são a aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual e pensão por morte. São beneficiários deste Plano 17 participantes ativos, 43 aposentados e 2 pensionistas.
- (v) Plano de Benefício FBPREV III: Esse plano é estruturado na modalidade "Contribuição Variável", existindo compromisso pós emprego com participantes na fase de inatividade e na cobertura dos benefícios de risco para os participantes em atividade. Os benefícios e institutos oferecidos são os seguintes: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, auxílio funeral, benefício mínimo, auto patrocínio, benefício proporcional diferido, resgate e portabilidade. São beneficiários desse plano nenhum participante ativo, 7 aposentados e 3 pensionistas.

c) Plano de saúde

O plano de saúde é mantido pela Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul/CABERGS, sendo o custeio estabelecido através de convênio de adesão. O compromisso do patrocinador foi definido projetando-se as futuras despesas assistenciais, tomando como base os custos assistenciais médios por faixa etária, líquidos da coparticipação. Foram avaliados os seguintes planos/programas, que possuem participação do patrocinador pós-emprego: (a) Plano PAM - Plano de assistência Médico-Hospitalar, nas modalidades PAMPA e PAMES; (b) PROMED - Programa Auxílio Medicamento.

d) Prêmio por aposentadoria

Prêmio concedido pelo Badesul aos empregados que se aposentarem em conformidade com o disposto no artigo 82 do regulamento de pessoal do BANRISUL, cujo direito foi mantido aos funcionários transferidos daquele Banco para o Badesul, por meio de sucessão trabalhista ocorrida em maio de 2002. O benefício equivale a uma remuneração para o empregado que se aposentar com 20 anos de empresa, duas remunerações para quem se aposentar com 25 anos de empresa e cinco remunerações para quem se aposentar com 30 anos de empresa.

e) Principais premissas

As principais premissas econômico-financeiras e demográficas informadas a seguir foram as utilizadas para cálculo nas avaliações atuariais realizadas em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

Premissas econômico-financeiras

(I) Para planos de previdência complementar

	Plano PB1 (c.i)		Plano Saldado (c.ii)		Plano FBPREV I (c.iii)		Plano FBPREV II (c.iv)		Plano FBPREV III * (c.v)	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Premissas/Planos										
Taxa real de desconto atuarial	7,67%	5,33%	7,67%	5,33%	7,61%	5,22%	7,66%	5,33%	7,66%	5,26%
Taxa de Retorno real esperado sobre os ativos	7,67%	5,33%	7,67%	5,33%	7,61%	5,22%	7,66%	5,33%	7,66%	5,26%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	-	1,00%	-	0,00%	1,00%	1,00%	-	1,00%	-	1,00%
Crescimento real dos benefícios do plano durante o recebimento	0,00%	0,30%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Fator de capacidades sobre os benefícios	0,98	98,00%	0,98	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%
Fator de capacidade sobre os salários	0,98	98,00%	0,98	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%
Inflação esperada	4,96%	3,20%	4,96%	3,90%	4,96%	3,90%	4,96%	3,90%	4,96%	3,90%

Tábua de mortalidade geral	AT-2000 (-10%) por sexo	AT-2000 (-30%) por sexo	AT-2000 (-30%) por sexo	AT-2000 (-30%) por sexo	AT-2000 Suavizada em 10% por sexo
Tábua de mortalidade inválidos	AT49 por sexo	RRB - 83 (-50%)	RRB - 83 (-50%)	RRB83 D50% Unissex	RRB - 83 (-50%)
Entrada em invalidez	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Álvaro Vindas (-70%)	Álvaro Vindas (-70%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Álvaro Vindas

Taxa anual de rotatividade	Experiência Rot. PB I (2015-2023)	Experiência Saldado 2015-2021	Experiência FBPREV 2015 2021	Exp. Rot. FBPREV III (2019-2023)	Exp. Rot. FBPREV III (2019-2023)
----------------------------	-----------------------------------	-------------------------------	------------------------------	----------------------------------	----------------------------------

Composição familiar participantes ativos	Bac: 75% casado e y=x-4 BC: Família Real	Bac: 74% casado e y=x-4 BC: Família Real	Família efetiva (cadastro)	Família efetiva (cadastro)	Família efetiva (cadastro)
--	---	---	----------------------------	----------------------------	----------------------------

Duration	31/12/2024	31/12/2023
Plano PB1	9,23 anos	9,23 anos
Plano Saldado	10,07 anos	10,07 anos
Plano FBPREV I	6,18 anos	6,18 anos
Plano FBPREV II	9,67 anos	9,67 anos
Plano FBPREV III *	7,76 anos	7,76 anos

* Conforme informações contidas no relatório de avaliação atuarial, para definição das taxas, o relatório considerou o IMA-B com data de referência em 31/12/2024. A premissa de inflação adotada em todos os planos de 3,90% a.a. reflete a mediana da expectativa de IPCA para o ano de 2025, conforme relatório FOCUS publicado pelo BACEN em dezembro de 31/12/2024.

(II) Para planos de saúde e prêmio de aposentadoria

	Plano de Saúde (d)		Prêmio por aposentadoria (e)	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Premissas/Planos				
Taxa real de desconto atuarial	7,55%	5,35%	6,11%	6,62%
Taxa de Retorno real esperado sobre os ativos	7,55%	5,35%	6,11%	6,62%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	conf. plano	conf. plano	1,00%	1,00%
HCCTR	4,1% PAM e 1% PROMED	4,1% PAM e 1% PROMED	-	-
Fator de capacidades sobre os benefícios	100,00%	100,00%	Não utilizado	Não utilizado
Fator de capacidade sobre os salários	100,00%	100,00%	2,00	100,00%
Inflação esperada	4,96%	3,90%	4,96%	3,90%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 Basic (-30%) por sexo		AT-2000 Basic (-30%) por sexo	
Tábua de mortalidade inválidos	RRB-83 desagravada em 50%			Não Utilizado
Entrada em invalidez	Álvaro Vindas desagravada em 70%		Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	
Taxa anual de rotatividade	Experiência FBPREV 2015-2021		Exp. Rot. FBPREV (2015-2023)	

Composição familiar	Família Efetiva cadastro	Não Utilizado
Duration	31/12/2024	31/12/2023
Plano de saúde	14,20 anos	14,20 anos
Prêmio por aposentadoria	0,27 anos	0,27 anos

* Conforme plano de aposentadoria em que o empregado está vinculado

* * Conforme informações contidas no relatório de avaliação atuarial, a Duration do Prêmio Aposentadoria é calculada com base nos empregados com risco não iminente de aposentadoria. Para definição das taxas, o relatório considerou o IMA-B com data de referência em 31/12/2024.

(iii) Plano de saúde - custo assistencial

Para fins de avaliação os custos dos planos médico-hospitalares foram projetados conforme as despesas médias anuais dos planos por se tratar de planos mutualísticos, sendo que o crescimento das despesas médias foi projetado conforme premissa de HCCTR. Para o programa de auxílio medicamento (PROMED) os custos projetados consideram o perfil das despesas do programa conforme faixa etária dos participantes, dado que o subsídio financeiro oferecido no programa é integralmente custeado pelas mantenedoras conforme despesas efetivamente realizadas pelos ex-empregadores vinculados a cada uma. Para cada exercício, os valores de despesas (receitas) esperados são calculados pelas projeções das variações das obrigações atuariais. Os valores são analisados ao encerramento de cada exercício, quando será apurado novamente se as projeções se concretizaram ou se será necessário efetuar ajustes adicionais.

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 o Capital Social da Instituição estava no valor de R\$ 914.151 mil (R\$ 798.273 mil em 31 de dezembro de 2023), representado por 914.150.698 ações ordinárias nominativas no valor de R\$ 1,00 cada uma, pertencentes integralmente a acionistas domiciliados no país.

Em 29 de fevereiro de 2024 houve a homologação do aumento de capital pelo Banco Central do Brasil no valor de 2.674 mil. Em 19 de julho de 2024 houve aumento de capital no valor de R\$ 113.204 mil, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 21 de junho de 2024, homologado pelo Banco Central do Brasil.

No dia 02 de dezembro de 2024 foi determinado, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital R\$ 1.337 mil referente ao FUNDOPEM e no dia 27 de dezembro de 2024 foi determinado o aumento de R\$ 100.000 mil referente ao FUNRIGS (nota 15d). Esses valores estão registrados na conta Dotação para Aumento de Capital e aguardam homologação pelo Banco Central do Brasil.

b) Reserva de lucros

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

A reserva para incentivos fiscais foi reconstituída em 31/12/2022 por parcela do lucro líquido decorrente de doações recebidas, conforme regulamentação em vigor, antes de sua distribuição, comportar o valor da parcela referente à doação recebida, visando à manutenção da condição de não tributação da receita reconhecida no exercício de 2014.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas são calculados dividendos de até o limite de 25% do lucro líquido do exercício, ajustados nos termos da lei societária, não havendo previsão estatutária para distribuição.

Quando há distribuição de juros sobre o capital próprio, a legislação pertinente faculta que sejam imputados aos dividendos obrigatórios, por deliberação da assembleia geral de acionistas. Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor. O registro contábil obedece às diretrizes contábeis do Banco Central do Brasil, sendo o montante da despesa incorrida reclassificado da Demonstração do Resultado para a rubrica de Lucros ou Prejuízos Acumulados, para efeito de elaboração e publicação das demonstrações financeiras, consoante na Resolução Bacen nº 4.872/2020, emitida pelo Banco Central do Brasil. Houve registro de JSCP no período correspondente a essas demonstrações que não foram distribuídos.



BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

CNPJ 02.885.855/0001-72 - NIRE 43 3 0003872 6
Rua General Andrade Neves, 175 - 18º andar - Centro - Porto Alegre - RS - CEP 90010-210
Fone: (51) 3284-5800 - Fax: (51) 3227-5050 - www.badesul.com.br - E-mail: badesul@badesul.com.br
Ouvidoria: 0800.642.5800 - ouvidoria@badesul.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - (Em Milhares de Reais)

d) Ajustes de avaliação patrimonial
Conforme dispõe a Carta-Circular do BACEN nº 3.729, de 08 de outubro de 2015, são reconhecidos os ajustes de avaliação patrimonial decorrentes de remensurações atuais e respectivos efeitos tributários.

20. Capital regulamentar

A Resolução CMN 4.958, que passou a vigorar a partir de 03/01/2022, consoante com as diretrizes do acordo de capital - Basileia III, estabelece índices mínimos de exigência de capital principal e adicional para a relação entre o patrimônio de referência (PR) e os ativos ponderados pelo risco (RWA). Atualmente, o índice mínimo para capital principal é de 8,00%. Devem-se somar ao índice mínimo os adicionais de capital: ACP conservação 2,00% até março de 2022 e a partir de abril, 2,50%, conforme Resolução CMN 4.958. O ACP sistêmico não é exigido para instituições do segmento S4, logo não se aplica ao Badesul. O Comunicado 42.457 manteve como 0% o valor do ACCPBrasil, o que resulta em um ACP contracíclico de valor nulo.

	Dez/2024	Dez/2023
Exigibilidades para cobertura dos ativos ponderados pelo risco		
de crédito	2.856.698	2.481.665
de mercado	19	52
operacional	338.375	277.438
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	3.195.092	2.759.155
Patrimônio de Referência para o Limite de Basileia	918.404	857.839
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA	255.607	220.732
ACP conservação	79.877	68.979
ACP contracíclico	-	-
IRRBB	6.104	8.348
Margem	576.815	559.780
Índice de Basileia	28,74%	31,09%

21. Imposto de renda e contribuição social

	Dez/2024	Dez/2023
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	73.699	102.731
Participações nos Lucros e Resultados	(6.776)	(7.533)
Efeitos das Adições e Exclusões no Cálculo dos Tributos	10.439	72.095
Diferenças Temporárias	10.238	71.953
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	32.706	53.200
Rendas a Apropriar em Atraso	(5.067)	21.624
Rendas Decorrentes de Ganhos em Renegociações	(12.862)	(3.452)
Provisão para Contingências	(3.331)	717
Depreciação	(357)	(362)
Outras Provisões	(851)	226
Diferenças Permanentes	201	142
Despesas Não Dedutíveis	201	142
Base de Cálculo do IR e CS	77.362	167.293
Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20% respectivamente (nota 3I)	(18.132)	(54.299)
Incentivos Fiscais	-	-
Total de Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social devidos a diferenças temporárias (nota 10)	4.335	75.449
Imposto de Renda e Contribuição Social na Demonstração do Resultado	(13.797)	21.150

22. Outras despesas administrativas

	Dez/2024	Dez/2023
Água, Energia e Gás	708	697
Comunicação	157	128
Manutenção e Conservação de Bens	1.675	1.586
Processamento de Dados	13.793	10.798
Publicidade e Propaganda	1.308	1.397
Serviços do Sistema Financeiro	840	769
Serviços de Terceiros	2.262	1.783
Serviços Técnicos Especializados	2.567	907
Transporte	57	44
Viagens	394	316
Emolumentos Cartoriais	479	314
Depreciação e Amortização	1.280	1.318
Despesas de Cobrança	882	892
Outras	1.672	1.600
Total	28.074	22.549

23. Outras receitas Operacionais

	Dez/2024	Dez/2023
Recuperação de Encargos e Despesas	444	619
Reversão de Passivo Atuarial	1.214	-
Reversão de Provisão de Ações Judiciais	-	908
Reversão de Provisão para Perda com Coobrigações	359	671
Encargos	2.014	1.834
Honorários de Sucumbência	2.374	2.021
Outras	75	1.539
Total	6.480	7.592

24. Outras despesas operacionais e despesas de provisões

a) Outras despesas operacionais

	Dez/2024	Dez/2023
Juros e Multas	23	-
Despesas com Encargos de Contratos	45	-
Atualização do valor recolhido aos Fundos	31	-
Descontos concedidos em Renegociações	7.020	94
Despesa de Cooperação Técnica (FAPERGS)	40	1.040
Despesa de Parceria de Negócios (PUCRS)	860	425
Despesas com Captação Internacional	179	-
Outras	125	162
Total	8.323	1.721

(i) É reconhecida provisão para cobrir eventuais riscos de desembolsos futuros para honrar cartas fiança concedidas. A metodologia adotada para apuração do valor a reconhecer é a mesma utilizada na mensuração das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito da carteira de crédito ativa. Vide nota 26b.

b) Despesas de provisões

	Dez/2024	Dez/2023
Despesa com provisão para Contingências Trabalhistas	13.190	10.898
Despesa com provisão para Contingências Cíveis e Fiscais	2.484	591
Despesa com provisão para Planos de Benefícios Pós-Emprego	1.333	195
Despesa com provisão para Perda com Coobrigação	20	407
Total	17.027	12.091

25. Transações com partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins desta nota, as seguintes Instituições: Estado do Rio Grande do Sul, Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Diretores, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, alta gerência e assessores do Badesul.

	Dez/2024		
	(Direitos)/ Obrigações	Receitas	Despesas
Rendas por Administração de Fundos (nota 27b)	(166)	2.114	-
Contratação de Serviços Especializados	314	-	370
Remuneração do Pessoal Chave de Administração (*)	-	-	10.536
Ressarcimento de Despesas - Funcionários Cedidos	(40)	-	-
Outros Valores a Ressarcir	(1.356)	-	-
Operações de Crédito	(3.520)	-	-
	Dez/2023		
	(Direitos)/ Obrigações	Receitas	Despesas
Rendas por Administração de Fundos (nota 27b)	(606)	1.464	-
Contratação de Serviços Especializados	266	-	285
Remuneração do Pessoal Chave de Administração (*)	-	-	6.555
Ressarcimento de Despesas - Funcionários Cedidos	(73)	-	-
Outros Valores a Ressarcir	(988)	-	-
Operações de Crédito	(3.230)	-	-

(*) Refere-se ao total da remuneração acrescida dos benefícios oferecidos para o pessoal chave da Administração (Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, e, a partir de política interna instituída no primeiro semestre de 2018, são considerados também como pessoal chave da administração a alta gerência e assessores)

26. Gestão de riscos

A gestão de riscos do Badesul atende às exigências normativas e aos níveis regulatórios. É um processo que envolve identificação e medição dos principais riscos aos quais a Instituição está exposta. O gerenciamento resulta em melhorias nos seus processos internos, com adequações da estrutura organizacional, de forma a envolver todas as áreas da Instituição em um processo contínuo de otimização da gestão que visa aos controles e à mitigação dos riscos.

Em conformidade com a Resolução BCB nº 54, o Badesul divulga as informações referentes ao Relatório Pilar 3, com a visão geral do gerenciamento de riscos da Instituição, no sítio <https://www.badesul.com.br>.

A partir de fevereiro de 2018 a Resolução CMN nº 4.557 normatiza as estruturas de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e de gerenciamento contínuo de capital, revogando as resoluções anteriores. O Badesul identifica, avalia, monitora e controla a exposição aos riscos, garantindo a existência de mecanismos eficientes para a supervisão e o acompanhamento. Síntese das ações desenvolvidas no âmbito da gestão de riscos:

a) Risco de mercado

A política do Badesul é de manter seus ativos financeiros até o vencimento. Desse modo, o Badesul não tem uma carteira de negociação e o seu risco de mercado é significativamente reduzido.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contratos decorrentes da detenção na classificação de risco e da redução de ganhos ou remunerações face às vantagens concedidas por ocasião de renegociações e aos custos de recuperação. Nesse âmbito, em atendimento às disposições da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, existe política definida para a gestão do risco de crédito, com metodologia e procedimentos implantados e descritos em manuais internos, os quais são periodicamente revisados. Esse é o maior risco ao qual a Instituição está exposta. O monitoramento e controle ocorrem por meio da mensuração dos níveis de exposição de risco das operações e consequentes níveis de provisionamento, além de outros indicadores.

c) Risco operacional

A política de Gerenciamento Integrado de Riscos do Badesul, revisada periodicamente, contempla o risco operacional, a visão gerencial e a cultura de controles, o reconhecimento e a avaliação dos riscos, o controle das atividades e a segregação de responsabilidades, o processo de informação e comunicação e a necessidade de monitoramento das atividades de controle.

Para apurar a parcela dos requerimentos mínimos de capital referente ao risco operacional foi adotada a Abordagem do Indicador Básico. A parcela RWAOPAD serve como fator de monitoramento deste risco.

d) Gerenciamento de capital

No Badesul o gerenciamento do capital é realizado a partir do controle e monitoramento da margem, ou da insuficiência de margem para o Limite de Basileia, apurada a partir da identificação dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência, Nível I e Capital Principal, e IRRBB (risco da variação das taxas de juros dos instrumentos classificados na carteira bancária). No período reportado o Badesul cumpriu com os requisitos de capital previstos na legislação em vigor.

e) Risco de Liquidez

Internamente, as políticas de gerenciamento de riscos contemplam o plano de contingência de liquidez. Os principais fatores que influenciam a liquidez, segundo as características operacionais, são a inadimplência, o montante de letras financeiras do tesouro (LFT) e o fluxo de caixa, sendo estes, alvo de monitoramento permanente. Adicionalmente, a maioria das operações de crédito do Badesul tem taxas "casadas" no ativo e no passivo decorrentes de operações de repasses.

f) Risco Socioambiental

A Resolução CMN nº 4.943 alterou a Resolução CMN nº 4.557, incluindo neste normativo o gerenciamento dos riscos sociais e ambientais, previstos anteriormente em norma à parte, e adicionando neste grupo o risco climático. O Badesul adaptou seus normativos internos a essa nova estrutura regulatória. A Instituição classifica suas operações de crédito em diferentes níveis de risco socioambiental. A classificação é feita por metodologia própria, revisada periodicamente e aprovada por meio de políticas internas.

27. Compromissos e responsabilidades

a) Coobrigações por garantias prestadas

O Badesul concedeu cartas de fiança a mutuários do BNDES e da FINEP, cujos contratos preveem encargos financeiros e contam com garantias constituídas pelos beneficiários, cujo saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 290 mil (R\$ 303 mil em 31 de dezembro de 2023).

b) Gestão de recursos de fundos de desenvolvimento do Estado do RS

O Badesul, por determinação legal (leis e decretos estaduais), executa a gestão financeira de recursos de diversos Fundos de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul. Na qualidade de gestora e mandatária desses recursos, conforme estabelecido na legislação de cada Fundo e nos respectivos convênios operacionais, a responsabilidade do Badesul está limitada tão-somente à correta aplicação dos recursos de acordo com os respectivos normativos, correndo o risco de crédito das operações inteiramente por conta do Estado do Rio Grande do Sul.

Os valores correspondentes aos recursos administrados são controlados em contas de compensação, que em 31 de dezembro de 2024, representam o montante de R\$ 2.606.150 mil (R\$ 2.382.775 mil em 31 de dezembro de 2023). Em contrapartida à prestação dos serviços de administração dos recursos o Badesul é remunerado de acordo com critérios estabelecidos nos respectivos convênios operacionais formalizados com as Secretarias de Estado às quais os Fundos estão vinculados.

28. Outras informações

a) FUNDOPEM

A Lei Estadual nº 11.916, de 02 de junho de 2003, alterada pela Lei Estadual nº 13.708, de 06 de abril de 2011, estabelece autorização ao Poder Executivo para destinar ao aumento do capital social do Badesul o montante equivalente a 30% dos retornos das operações de financiamento do FUNDOPEM. Em 25 de setembro de 2015 foi publicada a Lei Estadual nº 14.744, a qual promoveu alteração na redação da Lei nº 11.916, antes referida, suprimindo o dispositivo autorizativo que havia para a realização de aumentos do capital social do Badesul mediante a utilização dos recursos dos retornos do FUNDOPEM. Restava pendente de capitalização o montante de R\$ 26.735 mil (valor nominal) apurado antes da modificação e publicação da referida lei, que corresponde ao período compreendido entre o último aumento de capital realizado até o mês de setembro de 2015. O Badesul recebeu R\$ 16.041 mil do referido valor.

b) Plano de Implantação Res. CMN Nº 4.966/21

A Resolução CMN Nº 4.966/21 de 25/11/2021 dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. Para atendimento ao previsto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, divulgamos a seguir o plano de implementação em questão de forma sucinta:

- 1ª Fase (2022/2023): recepção e análise inicial do normativo.
- 2ª Fase (2022/2023): assimilação e disseminação mais aprofundadas de conhecimento.
- 3ª Fase (2022/2023): revisar o trabalho anteriormente já realizado durante as consultas públicas.
- 4ª Fase (2022/2023): produzir o diagnóstico da situação atual.
- 5ª Fase (2023/2024): pré-implantação para elaborar os documentos finais.
- 6ª Fase (2023/2024): iniciar e concluir a implementação das adequações.

c) Resultados recorrentes/não recorrentes

Na classificação de resultados recorrentes e não recorrentes, é observada a seguinte definição:

(i) recorrentes: os resultados obtidos no desempenho das atividades regulares e habituais, tais como receitas e despesas relacionadas a operações de créditos, de tesouraria, captações de recursos, prestações de serviço e demais gastos relacionados à manutenção das operações; e

(ii) não recorrentes: são oriundos das receitas e despesas provenientes de atos e fatos administrativos não usuais ou que possuam baixa probabilidade de ocorrência em exercícios consecutivos.

Item Sensibilizado	Dez/2024	Dez/2023
Resultado de Atividades Recorrentes	71.892	131.682
Reversão/Provisão Contingências Passivas	(17.007)	(15.334)
Prejuízo na Alienação de Ativos não Financeiros	(1.759)	-
Resultado de Atividades Não Recorrentes	(18.766)	(15.334)
Resultado Líquido	53.126	116.348

29. Eventos Subsequentes

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 24, que versa sobre eventos ocorridos entre a data do balanço e a data na qual é autorizada a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis. Informamos a inexistência de eventos subsequentes.

30. Análise de Sensibilidade

Conforme determina a Resolução BCB nº 02/2020, artigo 35 o Badesul realizou análise de sensibilidade através do Estresse de Variáveis, com o objetivo de avaliar o efeito no resultado da Instituição no exercício, das variações nas taxas de juros e na provisão de créditos de liquidação duvidosa (PCLD), conforme cenários elencados:

Cenários	Cenário 1	Cenário2	Cenário 3
Item Sensibilizado	Qualidade da Carteira - Variação PCLD		
Premissa	Redução 5%	Aumento 5%	Aumento 10%
Efeito no Resultado	16.386	(16.386)	(32.773)
Item Sensibilizado	Mercado - Variação SELIC		
Premissa	Aumento 5%	Redução 5%	Redução 10%
Efeito no Resultado	3.267	(3.267)	(6.535)

DIRETORIA

Claudio Leite Gastal
Diretor-Presidente

Flavio Luiz Lammel
Diretor Vice-Presidente, acumulando a Diretoria de Operações Privadas

José Luis da Silva Nunes
Diretor Administrativo

Kallit Sehbe Neto
Diretor de Operações do Setor Público

Maurício Alexandre Dziedricki
Diretor Jurídico

Robson Diego Ferreira
Diretor Financeiro e Chief Risk Officer

CONTADOR RESPONSÁVEL

Luis Felipe Nunes
Contador CRC/RS 082135/O-0



BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

CNPJ 02.885.855/0001-72 - NIRE 43 3 0003872 6

Rua General Andrade Neves, 175 - 18º andar - Centro - Porto Alegre - RS - CEP 90010-210
Fone: (51) 3284-5800 - Fax: (51) 3227-5050 - www.badesul.com.br - E-mail: badesul@badesul.com.br
Ouvidoria: 0800.642.5800 - ouvidoria@badesul.com.br



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do CONSELHO FISCAL do BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A. – AGÊNCIA DE FOMENTO/RS, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao segundo semestre de 2024 e exercício de 2024, compreendendo as Notas Explicativas, Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações Patrimoniais e dos Fluxos de Caixa, todos comparativos ao exercício de 2023. Da análise procedida, bem como do acompanhamento efetuado ao longo do período, das considerações apresentadas pelas áreas técnicas e pela Auditoria Interna e do Relatório dos Auditores Externos, o Conselho Fiscal entende que as demonstrações financeiras refletem, adequadamente, a posição patrimonial e econômico-financeira da empresa em 31 de dezembro de 2024.

Porto Alegre, 05 de março de 2025.

Márcia Cristina Lima da Cruz Mendes,
Presidente.

Raphael Machado Ayub,
Vice-Presidente.

João Jacob Seibel,
Conselheiro.

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A. – AGÊNCIA DE FOMENTO/RS, com base no Relatório dos Auditores Independentes – Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S/S – e nos esclarecimentos prestados pela equipe técnica e pela Diretoria, aprovou as Demonstrações Financeiras compreendendo: Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas referentes ao segundo semestre e exercício de 2024, todos comparativos ao segundo semestre e exercício de 2023.

Porto Alegre, 05 de março de 2025.

Ricardo Englert
Presidente

Jeanette Halmenschlager Lontra
Vice-Presidente

Claudio Leite Gastal
Conselheiro

Emani José Althaus
Conselheiro

Hermenegildo Fração Junior
Conselheiro

Jorge Steyer
Conselheiro

Juliano Balestrin
Conselheiro

Luís Antônio Jesus de Carvalho
Conselheiro

Luiz Fernando Rodriguez Junior
Conselheiro

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

INTRODUÇÃO O presente resumo evidencia as principais informações contidas no relatório do Comitê de Auditoria do Badesul Desenvolvimento S/A – Agência de Fomento RS e destina-se à publicação, em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, em conformidade com o disposto no § 2º do artigo 15, da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.910, de 27 de maio de 2021.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS O Comitê reuniu-se trimestralmente com a Diretoria e representado por seu Coordenador e Conselheiro de Administração Jorge Steyer participou das reuniões do Conselho de Administração. Sempre com o apoio da equipe de auditoria interna, manteve encontros com as áreas de contabilidade, planejamento (responsável pelo orçamento, planejamento estratégico e relatórios gerenciais), de governança e compliance, de gerenciamento de riscos, de gestão de pessoas, de ouvidoria e com equipes das auditorias interna contratada e auditoria independente, buscando também, por meio de contatos com outras unidades, informações tidas como relevantes para o desempenho de suas atribuições. Entre os temas tratados no semestre recém-fimido, mereceram destaque, sob o aspecto da elaboração das demonstrações financeiras: a verificação quanto à aderência na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento das normas emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil e aos princípios que regem tais procedimentos; observações sobre os critérios de provisionamentos operacionais e de contingências, principalmente trabalhistas, reconhecimento de créditos tributários utilizando como base projeção do tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das suas atividades disposto na Lei nº 14.467/22, além do acompanhamento do processo de implantação das normas internacionais de contabilidade, em razão da entrada em vigor da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.966/21.

CONCLUSÕES Amparado nas análises a que procedeu, nas

informações e observações colhidas, em particular junto aos gestores das áreas de contabilidade, planejamento e riscos e nos relatórios produzidos pelas auditorias interna e independente, o Comitê de Auditoria reafirma o entendimento de que as práticas e processos de controles internos, bem como as políticas e estratégias de gerenciamento de risco mostram-se compatíveis com a natureza e complexidade das atividades desta Agência de Fomento. As equipes de auditoria interna, tanto interna quanto contratada (Audilink & Cia. Auditores), realizam seus trabalhos de forma efetiva, respondendo satisfatoriamente às demandas decorrentes de sua missão e contribuindo para o fortalecimento do sistema de controle do Badesul. Identifica-se empenho da equipe na busca constante de melhorias, quer na metodologia de trabalho, quer na apresentação de seus relatórios. As atividades de auditoria independente, que continuam a ser exercidas pela Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S/S, situam-se em padrão adequado ao porte e características do Badesul. Quanto às demonstrações financeiras referentes ao segundo semestre e exercício de 2024, que compreendem Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas, o Comitê de Auditoria do Badesul Desenvolvimento S/A – Agência de Fomento/RS, com base no Relatório dos Auditores Independentes e nos esclarecimentos prestados pela equipe técnica, recomendou a sua aprovação ao Conselho de Administração.

Porto Alegre, 05 de março de 2025.

Jorge Steyer
Coordenador

Adriane Laste

João Paulo Mendonça Portinho

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas e aos administradores do
BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A. – AGÊNCIA DE FOMENTO/RS
Porto Alegre – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Badesul Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS (“Badesul”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Badesul Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Badesul Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Os principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

Conforme mencionado e demonstrado nas Notas Explicativas nº 3, letras “d” e “e”, e nº 7, as operações de crédito são classificadas em níveis de risco, de acordo com o julgamento da administração, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores. E a provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Em virtude da relevância das operações de crédito e do grau de julgamento da definição dos níveis de risco de crédito e do cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como a auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho dos controles internos julgados como chave e relacionados aos processos internos de aprovação, registro e classificação das operações quanto ao seu nível de risco. Avaliamos a razoabilidade dos julgamentos utilizados pela administração do Badesul na definição das principais premissas aplicadas na atribuição dos níveis de risco de crédito para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa e testamos a exatidão aritmética desse cálculo. Avaliamos, com base em amostragem, se o Badesul atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN, relacionados à apuração da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, e avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos descritos acima, resumidamente, consideramos aceitável o nível de provisionamento para créditos de liquidação duvidosa e as divulgações, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Projeção de resultados para a realização de ativos fiscais diferidos

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 3, letra “f”, e nº 10, o Badesul possui ativos fiscais diferidos (créditos tributários) provenientes de diferenças temporárias cuja realização depende de apuração de lucros tributáveis futuros, que estão suportados por projeção de resultados elaborada pela administração e aprovada por seu Conselho de Administração. Para a elaboração da projeção de resultados, a administração adota premissas baseadas no cenário macroeconômico do Brasil, suas próprias estratégias, seu desempenho atual e passado, entre outras informações. Devido às incertezas e aos julgamentos envolvidos na determinação das premissas utilizadas na projeção dos resultados que suportam a manutenção desse ativo, e pelo impacto que eventuais alterações nessas premissas poderiam gerar nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como a auditoria conduziu esse assunto

Com o auxílio de nossos especialistas em tributos, foram realizados procedimentos de acordo com a regulamentação do Conselho Monetário e do Banco Central do Brasil em vigor sobre a elaboração de estudo técnico que dê suporte ao registro contábil de créditos tributários, conforme o contexto regulatório aplicável à matéria, bem como a contextualização, as análises, as premissas e outros dados, os quais compõem as informações exigidas pelo Órgão regulador e fiscalizador, estando constanciadas na Resolução CMN nº 4.842/2020. Com base nas evidências obtidas nos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis as projeções de resultados, que são base para o registro dos ativos fiscais diferidos, e as divulgações efetuadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Provisão para passivos contingentes – Ações Trabalhistas

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 3, letra “h” e nº 16, letra “a”, o Badesul possui provisão para contingências trabalhistas cuja apuração da provisão é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que por sua vez é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil. Às baixas ocorridas no período foram, em sua maioria, decorrentes de processos encerrados. As adições ocorridas no ano de 2024 decorreram de novas ações impretadas e de atualização financeira de todos os processos, cuja probabilidade de perda foi julgada provável. As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensões direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional, como, por exemplo, horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria e outros. Devido às incertezas e aos julgamentos envolvidos na determinação dessa provisão, os quais poderiam influenciar nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como a auditoria endereçou esse assunto

Com o auxílio de nossos especialistas jurídicos, foram realizados procedimentos de acordo com a NBC TG 25 (R2) – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes; além de reuniões para o entendimento dos critérios de mensuração e classificação das causas trabalhistas, para que deem suporte ao registro contábil dessas contingências, conforme norma contábil mencionada. Com base nas evidências obtidas nos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis a provisão reconhecida e as divulgações efetuadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Provisão para passivos contingentes – Ações Fiscais

Conforme consta na Nota Explicativa nº 16, letra “c”, em 2013, a Receita Federal autou o Badesul em R\$ 68.655 mil por suposta inadequação na apuração do PIS/COFINS, uma vez que o fisco entendia que agências de fomento, equiparadas a instituições financeiras, deveriam seguir o regime não-cumulativo. Após o esgotamento dos recursos

administrativos, o Badesul ingressou com ação anulatória em 2017, com prejuízo estimado em R\$ 112.663 mil. Em 2019, o TRF-4 determinou a aplicação do regime não cumulativo, mas com direito a créditos sobre despesas financeiras, o que desencadeou uma série de recursos, embargos e agravos. Com a suspensão do caso para aguardar o Tema 372 no STF, a Receita, em 2022, revisou o crédito tributário, autuando e recolhendo R\$ 50.958 mil, decisão que, com os recursos interpostos rejeitados, consolidou disputa e evidenciou a relevância do tema para as demonstrações contábeis na auditoria. Devido às incertezas e aos julgamentos envolvidos na determinação desse assunto, os quais poderiam influenciar nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como a auditoria endereçou esse assunto

Com o auxílio de nossos especialistas jurídicos, foram realizados procedimentos de acordo com a NBC TG 25 (R2) – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes; bem como a análise nos autos para verificação da situação processual, onde identificamos que em 06/12/2024 os Embargos de Declaração foram julgados, apenas para fins de esclarecimento, nenhum ponto do acórdão principal do STJ foi revisado e em 27/01/2025 o Badesul entrou com recurso extraordinário ao STF buscando exame de afrontas ao art. 150, II e IV da CF pelo TRF4 e STJ / Violação ao Tema nº 372 e, por conseguinte, ao Tema nº 885 e ao art. 52, X, da CF, pelo STJ. A exigibilidade continua suspensa, pois não houve mudança na liminar. Com base nas evidências obtidas nos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis as divulgações efetuadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Ambiente de Tecnologia da Informação

As operações do Badesul dependem da sua estrutura de tecnologia e de infraestrutura capazes de atender a um grande número de transações processadas diariamente em seus sistemas de informações que alimentam os seus registros contábeis e a consequente elaboração das demonstrações contábeis. Os processos pertinentes à tecnologia da informação, associados aos seus controles, podem, eventualmente, conter possíveis riscos e vulnerabilidades no processamento e na geração de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis, justificando nossa consideração como área de foco em nossa auditoria devido à relevância no contexto das demonstrações contábeis.

Como a auditoria endereçou esse assunto

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, os procedimentos executados contemplaram a verificação dos aspectos de segurança da informação e controles internos de Tecnologia da Informação. Também fizemos parte do escopo os requisitos de segurança do sistema informatizado de controle dos processos aplicados ao setor de contabilidade, considerando principalmente os critérios de controle de acesso, segregação de funções, interoperabilidade com outros sistemas e geração de logs das transações. A avaliação dos processos e controles do ambiente de tecnologia da informação, associados aos testes realizados, nos permitiu considerar aceitáveis as informações extraídas de determinados sistemas para planejar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Passivo atuarial

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3, letra “m”, e nº 18, o Badesul é patrocinador da FBSS – Fundação Barrisul de Seguridade Social e da CABERGS – Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, respectivamente, que asseguram a complementação dos benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários. Consideramos esse assunto um dos principais temas dentro da auditoria de demonstrações contábeis, tendo em vista que se refere às obrigações futuras em relação a esses benefícios, sendo estimado com base em cálculos atuariais que consideram variáveis como expectativa de vida, taxa de juros, rotatividade de empregados e crescimento salarial.

Como a auditoria endereçou esse assunto

Com o auxílio de nossos especialistas atuariais, avaliamos a razoabilidade das premissas adotadas pelo atuário, como taxa de juros, inflação, aumento de benefícios, expectativa de vida, etc. Revisão da documentação e relatórios atuariais, impacto nos demonstrativos contábeis, teste de controles internos. Com base nas evidências obtidas nos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos e as divulgações efetuadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021

Conforme descrito nas notas explicativas nº 4 e nº 28, letras “b” e “c”, a Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, estabelecendo novos conceitos e os critérios contábeis a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para: I - classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; II - constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos seguintes instrumentos financeiros; III - designação e reconhecimento contábil de relações de proteção (contabilidade de hedge); e IV - evidencição de informações sobre instrumentos financeiros. Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos novos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 serão registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários. Consideramos esse assunto um dos principais temas dentro da auditoria de demonstrações contábeis, tendo em vista que se refere a critérios a serem observados a partir de 1º de janeiro de 2025, que alteram os valores de ativos e passivos existentes.

Como a auditoria endereçou esse assunto

Confirmamos nosso entendimento do processo de mensuração da provisão para perda esperada e dos ativos e passivos financeiros em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/2021.

Em relação à metodologia de provisão para perda esperada, aplicamos determinados procedimentos de auditoria, substancialmente relacionados a: (i) análise das políticas contábeis da administração em comparação com os requisitos da Resolução CMN nº 4.966/2021; (ii) testes sobre os controles relacionados à mensuração da provisão para perda esperada que consideram base de dados, modelos e premissas adotadas pela administração; (iii) testes dos modelos, incluindo o seu processo de aprovação e de validação de premissas adotadas para determinação das estimativas de perdas e de recuperação.

Adicionalmente, realizamos testes sobre a documentação da administração relacionada ao estudo do impacto dessa Resolução quanto ao risco de crédito e alocação das operações nos seus respectivos estágios, conforme determina a Resolução CMN nº 4.966/2021, bem como a análise das divulgações realizadas pela administração nas demonstrações contábeis em atendimento à Resolução CMN nº 4.966/2021.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na determinação e registro da provisão para perda esperada divulgadas em notas explicativas são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Outros assuntos

Operação Fôton

Em 15 de agosto de 2024, foi notificada a realização de operação pela Polícia Federal – Operação Fôton – cujo objetivo informado foi o cumprimento de mandados de busca e apreensão em localidades do Estado do Rio Grande do Sul em virtude de supostas irregularidades perpetradas a partir da obtenção de financiamentos operados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e BADESUL. Os fatos noticiados encontram semelhança com os apurados internamente na Agência de Fomento em 2022, oportunidade em que comunicação anônima foi objeto de apreciação do Comitê de Ética, Conduta e Integridade do BADESUL. As conclusões foram, à época, encaminhadas às autoridades competentes. Desde então, o BADESUL vem contribuindo

com as autoridades públicas no fornecimento de documentos e informações para as investigações em andamento, em expedientes que tramitam sob sigilo. Adicionalmente, a Agência vem agindo em colaboração com o BNDES para identificação de eventuais irregularidades. Até o momento, não se identificam impactos financeiros decorrentes dos fatos noticiados acima, bem como não foram constatadas irregularidades internas no Badesul.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Badesul é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Badesul continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Badesul ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Badesul são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente de serem causados por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Badesul;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Badesul. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Badesul a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Barueri, 5 de março de 2025.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 “T” SP

Eliane Tânia Resmini
Contadora CRC RS T SP 59.765/O-1
Sócia Responsável Técnica

Wesley Fernandes Tuaf Garcia
Contador CRC SP 329.869/O-8
Sócio



**Autoridade Portuária
dos Portos do Rio
Grande do Sul S.A. –
Portos RS**

**PORTOS RS - AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS
PORTOS DO RIO GRANDE DO SUL S.A.**

**Demonstrações Contábeis acompanhadas
do Relatório do Auditor Independente**

31 de dezembro de 2024

**PORTOS RS - AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS
PORTOS DO RIO GRANDE DO SUL S.A.**

**Demonstrações Contábeis acompanhadas do
Relatório do Auditor Independente
em 31 de dezembro de 2024**

Í N D I C E

Relatório do Auditor Independente	3
Balanços Patrimoniais	7
Demonstração do Resultado do Exercício	10
Demonstração do Resultado Abrangente	11
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	12
Demonstração do Fluxo de Caixa	13
Demonstração do Valor Adicionado	14
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	15

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da

PORTOS RS - AUTORIDADE PORTUARIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis da PORTOS RS - Autoridade Portuária dos Portos do Rio Grande do Sul S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos e pelas limitações descritos no parágrafo "Base para opinião com ressalvas", as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PORTOS RS - Autoridade Portuária dos Portos do Rio Grande do Sul S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com os normativos contábeis da ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

Base para opinião com ressalvas

Expectativa de realização dos valores registrados em contas a receber

Conforme nota explicativa nº 5, a Companhia possui créditos a receber relativos ao contrato nº 1012/2019, no montante de R\$21.938.372, sobre os quais não nos foi apresentada a real expectativa de compensação. Consequentemente, não foi constituída perda estimada de créditos sobre a totalidade deste valor, ficando o patrimônio líquido a maior e o prejuízo líquido do exercício está a menor neste montante.

Ativo Imobilizado

A Administração não nos apresentou estudos técnicos para revisão da vida útil efetiva dos bens integrantes do ativo Imobilizado para definição dos cálculos das taxas de depreciações. Além disto, os bens registrados na integralização de Capital na constituição da Companhia não foram individualizados nos controles internos, existindo evidências de não segregação entre edificações e terrenos, que foram transferidos pelo subscritor do Capital. Consequentemente, não foi possível determinar se havia necessidade de ajustar os valores relativos à depreciação acumulada no ativo imobilizado e à despesa de depreciação reconhecida no resultado do exercício de 2024.

Capital Social

Conforme nota 18.a, consta registrado no Patrimônio Líquido da Companhia o montante de R\$972.640.089 de capital social, conforme declaração do Estado do Rio Grande do Sul, no ato de integralização de capital social de janeiro de 2023, enquanto que no seu Estatuto, o capital social é de R\$786.336.124. Além disto, não nos foi apresentado o livro registro de ações da Companhia, não sendo possível concluir sobre o resultado por ações, bem como o número de ações representativas do Capital Social. Consequentemente, o Capital Social apresentado no Patrimônio Líquido da Companhia diverge daquele constante no seu Estatuto Social, bem como a Companhia não está apresentando nestas demonstrações contábeis o seu resultado por ações.

Estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício

A Companhia adota o Método de Custeio Pleno, em que todos os custos e despesas, inclusive administrativas, da Companhia são levados ao objeto de custeio, em atendimento ao disposto na Nota Técnica nº 50, de 2017, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, servindo de base para a fixação das tarifas. Entretanto, não foram definidos os objetos de custeio bem como os índices de direcionamento da distribuição do Custo Indireto (ou das Despesas) para os respectivos objetos de custeio. Desta forma, a demonstração do resultado do exercício não está de acordo com o preconizado pela ANTAQ, bem como não está apresentada em conformidade com a NBC TG 26 (R5), a qual versa que a Companhia deve apresentar análise das despesas utilizando uma classificação baseada na sua natureza, se permitida legalmente, ou na sua função dentro da Companhia, devendo eleger o critério que proporcionar informação confiável e mais relevante, obedecidas as determinações legais. Consequentemente, não foi possível concluir se haveria necessidade de reclassificação dos valores apresentados como custos para despesas ou objetos de custeio, conforme demonstração do resultado do exercício da Companhia, não havendo efeitos no prejuízo líquido do exercício.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de cumprimento das Resoluções da ANTAQ –

Agência Nacional de Transportes Aquaviários, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, cujos valores são apresentados para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, com emissão de Relatório dos Auditores Independentes, datada de 16 de abril de 2024, com modificação de opinião com relação a: (i) não obtenção de evidências objetivas suficientes que permitissem avaliar a adequação ou não da mensuração dos valores a receber e dos adiantamentos efetuados junto aos clientes; (ii) não apresentação de estudos técnicos para revisão da vida útil dos bens e evidências suficientes sobre a segregação entre edificações e terrenos; (iii), incerteza sobre itens pertencentes à União; e (iv) aplicação por parte da companhia de benefícios fiscais sem decisão judicial; (v) diferença entre o Patrimônio Líquido registrado e o registrado no estatuto social; e (vi) estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com os normativos contábeis da ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração da Companhia é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as

divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre - RS, 21 de março de 2025.



HLB Brasil Assurance

Rokembach + Lahm & Cia. Auditores Ltda.

CRCRS 003663/O | CNAI-PJ 40 | CVM 7048

Jefferson Ramos

CRCRS 98979/O-8 | CNAI 5764

PORTOS RS - AUTORIDADE PORTUARIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

CNPJ: 46.191.353/0001-17

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Valores expressos em R\$1)

ATIVO	Nota	31.12.2024	31.12.2023
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	960.883.392	280.407.758
Contas a receber	5	12.067.407	27.930.736
Adiantamentos	6	1.420.769	2.549.031
Tributos a recuperar	7	270.437	4.130.963
Despesa antecipada	8	-	85.109.070
Indenizações a Receber	9	452.733	37.991.397
		975.094.738	438.118.955
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo prazo			
Contas a receber	5	21.938.372	-
Investimentos		80	80
Tributos a recuperar	7	4.426.760	-
Depósitos judiciais	10	17.432.988	6.118.517
Imobilizado	11	719.019.225	742.161.445
Intangível	11	403.808	430.606
		763.221.233	748.710.648
TOTAL DO ATIVO		1.738.315.971	1.186.829.603

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PORTOS RS - AUTORIDADE PORTUARIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

CNPJ: 46.191.353/0001-17

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Valores expressos em R\$1)

PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO	Nota	31.12.2024	31.12.2023
CIRCULANTE			
Fornecedores	12	11.144.625	95.937.763
Obrigações tributárias	13	3.656.209	8.703.022
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	14	2.767.216	2.377.759
Adiantamentos de clientes	15	5.237.379	7.881.983
Obrigações Societárias	18.b	-	493.620
Outras obrigações	16	78.122.373	58.686.830
		100.927.802	174.080.977
NÃO CIRCULANTE			
Exigível a longo prazo			
Provisão para contingências	17	42.984.203	42.429.445
		42.984.203	42.429.445
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18		
Capital Social		968.734.389	968.734.389
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital		731.389.734	-
Reserva de lucros		103.920	1.584.782
Prejuízos acumulados		(105.824.077)	-
		1.594.403.966	970.319.171
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.738.315.971	1.186.829.603

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PORTOS RS - AUTORIDADE PORTUARIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

CNPJ: 46.191.353/0001-17

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em R\$1)

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19	225.741.088	209.640.957
CUSTO COM SERVIÇOS PRESTADOS	20	(353.364.500)	(259.147.245)
Pessoal		(16.556.525)	(14.721.543)
Serviços de terceiros		(266.712.223)	(155.693.499)
Materiais		(3.849.962)	(536.933)
Depreciações e amortizações		(27.364.675)	(27.067.024)
Outros		(38.881.115)	(61.128.246)
RESULTADO BRUTO		(127.623.412)	(49.506.288)
Outras receitas operacionais	21	3.226.115	37.991.397
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	22	(124.397.297)	(11.514.891)
Receitas financeiras		18.765.629	20.915.505
Despesas financeiras		(2.328.089)	(1.781.330)
LUCRO ANTES DA CSLL		(107.798.557)	7.619.284
Provisões para CSLL	23	-	(5.973.461)
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(107.798.557)	1.645.823

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PORTOS RS - AUTORIDADE PORTUARIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

CNPJ: 46.191.353/0001-17

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em reais)

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(107.798.557)	1.645.823
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(107.798.557)	1.645.823

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

PORTOS RS - AUTORIDADE PORTUARIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

CNPJ: 46.191.353/0001-17

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em R\$1)

	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Reserva de Lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total do Patrimônio Líquido
			Reserva Legal	Reserva de Lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	957.963.888	-	21.629	308.213	-	958.293.730
Integralização de capital	10.770.501	-	-	-		10.770.501
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	1.645.823	1.645.823
Constituição de reserva legal	-	-	82.291	-	(82.291)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(390.883)	(390.883)
Constituição de reservas				1.172.649	(1.172.649)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	968.734.389	-	103.920	1.480.862	-	970.319.171
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	731.389.734	-	-	-	731.389.734
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	(107.798.557)	(107.798.557)
Reversão dividendo a pagar	-	-	-	-	493.618	493.618
Absorção de reservas de lucros	-	-	-	(1.480.862)	1.480.862	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	968.734.389	731.389.734	103.920	-	(105.824.077)	1.594.403.966

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PORTOS RS - AUTORIDADE PORTUARIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

CNPJ: 46.191.353/0001-17

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em R\$1)

	31.12.2024	31.12.2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(Prejuízo)/Lucro Líquido do Exercício	(107.798.557)	1.645.823
Ajustes de reconciliação:		
Depreciações e amortizações	27.364.675	27.067.024
Provisão para contingências	554.758	61.278.171
Resultado ajustado	(79.879.124)	89.991.018
Variações em ativos e passivos		
(Aumento) / Redução de Ativos		
Contas a receber curto e longo prazo	(6.075.049)	(21.104.153)
Adiantamentos	1.128.262	(1.022.157)
Despesa antecipada	85.109.065	(32.687.444)
Tributos a recuperar	(566.234)	3.959.722
Indenizações a receber	37.538.664	(37.991.397)
Depósitos judiciais	(11.314.471)	(6.118.517)
Aumento / (Redução) de Passivos		
Fornecedores	(84.793.138)	95.774.736
Obrigações sociais e tributárias	(4.657.356)	(14.141.705)
Adiantamento de clientes	(2.644.604)	5.339.199
Obrigações societárias		390.883
Outras obrigações	19.435.543	(1.415.003)
Caixa Líquido pelas atividades operacionais	(46.718.442)	80.975.182
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Investimentos	-	(80)
Imobilizado	(4.195.658)	(1.208.753)
Caixa Líquido pelas atividades de investimento	(4.195.658)	(1.208.833)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de capital social	-	10.770.501
Adiantamento para futuro aumento de capital	731.389.734	-
Caixa Líquido pelas atividades de financiamento	731.389.734	10.770.501
Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>680.475.634</u>	<u>90.536.850</u>
No início do exercício	280.407.758	189.870.908
No fim do exercício	960.883.392	280.407.758

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PORTOS RS - AUTORIDADE PORTUARIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

CNPJ: 46.191.353/0001-17

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em R\$1)

	31.12.2024	31.12.2023
Receitas		
Tarifas portuárias, arrendamentos e aluguéis	255.294.583	234.095.628
	<u>255.294.583</u>	<u>234.095.628</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia e outros	(42.731.077)	(620.282)
Serviços de terceiros	(266.712.223)	(177.336.499)
	<u>(309.443.300)</u>	<u>(177.956.781)</u>
Valor adicionado bruto	(54.148.717)	56.138.847
Depreciações e amortizações	(27.364.675)	(27.067.024)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(81.513.392)	29.071.823
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	18.765.629	20.915.505
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>(62.747.763)</u>	<u>49.987.328</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remuneração direta	12.524.881	15.133.551
Benefícios	823.700	355.665
FGTS	749.521	642.826
	<u>14.098.102</u>	<u>16.132.042</u>
Impostos, Taxas e Contribuições		
Federais	28.624.602	30.428.132
	<u>28.624.602</u>	<u>30.428.132</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	2.205.140	1.648.118
Outras	122.949	133.212
	<u>2.328.089</u>	<u>1.781.330</u>
Prejuízos/Lucros retidos	(107.798.557)	1.645.823
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	<u>(62.747.764)</u>	<u>49.987.327</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PORTOS RS - AUTORIDADE PORTUARIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

CNPJ: 46.191.353/0001-17

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Valores expressos em R\$1, exceto quando mencionado de outra forma))

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O primeiro Termo Aditivo ao Convênio de Delegação nº 001/1997, firmado em 22 de março de 2020, prorrogou até 1º de abril de 2047 a Delegação da União ao Estado do Rio Grande do Sul, para administração e exploração dos Portos Organizados de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande.

A Lei Estadual Nº 15.717, de 25 de Setembro de 2021, autorizou o Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul a criar empresa pública, sob a forma de sociedade de propósito específico, denominada Portos RS, extinguindo, concomitantemente, a autarquia denominada Superintendência do Porto de Rio Grande – SUPRG.

O Decreto Estadual nº 56.426, de 21 de março de 2022, aprovou o Estatuto social da Portos RS, empresa pública registrada perante a Junta Comercial do Estado do RS e inscrita no CNPJ sob o nº 46.191.353/0001-17, com sede Av. Honório Bicalho, s/n – bairro Getúlio Vargas, Rio Grande - RS, 96201-020, com o objetivo de organizar, gerenciar e fiscalizar todo o sistema hidroportuário do estado do Rio Grande do Sul.

O sistema hidroportuário conta com os portos públicos de Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, além de 21 terminais privados, 9 terminais arrendados e 2 estaleiros e mais de 754 km de vias navegáveis com ampla capacidade de receber novos complexos industriais, sendo de grande importância estratégica para o Estado pelo potencial das vias navegáveis interiores, pela redução de custos e economia de combustível no transporte de cargas, especialmente aquelas de grande volume unitário.

As enchentes de Abril e Maio de 2024, no Rio Grande do Sul causaram diversos impactos a infraestrutura e economia da PORTOS RS. Durante o período de calamidade houveram interrupções das operações e as atividades portuárias foram suspensas devido ao aumento do nível das águas, o que impossibilitou a movimentação de cargas nas unidades de Porto Alegre e Pelotas, principalmente de toras, grãos e fertilizantes. As unidades mais atingidas sofreram uma redução significativa na arrecadação, uma vez que as operações foram suspensas e posteriormente a enchente foram concedidas isenções para o restabelecimento econômico dos stakeholders. Os danos a infraestrutura da companhia abrangeram as instalações portuárias de cais, armazéns, equipamentos e das condições de navegabilidade do canal acesso e do sistema hidroportuário de navegação interior, resultando em custos elevados para reparos e manutenção de cais, canais e vias, como exemplo a dragagem emergencial no canal de acesso em Rio Grande e no canal de Itapuã em via mão montante R\$ 111.563.309 milhões de reais. Para os exercícios de 2025 e 2026 a companhia prevê um custo de R\$ 370.690.574 milhões de reais para a dragagem em outros trechos da lagoa dos patos e lago Guaíba como consequência da enchente de 2024.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e com os normativos contábeis da ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

2.2. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção das aplicações financeiras, apresentadas a valor justo por meio do resultado.

2.3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$1), a moeda funcional do ambiente econômico onde a Companhia atua. Os valores apresentados nas demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas também são apresentados em reais exceto quando expressamente apresentados em outro formato indicado.

2.4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas referidas no item 2.1, exigiu que a Administração fizesse julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As principais premissas utilizadas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos estão relacionadas ao valor justo de instrumentos financeiros e as provisões para contingências regulatórias, cíveis, trabalhistas e para créditos de liquidação duvidosa.

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado com base em taxa de juros que reflete o prazo e o risco de cada transação.

2.5. DATA DE APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração da Companhia declarou a conclusão e emissão das informações constantes das demonstrações contábeis em 20 de março de 2025.

3. PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

3.1. APURAÇÃO DO RESULTADO

O resultado das operações da Companhia foi apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita da prestação dos serviços no curso normal das atividades foi medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. O resultado líquido do exercício foi de R\$ (107.798.557).

3.2. RECEITA E DESPESA FINANCEIRA

As receitas financeiras abrangem, basicamente, os rendimentos sobre aplicações financeiras e as receitas de juros ativos. A receita de aplicações financeiras está representada pelos ganhos nas variações do valor dos ativos financeiros mensurados a valor justo, por meio de resultado. A receita de juros ativos foi calculada através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros, multas de mora e variações monetárias.

3.3. ATIVOS CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

3.3.1. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os valor existentes em caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários disponíveis e as aplicações financeiras de alta liquidez, cujos vencimentos, quando de sua aquisição, foram iguais ou inferiores a 90 (noventa) dias, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado e podem ser utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

3.3.2. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS

Os valores registrados em contas a receber de clientes decorrem das operações normais da Companhia e estão mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial, deduzidos das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD), conforme avaliação realizada com base em critérios objetivos e históricos de inadimplência.

A Companhia passou a adotar a política de constituir provisão para perdas com base na análise individual dos créditos e em estimativas de perda esperada, de acordo com as práticas contábeis vigentes.

Os saldos de contas a receber estão classificados no ativo circulante quando possuem vencimento até 12 meses após a data das demonstrações contábeis. Os valores com vencimento superior a esse prazo estão classificados no ativo não circulante.

3.3.3. IMOBILIZADO

a) Reconhecimento e mensuração

Os itens que compõem o ativo imobilizado foram mensurados pelo custo histórico de aquisição, construção ou integralização, deduzido da depreciação acumulada.

b) Depreciação

Os itens do ativo imobilizado que fizeram parte da integralização do capital social da Companhia foram depreciados a partir da data de transferência para a Portos RS e os demais a partir da sua instalação e disponibilidade para uso, pelo método linear, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. As taxas anuais de depreciação utilizadas pela Companhia são as seguintes:

- Edificações: 4% ao ano
- Máquinas e equipamentos: 10% ao ano
- Equipamentos de informática: 20% ao ano
- Veículos: 10% e 20% ao ano

3.3.4. DEMAIS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Os demais ativos circulantes e não circulantes foram apresentados com base no valor líquido de realização, considerando os valores prováveis de recuperação dos ativos. A classificação entre curto e longo prazo é realizada com base no prazo estimado de realização dos ativos. São classificados como circulantes aqueles cuja realização financeira ou econômica se espera ocorrer até 12 meses após a data das demonstrações contábeis, e como não circulantes aqueles cuja realização se espera ocorrer em prazo superior a 12 meses.

3.4. PASSIVOS CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Foram demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. A classificação entre passivo circulante e não circulante é realizada com base no prazo contratual de vencimento das obrigações. São classificados como passivo circulante os compromissos com vencimento até 12 meses após a data das demonstrações contábeis, e como passivo não circulante aqueles com vencimento superior a esse prazo.

3.4.1. FORNECEDORES

Foram reconhecidos pelo valor nominal e, posteriormente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações incorridas até a data de encerramento das demonstrações contábeis.

3.4.2. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

As provisões foram registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, e revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções regulatórias ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.5. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Com relação ao Imposto de Renda, a Companhia declara que cumpre todos os requisitos para usufruir da imunidade tributária, conforme Solução de Consulta nº 10.007 - DISIT10, oriunda do processo nº 10265.283823/2022-27.

Quanto à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), no exercício de 2024 a Companhia apurou prejuízo fiscal, não sendo, portanto, necessária a constituição de provisão para essa obrigação tributária. O valor do prejuízo será registrado e controlado para compensação em exercícios futuros, conforme a legislação vigente.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
BANCOS CONTA MOVIMENTO	6.951.628	6.724.329
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	953.931.764	273.683.429
Total	960.883.392	280.407.758

As aplicações financeiras estão concentradas em fundos de investimento lastreados majoritariamente em Certificados de Depósito Bancário (CDB), com liquidez imediata, mantidos junto ao Banco SICREDI S/A. Esses recursos são apresentados ao valor justo na data das demonstrações contábeis, com base nos valores de resgate disponíveis.

As aplicações são classificadas como equivalentes de caixa por possuírem liquidez imediata e baixo risco de alteração no valor.

Adicionalmente, destaca-se que 76,7% do saldo total das aplicações financeiras corresponde ao montante recebido sob a forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), cuja utilização está vinculada exclusivamente ao objetivo descrito na Nota Explicativa nº 18.

5. CONTAS A RECEBER

A Portos RS, na condição de Autoridade Portuária dos Portos do Rio Grande do Sul, é responsável pela cobrança das tarifas portuárias aprovadas pela ANTAQ e orientadas pela Resolução Normativa 61, de 30 de novembro de 2021, para os portos do Rio Grande do Sul. As tarifas praticadas pela Portos RS para geração de receitas, estão contempladas nas tabelas 1, 2, 3, 5, 7 e 8 do anexo 1 da resolução supramencionada, além das tarifas de arrendamentos portuários - terminais arrendados a partir das licitações das áreas.

	2024	2023
CONTAS A RECEBER	39.305.903	27.930.736
(-) PROVISÃO CRÉDITOS DE LIQ. DUVIDOSA	(5.300.124)	-
Total	34.005.779	27.930.736
CIRCULANTE	12.067.407	27.930.736
NÃO CIRCULANTE	21.938.372	-

Natureza de serviços prestados a receber:

	2024	2023
ARRENDAMENTOS	30.708.904	21.821.717
TARIFA PORTUÁRIA	8.596.999	6.109.019
Total	39.305.903	27.930.736

A Companhia adotou critérios objetivos para a constituição da Provisão para Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), com base na análise de risco de inadimplência dos saldos vencidos, considerando o “aging” (envelhecimento) dos valores a receber.

A provisão é estimada com base nos saldos vencidos por faixa de tempo, considerando o histórico de inadimplência, análise individual de clientes, e critérios técnicos definidos pela área financeira.

A tabela a seguir apresenta a composição do vencimento dos valores a receber com base no aging apurado em 31 de dezembro de 2024:

Resumo Aging	Valor
A - A vencer	6.125.587
B - Vencidos até 30 dias	2.381.248
C - Vencidos de 31 a 60 dias	910.771
D - Vencidos de 61 a 90 dias	1.032.348
E - Vencidos de 91 a 120 dias	1.133.270
F - Vencidos de 121 a 150 dias	849.748
G - Vencidos de 151 a 180 dias	888.619
H - Vencidos de 181 a 360 dias	5.547.366
I - Vencidos há mais de 361 dias	20.436.946
Total	39.305.903

O montante de R\$21.938.372, classificado no ativo não circulante, refere-se às faturas

emitidas com base na Cláusula 3.2 do Contrato nº 1012/2019, que dispõe sobre a contraprestação devida pela utilização da área contratada. De acordo com o referido contrato, os valores devidos mensalmente, a título de utilização da área (alínea “a”), devem ser amortizados do valor contratual total estabelecido em R\$177.950.586, valor este avaliado pela Comissão Permanente de Avaliação de Investimentos Contratuais.

Esses créditos, por sua natureza e cronograma contratual, apresentam prazo de realização superior a 12 meses, razão pela qual foram classificados no ativo não circulante.

6. ADIANTAMENTOS

	2024	2023
SUPRG / SPH	1.328.794	2.417.884
ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS	-	4.092
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	-	88.499
ADIANTAMENTOS DE FÉRIAS	80.097	38.556
ADTO NUMERÁRIOS R. F	11.878	-
Total	1.420.769	2.549.031

O valor registrado na conta Superintendência dos Portos do Rio Grande do Sul (SUPRG) representa adiantamentos efetuados à extinta Autarquia, correspondentes a pagamentos realizados pela Portos RS, cujos custos e despesas, vinculados aos respectivos documentos fiscais, referem-se a períodos anteriores à constituição da Companhia. Esses valores foram assumidos pela Portos RS em virtude da continuidade operacional e administrativa das atividades anteriormente desempenhadas pela SUPRG.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

Os valores registrados em tributos a recuperar referem-se a créditos de impostos e contribuições retidos por terceiros, bem como a créditos originados em operações próprias da Companhia. Esses valores serão utilizados para compensação com tributos a recolher em exercícios futuros ou, quando aplicável, por meio de repetição de indébito.

	2024	2023
IRPJ	4.426.760	4.075.850
PIS	34.923	-
COFINS	113.094	-
INSS	-	4.659
CSLL	122.420	50.454
Total	4.697.197	4.130.963

	2024	2023
CIRCULANTE	270.437	4.130.963
NÃO CIRCULANTE	4.426.760	-

8. DESPESA ANTECIPADA

No exercício de 2023, os valores lançados nesta conta referiram-se aos custos com a campanha de dragagem de manutenção iniciada no final daquele exercício, abrangendo o

canal externo, canal interno e canal e berço do Porto Novo, no Complexo Portuário do Porto Organizado de Rio Grande. Esses valores foram registrados como despesas antecipadas, com base na expectativa de fruição dos benefícios ao longo de 12 meses, considerando os efeitos estimados de manutenção da profundidade do canal.

No exercício de 2024, entretanto, não há mais saldo registrado como despesa antecipada, uma vez que a dragagem realizada no período foi contratada sob regime emergencial e, conforme avaliação técnica e contábil, os benefícios econômicos dessa nova campanha não se estendem além do encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2024. Dessa forma, os custos incorridos foram reconhecidos integralmente no resultado do exercício.

	2024	2023
DRAGAGEM DE MANUTENÇÃO	-	85.109.070
Total	-	85.109.070

9. INDENIZAÇÕES A RECEBER

No exercício de 2024, do total anteriormente provisionado, foram efetivamente recebidos R\$ 2.151.426,39 provenientes de ações judiciais contra a Petrobras e R\$ 27.523.930,78 referentes à ação judicial contra a empresa TERGRASA S/A (Processo TJRS nº 5000183-06.2010.8.21.0023). O montante remanescente da provisão original foi reclassificado contabilmente com base na reavaliação jurídica da expectativa de recebimento.

Após o trânsito em julgado de ações judiciais movidas pela Companhia contra a Petrobras, foi reconhecido no ativo circulante o valor de R\$ 452.733. Esse montante refere-se à soma de diversas ações judiciais com decisão favorável à Companhia, cujos processos já transitaram em julgado, assegurando o direito à indenização.

	2024	2023
REGULATÓRIAS	-	36.855.903
CÍVEIS	452.733	1.135.494
Total	452.733	37.991.397

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Ao final do exercício de 2024, a Companhia possuía valores depositados judicialmente no montante de R\$ 17.432.988, vinculados à processos em andamento nos âmbitos regulatório, cível e trabalhista. Esses depósitos são realizados em cumprimento a determinações judiciais e permanecerão vinculados até a conclusão dos respectivos processos, sendo passíveis de compensação ou restituição, conforme a decisão final seja favorável ou desfavorável à Companhia.

O aumento expressivo dos valores referentes aos depósitos judiciais foi oriundo de bloqueios judiciais referente aos processos nº 5001789-38.2022.4.04.7110, 5002325-52.2017.4.04.7101, 5008369-84.2022.4.04.7110 e 5066306-19.2021.4.04.7100 totalizando o montante de R\$ 6.953.719.

	2024	2023
REGULATÓRIOS	13.428.274	3.962.912
CÍVEIS	111.445	7.389
TRABALHISTAS	3.893.269	2.148.216
Total	17.432.988	6.118.517

11. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	Taxa Anual de Depreciação	31/12/2023		31/12/2024	
		Valor Residual	Adições	Depreciação/Amortização Acumulada	Total líquido
Imobilizado					
Máquinas e equipamentos	10%	385.548	4.195.658	363.864	4.217.342
Equipamentos de informática	10%	244.939	-	22.305	222.634
Veículos	10%	859.436	33.932	157.248	736.120
Greenfield	-	114.675.678	-	-	114.675.678
Brownfield	4%	625.995.844	-	26.828.393	599.167.451
Intangível					
Software, aplicativos e sistemas					
Sistema de segurança	10%	430.606	-	26.798	403.808
Total		742.592.051	4.229.590	27.398.608	719.423.033

A maioria dos bens patrimoniais contemplados no balanço no grupo Imobilizado, foram transferidos da extinta Superintendência do Porto de Rio Grande – SupRG, como integralização de capital, pelo Estado do Rio Grande do Sul. Os valores dos bens foram objeto de avaliação por comissões próprias nomeadas ainda na SupRG, ratificados pelo Secretário de Estado de Logística e Transportes.

Os bens imóveis da Companhia estão classificados como Greenfield e Brownfield nos três portos organizados do Rio Grande do Sul. As áreas Greenfield correspondem a terrenos sem construções civis, instalações ou edificações, sendo áreas abertas sem exploração lucrativa. Já as áreas Brownfield são aquelas com construções, instalações ou edificações, utilizadas especificamente para a gestão da infraestrutura portuária de apoio à operação.

Neste exercício a depreciação calculada sobre os bens depreciables, foi feita pelo método linear, consoante as taxas demonstradas na tabela acima, por não existir, ainda, laudo sobre a vida útil dos bens transferidos pela SUPRG, quando da integralização do capital.

12. FORNECEDORES

	2024	2023
FORNECEDORES	11.144.625	95.937.763
	11.144.625	95.937.763

Ao final do exercício de 2024, o saldo da conta Fornecedores totalizou R\$ 11.144.625, representando obrigações com terceiros decorrentes da aquisição de bens e serviços no curso normal das atividades da Companhia com vencimento de no máximo 90 (noventa) dias.

No exercício anterior, o grupo apresentava um valor significativamente maior em razão do contrato de prestação de serviços de dragagem de manutenção firmado com a empresa Van Oord Serviços de Operações Marítimas, no montante de R\$ 92.038.697, correspondente a aproximadamente 95% do saldo do grupo Fornecedores em 2023, tal valor teve vencimento no início do exercício de 2024 e foi integralmente liquidado no período.

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2024	2.023
PIS A RECOLHER	-	512.676
COFINS A RECOLHER	-	2.361.378
CSLL A RECOLHER	-	4.558.683
IRRF A RECOLHER	435.372	104.261
CSRF A RECOLHER	1.894.412	342.216
INSS RETIDO A RECOLHER	212.855	412.175
ISS RETIDO A RECOLHER	1.113.570	411.633
Total	3.656.209	8.703.022

14. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

	2024	2023
SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES A PAGAR	664.857	532.177
PENSÕES A PAGAR	456	2.380
RESCISÕES A PAGAR	-	2.990
PROVISÃO PARA FÉRIAS	1.287.731	1.146.592
EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS	26.118	-
INSS A PAGAR	425.286	253.402
FGTS A PAGAR	85.461	82.850
IRRF A PAGAR	277.307	357.368
Total	2.767.216	2.377.759

15. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

As operações nos portos administrados pela Companhia somente são liberadas mediante o pagamento de cauções em dinheiro, conforme estabelecido no Regulamento de Exploração Portuária (REP). Esses adiantamentos correspondem a 80% da estimativa de movimentação em toneladas de produtos, conforme a tabela tarifária vigente.

Os valores recebidos antecipadamente são registrados nesta conta e, após o encerramento da operação portuária, são compensados com a emissão da respectiva fatura pela Companhia.

A redução no saldo está relacionada ao comportamento operacional dos clientes e à dinâmica de movimentação portuária no período.

	2024	2023
ADIANTAMENTO DE CLIENTES	5.237.379	7.881.983
Total	5.237.379	7.881.983

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2024	2023
GARANTIA CONTRATUAL	137.826	61.445
PROVISÃO RESSARCIMENTOS CEDIDOS	77.984.547	58.625.385
Total	78.122.373	58.686.830

O valor de R\$ 77.984.547, registrado no exercício de 2024, refere-se à provisão para ressarcimento ao Estado do Rio Grande do Sul dos custos com servidores cedidos à Companhia em decorrência da extinção da antiga Superintendência dos Portos do Rio Grande do Sul (SUPRG).

Os servidores foram cedidos à Portos RS sem ônus ao Estado, conforme disposto no §2º do Art. 2º da Lei nº 15.790/2021, sendo responsabilidade da Companhia ressarcir o Estado pelos salários e encargos sociais desses colaboradores. Atualmente, 200 servidores permanecem cedidos à Companhia sob essa condição.

A provisão registrada considera uma estimativa baseada na média mensal da folha de pagamento, acrescida da proporcionalidade do décimo terceiro salário, refletindo o compromisso assumido pela Companhia com a continuidade da prestação de serviços portuários desde maio de 2022, data em que a cessão dos servidores foi formalizada. Os valores ainda não foram liquidados devido a complexidade dos entraves administrativos e sistêmicos do processo de migração da folha de pagamento da extinta superintendência para a Secretaria de Logística e Transporte do Estado do Rio Grande do Sul.

Além disso, o saldo do grupo contempla o valor de R\$ 137.826 referente a garantias contratuais, representadas por retenções de valores contratuais a título de garantia de execução de contratos firmados com terceiros, conforme previsto nas cláusulas contratuais específicas.

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

(a) PROVÁVEIS

A Companhia constituiu provisões para contingências judiciais avaliadas como perdas prováveis pela Gerência Jurídica e com base nas informações prestadas pelos escritórios jurídicos terceirizados. Em 31 de dezembro, o montante das causas com perda provável estava assim constituído:

	2024	2023
PASSIVOS REGULATÓRIOS	18.649.975	20.067.903
PASSIVOS CÍVEIS	10.117.257	3.911.076
PASSIVOS TRABALHISTAS	14.216.971	18.450.466
Total	42.984.203	42.429.445

(b) POSSÍVEIS

Além disto, a Companhia está envolvida em processos avaliados como perdas possíveis, cujos valores estão expressos na tabela a seguir, os quais serão avaliados novamente ao final do exercício de 2025, para determinar a eventual mudança de posição em relação a probabilidade de perda da causa:

	2024	2023
REGULATÓRIOS	7.646.749	4.114.341
TRABALHISTAS	21.492.787	13.936.644
CÍVEIS	3.324.558	258.415.774
Total	32.464.094	276.466.759

As variações significativas das ações de natureza regulatória são devidas a reclassificação dos critérios de probabilidade de remoto para possível. São compostas principalmente pelos processos nº 5002325-52.2017.4.04.7101 movido pelo IBAMA no valor de R\$ 2.568.443 , 50300.005805/2024-19 e 50300.013294/2024-17 movidos pela ANTAQ no valor de R\$1.000.000 cada.

As variações significativas das ações de natureza trabalhista são devidas ao aumento de 103 ações ajuizadas no exercício de 2024 que totalizam 7.015.362.

Nas variações significativas das ações de natureza cível, a principal trata de ação movida pela Companhia Cais Mauá do Brasil S/A, processo nº 5043843-54.2019.4.04.7100 cuja reclassificação de possível para remota se dá em virtude da passagem do contrato para o Estado do Rio Grande do Sul.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social da Portos RS, segundo o seu Estatuto, é de R\$ 786.336.124 (setescentos e oitenta e seis milhões, trezentos e trinta e seis mil, cento e vinte e quatro reais e vinte e dois centavos), referentes ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralmente sob a propriedade do Estado do Rio Grande do Sul. Todavia o Estado do RS declarou, conforme ato de integralização de capital social de janeiro de 2023, um valor na ordem de R\$ 972.640.089.

O capital social da Companhia poderá ser alterado por ato do acionista único, o Estado do Rio Grande do Sul, mediante a capitalização em dinheiro, bens móveis e imóveis, reservas e outros recursos que vierem a ser destinados a esse fim, com anuência do Conselho de Administração e da Assembleia Geral Ordinária. Assim, é esperado que no exercício de 2025, seja procedida a alteração do Estatuto Social da companhia, visando adequar o capital social ao valor efetivamente aportado pelo acionista único.

b. Reservas de Lucros

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo das Reservas de Lucros foram absorvidas pelo prejuízo contábil do exercício, no valor de R\$ 107.798.557, restando o saldo zero considerando também as reversões realizadas no período.

No exercício de 2023, a Companhia apurou lucro líquido de R\$ 1.645.823, com constituição de Reserva Legal no montante de R\$ 82.291 e apuração de dividendo mínimo obrigatório de R\$ 390.883, cuja distribuição estava condicionada à aprovação da Assembleia Geral.

Durante o exercício de 2024, foi realizada a reversão integral dos valores registrados na conta Obrigações Societárias, correspondentes aos dividendos mínimos obrigatórios dos exercícios de 2022 e 2023, os quais foram transferidos para a conta Reserva de Lucros, conforme demonstrado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

	2024	2023
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(107.798.557)	1.645.823
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA LEGAL	-	82.291
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	-	390.883

c. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)

Em 2024, a Companhia recebeu um aporte financeiro no valor de R\$ 731.389.734, efetuado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, sob a forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), conforme previsto no Decreto Estadual nº 57.909, de 13 de dezembro de 2024.

O referido aporte tem como objetivo viabilizar a reconstrução e o restabelecimento das infraestruturas terrestres, de acostagem e de controle dos Portos Organizados, além de promover a restauração das profundidades dos canais de navegação sob jurisdição da Portos RS, incluindo o Porto do Rio Grande, a hidrovia da Lagoa dos Patos, o Lago Guaíba

e seus afluentes — áreas severamente afetadas pelas enchentes que ocorreram no Estado em maio de 2024.

O repasse integra as ações do Programa de Reconstrução, Adaptação e Resiliência Climática do Estado do Rio Grande do Sul, refletindo uma diretriz estratégica de recuperação de infraestrutura crítica e de adaptação climática em longo prazo, com impactos diretos no planejamento operacional e orçamentário da Companhia nos exercícios subsequentes.

Contabilmente, o valor foi registrado no grupo de Patrimônio Líquido, na conta Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, até que seja formalizada sua efetiva integralização ao capital social da Companhia, conforme os trâmites legais e societários previstos.

19. RECEITA

	2024	2023
Receita Bruta	257.836.197	260.173.902
INFRAESTRUTURA DE ACESSO AQUAVIÁRIO	93.787.747	80.821.759
INFRAESTRUTURA DE ACOSTAGEM	2.706.686	1.729.188
INFRAESTRUTURA OPER. OU TERRESTRE	21.520.816	18.285.168
MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS	-	31.226
RECEITAS DE ARMAZENAGEM	8.619.733	27.949.324
DIVERSOS PADRONIZADOS	10.775.209	22.680.393
CONTRATOS DE ARRENDAMENTO	95.351.852	107.784.386
OUTRAS RECEITAS	194.277	742.567
RECEITAS ALTERNATIVAS	24.879.877	149.891
(-) Deduções da Receita	(32.095.109)	(50.532.945)
PIS	(4.629.810)	(4.328.191)
COFINS	(21.536.370)	(20.126.480)
CANCELAMENTO DE SERVIÇOS	(5.928.929)	(26.078.274)
Receita operacional líquida	225.741.088	209.640.957

A tabela acima apresenta a composição das receitas operacionais da Companhia, distribuídas por suas diversas fontes, deduzidas das contribuições ao Programa de Integração Social – PIS, à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, bem como dos valores referentes ao cancelamento de serviços realizados no período.

No exercício de 2024, a receita bruta da Companhia totalizou R\$ 257.836.197, e, após as deduções legais no valor de R\$ 32.095.109, a receita operacional líquida atingiu R\$ 225.741.088.

As receitas da Companhia são originadas principalmente pela disponibilização da infraestrutura do porto organizado aos operadores portuários, para viabilização das atividades de importação e exportação de produtos e mercadorias, bem como sua armazenagem. A cobrança é realizada por meio da emissão de faturas, com base em tabelas tarifárias aprovadas pela ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários),

que estabelecem os valores para cada tipo de infraestrutura utilizada (acesso aquaviário, acostagem, terrestre, armazéns, entre outros).

A receita com contratos de arrendamento é reconhecida mensalmente, de acordo com os termos contratuais firmados com os arrendatários, tendo como base de cálculo o valor por metro quadrado arrendado e o volume de cargas movimentadas.

As tarifas de armazenagem são faturadas no momento da retirada da mercadoria pelo cliente, e as demais receitas relacionadas à utilização da infraestrutura portuária são reconhecidas contabilmente no fechamento da operação de cada navio.

20. CUSTOS

Os custos operacionais da Companhia, compreendem gastos para manter a infraestrutura e as condições necessárias de funcionamento dos portos, sendo todas aquelas relacionadas à atividade finalística da Companhia.

Os custos englobam, entre outros, os gastos com dragagem de manutenção do canal de acesso, bacia de evolução e berços de atracação, sinalização náutica, batimetria para verificação das profundidades, além de segurança portuária, gestão ambiental, estrutura e mão-de-obra de fiscalização, seguro compreensivo portuário.

Todavia, a Companhia adota o Método de Custeio Pleno, em que todos os custos e despesas, inclusive administrativas, da Companhia são levados ao objeto de custeio, em atendimento ao disposto na Nota Técnica nº 50, de 2017, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, servindo de base para a fixação das tarifas. A tabela seguinte apresenta os principais agregados dos custos da Companhia:

	2024	2023
CUSTO COM PESSOAL		
SALÁRIOS	8.951.431	8.039.487
FÉRIAS	1.080.396	1.184.386
13º SALÁRIO	835.030	741.282
INSS	2.458.422	2.258.338
FGTS	749.521	642.826
PESSOAL ADIDOS	696.989	611.926
OUTROS CUSTOS COM PESSOAL	1.784.736	1.243.298
	16.556.525	14.721.543

CUSTO COM SERVIÇOS DE TERCEIROS

FORNECIMENTO DE MAO DE OBRA	10.929.993	4.084.664
ASSESSORIAS OU CONSULTORIAS	8.615.016	8.217.226
LIMPEZA, HIGIENE E CONSERVAÇÃO	4.555.205	4.443.513
MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS	2.454.889	1.226.444
SEGURANÇA E VIGILÂNCIA	9.244.394	9.131.999
INSTRUÇÃO, TREINAMENTO E ORIENTAÇÃO	4.885.986	1.706.207
VARRIÇÃO, COLETA E DESTINAÇÃO DE LIXO	3.885.322	990.168
DRAGAGEM	188.845.125	93.231.696
FORNECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO	1.118.467	1.027.585
FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	1.871.321	2.462.041
ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	3.668.712	5.223.071
EXECUÇÃO E EMPREITADA DE OBRAS	5.965.750	6.705.649
CONTROLE E TRATAMENTO DE EFLUENTES E AGENTES	2.421.399	2.732.460
LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	4.327.763	1.256.077
LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS	6.135.740	-
SERVIÇOS PORTUÁRIOS	1.666.382	135.999
LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS E BATIMÉTRICOS	982.832	1.521.610
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS	5.137.927	11.597.090
	266.712.223	155.693.499

CUSTO COM MATERIAIS
3.849.962 536.933
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES
27.364.675 27.067.024
OUTROS CUSTOS

PROCESSOS JUDICIAIS	4.142.912	1.358.234
PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	7.302.627	16.593.122
PROVISÃO RESSARCIMENTOS CEDIDOS	19.359.230	42.159.385
PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	5.300.124	-
OUTROS CUSTOS	2.776.222	1.017.505
	38.881.115	61.128.246
	353.364.500	259.147.245

21. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Referem-se as indenizações processuais e as variações das provisões dos créditos judiciais a receber após reclassificação dos critérios de probabilidade de possíveis para prováveis de diversos processos judiciais, bem como das variações de valores provisionados no exercício de 2023 e das atualizações monetárias dos recebimentos no ano seguinte.

RECEITAS DE INDENIZAÇÕES PROCESSUAIS
Total

	2024	2023
	3.226.115	37.991.397
	3.226.115	37.991.397

22. RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
Receitas Financeiras		
JUROS ATIVOS	781.817	4.577
RENDIMENTO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	17.981.431	20.607.084
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	1.006	506
JUROS PROCESSUAIS	1.375	-
OUTRAS RECEITAS FINANCEIRAS	161.200	303.338
Total	18.926.829	20.915.505
Despesas Financeiras		
JUROS MORATÓRIOS	2.205.140	1.648.118
VARIAÇÕES MONETÁRIAS	4.282	-
IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - IOF	9.075	117.376
DESPESAS BANCÁRIAS	4.388	15.836
MULTAS INFRACIONAIS	105.204	-
Total	2.328.089	1.781.330
Resultado Financeiro	16.598.740	19.134.175

23. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL LUCRO LÍQUIDO – CSLL

	2024	2023
RESULTADO ANTES DE TRIBUTOS	(107.798.557)	14.708.563
(+) ADIÇÕES DE DESPESAS NÃO DEDUTÍVEIS	31.961.982	58.752.508
(-) COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS	-	7.089.278
(=) BASE DE CÁLCULO DA CSLL	(75.836.575)	66.371.793
Contribuição Social a alíquota de 9%	-	5.973.461
	2024	2023
RESULTADO CONTÁBIL ANTES DOS TRIBUTOS	(107.798.557)	14.708.563
ALÍQUOTA NOMINAL DA CSLL (%)	9%	9%
CSLL À ALÍQUOTA NOMINAL	-	1.323.771
AJUSTES:		
+ ADIÇÕES FISCAIS (DIFERENÇAS TEMPORÁRIAS ATIVAS)	31.961.982	58.752.508
- COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS	-	(7.089.278)
BASE DE CÁLCULO AJUSTADA DA CSLL	(75.836.575)	66.371.792
CSLL DEVIDA COM BASE AJUSTADA (9%)	-	5.973.461
ALÍQUOTA EFETIVA SOBRE O RESULTADO CONTÁBIL	-	40,61%

Em relação ao Imposto de Renda, a Companhia declara cumprir integralmente os requisitos necessários para usufruir da imunidade tributária, conforme preconizado no art. 150, inciso VI, alínea “a”, da Constituição Federal.

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, o resultado antes dos tributos foi um prejuízo no valor de R\$ 107.798.557. Foram realizadas adições de despesas não dedutíveis no montante de R\$ 31.961.982. Não houve compensação de prejuízos fiscais anteriores, dado o prejuízo fiscal apurado no exercício.

Considerando o prejuízo tributário apurado no exercício, não foi constituída provisão referente à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Adicionalmente, não foi constituído ativo fiscal diferido relacionado a este prejuízo fiscal, uma vez que, conforme as projeções e o orçamento previsto para o exercício de 2025, não há expectativa de geração de lucros tributáveis para sua realização em curto prazo. A Companhia continuará monitorando anualmente a viabilidade econômica de constituição desse ativo diferido.

	2024
BASE NEGATIVA DE CSLL	75.836.575
DIFERENÇAS TEMPORÁRIAS ATIVAS	31.961.982
	107.958.557
ALÍQUOTA DE CSLL	9%
CSLL DIFERIDA ATIVA POSÍVEL DE REGISTRO	9.701.870

24. REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

	2024	2023
CONSAD - Conselho de Administração	446.248	319.189
CONFISC - Conselho Fiscal	141.470	122.444
COPEUR - Comitê de pessoas, elegibilidade, sucessão e remuneração	141.470	122.887
COAUD - Comitê de auditoria estatutária	141.470	119.661
Total	870.658	684.181

Juliana Schabbach Gorgen
Contadora CRCRS 100091/O-7

Axis do Brasil Contabilidade
CRCRS 009617/O-8

Cristiano Pinto Klinger
Presidente

**Banco Regional de
Desenvolvimento do
Extremo Sul – BRDE**

Demonstrações Financeiras

2º semestre de 2024



brde.com.br

BRDE
BANCO REGIONAL DE
DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL

MENSAGEM DA DIRETORIA

A Diretoria do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, em cumprimento às determinações legais e regimentais, apresenta as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

O BRDE é uma instituição financeira pública pertencente aos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, operando na Região Sul do Brasil desde 1961, com a missão de promover e liderar ações de fomento ao desenvolvimento econômico e social, apoiando as iniciativas governamentais e privadas, através do planejamento e do apoio técnico, institucional e creditício de longo prazo. O Banco atua também no Mato Grosso do Sul, por esse ser um estado limítrofe da Região e integrar o Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (Codesul).

Nesse ano, após a estabilização da inflação em um nível mais razoável, os Estados Unidos promoveram a redução da taxa de juros ainda que o mercado de trabalho e a atividade econômica se mantenham aquecidos. No entanto, com a eleição de Donald Trump para a presidência e as suas propostas de políticas econômicas, surgiram incertezas quanto à manutenção dessa conjuntura, principalmente no que tange à inflação.

Já na Zona do Euro, o Banco Central Europeu (BCE) reduziu as taxas básicas de juros pela quinta vez consecutiva em 2024. A queda foi influenciada pelo fraco desempenho econômico do bloco, com o PIB abaixo das expectativas e a trajetória de médio prazo esperada para a taxa de inflação. Pressionam a atividade econômica os altos custos de energia, o fraco desempenho de sua indústria e o fraco consumo das famílias e gastos do governo.

A China, por sua vez, vem tentando acelerar seu ritmo de crescimento econômico reduzindo a taxa de juros e promovendo outros estímulos. Tais medidas resultaram na elevação do PIB, de 5,0% em 2024, alcançando a meta pretendida.

O Brasil vem apresentando crescimento econômico aproximado de 3,0% nos últimos três anos, a despeito de uma elevada taxa de juros, superior a 10% na maioria do período. Mesmo com esse patamar alto dos juros, a inflação não arrefeceu como se esperava, fechando o ano em 4,8%, acima do teto da meta, influenciada por um aumento ainda superior dos custos com alimentação e gasolina.

Entre os estados da Região Sul, Santa Catarina e Paraná apresentaram bom desempenho, principalmente na produção industrial, bem como no setor de serviços, com dados superiores ao observado no Brasil. Destaca-se também a taxa de desemprego, ainda inferior à do País como um todo.

Contudo, o Rio Grande do Sul (RS), em maio, enfrentou chuvas intensas que resultaram em enchentes na maioria dos seus municípios, acarretando perda de centenas de vidas, milhares de desalojados e queda abrupta da atividade econômica. Apesar das perspectivas negativas quanto ao desempenho econômico do estado, esse apresentou uma recuperação razoável.

Simultaneamente, o BRDE continuou a implementar suas estratégias, oferecendo suporte ao agronegócio, às iniciativas voltadas para a sustentabilidade e inovações, entre outros setores. O Banco atingiu uma nova marca em novos contratos de financiamento em 2024, efetuando o montante aproximado de R\$ 6,0 bilhões. Desse valor consolidado, 82% são aderentes a pelo menos um Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esse desempenho motivou o recorde da carteira de crédito do BRDE, ultrapassando os R\$ 21,5 bilhões, 20,7% acima do ano anterior.

Devido às características da região na produção de alimentos, o BRDE oferece suporte significativo aos produtores rurais, especialmente àqueles vinculados à agricultura familiar, cooperativas agroindustriais e outras empresas do agronegócio. Neste ano, foram alocados R\$ 2,7 bilhões para essas atividades.

No âmbito da inovação, o BRDE continua a se destacar como uma referência nacional no financiamento de projetos inovadores, com um total de R\$ 751,1 milhões. Além dos recursos financeiros, novas edições do Programa BRDE Labs foram implementadas, assim como parcerias estratégicas foram estabelecidas para aprimorar a capacidade das *startups* em oferecer soluções tecnológicas e atrair investimentos, impulsionando a economia da Região Sul do Brasil.

Para impulsionar a economia da sua área de atuação, o Banco não só obteve recursos financeiros de instituições internacionais e nacionais, como tem efetuado nos últimos anos, mas também intensificou suas captações no mercado de capitais.

Cabe destacar ainda os avanços em duas frentes de trabalho. Sobre as Parcerias Público-Privadas, houve dois leilões de PPPs de iluminação pública municipal estruturadas pelo BRDE. Em relação ao Fundo Verde, estabelecido em 2022, três editais foram publicados, sendo que dois deles já divulgaram as respectivas soluções inovadoras para receber apoio do Banco.

Pelo lado financeiro, o Banco apresentou um lucro de R\$ 472,5 milhões, refletindo o aumento das rendas provenientes da concessão de crédito.

Apoio aos atingidos pelas enchentes no RS

Com o objetivo de atenuar os prejuízos e auxiliar na retomada das empresas e produtores rurais atingidos pela catástrofe climática no Rio Grande do Sul, o BRDE buscou alternativas junto aos seus parceiros repassadores de recursos e anunciou uma série de medidas contemplando, principalmente, a suspensão de pagamentos por até um ano e a repactuação de contratos (*standstill*). Até dezembro, 271 mutuários aderiram a esse mecanismo, somando uma carteira de crédito de R\$ 1,3 bilhão.

Destinado a apoiar, através de novos financiamentos, a retomada de setores fortemente atingidos pela enchente, o BRDE lançou, com recursos próprios, o Programa Em Frente RS. O Programa proporcionou a carência integral de 12 meses e mais quatro anos de prazo para pagamento do valor financiado, com prestações decrescentes a cada mês, além do subsídio parcial dos juros. Primeiramente, o Programa priorizou os permissionários do Mercado Público e da Estação Rodoviária de Porto Alegre, os comerciantes que operam na Central de Abastecimento (Ceasa-RS), as empresas situadas no Quarto Distrito de Porto Alegre e o segmento de bares e restaurantes em municípios que decretaram estado de calamidade pública. Concluída a primeira etapa, o Em Frente RS foi aberto para as demais empresas que enfrentaram dificuldades com o evento ocorrido. O Programa efetivou R\$ 251 milhões em contratos de financiamento para 757 empresas, sendo R\$ 143,8 milhões para 664 micro e pequenas empresas.

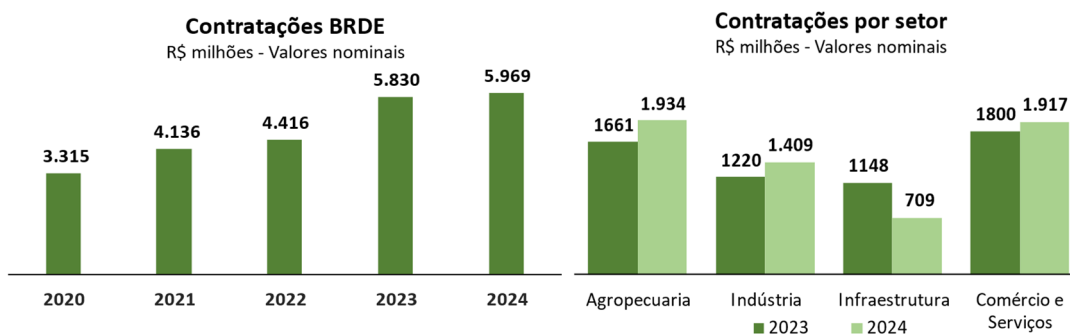
Além do Programa em Frente RS com condições especiais, o BRDE utilizou outras fontes de recursos para apoiar os atingidos das enchentes, no caso o BNDES e o Fundo Geral de Turismo (Fungetur). Os financiamentos com esses recursos totalizaram R\$ 298,3 milhões para 55 empresas, das quais 36 eram micro e pequenas empresas.

Logo, no âmbito do crédito aos atingidos pelas enchentes no RS, o Banco realizou R\$ 549,3 milhões em financiamentos contratados para 812 clientes. Desse total, a maioria dos financiamentos contratados foram para micro e pequenas empresas, correspondendo a 700 clientes, com o valor médio financiado de R\$ 282,5 mil, o que mostra o alcance do objetivo da iniciativa, de contemplar os pequenos empreendedores.

Desempenho Operacional

As contratações de financiamento do BRDE seguiram a tendência de crescimento observada nos últimos anos. O montante de crédito contratado alcançou um novo recorde, aproximadamente R\$ 6,0 bilhões, o que representa um aumento de 2,4% em relação ao ano anterior. Esse volume abrange uma variedade de empreendimentos, tanto rurais quanto urbanos, distribuídos pela área de atuação do BRDE.

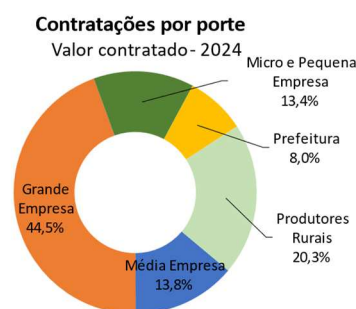
Verificando as contratações de crédito pelos setores da economia, a agropecuária foi o setor com maior volume de contratações em 2024: R\$ 1,9 bilhão, apresentando uma variação de 16,4% em relação a 2023. Em seguida, comércio e serviços também com R\$ 1,9 bilhão em créditos contratados, 6,5% maior que no ano anterior. A indústria, com valores contratados da ordem de R\$ 1,4 bilhão, apresentou aumento de 15,5% em relação a 2023. A infraestrutura, com R\$ 709 milhões em contratações, apresentou redução de 38,2%.



As contratações de financiamento realizadas pelo BRDE, de acordo com o porte das empresas, seguem um padrão que se manteve neste ano. O volume mais expressivo foi registrado por grandes empresas, totalizando R\$ 2,7 bilhões. A maior parte dessas contratações correspondeu às cooperativas agroindustriais, que representaram 40,7% do financiamento destinado a grandes empresas. Esse tipo de operação de crédito leva em conta os benefícios que são gerados para toda a cadeia produtiva associada a essas cooperativas, que atuam na industrialização de produtos provenientes de milhares de produtores rurais.

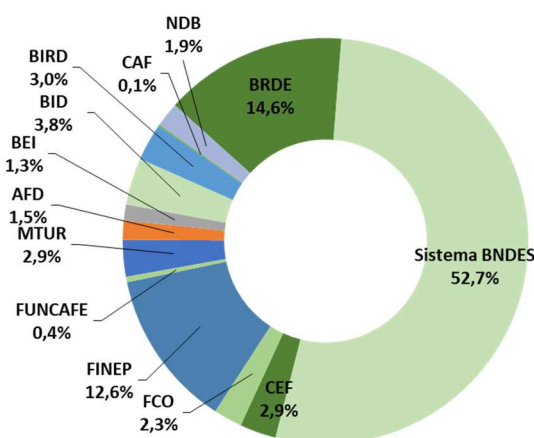
Os financiamentos concedidos a micro e pequenas empresas (MPEs) somaram R\$ 799 milhões, enquanto os destinados a produtores rurais atingiram R\$ 1,2 bilhão. Além disso, as contratações de crédito com prefeituras apresentaram um crescimento significativo nos últimos dois anos, alcançando R\$ 476 milhões em 2024. Importante salientar o interesse crescente dos municípios também em projetos de energia relacionados à sustentabilidade.

Evidenciando a capilaridade do BRDE e amplo acesso dos pequenos empreendedores ao crédito, o número de contratações de financiamento em 2024 mostra que 78,2% foram realizadas com produtores rurais, em sua maioria agricultores familiares, e 18,7% representam os contratos com MPEs. Muitas dessas operações de crédito com pequenos empreendedores foram realizadas pelos convênios com outras instituições parceiras, as chamadas operações indiretas, as quais cresceram 59,2% em 2024 na comparação com o ano anterior. Esses financiamentos são de menor valor e contemplam pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas.



Nas operações de crédito realizadas pelo BRDE, a participação do Sistema BNDES como fonte de recursos foi de 52,7% do total contratado em 2024. Podemos destacar nesse ano o início das operações com recursos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), as quais corresponderam a 3,0% de todas as contratações de financiamento, bem como a elevação de 22,3% no uso de recursos próprios do BRDE. Por essa última fonte, consideramos os montantes utilizados provenientes do caixa do Banco e aqueles recursos obtidos via captação a mercado, os quais se intensificaram em 2024.

Contratações por funding - 2024



As operações de crédito realizadas pelos convênios com outras instituições parceiras, as chamadas operações indiretas, cresceram 59,2% em 2024 na comparação com o ano anterior. Esses financiamentos são de menor valor e contemplam pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas.

Impacto dos financiamentos do BRDE

O BRDE, em parceria com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IpardeS), realizou o projeto Impactos Socioeconômicos das Contratações do BRDE nos estados do Codesul. O estudo utilizou a Matriz Insumo-Produto do Brasil, mas com resultados regionalizados sob a perspectiva do emprego, renda e tributos (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS), considerando a demanda gerada pelos investimentos viabilizados pelo BRDE.

O trabalho apontou que os investimentos apoiados pelo BRDE, em 2024, foram capazes de manter ou gerar 90.352 novos postos de trabalho nos estados do Codesul ao longo de um ano.

Os resultados de emprego em modelos insumo-produto representam a quantidade de trabalhadores necessária para a expansão da produção, não correspondendo necessariamente à geração líquida de postos. Isso significa que

parte desses empregos pode já estar ocupada anteriormente e contribuir para o crescimento da produção por meio de realocação e/ou aumento da produtividade.

As liberações realizadas pelo BRDE em 2024 contribuíram com R\$ 6,8 bilhões para o Valor Adicionado Bruto (VAB) da região do Codesul. Isso representa um impacto de R\$ 1,20 em VAB para cada R\$ 1 liberado pelo Banco. O Valor Adicionado Bruto (VAB) é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região. O número indica a riqueza gerada e tem peso relevante no cálculo do PIB de cada estado. O estudo revela que os financiamentos do BRDE geraram um impacto significativo na arrecadação de ICMS, principal tributo estadual compartilhado entre todos os municípios, estimado em R\$ 697 milhões. Além disso, foi constatado um impacto na massa salarial, que também alcançou o montante de R\$ 3,1 bilhões.

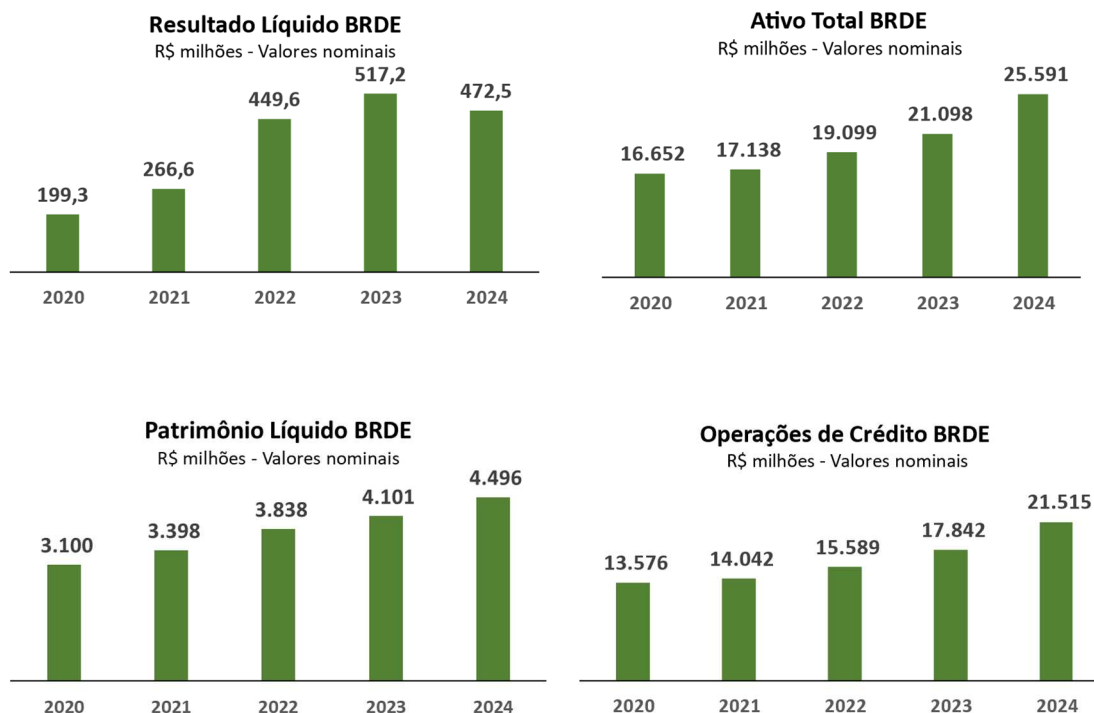
Destaques Financeiros

O lucro líquido do BRDE foi de R\$ 472,5 milhões, reduzindo em 8,6% o resultado em comparação ao de 2023, como demonstra o gráfico seguinte. A redução é explicada em parte pelo aumento das despesas de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, pois, apesar da taxa de inadimplência, a partir de 90 dias, ter encerrado o exercício num nível baixo (0,64%), o incremento desta despesa, em comparação com exercícios anteriores, acabou sendo preponderante para a redução do lucro auferido pelo BRDE em 2024. Logo, o resultado líquido superou as estimativas das projeções internas, evidenciando a sustentabilidade financeira do Banco, que é um dos objetivos estratégicos do BRDE.

O ativo total do BRDE cresceu 21,3% em relação ao ano anterior, encerrando 2024 com R\$ 25,6 bilhões. Esse aumento foi principalmente impulsionado pelo crescimento da carteira de crédito do Banco. O patrimônio líquido (PL) do BRDE apresenta um crescimento contínuo, encerrando o ano com um total de R\$ 4,5 bilhões, o que representou um aumento de 9,6% em comparação a 2023. Esse crescimento do PL está associado aos lucros obtidos, que são reinvestidos anualmente. O patrimônio líquido do BRDE possibilita maior alavancagem e capacidade financeira, permitindo ao Banco incrementar o apoio ao desenvolvimento de sua área de atuação.

O saldo das operações de crédito e os repasses financeiros do BRDE registraram um crescimento de 20,6% em 2024, totalizando R\$ 21,5 bilhões. Esse desempenho reflete o êxito na efetivação de novos empréstimos e financiamentos em consonância com a maior diversificação das fontes de financiamento. A carteira é composta por 42,0 mil clientes ativos, cujos empreendimentos financiados estavam localizados em 1.220 municípios, sendo

1.148 da Região Sul. Ressalta-se que os financiamentos do BRDE estão presentes em 96,4% dos municípios da Região Sul.



O Índice de Basileia do BRDE atingiu 17,51 no exercício de 2024, mantendo níveis adequados de capitalização.

Captação de Recursos no Mercado de Capitais

A política de diversificação de *funding* do BRDE estabelece, como uma de suas frentes de negócio, a captação de recursos via emissão de títulos de renda fixa no mercado de capitais. Como forma de execução dessa estratégia, o BRDE iniciou, em abril de 2024, o Programa BRDE de Captações de Recursos no Mercado de Capitais mediante distribuição indireta, via corretoras parceiras.

O Banco já possuía títulos emitidos a mercado, porém, no formato de distribuição direta, com escalabilidade limitada. A partir de 2024, a captação a mercado do BRDE passou a contar com mais instrumentos financeiros disponíveis, como as Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs), as Letras Financeiras (LFs) e as Letras de Crédito de Desenvolvimento (LCDs), alcançado investidores do varejo via corretoras e gestoras de ativos. As captações via LCAs totalizaram, ao final de 2024, o valor de R\$ 353,7 milhões, servindo como fonte de recurso para ampliação de programas de crédito.

A LCD, novo instrumento para captação de recursos para ampliar a oferta de crédito, em especial para promover o desenvolvimento sustentável, teve sua regulamentação concluída pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em novembro. A LCD é um título de renda fixa que pode ser emitido exclusivamente pelo Bancos de Desenvolvimento subnacionais e pelo BNDES, e que conta com a isenção de Imposto de Renda para pessoas físicas, bem como a cobertura do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). O BRDE, demonstrando mais uma vez o seu pioneirismo e o seu caráter inovador, realizou a primeira emissão de LCD do Brasil ainda no mesmo mês de novembro, no valor de R\$ 71,6 milhões. Em apenas uma semana a partir da primeira emissão, o Banco totalizou R\$ 266,6 milhões em LCDs emitidas no ano, atingindo o limite estipulado pelo CMN para emissões deste instrumento.

Ainda em 2024, o BRDE também realizou a sua primeira emissão de Letra Financeira (LF), outro instrumento de renda fixa com características distintas dos papéis emitidos pelo Banco até então. As LFs normalmente possuem prazos mais longos e valores maiores de emissão, que a tornam atrativas para outro perfil de investimento. O desenvolvimento dessa forma de captação permitiu que fundos de investimento passassem a contar com papéis do BRDE em seus ativos.

Portanto, o BRDE captou um volume de R\$ 683,7 milhões em 2024 a partir dos diferentes instrumentos financeiros de renda fixa. A expectativa para o próximo ano é de seguir com o programa de captações no mercado de capitais, aumentando o número de instituições parceiras e o volume de negócios neste segmento.

Rating

Periodicamente, o BRDE é submetido à avaliação de risco de agências de *rating* conceituadas do mercado financeiro internacional.

Na análise realizada pela Fitch Ratings, em maio de 2024, após as enchentes, foram mantidos os *credit ratings* do BRDE. Os *Issuer Default Ratings* (IDR, em português, Ratings de Inadimplência do Emissor) de longo prazo em moedas estrangeira e local permaneceram em *BB*, em linha com o rating soberano, e os IDR de curto prazo em moedas estrangeira e local em *B*, com a perspectiva estável. Considera-se que a qualidade de crédito dos três estados controladores influencia fortemente os *ratings* do Banco.

A Moody's Investors Service manteve, em setembro de 2024, o rating global de longo prazo do BRDE em *ba2*, com perspectiva estável. A Moody's ressaltou o papel do banco no fomento ao desenvolvimento nos estados da Região Sul, o crescimento constante da sua carteira de crédito, os níveis sólidos de capitalização e a sua governança interestadual que limita a influência política nas suas decisões. Destacou também que a estrutura de financiamento estável do

BRDE é o fator fundamental para a sustentação dos seus ratings, apesar da sua elevada concentração dada a predominância de fundos provenientes do BNDES.

A Moody's Local BR aumentou, em novembro, a classificação de risco do BRDE de A+.br para AA-.br, com uma perspectiva estável. Essa elevação do rating do Banco reflete a melhoria gradual em sua estrutura de captação de recursos ao longo dos últimos cinco anos, destacando a redução da dependência dos repasses do BNDES e o acesso a captações junto a entidades multilaterais, além de operações no mercado doméstico de capitais, como emissões de letras financeiras e Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs). O perfil de crédito do Banco é fortalecido por sua alta capitalização, resultado da incorporação de seus lucros.

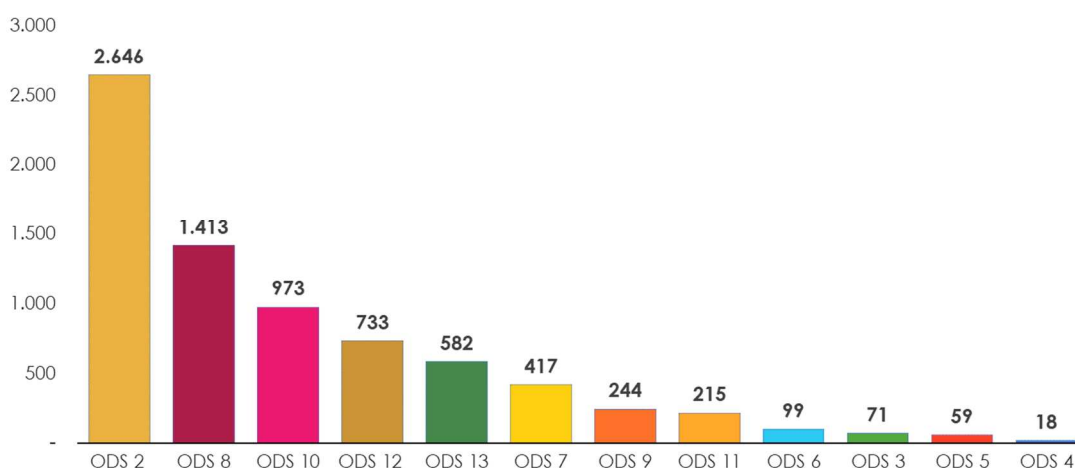
Destaques Institucionais

Apoio à sustentabilidade

As contratações de crédito do BRDE somaram aproximadamente R\$ 6,0 bilhões em 2024, dos quais 82% estão alinhados a pelo menos um ODS. Esse índice é chamado de percentual de aderência ou visão das operações. Ou seja, neste ano, o Banco disponibilizou R\$ 4,8 bilhões em crédito para projetos que ajudam no esforço global dos ODS.

No gráfico a seguir, destacamos os ODS mais impactados positivamente pelo crédito realizado pelo BRDE:

Contratações de financiamento por ODS - R\$ milhões



Devido às especificidades das atividades produtivas na área em que atua, o ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável foi o objetivo com o maior apoio do BRDE. Neste ano, foram alocados R\$ 2,6 bilhões para financiar investimentos em cooperativas agroindustriais, na agricultura familiar, no armazenamento de

grãos, em projetos de integração entre lavoura e pecuária, em sistemas de irrigação, bem como na recuperação e manejo do solo, entre outras iniciativas.

O expressivo investimento destinado aos projetos sustentáveis é evidente nos valores correspondentes aos ODS 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima, que totalizam R\$ 582 milhões, e ODS12 - Produção e Consumo Sustentáveis, que somam R\$ 733 milhões. Uma parte significativa desses financiamentos, que se enquadram nesses dois objetivos, foi direcionada à geração de energia a partir de fontes renováveis, como a energia solar fotovoltaica, Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) e biomassa, além de iniciativas voltadas à eficiência energética, como iluminação pública, e à gestão ou reciclagem de resíduos.

Fundo Verde

Em fevereiro, o Governo do Estado do Paraná e o BRDE lançaram o 1º Edital do Fundo Verde, com a missão de apoiar o desenvolvimento de projetos científicos, tecnológicos e inovadores voltados à promoção de impactos positivos no âmbito socioambiental e climático na Região Sul. Serão investidos R\$ 3,2 milhões por meio da Fundação Araucária, também gestora técnica, da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti) do Paraná e do BRDE. Destes, R\$ 2,0 milhões são provenientes da Secretaria e da Fundação Araucária, e R\$ 1,2 milhão do BRDE. Os recursos serão utilizados para apoiar até 16 projetos inovadores focados em temas como sustentabilidade e proteção da água, prevenção e controle da poluição, proteção e restauração da biodiversidade, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, transição para uma economia circular, agropecuária resiliente e sustentável, e promoção da equidade e inclusão econômica e cidadã. O edital recebeu 85 inscrições, das quais 16 projetos foram aprovados. Cada projeto poderá receber até R\$ 200 mil. Para maiores informações, consulte <https://www.fappr.pr.gov.br/Pagina/Programas-2023-2024>

Em junho, foi lançado o 2º Edital do Fundo Verde, em parceria com a Fundação Boticário, como gestora técnica, e Fundação Araucária, com o apoio da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti), que tem como objetivo apoiar projetos na Grande Reserva Mata Atlântica, maior remanescente contínuo do bioma no país. Serão aportados R\$ 1,2 milhão pelo BRDE, em um total de R\$ 2,9 milhões. As propostas de soluções devem atender a um dos três desafios apresentados: promover o turismo de natureza por meio da conexão de negócios, projetos e programas, fortalecendo a região da Mata Atlântica paranaense como destino nacional e internacional; garantir o protagonismo de comunidades locais por meio da formação, valorização e implementação de negócios ou de projetos sustentáveis; e incentivar projetos que promovam adaptação da sociedade às mudanças climáticas, atentos à segurança hídrica

ou à resiliência costeiro-marinha. Os resultados foram divulgados em outubro, com oito soluções inovadoras selecionadas para serem executadas, entre 12 e 24 meses, em ao menos um dos 18 municípios paranaenses da Grande Reserva Mata Atlântica. A lista completa dos projetos selecionados pode ser consultada no link <https://chamada2024.teiadesolucoes.com.br/>.

A edição da Teia de Soluções – Resiliência Climática para o Rio Grande do Sul é uma iniciativa da Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza, em parceria com o BRDE, o RegeneraRS, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs) e a Fundação Araucária, com apoio da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (Seti). Ao final do processo, as melhores propostas receberão apoio financeiro para serem colocadas em prática. Serão destinados, ao todo, até R\$ 10,0 milhões para as soluções selecionadas. As soluções apresentadas devem atender à realidade local e a um dos desafios propostos: “Adaptação climática em Ação: Natureza como Aliada” e “Ciência para a Adaptação Climática: Desvendando o Potencial da Natureza”. Todos os projetos terão entre 12 e 24 meses para serem executados a partir da finalização da chamada. Para maiores informações, consulte <https://chamada.teiadesolucoes.com.br/>

BRDE na Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade - COP 16

O Fundo Verde foi selecionado entre iniciativas de 14 países como projeto colaborativo de incentivos positivos para a conservação da biodiversidade. A COP16 da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) ocorreu em Cali, na Colômbia, e contou com a participação de uma missão do BRDE.

Apenas sete programas brasileiros foram incluídos na lista destacada como ações capazes de reduzir “práticas prejudiciais ao meio ambiente e aumentar a implementação de práticas com um impacto benéfico na natureza”, menciona o relatório da Conferência.

Além do Fundo Verde, o Programa Alianza Mais, para a conservação ambiental do Bioma Pampa, foi divulgado no evento.

Apoio à Inovação

O impulso à inovação é uma meta estratégica permanente para o BRDE. Para abranger esse tema, o Programa BRDE INOVA reúne os principais instrumentos de apoio à inovação que o Banco oferece, organizados em três áreas de atuação: financiamentos, investimento de capital por meio de Fundos de Investimento em Participações (FIPs) e programas de aceleração de *startups*, como o BRDE Labs. Além disso, o Banco se compromete a fomentar a

colaboração entre os diversos participantes do ecossistema de inovação, evidenciado por sua participação em vários eventos realizados neste semestre, destacando-se a terceira edição do *South Summit Brazil*.

As contratações do BRDE para projetos de inovação, por meio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), alcançaram R\$ 751,1 milhões, equivalente a 21,4% do valor total financiado pela Finep em todo o Brasil por meio dos agentes financeiros.

Além dos financiamentos para projetos inovadores, o BRDE é investidor em 4 Fundos de Investimento em Participação (FIPs) voltados para o suporte a *startups* em variadas fases de desenvolvimento: Criatec 3, Criatec 4, FIP Anjo e Quartz Capital VC4. O Banco subscreveu R\$ 47 milhões nesses FIPs que, até o momento, aportaram recursos em 27 empresas inovadoras da Região Sul, com aportes que totalizaram R\$ 123,5 milhões.

BRDE Labs

O programa BRDE Labs foi desenvolvido para fortalecer o ambiente de inovação na Região Sul. Sua proposta é estabelecer um suporte contínuo e não creditício às *startups*, com o BRDE atuando como um agente público alinhado às demandas do mercado inovador. A principal meta do programa é acelerar o crescimento das *startups*, viabilizando o acesso a recursos futuros e parcerias que impulsionem seu sucesso. Além disso, oferece capacitação e oportunidades para o desenvolvimento de negócios, tudo de forma gratuita.

No Labs, o Banco também facilita a interação entre *startups* e os FIPs dos quais é cotista, além de promover conexões com empresas consolidadas que são suas clientes, visando a busca de soluções para diversos desafios.

A quinta edição do BRDE Labs do Paraná, com o apoio do Hotmilk (PUCPR) e da Amcham, teve como foco o apoio e impulsionamento das estratégias empresariais dos participantes, abrindo o leque de oportunidades para a geração de negócios entre as empresas âncoras e as *startups*. No total, foram inscritas 118 *startups*, as quais apresentaram 223 propostas de soluções para os 14 desafios lançados pelas âncoras participantes do programa. Das *startups* inscritas, 15 foram selecionadas e participaram da fase de imersão, a qual contou com reuniões com as empresas, mentoria de Provas de Conceito (POC), consultoria para avaliação das propostas e *workshops*. Por fim, dez *startups* chegaram à fase final de aceleração, e 7 realizaram Provas de Conceito (POCs). Nesse ano, outra novidade foi a implantação da Plataforma Digital, chamada Comunidade BRDE Labs, que reúne todas as empresas participantes, *startups* aceleradas e conteúdo de todas as cinco edições do Programa.

A quinta edição do BRDE Labs do Rio Grande do Sul, contou novamente com a parceria da Feevale Techpark. O Programa teve o objetivo de apoiar o

desenvolvimento de *startups* que estejam em fase de operação em três áreas prioritárias: ambiental e sustentabilidade, saúde e tecnologia da informação. A iniciativa selecionou 15 projetos do estado do Rio Grande do Sul que participaram do processo de aceleração, que ocorreu de forma híbrida. Dentre os benefícios oferecidos aos participantes estão o contato com grandes empresas do mercado (âncoras), mentorias com especialistas, *workshops*, *networking* estratégico, infraestrutura de apoio e premiação em dinheiro. Nessa edição, pelos eventos climáticos extremos, o *Demoday* será realizado em abril de 2025, quando serão conhecidas as *startups* mais bem classificadas no processo de aceleração.

A terceira edição de 2024 do BRDE Labs de Santa Catarina contou com duas frentes. O BRDE Labs Growth objetivou a aceleração comercial para fortalecer empresas em fases de operação e tração. Foram selecionadas 100 *startups* para as atividades da etapa Growth, que proporcionou *workshops* e mentorias com especialistas, além de oportunidades de *networking*, acesso a benefícios, premiação em dinheiro e a chance de, no próximo ano, entrar na etapa Venture. No final da jornada, as 18 *startups* melhores colocadas dividiram um prêmio de R\$ 360 mil reais oferecidos pelo BRDE.

Já o BRDE Labs Venture, a grande novidade deste ano em Santa Catarina, realizou *workshops* e mentorias para *startups* que já passaram pelo BRDE Labs nas duas edições anteriores e que buscam a captação de investimentos. A iniciativa proporcionou a aceleração para 40 *startups*. Ao final, as 20 *startups* mais bem avaliadas participaram do *Investor Day* para a conexão com investidores.

Quarta edição do Programa INOVA tem apoio do BRDE

O BRDE está participando da quarta edição do Programa INOVA, realizado em parceria com Sebrae *Startups*, Bossa Invest, Unifique e Raja Ventures. O principal objetivo do programa é selecionar *startups* nacionais para investimento e aceleração, focadas na solução de demandas do mercado. Entre as 1.179 *startups* inscritas, até 25 serão selecionadas em janeiro de 2025 para a primeira fase, na qual cada uma poderá receber até R\$ 750 mil, além de mentorias on-line e conexão com parceiros comerciais. Na fase seguinte, também a ser realizada em 2025, as *startups* participarão de sete encontros presenciais, com acompanhamento on-line e produção de relatórios mensais contendo diagnósticos ao longo de quatro meses.

Na terceira fase, em outubro de 2025, até cinco *startups* serão selecionadas para a capacitação individual visando o crescimento e escala dos negócios, além de terem a chance de conquistar mais um investimento.

Parcerias Público-Privadas (PPP)

O BRDE não apenas oferece crédito e suporte técnico para projetos privados e municipais que estejam em conformidade com as políticas públicas dos estados controladores, mas também desempenha um papel fundamental na estruturação de PPPs, concessões e outras formas de envolvimento do setor privado na gestão e prestação de serviços públicos. O Banco tem sido parceiro de estados e municípios, buscando facilitar o desenvolvimento da infraestrutura pública. Essa atividade é uma das prioridades do BRDE, alinhada a seu objetivo estratégico de políticas públicas, que integra seu Planejamento Estratégico.

No ano de 2024, o BRDE firmou contrato com o Governo de São Paulo, por meio do Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (Detran-SP) e do Departamento de Estradas e Rodagem (DER), para a realização dos estudos de avaliação da viabilidade econômico-financeira que definirão o modelo de negócios para a concessão dos serviços de remoção, guarda, liberação e preparação de leilão de veículos dos pátios veiculares do Detran/DER no estado de São Paulo.

A parceria com o BRDE tem como objetivo a gestão mais eficiente desses espaços, implementando tecnologias inovadoras e garantindo um atendimento de melhor qualidade aos cidadãos. A contratação do BRDE deve-se à sua atuação de destaque no sul do país, em especial pela expertise adquirida na estruturação de projeto semelhante para o Detran do estado do Paraná.

Ainda neste ano, foram realizados dois leilões de PPPs de iluminação pública estruturadas pelo BRDE. Nesses projetos, o Banco é responsável por coordenar a estruturação completa do projeto de concessão, que abrange o diagnóstico da infraestrutura atual, a modelagem técnica, econômico-financeira e jurídica, além do suporte ao processo licitatório.

O leilão da Parceria Público-Privada (PPP) de iluminação pública do município de Santa Maria, Rio Grande do Sul, ocorreu em julho, com o compromisso de destinar R\$ 219 milhões no projeto, entre aquisição de novos equipamentos e manutenção do sistema. Já a PPP de iluminação pública de Sapiranga, também no Rio Grande do Sul, deve gerar investimentos de R\$ 127 milhões.

Além disso, foram assinadas parcerias com o BNDES, em outubro, e a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), em dezembro, visando a obtenção de apoio técnico, compartilhamento de conhecimento e fortalecimento institucional do BRDE no tema das PPPs.

Incidente cibernético

Em junho de 2024, o BRDE identificou um ataque cibernético criminoso a seu ambiente de tecnologia (ransomware), o que resultou na restrição temporária de acesso aos sistemas e canais digitais de atendimento da instituição.

Imediatamente, foram acionados os protocolos de segurança pertinentes para bloquear a ação e minimizar os riscos associados. O Banco atuou de forma diligente para mitigar os efeitos associados e, com o suporte de uma empresa especializada, conduziu um processo de investigação, avaliação das circunstâncias e apuração da extensão do incidente. A conclusão apontou que o evento ocasionou apenas a indisponibilidade temporária de acesso ao site do BRDE, sem evidências de vazamento de dados ou riscos significativos para os clientes, conforme relatado à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Gerenciamento de Riscos

O BRDE, em atendimento às disposições da Resolução CMN nº 4.557/2017 e de regulamentação complementar, possui estrutura de gerenciamento de riscos segregada das demais unidades de negócio e da unidade executora da atividade de auditoria interna. A Superintendência de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance (SURIS) é a responsável pela elaboração e revisão das políticas e dos relatórios de gerenciamento de riscos, funcionando sob a administração do Chief Risk Officer – CRO e reportando-se diretamente ao Comitê de Riscos, ao Diretor-Presidente e ao Conselho de Administração. O relatório que define a estrutura de gerenciamento contínuo de riscos e de capital está disponível no site do Banco (<https://www.brde.com.br/gestao-de-riscos/estrutura/>).

Em atendimento à Resolução BCB nº 54/2020, o BRDE apresenta seu Relatório de Pilar 3, reunindo um conjunto abrangente de informações a respeito da sua gestão de risco e de capital. Ao proporcionar às partes interessadas amplo acesso às informações sobre os riscos e gestão, o BRDE busca atender às recomendações do Comitê de Basileia de Supervisão Bancária, notadamente no que diz respeito à transparência, favorecimento da disciplina de mercado e redução de assimetria de informações. O relatório de Pilar 3 se encontra disponível em: <https://www.brde.com.br/gestao-de-riscos/pilar-3/>, sendo disponibilizado também em forma de dados abertos segundo as especificações estabelecidas pelo BACEN em: <https://dadosabertos.bcb.gov.br/dataset/pilar3>.

Agradecimentos

Os resultados apresentados à sociedade nesse relatório não seriam possíveis sem os esforços conjuntos dos estados-controladores e representantes da sociedade civil. Nesse contexto, a Diretoria agradece aos clientes por confiar no apoio do BRDE, aos repassadores de recursos pela contínua e crescente parceria no processo de desenvolvimento, aos Governos dos Estados-Controladores, ao Conselho de Administração, aos Comitês de apoio e aos demais parceiros pela confiança depositada. Agradece, ainda, aos funcionários, reafirmando seu reconhecimento pela colaboração recebida.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2024.

ATIVO	Nota	2024	2023
Disponibilidades	5	23.506	91.707
Instrumentos financeiros		25.458.488	20.923.150
Títulos e valores mobiliários	6	3.877.546	3.001.497
Operações de crédito	7	21.444.530	17.733.229
Outros instrumentos financeiros	8	136.412	188.424
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(576.222)	(417.556)
Outros ativos		171.503	134.888
Rendas a receber		13.287	8.344
Devedores por depósitos em garantia		72.296	69.233
Outros créditos	10	46.733	18.985
Ativos não financeiros mantidos para venda		48.317	41.174
(-) Provisão para redução ao valor recuperável de outros ativos		(9.130)	(2.848)
Créditos tributários	17.2	467.483	315.387
Investimentos		270	602
Imobilizado	11	38.809	40.708
Imobilizado de uso		76.321	75.527
(-) Depreciação acumulada		(37.512)	(34.819)
Intangível	11	7.621	9.505
Ativos intangíveis		53.295	51.359
(-) Amortização acumulada		(45.674)	(41.854)
TOTAL DO ATIVO		25.591.458	21.098.391

PASSIVO	Nota	2024	2023
Depósitos e captações de recursos	12	796.585	78.314
Instrumentos financeiros		18.631.352	15.486.854
Repasse do país	13.1	15.444.981	13.568.421
Empréstimos e repasses do exterior	13.1	3.185.904	1.913.948
Instrumentos financeiros derivativos	6.2	467	4.485
Outras obrigações		1.164.844	996.003
Fundos financeiros e de desenvolvimento	14	470.295	494.546
Impostos e contribuições sobre o lucro		138.714	162.208
Outros impostos e contribuições		17.686	16.268
Outras obrigações	15	538.149	322.981
Provisões		152.614	132.342
Provisão para garantias financeiras prestadas	16.1	3.705	281
Provisão para contingências	16.2	112.092	100.426
Provisão para pagamentos a efetuar		36.817	31.635
Obrigações fiscais diferidas	17.2	156.042	68.850
Passivo atuarial	18	194.123	234.705
Patrimônio Líquido	19	4.495.898	4.101.323
Capital social		2.487.333	2.225.541
Reservas de lucro		2.043.333	1.968.027
Outros resultados abrangentes		(34.768)	(92.245)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		25.591.458	21.098.391

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

	Nota	2º semestre		Exercício	
		2024	2023	2024	2023
Receitas de intermediação financeira		1.607.097	1.149.614	2.912.938	2.216.418
Operações de crédito	7.5	1.446.542	1.000.846	2.626.290	1.901.867
Resultado com títulos e valores mobiliários		160.555	148.768	286.648	314.551
Despesas de intermediação financeira		(1.026.850)	(674.914)	(1.904.060)	(1.114.397)
Operações de captação		(27.011)	(3.303)	(34.909)	(4.046)
Operações com empréstimos e repasses	13.2	(781.830)	(501.872)	(1.526.404)	(952.532)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(218.812)	(168.939)	(344.280)	(154.056)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.2	803	(800)	1.533	(3.763)
Resultado da intermediação financeira		580.247	474.700	1.008.878	1.102.021
Receitas operacionais		65.591	38.873	110.179	69.960
Receitas de prestação de serviços	20	34.477	28.075	67.205	50.352
Outras receitas operacionais	21	31.114	10.798	42.974	19.608
Despesas operacionais		(252.079)	(237.604)	(467.031)	(436.490)
Despesa com pessoal	22	(137.536)	(121.606)	(262.580)	(231.512)
Outras despesas administrativas	23	(62.338)	(51.182)	(103.871)	(85.753)
Despesas tributárias	24	(33.067)	(29.932)	(62.055)	(60.584)
Outras despesas operacionais	25	(19.138)	(34.884)	(38.525)	(58.641)
Despesas com provisões		(22.837)	(7.276)	(38.293)	(20.722)
Trabalhistas	16.2	(16.398)	(3.957)	(25.025)	(6.074)
Cíveis e fiscais	16.2	(3.516)	(2.330)	(7.077)	(12.468)
Garantias financeiras prestadas		(2.923)	(989)	(6.191)	(2.180)
Resultado operacional		370.922	268.693	613.733	714.769
Outras receitas e despesas		4.190	2.590	6.278	6.344
Resultado antes dos tributos e participações		375.112	271.283	620.011	721.113
Impostos sobre o lucro	17.1	(21.976)	8.609	(127.327)	(186.295)
Corrente		(49.060)	(31.310)	(214.073)	(231.659)
Diferido		27.084	39.919	86.746	45.364
Participações no lucro		(10.274)	(3.262)	(20.231)	(17.568)
RESULTADO LÍQUIDO		342.862	276.630	472.453	517.250
Resultado líquido básico e diluído por ação (lote de 1000 ações)		0,14	0,14	0,26	0,26

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

	2º semestre		Exercício	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do período	342.862	276.630	472.453	517.250
Itens que podem ser reclassificados para o resultado				
Ativos financeiros disponíveis para venda	(4)	1.264	2.805	1.099
Variação do valor de mercado	(4)	1.604	1.207	1.303
Efeito tributário	-	(340)	1.598	(204)
Itens que não podem ser reclassificados para o resultado				
Benefício pós-emprego	(32.763)	(52.623)	(54.672)	(25.684)
Variação do passivo atuarial	(48.719)	(67.619)	(74.916)	(34.362)
Efeito tributário	15.956	14.996	20.244	8.678
Total dos outros resultados abrangentes	(32.767)	(51.359)	(51.867)	(24.585)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	310.095	225.271	420.586	492.665

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

	Reservas de lucro		Outros	Lucros	Total
	Capital social	Fundo Regimental	Resultados Abrangentes	Acumulados	
Saldos em 01/07/2023	2.094.339	2.101.416	(143.604)	-	4.052.151
Ajuste ao valor mercado TVM	-	-	(1.264)	-	(1.264)
Ajuste avaliação atuarial	-	-	52.623	-	52.623
Aumento de capital (nota 19)	131.202	(131.202)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	(278.817)	-	-	(278.817)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	276.630	276.630
Constituição de reservas	-	276.630	-	(276.630)	-
Saldos em 31/12/2023	2.225.541	1.968.027	(92.245)	-	4.101.323
Saldos em 01/07/2024	2.388.942	2.087.566	(67.535)	-	4.408.973
Ajuste ao valor mercado TVM	-	-	4	-	4
Ajuste avaliação atuarial	-	-	32.763	-	32.763
Aumento de capital (nota 19)	98.391	(98.391)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	(288.704)	-	-	(288.704)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	342.862	342.862
Constituição de reservas	-	342.862	-	(342.862)	-
Saldos em 31/12/2024	2.487.333	2.043.333	(34.768)	-	4.495.898
Saldos em 01/01/2023	1.971.507	1.983.628	(116.830)	-	3.838.305
Ajuste ao valor mercado TVM	-	-	(1.099)	-	(1.099)
Ajuste avaliação atuarial	-	-	25.684	-	25.684
Aumento de capital (nota 19)	254.034	(254.034)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	(278.817)	-	-	(278.817)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	517.250	517.250
Constituição de reservas	-	517.250	-	(517.250)	-
Saldos em 31/12/2023	2.225.541	1.968.027	(92.245)	-	4.101.323
Ajuste ao valor mercado TVM	-	-	2.805	-	2.805
Ajuste avaliação atuarial	-	-	54.672	-	54.672
Aumento de capital (nota 19)	261.792	(108.443)	-	-	153.349
Juros sobre o capital próprio	-	(288.704)	-	-	(288.704)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	472.453	472.453
Constituição de reservas	-	472.453	-	(472.453)	-
Saldos em 31/12/2024	2.487.333	2.043.333	(34.768)	-	4.495.898

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

	2º Semestre		Exercício	
	2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos impostos sobre o lucro e participações	375.112	271.283	620.011	721.113
Ajuste que não afetam o caixa das atividades operacionais	252.285	188.255	401.025	198.192
Depreciação e amortização	3.406	4.650	7.092	9.285
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	218.812	168.939	344.280	154.056
Provisão para garantias financeiras prestadas	164	(2.474)	3.424	(4.357)
Provisão para contingências	11.920	3.260	17.699	13.645
Provisão para perdas esperadas de outros ativos	6.300	1.149	6.300	1.149
Ajuste a valor de mercado – ativos e passivos	182	44	161	49
Provisão atuarial, líquido de reversões	11.501	12.687	22.069	24.365
(Aumento) / redução de ativos operacionais	(2.134.856)	(1.367.716)	(4.189.387)	(2.155.269)
Títulos e valores mobiliários e instrumentos fin. Derivativos	(315.127)	(53.745)	(325.273)	129.359
Operações de crédito	(1.815.995)	(1.312.752)	(3.873.229)	(2.315.603)
Outros instrumentos financeiros	28.297	(8.054)	52.012	14.470
Outros créditos	(32.031)	6.835	(42.897)	16.505
Aumento / (redução) de passivos operacionais	1.870.883	979.554	3.496.732	1.187.932
Instrumentos financeiros	1.568.489	970.188	3.147.931	1.596.921
Outras obrigações	370.684	60.896	599.625	(81.609)
Provisões e passivo atuarial	(10.826)	(14.079)	(12.869)	(18.340)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(57.464)	(37.451)	(237.955)	(309.040)
Caixa gerado / (utilizado) nas atividades operacionais	363.424	71.376	328.381	(48.032)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicação no intangível	(911)	(875)	(1.935)	(1.836)
Aquisição de imobilizado de uso	(387)	(2.132)	(1.523)	(3.428)
Alienação de imobilizado de uso e intangível	6	472	150	488
Alienação de ações	-	-	6.068	-
Alienação de investimentos	331	-	331	-
Caixa gerado / (utilizado) nas atividades de investimento	(961)	(2.535)	3.091	(4.776)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Juros sobre o capital próprio capitalizado	-	-	153.349	-
Caixa gerado/(utilizado) nas atividades de financiamento	-	-	153.349	-
Aumento / (redução) no caixa e equivalente de caixa	362.463	68.841	484.821	(52.808)
Modificação na posição financeira				
Saldo de caixa e equivalente de caixa no início do período	1.143.885	952.686	1.021.527	1.074.335
Saldo de caixa e equivalente de caixa no fim do período	1.506.348	1.021.527	1.506.348	1.021.527
Aumento / (redução) no caixa e equivalente de caixa	362.463	68.841	484.821	(52.808)

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

	2º Semestre		Exercício	
	2024	2023	2024	2023
Receitas	1.680.265	1.191.289	3.029.533	2.291.749
Intermediação financeira	1.607.097	1.149.614	2.912.938	2.216.418
Prestação de serviços	34.477	28.075	67.205	50.352
Provisão para garantias financeiras prestadas	(164)	2.474	(3.424)	4.357
Outras	38.855	11.126	52.814	20.622
Despesas	1.030.901	684.799	1.915.221	1.135.001
Despesas de intermediação financeira	808.038	505.975	1.559.780	960.341
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	218.812	168.939	344.280	154.056
Outras	4.051	9.885	11.161	20.604
Insumos adquiridos de terceiros	99.482	78.192	160.989	132.666
Materiais, energia e outros	87.123	70.847	139.869	119.746
Serviços de terceiros	12.359	7.345	21.120	12.920
Valor adicionado bruto	549.882	428.298	953.323	1.024.082
Depreciação e amortização	3.406	4.650	7.092	9.285
Valor adicionado total a distribuir	546.476	423.648	946.231	1.014.797
Distribuição do valor adicionado	546.476	423.648	946.231	1.014.797
Pessoal	114.874	101.241	220.513	194.240
Remuneração direta	86.053	76.357	164.692	145.373
Benefícios	23.725	20.381	44.492	38.900
FGTS	5.096	4.503	11.329	9.967
Impostos, taxas e contribuições	77.706	41.689	231.450	284.152
Federais	75.510	40.260	227.212	281.265
Estaduais	3	6	26	49
Municipais	2.193	1.423	4.212	2.838
Remuneração de capitais de terceiros	760	826	1.584	1.587
Aluguéis	760	826	1.584	1.587
Remuneração de capitais próprios	353.136	279.892	492.684	534.818
Participação no resultado	10.274	3.262	20.231	17.568
Lucros retidos no período	342.862	276.630	472.453	517.250

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul ("BRDE") é uma instituição financeira pública de capital fechado constituída sob a forma de convênio celebrado entre seus estados controladores: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Como instituição financeira propulsora do desenvolvimento regional, o BRDE tem como finalidade promover e liderar ações de fomento ao desenvolvimento econômico e social, através do planejamento e do apoio técnico e creditício de longo prazo, tendo como principais atividades:

- I. Empréstimos e financiamentos;
- II. Prestação de garantias;
- III. Investimentos;
- IV. Prestação de serviços;
- V. Convênios de qualquer natureza;
- VI. Outras modalidades compatíveis com a natureza da instituição e autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

Sujeita-se, por ter personalidade jurídica de direito privado, às regras aplicáveis às empresas privadas no que se refere às obrigações trabalhistas, tributárias, cíveis e comerciais definidas no ordenamento jurídico e como instituição financeira sujeita às regras definidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

O BRDE tem sua sede localizada na rua Uruguai, 155, Centro, Porto Alegre – RS, e possui 1 agência operacional em cada capital dos estados controladores: Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Aprovação e moeda funcional das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o Real (R\$) e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

Estas demonstrações financeiras, após apreciação do Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e da Diretoria, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 26 de março de 2025.

2.2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as regulamentações do BACEN e do CMN, e com base nas disposições da Lei das Sociedades por ações, desde que não sejam conflitantes com as regulamentações emanadas pelos órgãos reguladores.

A apresentação das demonstrações está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro – COSIF e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que foram recepcionados pelos órgãos reguladores.

O Balanço Patrimonial está apresentado por ordem de liquidez e de exigibilidade, para as contas do ativo e do passivo, respectivamente, conforme prerrogativa prevista no art. 23 da Resolução BACEN nº 2/2020, sendo a segregação dos valores em curto e longo prazo apresentada na nota 4.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 Apuração do resultado

É apurado pelo regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério de *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

3.2 Caixas e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos das disponibilidades (saldo das contas correntes no Brasil e no exterior) e títulos, entre todos que compõem a carteira de fundo de investimentos, cujo vencimento seja de curto prazo e que apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo.

3.3 Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN n.º 3.068/2001, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da Administração, em três categorias, a saber:

- Títulos para negociação - avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para a venda - atualizados com base nas condições intrínsecas em contrapartida ao resultado do período, e ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido; e
- Títulos mantidos até o vencimento - atualizados com base nas condições intrínsecas, em contrapartida ao resultado do período.

3.4 Instrumentos financeiros derivativos

Conforme Circular BACEN n.º 3.082/2002 são classificados, na data da sua contratação, como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, de acordo com a intenção da administração. Entre os diversos tipos de instrumentos derivativos, o BRDE opera com a modalidade *swap*.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas pelo seu valor justo, considerando as metodologias de marcação a mercado adotadas pelo BRDE. O método de reconhecimento dos ganhos e perdas resultantes das operações pode ser contabilizado no resultado ou no patrimônio líquido, dependendo da categoria da contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting* adotada.

Os instrumentos designados para fins de *hedge accounting* podem ser classificados de acordo com sua natureza nas seguintes categorias:

- *Hedge* de risco de mercado: nessa categoria são classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinam a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge*, sendo que os valores dos ganhos e perdas, realizados ou não, registrados em conta de resultado;

- *Hedge* de fluxo de caixa: nessa categoria são classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinam a compensar variações no fluxo de caixa estimado da instituição, sendo que os valores dos ganhos e perdas, relacionados com a parcela efetiva são reconhecidos, líquidos dos efeitos tributários, em outros resultados abrangentes em conta específica do patrimônio líquido.

A parcela não efetiva do *hedge* é imediatamente reconhecida no resultado do exercício.

As informações detalhadas das operações envolvidas, suas estratégias, os objetivos da gestão de risco, contemplando a sua efetividade, são documentadas desde o início das operações a fim de evidenciar seus principais elementos envolvidos, quais sejam:

- Objetivo do *hedge*;
- Identificação documental do risco objeto de *hedge* e gerenciamento do risco;
- Classificação e estratégia do *hedge*;
- Procedimentos internos de escrituração;
- Identificação de objeto e instrumento de *hedge*;
- Testes e demonstração da efetividade.

3.5 Operações de crédito, outros créditos com características de operações de crédito

Estão demonstradas ao valor de realização acrescidos, quando aplicáveis, e em base "*pro rata*" dia, dos rendimentos auferidos no período, com base na variação do indexador e da taxa de juros contratada e deduzidas do valor de rendas a apropriar.

A atualização das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas após o 60º dia só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Quando contratadas, e de acordo com parâmetros definidos pelo BRDE, as operações de crédito são classificadas em nível de risco, que varia de "AA" (menor risco) a "H" (maior risco). Este risco pode mudar por reavaliações periódicas ou conforme o atraso, obedecendo rigorosamente o estabelecido na Resolução CMN n.º 2.682/1999.

As operações em atraso classificadas no pior nível ("H"), permanecem nesse nível por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas, que não tenham sido transferidas para compensação, são classificadas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam na data da renegociação, enquanto que, as que já estavam em compensação são classificadas em "H". Todavia, em ambos os casos, admite-se a classificação para níveis melhores sempre que houver uma amortização significativa ou ocorrência de fato relevante que justifique a melhora.

3.6 Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, efetuada com base nos percentuais mínimos estabelecidos nas normas do BACEN, e complementada por provisões adicionais em relação ao mínimo exigido pela regulamentação, é fundamentada na análise de cada operação e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos das carteiras.

3.7 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos

O BRDE revisa periodicamente se há alguma indicação de perda no valor recuperável dos ativos (*impairment*), e, quando identificadas, são reconhecidas no resultado do período.

3.8 Imobilizado

Os bens que constituem o ativo imobilizado são demonstrados pelo custo de aquisição.

A depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais que levam em consideração a vida útil dos bens:

	Taxas
Imóveis	4% a.a.
Instalações, Equipamentos e Sistemas de Comunicação e Segurança	10% a.a.
Sistemas de processamento de dados e Veículos	20% a.a.

3.9 Intangível

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos softwares, amortizados pelo método linear à taxa de 20% ao ano a partir da data da sua disponibilidade para uso. A entidade avalia, ao fim de cada período de reporte, se houve alguma indicação de que um ativo intangível tenha sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o valor recuperável do ativo.

3.10 Obrigações por repasses

São demonstradas pelos valores das exigibilidades considerando os encargos e variações monetárias ou cambiais até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata* dia.

3.11 Impostos e contribuições

A relação dos impostos e contribuições sobre o lucro e sobre o resultado ao qual o BRDE está sujeito a calcular e recolher estão discriminados na nota explicativa 17 bem como as respectivas alíquotas vigentes na data de encerramento deste exercício.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social, apurados nas alíquotas praticadas a partir de 2024, são constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. De acordo com o disposto na Resolução CMN n.º 4.842/20, a expectativa de realização dos referidos créditos e obrigações da instituição, demonstrado na nota 17.2, está baseada em projeção de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico elaborado e aprovado pela Administração.

3.12 Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN n.º 3.823/09.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando como praticamente certa a realização do ativo.

Passivos contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das mesmas possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada, baseados em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos assemelhados, apesar da incerteza inerente ao prazo ou valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras.

3.13 Benefício pós-emprego

O Banco é patrocinador da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, cuja principal finalidade é a de manter planos de aposentadorias e pensões (nota 18). O regime atuarial de apuração do custo e contribuições dos planos é o de capitalização, avaliado semestralmente por atuário independente.

Os ganhos ou perdas atuariais reconhecidas de um determinado período correspondem a aumentos ou reduções no valor presente da obrigação de benefício definido em razão de mudanças em premissas atuariais e dos ajustes pela experiência.

Os benefícios pós-emprego são reconhecidos na demonstração do resultado da seguinte forma:

- Custo do serviço corrente: aumento do compromisso do plano (obrigações atuariais) resultante do serviço prestado pelo empregado no período, ou seja, em função da "aquisição" do direito pelo tempo da prestação do serviço por mais um período.
- Custo de juros sobre a obrigação atuarial: definido como o aumento, durante o período, no valor presente das obrigações como resultado do transcurso do tempo.
- Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido: compreendem ganhos e perdas atuariais, retorno sobre os ativos do plano excluindo valores considerados nos juros líquidos do benefício definido e qualquer mudança no efeito do teto de ativo excluindo os valores considerados nos juros líquidos de benefício definido.

Em consonância ao CPC 33 (R1), quando do processo de destinação de reserva especial de Plano de Benefício, apurado conforme regras emitidas pelas autoridades regulatórias, na condição de patrocinador e a fim de representar patrimonialmente de forma efetiva o benefício econômico de direito do BRDE a valor presente, o Banco constitui um ativo atuarial para este fim.

3.14 Demais ativos e passivos

Demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo, quando for aplicável: (i) os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia e (ii) os efeitos dos ajustes para reduzir o custo de ativos ou seu valor de mercado ou de realização.

4. SEGREGAÇÃO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Em atendimento ao parágrafo único do art. 23 da Resolução BACEN nº 02/2020, apresentamos, para os itens patrimoniais, a segregação circulante e não circulante.

Item patrimonial - ATIVO	2024		2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Disponibilidades	23.506	-	91.707	-
Títulos e valores mobiliários	3.745.607	131.939	2.950.673	50.824
Operações de crédito	3.264.819	18.179.711	2.861.634	14.871.595
Outros instrumentos financeiros	12.664	123.748	67.700	120.724
(-) Provisão perdas esperadas assoc. risco de crédito	(72.821)	(503.401)	(102.365)	(315.191)
Rendas a receber	13.287	-	8.344	-
Devedores por depósitos em garantia	-	72.296	-	69.233
Outros créditos	30.533	16.200	18.985	-
Ativos não financeiros mantidos para venda	16.119	32.198	25.843	15.331
(-) Provisão para redução ao valor recuperável de outros ativos	-	(9.130)	(2.115)	(733)
Créditos tributários	-	467.483	-	315.387
Investimentos	-	270	-	602
Imobilizado	-	38.809	-	40.708
Intangível	-	7.621	-	9.505

Item patrimonial - PASSIVO	2024		2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósitos e captações de recursos	142.070	654.515	-	78.314
Repasse do país	2.472.389	12.972.592	2.277.997	11.290.424
Empréstimos e repasse do exterior	297.854	2.888.050	202.594	1.711.354
Instrumentos financeiros derivativos	467	-	3.257	1.228
Fundos financeiros e de desenvolvimento	470.295	-	494.546	-
Impostos e contribuições sobre o lucro	138.714	-	162.208	-
Outros impostos e contribuições	17.686	-	16.268	-
Outras obrigações	516.286	21.863	301.645	21.336
Provisão para contingências	-	112.092	-	100.426
Provisão para garantias financeiras prestadas	-	3.705	-	281
Provisão para pagamentos a efetuar	36.817	-	31.635	-
Passivo atuarial	-	194.123	-	234.705
Obrigações fiscais diferidas	-	156.042	-	68.850

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Disponibilidades	23.506	91.707
Cotas de fundos de investimentos (nota 6)	1.482.842	929.820
Total	1.506.348	1.021.527

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros do BRDE são todos classificados como de nível de hierarquia 1, onde seus preços são cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento sem modificação.

	2024	2023
Carteira própria – nota 6.1	2.104.027	1.679.370
Cotas de fundos de investimentos (nota 5)	1.482.842	929.820
Cotas de fundos de investimentos – recursos do FSA	290.677	392.307
Total	3.877.546	3.001.497

6.1 Carteira própria

Apresenta a seguinte composição, sendo que as cotas de fundos de investimentos são classificadas como disponível para venda e não possuem vencimento, assim como as ações de companhias abertas.

	2024	2023
Cotas de fundos de investimentos – fundo BB (a)	1.174.373	1.177.029
Cotas de fundos de investimentos – fundo CEF	511.894	461.764
Cotas de fundos de investimentos – outros fundos	83.775	175
Cotas de fundos em participações (b)	44.249	38.734
Ações de companhias abertas (c)	-	1.668
Aplicações em commodities	87.690	-
Letras financeiras do tesouro (d)	201.741	-
Instrumentos financeiros derivativos – swap	305	-
Total	2.104.027	1.679.370

a) Fundo com perfil de renda fixa, administrado pela BB Administração de Ativos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com base em parâmetros estabelecidos pelo BRDE, onde a meta é obter uma rentabilidade de 101% da taxa DI para 86% da carteira e de IPCA + 5% a.a. para os 14% restantes. Deste montante, R\$ 10.159 (2023 – R\$ 12.090) estão caucionados a processos judiciais. Avaliados a valor de mercado, a composição do fundo é a seguinte:

	2024	2023
Letras financeiras do tesouro nacional	649.791	756.625
Notas do tesouro nacional-B	438.000	287.272
Letras tesouro nacional	86.569	133.074
Outros títulos	13	58
Total do fundo de investimento	1.174.373	1.177.029

b) Representam cotas de fundos em participações ou garantidores, que são administrados por instituições privadas, sendo suas cotas atualizadas pelos valores divulgados pelos respectivos administradores na data do balanço, apresentando em 31 de dezembro a seguinte situação:

	Capital (Cotas)		Saldo Contábil Atualizado
	Subscrito	Integralizado	
Fundo Garantidor de Investimentos – FGI	1.900	1.900	3.183
Fundo Criatec III	12.000	11.771	13.303
FIP Anjo Capital Semente	15.000	10.564	10.215
TM3 Capital VC4 FIP Multiestratégia	10.000	9.650	17.408
Criatec 4 ASG FIP Capital Semente	10.000	539	140
Total	48.900	34.424	44.249

c) O BRDE concluiu, no 1º semestre de 2024, o processo de venda da carteira de ações, reconhecendo no resultado o seu efeito líquido.

d) Desse valor, R\$ 200.703 são títulos que, por regulamentação específica, estão vinculados ao Banco Central em decorrência de dotação para futuro aumento de capital (nota 15).

O BRDE não possui títulos e valores mobiliários classificados na categoria de mantidos até o vencimento, bem como não foram realizadas reclassificações ou alterações de classificações entre categorias, por parte da Administração.

6.2 Contabilidade de *Hedge*

O BRDE participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap*, registrados em contas patrimoniais e de compensação, tendo por objetivo mitigar os riscos decorrentes das variações cambiais da operação de captação externa (objeto de *hedge*) efetuada pelo BRDE junto às instituições financeiras internacionais.

O vencimento do instrumento derivativo usado nessa modalidade possui mesmo vencimento da operação captada, sendo ambos ajustados ao valor de mercado que é apurado por metodologia interna devidamente documentada e aprovada pela administração.

Para isso o BRDE estabeleceu a contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting*, na categoria de risco de mercado e, conforme determina a Circular BACEN n.º 3.082/02, as variações e ajustes decorrentes da valorização destes instrumentos e objetos de *hedge* são registrados em conta de resultado.

A tabela a seguir apresenta os valores lançados em contas patrimoniais e de compensação:

Swap - ativo	2024		
	Valor referencial (conta compensação)	Valor a (pagar)/receber (conta patrimonial)	Efeito líquido (conta de resultado)
(EUR+Euribor+tx) x (R\$+CDI+tx)	19.068	(467)	1.063

A tabela abaixo apresenta o valor da curva e de mercado do objeto e instrumento de hedge:

	2024			2023
	Valor da curva	Ajuste de mercado	Valor de mercado	Valor de mercado
Objeto	7.963	(5)	7.958	15.153
Instrumento	339	128	467	4.485

O vencimento do objeto e do instrumento de hedge estão a seguir demonstrados:

	2024				2023
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Após 12 meses	Total	Total
Objeto	2.249	6.560	-	8.809	15.153
Instrumento	311	156	-	467	4.485

O BRDE realiza testes de efetividade no início da operação, avaliação quanto a estrutura de hedge, revisa periodicamente tal efetividade por ocasião dos encerramentos contábeis na periodicidade mensal e em virtude da elaboração das demonstrações financeiras. A metodologia adotada para os testes de efetividade se baseia no quociente entre o ajuste a valor de mercado do instrumento de hedge e o ajuste a valor de mercado do objeto de hedge, o que permite ao BRDE avaliar a variação de mercado líquida das apropriações (*accruals*) da curva. Assim, em atendimento ao exigido pelo Banco Central do Brasil, no que tange aos resultados e métodos adotados.

A posição das captações externas protegidas por derivativos:

Instituição	Valor Captado ⁽¹⁾	Data inicial	Data final	Indexador
BEI	€\$ 6.707	25/02/2021	10/09/2025	EUR + 0,65% a.a.

(1) valores expressos em milhares na moeda captada

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

7.1 Composição por tipo de operação e nível de risco

Nível de risco	Empréstimos	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total	
				2024	2023
AA	541.503	3.327.428	4.927.412	8.796.343	7.106.554
A	1.152.173	3.658.610	3.928.532	8.739.315	7.634.545
B	214.395	1.903.373	210.148	2.327.916	1.973.301
C	83.845	507.961	261.099	852.905	512.235
D	15.679	115.439	57.477	188.595	195.885
E	1.114	36.568	21.523	59.205	24.109
F	20.220	88.616	2.791	111.627	19.168
G	144	189.283	13.058	202.485	23.531
H	37.385	109.568	19.186	166.139	243.901
Total – 2024	2.066.458	9.936.846	9.441.226	21.444.530	-
Total – 2023	2.001.533	7.639.179	8.092.517	-	17.733.229

7.2 Composição por faixa de vencimento das operações

Operações em curso normal											
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2024	2023
Parcelas Vincendas	8.783.492	8.679.780	2.225.938	797.915	133.358	43.049	76.028	192.221	105.708	21.037.489	17.332.942
Até 3 meses	408.596	370.294	84.099	29.556	3.786	1.899	555	276	2.055	901.116	747.852
De 3 a 12 meses	973.744	975.166	158.385	95.543	16.119	3.099	1.531	3.393	6.644	2.233.624	2.022.714
De 1 a 3 anos	2.339.521	2.374.570	443.252	227.845	37.760	7.438	12.564	4.696	14.777	5.462.423	4.755.974
De 3 a 5 anos	1.887.777	1.982.482	393.989	182.113	28.017	9.889	14.269	8.018	10.688	4.517.242	3.681.426
Acima de 5 anos	3.173.854	2.977.268	1.146.213	262.858	47.676	20.724	47.109	175.838	71.544	7.923.084	6.124.976
Operações em curso anormal – com atraso superior a 14 dias											
Parcelas Vencidas	1.542	3.728	10.971	5.771	11.366	3.556	3.782	3.177	14.206	58.099	35.467
Parcelas Vincendas	11.309	55.807	91.007	49.219	43.871	12.600	31.817	7.087	46.225	348.942	364.820
Até 3 meses	55	524	4.830	2.084	2.552	490	846	276	3.126	14.783	13.351
De 3 a 12 meses	1.188	5.780	20.813	8.226	7.359	2.274	1.640	1.189	8.728	57.197	42.250
De 1 a 3 anos	3.130	15.246	33.450	14.151	15.940	3.173	5.113	2.031	15.138	107.372	92.092
De 3 a 5 anos	2.560	14.148	16.458	10.593	10.818	2.097	4.188	1.569	7.786	70.217	73.538
Acima de 5 anos	4.376	20.109	15.456	14.165	7.202	4.566	20.030	2.022	11.447	99.373	143.589
Total da carteira – 2024	8.796.343	8.739.315	2.327.916	852.905	188.595	59.205	111.627	202.485	166.139	21.444.530	-
Carteira normal – 2023	7.095.759	7.560.629	1.897.906	442.437	121.116	13.533	5.674	17.380	178.508	-	17.332.942
Carteira anormal -2023	10.795	73.916	75.395	69.798	74.769	10.576	13.494	6.151	65.393	-	400.287
Total da carteira – 2023	7.106.554	7.634.545	1.973.301	512.235	195.885	24.109	19.168	23.531	243.901	-	17.733.229

7.3 Distribuição por setor de atividade

	2024	%	2023	%
Setor Público	1.299.386	6,06%	951.453	5,37%
Setor Privado	20.145.144	93,94%	16.781.776	94,63%
Agropecuária	5.307.044	24,75%	4.581.441	25,83%
Indústria	4.989.416	23,27%	4.242.330	23,92%
Infraestrutura	4.484.365	20,91%	3.610.987	20,36%
Comércio	3.386.232	15,79%	2.645.262	14,92%
Turismo	393.549	1,84%	368.423	2,08%
Saúde	217.291	1,01%	200.222	1,13%
Intermediação financeira	206.975	0,97%	197.299	1,11%
Alimentação	76.990	0,36%	79.151	0,45%
Educação	76.716	0,35%	80.809	0,45%
Esportes, recreação e lazer	191.648	0,89%	157.623	0,89%
Serviços	814.918	3,80%	618.229	3,49%
Total da carteira	21.444.530		17.733.229	

7.4 Concentração por cliente

	2024	%	2023	%
Maior cliente	321.904	1,50%	276.670	1,56%
10 seguintes maiores clientes	2.321.063	10,82%	1.830.707	10,32%
20 seguintes maiores clientes	2.459.988	11,47%	2.083.690	11,75%
50 seguintes maiores clientes	3.297.209	15,38%	2.617.627	14,76%
100 seguintes maiores clientes	2.861.444	13,34%	2.421.293	13,65%
Demais clientes	10.182.922	47,49%	8.503.242	47,96%
Total da carteira	21.444.530		17.733.229	

7.5 Receita com operações de crédito e repasses interfinanceiros

	2º semestre		Exercício	
	2024	2023	2024	2023
Empréstimos	172.352	46.893	332.055	100.886
Financiamentos	644.322	511.269	1.230.356	988.188
Financiamentos rurais	359.382	305.818	703.057	578.917
Financiamentos agroindustriais	55.180	30.597	114.438	53.620
Repasses interfinanceiros	5.844	8.713	12.557	18.850
Recuperação créditos baixados como prejuízo	206.329	95.557	227.549	157.696
Outros	3.133	1.999	6.278	3.710
Total	1.446.542	1.000.846	2.626.290	1.901.867

8. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	2024	2023
Repasse interfinanceiros	70.455	97.000
Avais e fianças honrados	6.835	35.673
Devedores por compra de bens e valores	59.122	55.751
Total da carteira	136.412	188.424

9. PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

9.1 Composição da provisão

Nível de Risco	Provisão para perdas esperadas sobre:				Provisão total	
	Operações Crédito		Repasse	Outros	2024	2023
	Regulamentar	Adicional	Interfinanceiros	Créditos ¹		
A	43.697	-	343	68	44.108	38.713
B	23.279	-	-	18	23.297	19.765
C	25.587	-	-	152	25.739	15.574
D	18.859	9.430	-	-	28.289	29.382
E	17.761	5.921	-	-	23.682	9.644
F	55.813	16.744	-	50	72.607	12.550
G	141.739	50.622	-	-	192.361	22.354
H	166.139	-	-	-	166.139	269.574
Total – 2024	492.874	82.717	343	288	576.222	-
Total – 2023	370.050	20.963	463	26.080	-	417.556

(1) Créditos com características de concessão de crédito: avais e fianças honrados e devedores por compra de bens e valores

A provisão adicional corresponde ao valor excedente ao mínimo requerido pela Resolução CMN nº. 2.682/99 é constituída dentro de critérios prudenciais estabelecidos pela Administração, em conformidade com a boa prática bancária, no sentido de permitir a absorção de perdas oriundas de circunstanciais aumentos de inadimplência por eventual reversão/mudança do ciclo econômico de setores em que o BRDE opera.

9.2 Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	417.556	310.553
Constituição de provisão por alteração do nível de risco	342.114	170.898
Constituição de provisão por recuperação de crédito	190.990	95.484
Reversão de provisão por alteração do nível de risco	(189.406)	(112.326)
Transferência para compensação	(185.032)	(47.053)
Saldo final do exercício	576.222	417.556

9.3 Renegociação e recuperação de créditos

	2024	2023
Montante renegociado no período	432.678	343.602
Montante recuperado:	227.550	157.696
- Por renegociação	190.990	95.484
- Por recebimento	36.560	62.212

10. OUTROS CRÉDITOS

	2024	2023
Adiantamentos e antecipações salariais	1.814	2.037
Pagamentos a ressarcir	10.897	4.300
Pendências a regularizar	661	1.738
Despesas pagas antecipadamente	9.074	10.664
Créditos específicos ⁽¹⁾	24.283	-
Outros	4	246
Total	46.733	18.985

(1) Refere-se a ativo atuarial do PB-I (nota 18.2.1)

11. IMOBILIZADO e INTANGÍVEL

	Imobilizado					Intangível
	Imóveis	Móveis e Equipamentos	Veículos	Outros	Total	Softwares
Saldo em 31/12/2023	32.437	7.277	494	500	40.708	9.505
Aquisições		1.330		193	1.523	1.935
Baixas			(721)	(8)	(729)	
Depreciação/Amortização	(724)	(2.319)	424	(74)	(2.693)	(3.819)
Saldo em 31/12/2024	31.713	6.288	197	611	38.809	7.621
Custo aquisição acumulado	44.536	28.049	770	2.966	76.321	53.295
Depreciação/Amort. acumulada	(12.823)	(21.761)	(573)	(2.355)	(37.512)	(45.674)

12. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES DE RECURSOS

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Depósitos a prazo – CDB e RDB	54.280	45.128	11.709	111.117
Letras de crédito do agronegócio - LCA	15.581	360.333	-	375.914
Letras de crédito do desenvolv. - LCD	72.209	196.351	-	268.560
Letras financeiras - LF	-	40.994	-	40.994
Total – 31/12/2024	142.070	642.806	11.709	796.585
Total – 31/12/2023	-	67.858	10.456	78.314

13. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

13.1 Obrigações por empréstimos e repasses

Os empréstimos do exterior representam recursos que o BRDE buscou com instituições internacionais com a prioridade de serem utilizados em financiamentos, porém sem a vinculação de mesmo prazo.

As obrigações de repasses do país correspondem a recursos originários de programas oficiais e os repasses do exterior a recursos originários de instituições internacionais, os quais são repassados a mutuários finais. As obrigações por repasses têm vencimentos até o ano 2048, estando sujeitas, na sua maior parte, a encargos financeiros prefixados, sendo repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas, acrescidos de "*del credere*".

	2024				2023
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Do país	2.472.389	7.821.618	5.150.974	15.444.981	13.568.421
BNDDES	1.694.870	5.030.423	3.531.105	10.256.398	9.402.955
FINAME	322.457	1.308.002	425.880	2.056.339	1.936.060
FINEP	167.502	871.533	312.407	1.351.442	699.260
BB	63.906	152.689	147.034	363.629	292.046
CEF	78.081	169.608	446.788	694.477	595.376
FUNGETUR	114.210	273.602	272.906	660.718	584.922
Outros	31.363	15.761	14.854	61.978	57.802
Do exterior	297.854	935.357	1.952.693	3.185.904	1.913.948
AFD	104.807	442.811	598.936	1.146.554	923.276
CAF	112.360	172.694	21.361	306.415	403.245
BEI	41.022	167.583	215.555	424.160	276.869
NDB	18.173	67.680	625.653	711.506	236.334
BID	19.660	79.891	472.984	572.535	74.224
BIRD	1.832	4.698	18.204	24.734	-
Total – 2024	2.770.243	8.756.975	7.103.667	18.630.885	-
Total – 2023	2.480.591	7.583.230	5.418.548	-	15.482.369

Sobre as operações com o mercado exterior:

Agence Française de Développement (AFD), New Development Bank (NDB), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e International Bank of Reconstruction and Development (BIRD) – operações de repasse onde os efeitos da variação cambial são repassados ao cliente final;

Corporación Andina de Fomento (CAF) – operações de empréstimos com recursos internalizados em reais (*swap offshore*);

European Investment Bank (BEI) – o BRDE possui uma operação de empréstimo, para a qual contratou *swap* (nota 6.2). As demais operações são de repasses onde os efeitos da variação cambial são repassados ao cliente final.

13.2 Despesa com empréstimos e repasses

	2º semestre		Exercício	
	2024	2023	2024	2023
Despesa com repasses do BNDES	308.303	273.409	597.716	566.724
Despesa com repasses da FINAME	95.674	84.277	189.501	168.667
Despesa com repasses da FINEP	20.676	11.720	35.339	20.853
Despesa com repasses do BB	11.747	9.284	21.307	18.360
Despesa com repasses da CEF	24.639	22.460	46.606	42.834
Despesa com repasses de outras instituições do país	24.107	20.655	48.982	47.737
Despesa com repasses do exterior ⁽¹⁾	296.684	80.067	586.953	87.357
Total	781.830	501.872	1.526.404	952.532

(1) As despesas com repasses do exterior apresentaram aumento expressivo ao longo de 2024 em comparação com o exercício anterior, decorrentes do crescimento das obrigações passivas contratadas pelo Banco, e pelos efeitos da variação cambial, sobretudo das operações vinculadas as moedas Euro e Dólar.

14. FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO

	2024	2023
Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) ⁽¹⁾	294.206	391.112
Ministério do Turismo – FUNGETUR ⁽²⁾	63.448	103.434
Fundo Impulsiona Sul ⁽²⁾	112.641	-
Total	470.295	494.546

(1) São recursos, geridos pelo BRDE, destinados a cadeia produtiva da atividade audiovisual do Brasil.

(2) Recursos oriundos dos juros sobre o capital próprio dos controladores destinados para Fundo Impulsiona Sul (nota 27d).

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2024	2023
Juros sobre o capital próprio	288.704	278.817
Dotação para aumento de capital ⁽¹⁾	200.000	-
Participação nos lucros e resultados	13.659	11.993
Honras de fundos garantidores	21.863	21.336
Fornecedores de bens e serviços	2.678	4.586
Valores de mutuários a regularizar ⁽²⁾	9.267	3.657
Pendências a regularizar	1.978	613
Outras	-	1.979
Total	538.149	322.981

(1) recursos depositados ao BRDE no mês de dezembro de 2024 com a finalidade de futuro aumento de capital.

(2) os valores aqui classificados referem-se, principalmente, a valores recebidos em adiantamento de renegociações de crédito, pendentes de formalização, e de substituição de garantias contratadas.

16. PROVISÕES

16.1 PROVISÃO PARA GARANTIAS FINANCEIRAS PRESTADAS

A provisão para as operações de garantias financeiras prestadas pelo BRDE é calculada de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, onde o percentual da provisão é definido pelo nível de risco atribuído à operação, resultado de aplicação de metodologias desenvolvidas pela instituição.

Em 31/12/2024, o montante garantido é R\$ 207.823 (2023 – R\$ 194.619) e a provisão é de R\$ 3.705 (2023 – R\$ 281). Todas as operações de garantias financeiras prestadas possuem garantia real.

16.2 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

O montante dos riscos para os quais o BRDE constitui provisão está assim composto:

	31/12/2023	Constituição	Atualização	Baixa por:		31/12/2024
				Reversão	Pagamento	
Trabalhistas	30.275	23.147	1.878	(13.565)	(5.106)	36.629
Cíveis	70.151	2.282	4.795	(838)	(927)	75.463
Total	100.426	25.429	6.673	(14.403)	(6.033)	112.092

De acordo com a nota 3.12, o montante de provisão trabalhista refere-se ao valor integral das ações classificadas como perda provável. Adicionalmente, existem ações trabalhistas consideradas como de perda possível pelos assessores jurídicos do Banco no montante de R\$ 26.201 (2023 - R\$117.790).

As provisões cíveis são referentes aos seguintes fatos:

- R\$ 60.596 (2023 – R\$ 56.629) referem-se a honorários de sucumbência;
- R\$ 5.498 (2023 – R\$ 5.139) referem-se a processo movido por mutuário pleiteando indenização; e
- R\$ 9.368 (2023 – R\$ 8.383) referem-se a embargos interpostos por mutuários contra execução de inadimplência.

Do total da provisão dos processos cíveis, está depositado judicialmente o montante de R\$ 66.373 (2023 – R\$ 62.213). Adicionalmente há outras ações cíveis classificadas como perda possível que montam R\$ 7.592 (2023 – R\$ 6.434).

Durante o exercício de 2017, o BRDE foi autuado pela RFB por excluir da base de cálculo do IRPJ e CSLL as variações monetárias ativas decorrentes de depósitos judiciais de natureza cível. O processo encontra-se em fase administrativa e de acordo com nossos consultores jurídicos, a probabilidade de perda é possível e seu valor é de R\$ 31.277 (2023 – R\$ 29.528).

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

17.1 Cálculo do imposto de renda e contribuição social

Demonstração do cálculo de IRPJ e CSLL no período:

	2º semestre		Exercício	
	2024	2023	2024	2023
Resultado antes dos tributos e participações	375.112	271.283	620.011	721.113
Participações no lucro	(10.274)	(3.262)	(20.231)	(17.568)
Resultado antes dos tributos	364.838	268.021	599.780	703.545
Alíquotas vigentes	45%	45%	45%	45%
IRPJ e CSLL a alíquotas vigentes	(164.177)	(120.609)	(269.901)	(316.596)
Efeitos na apuração dos tributos:				
Despesas indedutíveis e receitas não tributáveis	(20.534)	(45.021)	(80.030)	(46.804)
Juros sobre o capital próprio	129.917	125.467	129.917	125.467
Incentivos fiscais	5.582	6.084	5.696	6.293
Outros valores	152	2.769	245	(19)
IRPJ e CSLL corrente	(49.060)	(31.310)	(214.073)	(231.659)
IRPJ e CSLL diferido	27.084	39.919	86.746	45.364
Total IRPJ e CSLL registrado no resultado	(21.976)	8.609	(127.327)	(186.295)

17.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a) Movimentação dos créditos e débitos tributários diferidos

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	31/12/2023	Constituição	Reversão	31/12/2024
Reflexo no resultado	286.065	259.271	(96.260)	449.076
Créditos baixados em prejuízo	36.381	74.943	(5.280)	106.044
Provisão para perdas com operações de crédito	164.283	150.354	(61.862)	252.775
Provisão para contingências	45.192	12.274	(7.024)	50.442
Provisão para perdas com outros créditos	11.734	755	(12.361)	128
Provisão para assistência médica e PB II inativos	26.678	6.822	(219)	33.281
Outras	1.797	14.123	(9.514)	6.406
Reflexo no patrimônio líquido	29.322	-	(10.915)	18.407
Provisão para assistência médica	27.725	-	(9.318)	18.407
Ajuste ao valor de mercado de TVM	1.597	-	(1.597)	-
Total geral – créditos tributários	315.387	259.271	(107.175)	467.483
DÉBITOS TRIBUTÁRIOS	31/12/2023	Constituição	Reversão	31/12/2024
Atualização depósitos judiciais	21.526	1.937	-	23.463
Renegociações tributadas por caixa	44.319	84.872	(7.539)	121.652
Recuperação judicial – deferimento	3.005	1.061	(4.066)	-
Ativo atuarial PB I	-	10.927	-	10.927
Total geral – débitos tributários	68.850	98.797	(11.605)	156.042

b) Expectativa de realização dos créditos e débitos tributários

Ano de realização	Créditos tributários			Débitos tributários		
	Valor atual	Valor presente	%	Valor atual	Valor presente	%
2025	145.752	133.483	31,18%	7.904	7.239	5,07%
2026	81.743	68.562	17,49%	32.132	26.951	20,59%
2027	33.474	25.713	7,16%	11.007	8.455	7,05%
2028	28.062	19.742	6,00%	9.828	6.914	6,30%
2029	27.331	17.609	5,84%	7.469	4.812	4,79%
2030 a 2034	151.121	74.987	32,33%	30.074	15.084	19,27%
após 2034	-	-	0,00%	57.628	26.120	36,93%
Total	467.483	340.096		156.042	95.575	

No dia 17 de novembro de 2022, foi publicada a Lei nº 14.467, conversão da Medida Provisória nº 1.128/22, que estabelece um novo tratamento tributário referente às perdas sofridas em função do não recebimento de créditos por parte de bancos e outras entidades que têm autorização do Banco Central do Brasil para operar. O objetivo da alteração é alinhar as normas tributárias e contábeis, visando reduzir as vulnerabilidades associadas aos ativos fiscais diferidos registrados nos balanços das instituições financeiras.

A partir da vigência e com base nos termos da Lei, quanto ao estoque de perdas, em síntese, as perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025 relativas aos créditos que se encontrarem inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidas até essa data e que não tenham sido recuperadas deverão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026.

Desde o balanço imediatamente anterior, no caso o fechamento de 1º semestre de 2024, o Banco já procurou se utilizar de critérios que estarão vigentes a partir de 1º de janeiro de 2025 para o cálculo da estimativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos, sendo que para o encerramento contábil do exercício de 2024, procurou-se o aprimoramento, especialmente naquilo que se aplica a expectativa de melhora no risco de crédito dos principais ativos problemáticos existentes na data base de balanço, quando aplicável.

c) Créditos tributários diferidos não reconhecidos

Os créditos e as obrigações foram classificados conforme previsão de realização, sendo que aqueles créditos tributários cuja expectativa de realização está prevista para um período superior a 10 anos, não reconhecidos no balanço de 31 de dezembro, totalizam R\$ 42.142 (2023 – R\$ 63.129).

18. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

O Banco oferece planos de benefícios de previdência e programa de assistência à saúde que são classificados como planos de benefícios pós-emprego, conforme Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.877/2020.

A contabilização dos passivos/ativos pós-emprego e respectivas despesas/receitas relativas aos planos de benefícios pós-emprego é realizada de acordo com o citado Pronunciamento Técnico e com laudo preparado por atuários independentes na data base de 31 de dezembro de 2024.

18.1 Característica dos planos de benefícios

18.1.1 – Planos de benefícios de previdência

O BRDE é patrocinador da Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, criada com o objetivo de oferecer aos empregados de seus patrocinadores, o BRDE e a própria Fundação, benefícios suplementares àqueles da Previdência Oficial, em especial suplementação de aposentadoria e pensão. O Banco tem participação na governança do ISBRE por meio de indicação de membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal da Fundação.

O ISBRE opera dentro da estrutura regulatória do sistema de previdência complementar fechada, tendo por órgão regulador o Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e fiscalizador a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, considerando as normas emitidas por esses órgãos, bem como o disposto na Lei Complementar nº 108/2001 e na Lei Complementar nº 109/2001 e as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN para aplicação dos recursos garantidores dos planos. O ISBRE realiza a gestão de dois planos de benefícios de previdência, ambos patrocinados pelo BRDE:

➤ Plano de Benefícios I (PB I): estruturado na modalidade de Benefício Definido, em que o nível dos benefícios concedidos pelo Plano é determinado previamente e em função do salário do participante na fase de atividade, encontra-se fechado para novas adesões. A maior parte do grupo de participantes se encontra na fase de inatividade, sendo que, os participantes ainda em atividade já preencheram, em sua maioria, os requisitos necessários para elegibilidade ao início de aposentadoria pelo Plano.

O PB I expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência do pagamento de benefícios vitalícios, e de taxa de juros. O PB I se encontra em situação superavitária, apurada conforme regras locais emitidas pelo CNPC e pela PREVIC, sendo os recursos superavitários alocados em Reserva de Contingência e o excedente do limite estabelecido pela legislação, em Reserva Especial. Conforme decisão do Conselho Deliberativo do ISBRE, foi aprovado o processo de destinação de Reserva Especial do PB-I na posição de 31.12.2024, em concordância com regras locais emitidas pelo CNPC e Previc.

Em 31/12/2024, o Banco figura como patrocinador de 44 participantes ativos (31/12/2023 - 48), 378 aposentados (31/12/2023 - 382) e 104 pensionistas (31/12/2023 - 104).

➤ Plano de Benefícios II (PB II): implementado no primeiro semestre de 2002, estruturado na modalidade de Contribuição Variável, no qual os benefícios programados de renda vitalícia são determinados na data da concessão do benefício a partir do montante capitalizado das contribuições do BRDE e dos participantes em saldos de conta individuais. A maior parte do grupo de participantes se encontra na fase de atividade.

O PB II expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência do pagamento de benefícios vitalícios, e de taxa de juros, ainda que em menor grau do que o PB I, em decorrência da sua estrutura na modalidade de Contribuição Variável, em que durante o período de atividade as contribuições são alocadas em contas individuais e há apenas riscos decorrentes da probabilidade de falecimento ou invalidez dos participantes.

Em 31/12/2024, o Banco figura como patrocinador de 406 participantes ativos (31/12/2023 - 367), 6 aposentados (31/12/2023 - 6) e 15 pensionistas (31/12/2023 - 16).

Devido às disposições contidas no parágrafo 3º do art. 202 da Constituição Federal, o BRDE encontra-se limitado a realizar contribuições ao ISBRE de, no máximo, mesmo valor das contribuições efetuadas pelos participantes. No PB I, as contribuições efetuadas pelo BRDE são paritárias às realizadas pelos seus colaboradores, mesmo inativos. No PB II, as contribuições efetuadas pelo BRDE são paritárias às realizadas pelos seus colaboradores até um nível pré-determinado, observado o Regulamento e o plano de custeio anual. Não é prevista contribuição normal para os assistidos do Plano de Benefícios II.

Como parte da gestão dos planos de benefícios de previdência, o ISBRE implementa estratégias de confrontação de ativos/passivos por meio da realização anual de estudos de *Asset and Liability Management* – ALM, bem como procede estudos de aderência periódicos das tábuas atuariais utilizadas nas projeções de fluxos de caixa com pagamento futuro de benefícios.

18.1.2 – Programa de assistência à saúde - PAS

O BRDE oferece aos seus funcionários aposentados, integrantes do Regulamento de Pessoal I, assim como a seus respectivos dependentes, a exemplo dos funcionários ativos, Programa de Assistência à Saúde (PAS) com ressarcimento parcial de despesas médicas. O PAS é operacionalizado por meio de seguro saúde administrado pela operadora Unimed Seguro Saúde S/A, na modalidade Ambulatorial e Hospitalar, com abrangência nacional. São também beneficiários do PAS os ex-funcionários que recebem complementação de aposentadoria pelo PB I do ISBRE, e seus respectivos dependentes, bem como os dependentes de funcionários falecidos, tendo por reflexo a necessidade de reconhecimento de passivo pós-emprego pelo BRDE.

O PAS é estruturado na modalidade de pós-pagamento, oferecendo cobertura vitalícia de assistência à saúde para os segurados, que também sejam assistidos do ISBRE, e seus dependentes. Portanto, o Programa expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência da cobertura vitalícia, de taxa de juros e de elevação dos custos médicos.

Em 31/12/2024, o total de beneficiários com cobertura de pós-emprego é de 807 (31/12/2023 - 828).

18.2 Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido

18.2.1 – Passivo (ativo) de benefício definido

	31/12/2024			31/12/2023		
	PB I	PB II	PAS	PB I	PB II	PAS
Valor presente das obrigações atuariais	773.474	25.651	194.123	904.980	31.349	234.705
Valor justo dos ativos do plano	(1.093.188)	(34.107)	-	(1.153.492)	(31.724)	-
Déficit (superávit) apurado	(319.714)	(8.456)	194.123	(248.512)	(375)	234.705
Efeito no teto do ativo	295.431	8.456	-	248.512	375	-
Passivo (ativo) atuarial líquido	(24.283)	-	194.123	-	-	234.705

O Conselho Deliberativo do ISBRE, aprovou, em dezembro de 2024, o processo de destinação de Reserva Especial do PB-I, apurado conforme regras locais emitidas pelo CNPC e Previc, cujo montante será destinado em favor dos patrocinadores do plano de benefícios, na proporção contributiva de 50%.

O Teto do Ativo é definido pela CPC 33(R1) como “o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituição provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano”. Dessa forma, considerando o processo de distribuição de superávit do plano PB-I, entende-se que o valor alocado para benefício dos patrocinadores representa efetivamente um benefício econômico para o BRDE. Considerando que a proporção da obrigação do BRDE em relação à obrigação total do plano, de 97,13%, estimou-se o valor presente do benefício econômico em R\$ 24.283.

A aplicação deste critério objetivou estimar o valor presente de benefícios econômicos disponíveis para a empresa na forma de reduções nas contribuições futuras para o plano, conforme definição do CPC 33 (R1), tendo resultado em um Teto do Ativo de R\$ 24.283.

18.2.2 – Conciliação do valor presente das obrigações atuariais

	31/12/2024			31/12/2023		
	PB I	PB II	PAS	PB I	PB II	PAS
Obrigações atuariais no início do período	904.980	31.349	234.705	863.959	27.519	258.695
Custo do serviço corrente líquido	24	1.167	130	37	1.067	399
Contribuições de participantes realizadas no período	777	-	-	898	-	-
Despesa de juros	83.455	2.902	21.954	91.188	3.128	29.089
Benefícios pagos no período	(81.120)	(1.483)	(12.034)	(79.161)	(1.165)	(17.358)
(Ganhos)/perdas – mudanças nas premissas demográficas	716	1.428	486	-	-	-
(Ganhos)/perdas – mudanças nas premissas financeiras	(139.905)	(9.499)	(43.285)	52.340	3.143	27.038
(Ganhos)/perdas – ajustes pela experiência ⁽¹⁾	4.547	(213)	(7.833)	(24.281)	(2.343)	(63.158)
Obrigações atuariais no fim do período	773.474	25.651	194.123	904.980	31.349	234.705

(1) os valores aqui classificados referem-se, principalmente, ao aprimoramento na técnica de mensuração dos custos médicos históricos.

18.2.3 – Conciliação do valor justo dos ativos

	31/12/2024		31/12/2023	
	PB I	PB II	PB I	PB II
Valor justo dos ativos no início do período	(1.153.492)	(31.724)	(1.096.242)	(27.412)
Benefícios pagos no período	81.120	1.483	79.161	1.165
Contribuições de participante realizadas no período	(777)	-	(898)	-
Contribuições do empregador realizadas no período	(9.934)	(2.453)	(9.787)	(2.150)
Receita de juros	(112.324)	(3.324)	(115.955)	(3.132)
Retorno sobre ativos abaixo (acima) da receita de juros	102.219	1.911	(9.771)	(195)
Valor justo dos ativos no fim do período	(1.093.188)	(34.107)	(1.153.492)	(31.724)

18.2.4 – Conciliação do efeito do teto de ativo (*asset ceiling*)

	PB I		PB II	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Efeito do teto de ativo no início do período	248.512	232.283	375	-
Despesa de juros	28.415	24.302	316	-
Mudanças no efeito do teto do ativo	18.504	(8.073)	7.765	375
Efeito no teto de ativo no fim do período	295.431	248.512	8.456	375

18.3 Reconhecimento dos custos de benefício definido

Conforme item 120 do CPC 33(R1), o BRDE deve reconhecer o custo do serviço e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) atuarial no resultado e as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) em outros resultados abrangentes.

A tabela a seguir apresenta o reconhecimento dos componentes de custo de benefício definido em resultado e em outros resultados abrangentes, bem como a reconciliação do passivo (ativo) atuarial líquido.

	31/12/2024			31/12/2023		
	PB I	PB II	PAS	PB I	PB II	PAS
Passivo (ativo) atuarial líquido no início do período	-	-	234.705	-	107	258.695
Custo do serviço corrente líquido	24	1.167	130	37	1.067	399
Despesa de juros – valor presente das obrigações atuariais	83.455	2.902	21.954	91.188	3.128	29.089
Despesa de juros – efeito do teto de ativo	28.415	316	-	24.302	-	-
Receita de juros – valor justo dos ativos	(112.324)	(3.324)	-	(115.955)	(3.132)	-
Despesa (receita) reconhecida no resultado	(430)	1.061	22.084	(428)	1.063	29.488
(Ganhos)/perdas no valor presente das obrigações atuariais	(134.642)	(8.284)	(50.632)	28.059	800	(36.120)
Mudanças no efeito do teto do ativo	18.504	7.765	-	(8.073)	375	-
Retorno sobre os ativos abaixo (acima) da receita de juros	102.219	1.911	-	(9.771)	(195)	-
Remensurações em outros resultados abrangentes	(13.919)	1.392	(50.632)	10.215	980	(36.120)
Contribuições do Banco no período	(9.934)	(2.453)	(12.034)	(9.787)	(2.150)	(17.358)
Passivo (ativo) atuarial líquido no fim do período	(24.283)	-	194.123	-	-	234.705

18.4 Composição do valor justo dos ativos

Os planos PB I e PB II mantêm ativos que são utilizados para cobertura total ou parcial das obrigações atuariais. O quadro abaixo apresenta a composição da carteira de investimentos dos planos em classes conforme a natureza e risco desses ativos.

	Plano de Benefícios I		Plano de Benefícios II	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalente	0,00%	0,00%	0,00%	0,01%
Renda fixa	78,87%	81,74%	73,80%	73,53%
Renda variável	4,05%	4,29%	4,50%	7,78%
Imobiliário	0,67%	0,64%	0,11%	0,12%
Estruturado	10,07%	9,27%	13,20%	13,42%
Carteira de empréstimos	0,49%	0,43%	2,22%	1,70%
Outros	5,85%	3,63%	6,17%	3,44%

18.5 Premissas atuariais

A apuração da obrigação do Banco com os planos de benefícios pós-emprego requer a adoção de estimativas e premissas atuariais e financeiras de longo prazo, bem como a aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Portanto, a utilização de estimativas e premissas pode resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, ocasionando impactos, negativos ou positivos, às operações do Banco.

As taxas de desconto, em termos reais, foram apuradas considerando a interpolação das taxas de referência do índice IMA-B, divulgado pela ANBIMA, conforme a *duration* de cada plano de benefícios pós-emprego: 7,62 anos para o PB I, 17,93 anos para o PB II e 10,87 anos para o PAS.

O quadro a seguir apresenta as premissas atuariais utilizadas para determinar o valor presente da obrigação atuarial.

	PB I		PB II		PAS	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Taxa de desconto atuarial (real)	7,65%	5,34%	7,44%	5,47%	7,38%	5,44%
Retorno real esperado sobre os ativos	7,65%	5,34%	7,44%	5,47%	7,38%	5,44%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	2,74%	3,70%	*	*	N/A	N/A
HCCTR (“inflação médica”)	N/A	N/A	N/A	N/A	4,10%	4,10%
Fator de capacidade sobre os benefícios	98,20%	98,20%	100%	100%	100%	100%
Fator de capacidade sobre os salários	98,20%	98,20%	100%	100%	100%	100%
Inflação esperada	4,96%	3,90%	4,96%	3,90%	4,96%	3,90%
Taxa de desconto nominal	12,99%	9,45%	12,77%	9,58%	12,71%	9,55%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	12,99%	9,45%	12,77%	9,58%	12,71%	9,55%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	7,84%	7,74%	*	*	N/A	N/A
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	4,96%	3,90%	4,96%	3,90%	4,96%	3,90%
Mortalidade geral	AT 2012 segregada por sexo					
Mortalidade dos inválidos	31/12/2024: AT 49, segregada por sexo 31/12/2023: MI 85, segregada por sexo					
Entrada de invalidez	Álvaro Vindas					
Taxa anual de rotatividade	Nula					
Entrada na aposentadoria	100% na elegibilidade	100% na elegibilidade ao benefício programado			60 anos	
Composição familiar	Família média. Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro				Família efetiva (conforme informações cadastrais)	
<i>Aging fator</i>	N/A	N/A	N/A	N/A	Até 24 anos: 1,5% De 25 a 54 anos: 2,5% De 55 a 79 anos: 4,5% 80 anos ou mais: 2,5%	
<i>Take up</i>	N/A	N/A	N/A	N/A	100%	100%

* conforme progressão salarial projetada individualmente, considerando o plano de cargos e salários do BRDE

18.5.1 – Análise de sensibilidade das premissas atuariais

A tabela abaixo apresenta análise de sensibilidade das premissas atuariais significativas, em relação ao efeito no valor presente da obrigação atuarial no caso de alteração de premissa, considerando variações razoavelmente possíveis na data da avaliação atuarial.

Premissa	Análise de Sensibilidade	Impacto R\$ mil			Impacto %		
		PB I	PB II	PAS	PB I	PB II	PAS
Taxa de desconto	aumento de 0,5 p.p	(25.118)	(1.899)	(8.999)	(3,2%)	(7,4%)	(4,6%)
	redução de 0,5 p.p	26.734	2.140	9.749	3,5%	8,3%	5,0%
Expectativa de vida	aumento de 1 ano	18.104	(233)	8.951	2,3%	(0,9%)	4,6%
	redução de 1 ano	(18.560)	256	(8.890)	(2,4%)	1,0%	(4,6%)
HCCTR	aumento de 0,5 p.p	-	-	10.183	-	-	5,2%
	redução de 0,5 p.p	-	-	(9.462)	-	-	(4,9%)

18.6 Fluxos de caixa futuros

18.6.1 – Fluxo de caixa ocorrido no período e esperado para o próximo período

	PB I		PB II		PAS	
	Ocorrido	Esperado	Ocorrido	Esperado	Ocorrido	Esperado
	12-2024	12-2025	12-2024	12-2025	12-2024	12-2025
Contribuições do empregador	9.934	9.252	2.453	2.359	12.034	14.572
Contribuições do participante	777	27	-	-	-	-
Benefícios pagos pelo plano	81.120	84.181	1.483	1.460	12.034	14.572

18.6.2 – Perfil de vencimento da obrigação atuarial

Os montantes apresentados na tabela abaixo, em R\$ milhões, representam a expectativa de pagamento de benefícios pelos planos de benefícios de previdência e, no caso do PAS, dispêndio de caixa pelo Banco para cobertura das obrigações.

	Plano de Benefícios I	Plano de Benefícios II	PAS
Próximos 5 anos	417	9	64
Entre 6 e 10 aos	360	12	51
Após 10 anos	677	109	80

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado, é composto de 2.487.333.000 ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 cada ação e está dividido em parcelas iguais entre os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Estas parcelas são integralizadas mediante incorporação de eventuais contribuições financeiras e dos resultados gerados em cada estado participante, que são apurados

e controlados separadamente. Nesse exercício houve aumento de capital no valor de R\$ 261.792, sendo R\$ 153.349 oriundos dos juros sobre o capital próprio de 2023 e R\$ 108.443 da capitalização de parte do resultado do 2º semestre de 2023 (R\$ 10.051) e 1º semestre de 2024 (R\$ 98.391).

b. Reservas de lucro

As reservas de lucros do BRDE são formadas pelo montante histórico oriundo da acumulação dos resultados gerados pelo Banco, descontadas as parcelas que são objeto de capitalização ou de distribuição aos controladores na forma de Juros sobre o Capital Próprio.

c. Juros sobre capital próprio

Conforme previsto pela Lei Federal nº 9.249/95, o BRDE apurou Juros sobre o Capital Próprio (JCP) no exercício de 2024 no montante de R\$ 288.704 (2023 – R\$ 278.817), mediante a aplicação da TJLP acumulada sobre a posição patrimonial dos Estados controladores, excluídos os efeitos de outros resultados abrangentes. A apuração de JCP foi aprovada em 18 de dezembro de 2024 pelo Conselho de Administração.

20. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º semestre		Exercício	
	2024	2023	2024	2023
Tarifa de análise	9.211	9.356	19.963	17.382
Tarifa de fiscalização e acompanhamento	6.023	6.309	14.719	13.565
Tarifa de cadastro	1.456	1.589	3.385	2.706
Tarifa sobre liquidação antecipada	1.501	340	2.566	1.123
Tarifa de alteração ou estruturação garantias	500	818	1.230	1.226
Tarifa de elaboração de parecer/laudo/estudo técnico	541	578	1.737	1.321
Tarifa de prestação de garantias financeiras	2.207	1.805	4.884	4.231
Receita assessoria na estruturação de PPP	4.626	-	4.864	-
Remuneração administração do FSA	6.727	5.832	9.825	6.883
Outras tarifas	1.685	1.448	4.032	1.915
Total	34.477	28.075	67.205	50.352

21. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre		Exercício	
	2024	2023	2024	2023
Reversão da provisão sobre garantias prestadas	2.760	3.464	2.767	6.537
Reversão da provisão de processos trabalhistas	7.261	2.808	13.565	4.589
Reversão de provisão de processos cíveis	733	219	838	308
Reversão de outras provisões	-	-	-	-
Atualização de depósitos judiciais	2.419	2.448	4.663	5.046
Venda parcial da carteira baixada em prejuízo ⁽¹⁾	13.226	-	15.993	-
Outras	4.715	1.859	5.148	3.128
Total	31.114	10.798	42.974	19.608

(1) refere-se a cessão de créditos vencidos e integralmente baixados para prejuízo, sem coobrigação, oriundos de suas operações de créditos para compradores não caracterizados como partes relacionadas.

22. DESPESAS COM PESSOAL

	2º semestre		Exercício	
	2024	2023	2024	2023
Remuneração	80.205	70.769	154.006	135.407
Encargos sociais	38.152	34.588	73.097	65.663
Benefícios	12.859	10.320	23.846	19.922
Honorários	3.975	3.931	7.353	6.804
Outras despesas	2.345	1.998	4.278	3.716
Total	137.536	121.606	262.580	231.512

23. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre		Exercício	
	2024	2023	2024	2023
Aluguel, condomínio, água e luz	1.819	1.787	3.754	3.617
Comunicações	922	801	1.643	1.602
Manutenção e conservação de bens	2.395	2.114	4.728	4.237
Processamento de dados	14.915	11.308	24.645	19.831
Promoções e relações públicas	3.557	3.276	5.010	4.810
Publicidade e propaganda	4.843	3.727	6.834	4.623
Serviços do sistema financeiro	1.060	787	1.811	1.676
Serviços de terceiros	2.992	1.912	5.827	3.596
Serviços técnicos especializados	7.763	4.139	12.409	6.640
Vigilância e segurança	667	640	1.330	1.239
Transportes e viagem	4.724	3.982	9.159	6.942
Emolumentos judiciais e cartorários	786	568	1.559	1.526
Despesas estatutárias	3.955	2.944	7.431	5.549
Incentivos fiscais	5.411	5.961	5.521	6.060
Depreciação e amortização	3.406	4.650	7.092	9.285
Outras despesas administrativas	3.123	2.586	5.118	4.520
Total	62.338	51.182	103.871	85.753

24 DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2º semestre		Exercício	
	2024	2023	2024	2023
PIS	4.266	3.786	8.017	7.541
COFINS	26.255	23.299	49.334	46.403
ISS	1.715	1.412	3.242	2.427
Outros	831	1.435	1.462	4.213
Total	33.067	29.932	62.055	60.584

25. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre		Exercício	
	2024	2023	2024	2023
Obrigações com fundos financeiros e de desenvolvimento	3.809	8.702	10.717	19.335
Juros e serviços sobre obrigações atuariais	11.501	13.192	22.069	25.451
Baixa de ativo a receber ⁽¹⁾	-	10.242	-	10.242
Outras despesas	3.828	2.748	5.739	3.613
Total	19.138	34.884	38.525	58.641

(1) relativo a valores recebidos a título de equalização de juros de operações de crédito

26. RESULTADO NÃO RECORRENTE

O BRDE compreende que resultado não recorrente é aquele que não esteja relacionado com as atividades típicas da instituição e de alguma forma não esteja previsto para ocorrer com eventual frequência nos exercícios futuros.

	2024	2023 ⁽¹⁾
Resultado de atividades recorrentes	457.205	517.250
Auxílio enchente colaboradores do RS – alimentação e moradia	(745)	-
Venda de carteira baixada em prejuízo (nota 21)	15.993	-
Resultado de atividades não recorrentes	15.248	-
Resultado líquido	472.453	517.250

(1) no exercício de 2023 não ocorreram eventos tratados como não recorrentes.

27. PARTES RELACIONADAS

a) Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE

O BRDE aluga salas de propriedade da Fundação ISBRE para uso das suas atividades operacionais. As despesas com o referido aluguel estão registradas em outras despesas administrativas.

A Fundação reembolsa todas as despesas com remuneração e encargos que o BRDE tem com os funcionários cedidos que desempenham funções de diretoria no ISBRE.

O Banco paga à Fundação contribuições mensais na função de patrocinador dos planos de benefício e registra no resultado em despesas com pessoal.

A seguir apresentamos as receitas e despesas incorridas com o ISBRE:

	2º semestre		Exercício	
	2024	2023	2024	2023
Locação de salas	(453)	(437)	(895)	(863)
Ressarcimento de salários	677	664	1.270	1.230
Contribuição patronal	(10.383)	(9.716)	(19.689)	(18.400)
Total	(10.159)	(9.489)	(19.314)	(18.033)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

São partes relacionadas as pessoas físicas integrantes do Conselho Fiscal, Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e da Diretoria, assim considerados como pessoal-chave da Administração, que receberam nos exercícios findos os seguintes valores constituídos de remuneração, encargos e benefícios:

	2024	2023
Benefícios de curto prazo	9.764	8.645
Diretoria	9.018	7.895
Conselho de Administração	367	340
Conselho Fiscal	213	205
Comitê de Auditoria	166	205
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	489	927
Total	10.253	9.572

c) Agência de Fomento da Paraná S/A – FOMENTO PR

No 1º semestre de 2021, o BRDE concedeu empréstimo, em condições similares aos demais clientes do BRDE, a Agência de Fomento do Paraná (FOMENTO PR), cujo controlador é o Estado do Paraná, um dos sócios do BRDE, sendo que o saldo em 31/12/2024 é de R\$ 1.923 (31/12/2023 – R\$ 4.491).

d) Controladores - Fundo Impulsiona Sul

Fundo criado com o objetivo de equalizar encargos e/ou utilização em mecanismos de prestação de garantias em operações, diretas ou indiretas, contratadas pelo BRDE como o apoio de atividades econômicas e/ou programas de financiamento produtivo de interesse dos Estados detentores do capital do BRDE, determinadas mediante ato de seu respectivo Governador ou manifestação do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul – CODESUL.

O saldo, em 31 de dezembro de 2024, do fundo de cada estado é:

Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Total
41.823	29.697	41.121	112.641

28. GERENCIAMENTO DE RISCO, GESTÃO DE CAPITAL E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O gerenciamento de riscos do BRDE é desenvolvido em conformidade com as provisões da Resolução 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional aplicáveis às instituições financeiras enquadradas no segmento S3 e com normativos internos baseados em objetivos e políticas estabelecidos pelo Conselho de Administração, conforme consolidado na Declaração de Apetite por Riscos – RAS do BRDE. Nesse sentido, pode ser considerado como um processo em constante evolução, onde os esforços e os trabalhos são desenvolvidos de maneira a promover e garantir o contínuo aprimoramento dos processos, critérios e metodologias da gestão de riscos.

Para alcançar seus objetivos estratégicos, o BRDE assume riscos de diferentes tipos e naturezas inerentes à prática bancária e para isso define os níveis aceitáveis de riscos que está disposto a incorrer e mantém controles para sua identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte,

controle e mitigação, além de gerenciá-los por meio de processos específicos que enfatizam a integridade, a efetividade, a prudência e a responsabilidade pública.

O BRDE dispõe ainda de políticas, planos, normas e procedimentos que orientam o gerenciamento de riscos, proporcionando uma base normativa uniforme e coerente que assegura uma estrutura de controle compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de suas atividades, processos e sistemas e, com a dimensão de sua exposição ao risco. Tais processos estão inseridos na estrutura de gerenciamento de riscos, coordenada por área específica, apartada das unidades de negócio e de suporte, subordinada ao diretor responsável pelo gerenciamento de risco (Chief Risk Officer – CRO) e supervisionada por comitê interno específico (Comitê de Riscos – CORIS) vinculado ao Conselho de Administração e composto por membros externos à instituição.

O Banco Central do Brasil estabelece que as instituições financeiras possuam um Patrimônio de Referência (PR) suficiente para fazer face aos riscos a que estão expostas, em função das atividades por elas desenvolvidas. Os ativos ponderados pelo risco (RWA, da sigla em inglês para Risk Weighted Assets) são a medida da necessidade de patrimônio mínimo das instituições financeiras para fazer frente aos riscos associados a suas atividades. No período ora reportado, o BRDE cumpriu os requisitos de capital previstos na legislação em vigor.

O BRDE não recebe depósitos à vista ou de poupança, tampouco conta com fundos de natureza fiscal ou parafiscal. Desta forma, seu capital é composto exclusivamente pelo capital social e pelas reservas de lucros acumuladas. O BRDE mantém ainda plano trienal de contingência de capital, identificando as ações a serem consideradas em possíveis cenários de crise de capital, com a definição da governança necessária para o reestabelecimento dos padrões adequados. Os procedimentos de gestão de capital incluem a análise mensal pela área de gerenciamento de riscos e apreciação periódica pelos comitês de riscos, de gestão e de auditoria, bem como pela Diretoria e Conselho de Administração. O constante monitoramento da adequabilidade de capital, através dos controles supracitados, visa antever a possibilidade de ocorrência de eventos de contingência, possibilitando ações corretivas e mitigadoras, de acordo com o Plano de Contingência de Capital.

Por fim, em consonância e obediência às diretrizes dispostas na Resolução BCB n.º 54/2020 para a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, o BRDE divulga trimestralmente o Relatório de Pilar 3, que se encontra disponível para acesso no endereço a seguir. <https://www.brde.com.br/gestao-de-riscos/pilar-3/> As informações contidas nesse documento não fazem parte das demonstrações financeiras do Banco.

29. CAPITAL REGULAMENTAR E EXIGÊNCIA DE CAPITAL

De acordo com os critérios estabelecidos nas Resoluções CMN nº 4.955 e 4.958/2021, e demais normas complementares, apresentamos os valores do Patrimônio de Referência, dos Ativos Ponderados pelo Risco e o Índice de Basileia, na data de 31 de dezembro.

	2024	2023
Patrimônio de Referência	4.463.994	4.091.817
Total de ativos ponderados por risco (RWA)	25.488.201	19.274.061
Risco de Crédito - RWACPAD	20.219.904	17.679.403
Risco de Mercado - RWAMPAD	3.402.777	129.625
Risco Operacional - RWAOPAD	1.865.520	1.465.033
Índice de Basileia	17,51	21,23

No período compreendido entre 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024, o Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial do BRDE se elevou, derivado do resultado do exercício da instituição. Os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), composto do somatório das parcelas de risco de crédito (RWACPAD), risco de mercado (RWAMPAD) e risco operacional (RWAOPAD), apresentaram da mesma forma um crescimento, devido ao aumento de todas as parcelas de requerimento, notadamente a RWAMPAD, que reflete em parte o crescimento das operações sujeitas a parcela RWACAM (cambial) e em parte o contínuo aprimoramento dos processos, critérios e metodologias da gestão de riscos, em atendimento às normas e legislação em vigor.

30. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Em cumprimento ao art. 35 da Resolução BCB n.º 2/2020 apresentamos 3 cenários para os testes de sensibilidade: um cenário pessimista e dois otimistas. Para definição destes cenários, consideramos o atual momento da economia, a demanda por financiamentos e a projeção dos juros para 2024 e seus efeitos nos principais itens de balanço:

- ➔ Provisão para perdas associadas ao risco de crédito: cenários de migração para a Resolução 4.966 considerando o cenário econômico atual e histórico de inadimplência do Banco.
- ➔ Resultado da intermediação financeira: considerando a relação entre a disponibilidade de *funding* e a procura por crédito;
- ➔ Receita financeira: os cenários foram definidos mantendo o rendimento do CDI ou apresentando uma variação de 1 ponto percentual para cima ou para baixo;
- ➔ Provisão para contingências: possível aumento visto o momento de incertezas que a economia se encontra;
- ➔ Créditos tributários: impacto resultante da movimentação ocorrida nos itens e cenários acima descritos;

O quadro a seguir apresenta os indicadores utilizados em cada cenário e o seu efeito no resultado:

Cenários	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Item sensibilizado	Qualidade da carteira de crédito – variação da PCLD		
Premissa	Redução de 5%	Redução de 7%	Redução de 10%
Efeito no resultado	(28.811)	(40.336)	(57.622)
Item sensibilizado	Resultado bruto da intermediação financeira		
Premissa	Redução de 5%	Aumento de 10%	Aumento de 15%
Efeito no resultado	(50.444)	100.888	151.332
Item sensibilizado	Resultado de receita financeira		
Premissa	CDI -1%a.a.	CDI	CDI +1%a.a.
Efeito no resultado	197.046	209.653	222.204
Item sensibilizado	Aumento da provisão para contingências		
Premissa	Redução de 5%	Aumento de 5%	Aumento de 10%
Efeito no resultado	5.605	(5.605)	(11.209)
Item sensibilizado	Impacto nos créditos tributários		
Premissa	Redução de 5%	Redução de 7%	Redução de 10%

Efeito no resultado	(23.374)	(32.724)	(46.748)
---------------------	----------	----------	----------

31. IMPACTOS ESTIMADOS DAS NOVAS NORMAS NOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

CLASSIFICAÇÃO, MENSURAÇÃO, RECONHECIMENTO E BAIXA

A partir das mudanças trazidas pela Resolução 4.966/21, e normas posteriores, o BRDE observou que os impactos estimados em resultado, bem como em sua posição financeira, da Instituição são referentes às operações/mudanças detalhadas a seguir.

A classificação dos ativos financeiros será determinada tanto pelo modelo de negócios para sua gestão quanto pelas características dos fluxos de caixa contratuais, com o objetivo de identificar se estes atendem ao critério de somente pagamento de principal e juros (SPPJ).

Instrumentos Financeiros – Títulos e Valores Mobiliários

Sob a luz da Circular nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários no Brasil eram classificados em três categorias, sendo elas: títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento.

Com o advento da Resolução CMN nº 4.966/21, os títulos e valores mobiliários passarão a ser classificados com base em modelos de negócios para gestão dos ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixa desses ativos financeiros. Havendo, portanto, três novas categorias. São elas: (i) Custo amortizado, (ii) Valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) Valor justo no resultado (VJR).

O BRDE tinha seus títulos classificados em disponíveis para venda e passam a ser classificados como valor justo no resultado (VJR) de forma que essa alteração não trouxe impacto ao Banco.

Taxa de Juros Efetiva

Para os casos em que se aplicar a incorporação da Taxa de Juros Efetiva, os instrumentos financeiros inicialmente reconhecidos nas categorias Custo Amortizado ou Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA) passarão a ter seu valor ajustado com base nos custos de transação atribuíveis individualmente à operação e nos valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento, de acordo com os Arts. 12, 13 e 15 da resolução CMN nº 4.966/21.

Os custos incorridos na aquisição, originação ou emissão do instrumento que não possam ser apurados e controlados de forma individual, sem uso de rateio, durante todo o prazo da operação, deverão ser reconhecidos como despesa do período em que ocorrerem e não podem compor o valor contábil bruto do instrumento. Conforme a regulamentação vigente, fica facultado o reconhecimento, no resultado do exercício, dos custos de transação e dos valores recebidos na aquisição ou na originação do instrumento considerados imateriais.

Relativo especificamente ao BRDE, definida a política a materialidade dos nossos instrumentos financeiros, verificou-se que inicialmente o Banco não aplicará a taxa efetiva de juros, reconhecendo diretamente no resultado os custos e receitas que são consideradas atribuíveis ao instrumento financeiro. Desta forma, não há impacto para o Banco.

Definição de Ativo Problemático e *Stop Accrual*

A Resolução CMN nº 4.966/21 estabelece que um ativo é denominado com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos; ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

O *Stop Accrual* que até a início da vigência da Resolução 4.966 ocorria com 60 dias, passou a acontecer com 90 dias. Por isso, o Banco calculou um montante de R\$ 178 mil de receitas geradas pelo intervalo de 30 dias que antes não eram reconhecidas como receita e que passaram a ser. Esse valor foi reconhecido no patrimônio líquido do Banco.

Estima-se que essa alteração do tempo de *stop accrual* gerará uma receita bruta de aproximadamente R\$ 2,1 milhões no ano.

Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito (Anteriormente “Provisão para Devedores Duvidosos”)

A provisão para perdas em operações de crédito e outras operações com característica de concessão de crédito era constituída a partir de modelos internos de risco que classificavam as operações de acordo com os ratings previstos na Resolução CMN nº 2.682/99. Para a provisão de perdas, a Resolução CMN nº 2.682/99 dispunha sobre o modelo de perdas incorridas, onde as perdas eram reconhecidas apenas quando havia evidência objetiva de que uma perda havia ocorrido. Isso significava que as provisões para perdas eram feitas apenas após a identificação de um evento de perda, ou seja, evento passado.

Com a chegada da Resolução CMN nº 4.966/21 foi adotado o modelo de perdas esperadas, em que o Banco passa a reconhecer de forma segregada a perda incorrida apurada, para os ativos financeiros inadimplidos, das perdas esperadas, onde a companhia passa a reconhecer as perdas esperadas desde o momento do reconhecimento inicial da operação, considerando-se efeitos do passado, a situação presente e *forward looking*.

De acordo com os estudos realizados observou-se um decréscimo no total das provisões para perdas com ativos financeiros de aproximadamente 7,75%, conforme tabela abaixo:

Tipo de Instrumento	Valor PDD 31.12.2024 Resolução 2.682	Perdas apuradas – Resolução 4.966		Variação %
		Incorrida	Esperada	
Operações de crédito	575.591	41.287	480.223	- 9,40%
Outros títulos características de operações de crédito	1.213	-	4.480	369,33%
Garantias financeiras prestadas	3.705	-	3.814	-2,94%
Créditos a liberar	-	-	5.471	100,00%
Total	580.509	41.287	493.988	-7,75%

IMPACTOS ESTIMADOS EM PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Conforme determina a Resolução 4.966, os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por ela devem ser registrados, pelo valor líquido dos efeitos tributários, em contrapartida de conta do Patrimônio Líquido.

Segundo levantamento feito pelo Banco o efeito no PL será de aproximadamente R\$ 25 milhões, o que representa 0,56% do seu total.

32. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Enchentes no RS

Os eventos climáticos de grande porte que afetaram o estado do Rio Grande do Sul entre os meses de abril e maio de 2024 ocasionaram inúmeras perdas de vidas, danos a propriedades em geral e transtornos de infraestrutura, dentre outras importantes consequências que afetaram a sociedade gaúcha de forma geral. Relativo ao funcionamento do BRDE e as suas condições de funcionamento e estrutura própria, o BRDE se manteve em condições plenas.

No que tange as suas operações, O BRDE oportunizou a suspensão de pagamentos das operações de crédito daqueles clientes atingidos pelas enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul. A medida contemplou as suas principais fontes de recursos, conforme a seguir:

- Recursos Próprios: 6 ou 12 meses conforme o decreto de situação de emergência ou calamidade pública, respectivamente;
- Recursos Sistema BNDES: até 12 meses;
- Recursos FINEP: de 2 a 12 meses conforme prazo remanescente do contrato;
- Recursos FUNGETUR: 6 meses.

O saldo em dezembro de 2024 das operações que aderiram às suspensões de pagamento está demonstrado abaixo:

Fonte de recurso	Carteira Renegociadas	Percentual da carteira	Número de Contratos
BNDES	690.595.812,50	5,59%	114
BRDE	368.124.310,89	11,51%	103
FINEP	99.123.045,60	7,32%	36
FUNGETUR	139.889.088,30	21,34%	26
Outras	44.742.268,59	1,09%	1
Total	1.342.474.525,88	6,20%	280

Quanto a eventuais efeitos patrimoniais e de resultado nas demonstrações financeiras do BRDE, relativo à data base 31 de dezembro de 2024, também não foram identificados impactos representativos.

b. Ataque cibernético

Em 22 de junho de 2024, o BRDE identificou um ataque cibernético criminoso no seu ambiente de tecnologia (*Ransomware*), que ocasionou a restrição temporária de acessos aos sistemas e canais de digitais de atendimento da instituição.

Após o diagnóstico efetuado, o BRDE procurou atuar de forma prudencial no sentido de mitigar os efeitos associados e, com o suporte de empresa especializada contratada, realizou oportunamente um processo de investigação, avaliação das circunstâncias e apuração da extensão do incidente, vindo a concluir que não houve exposição nem consequências que possam ter impactado as demonstrações financeiras do BRDE para o semestre findo em 30 de junho de 2024, e da mesma forma se aplica para as demonstrações financeiras do exercício de 2024.

Adicionalmente, ressalta-se que conforme relatado para a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, não foram identificadas evidências de vazamento de informações, com a manutenção da integridade do ambiente sistêmico do BRDE.

c. Eventos Subsequentes

Consoante ao Pronunciamento Técnico CPC 24, que trata sobre eventos ocorridos entre a data final do período a que se referem as demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a conclusão da elaboração das mesmas. Relativo a tal, informamos a inexistência de eventos subsequentes passíveis de contabilização.

Contudo, naquilo que se refere a evento subsequente que não origina ajustes, cumpre-nos a reportar quanto a publicação da Resolução CODESUL nº 1.415/2024 no Diário Oficial do Estado do Mato Grosso do Sul em 30 de janeiro de 2025, que autorizou o aumento de capital social do BRDE na soma de R\$ 125.467, através do uso de valores do Fundo Impulsiona Sul e de saldos existentes em reserva de lucros.

A partir deste ato societário, o BRDE iniciou os procedimentos de autorização junto ao Banco Central do Brasil, o que estimamos estarem concluídos ao longo do primeiro semestre de 2025, gerando impacto no Patrimônio Líquido do Banco em R\$ 41.822.

Por fim, o BRDE compreende que o evento acima é indicador de condição que surgiu após o período contábil a que se referem as demonstrações, não havendo necessidade de ajustes patrimoniais ou de resultado.

DIRETORIA

Diretor-Presidente

RANOLFO VIEIRA JUNIOR

Diretor Vice-Presidente e Diretor de Operações

RENÊ DE OLIVEIRA GARCIA JUNIOR

Diretor de Planejamento

LEONARDO MARANHÃO BUSATTODiretor de Acompanhamento e Recuperação
de Créditos**MAURO MARIANI**

Diretor Financeiro

JOÃO PAULO KARAM KLEINÜBING

Diretor Administrativo

HERALDO ALVES DAS NEVES**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Presidente

RANOLFO VIEIRA JUNIOR

Conselheiros

WAGNER CARLOS AICHNER**LUIZ CARLOS BORGES DA SILVEIRA****IVAN CESAR RANZOLIN****LEANDRO RIBEIRO MACIEL****FRANCISCO SÉRGIO TURRA****LUÍS CARLOS PRANDINI****FABIANO MEASSI**

Contador Geral – CRCRS – 70.237/O-6



Shape the future
with confidence

Setor Hoteleiro Sul - Quadra 06
Conjunto A - Bloco A
1º andar - salas 104 e 105
70316-000 - Brasília - DF - Brasil
Tel: +55 61 2104-0100
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Controladores e aos Diretores do

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE

Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE (Banco) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 7 e 9 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2024, o saldo bruto de operações de crédito é de R\$21.444.530 mil, para o qual foram constituídas provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R\$576.222 mil, sendo que durante o exercício foram reconhecidas receitas com operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito nos montantes de R\$2.626.290 mil e R\$344.280 mil, respectivamente. A diretoria exerce julgamento para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de acordo com o determinado pela Resolução 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional, bem como considera a expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente, com base na experiência passada, cenário atual e perspectivas futuras.

Consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) das garantias recebidas para as operações de crédito concedidas, que podem impactar o nível de provisionamento a ser considerado; (iii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iv) do julgamento da diretoria em relação à atribuição de “ratings” que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; e (v) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria abordaram entre outros, o entendimento do processo estabelecido pela diretoria, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de “rating” por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) análise de garantias recebidas; (v) atualização tempestiva de informações dos tomadores de crédito; (vi) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal e (vii) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, entre outros. Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos à análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos “ratings” atribuídos e indicadores de dias em atraso e envio de cartas de confirmação de saldo diretamente com os tomadores de crédito selecionados; além do confronto do total da base de dados com os respectivos registros contábeis.



**Shape the future
with confidence**

Adicionalmente, procedemos com a avaliação dos critérios prudenciais estabelecidos pela diretoria do Banco para constituição de provisão de perda esperada adicional ao mínimo estabelecido pela Resolução 2.682/99 do CMN, incluindo as análises preparadas pela diretoria do Banco.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria para apuração e registro contábil das operações de crédito e da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, assim como as divulgações efetuadas nas notas explicativas nº 7 e 9 às demonstrações financeiras, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Planos de benefício pós-emprego

O Banco possui passivos atuariais relacionados a planos de benefícios pós-emprego que, conforme mencionado na nota explicativa nº 18 às demonstrações financeiras, compreendem benefícios de previdência e programa de assistência à saúde, totalizando R\$194.123 mil, em 31 de dezembro de 2024. Consideramos como um dos principais assuntos de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos atuariais, que contemplam a utilização de premissas de longo prazo, tais como: mortalidade geral; entrada em invalidez; custos médicos; crescimento salarial; composição familiar; taxa de desconto e inflação.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Com o suporte de nossos especialistas atuariais procedemos, dentre outros procedimentos, a análise da metodologia e das principais premissas utilizadas pela diretoria na avaliação das obrigações atuariais decorrentes dos planos de benefício pós-emprego, verificamos a exatidão matemática do cálculo das reservas e analisamos a consistência dos resultados face aos parâmetros utilizados nas avaliações. Também fez parte dos procedimentos de auditoria a realização de testes de integridade das bases de dados cadastrais utilizadas nas projeções atuariais e a suficiência das divulgações relacionadas aos planos de benefício pós-emprego nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os planos de benefício pós-emprego, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de avaliação das obrigações atuariais adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 18 às demonstrações financeiras, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recuperabilidade dos créditos tributários

Em 31 de dezembro de 2024, o Banco mantém registrado ativo fiscal diferido no valor de R\$467.483 mil, conforme apresentado em nota explicativa nº 17 às demonstrações financeiras, constituído substancialmente sobre diferenças temporárias na apuração da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, decorrentes principalmente de perdas com créditos temporariamente indedutíveis e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, para contingências e para benefícios pós-emprego.



**Shape the future
with confidence**

Consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria devido a relevância do montante registrado e razoável grau de julgamento na determinação de premissas sobre a performance futura do Banco e do estudo de realização desses ativos, conforme descrito na nota explicativa nº 17 às demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Dentre outros procedimentos, envolvemos nossos especialistas tributários para validação das bases de cálculo tributáveis e da movimentação do crédito em concordância com a legislação vigente. Ainda analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela diretoria no estudo de realização dos créditos tributários, incluindo as projeções de resultados futuros, bem como o atendimento aos requerimentos do Banco Central do Brasil. Verificamos a exatidão matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis, assim como a consistência com as avaliações anteriores, a razoabilidade das premissas utilizadas e a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos tributários, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os saldos registrados e os critérios e premissas relacionadas ao estudo de realização, incluindo as projeções de resultados futuros, preparados pela diretoria do Banco, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 17 às demonstrações financeiras, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da diretoria do Banco, e apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



**Shape the future
with confidence**

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 26 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

A handwritten signature in blue ink, reading 'Renata Zanotta Calçada'.

Renata Zanotta Calçada
Contadora CRC - RS062793/O-8

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA Período findo em 31.12.2024

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria - COAUD é um órgão estatutário do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, constituído em 22 de junho de 2016, com suas atividades definidas pela Lei nº 13.303/2016 e nos termos da Resolução CMN nº 4.910, de 27/05/2021, vigente a partir 01/01/2022. Durante o 2º semestre de 2024, o órgão estatutário reuniu-se três (03) vezes, onde foram exercidas as atribuições regulamentares e analisadas as demonstrações financeiras da data-base de 31/12/2024, sendo examinado e aprovado o Relatório do Comitê de Auditoria relativo às atividades desenvolvidas no período, e o resumo a seguir:

I - AUDITORIA INTERNA

O Comitê avaliou as atividades da Auditoria Interna, atestando a efetividade e adequação dos procedimentos e do cumprimento de dispositivos legais e normativos internos e externos aplicáveis ao BRDE. Também acompanhou a evolução do atendimento pelas áreas gestoras, das recomendações emitidas pela AUDIN, objetivando a mitigação dos riscos identificados.

II - SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

O Comitê avaliou as atividades da Superintendência de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, atestando a efetividade dos sistemas de controle interno da Instituição no cumprimento dos dispositivos legais.

III - AUDITORIA INDEPENDENTE

O Comitê avaliou como satisfatória a qualidade, o detalhamento das informações e serviços prestados pelas empresas de auditorias independentes sobre: as demonstrações financeiras do BRDE e demais relatórios obrigatórios, contratuais ou conveniados. Não tendo sido verificadas situações em que a independência das auditorias externas ficasse comprometida no exercício de suas atribuições.

IV - SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE

Em atendimento às atribuições de revisar, previamente à publicação, o Comitê de Auditoria apreciou os seguintes documentos: as Demonstrações Financeiras do BRDE; o Relatório de Administração e Socioambiental; e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes à data-base de 31 de dezembro de 2024. Com base nas atividades desenvolvidas, com o respaldo da auditoria independente e da auditoria interna, não foi identificado descumprimento das normas, atos ou omissão por parte dos administradores do BRDE que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que coloquem em risco a fidedignidade das informações publicadas, assim como não foram observadas situações nas quais existam divergências significativas entre a Administração, os Auditores Independentes e o Comitê de Auditoria. Desta forma, concluímos que as demonstrações financeiras do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE foram elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares. Assim, recomendamos a sua aprovação e encaminhamento ao Conselho de Administração.

Porto Alegre, 24 de março de 2025.

LAUREN MOMBACK
MAZZARDO:92280
382091

Assinado de forma digital por
LAUREN MOMBACK
MAZZARDO:92280382091
Dados: 2025.03.25 13:01:11
-03'00'

LAUREN MOMBACK MAZZARDO
Coordenador do Comitê de Auditoria
Representante do Estado de RS

EDERSON JOSE
PINHEIRO
COLACO:034755279
01

Assinado de forma digital por
EDERSON JOSE PINHEIRO
COLACO:03475527901
Dados: 2025.03.25 09:54:52
-03'00'

EDERSON J. PINHEIRO COLAÇO
Integrante do Comitê de Auditoria
Representante do Estado do PR

AIRTON LUCAS
THOME DE
AZEREDO:048505
27922

Assinado de forma digital
por AIRTON LUCAS THOME
DE AZEREDO:04850527922
Dados: 2025.03.25 09:15:23
-03'00'

AIRTON L. THOME DE AZEREDO
Integrante do Comitê de Auditoria
Representante do Estado do SC

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na condição de membros do Conselho Fiscal do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, e no exercício das atribuições legais e estatutárias relacionadas, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Com base em nossos exames e esclarecimentos prestados pelas áreas técnicas e representantes da Administração no curso do respectivo exercício e no Relatório dos Auditores Independentes, compreendemos que os documentos estão em conformidade com as práticas contábeis que se aplicam ao BRDE, e refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da instituição, opinando por sua aprovação.

Porto Alegre, 25 de março de 2025.

CICERO ANTONIO
EICH:47887931053

CÍCERO ANTÔNIO EICH
Presidente do Conselho Fiscal
Representante do PR

Documento assinado digitalmente
gov.br **EDUARDO ROSEMBERG LACHER**
Data: 25/03/2025 16:09:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

EDUARDO ROSEMBERG LACHER
Conselheiro Fiscal
Representante do RS

Documento assinado digitalmente
gov.br **ADALBERTO CERVINO VENTURA**
Data: 25/03/2025 16:24:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ADALBERTO C VENTURA
Conselheiro Fiscal
Representante de SC

**Companhia
Riograndense de
Mineração – CRM**

2. BALANÇO PATRIMONIAL DE 2024

2.1. Balanço Patrimonial – Ativo

Exercício findo em 31 de dezembro

Ativo	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Circulante	<u>201.726.712,37</u>	<u>163.285.666,21</u>
Disponibilidades (nota 2.3.1)	118.274.477,97	49.366.386,37
Contas a receber de clientes (2.5.4.1)	10.190.509,69	39.733.388,53
Créditos tributários (nota 2.5.3)	27.208.522,64	34.178.464,30
Demais contas a receber (nota 2.5.4.2)	2.256.268,29	2.513.373,31
Estoques (2.5.5)	41.257.032,92	36.211.233,88
Despesas do exercício seguinte (2.5.6)	2.539.900,86	1.282.819,82
Não Circulante	<u>225.503.260,19</u>	<u>229.163.013,65</u>
Realizável a longo prazo	<u>30.938.171,03</u>	<u>28.616.246,84</u>
Devedores por aquisição de imóveis	19.675,92	19.675,92
Empréstimos, depós.compulsórios (2.5.7)	8.915.582,81	6.593.658,62
Outros valores (nota 2.5.4.1.1)	22.002.912,30	22.002.912,30
Investimentos (nota 2.5.8)	<u>71.809,22</u>	<u>67.261,23</u>
Custo	4.044.008,94	4.039.460,95
(-) Provisão para perda	(3.972.199,72)	(3.972.199,72)
Imobilizado (nota 2.5.9)	<u>194.336.711,13</u>	<u>200.322.936,77</u>
Custo	416.585.158,52	416.398.441,85
(-) Depreciação e exaustão acumulada	(163.317.055,26)	(159.103.381,17)
(-) Provisão para perda	(38.875.546,78)	(38.875.546,78)
(-) Provisão perda por Impairment	(20.055.845,35)	(18.096.577,13)
Intangível (nota 2.5.9)	<u>156.568,81</u>	<u>156.568,81</u>
Total	<u>427.229.972,56</u>	<u>392.448.679,86</u>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

2.1. Balanço Patrimonial - Passivo

Exercícios findos em 31 de dezembro

Passivo	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Circulante	<u>112.587.602,88</u>	<u>86.046.504,18</u>
Fornecedores	20.036.719,41	9.685.428,07
Salários e Contribuições sociais	3.302.810,81	2.669.176,62
Tributos federais (nota 2.5.13)	3.334.333,24	3.051.834,62
Tributos estaduais e municipais	319.516,43	367.922,59
Demais contas a pagar (nota 2.5.10)	31.344.175,03	28.722.545,86
Juros sobre o capital próprio	54.286.926,36	41.504.110,54
Dívida com controlada	0,00	0,00
Acordos Judiciais a pagar	(36.878,40)	45.485,88
Não Circulante	<u>23.506.750,13</u>	<u>20.117.901,24</u>
Tributos federais (nota 2.5.13)	0,00	31.305,56
Acordos Judiciais a pagar	0,00	104,16
Provisão para contingências (nota 2.5.12)	19.322.346,07	15.746.150,51
Provisão p/impostos diferidos (nota 2.5.17)	4.184.404,06	4.340.341,01
Outros créditos	0,00	0,00
Patrimônio líquido	<u>273.983.645,38</u>	<u>286.284.274,44</u>
Capital social (nota 2.5.14.1)	289.465.153,33	289.465.153,33
Reserva de Capital (2.5.23)	74.989.104,36	74.989.104,36
Reserva de reavaliação (nota 2.5.14.3)	8.193.254,97	8.495.956,08
Constituição de Reserva	0,00	0,00
Prejuízos Acumulados (2.5.24)	(98.663.867,28)	(86.665.939,33)
Total	<u>410.077.998,39</u>	<u>392.448.679,86</u>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

2.2. Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita líquida de vendas (nota 2.5.15.a)	<u>170.927.213,81</u>	<u>188.358.132,07</u>
(-) Custo dos produtos vendidos	(108.098.414,88)	(142.033.346,26)
Lucro bruto	62.828.798,93	46.324.785,81
Despesas / Receitas operacionais	<u>(48.382.422,59)</u>	<u>(37.322.165,72)</u>
Comerciais	(1.039.192,55)	(2.638.036,16)
Gerais e administrativas	(42.375.089,34)	(34.976.165,62)
Outras despesas	8.863.840,39	(245.610,27)
Despesas Indedutíveis (nota 2.5.15 d)	(63.751,56)	(11.752.081,07)
Outras receitas (nota 2.5.15 c)	(13.768.229,53)	12.289.727,40
Resultado das operações antes das despesas e receitas financeiras	<u>14.446.376,34</u>	<u>9.002.620,09</u>
Resultado financeiro líquido (nota 2.5.15 b)	(8.214.165,39)	(3.495.063,11)
Resultado antes da contribuição social e do imposto de renda	6.232.210,95	5.507.556,98
Contribuição social (nota 2.5.16)	(527.928,60)	(460.620,95)
Imposto de renda (nota 2.5.16)	(1.407.273,08)	(1.217.424,62)
Lucro/prejuízo antes da reversão dos juros sobre o capital próprio	4.297.009,27	3.829.511,41
Reversão dos juros s/capital próprio (nota 2.5.14.2)	8.293.030,42	4.747.823,17
Participação dos empregados no resultado (nota 2.5.22)	(806.376,12)	0,00
Lucro líquido do exercício	11.783.663,57	8.577.334,58
Lucro por lote de mil ações do capital social	0,97	0,71

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

2.3. Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto

Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Indireto

Exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado Líquido do Exercício	7.439.721,60	5.507.556,98
Ajustes:		
Depreciações/Exaustões/Amortizações	4.369.494,68	4.979.901,88
Custo das baixas do ativo imobilizado	77.102,86	1.519,09
Juros e Variações Monetárias ativas	(1.270.403,89)	(2.451.155,39)
Juros e Variações Monetárias passivas	4.498.839,37	4.272.719,86
Provisão para contingências Cíveis/trabalhistas	3.576.195,56	(5.768.679,17)
Provisão tributárias e outras (2.4 PL)	398.515,25	155.780,15
Ajustes contas 2.4.3.01.003,2.4.3.02.001,2.4.3.03.001	242.578,30	-
2.4.2.02.002 -prov. p/impostos dif/reserva	155.936,95	155.780,15
PLR	806.376,11	
Provisão Juros s/Capital Próprio	8.293.030,43	4.747.823,17
Provisão Impairment	1.959.268,22	4.570.823,97
Lucro líquido ajustado	28.940.629,54	16.016.290,54
Variações no ativo:		
Redução contas a receber de clientes	29.542.878,84	(30.070.077,43)
Aumento estoques	(5.045.799,04)	11.958.295,01
Aumento créditos tributários	8.034.847,50	4.471.285,27
Redução outras contas	(3.116.402,16)	8.194.024,59
Variações no passivo:		
Aumento/Redução fornecedores	10.351.291,34	(7.040.217,25)
Aumento/Redução impostos e contribuições	(1.706.149,19)	(3.586.174,31)
Provisão Redução para contingências trab. e cíveis	-	
Provisão Redução para contingências trab. e cíveis	-	
Redução /aumento contribuições sociais a recolher	(294.173,65)	42.197,86
Aumento outras contas a pagar (53.806,16)	(31.305,56)	(17.464,68)
Transf. de Financiamentos de Longo Prazo para o Circulante	(31.305,56)	(17.464,68)
Outras Adições ao exigível a longo prazo	(156.041,11)	(232.889,80)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	69.176.459,12	1.168.516,87
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Futuro aumento de Capital social		
Caixa líquido das atividades de financiamento	-	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado - compra	(263.819,53)	(118.135,67)
Investimento	(4.547,99)	(5.182,30)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(268.367,52)	(123.317,97)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	68.908.091,60	1.045.198,90
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	49.366.386,37	48.321.187,47
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	118.274.477,97	49.366.386,37

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

2.3.1. Demonstração do Fluxos de Caixa

	<u>2024</u>	<u>2023</u>	<u>Varição</u>
Disponibilidades	<u>118.274.477,97</u>	<u>49.366.386,37</u>	<u>68.908.091,60</u>
Caixa	-	-	0,00
Disponibilidades em bancos	33.269.845,69	4.361.369,53	28.908.476,16
Aplicações financeiros	85.004.632,28	45.005.016,84	39.999.615,44

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

2.4. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2024

Exercícios findos em 31 de dezembro

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação	Reservas			Reserva de lucros	Prejuízos Acumulados	TOTAL DO PL	RESULTADO ABRANGENTE
				Legal	Estatutária	Reserva p/Contingências				
Saldos em 31 de dezembro 2022	289.465.153,33	74.989.104,36	8.798.352,82	-	-	-	-	90.953.627,63	282.298.982,88	- 4.343.506,51
Reserva de Capital										
Reserva de Lucros										
Reserva de reavaliação										
Realização da Reserva de Reavaliação			(458.176,89)					458.176,89	-	458.176,89
Realização Reserva contingência							-	-		
Prov. Tributos diferidos s/res. Reavaliação			155.780,15						155.780,15	
Juros sobre o Capital Próprio							-	4.747.823,17		
Ajustes de Exercícios anteriores								-		
Compensação de prejuízo							-			
Lucro do exercício								3.829.511,41	3.829.511,41	3.829.511,41
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio								4.747.823,17		
Saldos em 31 de dezembro 2023	289.465.153,33	74.989.104,36	8.495.956,08	-	-	-	-	86.665.939,33	286.284.274,44	4.287.688,30
Reserva de Capital										
Reserva de Lucros										
Reserva de reavaliação										
Realização da Reserva de Reavaliação			(458.638,06)					458.638,06	-	458.638,06
Realização Reserva contingência							-	-		
Prov. Tributos diferidos s/res. Reavaliação			155.936,95						155.936,95	
Juros sobre o Capital Próprio							-	8.293.030,42		
Ajustes de Exercícios anteriores								242.578,30	242.578,30	
Compensação de prejuízo							-			
Lucro do exercício								4.297.009,27	4.297.009,27	4.297.009,27
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio								8.293.030,42		
Saldos em 31 de dezembro 2024	289.465.153,33	74.989.104,36	8.193.254,97	-	-	-	-	81.667.713,70	290.979.798,96	4.755.647,33

2.5. Notas Explicativas Às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2024

2.5.1. Contexto Operacional

A Companhia tem como atividade preponderante a produção, pesquisa, beneficiamento e exploração industrial e comercial de carvão mineral.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, contemplando as disposições da legislação societária brasileira e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) convergidos as normas de contabilidade às normas internacionais de contabilidade.

As alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07, pela Lei nº 11.941/09 à Lei nº 6.404/76 estão sendo observadas integralmente e adotadas quando aplicável.

A empresa aplica a política de curto prazo em seus clientes e fornecedores. Havendo algum evento diferente da política estabelecida e o efeito sendo considerado relevante em relação às demonstrações contábeis será ajustado pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente vem sendo aplicado em nossos depósitos judiciais, devedores por aquisição de imóveis, parcelamentos em tributos federais e provisões fiscais, trabalhistas, societárias. Base legal Lei nº 12.973/14 e NBC TG 12 e 48.

A autorização para emissão das demonstrações contábeis ocorreu na reunião de Diretoria realizada em 10/04/2025

2.5.1.1. Busca de Documentos

Refere-se a 2018 e informa sobre a ação da Polícia Civil que realizou busca e apreensão de documentos para verificação de possíveis irregularidades em certames públicos desencadeados no passado, e que teriam dado prejuízo ao erário. A investigação corre em sigilo, sendo que até o presente momento não tiveram desdobramentos a esta Companhia.

2.5.1.2. Investigação de direcionamento de licitação em 2023

A Polícia Civil do Rio Grande do Sul apura em 2023, possíveis irregularidades em certame licitatório na Companhia Riograndense de Mineração (CRM). Em agosto, foram desencadeadas duas fases do trabalho pela 1ª Delegacia de Combate à Corrupção (1ª DECOR), da Divisão Estadual de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (DCCOR), com busca e apreensão de documentos na sede da Companhia. A investigação apura direcionamento de licitação na compra de três caminhões para a frota da companhia. A investigação corre em sigilo, sendo que até o presente momento não tiveram desdobramentos a esta Companhia.

2.5.2. Principais Contas e Práticas Contábeis

2.5.2.1. Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, com o reconhecimento dos rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, à índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e à longo prazo, bem como, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

2.5.2.2 Moeda Funcional

A moeda funcional utilizada pela Empresa é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis onde os valores são expressos em milhares de reais.

2.5.3. Créditos Tributários:

R\$ 27.208.522,64 (R\$ 34.178.464,30 em 2023), compondo-se de:

- a) Impostos Federais Pagos a Maior – R\$ 29.605,86 (R\$ 24.254,38 em 2023);
- b) IRRF/CSLL retidos sobre faturamento Lei nº 10.833/03 – R\$ 0,00 (R\$ 48.778,57 em 2023);
- c) PIS/COFINS retidos sobre faturamento Lei nº 10.833/03 – R\$ 0,00 (R\$ 122.145,44 em 2023);
- d) PIS/COFINS não cumulativo a restituir – R\$ 70.591,00 (R\$ 5.854.423,46 em 2023);
- e) Créditos PIS/COFINS não Cumulativo Lei nº. 10.833/03 – R\$ 6.613.897,10 (R\$ 5.976.060,38 em 2023);
- f) IRPJ/CSLL a compensar – R\$ 0,00 (R\$ 5.480.714,09 em 2023);
- g) IRPJ/CSLL a restituir – R\$ 8.307.476,65 (R\$ 4.663.706,07 em 2023);
- h) IRPJ a recuperar (glosa SRF) – R\$ 174.910,44 (R\$ 159.596,48 em 2023);
- i) IRPJ/CSLL estimativa mensal – R\$ 4.049.146,16 (R\$ 5.440.470,57 em 2023);
- j) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a Recuperar – R\$ 10.528.389,18 (R\$ 8.823.145,23 em 2023), correspondente a créditos do ICMS, proveniente das apurações mensais de ICMS a recolher, sempre credoras, por ser a venda de maior valor à CGTEE/AMBAR e ocorrer com o imposto diferido;
- k) Controle de Crédito do ICMS do Ativo Permanente (CIAP) – R\$ 379.334,96 (R\$ 588.660,98 em 2023);
- l) Créditos recebidos da Secretaria da Receita Federal que estavam lançados no passivo por falta de identificação da origem R\$ 3.004.170,42 (R\$ 3.003.491,35 em 2023)
- m) PIS/COFINS/CSLL a restituir – R\$ 59.341,71 (R\$ 0,00 em 2023)

2.5.4 Contas a Receber

2.5.4.1 Contas a Receber de Clientes:

Contas a receber de clientes: R\$ 9.972.857,67 (R\$ 39.733.388,53 em 2023) Ambar Energia S/A

2.5.4.1.1.Outros Valores Não Circulantes:

Créditos no montante de R\$ 22.022.588,22 referente a situações conflituosas compostas por:

- a) 8º Termo Aditivo Contratual – CGTEE: Face a assinatura do 10º Termo Aditivo junto a CGTEE, que está sob discussão em uma arbitragem judicial, todos créditos oriundos da assinatura do

8º Termo Aditivo, ainda não quitados, foram transferidos para a conta 1.3.1.05.006 no Não Circulante, perfazendo o montante de R\$ 21.284.447,06 (R\$ 21.284.447,06 em 2023).

- b) Imputação Débitos TCE – Valores a serem cobrados de ex-diretores referente processos do Tribunal de Contas por possíveis irregularidades de gestão no valor de R\$ 572.376,63 (R\$ 572.376,63 em 2023)
- c) Confissão de Dívidas: Acordo de parcelamento efetuado com cliente no valor de R\$ 146.088,61 (R\$ 146.088,61 em 2023)
- d) Devedores por aquisição de imóveis – R\$ 19.675,92 (R\$ 19.675,92 em 2023)

2.5.4.2 Demais Contas a Receber:

R\$ 2.256.268,29 (R\$ 2.513.373,31 em 2023), compondo-se de:

Adiantamentos e Contas correntes: R\$ 730.292,65 (R\$ 632.129,54 em 2023);

Outros Valores – R\$ 1.500.573,40 (R\$ 1.876.027,81 em 2023) – Rendimento SIAC R\$ 602.552,31 (R\$ 325.165,50 em 2023; Devedores por venda de imobilizado R\$ 380.008,94 (R\$ 395.011,68 em 2023) demais créditos R\$ 518.012,15

Contas bancárias diversas - R\$ 57.618,92 (R\$ 37.432,64 em 2023)

Provisão para Liquidação Duvidosa – R\$ 32.216,68

2.5.5. Estoques

Os materiais em estoque são destinados ao consumo e a manutenção e conservação de equipamentos e máquinas. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada, inferior aos custos de reposição ou valores de realização. O estoque de produtos, ou seja, o carvão mineral, está avaliado pelo custo incorrido nas diversas fases de sua formação, apurado através de sistema do custo integrado com a contabilidade financeira.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Carvão	<u>25.707.362,72</u>	<u>22.277.206,65</u>
Produtos Acabados	-	-
Produtos em Elaboração	25.707.362,72	22.277.206,65
Almoxarifado	15.549.670,20	13.934.027,23
Total	<u>41.257.032,92</u>	<u>36.211.233,88</u>

2.5.6 Despesas do Exercício Seguinte

Despesas do Exercício seguinte: R\$ 2.539.900,86 (R\$ 1.282.819,82 em 2023), tendo como valores mais relevantes R\$ 1.299.614,22 (R\$ 1.023.494,01 em 2023) que corresponde ao montante diferido por Pedido de Demissão Incentivada e R\$ 1.001.118,01 referente a taxa de ocupação anual de terras.

2.5.7. Empréstimos e Depósitos compulsórios:

R\$ 8.915.582,81 (R\$ 6.593.658,62 em 2023), tendo como valores mais relevantes:

- a) Depósito nº. 2007.72.04.003267-0 – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, (auto de penhora) no valor de R\$ 717.321,26 (R\$ 717.321,26 em 2023);
- b) Depósitos Trabalhistas –R\$ 5.314.460,48 (R\$ 4.083.446,69 em 2023);
- c) Penhora de Créditos Bancários – R\$ 1.792.890,67 (R\$ 1.792.890,67 em 2023). Face a uma decisão judicial trabalhista, houve a penhora do valor e posta à disposição do judiciário; contudo, não houve a efetiva entrega ao reclamante por conta de interposição de recurso.
- d) Depósito para garantia de juízo – R\$ 1.090.910,40 (R\$ 0,00 em 2023)

2.5.8. Investimentos

O valor total de R\$ 71.809,22 corresponde a: R\$ 28.182,99 em ações da subsidiária integral, Companhia Operadora de Mineração – COM (R\$ 23.635,00 em 2023), R\$ 23.245,42 em ações e quotas noutras empresas, R\$ 20.380,81 em participações vinculadas a incentivos fiscais, registrados pelo método do custo de aquisição.

2.5.9. Imobilizado e Intangível

O Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, observando o limite de cômputo direto no resultado conforme Lei nº 12.973/14 (art. 15), IN RFB nº 1.515/14 (art. 64) e NBC TG 27 (R3).

2.5.9.1. Provisão Perda por Impairment

Ao final de cada exercício a Companhia realiza análise da capacidade de recuperação (teste de Impairment) dos bens registrados no imobilizado através da comparação dos valores contábeis aos valores de uso, utilizando para tanto o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados gerados por esses bens.

De acordo com a Lei nº 6.404/76, Lei 12.973/14, NBC TG (R3) 01 e 32 e deliberação CVM 527/07, mantendo coerência com os critérios anteriormente adotados, o teste demonstrou que o valor do ativo da unidade de Mina do Leão foi provisionado a maior, razão pela qual foi revertido o valor de R\$ 154.912,72, a Cia mensurou o montante da perda atual em R\$ 1.116.836,11 (R\$ 1.271.748,83 em 2023). A unidade mineira de Candiota, por conta do processo de descontinuidade da CRM, o teste demonstrou que boa parte do seu valor não será recuperado, razão pela qual foi provisionado a perda de R\$ 2.114.180,95 . Até 2023 havia provisionado R\$ 4.793.870,38, e o novo cálculo demonstrou o valor de R\$ 6.908.051,32

DEMONSTRATIVO DE IMOBILIZADO / INTANGIVEL - 2024

ITENS	SALDO EM 2023	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFERÊNCIAS	DEPREC./EXAUSTÃO	SALDO EM 2024	Taxas de depreciação anual em %
Investimentos	67.261,23	4.547,99	0,00	0,00	0,00	71.809,22	0
Subtotal	67.261,23	4.547,99	0,00	0,00	0,00	71.809,22	0
Terrenos e Terras	1.871.716,65	0,00	0,00	0,00	0,00	1.871.716,65	0
Terrenos e Terras-Reaval.	5.651.099,48	0,00	0,00	0,00	0,00	5.651.099,48	0
Prédios de Uso/Residenciais	12.488.404,13	0,00	0,00	0,00	0,00	12.488.404,13	0,03 a 6,81
Prédios de Uso/Resid-Reaval.	3.701.405,19	0,00	-43.832,88	0,00	0,00	3.657.572,31	0,03 a 6,81
Equip.de Produção	117.273.528,09	14.046,28	0,00	0,00	0,00	117.287.574,37	0,06 a 100,00
Equip.de Produção-Reaval.	17.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.000.000,00	2,23
Equip.de Manutenção	3.211.961,13	67.897,22	0,00	0,00	0,00	3.279.858,35	0,11 a 13,31
Equip.de Beneficiamento	11.824.911,24	0,00	0,00	0,00	0,00	11.824.911,24	0,25 a 17,40
Equip.de Escritório	1.219.121,70	7.088,90	0,00	0,00	0,00	1.226.210,60	0,20 a 48,15
Outros Equipamentos	8.575.761,58	100.607,05	0,00	-2.688,00	0,00	8.673.680,63	0,27 a 45,99
Instalações	18.309.794,15	43.598,11	0,00	0,00	0,00	18.353.392,26	0,10 a 6,67
Outras Imobilizações	478.243,40	0,00	0,00	0,00	0,00	478.243,40	3,71 a 100,00
Jazidas e Horto Florestais	11.043.479,04	0,00	0,00	0,00	0,00	11.043.479,04	0,19 a 2,50
Deprec./Exaustão Acumulada	-159.103.381,17	0,00	0,00	0,00	-4.213.674,09	-163.317.055,26	0
Imobilização em Andam.	196.302.820,67	0,00	0,01	0,00	0,00	196.302.820,66	0
Bens Patrim. s/Operação	7.446.195,40	0,00	0,00	0,00	0,00	7.446.195,40	0
Ajustes a Valor de Mercado	-38.875.546,78	0,00	0,00	0,00	0,00	-38.875.546,78	0
Provisão Perda Impairment	-18.096.577,13	-2.114.180,94	154.912,72	0,00	0,00	-20.055.845,35	0
Subtotal	200.322.936,77	-1.880.943,38	111.079,85	-2.688,00	-4.213.674,09	194.336.711,13	
Intangível-Proj.Ampl.Candiota	2.182.360,94	0,00	0,00	0,00	0,00	2.182.360,94	0
Amortiz.Acumulada	-2.025.792,13	0,00	0,00	0,00	-155.820,59	-2.181.612,72	
Subtotal	156.568,81	0,00	0,00	0,00	-155.820,59	748,22	
Total do Imobil.+Intangível	200.479.505,58	-1.880.943,38	111.079,85	-2.688,00	-4.369.494,68	194.337.459,35	
Total	200.546.766,81	-1.876.395,39	111.079,85	-2.688,00	-4.369.494,68	194.409.268,57	

Transferido para melhor classificação contábil para a conta do Ativo Intangível o gasto com o projeto de ampliação da Mina de Candiota, que até o ano de 2011 encontrava-se em Bens em Formação, passando a ser amortizado no prazo de 14 (catorze) anos.

A Lei n.º 11.638/07 eliminou a opção de realizar a reavaliação espontânea de bens. A Companhia optou em manter o saldo da reserva de reavaliação até a sua efetiva realização. Assim o valor do ativo imobilizado reavaliado existente no início do exercício social passa a ser considerado como novo valor de custo para fins de mensuração e determinação do valor recuperável.

Os impostos incidentes sobre a referida reserva foram destacados em conta do Não Circulante.

A reserva de reavaliação, no patrimônio líquido, será realizada para a conta de lucros acumulados, na mesma base que vinha sendo efetuada antes da promulgação da Lei 11.638/07.

2.5.10. Demais Contas a Pagar:

R\$ 31.344.175,03 (R\$ 28.722.545,86 em 2023), compondo-se basicamente de:

- Outras e contas a pagar – R\$ 1.375.191,55 (R\$ 1.110.429,59 em 2023);
- Retenções de empregados a recolher – R\$ 267.951,38 (R\$ 156.750,00 em 2023);
- Provisões para encargos sociais – R\$ 4.039.247,33 (\$ 4.199.832,05 em 2023);
- Adiantamento de clientes – R\$ 25.399.856,81 (R\$ 23.079.159,95 em 2023);
- Retenções contratuais – R\$ 332.848,42 (R\$ 242.294,35 em 2023);
- Honorário e Serviço de Terceiros – R\$ 70.920,46 (R\$ 70.920,46 em 2023)
- Encargos Sociais a pagar – R\$ 0,00 (R\$ 5.000,38 em 2023)

2.5.11. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos, na sua totalidade em moeda nacional, são atualizados monetariamente com base na variação da Taxa Selic, quando captados no mercado interno, e pela variação de moedas estrangeiras, quando originários de captação externa.

2.5.12. Provisão para Contingências

A Companhia responde a diversas ações trabalhistas, cíveis e fiscais, cuja defesa está sendo promovida por sua assessoria jurídica, e mantém o registro da provisão para contingências para cobrir eventuais perdas julgadas prováveis que possam advir de decisões desfavoráveis nessas ações.

Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais (ativo), relacionados a contingências:

Ações	<u>Provisões</u>		<u>Depósitos Judiciais</u>	
	2024	2023	2024	2023
	Passivo Não Circulante		Ativo Não Circulante	
Trabalhistas	18.914.525,09	15.412.823,28	5.314.460,48	4.083.446,69
Fiscais	-	-	-	-
Cíveis	407.820,98	333.327,23	-	-
Total	19.322.346,07	15.746.150,51	5.314.460,48	4.083.446,69

2.5.13. Tributos Federais a Recolher:

R\$ 3.127.880,60 (R\$ 4.489.204,32 em 2022)

Compõe tal valor as seguintes obrigações:

- IRRF a recolher: R\$ 830.319,91 (R\$ 805.642,03 em 2023);
- PIS, COFINS, CSLL a recolher: R\$ 91.663,37 (R\$ 65.662,17 em 2023);
- Provisão para IRPJ a recolher: R\$ 1.407.273,08 (R\$ 1.279.981,15 em 2023);
- Provisão para CSLL a recolher: R\$ 527.928,60 (R\$ 481.112,58 em 2023);
- Compensação Financeira (CFEM): R\$ 476.797,69 (R\$ 478.280,00 em 2023);
- Parcelamento ITR: R\$ 0,00 (R\$ 17.075,76 no circulante e R\$ 31.305,56 não circulante em 2023).

2.5.14. Patrimônio Líquido

2.5.14.1. Capital Social

O Capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 289.465.153,33 (R\$ 289.465.153,33 em 2023, representado por 12.149.986 ações ordinárias (12.149.986 ações ordinárias em 2023), todas nominativas e sem valor nominal.

O capital autorizado é de R\$ 600.000.000 (R\$ 600.000.000 em 2023)

2.5.14.2. Remuneração do Capital Próprio

O efetivo pagamento ou crédito dos juros sobre o capital próprio fica condicionado à existência de lucros, computados antes da dedução dos juros, ou de lucros acumulados e reserva de lucros, em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados, conforme Lei nº 9.249/95 (Redação dada pela Lei nº 9.430, de 1996). A Companhia apresentou no exercício de 2024 um lucro contábil de R\$ 17.305.568,34 e calculou a remuneração do Capital Próprio no montante de **R\$ 8.293.030,43**

2.5.14.3. Reserva de Reavaliação

A Lei n.º 11.638/07 eliminou a possibilidade de reavaliação espontânea de ativos, mas faculta que o saldo da reserva de reavaliação existente em 01/01/08 pode ser mantido até a sua efetiva realização. As reavaliações da Companhia ocorreram em 2004, em terrenos e terras; e em prédios de uso e residenciais no montante de R\$ 9.196 mil; no ano de 2005 foram reavaliados equipamentos de produção no montante de R\$ 17.000 mil. A Companhia optou por manter o saldo da referida reserva no montante de **R\$ 8.193.254,97** (R\$ 8.495.956,08 em 2023) líquidos da Contribuição Social e Imposto de Renda.

2.5.15. Demonstração do Resultado

a) Receita Líquida: detalhamento da receita líquida.

	2024	2023
Receita bruta das vendas	178.223.698,16	196.966.481,43
(-) Impostos sobre vendas	(7.296.484,35)	(8.608.349,36)
(-) Devoluções de Vendas	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(=) Receita Líquida das Vendas	R\$ 170.927.213,81	R\$ 188.358.132,07

b) Resultado Financeiro Líquido – R\$ -8.214.165,39 (R\$ 3.467.813,46 em 2023), compondo seu saldo uma receita financeira de R\$ 6.348.105,76 (R\$ 5.935.307,83 em 2023) para uma despesa financeira de R\$ 14.267.836,41 (R\$ 9.403.121,29 em 2023). As receitas financeiras são compostas basicamente de Rendimento de aplicações R\$ 5.048.668,06 (R\$ 3.576.811,14

em 2023; atualizações monetárias R\$ 1.263.925,25 (R\$ 2.609.629,92 em 2023), juros ativos e descontos R\$ 3.063,07. As despesas financeiras compõem-se de Atualização monetárias R\$ 4.544.840,02 (R\$ 4.439.734,18 em 2023), pagamento de juros R\$ 12.697,92 (R\$ 62.033,86 em 2023), multas R\$ 11.799,22 (R\$ 179.579,10 em 2023) despesas bancárias R\$ 1.247,17 (R\$ 1.212,01 em 2023), Descontos concedidos R\$ 1.404.221,66 e Juros sobre Capital Próprio R\$ 8.293.030,42 (R\$ 4.747.823,17 em 2023).

- c) Outras Receitas – R\$ 8.863.840,39 (R\$ 12.289.727,40 em 2023) cuja formação é composta pela reversão de Provisões para Contingências Trabalhistas R\$ 7.642.634,41 (R\$ 11.892.882,54 em 2023; Venda de Sucatas R\$ 114.239,00 (R\$ 16.284,21 em 2023); reversão da provisão para contingências Cíveis R\$ 252.502,30 (R\$ 7.395,70 em 2023); Reversão Impairment R\$ 154.912,72 (R\$ 223.046,40 2023); Indenizações recebidas R\$ 415.554,03; Resultado de equivalência Patrimonial R\$ 4.547,99; PIS/COFINS sobre outras receitas R\$ - 30.053,62; Multa Contratual R\$ 240.434,39
- d) Despesas Indedutíveis – R\$ 13.768.229,53 (R\$ 11.752.081,07 em 2023) composta pela Provisão por Perda por Impairment R\$ 2.114.180,94; Provisão Contingências R\$ 11.471.332,27; multas R\$ 101.700,46; alimentação de Diretores – R\$ 59.400,00; outras R\$ 21.615,86

2.5.16. Contribuição Social e o Imposto de Renda

A Contribuição Social e o Imposto de Renda sobre o Lucro Líquido são calculados conforme as normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o Lucro Real. A Companhia apura os mesmos com base em balancetes de redução e/ou suspensão, conforme a Lei n.º 8.981/95.

	2024	2023
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(527.928,60)	(460.620,95)
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	(1.407.273,08)	(1.217.424,62)

2.5.17. Provisão para Impostos Diferido

Abaixo o Demonstrativo da Base de Cálculo da Provisão para Tributos Diferidos de Contribuição Social e o Imposto de Renda

	Aliquota	2024	2022
Reserva de Reavaliação		12.377.659,03	12.836.297,09
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	9%	1.113.989,31	1.155.266,74
IMPOSTO DE RENDA	15%	1.856.648,85	1.925.444,56
ADICIONAL IMPOSTO DE RENDA	10%	1.213.765,90	1.259.629,71
PROVISÃO IMPOSTOS DIFERIDOS		4.184.404,07	4.340.341,01

2.5.18. Cobertura de Seguros

A Companhia efetua a contratação de seguro para os seus veículos utilizados para deslocamentos em estradas intermunicipais, de bens imóveis de acordo com o nível de risco existente e de obrigações contratuais.

2.5.19. Plano de Previdência - Contribuição Definida

A Companhia é patrocinadora de um Plano de Previdência Complementar, o CRMPrev, operado pela Fundação CEEE de Seguridade Social. O mesmo é um plano de contribuição definida que prevê a participação paritária entre os funcionários e a Empresa.

O gasto total neste plano de contribuição definida foi de:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Plano de Previdência Complementar	1.257.914,38	1.247.397,77

2.5.20. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas. A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise adotada por departamento responsável e, de acordo com o estágio de cobrança é estimado um montante de provisão a ser constituída.

2.5.21. Estrutura da Demonstração do Resultado

A Companhia apresenta a Demonstração do Resultado comparativo de 2024/2023 onde está incluído o Resultado das Operações antes das Despesas e Receitas Financeiras, conforme NBC TG 26 (R4), Resolução do CFC nº 1185/09, item 82.

2.5.22. Participação nos Lucros ou Resultados (PLR)

Houve provisão para fins de participação dos empregados no resultado da Companhia, pois a meta do indicador operacional foi atingida. Desta forma o valor lançado a ser distribuído aos empregados foi de R\$ 806.376,13

O regimento da participação nos lucros ou resultados está firmado entre a Companhia e o Sindicato, na Consolidação do Regimento da Participação nos Lucros ou Resultados da Cia e em seu aditivo nº 001.

2.5.23. Reserva de Capital

Em 09 de janeiro de 2018, mediante a lei nº 15.099, ficou o Estado do Rio Grande do Sul autorizado a aumentar o capital social da CRM até o montante de R\$ 150.000.000,00 sendo R\$ 75.000.000,00 em créditos adicionais e R\$ 75.000.000,00 pela conversão de seus créditos oriundos de Juros sobre o Capital Próprio. Devido a formalização, os créditos oriundos dos JCP ainda estão registrados como adiantamento para futuro aumento de capital e sua documentação tramita entres a Secretaria do Governo e a Fazenda Estadual. Com relação aos créditos adicionais existe, ainda, margem para o aporte, pois ao longo do ano de 2019 foram integralizados R\$ 38.000.030,31 e não realizaram mais nenhuma ação de aumento de capital.

2.5.24. Apuração de Lucros

Ao final do ano do exercício de 2024, a Companhia apresentou o lucro de **R\$ 11.783.663,57**, conforme demonstrado abaixo:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro antes da reverssao dos Juros s/Capital Próprio	4.297.009,27	3.829.511,41
Reversao dos juros s/Capital Próprio	8.293.030,42	4.747.823,17
Lucro Liquido do Exercicio	11.783.663,57	8.577.334,58

Em cumprimento a legislação oficial vigente, das sociedades por ações, em face do disposto no parágrafo único do art. 189 da Lei nº 6.404/1976, o prejuízo do exercício deverá, obrigatoriamente, ser absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

2.5.25. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos fluxos de caixa (DFC) foi preparada pelo método indireto e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com a NBC TG 03 – Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Empresa e outras atividades que não são de investimento e de financiamento;

Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalentes de caixa;

Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

2.5.26 Processo Arbitral com solução acordada, NÃO PROVISIONADOS

Suscitante: CRM Companhia Riograndense de Mineração. Suscitado: CGT/Eletrosul. Trata-se de processo de arbitragem instaurado pela CRM em face da CGT Eletrosul na qual a empresa suscitante da arbitragem postula o reequilíbrio econômico financeiro do contrato, a anulação do 10º TA, o pagamento de indenizações, a condenação no pagamento do transporte do pátio à usina, entre outros, tendo a Suscitada formulado contra pedidos. Situação Atual: Existem tratativas bem avançadas para compor um acordo, já referendado pelos Conselhos de Administração das duas empresas. Valor estimado em 31.12.2024 – R\$ 150.000.000,00

Porto Alegre, 03 de abril de 2024

Ademir Baretta
Diretor Presidente
CPF nº 337.337.670-04

João Batista Alves Rodrigues
Diretor Administrativo
CPF nº 123.476.290-49

André Felipe Rodrigues
Diretor Técnico
CPF nº 754.557.490-72

Roberto Reischak Dias
Contador CRC/RS 052403/O-0
CPF Nº 432.523.380-68

COM - COMPANHIA OPERADORA DE MINERAÇÃO**ÍNDICE**

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA E CONSELHO FISCAL	2
1. RELATÓRIO DA DIRETORIA – 2024.....	3
2. BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO	4
3. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO	5
4. DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS EM 31 DE DEZEMBRO.....	6
5. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024.	6
5.1 – CONTEXTO OPERACIONAL	6
5.2 – PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	6
5.3 – DÍVIDAS COM CONTROLADORA	7
5.5 – APURAÇÃO DO LUCRO.....	7

COM - COMPANHIA OPERADORA DE MINERAÇÃO**Composição da Diretoria e Conselho Fiscal****Diretoria (1)**

Ademir Baretta	Diretor Presidente
João Batista Alves Rodrigues	Diretor Administrativo
André Felipe Rodrigues	Diretor Técnico

Conselho Fiscal (1)**• Membros Titulares**

Bruna Caldasso Becker	Presidente
Antônio G. Classman	
Cristiele Jardim Busatto	

COM - COMPANHIA OPERADORA DE MINERAÇÃO**1. RELATÓRIO DA DIRETORIA – 2024**

A Diretoria da COMPANHIA OPERADORA DE MINERAÇÃO - COM, apresenta, a seguir, as Demonstrações Financeiras da Empresa, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, face a sua constituição ocorrida em 27 de abril de 1998, sem nenhuma atividade operacional até esta data, destaca o que segue:

1 - A Companhia Operadora de Mineração é uma Empresa Subsidiária Integral da Companhia Riograndense de Mineração, com a sua criação aprovada pela Assembléia Geral Extraordinária desta última, realizada no dia 17 de dezembro de 1997, nos termos da Lei Estadual n.º 10.900/96. A constituição da Subsidiária ocorreu em 27 de abril de 1998, com capital social inicial de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em dez mil (10.000) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 (um real) cada uma, conforme escritura pública n.º 124 – geral 260, do 8º Tabelionato Albuquerque de Porto Alegre, com registro na mesma data, na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, e inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob n.º 02.720.677/0001-20.

2 – Tem como objeto social promover a pesquisa, beneficiamento, exploração industrial e comercial de carvão mineral e de outras substâncias minerais em geral, cabendo-lhe ainda desenvolver projetos e atividades relacionadas ou que interessem ao objeto social e a elaborar, implantar e operar projetos que visem à recuperação, prevenção e minimização dos impactos ambientais causados por suas atividades, bem como atividades pretéritas da C.R.M. que mereçam reparos ambientais.

Porto Alegre, 03 de abril de 2024.

Ademir Baretta
Diretor Presidente
CPF nº 337.337.670-04

João Batista Alves Rodrigues
Diretor Administrativo
CPF nº 123.473.290-49

André Felipe Rodrigues
Diretor Técnico
CPF nº 754.557.490-72

COM - COMPANHIA OPERADORA DE MINERAÇÃO**2. BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO**

Em reais

Ativo	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Circulante	<u>94.137,64</u>	<u>87.936,44</u>
Disponibilidades	76.204,48	76.204,48
Conta Corrente Coligada	-	-
Créditos Tributários	11,17	74,15
Banrisul Rendimentos SIAC	17.921,99	11.657,81
Não Circulante	<u>-</u>	<u>-</u>
Bens em Formação	-	-
Total	<u><u>94.137,64</u></u>	<u><u>87.936,44</u></u>
Passivo		
Circulante	<u>397,28</u>	<u>426,83</u>
Outros Contas a pagar	397,28	426,83
Não Circulante	<u>40.287,92</u>	<u>38.605,16</u>
Dívidas Controladora (nota 5.3)	40.287,92	38.605,16
Patrimônio Líquido	<u>53.452,44</u>	<u>48.904,45</u>
Capital Social	10.000,00	10.000,00
Reservas de Lucros		
Lucros Acumulados	43.452,44	38.904,45
Total	<u><u>94.137,64</u></u>	<u><u>87.936,44</u></u>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

COM - COMPANHIA OPERADORA DE MINERAÇÃO
3. Demonstração do Resultado em 31 de Dezembro

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita bruta das vendas	-	-
Impostos sobre vendas	-	-
Receita líquida de vendas	-	-
Custo dos produtos vendidos	-	-
Lucro (prejuízo) bruto	-	-
(Despesas) e rec. operacionais	-	-
Resultado financeiro líquido	5.984,19	6.736,35
Resultado antes da contribuição social e imposto de renda	5.984,19	6.736,35
Contribuição social	- 538,58	- 606,28
Imposto de renda	- 897,62	- 1.010,45
Resultado líquido do exercício	<u>4.547,99</u>	<u>5.119,62</u>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

COM - COMPANHIA OPERADORA DE MINERAÇÃO

4. Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados em 31 de dezembro

Em reais

Saldos em 31 de dezembro 2022	10.000,00	-	33.722,15	43.722,15
Aumento de Capital Social				
Reserva de Lucros				
Realização da Reserva de Lucros				
Reserva de reavaliação				
Ajustes de Exercícios anteriores				
Lucro líquido do exercício			4.547,99	4.547,99
Saldos em 31 de dezembro 2023	10.000,00	-	38.270,14	48.270,14
Aumento de Capital Social				
Reserva de Lucros				
Realização da Reserva de Lucros				
Reserva de reavaliação				
Ajustes de Exercícios anteriores				
Lucro líquido do exercício			4.547,99	4.547,99
Saldos em 31 de dezembro 2024	10.000,00	-	42.818,13	52.818,13

As notas explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis.

5. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024.

5.1 – Contexto Operacional

A Companhia tem como objeto social promover a pesquisa, beneficiamento, exploração industrial e comercial de carvão mineral e de outras substâncias minerais em geral, cabendo-lhe ainda desenvolver projetos e atividades relacionadas ou que interessem ao objeto social, e a elaborar, implantar e operar projetos que visem à recuperação, prevenção e minimização dos impactos ambientais causados por suas atividades bem como atividades pretéritas da CRM que mereçam reparos ambientais.

5.2 – Práticas Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, contemplando as disposições da legislação societária brasileira e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) convergidos as normas de contabilidade às normas internacionais de contabilidade.

COM - COMPANHIA OPERADORA DE MINERAÇÃO

Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07, pela Lei nº 11.941/09 e Lei nº 12.973/14 estão sendo observadas integralmente e adotadas quando aplicável.

5.3 – Dívidas com Controladora

A CRM, na qualidade de controladora integral da COM, por questões de praticidade junto a liberação de movimentação de conta bancária recolhe os tributos da COM, sendo registrado no passivo a obrigação de restituir a CRM. Tão logo se consiga a autorização para movimentar conta corrente, tal ajuste será efetuado.

5.5 – Apuração do Lucro

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresentou o lucro de R\$ 4.547,99.

Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto sobre a Renda, conforme legislação vigente. A proposta será levada à Assembleia Geral Ordinária após procedimentos legais cabíveis.

Porto Alegre, 03 de abril de 2024.

Declaramos sob as penas da lei que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por elas.

Ademir Baretta
Diretor Presidente
CPF nº 337.337.670-04

João Batista Alves Rodrigues
Diretor Administrativo
CPF nº 123.473.290-49

André Felipe Rodrigues
Diretor Técnico
CPF nº 754.557.490-72

Roberto Reischak Dias
Contador CRC/RS 052403/O-0
CPF Nº 432.523.380-68